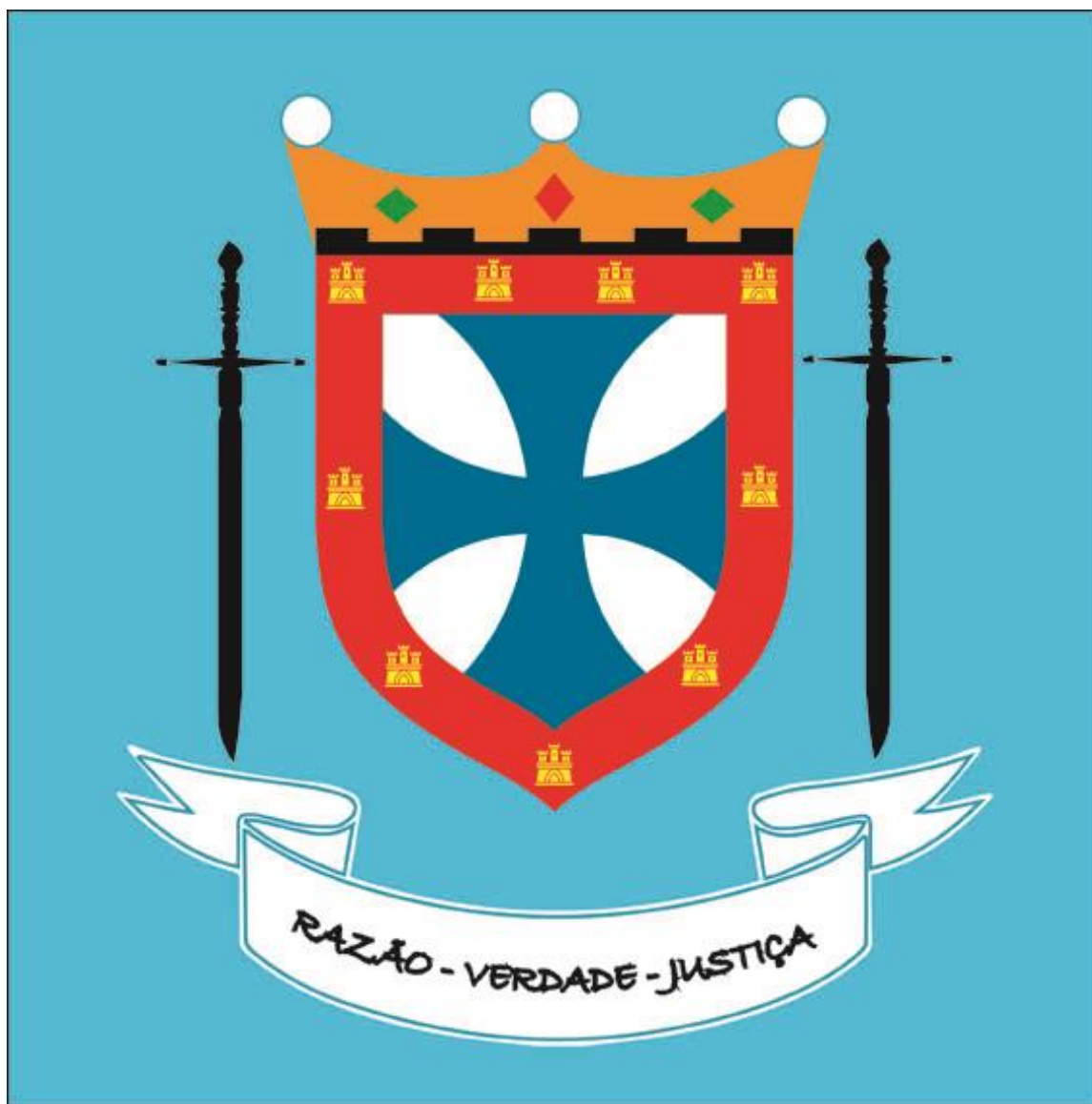


CASA IMPERIAL PORTUGUESA  
COLECÇÃO  
ÓRGÃOS DE SOBERANIA



REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO  
PORTUGUÊS 2

# LIVRO SÉTIMO – REGIME JURÍDICO DO APOIO INTEGRADO A CIDADÃOS PORTADORES DE INCAPACIDADE.

## TÍTULO PRIMEIRO – MENORES PORTADORES DE INCAPACIDADE OU EM RISCO DE ATRASO GRAVE DO DESENVOLVIMENTO E SUAS FAMÍLIAS.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO.

1 – O presente título estabelece os princípios e as condições para o apoio integrado no âmbito da intervenção precoce dirigida a crianças, adolescentes e líderes portadores de incapacidade ou em risco de atraso grave do desenvolvimento e suas famílias.

#### ARTIGO SEGUNDO – INTERVENÇÃO PRECOCE.

1 – A intervenção precoce é uma directriz de apoio integrado, centrado na criança, no adolescente ou no líder e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitaria, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, tendo presente:

- a) Assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos líderes portadores de incapacidade ou em risco de atraso grave do desenvolvimento;
- b) Potenciar a melhoria das interações familiares;
- c) Reforçar as competências familiares como suporte da sua progressiva capacitação e autonomia face à problemática das incapacidades.

#### ARTIGO TERCEIRO – DESTINATÁRIOS.

1 – A intervenção precoce tem como destinatários crianças, adolescentes e líderes até aos 21 anos de idade, especialmente do primeiro dia de vida até aos 5 anos de idade, que apresentem incapacidades ou risco de atraso grave do desenvolvimento.

2 – Considera-se risco de atraso grave do desenvolvimento aquele que por factores pré, peri ou pós-natal ou ainda por razões que limitem a capacidade de usufruir de experiências importantes da aprendizagem, constitui probabilidade de que uma ou mais disfunção possam ocorrer.

## ARTIGO QUARTO – CARACTERISTICAS DA INTERVENÇÃO PRECOCE.

1 – A intervenção precoce implica uma cultura e atitude dos intervenientes, assente no reconhecimento de que as necessidades da criança, do adolescente ou do líder, só podem ser devidamente avaliadas e interpretadas no contexto familiar e social.

2 – A intervenção precoce baseia-se numa lógica de acção municipal, cuja proximidade com a população permite o melhor conhecimento das necessidades, dos problemas e dos recursos comunitários, bem como das capacidades de fomentar compromissos e parcerias.

3 – A intervenção precoce exige uma actuação de natureza comunitária, desinstitucionalizada, estruturada e assente em programas individualizados, desenvolvidos no domicílio e nos ambientes em que a criança, o adolescente ou o líder habitualmente se encontram, designadamente com ama, creche, jardim-de-infância e escola.

## ARTIGO QUINTO – OBJECTIVOS DA INTERVENÇÃO PRECOCE.

1 – A intervenção precoce tem os seguintes objectivos:

- a) Criar condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança, do adolescente ou do líder, minimizando problemas das incapacidades ou do risco de atraso do desenvolvimento e prevenindo eventuais sequelas;
- b) Optimizar as condições de interacção criança, adolescente ou líder/família, mediante a informação sobre a problemática em causa, o reforço das respectivas capacidades e competências, designadamente na identificação e utilização dos seus recursos e dos da comunidade e ainda a capacidade de decidir e controlar a sua dinâmica familiar;
- c) Envolver a comunidade no processo de intervenção, de forma continua e articulada, optimizando os recursos existentes e as redes formais e informais de interajuda.

## CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DA INTERVENÇÃO PRECOCE.

### ARTIGO PRIMEIRO – ESTRUTURA DE INTERVENÇÃO PRECOCE.

1 – A estrutura de intervenção precoce integra uma actuação dos serviços da educação, da saúde e da acção social e das entidades envolvidas em cada um processo e requer:

- a) O envolvimento da família;
- b) O exercício de equipa;
- c) O plano individual da intervenção.

## ARTIGO SEGUNDO – ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA.

1 – O envolvimento da família implica a sua participação em todas as fases do processo de intervenção por:

- a) Ser nos primeiros anos de vida que se estabelecem os processos de vinculação, determinantes no desenvolvimento de padrões adequados da interacção pais e filhos;
- b) Ser à família que compete decidir sobre os assuntos que a respeitem directamente;
- c) Ter a família competências específicas ou potencialidades para as desenvolver, constituindo parte integrante das soluções para os problemas;
- d) Ter a família autonomia para mobilizar e utilizar os recursos de que necessita;
- e) Poder a família contribuir para a qualidade e eficácia do apoio prestado.

## ARTIGO TERCEIRO – EXERCÍCIO DE EQUIPA.

1 – O exercício de equipa deve ser orientado no sentido de responder às necessidades específicas da criança, do adolescente ou do líder e da família, reforçando o seu envolvimento, a autonomia e a capacidade de firmar decisões.

2 – A actuação da equipa deve basear-se em relações de confiança entre profissionais e familiares e no respeito pela privacidade, valores e dinâmica própria de cada família.

3 – Na sua actuação a equipa deve utilizar o modelo que melhor se adapte às exigências desta forma de intervenção e que permita uma actuação integrada dos apoios às múltiplas necessidades da criança, do adolescente ou do líder e da família, caracterizando-se por:

- a) Avaliar conjuntamente com as famílias, as respectivas necessidades, prioridades e recursos;
- b) Construir com a família, um plano individual de intervenção baseado nessa avaliação;
- c) Ter um único responsável pela implementação desse plano individual de intervenção, denominado «Responsável do caso», que garanta a articulação dos apoios a prestar;
- d) Actuar no domicílio e nos ambientes em que a criança, o adolescente ou o líder habitualmente se encontra, nomeadamente amas, creches, jardins-de-infância, escolas ou outro local indicado pela família;
- e) Partilhar entre si, de forma sistemática, os conhecimentos dos diferentes elementos da equipa.

4 – Nos termos da alínea c) do número anterior, relativamente a uma mesma família, independentemente dos cidadãos que nesta estejam a ser abrangidos pela intervenção precoce, não é recomendável mais de um responsável de caso, excepto sempre que esta situação inviabilize a satisfação das necessidades do cidadão ou da família.

5 – Em situações específicas, pode ainda recorrer-se a apoios complementares diferenciados, nomeadamente terapias, desde que devidamente justificados e constantes do plano individual de intervenção.

#### ARTIGO QUARTO – PLANO INDIVIDUAL DE INTERVENÇÃO.

1 – O plano individual de intervenção tem que assegurar o envolvimento das famílias nos termos por estas determinados e é elaborado a partir da avaliação da criança, do adolescente ou do líder no seu contexto familiar.

2 – Do plano individual de intervenção deve constar:

- a) Diagnóstico global da situação da criança, do adolescente ou do líder no seu contexto de vida, contendo a identificação dos seus aspectos de saúde, das suas capacidades, aptidões e competências e das suas características comportamentais;
- b) Identificação dos recursos e necessidades da criança, do adolescente ou do líder e da família, efectuados por esta em estreita colaboração e em partilha de informação;
- c) Designação dos apoios a prestar, em consonância entre profissionais e famílias, mediante informação detalhada que lhe facilitem as decisões nas várias opções a firmar;
- d) Indicação da data do início da execução do plano e do período provável da sua duração;
- e) Periodicidade da avaliação.

3 – Do plano individual de intervenção ainda deve constar os procedimentos que permitam acompanhar o processo de transição da criança, do adolescente ou do líder no contexto da progressão dos vários ciclos educativos.

#### ARTIGO QUINTO – REFERENCIAÇÃO DAS CRIANÇAS, DOS ADOLESCENTES E DOS LÍDERES EM INTERVENÇÃO PRECOCE.

1 – A referenciação das crianças, dos adolescentes e dos líderes no processo de intervenção precoce é comunicada às equipas de intervenção precoce, designadamente por solicitação da família, por profissionais da saúde, da educação e da acção social, bem como por profissionais de outros serviços ou de entidades sociais, mediante a informação sobre a situação da criança, do adolescente ou do líder e outras informações pertinentes.

## ARTIGO SEXTO – SELECÇÃO DOS CASOS A APOIAR EM INTERVENÇÃO PRECOCE.

1 – A selecção dos casos para apoio em intervenção precoce é realizada pelas equipas de intervenção directa, com base na avaliação da criança, do adolescente ou do líder efectuados nos centros de desenvolvimento, consultas de desenvolvimento ou em outros edifícios especializados em desenvolvimento e de acordo com os critérios de elegibilidade a definir pelas equipas de coordenação.

## ARTIGO SÉTIMO – ORGANIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PRECOCE.

1 – A intervenção precoce organiza-se numa base comunitária, descentralizada, coordenada e flexível, de modo a privilegiar uma actuação integrada dos serviços e das entidades envolvidas, potenciando e assegurando o desenvolvimento das dinâmicas municipais.

## ARTIGO OITAVO – RECURSOS.

1 – A organização da intervenção precoce tem em consideração os recursos já existentes, nomeadamente da educação, da saúde e da acção social e das entidades sociais.

## ARTIGO NONO – FUNCIONAMENTO.

1 – A intervenção precoce funciona em estrutura e é integrada por equipas de intervenção directa e por equipas de coordenação.

## CAPÍTULO TERCEIRO – EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA.

## ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA.

1 – As equipas de intervenção directa são constituídas por profissionais de formação diversificada, nomeadamente educadores, médicos, psicólogos, técnicos de serviço social, terapeutas, enfermeiros e outros profissionais com formação específica e experiência na área do desenvolvimento da criança, do adolescente ou do líder.

2 – Estes profissionais são designados pelos competentes serviços da educação, da saúde, da acção social e das demais entidades sociais.

3 – A composição das equipas de intervenção directa é dimensionada em função das necessidades e dos recursos existentes.



## ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA.

1 – As equipas de intervenção directa actuam numa base municipal, podendo sempre que exigido englobar vários municípios.

## ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA.

1 – As equipas de intervenção directa são responsáveis pela programação da intervenção, competindo-lhes designadamente:

- a) Seleccionar as situações para apoio em intervenção precoce, em função da referenciação, da avaliação e dos critérios definidos;
- b) Elaborar o plano de actuação para a respectiva área municipal de abrangência;
- c) Organizar o dossier técnico-pedagógico por cada criança, adolescente ou líder/família, o qual deve conter a informação prévia à elaboração do plano individual de intervenção e suas reformulações, bem como toda a informação pertinente;
- d) Designar de entre si, o responsável do caso e apoiá-lo na execução do plano;
- e) Identificar e articular com os recursos municipais;
- f) Elaborar relatório anual da actividade desenvolvida.

2 – As equipas de intervenção directa conjuntamente com as famílias das crianças, dos adolescentes e dos líderes, elaboram, executam e avaliam o plano individual de intervenção, competindo-lhes nomeadamente:

- a) Identificar as competências e necessidades da criança, do adolescente ou do líder e da sua família;
- b) Definir prioridades de actuação de acordo com as necessidades da criança, do adolescente ou do líder e as expectativas das famílias;
- c) Proceder à avaliação sistemática do plano e introduzir as respectivas alterações, sempre que necessário;
- d) Preparar e acompanhar o processo de transição da criança, do adolescente ou do líder na sua progressão para as estruturas regulares da comunidade, nomeadamente na transição dos ciclos educativos.

3 – Sempre que no exercício em parceria com as famílias se verifiquem situações que pela sua natureza, ultrapassem o âmbito específico de actuação da intervenção precoce, as equipas devem contactar os respectivos serviços competentes, nomeadamente os órgãos constituintes das estruturas sociais e estabelecer em conformidade um plano conjunto de actuação.

## ARTIGO QUARTO – LOCALIZAÇÃO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA.

1 – As equipas de intervenção directa pertencem às próprias entidades da educação, da saúde, da acção social, às demais entidades sociais ou outras entidades, que nos termos das suas atribuições se encontrem adequadas ao exercício da intervenção precoce a realizar.

## CAPÍTULO QUARTO – EQUIPAS DE COORDENAÇÃO.

### ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS DE COORDENAÇÃO.

1 – As equipas de coordenação no âmbito da intervenção precoce são constituídas pelos presidentes das áreas presidenciais da educação, da saúde, humana e social e de outras áreas presidenciais envolvidos das matérias sempre que consideradas exigidas e por profissionais em representação das entidades constituintes das equipas de intervenção directa.

2 – Os profissionais designados para integrar as equipas de coordenação, devem possuir formação específica e experiência na área de intervenção precoce.

### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO TERRITORIAL DAS EQUIPAS DE COORDENAÇÃO.

1 – As equipas de coordenação têm âmbito municipal, sem prejuízo da cooperação com equipas de coordenação de outros municípios.

### ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPAS DE COORDENAÇÃO.

1 – A actividade das equipas de coordenação desenvolve-se de acordo com um plano de acção elaborado com a participação das equipas de intervenção directa, do respectivo âmbito territorial.

2 – Na sua actuação compete-lhes nomeadamente:

- a) Programar, supervisionar e avaliar o desenvolvimento da intervenção precoce na sua área de circunscrição geográfica de coordenação;
- b) Avaliar as necessidades e oportunidades de constituir ou reforçar as equipas de intervenção directa;
- c) Determinar o custo criança, adolescente ou líder/mês, face ao orçamento e ao contexto municipal em que se desenvolve a actuação das equipas de intervenção directa;
- d) Organizar com a participação das equipas de intervenção directa, a respectiva formação, bem como orientar o processo de investigação/acção, no domínio desta área da intervenção precoce;



- e) Definir critérios de elegibilidade das situações para apoio em intervenção precoce;
- f) Elaborar relatório anual com base nos relatórios das equipas de intervenção directa que coordenam.

#### ARTIGO QUARTO – LOCALIZAÇÃO DAS EQUIPAS DE COORDENAÇÃO.

1 – As equipas de coordenação estão localizadas e reúnem nas assembleias reais das áreas presidenciais municipais, dirigidas pelo seu presidente nos termos do seu regulamento interno.

#### CAPÍTULO QUINTO – ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, COOPERAÇÃO E ENCARGOS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.

1 – O acompanhamento e a avaliação da intervenção precoce são assegurados a nível concelhio:

- a) Pelos bastonários das artes bastonárias envolvidas do diagnóstico, da análise e da deliberação dos problemas de educação, de saúde e sociais que determinaram a acção das equipas de intervenção directa;
- b) Por um grupo interministerial constituído pelos sectores ministeriais envolvidos dos sectores económicos do diagnóstico, da análise e da deliberação dos problemas de educação, de saúde e sociais que determinaram a acção das equipas de intervenção directa.

2 – Os bastonários concelhios nos termos do disposto na alínea a) do número anterior, actuam de forma articulada, competindo-lhes nomeadamente:

- a) Planear e dinamizar no âmbito do respectivo concelho a intervenção precoce, acautelando sobreposições, lacunas e assimetrias concelhias;
- b) Promover a qualidade da intervenção precoce, mediante designadamente a articulação das equipas de coordenação e a avaliação das actividades desenvolvidas a nível municipal;
- c) Elaborar relatório anual de avaliação, com base nos relatórios das equipas de coordenação do concelho de administração e remetê-los até ao dia 30 de novembro de cada ano à assembleia real das áreas presidenciais concelhias.

3 – Ao grupo interministerial concelhio nos termos do disposto na alínea b) do número 1, compete-lhe designadamente:

- a) Assegurar a aplicação dos princípios orientadores da intervenção precoce nos termos do presente título;

- b) Potenciar as acções a nível concelhio, desencadeando os mecanismos necessários e exigidos à dinamização do processo, acautelando sobreposições, lacunas e assimetrias concelhias;
- c) Monitorizar e avaliar a nível concelhio e com base em critérios e indicadores seleccionados, o desenvolvimento da intervenção precoce;
- d) Sistematizar em colaboração com as entidades previstas na alínea a) do número 1, os dados relativos ao levantamento das situações de necessidades e de recursos, tendo presente a sua análise na assembleia real das áreas presidenciais concelhias;
- e) Providenciar o desenvolvimento de estudos e investigações sobre temas relevantes para a intervenção precoce;
- f) Elaborar relatório anual sobre a intervenção precoce, a nível concelhio e remetê-lo até ao dia 30 de novembro de cada ano à assembleia real das áreas presidenciais concelhias.

4 – Para efeitos do disposto no número anterior, o grupo interministerial reúne com as artes bastonárias trimestralmente na assembleia real das áreas presidenciais concelhia, dirigidas pelo seu presidente nos termos do seu regulamento interno.

## ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES INTERVENTORAS.

1 – O desenvolvimento e o apoio à intervenção precoce envolve prioritariamente:

- a) Serviços da educação, mediante a avaliação do respectivo aproveitamento escolar dos alunos;
- b) Serviços da saúde, mediante os centros de saúde e estruturas hospitalares, nomeadamente os centros de desenvolvimento;
- c) Serviços de acção social, mediante a coordenação pelas matrizes sociais dos subsídios da educação e dos complementos de despesas de saúde e medicamentosas;
- d) Entidades sociais vocacionadas para a área das incapacidades.

2 – A intervenção precoce pode ainda envolver outras entidades designadamente órgãos de soberania legislativos municipais, sempre que no âmbito das suas atribuições possam contribuir para o seu desenvolvimento.

## ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO.

1 – As actividades a desenvolver no âmbito da intervenção precoce, são objecto de acordos de cooperação, a celebrar nos termos da legislação aplicável, entre as respectivas entidades interventoras, com base em modelo a definir por portaria das áreas presidenciais da educação, da saúde, humana e social.

2 – Os acordos de cooperação devem explicitar designadamente:

- a) A fundamentação das necessidades de implementação da intervenção precoce na respectiva área geográfica de actuação;

- b) Os recursos humanos que constituem as equipas de intervenção directa, bem como a respectiva percentagem de tempo a afectar;
- c) A área geográfica de actuação das equipas de intervenção directa;
- d) O número de crianças, adolescentes e líderes e famílias a abranger;
- e) A comparticipação devida por cada um dos parceiros subscritores do acordo.

#### ARTIGO QUARTO – ENCARGOS FINANCEIROS.

1 – Os encargos financeiros com a intervenção precoce são suportados pelos órgãos de soberania sociais na base de custo criança, adolescente e líder/mês, a avaliar pelas equipas de coordenação.

2 – Para efeitos da aplicação do disposto no número anterior, compete à matriz social competente suportar:

- a) Os encargos com os profissionais dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente educadores e psicólogos;
- b) Os encargos com os profissionais da saúde, nomeadamente médicos, enfermeiros e terapeutas;
- c) Os próprios encargos com os seus profissionais, designadamente do serviço social.

3 – Os termos e condições de afectação de recursos humanos previstos no número anterior, bem como o respectivo montante da comparticipação financeira, serão estabelecidos nos acordos de cooperação, face aos estabelecimentos de ensino e aos estabelecimentos de saúde.

4 – A participação das entidades previstas no número 2 do artigo 2º, do presente capítulo, serão igualmente objecto de especificação nos acordos de cooperação, sendo as respectivas despesas dos órgãos de soberania, empresas e instituições públicas suportadas pelas próprias entidades estatais.

#### ARTIGO QUINTO – AVALIAÇÃO GLOBAL ANUAL.

1 – O desenvolvimento da intervenção precoce nos termos estabelecidos no presente título, fica sujeita a uma avaliação global anual, a ser realizada pelas artes bastonárias, sectores ministeriais e áreas presidenciais envolvidas dos problemas de educação, de saúde e sociais que determinaram a intervenção precoce.

### TÍTULO SEGUNDO – CIDADÃOS EM IDADE ACTIVA PORTADORES DE INCAPACIDADE GRAVE.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

## ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTIVOS.

1 – O presente capítulo regulamenta o exercício das actividades ocupacionais, destinados a cidadãos em idade activa portadores de incapacidade grave.

2 – As actividades ocupacionais podem ser realizadas por centros de actividades ocupacionais ou em outros edifícios existentes na comunidade, bem como no domicílio dos utentes.

3 – Os demais edifícios sociais existentes na comunidade referidos no número anterior, respeitam designadamente a entidades estatais municipais e entidades privadas sociais.

4 – As actividades ocupacionais constituem uma modalidade de acção social exercida pelo regime da segurança social, que visa a valorização pessoa e a integração social dos cidadãos em idade activa portadores de incapacidade grave, permitindo o desenvolvimento possível das suas capacidades, aptidões e dons criativos, com vinculação a exigências de rendimento profissional e enquadramento normativo de natureza jurídico-laboral com os órgãos de soberania militares.

5 – São objectivos das actividades ocupacionais:

- a) Estimular e facilitar o desenvolvimento possível das capacidades remanescentes dos cidadãos portadores de incapacidade grave;
- b) Facultar a sua integração social;
- c) Facilitar o encaminhamento do cidadão portador de incapacidade grave, sempre que possível para programas adequados à sua integração sócio-profissional.

## ARTIGO SEGUNDO – DESTINATÁRIOS.

1 – As actividades ocupacionais destinam-se a cidadãos portadores de incapacidade grave, após o término do ciclo educativo universitário, cujas capacidades não permitam temporária ou permanentemente de um modo autónomo o exercício de uma actividade produtiva regular.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se abrangidos os cidadãos cuja situação não se enquadre no âmbito do regime do emprego protegido nos termos da respectiva legislação e careçam de apoios específicos, nomeadamente médico, psicológico e social.

## ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES RESPONSÁVEIS.

1 – As actividades ocupacionais de apoio aos cidadãos portadores de incapacidade grave prevista no presente capítulo, podem ser exercidas em edifícios sociais ou resultar de iniciativas de entidades sociais ou de outras entidades públicas ou privadas.

## ARTIGO QUARTO – MODALIDADES DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS.

1 – As actividades ocupacionais podem compreender actividades socialmente úteis e actividades estritamente ocupacionais.

2 – Compreende-se por actividades socialmente úteis, as que proporcionem a valorização pessoal e o máximo aproveitamento das capacidades, aptidões e dons criativos dos cidadãos portadores de incapacidade grave, no sentido da sua autonomia, facilitando uma possível transição para programas de integração sócio-profissional.

3 – Compreende-se por actividades estritamente ocupacionais as que visam manter o cidadão portador de incapacidade grave activo, interessado e motivado, favorecendo o seu equilíbrio físico, emocional e social.

4 – As actividades ocupacionais devem ser organizadas de forma fundamentalmente personalizada, tendo presente o género de tarefas a desempenhar e as necessidades e exigências individuais.

## ARTIGO QUINTO – EXERCÍCIO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS.

1 – O exercício das actividades ocupacionais visa proporcionar aos utentes dos centros de actividades ocupacionais:

- a) A sua valorização pessoal e o máximo do desenvolvimento das suas capacidades, aptidões e dons criativos no sentido da promoção da sua autonomia;
- b) Facilitar a possível transição para programas de integração sócio-profissional;
- c) Os cuidados de saúde e os tratamentos necessários e exigidos à condição física, psicológica e sensorial dos utentes em cada momento.

2 – As actividades ocupacionais devem ser organizadas de forma personalizada, devendo as tarefas a desempenhar corresponder às necessidades individuais dos utentes.

3 – As condições de exercício das actividades ocupacionais no domicílio requerem a concordância da matriz social competente da área de localização do centro de actividades ocupacionais, face à própria situação do utente.

## CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DAS ACTIVIDADES OCUPACIONAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – ESTRUTURA DE ATENDIMENTO.

1 – As actividades ocupacionais poderão ser desenvolvidas em edifícios específicos, designadamente centros de actividade ocupacionais, em outros edifícios existentes na comunidade ou no próprio domicílio.



2 – As actividades ocupacionais sempre que realizadas em centros próprios ou em outros edifícios existentes na comunidade, funcionam em regime interno.

3 – As actividades ocupacionais devem realizar-se em ligação com a família, tendo presente a sua participação e acompanhamento na evolução da situação.

## ARTIGO SEGUNDO – CENTROS DE ACTIVIDADE OCUPACIONAIS.

1 – O centro de actividades ocupacionais é uma estrutura que visa proporcionar aos utentes:

- a) A realização de actividades socialmente úteis e estritamente ocupacionais;
- b) O apoio técnico permanente nos planos, físico, psíquico e social;
- c) A participação em acções sócio-culturais, desportivas e recreativas.

2 – Os centros de actividades ocupacionais deverão constituir unidades de pequena dimensão inseridas na comunidade.

## ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES OCUPACIONAIS EM OUTROS EDIFÍCIOS EXISTENTES NA COMUNIDADE.

1 – As actividades ocupacionais poderão também ser desenvolvidas em edifícios já existentes na comunidade, não devendo ser neste caso o seu funcionamento autonomizado do edifício em que se encontram inseridos, de forma necessária ao cumprimento das disposições do presente título.

## ARTIGO QUARTO – ACTIVIDADES OCUPACIONAIS NO DOMICÍLIO.

1 – A realização de actividades ocupacionais no domicílio deve ser promovida sempre que o cidadão em consequência das suas limitações, se encontre impossibilitado de se deslocar da sua residência ou sempre que se considerar como mais adequado e útil esta forma de acção para benefício do utente.

2 – As actividades ocupacionais no domicílio realizam-se mediante atribuição de tarefas incluídas nos programas de acção dos centros de actividades ocupacionais, bem como de outros edifícios de enquadramento.

3 – O cidadão sempre que abrangido pelo programa de acção referido no número anterior, beneficia de todas as ajudas de manutenção prevista para os centros de actividade ocupacionais.

4 – As actividades ocupacionais sempre que desenvolvidas no domicílio dos utentes devem ter enquadramento e orientação técnica dos centros de actividades ocupacionais ou de outras entidades habilitadas para esse efeito.

## ARTIGO QUINTO – CONDIÇÕES DE ADMISSÃO.

1 – São condições de admissão nos centros de actividades ocupacionais ou para beneficiar do apoio ocupacional no domicílio:

- a) A verificação da existência da incapacidade grave, temporária ou permanente, que não permita o exercício de uma actividade produtiva;
- b) A comprovação de que a situação do cidadão com incapacidade grave não se enquadra no âmbito da aplicação legalmente definida para emprego protegido.

2 – A verificação e a comprovação prevista no número anterior, serão realizadas por equipas técnicas pluridisciplinares no âmbito dos serviços dos órgãos de soberania sociais, com a colaboração das entidades da saúde e sempre que exigido dos presidentes das áreas presidenciais da saúde, humana e social ou de outras áreas presidenciais competentes da área de residência do utente.

3 – As actividades, serviços e tarefas realizadas no âmbito dos centros de actividades ocupacionais enquadram-se no regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem, conferindo o direito a vínculo de natureza jurídico-laboral.

4 – As entidades públicas ou privadas referidas no número 2 do artigo 1º, do presente capítulo, que proporcionem nas suas estruturas ou edifícios sociais a realização de actividades, serviços e tarefas previstas no presente título, não estão vinculadas a celebrar contratos individuais laborais ou de prestação de serviço com os utentes dos centros de actividades ocupacionais, nem a dar cumprimento às formalidades legalmente exigidas às entidades empregadoras para a admissão de qualquer profissional ao seu serviço, bem como não poderão cobrar qualquer prestação aos mesmos utentes.

## ARTIGO SEXTO – ACORDO LABORAL.

1 – Aos utentes de centros de actividades ocupacionais, oficiais ou privados, será estabelecido um acordo laboral com os órgãos de soberania militares pelas actividades, serviços ou tarefas realizadas nos termos e nas condições referidas no presente título.

2 – No caso de se verificar a produção de bens que possam ser objecto de venda, o resultado da mesma reverterá para os centros de actividade ocupacionais, tendo presente o criar os meios de subsistência decorrentes dos encargos e das obrigações pelos mesmos realizados.

## ARTIGO SÉTIMO – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO.

1 – O exercício das actividades ocupacionais nas estruturas ou edifícios sociais deve ser objecto de um protocolo a celebrar entre os órgãos de soberania militares e as entidades gestoras das estruturas ou edifícios sociais referidas no número 2 do artigo 1º, do presente capítulo.

2 – Do protocolo a celebrar devem constar obrigatoriamente cláusulas respeitantes

a:

- a) Identificação das partes outorgantes do protocolo;
- b) Identificação dos utentes seleccionados pelos órgãos de soberania militares, para o desenvolvimento das actividades ocupacionais nas estruturas ou entidades sociais;
- c) Discriminação das principais actividades, serviços ou tarefas a desenvolver pelos utentes dos centros de actividades ocupacionais;
- d) Local onde irão ser desenvolvidas as actividades, serviços ou tarefas e respectivo horário;
- e) Obrigações de cada parte outorgante;
- f) Início e duração do protocolo;
- g) Director técnico de saúde;
- h) Qual o serviço de alimentação que possui, nomeadamente cantina ou refeitório.

3 – Os órgãos de soberania militares e as entidades gestoras das estruturas ou edifícios sociais referidas no número 3 do artigo 1º, do presente capítulo, devem no prazo de 7 dias, dar conhecimento do protocolo de cooperação referido no presente artigo, à matriz social competente da área de localização da estrutura ou da entidade social.

#### ARTIGO OITAVO – OBRIGAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA MILITARES.

1 – Para efeitos da aplicação do presente título, os órgãos de soberania militares obrigam-se designadamente a:

- a) Respeitar a vontade do utente e assegurar que o exercício das actividades, serviços ou tarefas desenvolvidas contribui para o seu bem-estar e satisfação pessoal;
- b) Seleccionar os utentes que reúnam as condições físicas, psicológicas e sensoriais para o exercício das actividades, serviços ou tarefas nas estruturas ou entidades sociais;
- c) Obter a prévia autorização, dada por escrito, dos representantes legais dos utentes;
- d) Celebrar um seguro de acidentes pessoais para os utentes relativamente às actividades, serviços ou tarefas a desenvolver nas estruturas ou entidades sociais;
- e) Assegurar o transporte dos utentes para os locais onde é exercida a actividade, serviço ou tarefa e respectivo regresso, bem como de outras deslocações imprescindíveis relacionadas com as mesmas actividades, serviços ou tarefas;
- f) Assegurar o apoio e o acompanhamento no local onde é desenvolvida a actividade em colaboração com as estruturas ou entidades sociais, com o objectivo de se introduzirem modificações que vierem a ser

consideradas adequadas no plano individual de readaptação de cada um utente;

- g) Não permitir aos utentes o desenvolvimento de actividades, serviços ou tarefas que pela sua natureza, possam prejudicar a sua saúde e a sua segurança ou colocar em risco a sua integridade física, psicológica ou sensorial;
- h) Realizar um contrato laboral com cada um utente, calculado de acordo com o salário mínimo nacional e com o regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem.

#### ARTIGO NONO – OBRIGAÇÕES DAS ESTRUTURAS E DAS ENTIDADES SOCIAIS.

1 – Nos termos do presente título, as estruturas e as entidades sociais a que respeitam as actividades ocupacionais, obrigam-se a:

- a) Manter nas estruturas ou edifícios sociais os utentes dos centros de actividade ocupacionais nos períodos e nos horários estabelecidos no protocolo celebrado com os órgãos de soberania militares;
- b) Colaborar com as equipas de apoio e acompanhamento dos utentes dos centros de actividade ocupacionais referidos na alínea f) do artigo anterior;
- c) Manter em local bem visível do público uma relação com a identificação dos cidadãos que prestam as actividades nas condições referidas no presente título, bem como a indicação do seu início e termo e respectivo horário;
- d) Proporcionar sempre que possível aos utentes dos centros de actividades ocupacionais condições para participarem nas acções de formação profissional por si organizadas;
- e) Possibilitar diariamente as refeições de almoço e lanche aos utentes dos centros de actividades ocupacionais, nas mesmas condições dos profissionais ao seu serviço;
- f) Prestar os cuidados de saúde diários durante o período do exercício de actividades aos utentes dos centros de actividades ocupacionais;
- g) Comercializar os produtos ou serviços realizados pelos utentes dos centros de actividades ocupacionais.

#### ARTIGO DÉCIMO – DEVERES DOS UTENTES DOS CENTROS DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS.

1 – Os utentes dos centros de actividades ocupacionais seleccionados para o exercício de actividades, serviços ou tarefas nas estruturas ou edifícios sociais devem:

- a) Tratar com urbanidade os representantes das estruturas ou das entidades sociais onde são prestadas as actividades, serviços ou tarefas e os demais colaboradores, bem como os membros dos órgãos de

soberania militares que os transportam, auxiliam, colaboram e avaliam nas suas actividades, serviços ou tarefas;

- b) Guardar lealdade às mesmas estruturas ou entidades sociais, designadamente não transmitindo para o exterior informações de que detenham conhecimento durante o período de permanência nas instalações ou de duração das actividades, dos serviços ou das tarefas;
- c) Utilizar com cuidado e zelar pela boa conservação dos equipamentos e demais bens que lhe sejam confiados no decurso da realização das suas actividades, dos seus serviços ou das suas tarefas.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ESTATUTO PERANTE OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – Os cidadãos portadores de incapacidade grave no âmbito do presente título, estão nessa qualidade abrangidos obrigatoriamente pelo regime geral de protecção social dos profissionais por conta de outrem.

2 – É aplicável aos utentes dos centros de actividades ocupacionais em caso de baixas médicas derivadas de doença, doença profissional, acidente laboral ou falecimento as prestações sociais integrantes do regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CESSAÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS ACTIVIDADES OCUPACIONAIS.

1 – A frequência de actividades ocupacionais cessará sempre que deixarem de subsistir as condições em que se baseia a admissão do cidadão portador de incapacidade grave, nomeadamente:

- a) Pela sua integração num outro edifício mais adequado à sua nova condição, designadamente no mercado normal laboral;
- b) Pelo agravamento das condições físicas, psíquicas e sensoriais do cidadão e se imponha a sua saída para edifícios mais adequados à sua nova condição.

2 – Em qualquer das hipóteses referidas no número anterior, a decisão deve ser firmada pelo responsável pelo centro de actividades ocupacionais mediante parecer da equipa técnica multidisciplinar do órgão de soberania social nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo seguinte.

### CAPÍTULO TERCEIRO – ACOMPANHAMENTO E COOPERAÇÃO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – GRUPO DE ACOMPANHAMENTO.



1 – Com o objectivo de se proceder ao acompanhamento e à avaliação da aplicação do disposto no presente título, é criado um grupo de acompanhamento constituído por um elemento de cada uma das seguintes entidades:

- a) Matriz social competente;
- b) Base militar competente;
- c) Centro de saúde competente.

2 – Nos termos do número anterior, o grupo de acompanhamento inclui ainda os presidentes das áreas presidenciais:

- a) Social;
- b) Da saúde;
- c) Humana;
- d) Da segurança;
- e) Demais áreas presidenciais envolvidas das actividades, dos serviços ou das tarefas realizadas pelos utentes.

3 – Compete ao grupo de acompanhamento constituído nos termos dos números anteriores:

- a) Acompanhar individualmente ou colectivamente a execução do disposto no presente título e avaliar a legislação que regula o exercício das actividades ocupacionais;
- b) Elaborar propostas de recomendação ou directrizes que se mostrem mais adequadas de harmonia com a avaliação efectuada;
- c) Elaborar em reunião da assembleia real das áreas presidenciais municipais, presidida pelo seu presidente nos termos do regulamento interno, um relatório sobre as competências desenvolvidas pelo grupo de acompanhamento e apresentá-lo anualmente até 31 de outubro de cada ano à matriz social competente.

4 – Compete a cada uma entidade referidas no número 1, no prazo de 15 dias a contar da publicação do presente código, comunicar à matriz social competente da sua área de localização, os profissionais que vão cumprir as funções face à aplicação do presente título.

## ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO COM ENTIDADES SOCIAIS.

1 – O apoio técnico às entidades sociais que desenvolvam actividades ocupacionais concretiza-se mediante acordos de cooperação, a celebrar com a matriz social competente da área de localização da entidade social nos termos da legislação aplicável.

## ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO COM ENTIDADES DA SAÚDE E COM OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA MILITARES.

1 – As matrizes sociais articulam-se com as entidades da saúde e com os órgãos de soberania militares, de modo a assegurar a coordenação das respostas, tendo presente uma compreensão adequada aos utentes.

## LIVRO OITAVO – REGIME JURÍDICO DO VOLUNTARIADO.

### TÍTULO ÚNICO – REGIME JURÍDICO DO VOLUNTARIADO.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO.

1 – O presente título visa promover e garantir a todos os cidadãos a participação solidária em acções de voluntariado e definir as bases do seu enquadramento jurídico.

##### ARTIGO SEGUNDO – VOLUNTARIADO.

1 – Compreende-se por voluntariado, o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de modo desinteressado por cidadãos no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos cidadãos, das famílias e da comunidade, desenvolvidas por entidades públicas ou privadas.

2 – Não são abrangidas pelo presente título, as actuações que embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.

##### ARTIGO TERCEIRO – VOLUNTÁRIO.

1 – O voluntário é o cidadão que de modo livre, desinteressado e responsável se compromete de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.

2 – A qualidade de voluntário não pode de qualquer forma decorrer de relação laboral subordinada ou autónoma ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora.

##### ARTIGO QUARTO – ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS.

1 – Para efeitos do disposto no presente livro consideram-se organizações promotoras, as entidades públicas da administração central, regional, concelhia e municipal e outras pessoas colectivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua actividade nos termos do número 3.

2 – Poderão igualmente aderir ao regime estabelecido no presente livro, como organizações promotoras, outras organizações socialmente reconhecidas que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua actividade.

3 – A actividade referida nos números anteriores, tem de revestir interesse social e comunitário e pode ser desenvolvida nos domínios cívicos da acção social, da saúde, da educação, das ciências e da cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento do emprego e da formação profissional, da reinserção social, da protecção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia social, de promoção do voluntariado e da solidariedade social ou em outras de natureza análoga.

4 – Reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua actividade as pessoas colectivas que desenvolvam actividades nos domínios a que se refere o número anterior e que se integram numa das seguintes categorias:

- a) Pessoas colectivas de direito público de âmbito nacional, regional, concelhio e municipal;
- b) Pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- c) Pessoas colectivas de utilidade pública, incluindo as entidades sociais, da educação e da saúde.

5 – Podem ainda reunir condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua actividade organizações não incluídas no número anterior, desde que o sector ministerial competente do exercício de actividade económica da organização promotora, considere com interesse as suas actividades e efectivo e relevante o seu desempenho e funcionamento.

## CAPÍTULO SEGUNDO – PRINCÍPIOS.

### ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO GERAL.

1 – O estado reconhece o valor social do voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania activa e solidária e promove e garante a sua autonomia e pluralismo.

### ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIOS ENQUADRADORES DO VOLUNTARIADO.

1 – O voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

2 – O princípio da solidariedade traduz-se na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos objectivos do voluntariado.

3 – O princípio da participação implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvam o seu exercício.

4 – O princípio da cooperação envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de acção concertada.

5 – O princípio da complementaridade pressupõe que o voluntariado não deve substituir os recursos humanos considerados necessários e exigidos à prossecução das actividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas.

6 – O princípio da gratuidade pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício da sua actividade de voluntário.

7 – O princípio da responsabilidade reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da actividade que se comprometeu a realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do exercício voluntário.

8 – O princípio da convergência determina a harmonização da acção do voluntário com a cultura e objectivos institucionais da entidade promotora.

### **CAPÍTULO TERCEIRO – DIREITOS E DEVERES DO VOLUNTÁRIO.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – DIREITOS DO VOLUNTÁRIO.**

1 – São direitos do voluntário:

- a) Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo presente o aperfeiçoamento do seu exercício voluntário;
- b) Dispor de um cartão de identificação de voluntário;
- c) Estar protegido por seguro laboral no exercício da sua actividade voluntária;
- d) Exercer o seu exercício laboral em condições de salubridade e segurança;
- e) Faltar justificadamente à entidade empregadora se empregado, sempre que convocado pela organização promotora, nomeadamente por motivo de cumprimento de missões urgentes, em situações de emergência, calamidade pública ou situações equiparadas;
- f) Receber as indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias legalmente definidas, em caso de acidente ou doença contraída no exercício da sua actividade voluntária;

- g) Estabelecer com a organização promotora um programa de voluntariado, que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, a natureza e a duração do exercício voluntário que vai realizar;
- h) Ser escutado na preparação das decisões da organização promotora que afectem o desenvolvimento do seu exercício voluntário;
- i) Beneficiar na qualidade de voluntário de um passe social ou de ajudas de custo suportadas pela organização promotora, relativamente a despesas com deslocações efectuadas em transportes públicos ou em transporte próprio nas deslocações efectuadas do domicílio para a organização promotora e do seu regresso;
- j) Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma actividade programada pela organização promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites eventualmente estabelecidos pela organização promotora.

2 – As faltas justificadas previstas na alínea e) do número anterior, contam para todos os efeitos legais, como tempo de serviço efectivo e não podem implicar perdas de quaisquer direitos ou regalias.

3 – A qualidade de voluntário é compatível com a de associado e de beneficiário da organização promotora, mediante a qual exerce o voluntariado.

## ARTIGO SEGUNDO – ACREDITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO.

1 – A acreditação e certificação do exercício voluntário efectua-se mediante certificado emitido pela organização promotora no âmbito do qual o voluntário desenvolve o seu exercício, onde para além da identificação do voluntário, deve constar designadamente o domínio da respectiva actividade, onde é exercida, bem como o seu início e duração.

## ARTIGO TERCEIRO – CONVOCAÇÃO DO VOLUNTÁRIO EMPREGADO, DURANTE O PERÍODO LABORAL.

1 – O voluntário empregado pode ser convocado pela organização promotora, para prestar a sua actividade voluntária durante o seu exercício laboral, nos seguintes casos:

- a) Por motivo de cumprimento de missões urgentes que envolvam o recurso a determinados meios humanos, que não se encontrem disponíveis em número suficiente ou com a preparação adequada para esse efeito;
- b) Em situações de emergência, calamidade pública, acidentes de origem natural ou humana que pela sua dimensão ou gravidade justifiquem a mobilizações dos meios existentes afectos às áreas responsáveis pelo controlo da situação e reposição da normalidade ou em casos de força maior devidamente justificados;



- c) Em situações especiais inadiáveis em que a participação do voluntário seja considerada imprescindível para a prossecução dos objectivos do programa de voluntariado.

2 – Para efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, o voluntário dispõe de um crédito de 40 horas anuais.

#### ARTIGO QUARTO – TERMOS DA CONVOCATÓRIA.

1 – As faltas ao exercício laboral pelos motivos referidos no artigo anterior, devem ser precedidos de convocação escrita da organização promotora, da qual conste a natureza da actividade a desempenhar e o motivo que a justifique, podendo em caso de reconhecida urgência, ser efectuada por outro meio, designadamente por telefone, devendo ser confirmada por escrito no dia útil imediato.

#### ARTIGO QUINTO – EFEITOS DAS FALTAS.

1 – As faltas ao exercício laboral do voluntário, devidamente convocado, consideram-se justificadas, sem perda de remunerações ou quaisquer outros direitos e regalias nos termos do disposto no 2 do artigo 1º, do presente capítulo, mediante a apresentação da convocatória e do documento comprovativo do cumprimento da missão para que foi convocado, passado pela organização promotora.

#### ARTIGO SEXTO – DEVERES DO VOLUNTÁRIO.

1 – São deveres do voluntário:

- a) Observar os princípios do código deontológico por que se rege a actividade que realiza, designadamente o respeito pela vida privada de todos quantos desta beneficiam;
- b) Observar as normas que regulam o funcionamento da organização promotora a que presta colaboração e dos respectivos programas ou projectos;
- c) Actuar de forma diligente, isenta e solidária;
- d) Participar nos programas de formação destinados ao correcto desenvolvimento do exercício voluntário;
- e) Zelar pela boa utilização dos recursos, materiais e dos bens, equipamentos e utensílios colocados ao seu dispor;
- f) Colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;
- g) Não afirmar a responsabilidade de representante da organização promotora, sem o conhecimento e a prévia autorização desta;
- h) Garantir a regularidade do exercício voluntário de acordo com o programa acordado com a organização promotora;
- i) Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua actividade.

## CAPÍTULO QUARTO – RELAÇÕES ENTRE O VOLUNTÁRIO E A ORGANIZAÇÃO PROMOTORA.

### ARTIGO PRIMEIRO – PROGRAMA DE VOLUNTARIADO.

1 – Com respeito pelas normas legais e estatutárias aplicáveis, deve ser acordado entre a organização promotora e o voluntário, um programa de voluntariado do qual possam constar designadamente:

- a) A definição do âmbito do exercício voluntário, em função do perfil do voluntário e dos domínios da actividade previamente definidos pela organização promotora;
- b) Os critérios de participação nas actividades promovidas pela organização promotora, a definição das funções destas decorrentes, a sua duração e as formas de desvinculação;
- c) As condições de acesso aos locais onde deva ser desenvolvido o exercício voluntário, nomeadamente edifícios sociais, entidades escolares e hospitalares, estabelecimentos prisionais;
- d) Os sistemas internos de informação e de orientação para a realização das tarefas destinadas aos voluntários;
- e) A avaliação periódica dos resultados do exercício voluntário desenvolvido;
- f) A realização de acções de formação destinadas ao bom desenvolvimento do exercício voluntário;
- g) A cobertura dos riscos a que o voluntário está sujeito e dos prejuízos que pode provocar a terceiros no exercício da sua actividade, tendo presente as normas aplicáveis em matéria de responsabilidade civil;
- h) A identificação como participante no programa a desenvolver e a certificação da sua participação;
- i) O modo de resolução de conflitos entre a organização promotora e o voluntário.

2 – Na elaboração do programa de voluntariado a que se refere o presente artigo, deverão ser considerados as especificidades de cada sector de actividade económico em que se exerce o voluntariado.

3 – A especificidade de cada sector de actividade económico poderá justificar a elaboração de um modelo de programa a aprovar pelo sector ministerial competente do exercício da actividade económica da organização promotora.

### ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO VOLUNTÁRIO.

1 – O voluntário que pretenda interromper ou cessar o exercício voluntário, deve informar a organização promotora, com a maior antecedência possível.

2 – A organização promotora pode dispensar a colaboração do voluntário a título temporário ou definitivo, sempre que a alteração dos objectivos ou das práticas institucionais o justifiquem.

3 – A organização promotora pode determinar a suspensão ou a cessação da colaboração do voluntário em todos ou em alguns domínios da actividade, no caso de incumprimento grave e reiterado do programa de voluntariado por parte do voluntário.

## **CAPÍTULO QUINTO – CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE VOLUNTÁRIO, SEGURO E DESPESAS.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – EMISSÃO DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE VOLUNTÁRIO.**

1 – A emissão do cartão de identificação de voluntário é efectuada mediante requerimento da organização promotora dirigido ao presidente municipal da área presidencial respectivo do exercício de actividade económica da organização promotora da sua área de localização.

2 – Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Referência à celebração do programa de voluntariado a que se refere o artigo 1º, do capítulo anterior;
- b) Nome e residência do voluntário, bem como duas fotografias tipo passe;
- c) Identificação da área municipal do exercício da actividade do voluntário nos termos do disposto no número 3 do artigo 4º, do capítulo primeiro, do presente livro.

3 – A suspensão ou a cessação da colaboração do voluntário determina a obrigatoriedade de devolução do cartão de identificação de voluntário à organização promotora.

4 – No caso de cessação da colaboração do voluntário, a organização promotora deverá dar conhecimento do facto e devolver o cartão de identificação de voluntário à entidade responsável pela sua emissão.

### **ARTIGO SEGUNDO – CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE VOLUNTÁRIO.**

1 – O cartão de identificação de voluntário deve obedecer há dimensões 8,5 cm x 6,5 cm e conter obrigatoriamente elementos respeitantes à identificação do voluntário, da organização promotora e da área de exercício da actividade voluntária.

2 – Do cartão deve ainda constar a identificação da entidade responsável pela sua emissão, bem como a data em que foi emitido.

3 – O cartão de identificação de voluntário é emitido segundo modelo a aprovar por portaria conjunta das áreas presidenciais social, legislativa e da justiça.

#### ARTIGO TERCEIRO – SEGURO OBRIGATÓRIO.

1 – A protecção do voluntário em caso de acidente ou doença sofrida ou contraída por causa directa e específica imputável ao exercício voluntário, é garantida pela organização promotora, mediante seguro a efectuar com as entidades seguradoras legalmente autorizadas para a sua realização.

2 – O seguro obrigatório compreende uma indemnização e um subsídio diário a atribuir respectivamente, nos casos de falecimento e invalidez permanente e de incapacidade temporária.

#### ARTIGO QUARTO – APÓLICE DE SEGURO DE GRUPO.

1 – Para a realização do seguro obrigatório será contratada apólice de seguro de grupo.

#### ARTIGO QUINTO – DESPESAS DERIVADAS DO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO.

1 – O voluntário sem prejuízo da realização de despesas inadiáveis e reembolsáveis nos termos do disposto nas alíneas i) e j) do artigo 1º, do capítulo terceiro, do presente livro, não pode ser onerado com despesas que resultem exclusivamente do exercício regular do voluntário nos termos acordados no respectivo programa.

2 – Sempre que a utilização de transportes públicos pelo voluntário seja derivada exclusivamente do cumprimento do programa de voluntariado, a organização promotora diligenciará no sentido de ser facultado ao voluntário o título do transporte público ou transporte adequado ao exercício voluntário.

#### CAPÍTULO SEXTO – ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – COLABORAÇÃO.

1 – Compete às assembleias reais das áreas presidenciais em colaboração com os sectores ministeriais competentes dos exercícios de actividades económicas envoltas do âmbito do voluntariado, desenvolver e qualificar o voluntariado, bem como o apoio necessário ao seu funcionamento e à execução das suas deliberações.

## ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DAS ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS.

1 – Compete às assembleias reais das áreas presidenciais face ao voluntariado, desenvolver as acções indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado, nomeadamente:

- a) Desenvolver as acções adequadas ao conhecimento e caracterização do universo dos voluntários;
- b) Emitir o cartão de identificação de voluntário nos termos estabelecidos no artigo 1º, do capítulo anterior;
- c) Promover as acções inerentes à contratação de uma apólice de seguro de grupo entre as organizações promotoras e as entidades seguradoras, tendo presente a cobertura de responsabilidades nos termos referidos no artigo 4º, do capítulo anterior;
- d) Providenciar junto das entidades transportadoras, sempre que se justifique, a celebração de acordos para utilização pelos voluntários de transportes públicos, considerando o disposto no artigo 5º, do capítulo anterior;
- e) Dinamizar com as entidades promotoras acções de formação, bem como outros programas que contribuam para uma melhor qualidade e eficácia do exercício voluntário;
- f) Conceder apoio técnico às organizações promotoras, mediante a disponibilização de informação com interesse para o exercício do voluntariado;
- g) Promover e divulgar o voluntariado como forma de participação social e de solidariedade entre os cidadãos, mediante meios adequados incluindo os meios de comunicação social;
- h) Sensibilizar a sociedade em geral para a importância do voluntariado, como forma de exercício do direito de cidadania, promovendo a realização de debates, conferências e iniciativas análogas;
- i) Promover a realização de estudos sociólogos, designadamente em colaboração com universidades, sobre a atitude, predisposição e motivação dos cidadãos para a realização do exercício voluntário;
- j) Sensibilizar os sectores de actividade económicos para em termos curriculares, valorizarem a experiência adquirida em acções de voluntariado, especialmente dos líderes à procura do primeiro emprego;
- k) Acompanhar a aplicação do presente livro e propor directrizes que se revelem adequadas ao seu aperfeiçoamento, desenvolvimento e execução.

## LIVRO NONO – REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES SOCIAIS.



## TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO.

1 – O regime geral das infracções sociais aplica-se às infracções das normas reguladoras:

- a) Das obrigações sociais;
- b) Das contribuições e das quotizações dos regimes contributivos de protecção social, independentemente de regulamentarem ou não prestações sociais;
- c) Das prestações sociais.

2 – As disposições da presente lei são aplicáveis aos factos de natureza social puníveis por legislação de carácter especial, salvo disposição em contrário.

#### ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO E ESPÉCIES DE INFRACÇÕES SOCIAIS.

1 – Constitui infracção social todo o facto típico, ilícito e culposo declarado punível por lei social anterior.

2 – As infracções sociais dividem-se em crimes e contra-ordenações.

3 – Constitui crime para efeitos do presente livro, todo o facto ilícito e censurável, neste previsto e na legislação que o regulamenta, que preencha um tipo legal para o qual se comine uma pena.

4 – Constitui contra-ordenação para efeitos do presente livro, todo o facto ilícito e censurável, neste previsto e na legislação que o regulamenta, que preencha um tipo legal para o qual se comine uma coima.

5 – Sempre que o mesmo facto constituir simultaneamente crime e contra-ordenação, o autor será punido a título de crime, sem prejuízo da aplicação das sanções acessórias previstas para a contra-ordenação.

#### ARTIGO TERCEIRO – DIREITO SUBSIDIÁRIO.

1 – São aplicáveis subsidiariamente:

- a) Quanto aos crimes e seu processamento, as disposições do real código do processo penal monárquico português e respectiva legislação complementar;

- b) Quanto à responsabilidade civil, as disposições do código civil e legislação complementar;
- c) Quanto à execução das coimas, as disposições do livro segundo, da presente parte, do presente código.

#### ARTIGO QUARTO – APLICAÇÃO NO TEMPO.

1 – A punição por infracções sociais é determinada pela lei vigente no momento da prática do facto ou do preenchimento dos pressupostos de que depende.

2 – Se a lei vigente ao tempo da prática do facto for posteriormente modificada, aplica-se a lei mais favorável ao arguido, salvo se este já tiver sido condenado por decisão definitiva ou transitada em julgado e já executada.

3 – Sempre que a lei vale para um determinado período de tempo, continua a ser punível o facto praticado durante esse período.

#### ARTIGO QUINTO – APLICAÇÃO NO ESPAÇO.

1 – Salvo tratado ou convenção internacional em contrário, o presente regime geral é aplicável, seja qual for a nacionalidade do autor, a factos praticados:

- a) Em espaço territorial português;
- b) A bordo de embarcações ou aeronaves portuguesas.

#### ARTIGO SEXTO – LUGAR E MOMENTO DA PRÁTICA DA INFRACÇÃO SOCIAL.

1 – As infracções sociais consideram-se praticadas no momento e no lugar em que total ou parcialmente e sob qualquer forma de participação o autor actuou ou no caso de omissão deva ter actuado, ou naqueles em que o resultado típico se tiver produzido, sem prejuízo do disposto no número 3.

2 – As infracções sociais omissivas consideram-se praticadas na data em que termina o prazo para o cumprimento dos respectivos deveres sociais.

3 – Em caso de deveres sociais que possam ser cumpridos em qualquer serviço dos órgãos de soberania sociais ou junto de outros organismos, a respectiva infracção social considera-se praticada no serviço ou organismo do domicílio ou da sede do autor.

#### ARTIGO SÉTIMO – ACTUAÇÃO EM NOME DE OUTREM.

1 – Quem agir voluntariamente como titular de um órgão, membro ou representante de uma pessoa colectiva ou entidade fiscalmente equiparada, ainda que irregularmente constituída ou de mera associação de facto, ou ainda em representação legal ou voluntária de outrem, será punido mesmo quando o tipo legal do crime exija:

- a) Determinados elementos pessoais e estes só se verificarem na pessoa do representado;
- b) Que o autor pratique o facto no seu próprio interesse e o representante actue no interesse do representado.

2 – O disposto no número anterior, é válido ainda que seja ineficaz o acto jurídico fonte dos respectivos poderes.

#### ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS COLECTIVAS E EQUIPARADAS.

1 – As pessoas colectivas, ainda que irregularmente constituídas e outras entidades fiscalmente equiparadas são responsáveis em caso de insuficiência do património dos autores, pelas infracções previstas na presente lei quando cometidas pelos seus órgãos ou representantes, em seu nome e no interesse colectivo, quer o autor tenha ou não actuado contra ordens ou instruções expressas de quem de direito.

2 – Por a multa ou coima aplicada aos representantes de uma entidade com ou sem personalidade jurídica, responde por esta o património individual de cada um dos sócios, cooperadores ou associados autores da infracção, o património da entidade comercial e em caso de insuficiência de património os demais sócios, cooperadores ou associados.

#### ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE CIVIL PELAS MULTAS E COIMAS.

1 – Os administradores, gerentes, directores e outras pessoas que exerçam ainda que somente de facto funções de administração em pessoas colectivas, ainda que irregularmente constituídas e outras entidades fiscalmente equiparadas são subsidiariamente responsáveis:

- a) Pelas multas ou coimas aplicadas a infracções por factos praticados no período de exercício do seu cargo ou por factos anteriores, quando tiver sido por culpa sua que o património da pessoa colectiva se tornou insuficiente para o seu pagamento;
- b) Pelas multas ou coimas devidas por factos anteriores, quando a decisão definitiva que as aplicar for notificada durante o período do exercício do seu cargo e lhes seja imputável a falta de pagamento.

2 – A responsabilidade subsidiária prevista no número anterior, é solidária se forem várias as pessoas a praticar os actos culposos ou omissões culposas de que resulte a insuficiência do património das entidades em causa.

3 – As pessoas referidas no número 1, bem como os técnicos oficiais de contas, são ainda subsidiariamente responsáveis e solidariamente entre si, pelas coimas devidas pela falta ou atraso de quaisquer declarações que devam ser apresentadas no período de exercício de funções, quando não comuniquem até 30 dias após o termo do prazo de entrega da declaração aos órgãos de soberania sociais as razões que impediram o

cumprimento atempado da obrigação e o atraso ou a falta de entrega não lhes seja imputável a qualquer título.

4 – Todos aqueles que se achem subordinados de pessoas colectivas ainda que irregularmente constituídas e de outras entidades fiscalmente equiparadas que cometeram infracções sociais por conta destas, são solidariamente responsáveis pelo pagamento das multas ou coimas àquelas aplicadas, salvo se tiverem deliberado as providências necessárias para as fazer observar a lei.

5 – O disposto no número anterior, aplica-se aos pais e representantes legais dos menores ou especiais, quanto às infracções por estes cometidos.

6 – O disposto no número 4, aplica-se às pessoas singulares.

7 – Quem colaborar dolosamente na prática de infracções sociais é solidariamente responsável pelas multas e coimas aplicadas pela prática da infracção, independentemente da sua responsabilidade pela infracção sempre que for o caso.

8 – Sendo várias as pessoas responsáveis nos termos dos números anteriores, é solidária a sua responsabilidade.

#### ARTIGO DÉCIMO – SUBSISTÊNCIA DA PRESTAÇÃO SOCIAL.

1 – O cumprimento de sanção aplicada, não exonera do pagamento da prestação social devida e acréscimos legais.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ESPECIALIDADE DAS NORMAS SOCIAIS E CONCURSO DE INFRACÇÕES.

1 – Aos responsáveis pelas infracções previstas no presente livro, são somente aplicáveis as sanções cominadas nas respectivas normas, desde que não tenham sido efectivamente cometidas infracções de outra natureza.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – TENTATIVA.

1 – Há tentativa, sempre que o autor pratica actos de execução, que decidiu cometer sem que esta chegue a consumir-se.

2 – São actos de execução:

- a) Os que preenchem um elemento constitutivo de um tipo de infracção social;
- b) Os que são idóneos a produzir o resultado típico;
- c) Os que segundo a experiência comum e salvo circunstâncias imprevisíveis, são de natureza a esperar que lhes sigam actos das espécies indicadas nas alíneas anteriores.

### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PUNIBILIDADE DA TENTATIVA.

1 – À tentativa é aplicado a pena ou a coima aplicada à infracção social praticada.

### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DESISTÊNCIA.

1 – A tentativa não é punível, sempre que o autor voluntariamente desiste de prosseguir na execução da infracção social ou impede a sua consumação, ou não obstante a sua consumação impede a verificação do resultado não compreendido no tipo de infracção social.

2 – Sempre que a consumação ou a verificação do resultado são impedidas por facto independente da conduta do desistente, a tentativa só é punível se este não se esforçar por evitar uma ou outra.

### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DESISTÊNCIA EM CASO DE COMPARTICIPAÇÃO.

1 – Em caso de comparticipação, não é punível a tentativa daquele que voluntariamente impede a consumação ou a verificação do resultado, nem daquele que se esforça seriamente por impedir uma ou outra, ainda que os comparticipantes prossigam na execução da infracção social ou a consumem.

### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COMPARTICIPAÇÃO.

1 – Se vários autores comparticipam no facto, qualquer destes incorre em responsabilidade penal ou contra-ordenacional, mesmo que a ilicitude ou o grau da ilicitude do facto dependam de certas qualidades ou relações especiais do autor e estas só existam num dos comparticipantes.

2 – Cada comparticipante é punido segundo a culpa, independentemente da punição ou do grau de culpa dos demais comparticipantes.

3 – É aplicável ao cúmplice a pena ou a coima fixada para o autor.

### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DEFINIÇÕES.

1 – Para efeitos do disposto no presente livro, consideram-se:

- a) OBRIGAÇÃO SOCIAL – As contribuições e quotizações sociais cuja cobrança seja da competência dos órgãos de soberania sociais;
- b) SERVIÇO SOCIAL – Serviço dos órgãos de soberania sociais com competência territorial para proceder à instauração dos processos sociais;



- c) ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – Todas as entidades de soberania sociais e os seus agentes a quem competir realizar quaisquer actos relativos à obrigação social, tal como definida na alínea a);
- d) VALOR – O definido na alínea a) do número 1 do artigo único, do capítulo primeiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## CAPÍTULO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CRIMES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – PENAS APLICÁVEIS AOS CRIMES SOCIAIS.

1 – As penas principais aplicáveis aos crimes sociais cometidos por pessoas singular ou por pessoas colectivas são a prisão pelo período de tempo correspondente à restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados com o acto crime, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado, numa pena nunca inferior a 183 dias e a multa correspondente à pena de prisão.

2 – Nos termos do número anterior, à pena de prisão e à multa correspondente acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos, pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes envoltos do processo; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

3 – Exclui-se da pena de prisão quem denunciar em tempo justo os actos preparatórios, a tentativa ou a prática do crime, as origens, causas e consequências da sua existência e os seus autores materiais.

4 – A punição pelos crimes previstos nos números anteriores é exercida mesmo que os factos que integram a infracção tenham sido praticados fora do espaço territorial português, ou que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores.

### ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO EM CASO DE PRESTAÇÃO SOCIAL INDEVIDA.

1 – A suspensão da execução da pena de prisão só poderá ser aplicada em caso de abuso indevido de prestação social, sendo condicionada ao pagamento em prazo a fixar até ao limite de 92 dias subsequente à condenação, da prestação social e acréscimos legais sobre o montante do benefício social indevidamente obtido multiplicado por três.

2 – Na falta do pagamento da quantia referida no número anterior, o órgão de soberania jurídico competente pode:

- a) Exigir garantias do cumprimento;
- b) Prorrogar o período de suspensão até metade do prazo inicialmente fixado, mas sem exceder o prazo máximo de suspensão admissível;
- c) Revogar a suspensão de pena de prisão.

### ARTIGO TERCEIRO – PENA DE MULTA.

1 – Em caso algum a pena de multa aplicada pelos órgãos de soberania jurídicos competentes por dia pode ser inferior a 7,15 contos, sendo fixada tendo presente a situação económica e financeira do condenado e dos seus encargos.

2 – Sobre a pena de multa não incidem quaisquer adicionais.

### ARTIGO QUARTO – PENAS ACESSÓRIAS APLICÁVEIS AOS CRIMES SOCIAIS.

1 – Para além das penas acessórias constantes do código penal, são aplicáveis cumulativamente aos autores dos crimes sociais as seguintes penas acessórias:

- a) Privação do direito a receber subsídios ou subvenções concedidos por entidades ou serviços públicos;
- b) Perda de prestações sociais concedidas pelos órgãos de soberania sociais, ainda que de forma automática e franquias aduaneiras ou inibição de as obter;
- c) Privação temporária do direito de participar em feiras, mercados, leilões ou arrematações e concursos de obras públicas, de fornecimento de bens ou serviços prestados e de concessão, promovidos por entidades ou serviços públicos ou por instituições de solidariedade social participadas pelo orçamento da segurança social.

### ARTIGO QUINTO – PRESSUPOSTOS DA APLICAÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS.

1 – As penas a que se refere o artigo anterior, são aplicáveis quando se verifique os pressupostos previstos no código penal, observando-se ainda o disposto nas alíneas seguintes:

- a) A condenação nas penas a que se referem as alíneas a) e b) do artigo anterior, deverá especificar as prestações sociais e as subvenções afectadas, só podendo em qualquer caso recair sobre atribuições patrimoniais concedidas ao condenado e directamente relacionadas com os deveres cuja violação foi criminalmente punida ou sobre incentivos fiscais que não sejam inerentes ao regime jurídico aplicável ao bem ou direitos beneficiados;

- b) O órgão de soberania jurídico pode limitar a proibição estabelecida na alínea c) do artigo anterior, a determinadas feiras, mercados, leilões e arrematações ou a certas áreas territoriais.

2 – As penas previstas nas alíneas do artigo anterior, processa-se pelo período de tempo da pena aplicada.

## ARTIGO SEXTO – NÃO PRESCRIÇÃO.

1 – Em caso algum prescreve o procedimento criminal por crime social.

## ARTIGO SÉTIMO – DISPENSA E ATENUAÇÃO ESPECIAL DA PENA.

1 – Sempre que o autor repuser a verdade sobre a situação social e o crime for punido com pena de prisão inferior a 183 dias, a pena pode ser dispensada se cumulativamente:

- a) A ilicitude do facto e a culpa do autor não for muito grave;
- b) A obrigação social e demais acréscimos legais tiverem sido pagos ou tiverem sido restituídos as prestações sociais injustificadamente obtidas;
- c) À dispensa da pena se não opuserem razões de prevenção.

2 – A pena será especialmente atenuada de um terço se o autor repuser a verdade social e pagar a obrigação social e demais acréscimos legais até à decisão final ou no prazo da pena fixado.

## CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES APLICADAS ÀS CONTRA-ORDENAÇÕES.

### ARTIGO PRIMEIRO – CLASSIFICAÇÃO DAS CONTRA-ORDENAÇÕES.

1 – As contra-ordenações tributárias qualificam-se como simples ou graves.

2 – São contra-ordenações simples as puníveis com coima cujo limite máximo seja inferior a 657,8 contos.

3 – São contra-ordenações graves as puníveis com coima cujo limite mínimo seja igual a 657,8 contos, bem como aquelas que independentemente da coima aplicável a lei expressamente qualifique como tais.

4 – Para efeitos do disposto nos números anteriores, atende-se à coima cominada em abstrato no tipo legal.

## ARTIGO SEGUNDO – PUNIBILIDADE DA NEGLIGÊNCIA.

1 – Salvo disposição expressa da lei em contrário, as contra-ordenações sociais são sempre puníveis a título de negligência.

2 – Se a lei relativamente ao montante máximo da coima, não distinguir o comportamento doloso do negligente, este só pode ser sancionado até metade daquele montante.

## ARTIGO TERCEIRO – CONCURSO DE CONTRA-ORDENAÇÕES.

1 – Quem tiver praticado várias contra-ordenações é punido com uma coima cujo limite resulta da soma das coimas concretamente aplicadas às infracções em concurso.

## ARTIGO QUARTO – MONTANTE DAS COIMAS.

1 – As coimas aplicadas às pessoas singulares, às pessoas colectivas ainda que irregularmente constituídas e às outras entidades fiscalmente equiparadas são determinadas pelo montante do benefício económico que o autor retirou da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO QUINTO – DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA COIMA.

1 – Sempre que a contra-ordenação consistir na omissão da prática de um acto devido, a coima deverá ser graduada em função do tempo decorrido desde a data em que o facto devia ter sido praticado.

2 – À preparação e tentativa dos crimes sociais é aplicada a coima correspondente ao acto crime praticado.

## ARTIGO SEXTO – SANÇÕES ACESSÓRIAS.

1 – São aplicáveis aos autores das contra-ordenações para além das penas acessórias constantes do código penal, as penas acessórias aplicáveis aos crimes sociais constantes do disposto no artigo 4º, do capítulo anterior.

2 – Os pressupostos da aplicação das sanções acessórias previstas no número anterior, são os estabelecidos no artigo 5º, do capítulo anterior.

3 – A sanção acessória de inibição de obter benefícios e franquias aduaneiras tem a duração do dobro do período de regularização das obrigações sociais que deram origem à infracção.

## ARTIGO SÉTIMO – DISPENSA ESPECIAL DAS COIMAS.

1 – Pode haver dispensa especial das coimas, desde que o infractor reconheça a sua responsabilidade, regularize a situação social até à decisão do processo e ainda se verifiquem cumulativamente as seguintes circunstâncias:

- a) A prática da infracção não ocasione prejuízo efectivo à receita social;
- b) A falta revelar um diminuto grau de culpa.

#### ARTIGO OITAVO – NÃO PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO.

1 – Em caso algum o procedimento por contra-ordenação prescreve no tempo.

### TÍTULO SEGUNDO – PROCESSO.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – PROCESSO PENAL SOCIAL.

##### ARTIGO PRIMEIRO – AQUISIÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME.

1 – A notícia de crime social adquire-se por conhecimento próprio do ministério público ou dos órgãos de soberania sociais com competência delegada para os actos de inquérito, por intermédio dos órgãos de soberania policiais ou militares ou dos autores sociais e mediante denúncia.

2 – A notícia do crime é sempre transmitida ao órgão de soberania social com competência delegada para o inquérito.

3 – Qualquer autoridade policial ou militar que no decurso de um processo por crime não social detenha conhecimento de indícios de crime social dá do mesmo conhecimento ao órgão de soberania social competente.

4 – O funcionário do órgão de soberania social que adquira notícia de crime social transmite ao dirigente máximo do mesmo órgão de soberania social.

5 – A denúncia contém sempre que possível, a indicação dos elementos referidos nas alíneas do número 1 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do código de processo penal.

6 – Os funcionários dos órgãos de soberania sociais, dos órgãos de soberania policiais e dos órgãos de soberania militares procedem de acordo com o disposto no artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do código de processo penal, sempre que presenciarem crime social, devendo o auto de notícia ser remetido no mais curto prazo, ao órgão de soberania social competente para o inquérito.

7 – O disposto nos números anteriores, é correspondentemente aplicável aos profissionais e órgãos de soberania notariais.



## ARTIGO SEGUNDO – DETENÇÃO EM FLAGRANTE DELITO.

1 – Em caso de flagrante delito por crime social punível com pena de prisão, as entidades referidas no número 6 do artigo anterior, procedem à detenção nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do código de processo penal.

## ARTIGO TERCEIRO – PROVIDÊNCIAS CAUTELARES QUANTO AOS MEIOS DE PROVA.

1 – Independentemente do disposto no artigo seguinte, qualquer órgão de soberania policial ou militar ou profissional dos órgãos de soberania sociais pratica em caso de urgência ou de perigo de demora, os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do código de processo penal.

## ARTIGO QUARTO – INQUÉRITO.

1 – Adquirida a notícia de um crime social procede-se a inquérito sob a direcção do ministério público, com as finalidades e nos termos do disposto no código de processo penal.

2 – Aos órgãos de soberania sociais e aos órgãos de soberania militares competem durante o inquérito, os poderes e as funções que o código de processo penal atribui aos órgãos de soberania policiais, presumindo-se-lhes delegada a prática de actos que o ministério público pode atribuir àqueles órgãos.

3 – A instauração de inquérito pelos órgãos de soberania sociais e militares ao abrigo da competência delegada, deve ser de imediato comunicada ao ministério público.

## ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIA DELEGADA PARA INVESTIGAÇÃO.

1 – Sem prejuízo de a todo o tempo o processo poder ser avocado pelo ministério público, a competência para os actos de inquérito a que se refere o número 2 do artigo anterior, presume-se delegada relativamente aos crimes contra a segurança social, aos órgãos de soberania sociais nos processos por crimes que venham a ser indiciados no exercício das suas atribuições nas áreas dos contribuintes e dos beneficiários.

2 – Os actos de inquérito para cuja prática a competência é delegada nos termos do número anterior, podem ser praticados pelos titulares dos órgãos e pelos profissionais dos respectivos serviços a quem tais funções sejam especialmente cometidas.

3 – Sempre que o mesmo facto constituir crime social e crime comum ou sempre que a investigação do crime social afirme especial complexidade, o ministério público

pode determinar a constituição de equipas também integrados por elementos a designar por órgãos de soberania policiais para procederem aos actos de inquérito.

#### ARTIGO SEXTO – DURAÇÃO DO INQUÉRITO E SEU ENCERRAMENTO.

1 – Os actos de inquérito delegados nos órgãos de soberania sociais, policiais ou militares devem estar concluídos no prazo máximo de 183 dias contados da data em que foi adquirida a notícia do crime.

2 – No caso de ser intentado procedimento, contestação técnica ou processo social em que se discuta situação social de cuja definição dependa a qualificação criminal dos factos, não será encerrado o inquérito enquanto não for praticado acto definitivo ou proferida decisão final sobre a referida situação social, suspendendo-se entretanto o prazo a que se refere o número anterior.

3 – Concluídas as investigações relativas ao inquérito, o órgão de soberania social, policial ou militar competente emite parecer fundamentado que remete ao ministério público juntamente com o auto de inquérito.

4 – Não serão concluídas as investigações enquanto não for apurada a situação social ou contributiva da qual dependa a qualificação criminal dos factos, cujo procedimento tem prioridade sobre outros da mesma natureza.

#### ARTIGO SÉTIMO – DECISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1 – Recebido o auto de inquérito e respectivo parecer, o ministério público procede nos termos do disposto nos artigos 2º ao 5º, do capítulo terceiro, do título segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do código de processo penal, tendo presente o disposto no artigo seguinte.

2 – O ministério público pratica os actos que considerar necessários à realização das finalidades do inquérito.

#### ARTIGO OITAVO – ARQUIVAMENTO EM CASO DE DISPENSA DA PENA.

1 – Se o processo for por crime relativamente ao qual se encontre expressamente prevista na lei a possibilidade de dispensa da pena, o ministério público escutado o órgão de soberania social competente e com a concordância do juiz de instrução, pode decidir pelo arquivamento do processo, se se verificarem os pressupostos daquela dispensa.

2 – Se a acusação tiver sido deduzida, o juiz de instrução enquanto esta decorrer pode, com a concordância do ministério público e do arguido, escutado o órgão de soberania social competente, decidir-se pelo arquivamento do processo se se verificarem os pressupostos da dispensa da pena.

## ARTIGO NONO – COMUNICAÇÃO DO ARQUIVAMENTO E NÃO DEDUÇÃO DA ACUSAÇÃO.

1 – Sendo arquivado o inquérito ou não deduzida a acusação, a decisão é comunicada ao órgão de soberania social competente para efeitos de procedimento por contra-ordenação, se for o caso.

## ARTIGO DÉCIMO – COMPETÊNCIA POR CONEXÃO.

1 – Para efeitos do presente livro, as normas relativas à competência por conexão previstas no código de processo penal valem exclusivamente para os processos por crimes sociais da mesma natureza.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUSPENSÃO DO PROCESSO PENAL SOCIAL.

1 – Sempre que estiver a correr processo de impugnação judicial ou tiver lugar oposição à execução nos termos do disposto no livro segundo, da presente parte, do presente código, em que se discuta situação social de cuja definição dependa a qualificação criminal dos factos imputados, o processo penal social suspende-se até que transitem em julgado as respectivas sentenças.

2 – Sempre que o processo penal social for suspenso nos termos do número anterior, o processo que deu causa à suspensão tem prioridade sobre todos os outros da mesma espécie.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CASO JULGADO DAS SENTENÇAS DE IMPUGNAÇÃO E DE OPOSIÇÃO.

1 – A sentença proferida em processo de impugnação judicial e a que tenha decidido da oposição de executado nos termos do disposto no livro segundo, da presente parte, do presente código, uma vez transitadas, constituem caso julgado para o processo penal social apenas relativamente às questões nas mesmas decididas e nos precisos termos em que o foram.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSÁVEIS CIVIS.

1 – Os responsáveis civis pelo pagamento das multas nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo primeiro, do título anterior, intervêm no processo e usufruem dos direitos de defesa dos arguidos compatíveis com a defesa dos seus interesses.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ASSISTÊNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO E COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais assistem tecnicamente o ministério público em todas as fases do processo, podendo designar para cada processo um profissional do órgão de soberania ou perito social, que tem sempre a faculdade de consultar o processo e ser informado sobre a sua tramitação.

2 – Em qualquer fase do processo as respectivas decisões finais são sempre comunicadas ao órgão de soberania social.

## CAPÍTULO SEGUNDO – PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO SOCIAL.

### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO.

1 – Ficam sujeitos ao processo de contra-ordenação social as infracções sociais de natureza criminal, salvo nos casos em que o conhecimento das contra-ordenações competir aos órgãos de soberania jurídicos, caso em que é correspondentemente aplicável o disposto no capítulo anterior.

### ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES SOCIAIS.

1 – A aplicação das coimas e sanções acessórias ressalvadas as especialidades previstas no presente livro, compete aos órgãos de soberania sociais competentes, tratando-se de contra-ordenações sociais.

### ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS.

1 – As decisões de aplicação de coimas e sanções acessórias podem ser objecto de recurso para o órgão de soberania jurídico de cariz económico de 1ª instância competente, salvo nos casos em que a contra-ordenação é julgada no próprio órgão de soberania jurídico competente.

### ARTIGO QUARTO – INSTAURAÇÃO.

1 – O processo de contra-ordenação social será instaurado sempre que haja suspeita da prática de contra-ordenação social ou de outra natureza para a qual sejam competentes as autoridades sociais.

### ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO PARA LIQUIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES.

1 – Sempre que uma contra-ordenação social implique a existência de facto pelo qual sejam devidas contribuições e quotizações ainda não liquidadas, o processo de

contra-ordenação será suspenso depois de instaurado ou finda a instrução sempre que necessário e até que ocorra uma das seguintes circunstâncias:

- a) Ser as contribuições e as quotizações pagas no prazo estabelecido na lei ou no prazo fixado administrativamente;
- b) Haver decorrido o referido prazo sem que as contribuições e as quotizações tenham sido pagas, nem reclamada ou impugnada a liquidação;
- c) Verificar-se o trânsito em julgado da decisão proferida em processo de impugnação ou o fim do processo de reclamação.

2 – Dar-se-á prioridade ao processo de impugnação sempre que do mesmo depender o andamento do de contra-ordenação.

3 – O processo de impugnação será depois de findo apensado ao processo de contra-ordenação.

4 – Se durante o processo de contra-ordenação for deduzida oposição de executado em processo de execução social de contribuições e de quotizações de cuja existência dependa a graduação da coima, o processo de contra-ordenação social suspende-se até que a oposição seja decidida.

#### ARTIGO SEXTO – BASE DO PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO SOCIAL.

1 – Podem servir de base ao processo de contra-ordenação:

- a) O auto de notícia levantado por profissional competente;
- b) A participação de entidade oficial;
- c) A denúncia efectuada por qualquer pessoa;
- d) A declaração do contribuinte ou obrigado social a solicitar a regularização da situação social antes de instaurado o processo de contra-ordenação.

#### ARTIGO SÉTIMO – REQUISITOS DO AUTO DE NOTÍCIA.

1 – A autoridade ou agente de autoridade que verificar pessoalmente os factos constitutivos de contra-ordenação social levantará auto de notícia, sempre que o for competente e enviá-lo-á imediatamente à entidade que deve instruir o processo.

2 – O auto de notícia deve conter sempre que possível:

- a) A identificação do autuante e do autuado, com menção do nome, do número social de contribuinte, da profissão, da morada e de outros elementos necessários;
- b) O lugar onde se praticou a infracção e aquele em que foi verificada;
- c) O dia e a hora da contra-ordenação e os da sua verificação;
- d) A descrição dos factos constitutivos da infracção;



- e) A indicação das circunstâncias respeitantes ao infractor e à contra-ordenação que possam influir na determinação da responsabilidade, nomeadamente a situação económica e o prejuízo causado ao credor social;
- f) A menção das disposições legais que prevejam a contra-ordenação e cominam a respectiva sanção;
- g) A indicação das testemunhas que possam depor sobre a contra-ordenação;
- h) A assinatura do autuado e na sua falta a menção dos motivos desta;
- i) A assinatura do autuante, que poderá ser efectuada por chancela ou outro meio de reprodução devidamente autorizado, podendo a autenticação ser efectuada por aposição de selo branco ou por qualquer forma idónea de assinatura e do serviço emitente.

#### ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA PARA O LEVANTAMENTO DO AUTO DE NOTÍCIA.

1 – Sem prejuízo do disposto em lei especial, são competentes para o levantamento do auto de notícia em caso de contra-ordenação social, para além dos órgãos de soberania policiais, os órgãos de soberania sociais, nomeadamente através dos seus dirigentes máximos dos serviços sociais.

#### ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO E DENÚNCIA.

1 – Se algum profissional sem competência para levantar auto de notícia tiver conhecimento no exercício ou por causa do exercício das suas funções de qualquer contra-ordenação, participá-lo-á por escrito ou verbalmente à autoridade competente para o seu processamento.

2 – Qualquer pessoa pode denunciar contra-ordenação social junto dos serviços sociais competentes.

3 – A participação e a denúncia verbais só terão seguimento depois de lavrado termo de identificação do participante ou denunciante.

4 – A participação e a denúncia conterão sempre que possível, os elementos exigidos para o auto de notícia.

5 – O disposto no presente artigo, é também aplicável quando se trate de profissional competente para levantar auto de notícia, desde que não tenha verificado pessoalmente a contra-ordenação.

#### ARTIGO DÉCIMO – EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONTRA-ORDENAÇÃO.

1 – O procedimento por contra-ordenação extingue-se por pagamento voluntário da coima no decurso do processo de contra-ordenação social.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA COIMA.

1 – A obrigação de pagamento da coima e do cumprimento das sanções acessórias referentes à actividade económica transita para os herdeiros em caso de falecimento do infractor.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – NULIDADES DO PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO SOCIAL.

1 – Constituem nulidades insupríveis no processo de contra-ordenação social:

- a) O levantamento do auto de notícia por profissional sem competência;
- b) A falta de assinatura do autuante e da menção de algum elemento essencial da infracção;
- c) A falta de notificação do despacho para audição e apresentação da defesa;
- d) A falta de requisitos legais da decisão de aplicação das coimas, incluindo a notificação do arguido.

2 – Não constitui nulidade o facto de o auto ser levantado contra um só autor e se verificar que no decurso do processo, outra ou outras pessoas participarem na contra-ordenação ou por esta respondem.

3 – As nulidades dos actos referidos no número 1, têm por efeito a anulação dos termos subsequentes do processo que deste dependam absolutamente, devendo porém aproveitar-se as peças úteis ao apuramento dos factos.

4 – Verificadas as nulidades constantes das alíneas a) e b) do número 1, o auto de notícia vale como participação.

5 – As nulidades mencionadas são de conhecimento officioso e podem ser arguidas até à decisão se tornar definitiva.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SUSPENSÃO DO PROCESSO E CASO JULGADO DAS SENTENÇAS DE IMPUGNAÇÃO E OPOSIÇÃO.

1 – São aplicáveis ao processo de contra-ordenação com as necessárias adaptações o disposto no artigo 6º, no número 2 do artigo 11º e no artigo 12º, do capítulo anterior.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – EXECUÇÃO DA COIMA.

1 – As coimas aplicadas em processo de contra-ordenação social são cobradas coercivamente em processo de execução social.

2 – Sempre que as coimas, sanções pecuniárias e custas processuais não sejam pagas nos prazos legais será extraída certidão de dívida ou certidão da conta ou liquidação efectuada de harmonia com o decidido, a qual servirá de base à execução social.

3 – Sempre que o resultado obtido nos termos dos números anteriores, não produzir a importância das quantias devidas, efectuada a distribuição da quantia que se tiver executado, será o processo remetido ao órgão da execução social competente, para cobrança coerciva do valor em falta.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CUSTAS.

1 – As custas em processo de contra-ordenação social regem-se pelo regulamento das custas dos processos sociais.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COMPETÊNCIA PARA A INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO.

1 – O processo de contra-ordenação será instaurado na matriz social da área de circunscrição geográfica onde tiver sido cometida a contra-ordenação social.

2 – Serão instruídos pelos órgãos de soberania policiais os processos de contra-ordenação que resultem de autos de notícia levantados pelos seus agentes.

3 – Os documentos que sirvam de base ao processo de contra-ordenação social serão remetidos à matriz social competente pelos autuantes e participantes ou no caso de denúncias por quem as tiver recebido.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REGISTO E AUTUAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

1 – Recebido qualquer dos documentos que sirva de base ao processo de contra-ordenação social, a matriz social competente procede ao seu registo e autuação.

2 – Do registo constará o número de ordem atribuído ao processo, a data de entrada e o nome do indiciado como infractor.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – INVESTIGAÇÃO E INSTRUÇÃO.

1 – A investigação e a instrução no processo de contra-ordenação são orientadas pelo dirigente máximo do serviço social competente.

2 – O auto de notícia levantado nos termos do disposto nos artigos 7º e 8º, do presente capítulo, dispensa a investigação e instrução do processo de contra-ordenação, sem prejuízo da obtenção de outros elementos indispensáveis para a prova da culpabilidade do arguido ou para demonstrar a sua inocência.

## ARTIGO DÉCIMO NONO – NOTIFICAÇÃO DO ARGUIDO.

1 – O dirigente máximo do serviço social competente notifica o arguido do facto ou factos apurados no processo de contra-ordenação e da punição em que incorre, comunicando-lhe também que no prazo de 10 dias pode apresentar defesa e juntar ao processo os elementos probatórios que entender, bem como utilizar as possibilidades de pagamento antecipado da coima nos termos do disposto no artigo 23º, do presente capítulo ou até à decisão do processo de pagamento voluntário nos termos do disposto no artigo 26º, do presente capítulo.

2 – Às notificações no processo de contra-ordenação aplicam-se as disposições correspondentes do livro segundo, da presente parte, do presente código.

3 – No caso de processo instaurado com base em auto de notícia, a descrição dos factos a que se refere o número 1, pode ser substituída pela cópia do auto.

## ARTIGO VIGÉSIMO – DEFESA DO ARGUIDO.

1 – A defesa do arguido pode ser produzida verbalmente na matriz social competente.

2 – Após a apresentação da defesa, o dirigente máximo do serviço social sempre que o considerar necessário pode ordenar novas diligências de investigação e instrução.

3 – Durante a investigação e instrução o dirigente máximo do serviço social pode solicitar a todas as entidades policiais e administrativas a cooperação exigida.

## ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – MEIOS DE PROVA.

1 – O dirigente máximo do serviço social juntará sempre ao processo os elementos oficiais de que disponha ou possa solicitar para esclarecimento dos factos designadamente os respeitantes à situação social ou contributiva do arguido.

2 – As testemunhas no máximo de três por cada infracção, são ajuramentadas, devendo a acta de inquirição ser por estas assinada ou indicar a razão da falta de assinatura.

3 - As testemunhas e os peritos são obrigados a comparecer na matriz social da área de circunscrição geográfica da sua residência e a pronunciar-se sobre a matéria do processo, sendo a falta ou recusa injustificada puníveis com sanção pecuniária de um terço da quantia do respectivo processo de contra-ordenação.

## ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INDÍCIOS DE CRIME SOCIAL.

1 – Se até à decisão se revelarem indícios de crime social, é de imediato instaurado o respectivo processo criminal.

2 – Se os indícios de crime social respeitarem a factos objecto de processo de contra-ordenação, suspende-se o procedimento até decisão do processo-crime.

### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA COIMA.

1 – O arguido que pagar a coima no prazo para a defesa, beneficia por efeito da antecipação do pagamento independentemente do valor da obrigação social de dispensa especial da coima nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo terceiro, do título anterior e de metade das custas processuais.

2 – O pagamento antecipado da coima nos termos do número anterior, não prejudica a aplicação das sanções acessórias previstas na lei.

3 – Caso o arguido não proceda no prazo legal ou no prazo que seja fixado à regularização da situação social, perde o direito à dispensa especial de coima e à redução das custas processuais previstas no número 1 e o processo de contra-ordenação prossegue para fixação da coima e cobrança da diferença.

### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – APLICAÇÃO DA COIMA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO SOCIAL E OUTRAS ENTIDADES.

1 – Finda a produção de prova, o dirigente máximo do serviço social aplicará a coima se esta for da sua competência e não existir lugar à aplicação de sanções acessórias.

2 – Se o conhecimento da contra-ordenação competir a outra entidade social, o dirigente máximo do serviço social remete-lhe o processo para a aplicação da coima.

3 – A entidade competente para conhecer da contra-ordenação pode delegar em profissionais qualificados a competência para aplicação da coima ou para o arquivamento do respectivo processo.

4 – Em caso de concurso de contra-ordenações cujo conhecimento competir ao dirigente máximo do serviço social e a outras entidades sociais, compete a esta aplicar a respectiva coima.

### ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

1 – Ocorrendo o pagamento antecipado da contra-ordenação ou existindo dúvidas fundadas sobre factos constitutivos da mesma que não seja possível suprir, a entidade competente para o seu conhecimento arquiva o processo.

2 – O arquivamento será comunicado nos primeiros 3 dias seguintes ao superior hierárquico da entidade com competência para conhecer da contra-ordenação, podendo aquele ordenar o prosseguimento do processo de contra-ordenação.



## ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – PAGAMENTO VOLUNTÁRIO.

1 – Fixada a coima pela entidade competente, o arguido é notificado para a pagar voluntariamente no prazo de 15 dias, sob pena de perder o direito à dispensa especial da coima nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo terceiro, do título anterior e à redução das custas processuais respectivas.

2 – O pagamento voluntário da coima não prejudica a aplicação das sanções acessórias previstas na lei.

3 – Sempre que o arguido até à decisão não regularizar a situação social, perde o direito à dispensa especial da coima e à redução das custas processuais a que se refere o número 1 e o processo prossegue para cobrança da totalidade da coima e das custas processuais.

## ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – REQUISITOS DA DECISÃO QUE APLICA A COIMA.

1 – A decisão que aplica a coima contém:

- a) A identificação do infractor e eventuais participantes;
- b) A descrição sumária dos factos e indicação das normas violadas e punitivas;
- c) A coima e as sanções acessórias, com indicação dos elementos que contribuíram para a sua fixação;
- d) A indicação de que vigora o princípio da proibição da sua reforma;
- e) A condenação em custas.

2 – A notificação da decisão que aplicou a coima contém para além dos termos da decisão e do montante das custas, advertência expressa de que no prazo de 15 dias o infractor deve efectuar o pagamento ou recorrer judicialmente, sob pena de se proceder à cobrança coerciva.

3 – A notificação referida no número anterior, é sempre da competência do serviço social referido no artigo 16º, do presente capítulo.

## ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – RECURSO DAS DECISÕES DE APLICAÇÃO DAS COIMAS.

1 – As decisões de aplicação das coimas e sanções acessórias podem ser objecto de recurso para o órgão de soberania jurídico de cariz humano ou económico de 1ª instância, no prazo de 15 dias após a notificação, a apresentar no serviço social onde tiver sido instaurado o processo de contra-ordenação.

2 – A solicitação contém alegações e indicações dos meios de prova a produzir e é dirigida ao órgão de soberania jurídico de cariz humano ou económico de 1ª instância da área de circunscrição geográfica do serviço social referido no número anterior.

3 – Até ao envio dos autos ao órgão de soberania jurídico a autoridade recorrida pode revogar a decisão da aplicação da coima.

#### ARTIGO VIGÉSIMO NONO – REMESSA DO PROCESSO AO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO COMPETENTE.

1 – Recebida a petição, o dirigente máximo do serviço social remete o processo no prazo de 21 dias ao órgão de soberania jurídico de cariz humano ou económico competente.

2 – Sempre que o considerar conveniente, o representante do real tribunal de contas português pode oferecer qualquer prova complementar, arrolar testemunhas, sempre que ainda o não tenham sido ou indicar os elementos ao dispor do órgão de soberania social que repute conveniente obter.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO – AUDIÊNCIA DE DISCUSSÃO E JULGAMENTO.

1 – O ministério público deve estar presente na audiência de julgamento.

2 – O representante do real tribunal de contas português pode participar na audiência.

3 – O arguido não é obrigado a comparecer à audiência, salvo se o juiz considerar a sua presença como necessária ao esclarecimento dos factos, podendo sempre fazer-se representar por advogado.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – RECURSO DA SENTENÇA.

1 – O arguido e o ministério público podem recorrer da decisão do órgão de soberania jurídico de cariz humano ou económico de 1ª instância, para o órgão de soberania jurídico de cariz humano ou económico de 2ª instância, independentemente do valor da coima aplicada.

2 – O recurso é interposto no prazo de 21 dias a contar da notificação do despacho da audiência do julgamento ou caso o arguido não tenha comparecido da notificação da sentença.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – EFEITO SUSPENSIVO.

1 – O recurso só tem efeito suspensivo se o arguido prestar garantia no prazo de 21 dias, por qualquer das formas previstas nas leis sociais, salvo se demonstrar em igual prazo que a não pode prestar, no todo ou em parte, por insuficiência de meios económicos.

## ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DA REVISÃO DAS COIMAS E SANÇÕES ACESSÓRIAS.

1 – A revisão da decisão da autoridade administrativa compete ao órgão de soberania jurídico de cariz humano ou económico competente para o conhecimento do respectivo recurso judicial desta competindo recurso para a instância imediatamente superior.

2 – Sempre que a coima tiver sido aplicada pelo órgão de soberania jurídico, a revisão compete à instância judicial imediatamente superior, excepto se a decisão tiver sido firmada pelo real supremo tribunal de justiça português.

## ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – RECURSO EM PROCESSO DE REVISÃO.

1 – Da decisão proferida em processo judicial de revisão de coima aplicada pelo órgão de soberania jurídico de cariz humano ou económico de 1º instância ou pelo órgão de soberania jurídico de cariz humano ou económico de 2ª instância sempre que dissonante da decisão da 1ª instância compete recurso para o real supremo tribunal de justiça português.

## TÍTULO TERCEIRO – INFRACÇÕES SOCIAIS EM ESPECIAL.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES SOCIAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – BURLA SOCIAL.

1 – Toda a pessoa que por meio de falsas declarações, falsificação ou viciação de documento socialmente relevante ou outros meios fraudulentos, determinar a administração social a efectuar atribuições patrimoniais das quais resulte benefício indevido para o autor ou para terceiros, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO SEGUNDO – FRUSTAÇÃO DE CRÉDITOS.

1 – Toda a pessoa que detendo o conhecimento que tem a obrigação de entregar contribuições ou quotizações já liquidadas ou em processo de liquidação ou dívida aos órgãos de soberania sociais, alienar, danificar ou ocultar, fizer desaparecer ou onerar o seu património com intenção de por essa forma frustrar total ou parcialmente o crédito social, é punida nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo quarto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

### ARTIGO TERCEIRO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.

1 – Toda a pessoa que promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de crimes sociais;

2 – Toda a pessoa que fizer parte dos grupos, organizações ou associações referidas no número 1, ou que os apoiar, nomeadamente fornecendo instrumentos de crime, armazenagem, guarda ou locais para as reuniões ou qualquer auxílio para que recrutem novos elementos;

3 – Toda a pessoa que chefiar ou dirigir grupos, organizações ou associações referidas nos números anteriores;

é punida nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo sétimo, do título terceiro, da parte segunda, do código penal.

### ARTIGO QUARTO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA.

1 – A não obediência devida a ordem ou mandado legítimo regularmente comunicado e emanado dos órgãos de soberania sociais ou de autoridade judicial competente em matéria de derrogação do sigilo bancário, é punida nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título quinto, da parte segunda, do código penal.

### ARTIGO QUINTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO.

1 – Toda a pessoa que sem justa causa e sem o consentimento de quem de direito, dolosamente revelar ou se aproveitar do conhecimento do segredo social ou da situação contributiva perante a segurança social de que tenha conhecimento no exercício das suas funções ou por causa destas, é punida nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo sétimo, do título segundo, da parte segunda, do código penal.

2 – Todo o profissional que sem estar devidamente autorizado, revele segredo de que teve conhecimento ou que lhe foi confiado no exercício das suas funções ou por causa destas, nomeadamente obtido através da derrogação do sigilo bancário ou outro dever legal do sigilo, com a intenção de obter para si ou para terceiros um benefício ilegítimo ou de causar prejuízo ao interesse público, à administração social ou a terceiros, é punido nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo quinto, do título primeiro, sempre que pertencer ao sector privado e nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo quarto, do título quinto, da parte segunda, do código penal, sempre que pertencer ao sector público.

### ARTIGO SEXTO – FRAUDE SOCIAL.

1 – Constituem fraude social as condutas ilegítimas que visem a não liquidação, entrega ou pagamento da obrigação social ou a obtenção indevida de prestações sociais, reembolsos ou outras vantagens patrimoniais susceptíveis de causarem diminuição das receitas sociais.

2 – Toda a pessoa que:

- a) Oculte ou altere factos ou valores que devam constar dos livros de contabilidade, escrituração ou registos, ou das declarações apresentadas ou prestadas a fim de que a administração social especificamente fiscalize, determine, avalie ou controle a liquidação;
- b) Oculte factos ou valores não declarados e que devam ser revelados à administração social;
- c) Celebre acordo laboral simulado, quer quanto ao valor, quer quanto à natureza, quer por interposição, omissão ou substituição de pessoas;

é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO SÉTIMO – ABUSO DE CONFIANÇA.

1 – Toda a pessoa que não entregar à administração social, total ou parcialmente, obrigação social, deduzida nos termos da lei e que estava legalmente obrigado a entregar, nomeadamente a que foi deduzida por conta daquela ou aquela que tendo sido recebida haja obrigação legal de a liquidar nos casos que a lei preveja, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

2 – Os factos descritos no número anterior, só são puníveis se:

- a) Tiverem decorrido mais de 30 dias sobre o termo do prazo legal de entrega da obrigação;
- b) A obrigação comunicada à administração social através da correspondente declaração, não for paga, acrescida dos juros respectivos e do valor da coima aplicável, no prazo de 30 dias após notificação para o efeito.

3 – Para efeitos do disposto nos números anteriores os valores a considerar são os que nos termos da legislação aplicável, devam constar de cada declaração a apresentar à administração social.

#### ARTIGO OITAVO – EXERCÍCIO ILÍCITO DE ACTIVIDADE SOCIAL.

1 – Toda a pessoa singular ou colectiva que exerça actividade social sem possuir nos termos da lei a licença de funcionamento e o alvará de exercício de actividade económica é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

### CAPÍTULO SEGUNDO – CONTRA-ORDENAÇÕES SOCIAIS.



## ARTIGO PRIMEIRO – FALTA OU ATRASO DE ENTREGA E EXIBIÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS OU DE DECLARAÇÕES.

1 – A falta ou atraso na apresentação, ainda que por via electrónica ou a não exibição imediato ou no prazo que a lei ou a administração social fixarem, de declarações ou documentos comprovativos dos factos, valores ou situações constantes das declarações ou outros que legalmente os possam substituir, comunicações, registos, mesmo que magnéticos ou outros documentos e a não prestação de informações ou esclarecimentos que autonomamente devam ser legal ou administrativamente exigidos, é punível com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO SEGUNDO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE COOPERAÇÃO.

1 – Sem prejuízo do disposto no número 4 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro, da presente parte, do presente código, a violação do dever legal de cooperação, no sentido da correcta percepção da obrigação social ou a prática de inexactidões, erros ou omissões nos documentos que aquele dever postula nos termos do disposto no número 4 do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro primeiro, da presente parte, do presente código, sempre que não devam ser consideradas como infracções mais graves, é punível com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO TERCEIRO – OMISSÕES E INEXACTIDÕES NAS DECLARAÇÕES OU EM OUTROS DOCUMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES.

1 – As omissões ou inexactidões que não constituam a contra-ordenação prevista no artigo anterior, praticada nas declarações, bem como nos documentos comprovativos dos factos, valores ou situações destas constantes, incluindo as praticadas noutros documentos socialmente relevantes que devam ser mantidos, apresentados ou exigidos, são puníveis com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO QUARTO – RECUSA DE ENTREGA E EXIBIÇÃO OU APRESENTAÇÃO DA ESCRITA E DE DOCUMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES.

1 – Toda a pessoa que recusar a entrega, a exibição ou apresentação de escrita, de contabilidade ou de documento socialmente relevantes a profissional competente, quando os factos não constituam fraude social, é punido com coima equivalente ao montante do

benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – Sempre que a administração social deva fixar previamente prazo para a entrega, exibição ou apresentação de escrita, de contabilidade e de documentos socialmente relevantes a funcionário competente, a infracção só se considera consumada no termo do prazo.

3 – Considera-se recusada a entrega, exibição ou apresentação de escrita, de contabilidade ou de documento socialmente relevantes, quando o autor não permita o livre acesso ou a utilização pelos funcionários competentes dos locais sujeitos a fiscalização de agentes da administração social nos termos da lei.

4 – Para efeitos dos números anteriores, consideram-se documentos socialmente relevantes os livros, registos obrigatórios, demais documentos e respectivas versões electrónicas, indispensáveis ao apuramento e fiscalização da situação social do contribuinte.

#### ARTIGO QUINTO – FALTA DE ENTREGA DA OBRIGAÇÃO SOCIAL.

1 – A não entrega, total ou parcial, ao credor social, pelo período de 62 dias ou por período superior, desde que os factos não constituam crime, da obrigação social deduzida nos termos da lei, nomeadamente a que foi deduzida por conta daquela, bem como aquela que tendo sido recebida haja obrigação legal de liquidar nos casos em que a lei o preveja, é punido com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – As coimas previstas no número anterior, são também aplicáveis em qualquer caso de não entrega, da obrigação social que embora não tendo sido deduzida, o devesse ser nos termos da lei.

3 – Para efeitos contra-ordenacionais são puníveis como falta de entrega da obrigação social a falta de liquidação, liquidação inferior à devida ou liquidação indevida de contribuições e de quotizações em recibos de vencimento ou documento equivalente, ou a sua menção, dedução ou rectificação sem observância dos termos legais.

4 – É punível com a coima referida no número 1, o pagamento da liquidação por forma diferente da legalmente prevista.

#### ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO SOCIAL.

1 – A revelação ou aproveitamento de segredo social e elementos de natureza pessoal de que se tenha conhecimento no exercício das respectivas funções ou por causa destas e que se obtenham no procedimento nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro, da presente parte, do presente código, desde que os factos não constituam crime, é punido com coima equivalente ao

montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três, nunca inferior a três ordenados mensais ilíquidos.

#### ARTIGO SÉTIMO – FALTA OU ATRASO DE DECLARAÇÕES.

1 – A falta de declarações que para efeitos sociais devem ser apresentadas a fim de que a administração social especificamente determine, avalie ou comprove as contribuições e as quotizações, bem como a respectiva obrigação fora do prazo legal, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – Para efeitos do presente artigo, são equiparadas às declarações referidas no número anterior, as declarações que o contribuinte periodicamente deva efectuar para efeitos estatísticos ou similares.

#### ARTIGO OITAVO – FALTA OU ATRASO NA APRESENTAÇÃO OU EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS OU DE DECLARAÇÕES.

1 – A falta ou atraso na apresentação ou a não exibição, imediata ou no prazo que a lei ou a administração social fixarem, de declarações ou documentos comprovativos dos factos, valores ou situações constantes das declarações ou outros que legalmente os possam substituir, comunicações, registos, ainda que magnéticos ou outros documentos e a não prestação de informações ou esclarecimentos que autonomamente devam ser legal ou administrativamente exigidos, é punido com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – É punida com a coima referida no número anterior, a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo das declarações de início, alteração ou cessação da actividade, das declarações autónomas de cessação ou alteração dos pressupostos de prestações sociais e das declarações para inscrição em registos que a administração social deva possuir de valores patrimoniais.

3 – É punida com coima de 50 contos, a falta de exibição pública dos elementos comprovativos do pagamento das contribuições e quotizações que sejam exigidas, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo das declarações ou fichas para inscrição ou actualização de elementos do número social de contribuinte das pessoas singulares.

#### ARTIGO NONO – FALSIFICAÇÃO, VICIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE DOCUMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES.

1 – Toda a pessoa que falsificar, viciar, ocultar, destruir ou danificar elementos socialmente relevantes, sempre que não deva ser punido pelo crime de fraude social, é

punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2- Toda a pessoa que utilizar, alterar ou viciar programas, dados ou suportes informáticos, necessários ao apuramento e fiscalização da situação social do contribuinte, com o objectivo de obter vantagens patrimoniais susceptíveis de causarem diminuição das receitas sociais, é punido com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

3 – No caso de não existirem contribuições e quotizações a liquidar, os limites das coimas previstas nos números anteriores são reduzidos a metade.

#### ARTIGO DÉCIMO – OMISSÕES E INEXACTIDÕES NAS DECLARAÇÕES OU EM OUTROS DOCUMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES.

1 – As omissões ou inexactidões relativas à situação social que não constituam fraude social nem contra-ordenação prevista no artigo anterior, praticadas nas declarações, bem como nos documentos comprovativos dos factos, valores ou situações dos mesmos constantes, incluindo as praticadas nos livros de contabilidade e escrituração ou outros que legalmente os possam substituir ou em outros documentos socialmente relevantes que devam ser mantidos, apresentados ou exibidos, são punidas com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – No caso de não existirem contribuições e quotizações a liquidar, os limites das coimas previstas no número anterior são reduzidos a um terço.

3 – Para os efeitos do número 1, são consideradas declarações as referidas no número 1 do artigo 7º e no número 2 do artigo 8º, do presente capítulo.

4 – É punida com coima de 50 contos, as inexactidões ou omissões praticadas nas declarações ou fichas para inscrição ou actualização de elementos do número social de contribuinte das pessoas singulares.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INEXISTÊNCIA DE CONTABILIDADE OU DE LIVROS SOCIALMENTE RELEVANTES.

1 – A inexistência de livros de contabilidade ou de escrituração e do modelo de exportação de ficheiros, obrigatórios por força da lei, bem como de livros, registos e documentos com estes relacionados, qualquer que seja a respectiva natureza, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.



2 – Verificada a inexistência de escrita, independentemente do procedimento para a aplicação da coima prevista no número anterior, é notificado o contribuinte para proceder à sua organização num prazo a designar que não pode ser superior a 21 dias, com a cominação que se o não fizer, o montante da coima aplicada por negligência ou por dolo, será multiplicado por três.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – NÃO ORGANIZAÇÃO DA CONTABILIDADE DE HARMONIA COM AS DIRECTRIZES DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E ATRASOS NA SUA EXECUÇÃO.

1 – A não organização da contabilidade de harmonia com as directrizes de normalização contabilística, bem como o atraso na execução da contabilidade, na escrituração de livros ou na elaboração de outros elementos da escrita, ou de registos por período superior ao previsto na lei fiscal, sempre que não sejam punidos como crime ou como contra-ordenação mais grave, são puníveis com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – Verificado o atraso, independentemente do procedimento para a aplicação da coima prevista no número anterior, o contribuinte é notificado para regularizar a escrita em prazo a designar, que não pode ser superior a 21 dias, com a cominação que se o não fizer, o montante da coima aplicada por negligência ou por dolo, será multiplicado por três.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – FALTA DE APRESENTAÇÃO ANTES DA RESPECTIVA UTILIZAÇÃO DOS LIVROS DE ESCRITURAÇÃO.

1 – A falta de apresentação, no prazo legal e antes da respectiva utilização, de livros, registos ou outros documentos relacionados com a contabilidade ou exigidos na lei, é punida com coima de 100 contos.

2 – A mesma sanção referida no número anterior, é aplicável à não conservação, pelo prazo estabelecido na lei fiscal dos livros, registos ou outros documentos mencionados no número anterior.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE EMITIR OU EXIGIR RECIBO DE VENCIMENTO.

1 – A não passagem de recibo de vencimento ou a sua emissão fora dos prazos legais nos casos em que a lei exija, é punível com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.



2 – A não exigência nos termos da lei de passagem de recibo de vencimento ou a sua não conservação pelo período de tempo na lei previsto, é punível com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – FALTA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES OU GESTOR DE BENS OU DIREITOS.

1 – A falta de designação de uma pessoa com residência, sede ou direcção efectiva em espaço territorial português para representar perante a administração social as entidades não residentes em Portugal e as que embora residentes se ausentem do espaço territorial português por período superior a 183 dias, no que respeita a obrigações emergentes da relação jurídico social, bem como a designação que omita a aceitação expressa pelo representante nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro primeiro, da presente parte, do presente código;

2 – Todo o sujeito passivo que for representante ou gestor de bens ou direitos de um sujeito passivo não residente e que não obtenha a sua identificação e a não apresente à administração social no prazo de 30 dias posteriores à afirmação do compromisso, bem como não comunicar a sua inexistência nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro primeiro, da presente parte, do presente código;

é punível ou punido com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PAGAMENTO INDEVIDO DE RENDIMENTOS.

1 – O pagamento ou a colocação à disposição dos respectivos titulares de rendimentos sujeitos a contribuições e a quotizações, com cobrança mediante o sistema de retenção na fonte, sem que aqueles façam a comprovação do seu número social de contribuinte ou beneficiário, é punido com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – A falta de retenção na fonte relativa a rendimentos sujeitos a esta obrigação, sempre que se verifiquem os pressupostos legais para a sua dispensa total ou parcial, mas sem que no prazo legalmente previsto tenha sido apresentada a respectiva prova, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – TRANSFERÊNCIA PARA O EXTERIOR DE RENDIMENTOS SUJEITOS A CONTRIBUIÇÕES E A QUOTIZAÇÕES.

1 – A transferência para o exterior de rendimentos sujeitos a contribuições e a quotizações, obtidos em espaço territorial português por entidades não residentes, sem que se mostre pago ou assegurado as contribuições ou as quotizações que forem devidas, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO DÉCIMO OITAVO – IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS POR TIPOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS.

1 – A impressão de documentos socialmente relevantes por pessoas ou entidades não autorizadas para o efeito sempre que a lei exija, bem como a sua aquisição, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – O fornecimento de documentos socialmente relevantes por pessoas ou entidades não autorizadas sem observância das formalidades legais, bem como a sua aquisição, é punido com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO DÉCIMO NONO – FALSIDADE INFORMÁTICA E PROGRAMAS E EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS CERTIFICADOS.

1 – Toda a pessoa que criar, ceder ou transaccionar programas informáticos concebidos com o objectivo de impedir ou alterar o apuramento da situação social do contribuinte, sempre que não deva ser punido como crime, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – Toda a pessoa que utilizar programas ou equipamentos informáticos de salários que não estejam certificados nos termos do disposto no número 7 do artigo 7º, do capítulo primeiro, do título sexto, do livro décimo sétimo, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO VIGÉSIMO – VIOLAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE POSSUIR E MOVIMENTAR CONTAS BANCÁRIAS.

1 – Toda a pessoa singular ou colectiva a exercer actividade económica que não possua conta bancária nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro, da presente parte, do presente código, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

2 – Toda a pessoa singular ou colectiva a exercer actividade económica que não realize através de conta bancária os movimentos de débito e crédito inerentes, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

3 – Toda a pessoa singular ou colectiva a exercer actividade económica que realize os movimentos de débito e crédito inerentes, através de meios diferentes dos legalmente previstos, é punida com coima equivalente ao montante do benefício económico que o autor retirou ou iria retirar da prática da contra-ordenação no caso de negligência, sendo em caso de dolo esse montante multiplicado por três.

## ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DOMICÍLIO FISCAL.

1 – Todo o sujeito passivo que não comunicar no prazo de 30 dias à administração social a mudança de domicílio fiscal nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro primeiro, da presente parte, do presente código, é punido com uma contra-ordenação equivalente ao triplo do montante dos prejuízos e transtornos causados pelo acto crime, nunca inferior a 50 contos no caso de o sujeito passivo ser uma pessoa singular e a 100 contos no caso de o sujeito passivo ser uma pessoa colectiva.

## ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INSPECÇÃO.

1 – Toda a instituição de crédito, sociedade financeira ou demais entidade que nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro, da presente parte, do presente código, violar o prazo e o acesso pela administração social a elementos cobertos pelo dever do sigilo a que estejam vinculados nos casos em que exista a possibilidade legal de a administração social exigir a sua derrogação ou de autorização judicial nos termos da legislação aplicável, é punida com uma contra-ordenação equivalente ao triplo do montante dos prejuízos e transtornos causados com o acto crime, nunca inferior a 1 000 contos no caso de o sujeito passivo dos elementos solicitados ser uma pessoa singular ou a 10 000 contos no caso de o sujeito passivo dos elementos solicitados ser uma pessoa colectiva, se pena mais grave não competir ao acto crime praticado.

## ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – DENÚNCIA.

1 – Todo o cidadão que denuncie à administração social uma infracção social de pessoa singular ou de pessoa colectiva sem que a mesma denúncia dolosa tenha fundamento ou não se verifique a infracção depois de apurados os factos nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do título terceiro, do livro primeiro, da presente parte, do presente código, é punido com uma contra-ordenação equivalente ao triplo do montante dos prejuízos e transtornos causados com o acto crime, nunca inferior a 100 contos no caso de o sujeito passivo denunciado ser uma pessoa singular ou a 1 000 contos no caso de o sujeito passivo denunciado ser uma pessoa colectiva.

## ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PROCEDIMENTO DE REVISÃO.

1 – Todo o perito que intervenha num processo de revisão das contribuições e das quotizações, tendo desempenhado nos últimos 5 anos qualquer função ou cargo público na administração do estado ou que tenha prestado serviço a qualquer título ao sujeito passivo envolto do mesmo processo de revisão das contribuições e das quotizações nos termos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 14º, do capítulo quinto, do título terceiro, do livro primeiro, da presente parte, do presente código, é punido com uma contra-ordenação equivalente ao triplo do montante dos prejuízos e transtornos causados com o acto crime, nunca inferior a 1 000 contos no caso de o sujeito passivo no processo de revisão ser uma pessoa singular ou a 10 000 contos no caso de o sujeito passivo no processo de revisão ser uma pessoa colectiva, se pena mais grave não competir ao acto crime praticado.

## ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – MONTANTE MÍNIMO DA COIMA.

1 – Em caso algum o montante mínimo da coima aplicada em processo de contra-ordenação social é inferior a 50 contos.

# LIVRO DÉCIMO – REGIME DAS DÍVIDAS SOCIAIS.

## TÍTULO PRIMEIRO – INCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

## ARTIGO PRIMEIRO – DÍVIDA AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – Consideram-se dívidas aos órgãos de soberania sociais para efeitos do presente código, todas as dívidas contraídas perante os órgãos de soberania sociais pelas pessoas singulares e colectivas e outras entidades a estas legalmente equiparadas, designadamente as relativas a contribuições, quotizações, taxas incluindo as adicionais, os juros, as coimas e outras sanções pecuniárias relativas a contra-ordenações, custas e outros encargos legais.

## ARTIGO SEGUNDO – REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – A dívida aos órgãos de soberania sociais é regularizada através do seu pagamento voluntário nos termos previstos no presente código, no âmbito da execução cível ou no âmbito da execução social.

2 – O disposto no presente livro é aplicável à regularização da dívida aos órgãos de soberania sociais, sem prejuízo das normas aplicáveis no âmbito da execução social.

## ARTIGO TERCEIRO – NÃO PRESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO DO PAGAMENTO AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – A obrigação do pagamento das contribuições, quotizações, respectivos juros de mora e outros valores devidos aos órgãos de soberania sociais, no âmbito da relação jurídico-contributiva não prescreve no tempo.

## CAPÍTULO SEGUNDO – CAUSAS DE EXTINÇÃO DA DÍVIDA.

### ARTIGO PRIMEIRO – CAUSAS DE EXTINÇÃO DA DÍVIDA.

1 – A dívida aos órgãos de soberania sociais extingue-se nos termos previstos pelo presente código, sem prejuízo das normas aplicáveis ao processo de execução social:

- a) Pelo respectivo pagamento;
- b) Pela dação em pagamento;
- c) Por compensação de créditos;
- d) Por retenção de valores por entidades públicas;
- e) Por conversão em participações sociais;
- f) Pela alienação de créditos.

### ARTIGO SEGUNDO – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES.

1 – O diferimento do pagamento da dívida aos órgãos de soberania sociais, incluindo os créditos por juros de mora vencidos e vincendos, afirma a forma de pagamento em prestações.



### ARTIGO TERCEIRO – SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS PARA A REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA.

1 – A autorização do pagamento prestacional da dívida aos órgãos de soberania sociais, a isenção ou redução dos respectivos juros de mora vencidos e vincendos, só é permitida nos termos do presente artigo, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte das normas aplicáveis ao processo de execução social.

2 – As condições excepcionais previstas no número anterior, só podem ser autorizadas quando cumulativamente sejam requeridas pelo contribuinte, sejam indispensáveis para a viabilidade económica deste e desde que o contribuinte se encontre numa das seguintes situações:

- a) Processo de insolvência, de recuperação ou de revitalização;
- b) Procedimento extrajudicial de conciliação;
- c) Contratos de consolidação financeira e ou de reestruturação empresarial;
- d) Contratos de aquisição total ou parcial, do capital social de uma empresa por parte dos quadros técnicos ou por profissionais, que tenham por finalidade a sua revitalização e modernização.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, o incumprimento do pagamento das contribuições e quotizações mensais desde a data de entrada do requerimento constitui indício de invalidade económica do contribuinte.

4 – Pode ainda ser autorizado o pagamento em prestações por pessoas singulares, desde que se verifique que estas pela sua situação económica, não podem solver a dívida de uma só vez.

5 – Os órgãos de soberania sociais competentes podem exigir complementarmente ao contribuinte a expensas deste, a realização de auditorias, estudos e avaliações por entidades que considere idóneas, sempre que tal se revele necessário para a análise da proposta de regularização.

6 – Sem prejuízo das competências próprias dos órgãos de soberania sociais, a autorização a que se refere o número 1, é concedida por deliberação da real chancelaria social portuguesa.

7 – Sem prejuízo do previsto no número anterior, sempre que sejam previstos por resolução das áreas presidenciais fiscal, social, das finanças, da justiça e da área presidencial competente do sector ministerial da actividade económica, medidas de revitalização económica e recuperação e viabilização empresariais, pode a real chancelaria social portuguesa no âmbito da sua atribuição de assegurar o cumprimento das obrigações sociais, celebrar acordos de regularização voluntária da dívida.

### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE AUTORIZAÇÃO.

1 – As condições de regularização da dívida aos órgãos de soberania sociais não podem ser menos favoráveis do que o acordado para os restantes credores.

#### ARTIGO QUINTO – CONDIÇÕES DE VIGÊNCIA DO ACORDO PRESTACIONAL.

1 – Constituem condições da vigência do acordo prestacional, o cumprimento tempestivo das prestações autorizadas e das contribuições e quotizações mensais vencidas no seu decurso.

#### ARTIGO SEXTO – EFEITOS DO INCUMPRIMENTO DO ACORDO PRESTACIONAL.

1 – O incumprimento das condições previstas no artigo anterior, determina a resolução do acordo prestacional pelo órgão de soberania social competente.

2 – A resolução do acordo prestacional tem efeitos retroactivos e determina a perda do direito de todas as prestações sociais concedidas ao contribuinte no seu âmbito, nomeadamente quanto à redução ou perdão de juros.

3 – Nas situações de resolução do acordo prestacional, o montante pago a título de prestações é imputado à dívida contributiva mais antiga de capital e de juros.

#### ARTIGO SÉTIMO – SUSPENSÃO DA INSTÂNCIA.

1 – Sem prejuízo do disposto no código de processo civil, a decisão de autorização do pagamento da dívida em prestações e a decisão de resolução do respectivo acordo determinam respectivamente a suspensão e o prosseguimento da instância de processo executivo pendente.

2 – O órgão de soberania social competente comunica oficiosamente ao órgão de execução ou ao órgão de soberania jurídico ou a ambos consoante o caso, a autorização do pagamento prestacional da dívida, o seu cumprimento integral, bem como a resolução do acordo sempre que esta ocorra.

#### ARTIGO OITAVO – COMISSÃO DE CREDITORES.

1 – Os órgãos de soberania sociais só podem ser nomeados para a presidência da comissão de credores, quando for junto nos autos deliberação da real chancelaria social portuguesa, que autorize o exercício da função e indique o seu representante.

2 – Os órgãos de soberania sociais não são responsáveis por quaisquer encargos com as funções do administrador da insolvência.

#### ARTIGO NONO – DAÇÃO EM PAGAMENTO.

1 – Os órgãos de soberania sociais podem aceitar em pagamento a dação de bens móveis ou imóveis, por parte do contribuinte para a extinção total ou parcial da dívida vencida.

2 – Os bens móveis ou imóveis objectos de dação em pagamento, são avaliados pelos órgãos de soberania sociais a expensas do contribuinte.

3 – Só podem ser aceites bens avaliados por valor superior ao da dívida no caso de se demonstrar a possibilidade da sua imediata utilização para fins de interesse público ou no caso de a dação se efectuar no âmbito de uma das situações previstas no número 2 do artigo 3º, do presente capítulo.

4 – Em caso de aceitação da dação em pagamento de bens de valor superior à dívida, o despacho que a autoriza constitui a favor do contribuinte, um crédito no montante desse excesso, a utilizar em futuros pagamentos de contribuições e de quotizações ou no pagamento de rendas.

5 – O contribuinte pode renunciar ao crédito que resultar do facto de ao bem dado em dação ter sido atribuído um valor superior ao valor da dívida aos órgãos de soberania sociais.

6 – Os bens móveis e imóveis adquiridos por dação integram o património dos órgãos de soberania sociais até serem vendidos em hasta pública, sempre que não lhes seja imputada uma responsabilidade a cumprir por qualquer órgão de soberania, empresa ou instituição estatal.

7 – A dação em pagamento carece de autorização da área presidencial social e da real chancelaria social portuguesa.

#### ARTIGO DÉCIMO – COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS.

1 – Sempre que no âmbito dos órgãos de soberania sociais e sem prejuízo do disposto em legislação específica, um contribuinte seja simultaneamente credor e devedor dos órgãos de soberania sociais, este pode requerer ao órgão de soberania social competente a compensação de créditos.

2 – A compensação referida no número anterior pode ser efectuada oficiosamente sempre que detectada pelos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RETENÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania, empresas e instituições estatais, só podem conceder algum subsídio ou proceder a quaisquer pagamentos a contribuintes dos órgãos de soberania sociais, mediante a apresentação da declaração comprovativa da situação contributiva perante os órgãos de soberania fiscais, notariais e sociais regularizada.

2 – A declaração prevista no número anterior, é dispensada sempre que o contribuinte preste consentimento à entidade pagadora para consultar a situação

contributiva perante os órgãos de soberania fiscais, notariais e sociais nos termos da colaboração e cooperação dos órgãos de soberania, empresas e instituições estatais.

3 – Sempre que no caso resultar da declaração ou da consulta referida no número anterior, a existência de dívidas aos órgãos de soberania fiscais, notariais ou sociais, é retido o montante em débito.

4 – Nos termos dos números anteriores, em caso de dívidas aos três órgãos de soberania fiscais, notariais e sociais e tendo presente o montante das dívidas, o montante dos benefícios ou os pagamentos serão repartidos por igual por ambos os órgãos de soberania, na medida da dívida e até ao montante da mesma.

5 – Se após a liquidação aos órgãos de soberania fiscais, notariais e sociais, restar algum remanescente ao montante do benefício ou do pagamento, o mesmo será depois de liquidadas as dívidas fiscais, notariais e sociais entregue ao contribuinte.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PARTICIPAÇÕES SOCIAIS.

1 – A dívida aos órgãos de soberania sociais pode ser transformada em capital social do contribuinte até ao montante de 10% do capital social, sempre que o estado não possua qualquer participação no capital social do contribuinte ou caso possua até totalizar 10% do mesmo capital social, mediante acordo das áreas presidenciais fiscal, social, das finanças e da área presidencial competente do sector ministerial do exercício da actividade económica.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ALIENAÇÃO DE CRÉDITOS.

1 – Os órgãos de soberania sociais podem excepcionalmente alienar os créditos de que seja titular correspondentes a dívidas de contribuições e juros.

2 – A alienação pode ser efectuada pelo valor nominal ou pelo valor de mercado dos créditos.

3 – A alienação de créditos pelo valor de mercado segue um dos procedimentos previstos para os contratos públicos.

4 – A alienação prevista no presente artigo, não pode efectuar-se a favor:

- a) Do contribuinte devedor e seus familiares;
- b) Dos membros dos órgãos sociais do contribuinte devedor, sempre que represente ao período do exercício do seu cargo;
- c) De entidades com interesse patrimonial equiparável.

## CAPÍTULO TERCEIRO – TRANSMISSÃO DA DÍVIDA.

### ARTIGO PRIMEIRO – ASSUNÇÃO DA DÍVIDA.

1 – A assunção por terceiros da dívida aos órgãos de soberania sociais pode ser autorizada por despacho conjunto das áreas presidenciais social, jurídica e da área presidencial competente do sector ministerial do exercício da actividade económica.

2 – À assunção da dívida aos órgãos de soberania sociais é aplicável o disposto no artigo assunção de dívida e artigos seguintes, do código civil.

## ARTIGO SEGUNDO – TRANSMISSÃO DA DÍVIDA E SUB-ROGAÇÃO.

1 – Nas situações em que os órgãos de soberania sociais autorizem o pagamento da dívida por terceiros, pode sub-rogá-lo nos seus direitos.

2 – A sub-rogação carece de autorização por despacho conjunto das áreas presidenciais social, jurídica e da área presidencial competente do sector ministerial do exercício da actividade económica.

## CAPÍTULO QUARTO – GARANTIAS.

### ARTIGO PRIMEIRO – GARANTIAS GERAIS E ESPECIAIS.

1 – As dívidas aos órgãos de soberania sociais podem ser garantidas através de qualquer garantia idónea, geral ou especial nos termos do disposto no artigo princípio de garantia geral das obrigações, do código civil.

### ARTIGO SEGUNDO – PRIVILÉGIO MOBILIÁRIO.

1 – Os créditos nos órgãos de soberania sociais por contribuições e por quotizações e respectivos juros de mora usufruem de privilégio mobiliário geral, graduando-se nos termos referidos no artigo ordem dos demais privilégios mobiliários, do código civil.

2 – Este privilégio prevalece sobre qualquer penhor, ainda que de constituição anterior.

### ARTIGO TERCEIRO – PRIVILÉGIO IMOBILIÁRIO.

1 – Os créditos aos órgãos de soberania sociais por contribuições e por quotizações e respectivos juros de mora usufruem de privilégio imobiliário, sobre os bens imóveis existentes no património do contribuinte à data da instauração do processo executivo, graduando-se logo após os créditos referidos no disposto no artigo ordem dos demais privilégios imobiliários, do código civil.



## ARTIGO QUARTO – CONSIGNAÇÃO DE RENDIMENTOS.

1 – O cumprimento das dívidas aos órgãos de soberania sociais pode ser garantido mediante consignação de rendimentos efectuada pelo próprio contribuinte ou por terceiro e aceite por deliberação da real chancelaria social portuguesa.

## ARTIGO QUINTO – HIPOTECA LEGAL.

1 – O pagamento dos créditos aos órgãos de soberania sociais por contribuições e por quotizações e respectivos juros de mora poderá ser garantido por hipoteca legal sobre os bens imóveis ou móveis sujeitos a registo, existentes no património do contribuinte.

## CAPÍTULO QUINTO – SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA.

### ARTIGO PRIMEIRO – SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA.

1 – Para efeitos do presente livro, considera-se situação contributiva regularizada a inexistência de dívidas de contribuições, quotizações, juros de mora e de outros valores do contribuinte.

2 – Integram ainda o conceito de situação contributiva regularizada:

- a) As situações de dívidas, cujo pagamento em prestações tenha sido autorizado e enquanto estiverem a ser cumpridas as condições desta autorização, designadamente o pagamento da primeira prestação e a constituição de garantias sempre que aplicável, ainda que o pagamento prestacional tenha sido autorizado a terceiro ou a responsável subsidiário;
- b) As situações em que o contribuinte tenha reclamado, recorrido, deduzido oposição ou impugnado judicialmente a dívida, desde que tenha sido prestada garantia idónea ou dispensada a sua prestação nos termos legalmente previstos.

3 – Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se que as sociedades, associações e cooperativas em relação de participação recíproca, em relação de domínio ou em relação de grupo, têm a sua situação contributiva regularizada sempre que a situação referida nos números anteriores, se verifique em relação às mesmas, bem como quanto a cada uma das sociedades que integram a coligação.

## ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

1 – No momento da realização do registo da cessão de quota ou de quotas que signifique a alienação a novos sócios da maioria do capital social, o respectivo acto é instruído com a declaração comprovativa da situação contributiva da empresa.

2 – Em caso de trespasse, cessão de exploração ou de posição contratual, o cessionário responde solidariamente com o cedente pelas dívidas aos órgãos de soberania sociais existentes à data da celebração do negócio, sendo nula qualquer cláusula negocial em contrário.

### ARTIGO TERCEIRO – RELATÓRIO DA ENTIDADE.

1 – O relatório de apreciação anual da situação dos órgãos de soberania, empresas e instituições públicas e privadas, deve indicar o valor da dívida vencida, caso exista.

2 – Os contribuintes a quem tenham sido autorizado o pagamento prestacional da dívida, devem incluir no relatório referido no número anterior, as condições do mesmo.

### CAPÍTULO SEXTO – EFEITOS DO INCUMPRIMENTO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – JUROS DE MORA.

1 – Pelo não pagamento de contribuições e quotizações nos prazos legais, são devidos juros de mora por cada mês de calendário ou fracção.

2 – O disposto no número anterior, é aplicável a todas as entidades devedoras, nomeadamente aos órgãos de soberania, empresas e instituições estatais, independentemente da sua natureza institucional, associativa ou empresarial, de âmbito territorial, nacional, regional, concelhio ou municipal e do grau de independência ou autonomia, incluindo entidades reguladoras, de supervisão ou de controlo.

#### ARTIGO SEGUNDO – TAXA DE JUROS DE MORA.

1 – A taxa de juros de mora e a sua aplicação é a estabelecida nos termos do capítulo seguinte.

#### ARTIGO TERCEIRO – LIMITAÇÕES.

1 – Para além das limitações especialmente previstas em outros diplomas ou processos legislativos, os contribuintes que não tenham a sua situação contributiva regularizada, não podem:

- a) Celebrar contratos ou renovar o prazo dos já existentes, de fornecimentos, de empreitadas de obras públicas ou de prestações de serviços com empresas ou instituições públicas participadas pelo orçamento do reino de Portugal, pelo orçamento da segurança social e pelos orçamentos dos reais institutos portugueses;
- b) Explorar a concessão de serviços públicos;

- c) Fazer cotar em bolsa de valores os títulos representativos do seu capital social;
- d) Lançar ofertas públicas de venda do seu capital e em subscrição pública, título de participações, obrigações ou acções;
- e) Beneficiar dos apoios da concessão de fundos ou outros subsídios por parte das entidades mencionadas no número 1 do artigo 11º, do capítulo segundo, do presente título.

#### ARTIGO QUARTO – DIVULGAÇÃO DE LISTAS DE CONTRIBUINTES DEVEDORES.

1 – Os órgãos de soberania sociais procedem à divulgação de listas de credores cuja situação contributiva não se encontre regularizada nos termos dos números 2 e 3.

2 – A publicação é efectuada após o decurso de qualquer dos prazos legalmente previstos para a prestação da garantia ou em caso de dispensa desta.

3 – As listas são hierarquizadas em função do montante em dívida.

4 – A publicação das listas nos termos dos números anteriores, não contraria o dever de confidencialidade consagrado na lei.

#### ARTIGO QUINTO – ANULAÇÃO OFICIOSA DE JUROS INDEVIDOS.

1 – Sempre que por motivos imputáveis aos serviços, tenham sido liquidados juros superiores aos devidos, procede-se à sua anulação oficiosa se ainda não tiverem decorrido 5 anos sobre o pagamento, independentemente do seu montante.

2 – Verificando-se a anulação de juros nos termos do número anterior, sempre que o devedor os tenha pago, o serviço procede à sua restituição, acrescido dos juros indemnizatórios à taxa em vigor à data do pagamento efectuado.

#### ARTIGO SEXTO – ARREMATACÃO EM HASTA PÚBLICA.

1 – Os bens adquiridos por arrematação em hasta pública integram o património dos órgãos de soberania sociais, devendo ser transferidos para a sua propriedade.

2 – Os órgãos de soberania sociais sempre que sejam arrematantes em hasta pública, estão sujeitos à obrigação do depósito do preço e à obrigação de pagar as despesas da praça.

#### CAPÍTULO SÉTIMO – JUROS DE MORA.

#### ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA.

1 – São sujeitos a juros de mora as dívidas ao estado e a outras pessoas colectivas públicas, nomeadamente do estado e de outras pessoas colectivas públicas, seja qual for a forma de liquidação e cobrança, provenientes de:

- a) Contribuições, quotizações, impostos, taxas e outros rendimentos sempre que pagos depois de expirado o prazo legal de pagamento voluntário;
- b) Alcance, desvios de dinheiro ou outros valores;
- c) Quantias autorizadas e despendidas fora das disposições legais;
- d) Custas contadas em processo de qualquer natureza, incluindo os dos órgãos de soberania jurídicos ou de serviços públicos da administração pública, sempre que não pagas nos prazos estabelecidos para o seu pagamento.

2 – Para os efeitos da alínea a) do número anterior, considera-se prazo de pagamento legal voluntário, o que estiver fixado por lei, contrato ou decisão ministerial que reconhecer a dívida nos termos do disposto no código de processo social.

3 – Nos casos em que as dívidas referidas na alínea a) do número 1, estão sujeitas a juros pelo diferimento do pagamento em prestações relativas à alienação de bens ou rendimentos do estado, os juros de mora incidirão sobre o montante das prestações a pagar, acrescido do respectivo juro.

4 – Os juros de mora incidem sobre o montante da dívida, liquidada quaisquer descontos concedidos pelo pronto pagamento ou de compensações efectuadas por anulações.

## ARTIGO SEGUNDO – ISENÇÕES.

1 – Estão isentas de juros de mora as dívidas abrangidas por legislação especial em que se efectue expressa referência, quer à não sujeição a juros de mora, quer a outro procedimento relativo à falta de pagamento nos prazos estabelecidos.

## ARTIGO TERCEIRO – TAXA.

1 – A taxa de juros de mora é de 1%, se o pagamento se efectuar dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, acrescendo-se uma unidade por cada mês de calendário ou fracção se o pagamento se efectuar posteriormente.

2 – Sobre os juros de mora não recaíram quaisquer adicionais, quer para o estado, quer para outras entidades públicas.

3 – A taxa referida no número 1, é reduzida a 0,5%, para as dívidas cobertas por garantias reais constituídas por iniciativa da entidade credora ou por esta aceites e para as dívidas cobertas por garantia bancária.

4 – O montante coberto por garantias reais é determinado por diferença entre o valor atribuído ao bem pela entidade credora e o valor das garantias constituídas a favor de terceiros, sempre que usufruem de prioridade.

5 – A taxa referida no número 1, pode ser reduzida para 0,25%, por decisão do sector ministerial competente do exercício de actividade económica, no âmbito de procedimento conducente à celebração de contrato de consolidação financeira e de reestruturação empresarial ou de processo especial de recuperação de empresas, desde que cumulativamente:

- a) Seja apresentado plano de recuperação económica considerado exequível;
- b) As condições de regularização previstas para os créditos detidos pelo estado ou por outras pessoas colectivas públicas sem forma, natureza ou denominação de empresa pública, não sejam menos favoráveis do que vier a ser acordado para o conjunto dos demais credores;
- c) Os créditos detidos por sócios, cooperadores ou associados ou membros dos órgãos de administração do devedor ou por pessoas com interesse patrimonial equiparável não obtenham, para cada pessoa, tratamento mais favorável que o previsto para os créditos detidos pelo estado ou outras pessoas colectivas públicas sem forma, natureza ou denominação de empresa pública;
- d) As directrizes adoptadas fiquem sujeitas à cláusula «Salvo regresso de melhor fortuna», segundo formulação que preveja mecanismos de efectivação dessa cláusula.

6 – A faculdade prevista no número anterior, é extensivo com as devidas adaptações, às situações em que o devedor, pela sua natureza jurídica, não tenha acesso a procedimento conducente à celebração de contrato de consolidação financeira e reestruturação empresarial ou a processo especial de recuperação de empresas.

#### ARTIGO QUARTO – PRAZO DA LIQUIDAÇÃO.

1 – A liquidação de juros de mora não poderá ultrapassar os últimos 3 anos anteriores, à data do pagamento da dívida sobre que incidem, não contando para este efeito os períodos durante os quais a liquidação de juros esteja legalmente suspensa.

2 – O disposto no número anterior, não prejudica o disposto em legislação especial que fixe prazo diverso.

#### ARTIGO QUINTO – ANULAÇÃO OFICIOSA DE JUROS INDEVIDOS.

1 – Sempre que por motivos imputáveis aos serviços, tenham sido liquidados juros superiores aos devidos, proceder-se-á à anulação oficiosa, se ainda não tiverem decorrido 5 anos sobre o pagamento, independentemente do seu valor quantitativo.

#### ARTIGO SEXTO – RECLAMAÇÃO E IMPUGNAÇÃO DOS DEVEDORES.



1 – Poderão os devedores reclamar contra a liquidação de juros ou impugná-la com os fundamentos e nos termos do disposto no livro segundo, da presente parte, do presente código, independentemente do seu valor quantitativo.

#### ARTIGO SÉTIMO – REPARAÇÃO DE ERROS OU OMISSÕES PREJUDICIAIS À ENTIDADE CREDORA.

1 – Sempre que se verificar que na liquidação dos juros de mora se cometeram erros ou omissões de que resultou prejuízo para a entidade credora, os serviços competentes deverão exigí-los adicionalmente, independentemente do seu valor quantitativo.

#### ARTIGO OITAVO – PRIVILÉGIO.

1 – As dívidas provenientes de juros de mora usufruem dos mesmos privilégios que por lei sejam atribuídos às dívidas sobre que recaírem.

#### ARTIGO NONO – PLANOS PRESTACIONAIS EM CURSO.

1 – Os devedores com planos prestacionais em curso à data da publicação do presente código, beneficiam da isenção total dos juros de mora vencidos se até à data de entrada em vigor do presente código, liquidarem ou constituírem garantias reais ou garantia bancária, cobrindo a totalidade das dívidas sobre que incidem os juros de mora vencidos.

2 – As entidades credoras aplicarão o regime referido no número anterior, às garantias reais constituídas por sua própria iniciativa.

3 – No caso de não se verificar o disposto no número anterior, o valor das prestações a pagar após a entrada em vigor do presente código, será reajustado, de acordo com o valor dos juros de mora nos termos do artigo 3º, do presente capítulo.

4 – Os devedores referidos no número 1, poderão também independentemente da constituição de garantias reais ou de garantia bancária, beneficiar quanto à taxa de juros vencidos, da aplicação do disposto nos números 5 e 6 do artigo 3º, do presente capítulo.

### TÍTULO SEGUNDO – PROCESSO EXECUTIVO DE DÍVIDAS SOCIAIS.

#### CAPÍTULO ÚNICO – PROCESSO EXECUTIVO DE DÍVIDAS SOCIAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E APLICAÇÃO.

1 – O presente capítulo aplica-se ao processo de execução de dívidas aos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeitos do presente capítulo, consideram-se dívidas aos órgãos de soberania sociais, todas as dívidas contraídas perante os órgãos de soberania sociais pelas pessoas singulares e colectivas e outras entidades a estas legalmente equiparadas, designadamente as referidas no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título anterior.

## ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIA PARA A INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO.

1 – É competente para a instauração e instrução do processo de execução de dívidas aos órgãos de soberania sociais, o órgão de soberania regional competente da sede, estabelecimento ou da área de residência do devedor.

2 – Para efeitos do número anterior, a matriz social não acordando a resolução obrigatória em primeira instância, remete as certidões de dívida ao órgão de soberania social concelhio competente da matriz social, que não acordando a resolução obrigatória em segunda instância, a remete ao órgão de soberania social regional competente do órgão de soberania social concelhio.

## ARTIGO TERCEIRO – ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO.

1 – Consideram-se para efeitos do presente capítulo, órgãos de execução as matrizes sociais.

## ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS DE CARIZ HUMANO OU ECONÓMICO.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos de cariz humano ou económico de 1ª instância da área onde corre a execução, decidir os incidentes, os embargos, a oposição, incluindo sempre que incida sobre os pressupostos de responsabilidade subsidiária, a graduação e a verificação de créditos e as reclamações dos actos materialmente administrativos praticados pelo órgão de execução.

2 – Das decisões dos órgãos de soberania jurídicos de cariz humano ou económico de 1ª instância, compete recurso nos termos da lei.

## ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

1 – Ao processo de execução de dívidas aos órgãos de soberania sociais, aplica-se em tudo o que não estiver regulado no presente livro, o livro primeiro e o livro segundo, da presente parte, do presente código.

## ARTIGO SEXTO – TÍTULOS EXECUTIVOS.

1 – São títulos executivos as certidões de dívida emitidas nos termos legais pelos órgãos de soberania sociais.

2 – As certidões referidas no número anterior, devem indicar o órgão de execução ou a instituição que as tiverem extraído, com a assinatura devidamente autenticada, data em que foram passadas, o nome, número de contribuinte ou do beneficiário e o domicílio do devedor, a proveniência da dívida e a indicação por extenso do seu montante, da data a partir do qual são devidos juros de mora e da importância sobre que incidem, com a discriminação dos valores retidos na fonte sempre que for o caso.

3 – Carece de força executiva, devendo ser devolvido à entidade que a tiver extraído ou remetido, o título a que falte algum dos requisitos obrigatórios.

4 – Ao título executivo deve ser junto o extracto da conta corrente sempre que for o caso.

## ARTIGO SÉTIMO – PERSONALIDADE E CAPACIDADE JUDICIÁRIAS.

1 – Têm personalidade e capacidade judiciárias para o processo de execução de dívidas aos órgãos de soberania sociais, as pessoas singulares e colectivas e outras entidades a estas legalmente equiparadas.

## ARTIGO OITAVO – LEGITIMIDADE PARA RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS.

1 – A legitimidade para reclamar os créditos dos órgãos de soberania sociais em processo executivo a correr nos órgãos de soberania jurídicos de cariz humano ou económico pertence aos órgãos de soberania sociais.

## ARTIGO NONO – COLIGAÇÃO DE EXEQUENTES.

1 – Os órgãos de soberania sociais podem coligar-se em processo de execução aos órgãos de soberania fiscais e notariais.

2 – A coligação é decidida pelas áreas presidenciais social, notarial e fiscal da área do processo executivo.

3 – O processo de execução é instaurado e instruído pelo maior credor.

## ARTIGO DÉCIMO – APENSAÇÃO DE EXECUÇÕES.

1 – É permitida a apensação de execuções nos termos do disposto no artigo anterior.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PATROCÍNIO JUDICIÁRIO.

1 – Nos órgãos de soberania jurídicos de cariz humano ou económico, os órgãos de soberania sociais são representados por mandatário judicial, nomeado pela matriz social competente da execução.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES.

1 – A competência para autorização do pagamento em prestações das dívidas em processo de execução é da real chancelaria social portuguesa, independentemente do seu valor quantitativo.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CAUÇÃO.

1 – Caso não se encontre já constituída caução com a solicitação do pagamento em prestações nos termos do artigo anterior, deve o executado prestá-la através de garantia idónea, a qual consiste em fiança ou garantia bancária, seguro caução ou qualquer outra que assegure os créditos do exequente.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SIGILO.

1 – No caso de transmissão de bens imóveis, decididamente comprovada, o interessado pode ser informado da existência de privilégio creditório do estado português.

## ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO DAS EXECUÇÕES.

1 – O registo dos processos de execução é efectuado através de verbetes informáticos e de acordo com os procedimentos a definir pelos órgãos de soberania sociais.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PROCESSOS PENDENTES.

1 – Os processos de execução social por dívidas que os órgãos de soberania sociais tenham participado aos órgãos de soberania fiscais antes da entrada em vigor do presente código, continuam a correr por esses órgãos.

## PARTE SEGUNDA

## ORGÂNICA DO PODER SOCIAL.

# LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO – ORGÂNICA DO PODER SOCIAL.

## TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – TITULARIDADE E EXERCÍCIO DO PODER SOCIAL.

1 – O PODER SOCIAL pertence a SUAS MAJESTADES e a todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL e é EXERCÍDO nos TERMOS da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

### ARTIGO SEGUNDO – FUNÇÃO JURISDICIONAL.

1 – As REAIS MATRIZES SOCIAIS são os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, com competências, para ADMINISTRAR, IMPOR e FAZER CUMPRIR, a LEI e a EQUIDADE da JUSTIÇA SOCIAL de igual MODO e FORMA a todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS e a todos os CIDADÃOS, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES EXTERNAS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, em NOME de SUAS MAJESTADES e de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS.

2 – Na ADMINISTRAÇÃO da JUSTIÇA SOCIAL, incumbe às REAIS MATRIZES SOCIAIS assegurar a DEFESA dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES consagrados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, salvaguardando os INTERESSES LEGALMENTE protegidos e o DEVER de IMPOR e EXIGIR com o MÁXIMO RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO, uma só LEI SOCIAL a cumprir por todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA CONTRIBUTIVA a INSTITUIR em prol de toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL da VIDA da NAÇÃO PORTUGUESA, com a mais INFIMA PROFUNDIDADE e OBJECTIVIDADE e com a MÁXIMA FIRMEZA EXIGIDA, reprimindo a VIOLAÇÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e dirimindo os CONFLITOS de INTERESSES PÚBLICOS e PRIVADOS dos AGENTES ECONÓMICOS presentes na VIDA do REINO de PORTUGAL.

3 – No EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS, as REAIS MATRIZES SOCIAIS têm DIREITO à COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, dos ÓRGÃOS de SOBERANIA FISCAIS e NOTARIAIS consagrados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e à COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL com as INSTÂNCIAS FINANCEIRAS e da ÁREA JOGO, que envolvam o PLENO e



CORRECTO FUNCIONAMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA e o RIGOROSO APURAMENTO da VERDADE e JUSTIÇA SOCIAL das MATÉRIAS em CAUSA.

#### ARTIGO TERCEIRO – ORGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – São ORGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS com competência para ADMINISTRAR o EXERCÍCIO do PODER SOCIAL, o REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, a REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, as REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, as REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS e as REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS.

#### ARTIGO QUARTO – INDEPENDÊNCIA, SEPARAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA.

1 – Os ORGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS são independentes de quaisquer outros ÓRGÃOS de SOBERANIA, regendo-se pela LEI, pelos PRINCÍPIOS e VALORES INSCRITOS, CONSAGRADOS e CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, obedecendo entre si à SEPARAÇÃO das COMPETÊNCIAS para os quais foram CONSTITUÍDOS e actuando no fortalecimento dos laços de UNIÃO, COLABORAÇÃO, COOPERAÇÃO, SUPORTE, APOIO e AJUDA, com os demais ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, face ao RIGOROSO, CORRECTO e EXACTO APURAMENTO da VERDADE SOCIAL, da EQUIDADE das EXIGÊNCIAS CONTRIBUTIVAS, do APURAMENTO dos RENDIMENTOS AUFERIDOS no DECURSO de cada um ANO SOCIAL pelos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e da RESOLUÇÃO dos problemas e dos conflitos SOCIAIS INERENTES à ACÇÃO e MOVIMENTO da VIDA do REINO de PORTUGAL, não podendo nenhum ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES potenciar situações de INGERÊNCIA face aos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, nem delegar as responsabilidades para si DEFINIDAS, CONSTITUÍDAS e INSTITUÍDAS noutros ÓRGÃOS de SOBERANIA.

#### ARTIGO QUINTO – DIFERENDO.

1 – Nos ACTOS PROCESSUAIS em DIFERENDO, não podem os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS aplicar NORMAS que INFRIJAM o DISPOSTO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e na LEI e os PRINCÍPIOS e VALORES nela CONSIGNADOS.

#### ARTIGO SEXTO – DECISÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – As DECISÕES empreendidas pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS são OBRIGATÓRIAS para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA,

EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e PREVALECEM, com EXCEPÇÃO das DELIBERAÇÕES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS sobre as de quaisquer outras AUTORIDADES, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, relativamente aos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pelo INCUMPRIMENTO das RESPONSABILIDADES CONTRIBUTIVAS.

#### ARTIGO SÉTIMO – AUDIÊNCIAS DOS CONTRIBUINTES.

1 – Nos casos de DÚVIDAS e INCERTEZAS CONSTANTES do CADASTRO SOCIAL de cada um CIDADÃO, ÓRGÃO de SOBERANIA, EMPRESA ou INSTITUIÇÃO, os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS NOTIFICARAM por VIA POSTAL e REGISTADO os CONTRIBUINTES, sendo as AUDIÊNCIAS REALIZADAS nos PRÓPRIOS ORGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e de FORMA PRIVADA, de MODO a SALVAGUARDAR a DIGNIDADE dos CONTRIBUINTES e dos seus FAMILIÁRES, a DEFENDER a MORALIDADE PÚBLICA e a GARANTIR o NORMAL FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL.

#### ARTIGO OITAVO – ESTATUTO DOS SOCIÓLOGOS.

1 – Os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, usufruem do ESTATUTO NOBILIÁRQUICO de SOCIÓLOGOS, exercendo as suas FUNÇÕES DIÁRIAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS para os quais foram NOMEADOS, regendo-se pelos mesmos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS consagrados na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA para todos os CIDADÃOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e para todos os CIDADÃOS PORTUGUESES a residirem no IMPÉRIO PORTUGUÊS e no MUNDO, respondendo CIVIL e CRIMINALMENTE, pelos ACTOS, PALAVRAS, ATITUDES, GESTOS, ACÇÕES e OMISSÕES que pratiquem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, tendo presente o MAIOR DEVER e RESPONSABILIDADE perante o EXEMPLO que firmam para com todos os CIDADÃOS no EXERCÍCIO dos mesmos ACTOS e na IMPOSIÇÃO de uma só LEI a CUMPRIR, para cada uma TEMÁTICA e MATÉRIA.

2 – Como CONSEQUÊNCIAS do respectivo INCUMPRIMENTO, serão JULGADOS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS, que agravaram e TRIPLICARAM as penas a aplicar a todos os TITULARES de CARGOS SOCIAIS, perante os CRIMES por estes PRATICADOS, incluindo no IMEDIATO a DESTITUIÇÃO do CARGO que EXERCE, o FIM do MANDATO que CUMPRE, a perda do TÍTULO NOBILIÁRQUICO e para toda a VIDA do ESTATUTO de ELEITO e ELEITOR, correspondendo ao fim do EXERCÍCIO de FUNÇÕES SOCIAIS.

#### ARTIGO NONO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consagrados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES:

a) CARTÃO de IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL, conferindo a SUA TITULATURA;

b) DIREITO a PASSAPORTE DIPLOMÁTICO, nas suas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO;

c) SUBSÍDIOS que a LEI PRESCREVE, face aos CUSTOS dos TÍTULARES dos ÓRGÃOS SOCIAIS, nas DESLOCAÇÕES empreendidas fora da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para FIRMAR os COMPROMISSOS do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES (ALIMENTAÇÃO, ALOJAMENTO, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, PUBLICAÇÕES, DOCUMENTAÇÃO e IMPRESSOS, MATERIAL de ESCRITÓRIO), mediante apresentação da FACTURA da DESPESA correspondente;

d) SEGURANÇA e TRADUTOR nas DESLOCAÇÕES OFICIAIS ao ESTRANGEIRO, potenciada pelas REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, presentes nas EMBAIXADAS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO;

e) TÍTULO HONORÍFICO NOBILIÁRQUICO, VITALÍCIO, ETERNO e INFINITO, HEREDITÁRIO na SUCESSÃO das FAMÍLIAS, conferido por SUAS MAJESTADES.

#### ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.

1 – Os SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, como RESPONSABILIDADE e DEVERES têm o de:

a) Comparecer nos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS para os quais foram NOMEADOS e DESIGNADOS, nos DIAS e HORÁRIOS de PREVALÊNCIA do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;

b) Comparecer às SESSÕES de JULGAMENTO para as quais forem NOMEADOS pelo CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL correspondente, cumprindo as FUNÇÕES de TESTEMUNHA e de JÚRI, correspondentes às NECESSIDADES dos PROCESSOS em JULGADO;

c) Comparecer aos CONSELHOS de INVESTIGAÇÃO SOCIAIS, relativos a PROCESSO-CRIME ENVOLTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS correspondentes, que possam EXISTIR, possam ser NOMEADOS e aos quais possam PERTENCER;

d) Comparecer aos ACTOS de REPRESENTAÇÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA para o qual foram NOMEADOS, por DELEGAÇÃO do CONSELHO dos SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS correspondentes;

e) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

f) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das NORMAS SOCIAIS em CURSO pelo ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL o qual REPRESENTAM.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PODERES DOS SOCIÓLOGOS.

1 – Constituem PODERES dos SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS:

a) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de ANALISE, CORRECÇÃO e APERFEIÇOAMENTO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS;

b) Apresentar aos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS, de REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;

c) Apresentar aos ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAIS dos quais façam parte INTEGRANTE, RESOLUÇÕES NORMATIVAS relativas à ACÇÃO e MOVIMENTO do PLANO SOCIAL GOVERNATIVO do REINO de PORTUGAL;

d) Questionar a REAL CHANCELARIA SOCIAL, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL a que pertencem, em termos de FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO e COMPETÊNCIAS e sobre a ESPECIFICIDADE das MATÉRIAS e TEMAS envoltos no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES;

e) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, JURÍDICOS e LEGISLATIVOS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem úteis para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e do seu MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, o EXERCÍCIO e o DESEMPENHO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES de NATUREZA SOCIAL para as quais foram INVESTIDOS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS respectivos.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REPRESENTAÇÃO SOCIAL.

1 – Os SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE, na ÁREA de JURISDIÇÃO que lhe CORRESPONDE e estão para DEFENDER, SERVIR e



SALVAGUARDAR, os PRINCÍPIOS e VALORES constantes na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e os INTERESSES de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL.

1 – Os SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS para os quais foram NOMEADOS e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA e sobre as MATÉRIAS e TEMAS dos PROCESSOS CONTRIBUTIVOS PENDENTES e em JULGADO.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ELEGIBILIDADE.

1 – São ELEGÍVEIS, para o desempenho do CARGO de SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, todos os CIDADÃOS PORTUGUESES que tenham EXERCIDO, EXERÇAM ou tenham CONCLUÍDO o CICLO EDUCATIVO no CURSO de SOCIOLOGIA e de DIREITO em ESCOLAS PORTUGUESAS ou OFICIALMENTE RECONHECIDAS pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS PORTUGUESES e que sendo DOUTORES, MESTRES ou LICENCIADOS estejam prontos a EXERCER FUNÇÕES de NATUREZA SOCIAL.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FÉRIAS.

1 – As FÉRIAS dos SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS correspondem às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, estabelecidas em termos SOCIAIS, pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA, entre a SUGESTÃO apresentada pelos TITULARES dos CARGOS, a ANÁLISE das PROPOSTAS efectuada pelo CONSELHO dos SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL correspondente e a APROVAÇÃO da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

2 – Os SOCIÓLOGOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, apresentam até ao final do MÊS de OUTUBRO do ANO anterior ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO, em CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA correspondente, que após a OBSERVAÇÃO e ANÁLISE da OPINIÃO de todos os SOCIÓLOGOS e a ESPECIFICIDADE das MATÉRIAS sobre a ALÇADA de cada um, procede a uma ACTA de FÉRIAS, do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL respectivo, a apresentar até ao final do MÊS de NOVEMBRO, à REAL CHANCELARIA SOCIAL



PORTUGUESA, que após verificar os PERÍODOS, a ESPECIALIDADE de cada um SOCIÓLOGO e a PRESENÇA em todo o MOMENTO da AUSÊNCIA, de SOCIÓLOGOS especializados nas mesmas TEMÁTICAS e MATÉRIAS, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE nos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS correspondentes.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACTOS NORMATIVOS.

1 – São ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, as NORMAS SOCIAIS, INSTITUÍDAS nas COMUNICAÇÕES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS a SUAS MAJESTADES, tratando as EXPOSIÇÕES, OBSERVAÇÕES, ANÁLISES, CORRECÇÕES e RECOMENDAÇÕES, relativas à REVISÃO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, à REVISÃO da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e à ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL GOVERNATIVO, bem como o AVISO e o ALERTA para as IRREGULARIDADES e INCORRECÇÕES, que POTENCIAM no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES, todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA PORTUGUESES e todos os ORGANISMOS INTERNACIONAIS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS presentes, que após ANÁLISE, RIGOR e FIRMEZA de SUAS MAJESTADES e do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, os remete aos ÓRGÃOS de SOBERANIA e ORGANISMOS INTERNACIONAIS VISADOS.

2 – São ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, os DESPACHOS SOCIAIS, empreendidos nas COMUNICAÇÕES INTERNAS entre ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, relativos a toda uma ACÇÃO e MOVIMENTO do REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

3 – São ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, os ACÓRDÃOS SOCIAIS INSTITUÍDOS em cada um DECISÃO SOCIAL.

4 – São ACTOS NORMATIVOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, os COOPERATOS SOCIAIS relativos às COMUNICAÇÕES EXTERNAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS com os DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA e INSTÂNCIAS da VIDA do REINO de PORTUGAL.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PUBLICIDADE DOS ACTOS E PUBLICAÇÃO.

1 – Apenas as NORMAS SOCIAIS e os ACÓRDÃOS SOCIAIS, empreendidos pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS serão PUBLICADOS, DIVULGADOS e DIFUNDIDOS pelos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO da COROA REAL PORTUGUESA, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL dos ÓRGÃOS de SOBERANIA que o CONSTITUEM.

## ARTIGO DÉCIMO NONO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

1 – Tendo os MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL como RAZÃO, FUNÇÃO e RESPONSABILIDADE, para com a ACÇÃO SOCIAL, ALERTAR para a IMPOSIÇÃO da LEI, para o EXEMPLO de todo um SER, ESTAR e CUMPRIR em conformidade com a LEI e para o dar a CONHECER a toda a POPULAÇÃO as FALTAS, INFRACÇÕES e INCORRECÇÕES dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES faltosos à LEI INSTITUIDA, compete-lhes a todo o MOMENTO, em CONFORMIDADE com as INSTÂNCIAS SOCIAIS e sobre as MATÉRIAS e TEMÁTICAS em LITÍGIO, proporcionar à POPULAÇÃO o CONHECIMENTO dos CRIMES PRATICADOS, os CASOS e FACTOS ocorridos nos PROCESSOS em JULGADO, relevando a sua EXEMPLAR PUNIÇÃO pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS.

## ARTIGO VIGÉSIMO – ORGANIZAÇÃO.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS estão ESTRUTURADOS, por QUINHENTAS e CINQUENTA REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS, correspondendo aos MUNICÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORDENADOS por QUARENTA e TRÊS REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS, correspondendo aos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, ORGANIZADOS por NOVE REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS, correspondendo às REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e UNIDAS HIERÁRQUICAMENTE pela REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

## ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – TUTELA ADMINISTRATIVA.

1 – Compete a SUAS MAJESTADES a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre a REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA e compete ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, a TUTELA ADMINISTRATIVA sobre os demais ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, consistindo na CORRECTA e RIGOROSA RESPONSABILIDADE de verificação dos preceitos e do cumprimento, dos VALORES e PRINCÍPIOS inscritos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, pelos ÓRGÃOS e por todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES, em termos da FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FORMAÇÃO, FUNCIONAMENTO e COMPETÊNCIAS.

## ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – DIREITO DE CONTESTAÇÃO DO ACTO ELEITORAL.

1 – A todos os CANDIDATOS aos CARGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, compete o DIREITO de CONTESTAÇÃO do ACTO ELEITORAL do qual

participem, utilizando a EXPOSIÇÃO CONTESTUTÁRIA SOCIAL, como INSTRUMENTO capaz de IMPOR a SUAS MAJESTADES e ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS uma NOVA AVALIAÇÃO do PROCESSO ELEITORAL em causa.

#### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PRINCÍPIO DA RENOVAÇÃO.

1 – Nenhum CIDADÃO que cumpra os CRITÉRIOS de ELEGIBILIDADE dos TITULARES dos CARGOS SOCIAIS pode ser privado do EXERCÍCIO de FUNÇÕES SOCIAIS, enquanto CANDIDATO a TITULAR dos CARGOS do PODER SOCIAL, de âmbito IMPERIAL, NACIONAL, REGIONAL, CONCELHIO e MUNICIPAL.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PRINCÍPIO DA CELERIDADE.

1 – A todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS é EXIGIDA, no IMEDIATO MOMENTO após a INSTAURAÇÃO dos LITÍGIOS SOCIAIS, movidos pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e JURÍDICOS, a RESOLUÇÃO dos DIFERENDOS ocorridos, das INFRACÇÕES praticadas à LEI INSTITUÍDA e dos CRIMES praticados INDIVIDUALMENTE e COLECTIVAMENTE na VIDA do REINO de PORTUGAL.

2 – Compete ao CONSELHO dos SOCIÓLOGOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL envolvidos em cada um LITÍGIO SOCIAL, nomear o SOCIÓLOGO ENCARREGADO por CONVOCAR os ELEMENTOS dos PODERES FISCAL e NOTARIAL e das ÁREAS das FINANÇAS e do JOGO CONSTITUINTES do CONSELHO de INVESTIGAÇÃO SOCIAL para o APURAMENTO das PROVAS do CRIME dos PROCESSOS em LITÍGIO, sendo este CONSELHO de INVESTIGAÇÃO composto pelos MEIOS MATERIAIS, TÉCNICOS e TECNOLÓGICOS necessários e precisos a fazer PROVAR a VERACIDADE do CRIME e do CRIMINOSO, bem como a REPRESENTAR o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL no ACTO PROCESSUAL de JULGAMENTO, sendo TESTEMUNHA e JÚRI.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – SEGURANÇA.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS são protegidos VINTE e QUATRO HORAS por DIA pelo CORPO do REAL EXÉRCITO PORTUGUÊS, que mantém a VIGILÂNCIA, a SEGURANÇA e a PROTECÇÃO de toda a INFRA-ESTRUTURA SOCIAL por turnos CONSECUTIVOS.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – INFORMÁTICA.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS possuem EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS RIGOROSOS e ESPECÍFICOS ao EXERCÍCIO e DESEMPENHO das suas FUNÇÕES, que utilizaram para a EFICAZ, PERMANENTE e CONSTANTE ACTUALIZAÇÃO dos DADOS, ELEMENTOS e INFORMAÇÕES REFERENTES à

ACÇÃO e MOVIMENTO CONTRIBUTIVO de cada um CIDADÃO, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESA e INSTITUIÇÃO, ao LONGO de todo o seu PERCURSO CONTRIBUTIVO, sendo um INSTRUMENTO de REGISTO e PROVA do CADASTRO SOCIAL.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – SIGILO PROFISSIONAL.

1 – Os SOCIÓLOGOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e os ELEMENTOS CONSTITUINTES dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, OBEDECEM e REGEM-SE pelo PRINCÍPIO do SIGILO PROFISSIONAL, relativamente aos FACTOS que constatem no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, competindo aos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS a COOPERAÇÃO quando solicitada com os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e quando CONFIRMADA pelo PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, com os MEIOS de COMUNICAÇÃO SOCIAL.

#### ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – GARANTIA E AUXÍLIO DE AUTORIDADE.

1 – Os SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, são AUTORIDADES SOCIAIS em quaisquer ACTOS no qual se façam REPRESENTAR, devendo todas as AUTORIDADES e AGENTES da AUTORIDADE PRESTAR o AUXÍLIO que lhes for solicitado para o BOM DESEMPENHO das suas FUNÇÕES.

#### ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS.

1 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, OBEDECENDO ao PRINCÍPIO da CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA do PODER ESTATAL, cujas FUNÇÕES se CENTRAM na DELIBERAÇÃO, REPRESENTAÇÃO e IMPOSIÇÃO do PODER SOCIAL do REINO de PORTUGAL, NÃO POSSUEM PATRIMÓNIO, NEM POSSUEM FINANÇAS PRÓPRIAS.

2 – Os CUSTOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO das INFRA-ESTRUTURAS do PODER SOCIAL, bem como os CUSTOS do EXERCÍCIO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, serão INSCRITOS e ORÇAMENTADOS pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, no ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL de cada um ANO e VIABILIZADOS MENSALMENTE pelo SALDO da CONTA CORRENTE do REAL BANCO DE PORTUGAL, de cada um DUCADO RESPECTIVO e quando por FALTA de LIQUIDEZ do RESPECTIVO DUCADO, por TRANSFERÊNCIA do SALDO da CONTA CORRENTE do ESTADO do REAL BANCO DE PORTUGAL, após APROVAÇÃO dos BALANÇOS MENSAIS do REINO de PORTUGAL e DELIBERAÇÃO do SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO.

3 – Os CUSTOS do DESEMPENHO de FUNÇÕES dos TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA



SOCIAIS, bem como os ENCARGOS FISCAIS e SOCIAIS serão INSCRITOS e ORÇAMENTADOS pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, no ORÇAMENTO do REINO de PORTUGAL de cada um ANO e VIABILIZADOS MENSALMENTE pelo SALDO da CONTA CORRENTE do ESTADO do REAL BANCO DE PORTUGAL, visando deste modo a JUSTA, CORRECTA e RIGOROSA REPARTIÇÃO dos RECURSOS ESTATAIS por todos os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, face às suas DESPESAS SALARIAIS CORRENTES e a todo um EVOLUIR PRESENTE e PROGRESSIVO da ACÇÃO e MOVIMENTO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL a EMPREENDER.

4 – Os ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS NÃO DISPÕEM de PODERES TRIBUTÁRIOS, sendo este ESTABELECIDO pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO para todo o REINO de PORTUGAL e de ACORDO com os PRINCÍPIOS e OBJECTIVOS a CUMPRIR, no fazer face às EXIGÊNCIAS dos MOMENTOS.

5 – Aos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, NÃO COMPETE o ARRECADAR de RECEITAS e de PATRIMÓNIO PRÓPRIO, mas SIM o DEVER de VIABILIZAR a ACÇÃO NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA ao RENTABILIZAR dos MEIOS FÍSICOS do ESTADO, na PROSECUÇÃO do BEM-ESTAR COMUM da POPULAÇÃO, sendo as RECEITAS APURADAS no EXERCÍCIO e DESEMPENHO das FUNÇÕES de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, CONTABILIZADAS e TRANSFERIDAS no IMEDIATO MOMENTO ou no FINAL de cada um TURNO SOCIAL para as CONTAS do REAL BANCO DE PORTUGAL do DUCADO CORRESPONDENTE à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO – VENCIMENTOS DOS QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – Os QUADROS ESPECÍFICOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTOS:

- a) ADVOGADOS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- b) CONTABILISTAS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- c) TESOUREIROS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;
- d) SECRETÁRIOS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;
- e) BIBLIOTECÁRIOS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- f) MOTORISTAS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- g) TELEFONISTAS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;
- h) TÉCNICOS de INFORMÁTICA, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS;



i) TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;

j) TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;

l) TÉCNICOS de HOTELARIA, DUZENTOS e NOVENTA CONTOS;

m) MÉDICOS, QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS;

n) ENFERMEIROS, TREZENTOS e SESSENTA CONTOS.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – FÉRIAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As FÉRIAS dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, CORRESPONDEM às FÉRIAS de todo o CICLO LABORAL, sendo estas de VINTE e TRÊS DIAS ÚTEIS, ESTABELECIDAS pelo PRINCÍPIO da CONCORDÂNCIA entre a SUGESTÃO APRESENTADA pelos TÍTULARES dos CARGOS, a ANÁLISE efectuada pela COMISSÃO de PROFISSIONAIS e a APROVAÇÃO do RESPECTIVO REPRESENTANTE MÁXIMO de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL.

2 – Os TÍTULARES dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, APRESENTAM até ao FINAL do MÊS de OUTUBRO do ANO ANTECEDENTE ao das FÉRIAS, a sua SUGESTÃO à COMISSÃO de PROFISSIONAIS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL CORRESPONDENTE, que após a OBSERVAÇÃO e ANÁLISE da OPINIÃO de todos os seus ELEMENTOS CONSTITUINTES e a ESPECIFICIDADE do EXERCÍCIO PROFISSIONAL, PROCEDE a uma ACTA de FÉRIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL RESPECTIVO, a APRESENTAR até ao FINAL do MÊS de NOVEMBRO ao REPRESENTANTE MÁXIMO do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL CORRESPONDENTE que após VERIFICAR os PERÍODOS, o EXERCÍCIO PROFISSIONAL e a PRESENÇA em todo o MOMENTO da sua AUSÊNCIA de PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS nas mesmas ARTES BASTONÁRIAS, as CORRIGE, APROVA e as faz PUBLICAR INTERNAMENTE na INSTITUIÇÃO.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – AUSÊNCIAS E FALTAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – As AUSÊNCIAS e FALTAS dos QUADROS ESPECÍFICOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS deveram ser COMUNICADAS no IMEDIATO, pelo REPRESENTANTE MÁXIMO do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL RESPECTIVO, ao DUCADO da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO CORRESPONDENTE.

2 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO SOCIAL COMPORTA, no CONTINUO DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-

ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos QUADROS ESPECÍFICOS ESTATAIS a todos os CIDADÃOS, do FUNDAMENTAL CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, NÃO PERMITE FALTAS INJUSTIFICADAS ao LONGO de cada uma LEGISLATURA, PODENDO EXISTIR FALTAS por MOTIVOS de SAÚDE, CONFIRMADAS por a ÁREA da SAÚDE e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, CONFIRMADAS pelos MOTIVOS e RAZÕES das MESMAS.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PROFISSIONAIS QUALIFICADOS EXTRAORDINÁRIOS.

1 – Sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, face às EXIGÊNCIAS das RESPONSABILIDADES, FUNÇÕES e COMPETÊNCIAS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, os ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO correspondentes, farão subir na HIERARQUIA SOCIAL os SOCIÓLOGOS ELEITOS HIERARQUICAMENTE a CARGOS INFERIORES, a firmar o EXERCÍCIO das FUNÇÕES EXIGIDAS, tendo presente como CRITÉRIO de SELECÇÃO a EQUITATIVIDADE da SELECÇÃO pelas ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO correspondentes e a Mais-valia dos ELEITOS ao CARGO a EXERCER.

#### TÍTULO SEGUNDO – REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, é o ÓRGÃO SOCIAL, ao qual COMPETE ESPECIFICAMENTE DELIBERAR, as TRANSFORMAÇÕES a OPERAR, na VIDA do REINO de PORTUGAL, em RAZÃO de MATÉRIA de NATUREZA ORGÂNICA do PODER SOCIAL, em termos de COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, FUNÇÃO e DISCIPLINA dos SOCIÓLOGOS e dos seus ÓRGÃOS de SOBERANIA.

##### ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, é um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, que AUFERE de ESTATUTO PRÓPRIO.

2 – Os seus ELEMENTOS usufruem de ESTATUTO PRÓPRIO já CONSAGRADO e DEFINIDO em termos HIERÁRQUICOS, pelas RESPONSABILIDADES que EXERCEM DIÁRIAMENTE no DESEMPENHO das suas FUNÇÕES SOCIAIS e LEGISLATIVAS, em prol do CICLO MONÁRQUICO EVOLUTIVO LABORAL do REINO de PORTUGAL, nos ÓRGÃOS para que foram NOMEADOS.

### ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS é PRESIDIDO por SUA MAJESTADE e por o PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA e é COMPOSTO, por DOIS REPRESENTANTES da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, pelos NOVE PRESIDENTES das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, por UM REPRESENTANTE das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS PORTUGUESAS, por UM REPRESENTANTE das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, por o BASTONÁRIO NACIONAL da ARTE BASTONÁRIA dos SOCIÓLOGOS, por o BASTONÁRIO NACIONAL da ARTE BASTONÁRIA dos ADVOGADOS, pelo JUÍZ PRESIDENTE da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, pelo PRESIDENTE NACIONAL da ÁREA SOCIAL, pelo PRESIDENTE do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e pelo PRESIDENTE do REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

### ARTIGO QUARTO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – Os ELEMENTOS constituintes do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, não OBEDECEM a quaisquer CRITÉRIOS de ELEIÇÃO, sendo NOMEADOS por SUAS MAJESTADES, pelo DESEMPENHO de FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES que CUMPREM nos ÓRGÃOS de SOBERANIA do REINO de PORTUGAL, traduzindo a RAZÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a IDENTIDADE de toda uma ACÇÃO e a REALIDADE de todo o MOVIMENTO das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS em OBSERVAÇÃO, DEBATE e DEFINIÇÃO, potenciando a UNIDADE da ORIENTAÇÃO a PRODUIR.

### ARTIGO QUINTO – RESIDÊNCIA OFICIAL.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, reunirá no ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, cito em LISBOA, CAPITAL do REINO de PORTUGAL.

### ARTIGO SEXTO – CONVOCAÇÃO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS é CONVOCADO por MISSIVA REAL de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ANALISADAS, CORRIGIDAS e APROVADAS, pelo REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS.

### ARTIGO SÉTIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, reunirá sempre que NECESSÁRIO, PRECISO e EXIGIDO, pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA, que o PRESIDEM e por VONTADE EXPRESSA dos REPRESENTANTES da PIRÂMIDE HIERÁRQUICA que o COMPÕE.

2 – Compete a SUA MAJESTADE, em todas as REUNIÕES do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, citando “ Ao (número) DIA, do MÊS de (NOME), do ANO (número), em NOME de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, com toda a MINHA REALEZA, NOBREZA e HONRA, com todo o MEU SENTIDO de ESTADO, JUSTIÇA e de UNIDADE, com todo o MEU RIGOR, RESPONSABILIDADE e RAZÃO, dou por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, a REALIZAR nos PASSOS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, cita no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA, do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA: (MATÉRIAS), pelo que dou INÍCIO à DISCUSSÃO”.

3 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presente a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, deseja um BOM MANJAR a toda a FAMÍLIA REAL e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO.”

4 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, citando “Em NOME de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA.”

5 – Compete a SUA MAJESTADE, em cada uma REUNIÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA, citando “Em NOME de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, SUA MAJESTADE, EL REI SUPREMO, DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS, dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, realizada no (número) DIA, do MÊS de (NOME), do ANO (número), nos PASSOS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, cita no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA, do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO das seguintes RESOLUÇÕES SOCIAIS (EXPOSIÇÕES, ANÁLISES, SOLUÇÕES) e das VOTAÇÕES que ORIGINARAM o (número) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL PORTUGUÊS, Majestosamente.”



6 – Compete a SUA MAJESTADE, a DEFINIÇÃO durante o DIA das FASES de EXPOSIÇÃO, ANÁLISE, SOLUÇÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES SOCIAIS em CURSO, concedendo ao longo da SESSÃO PLENÁRIA e no momento PRIORIDADE, às EXPOSIÇÕES, QUESTÕES e DÚVIDAS a PROFERIR pelos ELEMENTOS CONSTITUINTES de cada uma REUNIÃO, às quais RESPONDE SUA MAJESTADE ou os ELEMENTOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA presentes VISADOS por este PROBLEMA, de forma à CORRECTA PERCEPÇÃO das DIFICULDADES REAIS que as DELIBERAÇÕES a IMPÔR ou NÃO, poderão AFECTAR e PERTURBAR a VIDA do REINO de PORTUGAL e da POPULAÇÃO PORTUGUESA.

#### ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS:

- a) DELIBERAR sobre a ORGÂNICA do PODER SOCIAL, em termos de COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, FUNÇÃO e DISCIPLINA;
- b) EXERCER as DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI.

#### ARTIGO NONO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL e pelos MEMBROS, do REAL SUPREMO TRIBUNAL de JUSTIÇA PORTUGUÊS, do REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS e demais MEMBROS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA de REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO SOCIAL, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE SOCIAL MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “Eu, (NOME PRÓPRIO), MEMBRO da FAMÍLIA REAL, com o TÍTULO NOBILIÁRQUICO (NOME), com todo o MEU RESPEITO, LEALDADE e FIDELIDADE, a SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, afirmo CUMPRIR a COOPERAÇÃO, APOIO e COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL do ÓRGÃO de SOBERANIA para o qual FUI INVESTIDO, no FIRMAR com CONSCIÊNCIA, CORAÇÃO e JUSTIÇA as TOMADAS de DECISÃO a IMPOR, pelo REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, correspondendo com toda a MINHA VONTADE, RIGOR e DEDICAÇÃO ao EXERCÍCIO das FUNÇÕES por MIM



a EXERCER, tendo presente o MEU VALOR, CONTRIBUTO e Mais-valia, para a VIDA deste ÓRGÃO de SOBERANIA.

#### ARTIGO DÉCIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para o REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do ÓRGÃO de SOBERANIA, após a ELEIÇÃO dos ELEITOS para os ÓRGÃOS de SOBERANIA que o COMPÕE e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TÍTULARES em EXERCÍCIO.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os SOCIÓLOGOS e LEGISLADORES com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR de MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que SUAS MAJESTADES e os

ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS reponham toda a HIERARQUIA SOCIAL e LEGISLATIVA abalada.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACTO NORMATIVO.

1 – São ACTOS NORMATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, os ACORDÃOS, empreendidos após as DELIBERAÇÕES das TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS em ASSUNTO por todos os TÍTULARES dos CARGOS em EXERCÍCIO de FUNÇÕES que o CONSTITUEM e revestem um CARÁCTER de LEI, sendo remetidos ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, que os PUBLICARÁ na INTEGRA.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, não tendo PERÍODOS nem DATAS estabelecidas e DEFINIDAS para a sua REALIZAÇÃO, não podem ser MARCADAS para o DIA VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, nem para os DIAS FESTIVOS de COMEMORAÇÃO do REINO de PORTUGAL e serão MARCADAS por SUAS MAJESTADES, tendo presente a COMUNICAÇÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e LEGISLATIVOS, face aos PERÍODOS e DATAS de AUSÊNCIA dos ELEMENTOS ELEITOS que o COMPÕEM.

2 – As SESSÕES PLENÁRIAS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, têm INÍCIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINAM após a DELIBERAÇÃO das MATÉRIAS em CURSO, existindo uma PAUSA para ALMOÇO, para o LANCHE e para o JANTAR se a mesma se proporcionar, sendo o INÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, precedida por uma INTERPRETAÇÃO MUSICAL da FANFARRA REAL das REAIS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESA, que ENTOARAM o HINO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, seguido de DUAS PEÇAS do seu DESÍGNIO, tendo INÍCIO este ACTO às OITO e MEIA da MANHÃ.

3 – As AUSÊNCIAS e FALTAS dos ELEMENTOS CONSTITUINTES do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, deveram ser COMUNICADAS no IMEDIATO, por ESCRITO a SUAS MAJESTADES, após a RECEPÇÃO das MISSIVAS REAIS de SUAS MAJESTADES, com uma JUSTIFICAÇÃO para o facto e constando nesta o NOME do REPRESENTANTE NOMEADO por o TITULAR do CARGO SOCIAL e LEGISLATIVO para a sua SUBSTITUIÇÃO.

4 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO SOCIAL e LEGISLATIVA comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e

para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada uma LEGISLATURA, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA da SAÚDE e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, funciona em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS CONSTITUINTES e em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA para o qual foi CONVOCADO, por ORDEM de SUA MAJESTADE, quando dos ATRASOS dos TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS nesta constantes, da demora na SUBSTITUIÇÃO de algum dos TÍTULARES e da AUSÊNCIA de algum dos TÍTULARES da SESSÃO PLENÁRIA, devendo SUA MAJESTADE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS da ASSEMBLEIA a que PRESIDE ao PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

2 – A DISCUSSÃO das MATÉRIAS e dos TEMAS a DELIBERAR, compreende a EXPOSIÇÃO da OBSERVAÇÃO do PROBLEMA, EFECTUADO pelo TÍTULAR do CARGO SOCIAL e LEGISLATIVO que lhe deu ORIGEM, um DEBATE de ANÁLISE das MATÉRIAS em estudo, onde todos os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS nesta constante se pronunciaram, face à RAZÃO da MATÉRIA em ANÁLISE e sobre a sua INTERVENÇÃO na RESOLUÇÃO do PROBLEMA e um DEBATE sobre as SOLUÇÕES a empreender face à RESOLUÇÃO do PROBLEMA e das MATÉRIAS em ESTUDO.

3 – A SOLUÇÃO encontrada para a RESOLUÇÃO do PROBLEMA será colocada a VOTAÇÃO, que compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO do PROBLEMA, a NECESSIDADE de terminar com o PROBLEMA, as VANTAGENS da RESOLUÇÃO do PROBLEMA, a VONTADE de SOLUCIONAR o PROBLEMA e as DIFICULDADES MATERIAIS, TÉCNICAS e TECNOLÓGICAS que se colocam à RESOLUÇÃO do PROBLEMA.

4 – As DELIBERAÇÕES do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS deste ÓRGÃO constantes, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face às MATÉRIAS em DISCUSSÃO, as VANTAGENS e os OBSTÁCULOS por cada um dos TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS verificados em cada uma DELIBERAÇÃO, dispondo cada um TÍTULAR dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS que a PRESIDEM e que a COMPÕEM, de um VOTO, competindo a SUA MAJESTADE e ao PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO e de a

remeter em ACORDÃO ao REAL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS, para que o PUBLIQUE e IMPONHA como LEI.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, por serem ELEITOS para o EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, pelos CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, asseguram o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os CIDADÃOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REPRESENTAÇÃO SOCIAL E LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, representam a RESPONSABILIDADE NACIONAL que a cada um COMPETE no ÓRGÃO que lhe CORRESPONDE e estão para DEFENDER, SERVIR e SALVAGUARDAR os INTERESSES de todos os CIDADÃOS PORTUGUESES e de todos os CIDADÃOS EXTERNOS residentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e não os INTERESSES ÚNICOS e PESSOAIS de FAMÍLIAS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL E LEGISLATIVA.

1 – Os ELEITOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, exercem LIVREMENTE o seu MANDATO, sendo-lhes GARANTIDO as CONDIÇÕES adequadas ao EFICAZ e RIGOROSO cumprir do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, designadamente o DIREITO de COOPERAR, com os DEMAIS TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS que o COMPÕE e o DIREITO de ser INFORMADO sobre o REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO e sobre as MATÉRIAS e TEMAS em REFLEXÃO.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DIREITOS E REGALIAS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, usufruem dos DIREITOS e REGALIAS, consagrados pelo ESTATUTO do EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e RESPONSABILIDADES nos ÓRGÃOS que REPRESENTAM.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – RESPONSABILIDADES E DEVERES.



1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, como RESPONSABILIDADES e DEVERES têm o de:

a) Comparecer às REUNIÕES PLENÁRIAS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, para o qual foram NOMEADOS;

b) Comparecer às COMISSÕES que possam EXISTIR e às quais possam pertencer;

c) Comparecer aos ACTOS, para que forem NOMEADOS, por SUAS MAJESTADES;

d) Desempenhar os CARGOS designados por SUA MAJESTADE, na SESSÃO PLENÁRIA do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS;

e) Desempenhar as suas FUNÇÕES de PARTICIPAÇÃO e INTERVENÇÃO na DISCUSSÃO e VOTAÇÃO das RESOLUÇÕES em CURSO.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS.

1 – São INCOMPATÍVEIS e constituem sinal de IMPEDIMENTO, para todos os ELEITOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, o EXERCÍCIO de qualquer outra ACTIVIDADE ESPECÍFICA LABORAL, que não as FUNÇÕES SOCIAIS e LEGISLATIVAS INERENTES ao EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES nos ÓRGÃOS PRÓPRIOS para os quais foram INVESTIDOS.

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PODERES DOS ELEITOS DO REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS.

1 – Constituem PODERES dos ELEITOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS:

a) Apresentar RESOLUÇÕES relativas às TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS envoltas da RAZÃO, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA;

b) Questionar SUAS MAJESTADES, sobre o NORMAL e REGULAR FUNCIONAMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA para que foram INVESTIDOS e sobre as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS a DELIBERAR;

c) REQUERER e OBTER dos DEMAIS ELEMENTOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS que COMPÕEM o REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, elementos, informações e publicações OFICIAIS que considerem ÚTEIS para o EXERCÍCIO da sua FUNÇÃO e MANDATO, salvo as INFORMAÇÕES de CARIZ PESSOAL, impostas por SEGREDO de ESTADO.



## ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS e LEGISLATIVOS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, não auferem de qualquer VENCIMENTO pelo desempenho das suas FUNÇÕES.

## ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

## ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Os ACORDÃOS empreendidos pelo REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS serão PUBLICADOS, DIVULGADOS e DIFUNDIDOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO da COROA REAL PORTUGUESA, JORNAL QUOTIDIANO MONÁRQUICO, no CANAL TELEVISIVO OFICIAL, CANAL CONSTITUCIONAL e na ESTAÇÃO de RÁDIO OFICIAL, ESTAÇÃO RÉGIA, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS REALIZADOS pelo REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

## ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA.

1 – As DECISÕES do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, afirmam um carácter OBRIGATÓRIO para todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES e PREVALECEM na NATUREZA da sua RAZÃO, RESPONSABILIDADE e FUNÇÃO sobre quaisquer outras AUTORIDADES, sendo fundamentadas na forma prevista na LEI.

2 – A LEI regula os termos da EXECUÇÃO das DECISÕES do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, relativamente a qualquer AUTORIDADE e determina as SANÇÕES a APLICAR aos RESPONSÁVEIS pela sua INEXECUÇÃO.

## ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, o REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, tem o DIREITO de EXERCER a

COADJUVACÃO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e de todas as DEMAIS AUTORIDADES.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS do REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, usam o TRAJO ESPECÍFICO correspondente ao EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES SOCIAIS nos ÓRGÃOS de SOBERANIA que REPRESENTAM.

#### ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, remete ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, o RELATÓRIO ANUAL da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, ENUNCIANDO as TEMÁTICAS, TEMAS e MATÉRIAS ENVOLTAS do EXERCÍCIO da sua ACÇÃO, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO OFICIAIS da COROA REAL PORTUGUESA.

2 – O REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS, DELEGARÁ num ELEMENTO CONSTITUINTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a PARTICIPAÇÃO no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelo JUÍZ PRESIDENTE que a PRESIDE.

#### TITULO TERCEIRO – REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

#### ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – A REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, é o ÓRGÃO SUPERIOR da HIERARQUIA SOCIAL, ao qual COMPETE IMPOR a LEI SOCIAL a CUMPRIR pelos AGENTES ECONÓMICOS em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, ADMINISTRANDO e COORDENANDO a ACÇÃO e MOVIMENTO REGIONAL, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA SOCIAL.

#### ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES ao ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, são proporcionadas por CONCURSO REAL SOCIAL, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para as NOVE

REGIÕES ADMINISTRATIVAS, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os SOCIÓLOGOS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os SOCIÓLOGOS a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO SOCIAL em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL REGIONAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE da REGIÃO ADMINISTRATIVA, à REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

#### ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – O REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA é COMPOSTA por NOVE SOCIÓLOGOS, representantes de cada uma das NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, DEFINIDAS na ORGANIZAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDAS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL.

#### ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, tem a DURAÇÃO de UM ANO tendo ÍNICIO o ANO SOCIAL no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, cita no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL da VIDA do REINO de PORTUGAL e dos PROCESSOS CRIMES SOCIAIS em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, cito no MUNICÍPIO de LISBOA, CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA TERRA do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES SOCIAIS (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das DELIBERAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos PROCESSOS SOCIAIS em CURSO.



## ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA:

- a) APURAR os MONTANTES NACIONAIS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS em cada um MÊS de EXERCÍCIO, em cada uma RUBRICA de CONTRIBUIÇÕES ARRECADADAS, dos SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS e dos SUBSÍDIOS ATRIBUIDOS aos CONTRIBUINTES, bem como dos RENDIMENTOS que o POTENCIARAM;
- b) PROCEDER à VENDA em HASTA PÚBLICA da PROPRIEDADE ALICERÇADA aos CONTRIBUINTES, pelo NÃO CUMPRIMENTO das suas RESPONSABILIDADES SOCIAIS;
- c) COORDENAR, ORIENTAR e AUXILIAR a ACÇÃO e o MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS REGIONAIS;
- d) EMPOSSAR e NOMEAR os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- e) ELEGER os seus REPRESENTANTES ao REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS;
- f) EXERCER as DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI.

## ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pelo REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e a SUAS ALTEZAS do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO SOCIAL, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE SOCIAL MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo



desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

#### ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para a REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

#### ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os SOCIÓLOGOS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponha a HIERARQUIA SOCIAL abalada.

## ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo ÍNICIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA do PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA e da CONCORDÂNCIA do PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a AUSÊNCIA dos SOCIÓLOGOS que compõem o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ao qual PRESIDE, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, deveram ser comunicadas pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO SOCIAL comporta, no contínuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO SOCIAL, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

## ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – A REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, funciona em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM do PRESIDENTE, quando dos ATRASOS dos SOCIÓLOGOS que COMPÕEM o ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos SOCIÓLOGOS da SESSÃO PLENÁRIA, devendo o PRESIDENTE, na sua AUSÊNCIA do PLENÁRIO por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos OITO SOCIÓLOGOS sob a sua

ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos SOCIÓLOGOS ELEITOS.

2 – A REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA compreende nas suas FASES PROCESSUAIS de DELIBERAÇÃO dos ACTOS e PROCESSOS SOCIAIS, a EXPOSIÇÃO pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, das MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS SOCIAIS em ANÁLISE, a OBSERVAÇÃO do ESPAÇO GEOGRÁFICO, das DATAS e dos ACTOS PROCESSUAIS OCORRIDOS, a MENÇÃO dos NOMES, CADASTRO e ANTECEDENTES CRIMINAIS SOCIAIS dos ARGUIDOS e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFRINGIDOS e VIOLADOS pelo ACTO cometido, competindo a todos os SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a OBSERVAÇÃO e a ANÁLISE das PROVAS REUNIDAS pelo CONSELHO de INVESTIGAÇÃO CONSTITUÍDO e das DELIBERAÇÕES e FUNDAMENTOS SOCIAIS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS HIERARQUICAMENTE INFERIORES, inerentes a todo o PROCESSO SOCIAL e a DELIBERAÇÃO IMPIEDOSA, CÉLERE, RIGOROSA, DIRECCIONADA e JUSTA às QUESTÕES SUSCEPTÍVEIS de DÚVIDA por parte dos AUTORES do PROCESSO.

3 – Os PROCESSOS SOCIAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO após a FASE PROCESSUAL de ESTUDO, ANÁLISE e APURAMENTO da LEI SOCIAL MONÁRQUICA e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS VIOLADOS, as ORIGENS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS dos ACTOS para os ARGUIDOS, para o ESTADO e para toda a POPULAÇÃO PORTUGUESA e as INCONGRUÊNCIAS dos INTERVENIENTES ao longo de todo o PROCESSO SOCIAL, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face aos PROCESSOS SOCIAIS em JULGAMENTO, as ATENUANTES dos ACTOS sempre que se considerem EXISTIR, dispondo cada um SOCIÓLOGO do PLENÁRIO, de UM VOTO, competindo ao PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO, de em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os DEMAIS SOCIÓLOGOS FORMULAR a SENTENÇA e a DELIBERAÇÃO a CUMPRIR, ELABORAREM o ACÓRDÃO a INSTITUIR face ao PROCESSO SOCIAL, PROFERIR o VEREDICTO FINAL da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA e de a COMUNICAR aos ARGUIDOS, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e aos MEIOS de INFORMAÇÃO.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS

GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por NOVE REGIÕES ADMINISTRATIVAS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os SOCIÓLOGOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA FISCAL PORTUGUESA, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO DOIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA CONTOS.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – A REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA dispõe de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pela REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA serão PUBLICADOS, DIVULGADOS e DIFUNDIDOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO da COROA REAL PORTUGUESA, JORNAL, QUOTIDIANO MONÁRQUICO, no CANAL TELEVISIVO OFICIAL, CANAL CONSTITUCIONAL e na ESTAÇÃO de RÁDIO OFICIAL, ESTAÇÃO RÉGIA, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelo ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – A REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, EXERCE a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em todo o ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e tem sede INSTITUCIONAL, na CAPITAL do REINO de PORTUGAL, LISBOA.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES.



1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, a REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, tem o DIREITO de EXERCER a COADJUVANÇA dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES na REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL SOCIAL, por cada um SOCIÓLOGO ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um SOCIÓLOGO, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CIRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA que REPRESENTAM, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – O PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, REMETE ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL NACIONAL DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS, um RELATÓRIO da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA, ENUNCIANDO as QUEIXAS RECEBIDAS, as INICIATIVAS EFECTUADAS, as DILIGÊNCIAS REALIZADAS e os RESULTADOS obtidos, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de COMUNICAÇÃO OFICIAIS da COROA REAL PORTUGUESA.

2 – O PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, poderá PARTICIPAR no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS da ASSEMBLEIA REAL NACIONAL das ÁREAS PRESIDENCIAIS, a fim de tratar de ASSUNTOS da



sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelo JUÍZ que a PRESIDE.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – A REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA INTEGRA nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS ADVOGADOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, DOIS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

#### TITULO QUARTO – REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – As REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, são os ÓRGÃOS da HIERARQUIA SOCIAL, ao qual COMPETE IMPOR a LEI SOCIAL a CUMPRIR pelos AGENTES ECONÓMICOS para cada uma CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL REGIONAL CORRESPONDENTE a cada um DOMÍNIO, ADMINISTRANDO e COORDENANDO a ACÇÃO e MOVIMENTO CONCELHIO, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA SOCIAL.

##### ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, são proporcionadas por CONCURSO REAL SOCIAL, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os SOCIÓLOGOS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os SOCIÓLOGOS a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constituam o REGISTO e expressem a

VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO SOCIAL em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL CONCELHIO PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, à REAL FILIAL SOCIAL REGIONAL PORTUGUESA RESPECTIVA.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS.

#### ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – As REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS são COMPOSTAS por o CONJUNTO de SOCIÓLOGOS de cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA, representantes de cada um dos CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO respectivos, DEFINIDOS na ORDENAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL.

#### ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, tem a DURAÇÃO de UM ANO tendo ÍNICIO o ANO JURÍDICO no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA da REAL FILIAL SOCIAL REGIONAL

PORTUGUESA, cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL da VIDA do REINO de PORTUGAL e dos PROCESSOS CRIMES SOCIAIS em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para o ALMOÇO, da REAL FILIAL SOCIAL REGIONAL PORTUGUESA, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA da REAL FILIAL SOCIAL REGIONAL PORTUGUESA, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, REAL FILIAL SOCIAL REGIONAL PORTUGUESA, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES SOCIAIS (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das DELIBERAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos PROCESSOS SOCIAIS em CURSO.

## ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS:

- a) APURAR os MONTANTES REGIONAIS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS respectivos, em cada uma RUBRICA de CONTRIBUIÇÕES ARRECADADAS, dos SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS e dos

SUBSÍDIOS ATRIBUIDOS aos CONTRIBUINTES, bem como dos RENDIMENTOS que o POTENCIARAM;

- b) INSTAURAR os PROCESSOS JURÍDICOS nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS da respectiva ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, aos CONTRIBUINTES cuja RESOLUÇÃO OBRIGATÓRIA nos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS CONCELHIOS não se PROCESSE, INSTITUINDO a respectiva COIMA, as CUSTAS PROCESSUAIS e os JUROS relativos a cada um PROCESSO;
- c) COORDENAR, ORIENTAR e AUXILIAR a ACÇÃO e o MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS CONCELHIOS;
- d) EMPOSSAR e NOMEAR os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- e) ELEGER o seu REPRESENTANTE ao REAL CONSELHO SOCIETAL de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS;
- f) EXERCER as DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI;
- g) REMETER à REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, a LISTAGEM e os BENS ALICERÇADOS nos CONTENCIOSOS INSTITUIDOS aos CONTRIBUINTES NÃO CUMPRIDORES das RESPONSABILIDADES SOCIAIS.

#### ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, são EMPOSSADOS por SUAS MAJESTADES e pela REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, na CORTE, cita em VILA DE REI, no DIA ANTERIOR à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete a SUAS MAJESTADES e aos SOCIÓLOGOS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO SOCIAL, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE SOCIAL MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com



o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

#### ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para as REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

#### ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os SOCIÓLOGOS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponha a HIERARQUIA SOCIAL abalada.



## ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, realizam-se todos os dias ÚTEIS do ANO, salvo no dia VINTE e QUATRO e VINTE e CINCO do MÊS de DEZEMBRO, tendo ÍNICIO às NOVE HORAS da MANHÃ e TERMINANDO às DEZOITO HORAS de cada um DIA, existindo uma PAUSA para ALMOÇO das DOZE HORAS às CATORZE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS e da CONCORDÂNCIA dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, a AUSÊNCIA dos SOCIÓLOGOS que compõem cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JÚRIDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, deveram ser comunicadas pelos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO SOCIAL comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO SOCIAL, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

## ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – As REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM dos PRESIDENTES, quando dos ATRASOS dos SOCIÓLOGOS que COMPÕEM cada um ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos SOCIÓLOGOS das SESSÕES PLENÁRIAS, devendo os PRESIDENTES, na sua AUSÊNCIA dos PLENÁRIOS por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de

COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos SOCIÓLOGOS sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos SOCIÓLOGOS ELEITOS.

2 – As REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS compreendem nas suas FASES PROCESSUAIS de DELIBERAÇÃO dos ACTOS e PROCESSOS SOCIAIS, a EXPOSIÇÃO pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, das MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS SOCIAIS em ANÁLISE, a OBSERVAÇÃO do ESPAÇO GEOGRÁFICO, das DATAS e dos ACTOS PROCESSUAIS OCORRIDOS, a MENÇÃO dos NOMES, CADASTRO e ANTECEDENTES CRIMINAIS SOCIAIS dos ARGUIDOS e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFRINGIDOS e VIOLADOS pelo ACTO cometido, competindo a todos os SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, a OBSERVAÇÃO e a ANÁLISE das PROVAS REUNIDAS pelo CONSELHO de INVESTIGAÇÃO CONSTITUÍDO e das DELIBERAÇÕES e FUNDAMENTOS SOCIAIS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL HIERARQUICAMENTE INFERIOR, inerente a todo o PROCESSO SOCIAL e a DELIBERAÇÃO IMPIEDOSA, CÉLERE, RIGOROSA, DIRECCIONADA e JUSTA às QUESTÕES SUSCEPTÍVEIS de DÚVIDA por parte dos AUTORES do PROCESSO.

3 – Os PROCESSOS SOCIAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO após a FASE PROCESSUAL de ESTUDO, ANÁLISE e APURAMENTO da LEI SOCIAL MONÁRQUICA e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS VIOLADOS, as ORIGENS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS dos ACTOS para os ARGUIDOS, para o ESTADO e para toda a POPULAÇÃO PORTUGUESA e as INCONGRUÊNCIAS dos INTERVENIENTES ao longo de todo o PROCESSO SOCIAL, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os SOCIÓLOGOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face aos PROCESSOS SOCIAIS em JULGAMENTO, as ATENUANTES dos ACTOS sempre que se considerem EXISTIR, dispondo cada um SOCIÓLOGO de cada um PLENÁRIO, de UM VOTO, competindo aos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO, de em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os DEMAIS SOCIÓLOGOS FORMULAR a SENTENÇA e a DELIBERAÇÃO a CUMPRIR, ELABORAREM o ACÓRDÃO a INSTITUIR face ao PROCESSO SOCIAL, PROFERIR o VEREDICTO FINAL da REAL FILIAL SOCIAL REGIONAL PORTUGUESA e de a COMUNICAR aos ARGUIDOS, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e aos MEIOS de INFORMAÇÃO.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUARENTA e TRÊS CONCELHOS de ADMINISTRAÇÃO, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os SOCIÓLOGOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO DOIS MIL CENTO e QUARENTA e CINCO CONTOS.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – As REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelas REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS serão PUBLICADOS, DIVULGADOS e DIFUNDIDOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivas, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – As REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, EXERCEM a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em cada uma REGIÃO ADMINISTRATIVA correspondente à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e tem sede INSTITUCIONAL, em cada uma das CAPITAIS REGIONAIS do REINO de PORTUGAL.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, as REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

## ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nas REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL SOCIAL, por cada um SOCIÓLOGO ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um SOCIÓLOGO, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

## ARTIGO DÉCIMO OITAVO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA que REPRESENTAM, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

## ARTIGO DÉCIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – Os PRESIDENTES das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, REMETEM ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL REGIONAL DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS RESPECTIVAS, um RELATÓRIO da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA, ENUNCIANDO as QUEIXAS RECEBIDAS, as INICIATIVAS EFECTUADAS, as DILIGÊNCIAS REALIZADAS e os RESULTADOS obtidos, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de COMUNICAÇÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivas.



2 – Os PRESIDENTES das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, poderão PARTICIPAR no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS REGIONAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS correspondentes, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelos JUÍZES que as PRESIDEM.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, DOIS ADVOGADOS, DOIS CONTABILISTAS, DOIS TESOUREIROS, CINCO SECRETÁRIOS, DOIS BIBLIOTECÁRIOS, DOIS MOTORISTAS, DOIS TELEFONISTAS, DOIS TÉCNICOS de INFORMÁTICA, DOIS TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, DOIS TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, DOIS TÉCNICOS de HOTELARIA, UM MÉDICO e UM ENFERMEIRO.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE da REAL FILIAL SOCIAL REGIONAL PORTUGUESA RESPECTIVO.

#### TITULO QUINTO – REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – As REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, são os ÓRGÃOS da HIERARQUIA SOCIAL, ao qual COMPETE IMPOR a LEI SOCIAL a CUMPRIR pelos AGENTES ECONÓMICOS para cada uma CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL CONCELHIO CORRESPONDENTE a cada um DOMÍNIO, COORDENANDO a ACÇÃO e MOVIMENTO MUNICIPAL, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA SOCIAL.

##### ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, são proporcionadas por CONCURSO REAL SOCIAL, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para os QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os SOCIÓLOGOS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os SOCIÓLOGOS a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a



CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS ao CARGO SOCIAL em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne os SETE CANDIDATOS ELEITOS, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE do MUNICÍPIO, nas REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS.

#### ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – As REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS são COMPOSTAS por o CONJUNTO de SOCIÓLOGOS de cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO, representantes de cada um dos MUNICÍPIOS respectivos, DEFINIDOS na ESTRUTURAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL.

#### ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, tem a DURAÇÃO de UM ANO tendo INÍCIO o ANO SOCIAL no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, citando “ Ao (NÚMERO)

Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA da REAL SUCURSAL SOCIAL CONCELHIA PORTUGUESA, cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL da VIDA do REINO de PORTUGAL e dos PROCESSOS CRIMES SOCIAIS em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para a REFEIÇÃO, da REAL SUCURSAL SOCIAL CONCELHIA PORTUGUESA, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA da REAL SUCURSAL SOCIAL CONCELHIA PORTUGUESA, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, REAL SUCURSAL SOCIAL CONCELHIA PORTUGUESA, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES SOCIAIS (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das DELIBERAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos PROCESSOS SOCIAIS em CURSO.

## ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS:

- a) APURAR os MONTANTES CONCELHIOS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS respectivos, em cada uma RUBRICA de IMPOSTO ARRECADADO, dos SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS e dos SUBSÍDIOS ATRIBUIDOS aos CONTRIBUINTES, bem como dos RENDIMENTOS que o POTENCIARAM;
- b) CONVOCAR os CONTRIBUINTES cuja RESOLUÇÃO VOLUNTÁRIA dos DIFERENDOS SOCIAIS MUNICIPAIS INSTITUÍDOS não se PROCESSE;
- c) ACORDAR em SEGUNDA INSTÂNCIA as formas de RESOLUÇÃO OBRIGATÓRIA dos DIFERENDOS SOCIAIS INSTITUIDOS nos ÓRGÃOS de SOBERANIA MUNICIPAIS;
- d) COORDENAR, ORIENTAR e AUXILIAR a ACÇÃO e o MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS MUNICIPAIS;
- e) REMETER aos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS REGIONAIS da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, o CADASTRO SOCIAL dos CONTRIBUINTES NÃO CUMPRIDORES às RESPONSABILIDADES SOCIAIS;
- f) EMPOSSAR e NOMEAR os REPRESENTANTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS para SI CONSIGNADOS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA;
- g) ELEGER o seu REPRESENTANTE ao REAL CONSELHO SOCIETAL de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS;
- h) EXERCER as DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI.

## ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, são EMPOSSADOS por DELEGAÇÃO de SUAS MAJESTADES nos SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA e nos SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS REGIONAIS PORTUGUESES, cito nas CAPITAIS REGIONAIS do REINO de PORTUGAL, durante os TRÊS DIAS ANTERIORES à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete aos SOCIÓLOGOS da REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA e aos SOCIÓLOGOS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO SOCIAL, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE SOCIAL MONÁRQUICA



e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

#### ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para as REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

#### ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILÍARES e HOMENAGEADOS os SOCIÓLOGOS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponha a HIERARQUIA SOCIAL abalada.

#### ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, realizam-se todos os dias do ANO, tendo INÍCIO às ZERO HORAS e TERMINANDO às VINTE e QUATRO HORAS de cada um DIA, existindo TRÊS TURNOS SOCIAIS que se vão ALTERNANDO ao longo da SESSÃO PLENÁRIA tendo como HORÁRIOS das ZERO HORAS às OITO HORAS, das OITO HORAS às DEZASSEIS HORAS e das DEZASSEIS HORAS às VINTE e QUATRO HORAS, existindo TRÊS PERÍODOS de PAUSA ao longo do dia para REFEIÇÃO, das TRÊS HORAS às QUATRO HORAS, das DOZE HORAS às TREZE HORAS e das DEZANOVE HORAS às VINTE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS e da CONCORDÂNCIA dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, a AUSÊNCIA dos SOCIÓLOGOS que compõem cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, deveram ser comunicadas pelos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO SOCIAL comporta, no continuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO SOCIAL, podendo existir faltas por



MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

#### ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – As REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ou dos seus REPRESENTANTES para cada um TURNO, quando dos ATRASOS dos SOCIÓLOGOS que COMPÕEM cada um ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos SOCIÓLOGOS das SESSÕES PLENÁRIAS, devendo os PRESIDENTES ou os seus REPRESENTANTES para cada um TURNO, na sua AUSÊNCIA dos PLENÁRIOS por PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos SOCIÓLOGOS sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos SOCIÓLOGOS ELEITOS.

2 – As REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, compreendem nas suas FASES PROCESSUAIS de DELIBERAÇÃO dos ACTOS e PROCESSOS SOCIAIS, a EXPOSIÇÃO pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou pelo seu REPRESENTANTE em cada um TURNO, das MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS SOCIAIS em ANÁLISE, a OBSERVAÇÃO do ESPAÇO GEOGRÁFICO, das DATAS e dos ACTOS PROCESSUAIS OCORRIDOS, a MENÇÃO dos NOMES, CADASTRO e ANTECEDENTES CRIMINAIS SOCIAIS dos ARGUIDOS e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFRINGIDOS e VIOLADOS pelo ACTO cometido, competindo ao PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ou aos seus REPRESENTANTES em cada um TURNO a NOMEAÇÃO de um SOCIÓLOGO para CONSTITUIR o CONSELHO de INVESTIGAÇÃO do PROCESSO SOCIAL, que potenciará a todos os SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES em cada um TURNO, a OBSERVAÇÃO e a ANÁLISE das PROVAS REUNIDAS, bem como NOTIFICAR com carácter de URGÊNCIA as INSTÂNCIAS FINANCEIRAS, NOTARIAIS, FISCAIS e do JOGO INERENTES a cada um PROCESSO SOCIAL e INICIAR as DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao IMPIEDOSO, CÉLERE, RIGOROSO, DIRECCIONADO e JUSTO APURAMENTO dos ACTOS PROCESSUAIS SOCIAIS em JULGADO e dos seus INTERVENIENTES, de modo à VERACIDADE dos FACTOS.

3 – Os PROCESSOS SOCIAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO após a FASE PROCESSUAL de ESTUDO, ANÁLISE e APURAMENTO da LEI SOCIAL MONÁRQUICA e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS VIOLADOS, as ORIGENS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS dos ACTOS para os ARGUIDOS, para o ESTADO e para toda a POPULAÇÃO

PORTUGUESA e as INCONGRUÊNCIAS dos INTERVENIENTES em todo o PROCESSO SOCIAL, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os SOCIÓLOGOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL em efectividade de FUNÇÕES em cada um TURNO, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face aos PROCESSOS SOCIAIS em JULGAMENTO, as ATENUANTES dos ACTOS sempre que se considerem EXISTIR, dispondo cada um SOCIÓLOGO de cada um PLENÁRIO, de UM VOTO, competindo aos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ou aos seus REPRESENTANTES em cada um TURNO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO, de em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os DEMAIS SOCIÓLOGOS FORMULAR a SENTENÇA e a DELIBERAÇÃO a CUMPRIR, ELABORAREM o ACÓRDÃO a INSTITUIR face ao PROCESSO SOCIAL, PROFERIR o VEREDICTO FINAL da REAL SUCURSAL SOCIAL CONCELHIA PORTUGUESA e de a COMUNICAR aos ARGUIDOS, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e aos MEIOS de INFORMAÇÃO.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os SOCIÓLOGOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO MIL QUATROCENTOS e TRINTA CONTOS.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – As REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelas REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS serão PUBLICADOS, DIVULGADOS e DIFUNDIDOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivas, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – As REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, EXERCEM a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em cada um CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO correspondente à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e têm sede INSTITUCIONAL, em cada uma das CAPITAIS CONCELHIAS do REINO de PORTUGAL.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, as REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nas REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL SOCIAL, por cada um SOCIÓLOGO ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um SOCIÓLOGO, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

## ARTIGO DÉCIMO OITAVO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA que REPRESENTAM, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

## ARTIGO DÉCIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.

1 – Os PRESIDENTES das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, REMETEM ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL CONCELHIA DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS RESPECTIVAS, um RELATÓRIO da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA, ENUNCIANDO as QUEIXAS RECEBIDAS, as INICIATIVAS EFECTUADAS, as DILIGÊNCIAS REALIZADAS e os RESULTADOS obtidos, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de COMUNICAÇÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivas.

2 – Os PRESIDENTES das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, poderão PARTICIPAR no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS CONCELHIAS das ÁREAS PRESIDENCIAIS correspondentes, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelos JUÍZES que as PRESIDEM.

## ARTIGO VIGÉSIMO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, SETE ADVOGADOS, SETE CONTABILISTAS, SETE TESOUREIROS, QUINZE SECRETÁRIOS, SETE BIBLIOTECÁRIOS, SETE MOTORISTAS, SETE TELEFONISTAS, SETE TÉCNICOS de INFORMÁTICA, SETE TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, SETE TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, SETE TÉCNICOS de HOTELARIA, SETE MÉDICOS e SETE ENFERMEIROS.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE da REAL SUCURSAL SOCIAL CONCELHIA PORTUGUESA RESPECTIVO.

## TITULO SEXTO – REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS.



## ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO.

1 – As REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, são os ÓRGÃOS da HIERARQUIA SOCIAL, ao qual COMPETE IMPOR a LEI SOCIAL a CUMPRIR pelos AGENTES ECONÓMICOS para cada uma CIRCUNSCRIÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL MUNICIPAL CORRESPONDENTE a cada um DOMÍNIO, ADMINISTRANDO a ACÇÃO e MOVIMENTO LOCAL, em RAZÃO de MATÉRIA JURÍDICA de NATUREZA SOCIAL.

## ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO.

1 – As ELEIÇÕES aos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, são proporcionadas por CONCURSO REAL SOCIAL, com a DURAÇÃO de TRINTA DIAS, a contar da DATA da sua PUBLICAÇÃO, imposto por ÉDITO de SUAS MAJESTADES, para todas as ALDEIAS, VILAS e CIDADE que COMPÕEM cada um MUNICÍPIO, definidas na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo CANDIDATOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, todos os SOCIÓLOGOS presentes no TERRITÓRIO PORTUGUÊS e todos os SOCIÓLOGOS a EXERCER FUNÇÕES nos ÓRGÃOS de SOBERANIA DIPLOMÁTICOS do IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, consistindo a CANDIDATURA, numa INTERVENÇÃO a PROFERIR por cada um CANDIDATO ISOLADAMENTE, sobre a TEMÁTICA do CARGO em ELEIÇÃO, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que FILMARAM e GRAVARAM a INTERVENÇÃO para que constituam o REGISTO e expressem a VONTADE de cada um CANDIDATO no EXERCÍCIO da respectiva FUNÇÃO, competindo aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, após o TERMINO do PRAZO de CANDIDATURAS, num PERÍODO de TRINTA DIAS, com os PRINCÍPIOS INSTITUÍDOS para cada uma ELEIÇÃO, SELECIONAR e ELEGER de todas as CANDIDATURAS apresentadas, SETE CANDIDATOS de cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE, que usufruíram do ESTATUTO de ELEITOS e ELEITORES.

2 – ELEITOS os SETE CANDIDATOS de cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE ao CARGO SOCIAL em ELEIÇÃO, o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO CIVIL MUNICIPAL PORTUGUÊS, por um PERÍODO de TRINTA DIAS, reúne ISOLADAMENTE os SETE CANDIDATOS ELEITOS para cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, para que juntos, com NOVAS INTERVENÇÕES e CONSENSOS, conquistem o ENTENDIMENTO e a UNIDADE NECESSÁRIA, PRECISA e EXIGIDA, a que sejam os PRÓPRIOS ELEITOS e ELEITORES com a ESPECIFICIDADE do TEMA e das MATÉRIAS, a ELEGER o REPRESENTANTE de cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE, nas REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS.

3 – Compete aos REAIS TRIBUNAIS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, a NOMEAÇÃO de todos os ELEITOS a TÍTULARES de CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS.



### ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL.

1 – As REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS são COMPOSTAS por o CONJUNTO de SOCIÓLOGOS de cada um MUNICÍPIO, representantes de cada um ALDEIA, VILA e CIDADE respectivas, DEFINIDAS na ESTRUTURAÇÃO do ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS e CONSTITUÍDAS na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, sendo por estes ELEITO o PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, a quem compete PRESIDIR ao ÓRGÃO, impondo o EQUILÍBRIO, EQUIDADE e a UNIDADE de toda a VIDA PLENÁRIA do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL.

### ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO.

1 – A SESSÃO LEGISLATIVA, das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, tem a DURAÇÃO de UM ANO tendo INÍCIO o ANO SOCIAL no PRIMEIRO DIA de JANEIRO de cada ANO e TERMINA no DIA TRINTA e UM de DEZEMBRO de cada ANO.

2 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, citando “ Ao (NÚMERO) Dia, do Mês de (NOME), do Ano (NÚMERO), em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá por INICIADO o EXERCÍCIO da SESSÃO PLENÁRIA da REAL MATRIZ SOCIAL MUNICIPAL PORTUGUESA, cita no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO de ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo como ORDEM do DIA APURAR a VERACIDADE da ACÇÃO e MOVIMENTO SOCIAL da VIDA do REINO de PORTUGAL e dos PROCESSOS CRIMES SOCIAIS em JULGAMENTO, sendo estes (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS), pelo que dou INÍCIO à SESSÃO PLENÁRIA. “

3 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS a convocação do CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, para a COMUNICAÇÃO da PAUSA para a REFEIÇÃO, da REAL MATRIZ SOCIAL MUNICIPAL PORTUGUESA, citando “ Tendo SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, presentes a IMPORTÂNCIA da PAUSA e de uma ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA, como BASE de toda uma CONSCIÊNCIA, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), deseja um BOM MANJAR a SUAS ALTEZAS e um RÁPIDO REGRESSO para a prossecução do EXERCÍCIO em CURSO. “

4 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de

FUNÇÕES, todos os DIAS a ABERTURA da SESSÃO PLENÁRIA, pós REFEIÇÃO, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá INÍCIO à prossecução da ORDEM do DIA. “

5 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, todos os DIAS o ENCERRAMENTO da SESSÃO PLENÁRIA da REAL MATRIZ SOCIAL MUNICIPAL PORTUGUESA, convocando o CONSELHO dos SOCIÓLOGOS do ÓRGÃO de SOBERANIA, citando “ Em Nome de SUAS MAJESTADES, EL REI e RAINHA de PORTUGAL, o SOCIÓLOGO (NOME PRÓPRIO), dá por TERMINADA a SESSÃO PLENÁRIA, do (NÚMERO) DIA, do Mês de (NOME), do ANO (NÚMERO), do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, REAL MATRIZ SOCIAL MUNICIPAL PORTUGUESA, cito no MUNICÍPIO (de/da/do) (NOME), CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO (NOME) e REGIÃO ADMINISTRATIVA (NOME) do REINO de PORTUGAL, tendo esta TRATADO dos PROCESSOS CRIMES SOCIAIS (NÚMEROS E NOMES DOS PROCESSOS) e das DELIBERAÇÕES que originaram o (NÚMEROS) ACORDÃO deste ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL PORTUGUÊS, MAJESTOSAMENTE.

6 – Compete ao SOCIÓLOGO que PRESIDE o ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou ao seu REPRESENTANTE nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, a DEFINIÇÃO durante o DIA, dos PERÍODOS das FASES PROCESSUAIS relativos aos PROCESSOS SOCIAIS em CURSO.

#### ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS.

1 – São COMPETÊNCIAS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS:

- a) REPRESENTAR o PODER SOCIAL a todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, esclarecendo os DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS CONSIGNADOS, bem como os DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS SOCIAIS EXIGIDOS;
- b) REGISTRAR os MOVIMENTOS CONTRIBUTIVOS dos CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES, em cada uma ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO MUNICIPAL, os SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS e os SUBSÍDIOS ATRIBUIDOS aos CONTRIBUINTES;
- c) APURAR os MONTANTES MUNICIPAIS, em cada uma RUBRICA de CONTRIBUIÇÃO ARRECADADA, dos SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS e dos SUBSÍDIOS ATRIBUIDOS, bem como dos RENDIMENTOS que o POTENCIARAM;
- d) APURAR em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com as INSTÂNCIAS COMPETENTES os CONTRIBUINTES NÃO CUMPRIDORES em cada um MÊS de EXERCÍCIO e os MONTANTES envolvidos de cada um PROCESSO SOCIAL;

- e) CONVOCAR os CONTRIBUINTES NÃO CUMPRIDORES em cada um MÊS de EXERCÍCIO;
- f) ACORDAR em PRIMEIRA INSTÂNCIA as formas de RESOLUÇÃO VOLUNTÁRIA dos DIFERENDOS SOCIAIS INSTITUIDOS;
- g) REMETER aos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS CONCELHIOS da sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, o CADASTRO SOCIAL dos CONTRIBUINTES NÃO CUMPRIDORES;
- h) ELEGER o seu REPRESENTANTE ao REAL CONSELHO SOCIETAL de SUAS MAJESTADES e ao REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS;
- i) EXERCER as DEMAIS FUNÇÕES que lhe sejam CONFERIDAS pela CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e pela LEI.

#### ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO.

1 – Os MEMBROS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, são EMPOSSADOS por DELEGAÇÃO de SUAS MAJESTADES nos SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS e nos SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, nos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS CIVIS CONCELHIOS PORTUGUESES, cito nas CAPITAIS CONCELHIAS do REINO de PORTUGAL, durante os SETE DIAS ANTERIORES à tomada de POSSE.

2 – No ACTO da POSSE compete aos SOCIÓLOGOS das REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS e aos SOCIÓLOGOS das REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS, proferir o ÉDITO da DELEGAÇÃO da RAZÃO SOCIAL, dos DIREITOS, IGUALDADES, LIBERDADES e GARANTIAS de que USUFRUEM todos os ELEITOS e dos DEVERES, RESPONSABILIDADES e COMPROMISSOS INERENTES a todo o RIGOR que se IMPÕE e EXIGE a todos os ELEITOS no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES e DESEJAR os VOTOS de um FUTURO PRÓSPERO de UNIDADE, IDENTIDADE e ACTIVIDADE SOCIAL MONÁRQUICA e prestam no ACTO de POSSE todos os ELEITOS como JURAMENTO “ Eu, (NOME PRÓPRIO), com todo o CORAÇÃO, SENTIMENTO e JUSTIÇA, com toda a minha NOBREZA, HONRA e PÁTRIA, afirmo DEFENDER, RESPEITAR e CUMPRIR a CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, VENERAR a LEALDADE e FIDELIDADE a SUAS MAJESTADES EL REI e RAINHA de PORTUGAL, ao REINO de PORTUGAL e a todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS, HOMENAGEAR o IMPÉRIO PORTUGUÊS no MUNDO, composto por os REINOS de ANGOLA, BRASIL, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE e TIMOR, RESPEITAR a PAZ do REINO de PORTUGAL com todos os REINOS e POVOS do MUNDO e AMAR o PLANETA TERRA, que nos FEZ EXISTIR HUMANOS e prometo desempenhar com o MÁXIMO RIGOR, EMPENHO e VIDA, as FUNÇÕES para as quais SOU INVESTIDO.

#### ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA.

1 – A LEGISLATURA dos ELEITOS para as REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, tem a DURAÇÃO de DEZ ANOS, tendo INÍCIO com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO, NOVENTA DIAS após o INÍCIO da ELEIÇÃO para o respectivo ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e CESSA com a PRIMEIRA REUNIÃO do PLENÁRIO SUBSEQUENTE, dos NOVOS ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES, sem prejuízo da DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA ou PERDA LASTIMÁVEL de algum dos TITULARES em EXERCÍCIO.

#### ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO.

1 – Os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS podem ser DESTITUÍDOS, mediante INCAPACIDADE FÍSICA, para o DESEMPENHO das FUNÇÕES em EXERCÍCIO para que fora INVESTIDO, por INCOMPATIBILIDADES para com o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, ocorridas no DECURSO do seu MANDATO, por FALTAS INJUSTIFICADAS às SESSÕES PLENÁRIAS, por CONDENAÇÃO JUDICIAL, pela prática de qualquer CRIME e VIOLAÇÃO à CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA e ao REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS, por falta de SENTIDO de ESTADO PATRIÓTICO, por PALAVRAS, ACTOS, GESTOS e ATITUDES OFENSIVAS que pratiquem no EXERCÍCIO do seu MANDATO, por ABUSO de PODER e por ULTRAJE ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES para o qual foram INVESTIDOS. As SUSPEIÇÕES e a CONSTITUIÇÃO do ESTATUTO de ARGUIDO, faz com que SUSPENDAM no IMEDIATO o EXERCÍCIO de FUNÇÕES, até as INSTÂNCIAS JURÍDICAS pronunciarem o VEREDICTO.

2 – Todos os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS poderão mediante DECLARAÇÃO ESCRITA, RENÚNCIAR ao MANDATO para o qual foram INVESTIDOS, enunciando as RAZÕES e MOTIVOS da sua DEMISSÃO, ORIGENS, CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS do seu ACTO.

3 – A todos os TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, serão PRESTADOS na HORA do ADEUS, as mais HUMILDES CONDOLÊNCIAS aos FAMILIARES e HOMENAGEADOS os SOCIÓLOGOS com HONRAS de ESTADO.

4 – A SUBSTITUIÇÃO nos CASOS de DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA e PERDA LASTIMÁVEL do TÍTULAR em EXERCÍCIO, serão no IMEDIATO colmatadas por ORDEM e NOMEAÇÃO do REAL CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA PORTUGUÊS, pelo PERÍODO de TEMPO necessário a que o ÓRGÃO de SOBERANIA JURÍDICO da CIRCUNSCRIÇÃO visada reponha a HIERARQUIA SOCIAL abalada.

#### ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS.

1 – As SESSÕES PLENÁRIAS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, realizam-se todos os dias do ANO, tendo INÍCIO às ZERO HORAS



e TERMINANDO às VINTE e QUATRO HORAS de cada um DIA, existindo TRÊS TURNOS SOCIAIS que se vão ALTERNANDO ao longo da SESSÃO PLENÁRIA tendo como HORÁRIOS das ZERO HORAS às OITO HORAS, das OITO HORAS às DEZASSEIS HORAS e das DEZASSEIS HORAS às VINTE e QUATRO HORAS, existindo TRÊS PERÍODOS de PAUSA ao longo do dia para REFEIÇÃO, das TRÊS HORAS às QUATRO HORAS, das DOZE HORAS às TREZE HORAS e das DEZANOVE HORAS às VINTE HORAS.

2 – Carecem da APROVAÇÃO de SUAS MAJESTADES, a AUSÊNCIA dos TÍTULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, para o EXERCÍCIO de DILIGÊNCIAS OFICIAIS, IMPERIAIS e INTERNACIONAIS, da APROVAÇÃO do REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS, a AUSÊNCIA dos PRESIDENTES das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS e da CONCORDÂNCIA dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, a AUSÊNCIA dos SOCIÓLOGOS que compõem cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ao qual PRESIDEM, para firmar os COMPROMISSOS e DILIGÊNCIAS OFICIAIS, do ÓRGÃO ao qual EXERCEM FUNÇÕES, bem como para ASSUNTOS de ÂMBITO JURÍDICO, como sendo JURADOS, ARBITROS, PERITOS ou TESTEMUNHAS. Todas as AUSÊNCIAS e FALTAS, dos TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, deveram ser comunicadas pelos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ao REAL SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PORTUGUÊS.

3 – A SERIEDADE e a RESPONSABILIDADE que o EXERCÍCIO da FUNÇÃO SOCIAL comporta, no contínuo DESENVOLVIMENTO e PROGRESSO, ECONÓMICO, HUMANO e CULTURAL do REINO de PORTUGAL e do BEM-ESTAR INSTITUCIONAL de todo o NOBRE POVO PORTUGUÊS e o EXEMPLO a PERPETUAR pelos ELEITOS a todos os CIDADÃOS, do fundamental CUMPRIR as OBRIGAÇÕES, DEVERES e RESPONSABILIDADES que nos são DELEGADAS e para as quais somos NOMEADOS a CUMPRIR, não permite FALTAS INJUSTIFICADAS ao longo de cada um ANO SOCIAL, podendo existir faltas por MOTIVOS de SAÚDE, confirmadas por a ÁREA MÉDICA e as FALTAS no APOIO à FAMÍLIA, confirmadas pelos motivos e RAZÕES das mesmas.

#### ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

1 – As REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, funcionam em PLENO, com a PRESENÇA de todos os MEMBROS dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS nos TURNOS SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES, seguindo os procedimentos normais e a continuidade do EXERCÍCIO e da ORDEM do DIA, por ORDEM dos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ou dos seus REPRESENTANTES para cada um TURNO, quando dos ATRASOS dos SOCIÓLOGOS que COMPÕEM cada um ÓRGÃO ou da AUSÊNCIA de algum dos SOCIÓLOGOS das SESSÕES PLENÁRIAS, devendo os PRESIDENTES ou os seus REPRESENTANTES para cada um TURNO, na sua AUSÊNCIA dos PLENÁRIOS por

PERÍODOS CURTOS e até ao seu REGRESSO, NOMEAR e DELEGAR a RESPONSABILIDADE da FUNÇÃO de COORDENAÇÃO dos ACTOS do PLENÁRIO a que PRESIDE, a um dos SOCIÓLOGOS sob a sua ALÇADA, tendo presente o PRINCÍPIO da ROTATIVIDADE dos SOCIÓLOGOS ELEITOS.

2 – As REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, compreendem nas suas FASES PROCESSUAIS de DELIBERAÇÃO dos ACTOS e PROCESSOS SOCIAIS, a EXPOSIÇÃO pelo PRESIDENTE do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL ou pelo seu REPRESENTANTE em cada um TURNO, das MATÉRIAS, TEMAS e TEMÁTICAS SOCIAIS em ANÁLISE, a OBSERVAÇÃO do ESPAÇO GEOGRÁFICO, das DATAS e dos ACTOS PROCESSUAIS OCORRIDOS, a MENÇÃO dos NOMES, CADASTRO e ANTECEDENTES CRIMINAIS SOCIAIS dos ARGUIDOS e os PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFRINGIDOS e VIOLADOS pelo ACTO cometido, competindo ao PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ou aos seus REPRESENTANTES em cada um TURNO a NOMEAÇÃO de um SOCIÓLOGO para CONSTITUIR o CONSELHO de INVESTIGAÇÃO do PROCESSO SOCIAL, que potenciará a todos os SOCIÓLOGOS CONSTITUINTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS em efectividade de FUNÇÕES em cada um TURNO, a OBSERVAÇÃO e a ANÁLISE das PROVAS REUNIDAS, bem como NOTIFICAR com carácter de URGÊNCIA as INSTÂNCIAS FINANCEIRAS, FISCAIS, NOTARIAIS e do JOGO INERENTES a cada um PROCESSO SOCIAL e INICIAR as DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS, PRECISAS e EXIGIDAS ao IMPIEDOSO, CÉLERE, RIGOROSO, DIRECCIONADO e JUSTO APURAMENTO dos ACTOS PROCESSUAIS SOCIAIS em JULGADO e dos seus INTERVENIENTES, de modo à VERACIDADE dos FACTOS.

3 – Os PROCESSOS SOCIAIS, serão colocados a VOTAÇÃO do PLENÁRIO após a FASE PROCESSUAL de ESTUDO, ANÁLISE e APURAMENTO da LEI SOCIAL MONÁRQUICA e compreende apenas e só uma VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, que incluirá a RAZÃO dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS MONÁRQUICOS VIOLADOS, as ORIGENS, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS dos ACTOS para os ARGUIDOS, para o ESTADO e para toda a POPULAÇÃO PORTUGUESA e as INCONGRUÊNCIAS dos INTERVENIENTES em todo o PROCESSO SOCIAL, RELEVANDO a IMPORTÂNCIA da RAZÃO de uma só LEI a cumprir por todos os INTERVENIENTES na VIDA do REINO de PORTUGAL.

4 – As DELIBERAÇÕES das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, são FIRMADAS com a POSIÇÃO, RESPONSABILIDADE e a DECISÃO de todos os SOCIÓLOGOS de cada um ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL em efectividade de FUNÇÕES em cada um TURNO, assinalando em cada uma VOTAÇÃO e face aos PROCESSOS SOCIAIS em JULGAMENTO, as ATENUANTES dos ACTOS sempre que se considerem EXISTIR, dispondo cada um SOCIÓLOGO de cada um PLENÁRIO, de UM VOTO, competindo aos PRESIDENTES dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS ou aos seus REPRESENTANTES em cada um TURNO, o apuramento do ESCRUTÍNIO de cada uma VOTAÇÃO, o DIREITO de LAVRAR a VOTAÇÃO, de em COLABORAÇÃO e COOPERAÇÃO com os DEMAIS SOCIÓLOGOS FORMULAR a SENTENÇA e a DELIBERAÇÃO a CUMPRIR, ELABORAREM o ACÓRDÃO a INSTITUIR face ao PROCESSO SOCIAL,

PROFERIR o VEREDICTO FINAL da REAL MATRIZ SOCIAL MUNICIPAL PORTUGUESA e de a COMUNICAR aos ARGUIDOS, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JURÍDICOS e aos MEIOS de INFORMAÇÃO.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, são ELEITOS por CÍRCULOS ELEITORAIS GEOGRÁFICAMENTE definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, CONSTITUÍDOS por ALDEIAS, VILAS e CIDADE que COMPÕEM os QUINHENTOS e CINQUENTA MUNICÍPIOS, de forma a assegurar o SISTEMA de REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL, de todos os SOCIÓLOGOS no TERRITÓRIO PORTUGUÊS.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, AUFEREM de VENCIMENTOS CORRESPONDENTES às FUNÇÕES, RESPONSABILIDADES e COMPETÊNCIAS RESPECTIVAS, USUFRUINDO como VENCIMENTO SETECENTOS e QUINZE CONTOS.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR.

1 – As REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS dispõem de REGULAMENTO próprio, DEFINIDO, CONSTITUIDO e INSCRITO na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 – Todos os ACORDÃOS empreendidos pelas REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS serão PUBLICADOS, DIVULGADOS e DIFUNDIDOS nos MEIOS de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivas, de modo a que todos os CIDADÃOS, ÓRGÃOS de SOBERANIA, EMPRESAS e INSTITUIÇÕES tenham sempre presente a REALIDADE de toda uma RESPONSABILIDADE, ACÇÃO e MOVIMENTO dos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS.

2 – A falta de PUBLICAÇÃO, DIVULGAÇÃO e DIFUSÃO dos ACTOS previstos a REALIZAR pelos ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS, implica a sua INEFICÁCIA JURÍDICA.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURISDIÇÃO E SEDE.

1 – As REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, EXERCEM a sua ÁREA de JURISDIÇÃO em cada um MUNICÍPIO correspondente à sua ÁREA de CIRCUNSCRIÇÃO, no TERRITÓRIO PORTUGUÊS, CONTINENTAL e ARQUIPÉLAGOS da MADEIRA e dos AÇORES e têm sede INSTITUCIONAL, em cada uma das CAPITAIS MUNICIPAIS do REINO de PORTUGAL.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES.

1 – No EXERCÍCIO das suas RESPONSABILIDADES e FUNÇÕES, as REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, têm o DIREITO de EXERCER a COADJUVACÃO dos DEMAIS ÓRGÃOS de SOBERANIA SOCIAIS e de todas as OUTRAS AUTORIDADES.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CANDIDATURAS.

1 – As CANDIDATURAS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nas REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, são apresentadas nos termos da LEI MONÁRQUICA PORTUGUESA, sob a ÉGIDE de SUAS MAJESTADES e após CONCURSO REAL SOCIAL, por cada um SOCIÓLOGO ISOLADAMENTE, aos ÓRGÃOS de SOBERANIA JÚRIDICOS CIVIS MUNICIPAIS PORTUGUESES, que perante as intervenções de cada um SOCIÓLOGO, ELEITO e ELEITOR, o CARGO, a TEMÁTICA e os PRINCÍPIOS definidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, para a ELEIÇÃO dos CANDIDATOS, delibera sobre os SETE CANDIDATOS a ELEGER para cada uma ALDEIA, VILA e CIDADE, que vão ELEGER o seu REPRESENTANTE ao ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, não podendo nenhum CANDIDATO ser ELEITO por mais do que um CÍRCULO ELEITORAL, tendo presente o CRITÉRIO da NATURALIDADE, RESIDÊNCIA e da INTERIORIZAÇÃO, quando não existam nesse CÍRCULO ELEITORAL CANDIDATOS ao EXERCÍCIO do CARGO a ELEGER, em todo o PROCESSO ELEITORAL.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – TRAJO PROFISSIONAL.

1 – Os TITULARES dos CARGOS SOCIAIS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, no EXERCÍCIO das suas FUNÇÕES, no ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL e nas SOLENIDADES em que PARTICIPEM, enquanto MEMBROS REPRESENTATIVOS do ÓRGÃO de SOBERANIA SOCIAL, usam TRAJO ESPECÍFICO, definido por uma BECA e um COLAR com as INSÍGNIAS do ÓRGÃO de SOBERANIA que REPRESENTAM, de MODELO a INSTITUIR por SUAS MAJESTADES, podendo usar capa sobre a BECA.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO.



1 – Os PRESIDENTES das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, REMETEM ANUALMENTE à ASSEMBLEIA REAL MUNICIPAL DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS RESPECTIVAS, um RELATÓRIO da ACTIVIDADE do ÓRGÃO de SOBERANIA, ENUNCIANDO as QUEIXAS RECEBIDAS, as INICIATIVAS EFECTUADAS, as DILIGÊNCIAS REALIZADAS e os RESULTADOS obtidos, PUBLICANDO o mesmo nos MEIOS de COMUNICAÇÃO das ÁREAS de CIRCUNSCRIÇÃO respectivas.

2 – Os PRESIDENTES das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS, poderão PARTICIPAR no EXERCÍCIO das SESSÕES PLENÁRIAS das ASSEMBLEIAS REAIS MUNICIPAIS das ÁREAS PRESIDENCIAIS correspondentes, a fim de tratar de ASSUNTOS da sua COMPETÊNCIA, quando o JULGAR CONVENIENTE e sempre que SOLICITADO pelos JUÍZES que as PRESIDEM.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – QUADROS ESPECÍFICOS.

1 – As REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS INTEGRAM nos seus QUADROS ESPECÍFICOS, SETE ADVOGADOS, SETE CONTABILISTAS, SETE TESOUREIROS, QUINZE SECRETÁRIOS, SETE BIBLIOTECÁRIOS, SETE MOTORISTAS, SETE TELEFONISTAS, SETE TÉCNICOS de INFORMÁTICA, SETE TÉCNICOS de MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO e REPARAÇÃO, SETE TÉCNICOS de HIGIENE, LIMPEZA e ARTES FLORAIS, SETE TÉCNICOS de HOTELARIA, SETE MÉDICOS e SETE ENFERMEIROS.

2 – Os ELEITOS ao EXERCÍCIO de FUNÇÕES nos QUADROS ESPECÍFICOS das REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS são PROPOSTOS pelas ARTES BASTONÁRIAS e APROVADOS e NOMEADOS pelo PRESIDENTE da REAL MATRIZ SOCIAL MUNICIPAL PORTUGUESA RESPECTIVO.

### LIVRO DÉCIMO SEGUNDO – ESTRUTURA ORGÂNICA INTERNA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

#### TÍTULO PRIMEIRO – ESTRUTURA ORGÂNICA.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – ORGANIZAÇÃO CENTRAL.

#### ARTIGO PRIMEIRO – UNIDADES ORGÂNICAS.

1 – Para a prossecução e desenvolvimento das actividades inerentes aos seus objectivos e atribuições os órgãos de soberania sociais estão estruturados a nível central em unidades orgânicas de apoio e logística.

2 – As unidades orgânicas que desempenham as atribuições cometidas aos órgãos de soberania são definidas por áreas operacionais permanentes.

3 – Sempre que esteja em causa a realização de objectivos de natureza multidisciplinar e temporárias que cuja consecução seja necessária a intervenção simultânea de várias áreas operacionais dos órgãos de soberania sociais, podem ser constituídas pelo presidente do órgão de soberania social competente grupos de projecto.

4 – Nos termos do número anterior, a deliberação do presidente do órgão de soberania social, determina o âmbito da função cometida à estrutura temporária criada e a sua composição e coordenação e assinala-lhe os objectivos a prosseguir, bem como a respectiva calendarização.

## **ARTIGO SEGUNDO – ÁREAS OPERACIONAIS.**

1 – São áreas operacionais da estrutura dos órgãos de soberania sociais:

- a) A área administrativa;
- b) A área fiscal;
- c) A área da comunicação;
- d) A área técnica;
- e) A área da hotelaria;
- f) A área da saúde;
- g) A área dos contribuintes e dos beneficiários.

2 – As áreas operacionais referidas no número anterior, são responsáveis pelo cumprimento das respectivas atribuições, desenvolvendo a sua actividade através de planos anuais integrados no plano dos órgãos de soberania sociais e a respectiva estrutura interna é constituída por secções lideradas por coordenadores.

## **ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DOS PRESIDENTES DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.**

1 – São competências dos presidentes dos órgãos de soberania sociais delegar a integração nas áreas operacionais de suporte da acção social e nas suas secções constituintes dos profissionais dos quadros específicos e dos sociólogos constituintes de cada um órgão de soberania social, nos termos do processo de eleição ao exercício de competências, tendo presente assegurar uma gestão flexível da estrutura do poder social e garantir a sua adequação à dinâmica da missão institucional, bem como gerir os profissionais técnica e administrativamente.

2 – É competência dos presidentes dos órgãos de soberania sociais a nomeação do coordenador de cada uma secção constituinte das áreas operacionais, podendo a qualquer momento do mandato substituí-lo por outro profissional competente das mesmas funções.

## CAPÍTULO SEGUNDO – ESTRUTURA CENTRAL.

### ARTIGO PRIMEIRO – ÁREA ADMINISTRATIVA.

1 – À área administrativa incumbe elaborar, processar e executar as funções jurídicas, do secretariado, do arquivista e dos recursos humanos inerentes ao exercício diário dos órgãos de soberania sociais.

2 – A área administrativa é constituída pelas seguintes secções:

- a) Secção jurídica;
- b) Secção do secretariado;
- c) Secção do arquivista;
- d) Secção dos recursos humanos.

### ARTIGO SEGUNDO – ÁREA FISCAL.

1 – À área fiscal incumbe elaborar, processar e executar as funções da contabilidade, da auditoria e da consultoria inerentes ao exercício diário dos órgãos de soberania sociais.

2 – A área fiscal é constituída pelas seguintes secções:

- a) Secção da contabilidade;
- b) Secção da auditoria;
- c) Secção da consultoria.

### ARTIGO TERCEIRO – ÁREA DA COMUNICAÇÃO.

1 – À área da comunicação incumbe elaborar, processar e executar as funções analógicas e da publicidade inerentes ao exercício diário dos órgãos de soberania sociais.

2 – A área da comunicação é constituída pelas seguintes secções:

- a) Secção analógica;
- b) Secção da publicidade.

### ARTIGO QUARTO – ÁREA TÉCNICA.

1 – À área técnica incumbe elaborar, processar e executar as funções da manutenção e da limpeza dos edifícios e dos motoristas dos transportes inerentes ao exercício diário dos órgãos de soberania sociais.

2 – A área técnica é constituída pelas seguintes secções:

- a) Secção da manutenção;

- b) Secção da limpeza;
- c) Secção dos motoristas.

#### ARTIGO QUINTO – ÁREA DA HOTELARIA.

1 – À área da hotelaria incumbe elaborar, processar e executar as funções da hotelaria inerentes ao exercício diário dos órgãos de soberania sociais.

2 – A área da hotelaria é constituída pela secção da hotelaria.

#### ARTIGO SEXTO – ÁREA DA SAÚDE.

1 – À área da saúde incumbe elaborar, processar e executar as funções médicas e da enfermagem inerentes ao exercício diário dos órgãos de soberania sociais.

2 – A área da saúde é constituída pelas seguintes secções:

- a) Secção médica;
- b) Secção da enfermagem.

#### ARTIGO SÉTIMO – ÁREA DOS CONTRIBUINTES E DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – À área dos contribuintes e dos beneficiários incumbe elaborar, processar e executar as funções de relação com os contribuintes e com os beneficiários e da tesouraria inerentes ao exercício diário dos órgãos de soberania sociais.

2 – A área dos contribuintes e dos beneficiários é constituída pelas seguintes secções:

- a) Secção dos cidadãos;
- b) Secção das empresas;
- c) Secção da tesouraria.

#### TÍTULO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DA ESTRUTURA INTERNA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

##### CAPÍTULO PRIMEIRO – COMPETÊNCIAS GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ÁREA ADMINISTRATIVA.

1 – São competências gerais da área administrativa as das secções do secretariado, do arquivista e dos recursos humanos nos termos do seu domínio territorial.

2 – São competências gerais da secção do secretariado:



- a) Organizar e gerir os fluxos de informação e de comunicação interna;
- b) Elaborar, planificar, organizar e expedir o expediente de todas as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- c) Receber e encaminhar o expediente telefónico, do sistema informático e outro expediente para as secções constituintes das áreas operacionais competentes do órgão de soberania social;
- d) Emitir as declarações da situação contributiva dos contribuintes e dos beneficiários, bem como as certidões sociais e outros documentos solicitados pelos contribuintes e beneficiários nos termos legais e regulares;
- e) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

3 – São competências gerais da secção do arquivista:

- a) Elaborar, planificar, organizar e arquivar o expediente e os processos de todas as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- b) Fotocopiar por meios informáticos ou por outros equipamentos que existam o expediente e os processos que as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social necessitem para o exercício das suas actividades, bem como distribuí-los;
- c) Imprimir e distribuir os impressos e documentos que existam de modelo próprio necessários a todas as secções constituintes do órgão de soberania social;
- d) Elaborar, planificar, organizar e fotocopiar o expediente e os processos sociais por métodos informáticos de modo e forma à sua conservação pelo órgão de soberania social;
- e) Manter actualizado o centro de documentação técnica de cada uma secção constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- f) Gerir o arquivo central do órgão de soberania social;
- g) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

4 – São competências gerais da secção dos recursos humanos:

- a) Elaborar, gerir, monitorizar e comunicar os fluxos de assiduidade do órgão de soberania social;
- b) Elaborar, gerir, monitorizar e comunicar os fluxos dos turnos laborais, os fluxos de férias e os fluxos de absentismo nos turnos laborais do órgão de soberania social e de os comunicar aos órgãos competentes;
- c) Tratar de questões relacionadas com recibos de vencimento e subsídios dos profissionais do órgão de soberania social;

- d) Tratar de questões relacionadas com baixas médicas e justificações dos profissionais do órgão de soberania social;
- e) Definir planos estratégicos, normas e procedimentos a adoptar na gestão da avaliação e desempenho, de estágios, protocolos, formação e acolhimento;
- f) Assegurar e promover a adopção de normas de segurança, higiene e saúde laborais no órgão de soberania social de acordo com a área operacional da saúde;
- g) Elaborar os planos e acções de formação e executar os superiormente aprovados dos profissionais das secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- h) Estabelecer protocolos para a criação de estágios em áreas sociais;
- i) Organizar e gerir os fluxos de informação e de comunicação interna do órgão de soberania social, relativamente a questões laborais;
- j) Tratar de quaisquer questões de âmbito laboral dos profissionais do órgão de soberania social;
- k) Tratar de quaisquer questões relacionadas com o fardamento dos profissionais das secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania;
- l) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

## ARTIGO SEGUNDO – ÁREA FISCAL.

1 – São competências gerais da área fiscal as das secções da contabilidade, da auditoria e da consultoria nos termos do seu domínio territorial.

2 – São competências gerais da secção da contabilidade:

- a) Assegurar a elaboração do orçamento do órgão de soberania social;
- b) Acompanhar e controlar a execução do orçamento do órgão de soberania social e propor as adequadas alterações;
- c) Elaborar, coordenar e executar o balanço mensal e anual do órgão de soberania social;
- d) Efectuar o registo contabilístico de todos os movimentos do ciclo de receitas e de despesas de todas as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social, bem como assegurar o controlo da posição diária de tesouraria, de forma a permitir a definição dos movimentos financeiros e a identificação do saldo diário;
- e) Proceder à identificação de valores em extracto bancário e promover a sua contabilização;
- f) Manter actualizados os indicadores que assegurem o controlo de gestão do sistema do órgão de soberania social;
- g) Assegurar a verificação, acompanhamento, avaliação e informação nos domínios do controlo interno do órgão de soberania social;

- h) Assegurar a contabilidade patrimonial, orçamental e de gestão do órgão de soberania social;
- i) Centralizar e verificar a conformidade dos registos contabilísticos de todas as operações processadas e proceder à respectiva análise;
- j) Assegurar a elaboração, o controlo e o encerramento das contas do órgão de soberania social e elaborar as respectivas demonstrações financeiras e orçamentais e o respectivo relatório;
- k) Proceder à emissão dos cheques de restituição de contribuições e de quotizações sociais cobradas por excesso aos contribuintes sob a sua alçada e remetê-los à secção de auditoria para verificação do controlo;
- l) Proceder à emissão dos cheques por órgão de soberania social relativos à transferência dos montantes dos processos de cobrança realizados na secção da tesouraria respeitantes a outros órgãos de soberania sociais;
- m) Proceder à emissão dos cheques relativos aos aprovisionamentos das secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- n) Registar todo o movimento de cheques emitidos pelo órgão de soberania social;
- o) Registar e apurar todos os movimentos contributivos arrecadados dos cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições públicas e privadas por rubrica de contribuição e de quotização contabilística e dos serviços sociais prestados, bem como os rendimentos que o potenciaram;
- p) Calcular os montantes das prestações sociais a atribuir aos beneficiários sob o encargo do órgão de soberania social, bem como registar e apurar todos os movimentos de prestações sociais atribuídas aos cidadãos por rubrica de prestação social contabilística;
- q) Proceder à emissão das listagens mensais por rubrica contabilística de transferências para os beneficiários de prestações sociais sob o encargo do órgão de soberania social;
- r) Calcular os montantes dos direitos dos beneficiários à concessão do fundo de garantia salarial, do fundo de acidentes laborais e do fundo de doenças profissionais, bem como registar e apurar todos os movimentos de fundos sociais atribuídos por rubrica de fundo social contabilístico;
- s) Proceder à emissão das listagens mensais por rubrica contabilística de transferências para os beneficiários de fundos sob o encargo do órgão de soberania social;
- t) Apurar os montantes dos movimentos contributivos arrecadados por rubrica de contribuição e de quotização e dos serviços sociais prestados relativos a outros órgãos de soberania sociais;
- u) Organizar as declarações sociais dos contribuintes pertencentes a outros órgãos de soberania sociais e entregar à secção do secretariado para os expedir para os órgãos de soberania sociais competentes;
- v) Acompanhar, gerir e controlar as situações de regularização das dívidas sociais dos contribuintes e dos beneficiários sob a sua alçada;

- w) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

### 3 – São competências gerais da secção da auditoria:

- a) Avaliar a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controlo interno existentes no órgão de soberania social;
- b) Avaliar através da realização de auditorias aos procedimentos, sistemas de informação e ao processo contabilístico, a adequação dos sistemas de controlo interno e a conformidade dos registos contabilísticos do órgão de soberania social;
- c) Verificar se as actividades prosseguidas pelo órgão de soberania social, se desenvolvem em conformidade com os objectivos, planos de actividade, as normas internas e a legislação em vigor;
- d) Verificar a conformidade dos registos contabilísticos quer do órgão de soberania social, quer nas acções de fiscalização e auditoria aos contribuintes e aos beneficiários;
- e) Verificar a fiabilidade e a integridade da informação e dos meios utilizados para salvaguardar as operações de fiscalização e auditoria do órgão de soberania social;
- f) Propor o aperfeiçoamento de procedimentos e dos sistemas do órgão de soberania social;
- g) Aprovar e controlar a emissão de cheques cuja cobrança tenha sido excedida pelos contribuintes sob a sua alçada e os pertencentes a outros órgãos de soberania, bem como os relativos a despesas de aprovisionamento e remetê-los ao presidente do órgão de soberania social para os assinar;
- h) Aprovar e controlar a emissão das listagens mensais por rubrica contabilística de transferências para os beneficiários de prestações sociais sob o encargo do órgão de soberania social e remetê-las ao presidente do órgão de soberania social para as aprovar;
- i) Aprovar e controlar a emissão das listagens mensais por rubrica contabilística de transferências para os beneficiários de fundos sociais sob o encargo do órgão de soberania social e remetê-las ao presidente do órgão de soberania social para as aprovar;
- j) Zelar pelo cumprimento das obrigações dos contribuintes cidadãos e empresas sob a sua alçada;
- k) Apurar os contribuintes sob a sua alçada que não tenham entregado as declarações das contribuições e das quotizações sociais nos prazos legais;
- l) Apurar os contribuintes sob a sua alçada que não tenham efectuado o pagamento das liquidações das contribuições e das quotizações sociais nos prazos legais;
- m) Monitorizar a evolução da dívida dos contribuintes e dos beneficiários cidadãos e empresas sob a alçada do órgão de soberania social;
- n) Comunicar à secção jurídica todos os processos sob a sua alçada dos contribuintes por falta de entrega da declaração das contribuições e das



quotizações sociais, bem como todos os processos dos contribuintes que não tenham cumprido o pagamento das liquidações das contribuições e das quotizações sociais nos prazos legais;

- o) Analisar, avaliar e verificar as disparidades para menos ou para mais das contribuições e das quotizações sociais dos contribuintes cidadão e empresas sob a sua alçada;
- p) Promover, orientar e proceder a acções de fiscalização e de auditoria dos contribuintes cidadãos e empresas sob a sua alçada, sempre que suscitadas dúvidas inerentes ao exercício da sua actividade económica e aos próprios montantes globais que os originaram;
- q) Emitir a nota de liquidação das contribuições e das quotizações sociais dos contribuintes sob a sua alçada;
- r) Gerir os acordos de regularização de dívidas, controlando o seu cumprimento;
- s) Emitir as guias de cobrança relativas à regularização de dívidas sociais dos contribuintes;
- t) Emitir a certidão de dívida das contribuições e das quotizações sociais dos contribuintes incumpridores e expedi-la para o órgão de soberania social hierarquicamente superior, com excepção da real chancelaria social portuguesa;
- u) Organizar os processos de execução social dos contribuintes sob a sua alçada instruídos pelo órgão de soberania social regional, bem como todas as provas inerentes ao próprio processo executivo;
- v) Elaborar, coordenar e executar relatórios mensais sobre as várias competências e remetê-los ao órgão de soberania social hierarquicamente superior;
- w) Assegurar a representação técnica do órgão de soberania social;
- x) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

#### 4 – São competências gerais da secção da consultoria:

- a) Garantir o apoio e a acessória técnica a todas as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- b) Assegurar o acompanhamento e o desenvolvimento do direito aplicável aos órgãos de soberania sociais;
- c) Preparar em articulação com as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social, a elaboração de circulares, regulamentos ou outros documentos de natureza normativa para o decurso diário do movimento das secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- d) Apresentar sugestões tendo presente o aperfeiçoamento das normas regulamentares da acção dos órgãos de soberania sociais e da sua articulação com outras entidades públicas ou privadas;
- e) Assessorar os órgãos estatutários dos órgãos de soberania sociais nos domínios da preparação da sua actuação estratégica e administrativa;

- f) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

### ARTIGO TERCEIRO – ÁREA DA COMUNICAÇÃO.

1 – São competências gerais da área da comunicação as das secções analógica e da publicidade nos termos do seu domínio territorial.

2 – São competências gerais da secção analógica:

- a) Elaborar, coordenar, assegurar e manter actualizados os modelos organizacionais e informáticos do órgão de soberania social necessários junto dos contribuintes e dos beneficiários;
- b) Elaborar, coordenar, assegurar, manter, conservar, reparar e limpar os equipamentos de comunicações analógicas, bem como todos os equipamentos eléctricos, electrónicos e informáticos em uso e utilização nas secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania, com excepção dos que respeitem às infra-estruturas;
- c) Garantir os meios técnicos e ferramentas necessários aos serviços e utilizadores, assegurando a operacionalidade dos sistemas e garantindo a disponibilidade de acesso à informação;
- d) Elaborar, coordenar e executar a assessoria informática a todas as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- e) Efectuar estudos de implementação de soluções em sistemas de informação, procedendo ao levantamento de necessidades da estrutura;
- f) Assegurar a coordenação dos projectos de sistemas de informação, nomeadamente para análise funcional e manutenção aplicacional;
- g) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

3 – São competências gerais da secção da publicidade:

- a) Elaborar, coordenar, executar, assegurar e manter as informações de publicidade e informação do órgão de soberania social actualizadas de acordo com as exigências dos contribuintes e dos beneficiários;
- b) Elaborar, coordenar, executar, assegurar, manter e actualizar as informações de publicidade e informação das várias secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social, bem como na página informática e outros meios de publicitação;
- c) Gerir os serviços gráficos do órgão de soberania social;
- d) Promover a imagem institucional e a estratégia de comunicação;
- e) Elaborar, coordenar e executar os planos de comunicação internos anuais;
- f) Assegurar a gestão e colocação dos conteúdos nos diversos canais de comunicação, internos e externos;

- g) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

#### ARTIGO QUARTO – ÁREA TÉCNICA.

1 – São competências gerais da área técnica as das secções da manutenção, da limpeza e dos motoristas nos termos do seu domínio territorial.

2 – São competências gerais da secção da manutenção:

- a) Elaborar, coordenar, executar, assegurar, manter, conservar, reparar e limpar todos os equipamentos relacionados com as infra-estruturas e as pequenas reparações do edifício do órgão de soberania social, bem como reparar os equipamentos em uso e utilização na secção da hotelaria;
- b) Elaborar, coordenar, executar, assegurar, manter, conservar, plantar e regar os espaços verdes exteriores que pertençam ao edifício do órgão de soberania social;
- c) Garantir os meios técnicos e ferramentas necessários aos serviços e utilizadores, assegurando a operacionalidade do edifício do órgão de soberania social;
- d) Auxiliar a secção da limpeza do órgão de soberania social sempre que necessário o seu apoio para o exercício das suas competências;
- e) Auxiliar a secção dos motoristas do órgão de soberania social sempre que seja necessário carregar ou descarregar algum bem;
- f) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

3 – São competências gerais da secção da limpeza:

- a) Elaborar, coordenar, executar, assegurar e manter a limpeza de toda a infra-estrutura, mobiliário e artigos ornamentais do órgão de soberania social, nomeadamente de todas as secções constituintes das áreas operacionais;
- b) Elaborar, coordenar, executar, manter, regar e tratar dos arranjos florais e de todas as plantas que existam no interior do edifício do órgão de soberania social;
- c) Garantir os meios técnicos e ferramentas necessários aos serviços e utilizadores, assegurando a operacionalidade do edifício do órgão de soberania social;
- d) Auxiliar a secção da manutenção do órgão de soberania social nas actividades dos espaços verdes no exterior do edifício;
- e) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

4 – São competências gerais da secção dos motoristas:

- a) Assegurar a gestão e conservação dos transportes do órgão de soberania social, registando e controlando os gastos com a sua manutenção;
- b) Elaborar, coordenar, executar e assegurar todos os serviços com transportes de pessoas, bens e mercadorias que as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social necessitem, bem como efectuar os serviços de carga e descarga desses mesmos bens e mercadorias;
- c) Auxiliar a secção da manutenção do órgão de soberania social sempre que seja necessário algum apoio no exercício das suas competências;
- d) Auxiliar a secção da limpeza do órgão de soberania social sempre que seja necessário algum apoio no exercício das suas competências;
- e) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

ARTIGO QUINTO – ÁREA DA HOTELARIA.

1 – São competências gerais da área da hotelaria a secção da hotelaria nos termos do seu domínio territorial.

2 – São competências da secção da hotelaria:

- a) Elaborar, coordenar, executar, assegurar, manter e conservar as tarefas da cantina de apoio a todos os profissionais das secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social e a todos os contribuintes e beneficiários, em termos de comida e bebida;
- b) Elaborar, coordenar, executar, assegurar, manter, conservar e limpar os equipamentos em uso e utilização nas actividades da hotelaria do órgão de soberania social;
- c) Garantir os meios técnicos e ferramentas necessários aos serviços e utilizadores, assegurando a operacionalidade da cantina do órgão de soberania social;
- d) Elaborar, coordenar, executar, manter e tratar dos abastecimentos necessários às actividades da hotelaria diárias do órgão de soberania social;
- e) Executar, registar e proceder à transferência por cartão de débito ou de crédito dos pagamentos relativos ao movimento da secção da hotelaria do órgão de soberania social;
- f) Fechar as contas no final de cada um turno da secção da hotelaria e entregar à secção da tesouraria o movimento das operações de caixa realizadas pelo equipamento de registo das operações e os talões das operações de cartão de débito ou de crédito realizadas, bem como de dinheiro moeda ou papel que possa ter existido nas transacções;



- g) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

## ARTIGO SEXTO – ÁREA DA SAÚDE.

1 – São competências gerais da área da saúde as das secções médica e da enfermagem nos termos do seu domínio territorial.

2 – São competências gerais da secção médica:

- a) Elaborar, coordenar e executar os cuidados primários médicos dos profissionais de todas as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social e dos contribuintes e dos beneficiários que ocorram no decurso do movimento diário, prescrevendo, tratando ou encaminhando os pacientes para as unidades da saúde competentes, com excepção da prescrição da baixa médica de profissionais, contribuintes ou beneficiários;
- b) Auxiliar, sempre que ocorra nas imediações do órgão de soberania social e lhes cheguem ao conhecimento, nas situações de primeiros socorros médicos que ocorram na via pública;
- c) Participar nas acções de inspecção e vistoria face aos cuidados de saúde dos edifícios sociais nos termos do seu licenciamento de funcionamento;
- d) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

3 – São competências gerais da secção da enfermagem:

- a) Elaborar, coordenar e executar os cuidados primários de enfermagem dos profissionais de todas as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social e dos contribuintes e dos beneficiários que ocorram no decurso do movimento diário, tratando ou encaminhando os pacientes para as unidades da saúde competentes;
- b) Auxiliar, sempre que ocorra nas imediações do órgão de soberania social e lhes cheguem ao conhecimento, nas situações de primeiros socorros de enfermagem que ocorram na via pública;
- c) Participar nas acções de inspecção e vistoria face aos cuidados de saúde dos edifícios sociais nos termos do seu licenciamento de funcionamento;
- d) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

## ARTIGO SÉTIMO – ÁREA DOS CONTRIBUINTES E DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – São competências gerais da área dos contribuintes e dos beneficiários as das secções dos cidadãos, das empresas e da tesouraria nos termos do seu domínio territorial.

2 – São competências gerais da secção dos cidadãos:

- a) Elaborar, coordenar, executar e participar na definição dos critérios que garantam a uniformidade dos procedimentos na inscrição e actualização dos contribuintes e dos beneficiários cidadãos sob a alçada do órgão de soberania social;
- b) Elaborar, coordenar, executar e zelar pelo cumprimento das situações familiar e de residência social dos contribuintes e dos beneficiários cidadãos sob a alçada do órgão de soberania social, tendo presente os dados dos órgãos de soberania fiscais e notariais;
- c) Elaborar, coordenar, executar e promover assessoria, coordenar os meios coercivos e uniformizar procedimentos dos contribuintes e dos beneficiários cidadãos, face às obrigações e prestações sociais inerentes à acção social, bem como à situação contributiva;
- d) Sistematizar e analisar a informação sobre a evolução do número de contribuintes e de beneficiários cidadãos sob a alçada do órgão de soberania social;
- e) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

3 – São competências gerais da secção das empresas:

- a) Elaborar, coordenar, executar e participar na definição dos critérios que garantam a uniformidade dos procedimentos na inscrição e actualização dos contribuintes empresas sob a alçada do órgão de soberania social;
- b) Elaborar, coordenar, executar e zelar pelo cumprimento das situações de exercício de actividade e de actualização da residência social dos contribuintes empresas sob a alçada do órgão de soberania social, tendo presente os dados dos órgãos de soberania fiscais e notariais;
- c) Elaborar, coordenar, executar e promover assessoria, coordenar os meios coercivos e uniformizar procedimentos dos contribuintes empresas, face às obrigações inerentes à acção social, bem como à situação contributiva;
- d) Sistematizar e analisar a informação sobre a evolução do número de contribuintes empresas sob a alçada do órgão de soberania social de cada uma contribuição ou quotização social;
- e) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

4 – São competências gerais da secção da tesouraria:

- a) Elaborar, coordenar, executar, assegurar e controlar a cobrança das obrigações sociais, bem como a recuperação das dívidas sociais dos

contribuintes e dos beneficiários cidadãos e empresas no exercício diário do órgão de soberania social;

- b) Elaborar, coordenar, executar e organizar os processos de cobrança das obrigações sociais respeitantes aos contribuintes e aos beneficiários cidadãos, bem como os respeitantes a contribuintes empresas sob alçada do órgão de soberania social;
- c) Elaborar, coordenar, executar e organizar os processos de cobrança das obrigações sociais respeitantes a contribuintes e a beneficiários cidadãos, bem como a contribuintes empresas sob a alçada de outros órgãos sociais e transmiti-los à secção da auditoria para aprovação dos montantes e verificação dos órgãos de soberania sociais;
- d) Elaborar, coordenar, executar e organizar os meios financeiros, as guias de cobrança e notas de liquidação e os registos de cobrança à ordem do órgão de soberania social efectuadas no exercício da sua acção diária, de acordo com as alíneas b) e c);
- e) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

## CAPÍTULO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS.

### ARTIGO PRIMEIRO – ÁREA ADMINISTRATIVA.

1 – São competências específicas da área administrativa as da secção jurídica nos termos do seu domínio territorial.

2 – Nos termos do domínio municipal são competências específicas da secção jurídica:

- a) Prestar assessoria jurídica e assegurar o contencioso do órgão de soberania social;
- b) Emitir pareceres e prestar apoio de natureza jurídica a todas as secções constituintes das áreas operacionais do órgão de soberania social;
- c) Apresentar sugestões tendo presente o aperfeiçoamento das normas regulamentadoras da acção do órgão de soberania social e da sua articulação com outras entidades públicas e privadas;
- d) Elaborar, coordenar, executar e apurar os contribuintes cidadãos e empresas sob a alçada do órgão de soberania social não cumpridores em termos da entrega das declarações nos prazos legais;
- e) Elaborar, coordenar, executar e apurar os contribuintes cidadãos e empresas sob a alçada do órgão de soberania social que não cumpram o pagamento das contribuições e das quotizações sociais nos prazos legais, depois de entregue as declarações sociais e apurado as contribuições e as quotizações a pagar e ser extraída nota de liquidação;

- f) Convocar os contribuintes cidadãos e empresas sob a alçada do órgão de soberania social não cumpridores das obrigações sociais nos prazos legais em cada mês de exercício;
- g) Acordar em primeira instância as formas de resolução voluntária dos diferendos sociais instituídos dos contribuintes e dos beneficiários cidadãos e empresas sob a alçada do órgão de soberania social;
- h) Promover o enquadramento de contribuintes e de beneficiários cidadãos e empresas devedores na recuperação extraordinária da dívida, identificando a melhor forma de regularização da dívida;
- i) Proceder à identificação de bens penhoráveis ou hipotecáveis dos contribuintes e dos beneficiários cidadãos e empresas sob a alçada do órgão de soberania social não cumpridores, para garantia dos créditos por contribuições e quotizações sociais em dívida e organizar em processo executivo;
- j) Remeter ao órgão de soberania social concelhio da sua área de circunscrição, o cadastro social dos contribuintes não cumpridores das obrigações sociais, juntando as guias de cobrança ou as notas de liquidação em débito e a certidão de dívida, bem como a listagem dos bens penhoráveis ou hipotecáveis;
- k) Assegurar o exercício do mandato de representação judicial do órgão de soberania social, nos processos em que o mesmo seja parte interessada, nos termos de procuração conferida pelo órgão de soberania social regional;
- l) Instruir os processos executivos, praticando os actos previstos na legislação aplicável à recuperação executiva da dívida aos órgãos de soberania sociais;
- m) Proceder à instrução de processos de averiguações, de inquérito e disciplinares, a solicitação da real chancelaria social portuguesa;
- n) Instruir processos de contra-ordenação e promover a execução judicial respectiva;
- o) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

3 – Nos termos do domínio concelhio são competências específicas da secção jurídica:

- a) Convocar os contribuintes e os beneficiários cidadãos e empresas dos municípios sob a sua alçada cuja resolução voluntária dos diferendos sociais não se processe, mediante a guia de cobrança ou a nota de liquidação extraída e a certidão de dívida pelo órgão de soberania social municipal competente;
- b) Acordar em segunda instância as formas de resolução obrigatória dos diferendos sociais instituídos nos órgãos de soberania municipais sob a sua alçada;
- c) Planear a actuação do órgão de soberania social no âmbito dos procedimentos extrajudiciais de conciliação e dos processos de insolvência e recuperação de empresas;



- d) Analisar e proceder à regularização de dívidas mediante dação em pagamento;
- e) Participar em iniciativas tendentes à recuperação extraordinária dos créditos;
- f) Remeter ao órgão de soberania social regional da sua área de circunscrição o cadastro social dos contribuintes e dos beneficiários cidadãos e empresas não cumpridores das obrigações sociais, juntando as guias de cobrança ou as notas de liquidação em débito e a certidão de dívida, bem como a listagem dos bens penhoráveis ou hipotecáveis;
- g) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

4 – Nos termos do domínio regional são competências específicas da secção jurídica:

- a) Instaurar os processos executivos nos órgãos de soberania jurídicos, aos contribuintes e aos beneficiários cidadãos e empresas sob a sua alçada cuja resolução obrigatória nos órgãos de soberania concelhios não se tenha processado, instituindo as respectivas coima e os juros relativos a cada um processo;
- b) Remeter à real chancelaria social portuguesa a listagem dos bens alicerçados nos contenciosos instituídos aos contribuintes e aos beneficiários cidadãos e empresas sob a sua alçada não cumpridores das obrigações sociais;
- c) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

5 – Nos termos do domínio nacional é competência específica da secção jurídica da real chancelaria social portuguesa:

- a) Proceder à venda em hasta pública dos bens alicerçados aos contribuintes e aos beneficiários pelo não cumprimento das obrigações sociais;
- b) Exercer as demais funções que estejam conferidas por lei nos termos de cada uma competência, bem como as deliberadas pelo presidente do órgão de soberania social.

## ARTIGO SEGUNDO – ÁREA FISCAL.

1 – São competências específicas da área fiscal na secção da contabilidade:

- a) No domínio municipal, apurar os montantes de contribuições e de quotizações arrecadadas, das prestações sociais e dos fundos sociais atribuídos e dos serviços sociais prestados, por rubrica, aos contribuintes cidadãos e empresas sob a sua alçada, bem como os rendimentos que o potenciaram;

- b) No domínio concelhio, apurar os montantes de contribuições e de quotizações arrecadadas, das prestações sociais e dos fundos sociais atribuídos e dos serviços sociais prestados, por rubrica, aos contribuintes cidadãos e empresas dos órgãos de soberania sociais municipais sob a sua alçada, bem como os rendimentos que o potenciaram;
- c) No domínio regional, apurar os montantes de contribuições e de quotizações arrecadadas, das prestações sociais e dos fundos sociais atribuídos e dos serviços sociais prestados, por rubrica, aos contribuintes cidadãos e empresas dos órgãos de soberania sociais concelhios sob a sua alçada, bem como os rendimentos que o potenciaram;
- d) No domínio nacional, apurar os montantes de contribuições e de quotizações arrecadadas, das prestações sociais e dos fundos sociais atribuídos e dos serviços sociais prestados, por rubrica, aos contribuintes cidadãos e empresas dos órgãos de soberania sociais regionais sob a sua alçada, bem como os rendimentos que o potenciaram.

2 – São competências específicas da área fiscal na secção da consultoria:

- a) No domínio concelhio, coordenar, orientar e auxiliar a acção e o movimento dos órgãos de soberania sociais municipais sob a sua alçada;
- b) No domínio regional, coordenar, orientar e auxiliar a acção e o movimento dos órgãos de soberania sociais concelhios sob a sua alçada;
- c) No domínio nacional, coordenar, orientar e auxiliar a acção e o movimento dos órgãos de soberania sociais regionais sob a sua alçada.

### CAPÍTULO TERCEIRO – COMPETÊNCIAS UNIVERSAIS.

#### ARTIGO ÚNICO – COMPETÊNCIAS UNIVERSAIS.

1 – São competências de todas as secções constituintes das áreas operacionais dos órgãos de soberania sociais:

- a) Redigir a listagem dos bens e dos serviços prestados necessários ao aprovisionamento das próprias secções nos termos das suas responsabilidades e de as entregar na secção do secretariado para as expedir para o ducado competente, de modo que se processe o aprovisionamento;
- b) Elaborar os planos de actividade anuais e plurianuais da secção e de os apresentar ao presidente do órgão de soberania, para que os encaminhe para o órgão de soberania social hierarquicamente superior, até ser aprovado pela real chancelaria social portuguesa;

- c) Efectuar e colaborar na elaboração de estudos, tendo presente a melhoria de funcionamento das próprias secções;
- d) Coordenar, assegurar e manter os modelos organizacionais das próprias secções.

## **MATÉRIA SEGUNDA**

### **CÓDIGO SOCIAL.**

#### **PARTE PRIMEIRA**

#### **PRINCÍPIOS UNIVERSAIS.**

### **LIVRO DÉCIMO TERCEIRO – CÓDIGO DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL.**

#### **TÍTULO PRIMEIRO – REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL.**

#### **CAPÍTULO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTIVOS.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÃO GERAL.**

1 – O presente livro define nos termos previstos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA as bases gerais em que se afirma o regime da segurança social, bem como as atribuições prosseguidas pelos órgãos de soberania sociais e a articulação com entidades particulares de fins análogos.

#### **ARTIGO SEGUNDO – DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL.**

1 – Todos os cidadãos têm direito à segurança social.

2 – O direito à segurança social é efectuado pelo regime da segurança social e exercido nos termos estabelecidos na CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, nos instrumentos internacionais aplicáveis e no presente código.

### ARTIGO TERCEIRO – IRRENUNCIABILIDADE DO DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL.

1 – São nulas as cláusulas do contrato laboral, individual ou colectivo, pelo qual se renuncie aos direitos conferidos pelo presente livro.

### ARTIGO QUARTO – OBJECTIVOS DO REGIME DA SEGURANÇA.

1 – O regime da segurança social visa prosseguir os seguintes objectivos:

- a) Garantir a concretização do direito à segurança social;
- b) Promover a eficácia social dos regimes prestacionais e a qualidade da sua gestão, bem como a sustentabilidade financeira do regime da segurança social;
- c) Promover a melhoria das condições e dos níveis de protecção social, bem como o reforço da respectiva equidade;
- d) Proteger os cidadãos e as famílias face a encargos do agregado familiar;
- e) Garantir os meios que permitam o desenvolvimento social e a escolaridade obrigatória dos cidadãos desde o sétimo mês de vida até ao seu ingresso no estágio profissional das reais forças armadas portuguesa após a conclusão do ciclo educativo universitário;
- f) Proteger os profissionais e as suas famílias, nas situações de falta ou diminuição da capacidade laboral e de falecimento;
- g) Garantir os meios que permitam uma reforma digna dos anciãos;
- h) Proteger os cidadãos e as famílias que se encontrem em situação de risco social e em situações de falta ou diminuição dos meios de subsistência provocadas por catástrofes humanas ou naturais não protegidas por entidades seguradoras.

### ARTIGO QUINTO – ESTRUTURAÇÃO DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL.

1 – O regime da segurança social visa garantir aos respectivos beneficiários de acordo com a legislação aplicável, o direito a determinados rendimentos traduzidos em prestações sociais exigíveis administrativa e judicialmente.

2 – O regime da segurança social estrutura-se com base no desenvolvimento do princípio do cidadão:

- a) No plano educativo, mediante a transferência de recursos do regime da segurança social para os cidadãos, de forma a permitir uma efectiva igualdade de oportunidades de desenvolvimento social e no acesso e frequência de todos os ciclos educativos e a garantia de rendimentos necessários aos encargos escolares e demais encargos de vida;
- b) No plano laboral, mediante a transferência de recursos do regime da segurança social para os cidadãos, de forma a garantir e assegurar os



rendimentos necessários à falta de rendimentos ocorridas por situações de perda de remunerações em todo o ciclo laboral;

- c) No plano da reforma, mediante a transferência de recursos do regime da segurança social para os cidadãos, de forma a garantir e assegurar os rendimentos necessários a uma vida condigna e à valorização das competências exercidas em todo o ciclo educativo e laboral;
- d) No plano da solidariedade, mediante a transferência de recursos do regime da segurança social e do estado por via do orçamento do reino de Portugal e dos orçamentos dos reais institutos, de forma a garantir e assegurar os rendimentos necessários e exigidos às situações de risco social e às situações de catástrofes não protegidas por via de entidades seguradoras.

## ARTIGO SEXTO – COMPOSIÇÃO DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL.

1 – O regime da segurança social abrange o sistema da educação, o sistema laboral, o sistema da reforma e o sistema da solidariedade social e é desenvolvido por entidades públicas e privadas.

2 – O sistema laboral compreende o subsistema previdencial e o subsistema de assistência social.

3 – O sistema da reforma compreende o subsistema da aposentação e o subsistema da valorização social.

4 – O sistema da solidariedade social compreende o subsistema de riscos sociais e o subsistema de catástrofes.

## CAPÍTULO SEGUNDO – PRINCÍPIOS.

### ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS.

1 – Constituem princípios gerais do regime da segurança social, o da universalidade, da igualdade, do cidadão, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade social, da inserção social, da coesão geracional, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da unidade, da descentralização, da participação, da eficácia, da conservação dos direitos adquiridos e em formação e da informação.

### ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE.

1 – O princípio da universalidade consiste no acesso de todos os cidadãos à protecção social assegurada pelo regime da segurança social nos termos definidos na lei.

### ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIO DA IGUALDADE.

1 – O princípio da igualdade consiste na não discriminação dos beneficiários, designadamente em razão do sexo e da nacionalidade, sem prejuízo quanto a esta da condição de residência e de reciprocidade.

### ARTIGO QUARTO – PRINCÍPIO DO CIDADÃO.

1 – O princípio do cidadão consiste na responsabilidade de cada um cidadão no plano educativo, laboral, da reforma e da solidariedade, na realização das finalidades do regime da segurança social e envolve sempre que necessário e exigido o concurso do estado no seu financiamento nos termos da lei.

### ARTIGO QUINTO – PRINCÍPIO DA EQUIDADE SOCIAL.

1 – O princípio da equidade social consiste no tratamento igual de situações sociais idênticas e no tratamento diferenciado das situações desiguais.

### ARTIGO SEXTO – PRINCÍPIO DA DIFERENCIAÇÃO POSITIVA.

1 – O princípio da diferenciação positiva consiste na flexibilização e na modulação das prestações sociais em função dos rendimentos, das eventualidades sociais e de outros factores, nomeadamente de natureza familiar, social, laboral e demográfica.

### ARTIGO SÉTIMO – PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE SOCIAL.

1 – O princípio da subsidiariedade social consiste no reconhecimento das responsabilidades dos agentes económicos na prossecução dos objectivos da segurança social.

### ARTIGO OITAVO – PRINCÍPIO DA INSERÇÃO SOCIAL.

1 – O princípio da inserção social consiste na natureza activa, preventiva e personalizada das acções desenvolvidas no âmbito do regime da segurança social, tendo presente eliminar as causas de marginalização e exclusão social e a promover a inclusão social e a dignificação humana.

### ARTIGO NONO – PRINCÍPIO DA COESÃO GERACIONAL.

1 – O princípio da coesão geracional consiste num ajustado equilíbrio geracional na assunção das responsabilidades do regime da segurança social.

## ARTIGO DÉCIMO – PRINCÍPIO DO PRIMADO DA RESPONSABILIDADE PÚBLICA.

1 – O princípio do primado da responsabilidade pública consiste no dever do estado criar as condições necessárias e exigidas à efectivação do direito à segurança social e de organizar, coordenar e subsidiar sempre que exigido o regime da segurança social.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE.

1 – O princípio da complementaridade consiste na articulação de várias formas de protecção social públicas e privadas, com o objectivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha contratualizada das responsabilidades nas diferentes estruturas de protecção social.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA UNIDADE.

1 – O princípio da unidade pressupõe uma actuação articulada dos diferentes sistemas e subsistemas da segurança social, no sentido da sua harmonização e complementaridade.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PRINCÍPIO DA DESCENTRALIZAÇÃO.

1 – O princípio da descentralização manifesta-se pela autonomia das entidades sociais, tendo presente uma maior aproximação aos cidadãos, no quadro da organização e planeamento do regime da segurança social e das normas e orientações de âmbito nacional, bem como das funções de supervisão, fiscalização e controlo das autoridades públicas.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO.

1 – O princípio da participação envolve a responsabilização dos interessados na definição, no planeamento e na gestão do regime da segurança social e no acompanhamento e avaliação do seu funcionamento.

## ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRINCÍPIO DA EFICÁCIA.

1 – O princípio da eficácia consiste na concessão oportuna das prestações sociais legalmente previstas, para uma adequada prevenção e reparação das eventualidades e promoção de condições dignas de vida.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO.

1 – O princípio dos direitos adquiridos e em formação visa assegurar o respeito por os mesmos direitos nos termos da lei.

## ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO.

1 – O princípio da informação consiste na divulgação a todos os agentes económicos dos seus direitos e deveres, bem como na informação da sua situação perante o regime da segurança social e no seu atendimento personalizado.

## ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ADMINISTRAÇÃO DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL.

1 – Compete ao estado por via dos órgãos de soberania sociais garantir a íntegra administração do regime da segurança social, bem como assegurar uma adequada e eficaz regulação, supervisão prudencial e fiscalização dos sistemas e dos subsistemas que o constituem.

## ARTIGO DÉCIMO NONO – RELAÇÃO COM REGIMES SOCIAIS EXTERNOS.

1 – O estado promove a celebração de instrumentos internacionais de coordenação sobre segurança social, com o objectivo de ser garantida igualdade de tratamento aos cidadãos e suas famílias que exerçam actividade ou residam no território dos estados soberanos em causa relativamente aos direitos e às obrigações nos termos da legislação aplicável, bem como a conservação dos direitos adquiridos e em formação.

2 – O estado promove igualmente a participação ou a adesão a instrumentos que visem o desenvolvimento ou a convergência das normas da segurança social adoptadas no quadro de organizações internacionais com competência na matéria.

## TÍTULO SEGUNDO – SISTEMA DA EDUCAÇÃO.

### CAPÍTULO ÚNICO – SISTEMA DA EDUCAÇÃO.

## ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SISTEMA DA EDUCAÇÃO.

1 – O sistema da educação assente no princípio da equidade social, visa garantir e assegurar prestações pecuniárias que suportem os encargos educativos dos cidadãos em todo o ciclo de desenvolvimento e educação e contribuam para suavizar os encargos do agregado familiar face às despesas de habitabilidade.



## ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – O sistema da educação abrange os cidadãos portugueses e todos os cidadãos refugiados, apátridas e demais cidadãos externos não equiparados a cidadãos portugueses residentes em espaço territorial português, registados, matriculados e a frequentar os estabelecimentos de ensino portugueses em cada ano de exercício educativo, bem como a todos os descendentes dos profissionais ao serviço do reino de Portugal em exercício de competências em estados soberanos externos.

2 – O acesso às prestações pecuniárias obedece aos princípios da equidade social em termos do mesmo ano do ciclo de desenvolvimento e educação e da diferenciação positiva de cada ciclo educativo, tendo presente as exigências do próprio ciclo educativo.

## ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção social regulada no presente título, integra as seguintes eventualidades da educação:

- a) Ciclo materno;
- b) Ciclo primário;
- c) Ciclo preparatório;
- d) Ciclo secundário;
- e) Ciclo universitário.

## ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES DE ACESSO.

1 – A atribuição das prestações do sistema da educação depende da identificação dos interessados e da residência legal em espaço territorial português, bem como de registo civil, de matrícula e de frequência nos estabelecimentos de ensino portugueses dos beneficiários e demais condições fixadas na lei.

2 – Sem prejuízo de as obrigações sociais serem supervenientes, a concessão das prestações do sistema da educação, depende da inscrição e do pagamento de quotizações dos pais, tutores ou responsáveis legais pelo beneficiário.

## ARTIGO QUINTO – CONDIÇÕES DE ACESSO PARA CIDADÃOS EXTERNOS RESIDENTES EM ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS.

1 – O acesso à protecção social garantida no âmbito do sistema da educação de refugiados, apátridas e demais cidadãos externos não equiparados a cidadãos nacionais residentes em espaço territorial português, está obrigada à verificação de um período mínimo de residência de 183 dias e de contrato laboral dos pais, tutores ou representantes legais dos beneficiários.

## ARTIGO SEXTO – PRESTAÇÕES.

1 – A protecção social prevista no âmbito do sistema da educação concretiza-se mediante a concessão de prestações pecuniárias mensais, nomeadamente no período de férias escolares.

2 – A protecção social concedida no âmbito do sistema da educação é susceptível de ser alargada, de forma gradual e progressiva, tendo presente as mutações sociais e a satisfação de novas necessidades do ciclo educativo, bem como é complementada pelo montante das despesas de saúde de doenças crónicas, nomeadamente de intervenção precoce dos cidadãos portadores de incapacidade no seu desenvolvimento.

## ARTIGO SÉTIMO – MONTANTE DAS PRESTAÇÕES.

1 – Os montantes das prestações pecuniárias do sistema da educação, com o objectivo de garantir e assegurar o desenvolvimento e os encargos educativos dos cidadãos, do sétimo mês de vida até ao término do ciclo universitário e à entrada para o estágio profissional nas reais forças armadas portuguesa, bem como contribuir para amenizar os demais encargos com os mesmos beneficiários em toda a sua habitabilidade, são os seguintes:

- a) Ciclo materno – 52,5 Contos;
- b) Ciclo primário – 26,25 Contos;
- c) Ciclo preparatório – 35 Contos;
- d) Ciclo secundário – 50 Contos;
- e) Ciclo universitário – 96 Contos.

## ARTIGO OITAVO – ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As prestações sociais atribuídas no âmbito do sistema da educação aos pais, tutores ou representantes legais dos beneficiários, são cumuláveis com todas as demais prestações sociais atribuídas no âmbito do regime da segurança social.

## ARTIGO NONO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais para efeitos do âmbito do sistema da educação, estão obrigadas após o registo dos recém-nascidos a comunicar à matriz social da área de localização da matriz notarial, o registo dos cidadãos, bem como o seu falecimento.

## ARTIGO DÉCIMO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.

1 – Os estabelecimentos de ensino para efeitos do âmbito do sistema da educação, estão obrigados antes do início do ano lectivo a remeter à matriz social da área de localização do estabelecimento de ensino, uma listagem das matrículas realizadas para o novo ano lectivo, bem como a comunicar a saída da frequência dos alunos ao longo do ano lectivo expondo os motivos da interrupção.

2 – Os estabelecimentos de ensino para efeitos dos cidadãos em fase educativa portadores de incapacidade no seu desenvolvimento, que actuem no âmbito da intervenção precoce, estão obrigados a registar os mesmos encargos e de os remeter à matriz social da área de localização do estabelecimento de ensino, para a correspondente avaliação, aprovação e pagamento.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – As entidades da saúde, nomeadamente as farmácias, estão obrigadas a registar os cuidados, tratamentos e os medicamentos relativos aos cidadãos em fase educativa portadores de doenças crónicas, nomeadamente de intervenção precoce, bem como de remeter essas mesmas facturas à matriz social competente da área de localização da entidade da saúde, para a correspondente avaliação, aprovação e pagamento.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MATRIZES SOCIAIS.

1 – As matrizes sociais estão obrigadas nos termos das suas competências e dos respectivos registos de inscrição e de contribuições e quotizações nos regimes de protecção da segurança social dos pais, tutores ou representantes legais dos beneficiários, bem como com os documentos das matrizes notariais, dos estabelecimentos de ensino e das entidades da saúde, à confirmação dos elementos de verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do sistema da educação.

### TÍTULO TERCEIRO – SISTEMA LABORAL.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – SUBSISTEMA PREVIDENCIAL.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL.

1 – O subsistema previdencial assente no princípio do cidadão de base profissional, visa garantir e assegurar prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos laborais, perdidos em consequência da verificação de eventualidades legalmente definidas.

#### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – São abrangidos obrigatoriamente no âmbito do subsistema previdencial na qualidade de beneficiários, os profissionais públicos ou privados por conta de outrem ou legalmente equiparados, nomeadamente os profissionais ao serviço do reino de Portugal em exercício de competências em estados soberanos externos e os profissionais independentes.

### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção social regulada no presente capítulo, integra as seguintes eventualidades:

- a) Doença;
- b) Maternidade, paternidade e adopção;
- c) Acidentes laborais e doenças profissionais;
- d) Invalidez;
- e) Aposentação, no âmbito do subsistema da aposentação previsto no capítulo primeiro, do título seguinte;
- f) Falecimento, no âmbito do subsistema de riscos sociais previsto no capítulo primeiro, do título quinto, do presente livro.

2 – O elenco das eventualidades protegidas pode ser alargado em função da necessidade de dar cobertura a novos riscos sociais ou reduzido nos termos e condições legalmente previstos, em função de determinadas situações e categorias de beneficiários.

### ARTIGO QUARTO – PRINCÍPIO DA CONTRIBUTIVIDADE.

1 – O subsistema previdencial deve ser fundamentalmente autofinanciado, tendo por base uma relação recíproca directa entre a obrigação legal de contribuir e o direito às prestações sociais.

### ARTIGO QUINTO – REGIMES ABRANGIDOS.

1 – O subsistema previdencial abrange o regime geral dos profissionais por conta de outrem aplicável à generalidade dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e o regime dos profissionais independentes.

2 – O sistema laboral integra os profissionais e as entidades patronais respectivamente como beneficiários e contribuintes que por este não se encontrem ainda abrangidos nos termos da lei, escutadas as partes interessadas.

### ARTIGO SEXTO – CONDIÇÕES DE ACESSO.

1 – Para efeitos de acesso à protecção social conferida pelo subsistema previdencial é obrigatória a inscrição dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e dos profissionais independentes referidos no artigo 2º, do presente capítulo e das respectivas entidades empregadoras, sempre que se trate de profissionais por conta de outrem, bem como devem ser cumpridas as obrigações contributivas.

2 – As entidades empregadoras são obrigadas e responsáveis pela inscrição no subsistema previdencial dos profissionais ao seu serviço.

3 – Sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais aplicáveis, a obrigatoriedade de inscrição no subsistema previdencial é exigível aos profissionais externos que se encontrem a prestar serviço em espaço territorial português, pelo período compreendido pelo seu exercício laboral.

#### ARTIGO SÉTIMO – PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A protecção nas eventualidades cobertas pelo subsistema previdencial é realizada pela concessão de prestações pecuniárias destinadas a substituir os rendimentos da actividade profissional perdidos e a compensar a perda da capacidade de ganho, bem como é complementada pelo montante das despesas de saúde de doenças crónicas, dos cidadãos portadores de incapacidade.

2 – A diversidade das actividades profissionais e as suas especificidades, bem como a existência de outros factores atendíveis, podem determinar alterações da forma da protecção garantida.

#### ARTIGO OITAVO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A atribuição das prestações sociais depende da inscrição no subsistema previdencial e nas eventualidades em que seja exigido, do decurso de um período mínimo de contribuição ou situação equivalente.

2 – O decurso do período previsto no número anterior, pode ser considerado como cumprido pelo recurso à totalidade de períodos contributivos ou equivalentes, registados no quadro de regimes de protecção social nacionais ou externos, nos termos previstos na lei portuguesa ou em instrumentos internacionais aplicáveis.

3 – Podem ainda ser previstas por lei, para cada eventualidade, condições especiais de acesso às prestações.

4 – A falta de cumprimento por parte das entidades empregadoras da obrigação de inscrição, da declaração do exercício de actividade profissional e a falta de pagamento de contribuições relativas a períodos de exercício de actividade profissional dos profissionais por conta de outrem que lhes não seja imputável, não prejudica o direito às prestações sociais.

#### ARTIGO NONO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O valor das remunerações registadas constitui a base de cálculo para a determinação do montante das prestações pecuniárias substitutivas dos rendimentos, reais ou presumidos, de actividade profissional.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a determinação dos montantes das prestações sociais pode igualmente ter em consideração outros elementos,



nomeadamente e consoante os casos, a natureza do risco social, a duração da carreira contributiva, a idade do beneficiário ou o grau de incapacidade.

3 – Sempre que as prestações pecuniárias do subsistema previdencial se mostrem inferiores aos montantes mínimos legalmente fixados, é garantida a concessão e a atribuição de prestações sociais que as complementem.

4 – No caso de prestações sociais destinadas a cobrir as eventualidades de doença, acidentes laborais, doenças profissionais e invalidez, o valor líquido das prestações sociais a pagar não pode ser superior ao valor da respectiva remuneração de referência, líquida das quotizações para a segurança social, que serviram de base de cálculo da prestação.

#### ARTIGO DÉCIMO – APOIO À MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO.

1 – A lei define as condições de apoio à maternidade, paternidade e adoção, podendo prever e regulamentar mecanismos de bonificação das prestações sociais das mães e dos pais em função do número de filhos.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ASSISTÊNCIA A FILHOS MENORES.

1 – A lei assegura a formação dos direitos de atribuição das prestações sociais referentes às eventualidades previstas nas alíneas c) à f) do número 1 do artigo 3º, do presente capítulo, tendo presente uma justa, harmoniosa e rigorosa conciliação entre as responsabilidades familiares, educativas e profissionais dos beneficiários.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRINCÍPIO DE CONVERGÊNCIA DAS PENSÕES DE INVALIDEZ MÍNIMAS.

1 – A fixação dos mínimos legais das pensões de invalidez convergirá para o valor da remuneração mínima mensal garantida a todos os profissionais no activo que usufruam o salário mínimo, deduzida da quotização correspondente à taxa contributiva do regime geral dos profissionais por conta de outrem, sendo de 117 contos.

2 – Nos termos do número anterior, a fixação dos mínimos legais da pensão de invalidez, será calculada com base em toda a carreira contributiva do beneficiário para a segurança social sobre o número de meses de contribuições, deduzidas as prestações sociais atribuídas em todo esse período pelo regime da segurança social ao próprio beneficiário.

3 – Ao montante apurado nos termos do número anterior, é repartido uma parte de 33,39% para o investimento do sistema da educação na educação dos beneficiários e os 66,61% do remanescente determina o cálculo mensal da pensão de invalidez.

4 – As pensões de invalidez que não alcancem o valor mínimo previsto no número 1, correspondentes às suas carreiras contributivas, são acrescidas de complemento social previsto na alínea c) do número 1 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título seguinte, equivalente ao montante em défice.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUADRO LEGAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O quadro legal das prestações sociais deve ser gradualmente adaptado aos novos condicionalismos sociais, de modo a garantir-se a maior equidade e justiça social na sua atribuição.

2 – A lei pode prever a diferenciação positiva das taxas de substituição a favor dos beneficiários com menores rendimentos, desde que respeitado o princípio da contributividade.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REVALORIZAÇÃO DO CÁLCULO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os valores das remunerações que sirvam de base de cálculo das prestações sociais do subsistema previdencial, devem ser actualizados de acordo com o aumento do salário mínimo nacional no tempo.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO.

1 – É aplicável ao subsistema previdencial o princípio da conservação dos direitos adquiridos e em formação.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se:

- a) Direitos adquiridos, os que já se encontram reconhecidos ou possam sê-lo por se encontrarem cumpridas e reunidas as respectivas condições legais;
- b) Direitos em formação, os correspondentes aos períodos contributivos e valores de remuneração registadas em nome do beneficiário.

3 – Os beneficiários mantêm o direito às prestações pecuniárias do subsistema previdencial ainda que transfiram a residência do espaço territorial português para estado soberano externo, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais aplicáveis.

4 – Os efeitos da inscrição não se extinguem pelo decurso do tempo.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OBRIGAÇÃO E CESSAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – Os beneficiários e no caso de exercício de actividade profissional subordinada, as respectivas entidades empregadoras, são obrigados a contribuir para o regime de protecção da segurança social correspondente.

2 – A obrigação contributiva das entidades empregadoras, constitui-se com o início do exercício de actividade profissional pelos profissionais ao seu serviço, sendo os termos do seu cumprimento estabelecidos no quadro do respectivo regime de protecção da segurança social e cessa no momento em que o profissional termine o seu vínculo laboral.

3 – A obrigação contributiva dos profissionais independentes, constitui-se com a comunicação do início do exercício de actividade económica aos órgãos de soberania fiscais e sociais e termina com a comunicação da cessação do exercício de actividade económica.

4 – A lei define o modo e as condições de concretização da obrigação contributiva e das demais obrigações dos contribuintes e dos beneficiários perante o subsistema previdencial.

5 – A lei estabelece ainda nos casos de incumprimento das obrigações dos contribuintes ou dos beneficiários, o regime do respectivo suprimento oficioso pelos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DAS QUOTIZAÇÕES E DAS CONTRIBUIÇÕES.

1 – O montante das quotizações dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e das contribuições das entidades empregadoras, é determinado pela aplicação da taxa contributiva de 20% sobre as remunerações auferidas pelo profissional por conta de outrem ou legalmente equiparado que nos termos da lei constituam a base de incidência contributiva.

2 – O montante das quotizações dos profissionais independentes, é determinado pela aplicação da taxa contributiva de 40% sobre as remunerações auferidas pelo profissional independente.

3 – A lei define os critérios e as condições de registo de remunerações por equivalência à entrada de quotizações, designadamente quanto à relevância jurídica, ao valor a registar e ao respectivo período de registo.

4 – A lei pode prever mecanismos de adequação do esforço contributivo, justificados pela alteração das condições económicas, sociais e demográficas, designadamente mediante a conjugação de técnicas de repartição e de capitalização.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – LIMITES CONTRIBUTIVOS.

1 – A lei pode ainda prever protegendo os direitos adquiridos e em formação e garantindo a sustentabilidade financeira do sistema de repartição e das contas públicas nacionais e o respeito pelo princípio da solidariedade, a aplicação de limites superiores

aos valores considerados como base de incidência contributiva ou a redução das taxas contributivas dos regimes da segurança social, tendo presente nomeadamente o reforço das poupanças dos profissionais e da solvência das entidades empregadoras face a novos investimentos e à criação de emprego.

2 – A determinação legal dos limites referidos no número anterior, é baseada em proposta fundamentada do supremo conselho monárquico, em relatório que demonstre de forma inequívoca, o cumprimento dos requisitos mencionados e será obrigatoriamente precedida de parecer favorável da real chancelaria social portuguesa.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES.

1 – As entidades empregadoras são responsáveis pelo pagamento das contribuições por si devidas e pelas quotizações correspondentes aos profissionais ao seu serviço, devendo para o efeito proceder no momento do pagamento das remunerações, à retenção na fonte do valor das quotizações.

2 – São nulas as cláusulas do contrato individual ou colectivo pelo qual o profissional por conta de outrem ou legalmente equiparado afirme a obrigação de pagar, total ou parcialmente, as contribuições devidas pela entidade empregadora.

3 – Os profissionais que não exerçam actividade profissional subordinada a uma entidade profissional, são responsáveis pelo pagamento das suas próprias quotizações.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – NÃO PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES.

1 – A obrigação do pagamento de contribuições e de quotizações pelas entidades empregadoras e pelos profissionais independentes não prescreve no tempo.

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais para efeitos do âmbito do subsistema previdencial, estão obrigadas após o registo dos recém-nascidos a comunicar à matriz social da área de localização da matriz notarial, o registo dos cidadãos, bem como o seu falecimento.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – MATRIZES FISCAIS.

1 – As matrizes fiscais para efeitos do âmbito do subsistema previdencial, estão obrigadas a comunicar à matriz social da área de localização da matriz fiscal, o rendimento dos beneficiários para efeitos do cálculo e atribuição das prestações sociais.

#### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – As entidades da saúde, nomeadamente as farmácias, estão obrigadas a registar os cuidados, tratamentos e os medicamentos relativos aos cidadãos em fase laboral portadores de doenças crónicas, bem como de remeter essas mesmas facturas à matriz social competente da área de localização da entidade da saúde, para a correspondente avaliação, aprovação e pagamento.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – MATRIZES SOCIAIS.

1 – As matrizes sociais estão obrigadas nos termos das suas competências e dos respectivos registos de inscrição e de contribuições e quotizações nos regimes de protecção da segurança social das entidades empregadoras e dos beneficiários, bem como com os documentos dos órgãos de soberania notariais e das entidades da saúde, à confirmação dos elementos de verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do subsistema previdencial.

#### CAPÍTULO SEGUNDO – SUBSISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

##### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

1 – O subsistema de assistência social assente nos princípios da inserção social e da eficácia de base profissional, visa garantir e assegurar prestações pecuniárias por via de fundos sociais substitutivas de rendimentos laborais não auferidos pelos profissionais das entidades empregadoras em situação de insolvência ou de plano de recuperação de empresa, em consequência da verificação de eventualidades legalmente definidas.

##### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – São abrangidos obrigatoriamente no âmbito do subsistema de assistência social na qualidade de beneficiários, os profissionais privados por conta de outrem ou legalmente equiparados inscritos no subsistema previdencial, nomeadamente os profissionais externos que se encontrem a prestar serviço em espaço territorial português, pelo período compreendido pelo seu exercício laboral.

##### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção social regulada no presente capítulo, integra as seguintes eventualidades:

- a) Acidentes laborais;
- b) Doenças profissionais;
- c) Garantia salarial.



2 – O elenco das eventualidades protegidas pode ser alargado em função da necessidade de dar cobertura a novos riscos sociais ou reduzido nos termos e condições legalmente previstos, em função de determinadas situações e categorias de beneficiários.

#### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES DE ACESSO.

1 – Para efeitos de acesso à protecção social conferida pelo subsistema de assistência social é obrigatória a inscrição dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e das respectivas entidades empregadoras nos termos do subsistema previdencial, bem como devem ser cumpridos os termos da insolvência ou do plano de recuperação de empresas, face às dívidas aos órgãos de soberania sociais e aos acordos consignados.

#### ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A protecção nas eventualidades cobertas pelo subsistema de assistência social é realizada pela concessão de prestações pecuniárias, por via do fundo de acidentes laborais, do fundo de doenças profissionais e do fundo de garantia salarial inscritos no orçamento da segurança social, destinadas a substituir os rendimentos da actividade profissional não retribuídos pelas entidades empregadoras em situação de insolvência ou de plano de recuperação de empresa.

2 – A diversidade das actividades profissionais e as suas especificidades, bem como a existência de outros factores atendíveis, podem determinar alterações da forma da protecção garantida.

#### ARTIGO SEXTO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A atribuição das prestações sociais depende da inscrição no subsistema previdencial e nas eventualidades em que seja exigido, do decurso de um período mínimo de contribuição ou situação equivalente.

2 – O decurso do período previsto no número anterior, pode ser considerado como cumprido pelo recurso à totalidade de períodos contributivos ou equivalentes, registados no quadro de regimes de protecção social nacionais ou externos, nos termos previstos na lei portuguesa ou em instrumentos internacionais aplicáveis.

3 – Podem ainda ser previstas por lei, para cada eventualidade, condições especiais de acesso às prestações.

4 – A falta de cumprimento por parte das entidades empregadoras da obrigação de inscrição, da declaração do exercício de actividade profissional e a falta de pagamento de contribuições relativas a períodos de exercício de actividade profissional dos profissionais por conta de outrem que lhes não seja imputável, não prejudica o direito às prestações sociais.

## ARTIGO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O valor das remunerações registadas constitui a base de cálculo para a determinação do montante das prestações pecuniárias substitutivas dos rendimentos, reais ou presumidos, de actividade profissional.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a determinação dos montantes das prestações sociais pode igualmente ter em consideração outros elementos, nomeadamente e consoante os casos, a natureza do risco social, a duração da carreira contributiva, a idade do beneficiário ou o grau de incapacidade no caso das eventualidades de acidentes laborais e de doenças profissionais.

3 – Sempre que as prestações pecuniárias do subsistema de assistência social se mostrem inferiores aos montantes mínimos legalmente fixados, é garantida a concessão e a atribuição de prestações sociais que as complementem.

4 – O valor líquido das prestações sociais a pagar não pode ser superior ao valor da respectiva remuneração de referência, líquida das quotizações para a segurança social, que serviram de base de cálculo da prestação.

## ARTIGO OITAVO – PRINCÍPIO DE CONVERGÊNCIA DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS MÍNIMAS NA EVENTUALIDADE DE GARANTIA SALARIAL.

1 – A fixação dos mínimos legais das prestações sociais na eventualidade de garantia salarial convergirá para o valor da remuneração mínima mensal garantida a todos os profissionais no activo que usufruam o salário mínimo, deduzida da quotização correspondente à taxa contributiva do regime geral dos profissionais por conta de outrem, sendo de 117 contos.

## ARTIGO NONO – QUADRO LEGAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O quadro legal das prestações sociais deve ser gradualmente adaptado aos novos condicionalismos sociais, de modo a garantir-se a maior equidade e justiça social na sua atribuição.

2 – A lei pode prever a diferenciação positiva das taxas de substituição a favor dos beneficiários com menores rendimentos, desde que respeitado o princípio da contributividade.

## ARTIGO DÉCIMO – REVALORIZAÇÃO DO CÁLCULO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os valores das remunerações que sirvam de base de cálculo das prestações sociais do subsistema de assistência social, devem ser actualizados de acordo com o aumento do salário mínimo nacional no tempo.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO.

1 – É aplicável ao subsistema de assistência social o princípio da conservação dos direitos adquiridos e em formação.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se:

- a) Direitos adquiridos, os que já se encontram reconhecidos ou possam sê-lo por se encontrarem cumpridas e reunidas as respectivas condições legais;
- b) Direitos em formação, os correspondentes aos períodos contributivos e valores de remuneração registadas em nome do beneficiário.

3 – Os beneficiários mantêm o direito às prestações pecuniárias do subsistema de assistência social ainda que transfiram a residência do espaço territorial português para estado soberano externo, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais aplicáveis.

4 – Os efeitos da inscrição não se extinguem pelo decurso do tempo.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MATRIZES FISCAIS.

1 – As matrizes fiscais para efeitos do âmbito do subsistema de assistência social, estão obrigadas sempre que solicitados pela matriz social da respectiva área de localização, a comunicar as situações das entidades empregadoras em situação de insolvência ou de plano de recuperação de empresa.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais para efeitos do âmbito do subsistema de assistência social, estão obrigadas sempre que solicitados pela matriz social da respectiva área de localização, a comunicar as situações das entidades empregadoras em situação de insolvência ou de plano de recuperação de empresa.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS.

1 – Os órgãos de soberania jurídicos para efeitos do âmbito do subsistema de assistência social, estão obrigadas sempre que solicitados pela matriz social da respectiva área de localização, a comunicar as situações das entidades empregadoras em situação de insolvência ou de plano de recuperação de empresa.

## ARTIGO DÉCIMO QUINTO – MATRIZES SOCIAIS.

1 – As matrizes sociais estão obrigadas nos termos das suas competências e dos respectivos registos de inscrição e de contribuições e quotizações nos regimes de protecção da segurança social das entidades empregadoras e dos beneficiários, bem como com os documentos dos órgãos de soberania fiscais, notariais e jurídicos, à confirmação dos elementos de verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do subsistema de assistência social.

## TITULO QUARTO – SISTEMA DA REFORMA.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO.

1 – O subsistema da aposentação assente no princípio do cidadão de base profissional, visa garantir e assegurar prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos laborais, perdidos em consequência da verificação da passagem dos profissionais do ciclo laboral para a condição de aposentação.

#### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – São abrangidos obrigatoriamente no âmbito do subsistema da aposentação na qualidade de beneficiários, os profissionais públicos ou privados por conta de outrem ou legalmente equiparados, nomeadamente os profissionais ao serviço do reino de Portugal, que tenham cessado ou que mantenham o exercício de competências laborais e os profissionais independentes, inscritos no subsistema previdencial, com idade igual ou superior a 66 anos.

#### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção social regulada no presente capítulo, integra a eventualidade de aposentação.

#### ARTIGO QUARTO – REGIMES ABRANGIDOS.

1 – O subsistema da aposentação abrange o regime geral dos profissionais por conta de outrem aplicável à generalidade dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e o regime dos profissionais independentes, inscritos no subsistema previdencial.

## ARTIGO QUINTO – CONDIÇÕES DE ACESSO.

1 – Para efeitos de acesso à protecção social conferida pelo subsistema da aposentação é obrigatória a inscrição dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e dos profissionais independentes referidos no artigo 2º, do capítulo primeiro, do título anterior, no subsistema previdencial e das respectivas entidades empregadoras, sempre que se trate de profissionais por conta de outrem que mantenham o exercício de actividade profissional após o direito à pensão de aposentação, bem como devem ser cumpridas as obrigações contributivas.

## ARTIGO SEXTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A protecção na eventualidade coberta pelo subsistema da aposentação é realizada pela concessão de prestações pecuniárias destinadas a substituir os rendimentos da actividade profissional perdidos pela passagem à condição de aposentação, bem como é complementada pelo montante das despesas de saúde de doenças crónicas, dos cidadãos portadores de incapacidade.

## ARTIGO SÉTIMO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A atribuição das prestações sociais depende da inscrição no subsistema previdencial e do decurso de um período mínimo de contribuição ou situação equivalente.

2 – O decurso do período previsto no número anterior, pode ser considerado como cumprido pelo recurso à totalidade de períodos contributivos ou equivalentes, registados no quadro de regimes de protecção social nacionais ou externos, nos termos previstos na lei portuguesa ou em instrumentos internacionais aplicáveis.

3 – A falta de cumprimento por parte das entidades empregadoras da obrigação de inscrição, da declaração do exercício de actividade profissional e a falta de pagamento de contribuições relativas a períodos de exercício de actividade profissional dos profissionais por conta de outrem que lhes não seja imputável, não prejudica o direito às prestações sociais.

## ARTIGO OITAVO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O valor das remunerações registadas constitui a base de cálculo para a determinação do montante das prestações pecuniárias substitutivas dos rendimentos, reais ou presumidos, de actividade profissional.

2 – Sempre que as prestações pecuniárias do subsistema da aposentação se mostrem inferiores aos montantes mínimos legalmente fixados, é garantida a concessão e a atribuição de prestações sociais que as complementem.



## ARTIGO NONO – PRINCÍPIO DE CONVERGÊNCIA DAS PENSÕES DE APOSENTAÇÃO MÍNIMAS.

1 – A fixação dos mínimos legais das pensões de aposentação convergirá para o valor da remuneração mínima mensal garantida a todos os profissionais no activo que usufruam o salário mínimo, deduzida da quotização correspondente à taxa contributiva do regime geral dos profissionais por conta de outrem, sendo de 117 contos.

2 – Nos termos do número anterior, a fixação dos mínimos legais da pensão de aposentação, será calculada com base em toda a carreira contributiva do beneficiário para a segurança social, deduzidas as prestações sociais atribuídas em todo esse período pelo regime da segurança social ao próprio beneficiário, divididas por 540 meses.

3 – Ao montante apurado nos termos do número anterior, é repartido uma parte de 33,39% para o investimento do sistema da educação na educação dos beneficiários e os 66,61% do remanescente determina o cálculo mensal da pensão de aposentação.

4 – Ao montante do valor apurado na aplicação do subsistema da aposentação nos termos do número anterior, é acrescentado os valores alienados pelo regime da segurança social até à entrada em vigor do presente código, respeitantes a subsídio educativo não atribuídos a todos os cidadãos e o subsídio materno não atribuído às mães que cessaram o exercício de actividade profissional na fase maternal dos filhos, consagrados no subsistema da valorização social.

5 – As pensões de aposentação que nos termos do número anterior, não alcancem o valor mínimo previsto no número 1, correspondentes às suas carreiras contributivas, são acrescidas de complemento de aposentação previsto no subsistema de valorização social, equivalente ao montante em défice.

## ARTIGO DÉCIMO – QUADRO LEGAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O quadro legal das prestações sociais deve ser gradualmente adaptado aos novos condicionalismos sociais, de modo a garantir-se a maior equidade e justiça social na sua atribuição.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO.

1 – É aplicável ao subsistema da aposentação o princípio da conservação dos direitos adquiridos e em formação.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se:

- a) Direitos adquiridos, os que já se encontram reconhecidos ou possam sê-lo por se encontrarem cumpridas e reunidas as respectivas condições legais;

- b) Direitos em formação, os correspondentes aos períodos contributivos e valores de remuneração registadas em nome do beneficiário.

3 – Os beneficiários mantêm o direito às prestações pecuniárias do subsistema da aposentação ainda que transfiram a residência do espaço territorial português para estado soberano externo, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais aplicáveis.

4 – Os efeitos da inscrição não se extinguem pelo decurso do tempo.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACUMULAÇÃO DE PENSÕES DE APOSENTAÇÃO COM RENDIMENTOS PROFISSIONAIS.

1 – A lei estabelece os termos e as condições de acumulação de pensões de aposentação do subsistema da aposentação com rendimentos profissionais do subsistema previdencial.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO E CESSAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – Os beneficiários e no caso de exercício de actividade profissional subordinada, as respectivas entidades empregadoras, são obrigados a contribuir para o regime de protecção da segurança social correspondente, sempre que os profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados ou os profissionais independentes, mantenham o exercício de actividade profissional, após o direito à pensão de aposentação.

2 – A obrigação contributiva das entidades empregadoras cessa no momento em que o profissional termine o seu vínculo laboral.

3 – A obrigação contributiva dos profissionais independentes termina com a comunicação da cessação do exercício de actividade económica.

4 – A lei define o modo e as condições de concretização da actualização da pensão de aposentação anual, face às contribuições e quotizações realizadas após a atribuição da pensão de aposentação e das demais obrigações dos contribuintes e dos beneficiários perante o subsistema previdencial e o subsistema da aposentação.

5 – A lei estabelece ainda nos casos de incumprimento das obrigações dos contribuintes ou dos beneficiários, o regime do respectivo suprimimento oficioso pelos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais para efeitos do âmbito do subsistema da aposentação, estão obrigadas após o registo dos recém-nascidos a comunicar à matriz social da área de localização da matriz notarial, o registo dos cidadãos, bem como o seu falecimento.

## ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – As entidades da saúde, nomeadamente as farmácias, estão obrigadas a registar os cuidados, tratamentos e os medicamentos relativos aos cidadãos em fase de aposentação portadores de doenças crónicas, bem como de remeter essas mesmas facturas à matriz social competente da área de localização da entidade da saúde, para a correspondente avaliação, aprovação e pagamento.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – MATRIZES SOCIAIS.

1 – As matrizes sociais estão obrigadas nos termos das suas competências e dos respectivos registos de inscrição e de contribuições e quotizações nos regimes de protecção da segurança social das entidades empregadoras e dos beneficiários, bem como com os documentos dos órgãos de soberania notariais e das entidades da saúde, à confirmação dos elementos de verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do subsistema da aposentação.

## CAPÍTULO SEGUNDO – SUBSISTEMA DE VALORIZAÇÃO SOCIAL.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DE VALORIZAÇÃO SOCIAL.

1 – O subsistema de valorização social assente nos princípios da equidade social, da coesão geracional e da conservação dos direitos adquiridos e em formação de base profissional, visa garantir e assegurar prestações pecuniárias não auferidas pelos profissionais do subsistema da aposentação até à entrada em vigor do presente código e complementares às pensões de invalidez e de aposentação, em consequência da verificação de eventualidades legalmente definidas.

### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – São abrangidos obrigatoriamente no âmbito do subsistema de valorização social na qualidade de beneficiários, os profissionais públicos ou privados por conta de outrem ou legalmente equiparados, nomeadamente os profissionais ao serviço do reino de Portugal, que tenham cessado ou que mantenham o exercício de competências e os profissionais independentes, consagrados pelo subsistema da aposentação, com idade igual ou superior a 66 anos.

2 – São ainda abrangidos pelo subsistema de valorização social os cidadãos que cumpram os critérios legais de atribuição da pensão de invalidez no âmbito do subsistema de riscos sociais.

### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção social regulada no presente capítulo, integra as seguintes eventualidades:

- a) Subsídio educativo;
- b) Subsídio materno;
- c) Complemento social;
- d) Complemento de aposentação.

2 – O elenco das eventualidades protegidas pode ser alargado em função da necessidade de dar cobertura a novos riscos sociais ou reduzido nos termos e condições legalmente previstos, em função de determinadas situações e categorias de beneficiários.

#### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES DE ACESSO.

1 – Para efeitos de acesso à protecção social conferida pelo subsistema de valorização social é obrigatória a consagração dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e dos profissionais independentes no subsistema da aposentação e das respectivas entidades empregadoras, sempre que se trate de profissionais por conta de outrem que mantenham o exercício de actividade profissional após o direito à pensão de aposentação e devem ser cumpridas as obrigações contributivas, bem como devem ser cumpridas as condições legais de direito no âmbito do subsistema de riscos sociais.

#### ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A protecção nas eventualidades cobertas pelo subsistema de valorização social é realizada pela concessão de prestações pecuniárias destinadas a honrar, enaltecer e valorizar as responsabilidades alienadas pelo sistema da segurança social até à entrada em vigor do presente código, dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e dos profissionais independentes consagrados no subsistema da aposentação, bem como a promover o bem-estar, a coesão social e a integração e inclusão comunitárias dos cidadãos no âmbito do subsistema de riscos sociais.

#### ARTIGO SEXTO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A atribuição das prestações sociais depende da consagração dos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e dos profissionais independentes no subsistema da aposentação, bem como do cumprir as condições legais de direito no âmbito do subsistema de riscos sociais.

2 – A falta de cumprimento por parte das entidades empregadoras da obrigação de inscrição, da declaração do exercício de actividade profissional e a falta de pagamento de contribuições relativas a períodos de exercício de actividade profissional dos profissionais por conta de outrem que lhes não seja imputável, não prejudica o direito às prestações sociais.

## ARTIGO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O valor do subsídio educativo não auferido pelos cidadãos no ciclo educativo corresponde ao total dos subsídios da educação determinados para o primeiro ano monárquico no orçamento da segurança social, sendo de 11 676 Contos, sendo dividido pelo período de 20 anos que compreende os 66 anos de passagem à condição de aposentação e os 85 anos de estimativa de vida dos cidadãos.

2 – O montante apurado para cada ano nos termos do número anterior, será repartido em treze prestações mensais equivalentes aos meses do ano e ao subsídio de natal.

3 – O valor do subsídio materno não auferido pelas mães que deixaram de exercer actividade profissional na fase maternal dos filhos, compreendida pelo primeiro dia de vida e o início do ciclo educativo primário, corresponde a 48 meses vezes o salário mínimo nacional à data de entrada em vigor do presente código, deduzido das quotizações para o regime geral dos profissionais por conta de outrem e da correspondente contribuição para o real imposto dependente, sendo de 5 040 Contos para um filho.

4 – O montante apurado nos termos do número anterior, é dividido pelo período de 20 anos que compreende os 66 anos de passagem à condição de aposentação e os 85 anos de estimativa de vida dos cidadãos e esse montante é repartido em treze prestações mensais equivalentes aos meses do ano e ao subsídio de natal.

5 – O valor do complemento social é variável no seu montante e determinado apenas e só para as pensões de invalidez que sejam inferiores aos montantes mínimos legais da pensão de invalidez.

6 – O valor do complemento de aposentação é variável no seu montante e determinado apenas e só para as pensões de aposentação que acrescentados os subsídios educativo e materno, sejam inferiores aos montantes mínimos legais da pensão de aposentação.

## ARTIGO OITAVO – QUADRO LEGAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O quadro legal das prestações sociais deve ser gradualmente adaptado aos novos condicionalismos sociais, de modo a garantir-se a maior equidade e justiça social na sua atribuição.

## ARTIGO NONO – CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO.

1 – É aplicável ao subsistema da valorização social o princípio da conservação dos direitos adquiridos e em formação.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se:



- a) Direitos adquiridos, os que já se encontram reconhecidos ou possam sê-lo por se encontrarem cumpridas e reunidas as respectivas condições legais;
- b) Direitos em formação, os correspondentes aos períodos contributivos e valores de remuneração registadas em nome do beneficiário.

3 – Com excepção do direito à atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de riscos sociais, os beneficiários do subsistema previdencial e do subsistema de aposentação mantêm o direito às prestações pecuniárias do subsistema de valorização social ainda que transfiram a residência do espaço territorial português para estado soberano externo, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais aplicáveis.

4 – Os efeitos da inscrição não se extinguem pelo decurso do tempo.

## ARTIGO DÉCIMO – MATRIZES SOCIAIS.

1 – As matrizes sociais estão obrigadas nos termos das suas competências e dos respectivos registos de inscrição e de contribuições e quotizações nos regimes de protecção da segurança social das entidades empregadoras e dos beneficiários, bem como nos termos da cooperação com entidades públicas, à confirmação dos elementos de verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do subsistema de valorização social.

## TÍTULO QUINTO – SISTEMA DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

1 – O subsistema de riscos sociais destina-se a assegurar com base na solidariedade de toda a comunidade direitos essenciais por forma a prevenir e a erradicar as situações de perigo, nomeadamente de carências, de exclusão ou de vulnerabilidades sociais e a promover o bem-estar, a coesão social e a integração e inclusão comunitárias dos cidadãos e o desenvolvimento das respectivas capacidades, aptidões e dons criativos, bem como a garantir prestações sociais em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, não incluídas no subsistema previdencial, valorizando direitos dos cidadãos, das famílias e a igualdade de oportunidades.

2 – O subsistema de riscos sociais destina-se também a assegurar a especial protecção aos grupos etários mais vulneráveis, nomeadamente recém-nascidos, crianças, adolescentes, líderes e anciãos, cidadãos portadores de incapacidades, bem como a outros cidadãos em situação de carência económica ou social.

3 – O subsistema de riscos sociais abrange também situações de compensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestativas do subsistema previdencial e da não consagração dos seus direitos, bem como do subsistema de assistência social, do subsistema da aposentação e do subsistema de valorização social.

4 – O sistema da solidariedade social deve ainda ser conjugado com outras directrizes dos órgãos constituintes das estruturas sociais nos termos do disposto no livro quinto, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, bem como ser articulada com a actividade das entidades sociais públicas e privadas.

## ARTIGO SEGUNDO – SITUAÇÕES DE PERIGO.

1 – Compreende-se por situações de perigo nos termos do disposto no presente capítulo, os cidadãos ou as famílias que se encontrem nas seguintes situações:

- a) Abandono ou a viver entregues a si próprias sem as condições de saúde, materiais e financeiras exigidas à sua própria autonomia e a uma habitabilidade condigna;
- b) Maus tratos físicos ou psicológicos, abusos sexuais, violência doméstica ou outras causas análogas;
- c) Falta de cuidados ou afeição adequados à sua idade e condição pessoal;
- d) Obrigados a actividades ou exercícios excessivos ou inadequados à sua idade, condição humana, condição pessoal e dignidade ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Estar sujeitos, de forma directa ou indirectamente, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Afirmar comportamentos ou se entregar a actividades ou consumos que afectem a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, representantes legais ou quem tenha a sua guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essas situações;
- g) Sejam sem abrigo ou habitem em condições insalubres;
- h) Sejam desalojados, por alguma das circunstâncias da própria habitabilidade.

## ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIOS ORIENTADORES.

1 – Para a prossecução dos seus objectivos o subsistema de riscos sociais, obedece aos seguintes princípios:

- a) Satisfação das necessidades essenciais dos cidadãos e das famílias em situação de perigo;
- b) Prevenção perante os fenómenos económicos e sociais susceptíveis de fragilizar os cidadãos, as famílias e as comunidades;
- c) Intervenção prioritária das entidades sociais mais próximas dos cidadãos e das famílias em situações de perigo;

- d) Desenvolvimento social enquadrado às idades e mediante qualificação, integração e inclusão comunitária dos cidadãos e das famílias;
- e) Garantia da equidade, da justiça social e da igualdade de tratamento dos potenciais beneficiários;
- f) Contratualização das respostas numa estratégia de envolvimento e responsabilização dos cidadãos e das famílias;
- g) Personalização, selectividade e flexibilidade das prestações sociais e dos apoios sociais, de modo a permitir a sua adequação e eficácia;
- h) Utilização eficiente e racional dos serviços e equipamentos sociais, com a eliminação de sobreposições, lacunas de actuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos materiais, técnicos e tecnológicos envolvidos;
- i) Valorização de parcerias, constituídas por entidades públicas e privadas, para uma actuação integrada junto dos cidadãos e das famílias;
- j) Estimulo do voluntário social, tendo presente assegurar uma maior participação e envolvimento da sociedade civil na promoção do bem-estar e uma maior harmonização das respostas sociais;
- k) Desenvolvimento de uma articulação eficiente entre as entidades com responsabilidades sociais e os serviços de educação, militares, da saúde e de assistência.

#### ARTIGO QUARTO – CONCRETIZAÇÃO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

1 – Compete ao subsistema de riscos sociais a efectivação do direito à protecção social dos cidadãos em perigo em todas as idades.

2 – Os objectivos do subsistema de riscos sociais concretiza-se designadamente mediante:

- a) Serviços e equipamentos sociais;
- b) Programas de combate aos factores de risco;
- c) Celebração de acordo laboral ao serviço das forças de intervenção portuguesas;
- d) Prestações pecuniárias.

#### ARTIGO QUINTO – DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

1 – O subsistema de riscos sociais é desenvolvido pelos órgãos de soberania portugueses e por entidades públicas e privadas de cariz social e de outros sectores de actividade económicos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelos órgãos constituintes das estruturas sociais e em consonância com os princípios e orientações definidos nos números seguintes.

2 – O desenvolvimento do subsistema de riscos sociais consubstancia-se no apoio direccionado aos cidadãos vítimas de factores de risco acrescido em termos sociais.

3 – O desenvolvimento do subsistema de riscos sociais não prejudica o princípio da responsabilidade dos cidadãos, das famílias e das comunidades na prossecução do bem-estar social.

4 – O apoio à acção social do subsistema de riscos sociais pode ser desenvolvido mediante subvenções, programas de cooperação e protocolos com entidades de cariz social ou por financiamento directo às famílias beneficiárias.

5 – O exercício da acção social do subsistema de riscos sociais rege-se pelo princípio da subsidiariedade, considerando-se prioritária a intervenção das entidades com maior relação de proximidade com os cidadãos e as famílias.

6 – A criação e o acesso aos serviços e equipamentos sociais são promovidos, incentivados e apoiados pelos órgãos de soberania sociais, envolvendo sempre que possível entidades públicas e privadas cujo âmbito se centre nas actividades de acção social.

7 – A utilização de serviços e de equipamentos sociais é condicionada ao pagamento das comparticipações pelos destinatários, tendo presente os seus rendimentos e os dos respectivos agregados familiares, sempre que as mesmas não possam ser totalmente suportadas pelos destinatários.

8 – O desenvolvimento do subsistema de riscos sociais concretiza-se no âmbito da intervenção municipal, sempre que tal se revele ajustado aos objectivos a alcançar pelo estabelecimento de parcerias, designadamente através dos órgãos constituintes das estruturas sociais, envolvendo a participação e colaboração dos diferentes órgãos de soberania portuguesas e das entidades públicas e privadas de reconhecido interesse público, para a intervenção integrada e a promoção do desenvolvimento da acção social.

9 – A lei define o quadro legal de cooperação e parceria prevista nos números anteriores.

#### ARTIGO SEXTO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – O subsistema de riscos sociais abrange todos os cidadãos com residência em espaço territorial português e deve contribuir para promover a inserção e a inclusão social dos cidadãos beneficiários e das famílias beneficiárias.

#### ARTIGO SÉTIMO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – O subsistema de riscos sociais abrange as seguintes eventualidades:

- a) Insuficiência de recursos económicos, dos cidadãos e das famílias para a satisfação das suas necessidades de educação especial, de saúde, nomeadamente de reabilitação e de frequência de equipamentos sociais e para a promoção da sua progressiva inserção e inclusão social;

- b) Integração ao serviço das forças de intervenção do reino de Portugal sempre que em idade activa não possuam qualquer exercício de actividade profissional dependente ou independente;
- c) Invalidez;
- d) Aposentação;
- e) Falecimento, em todas as idades.

#### ARTIGO OITAVO – REGIMES ABRANGIDOS.

1 – O subsistema de riscos sociais abrange os regimes de protecção social aplicável aos profissionais por conta de outrem ou legalmente equiparados e aos profissionais independentes, bem como os demais cidadãos residentes no espaço territorial português que no tempo não foram obrigados nem abrangidos por nenhum regime de protecção social constante do presente código.

#### ARTIGO NONO – CONDIÇÕES DE ACESSO.

1 – A atribuição das prestações do subsistema de riscos sociais depende da identificação dos interessados, de residência legal em espaço territorial português, dos motivos justificativos da não abrangência dos regimes de protecção social em todo o período da idade activa laboral e caso tenha sido exercida actividade profissional sem serem efectuadas as respectivas contribuições e quotizações, quais as entidades empregadoras visadas e os períodos correspondentes de exercício profissional nessas mesmas entidades empregadoras, bem como as suas bases de sustento em todo esse período e demais condições especiais de acesso em função de eventualidades a proteger.

2 – Sem prejuízo de as obrigações sociais serem supervenientes, a concessão das prestações depende da inscrição e do pagamento de contribuições, sendo determinada em função dos recursos dos beneficiários e do seu agregado familiar.

#### ARTIGO DÉCIMO – CONDIÇÕES DE ACESSO PARA CIDADÃOS RESIDENTES EXTERNOS.

1 – A lei pode depender da obrigação da verificação de determinadas condições o acesso de refugiados, apátridas e demais cidadãos externos não equiparados a cidadãos nacionais residentes em espaço territorial português, à atribuição das prestações sociais garantidas no âmbito do subsistema de riscos sociais, nomeadamente de períodos mínimos de residência legal compreendidos por essas mesmas prestações sociais ou de situações legalmente equiparadas, de contribuições para os regimes de protecção social e da comunicação do direito de auferir prestações sociais de estados soberanos externos, dos motivos justificativos da não abrangência dos regimes de protecção social em todo o período da idade activa laboral que tenha residido em Portugal e caso tenha sido exercida actividade profissional sem serem efectuadas as respectivas contribuições e quotizações, quais as entidades empregadoras visadas e os períodos correspondentes de exercício profissional nessas mesmas entidades empregadoras, bem como as suas bases de sustento



em todo o período de residência em Portugal e demais condições especiais de acesso em função de eventualidades a proteger.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE ACESSO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.

1 – A condição de acesso por parte dos cidadãos e das famílias aos equipamentos sociais, depende de prévia inscrição pela matriz social competente da área de localização do edifício social e envolve o pagamento de contribuições em função dos próprios recursos económicos e das próprias prestações sociais de cada um beneficiário e do seu agregado familiar.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ESTRUTURA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS.

1 – O estado promove e incentiva a organização dos edifícios sociais necessários, precisos e exigidos aos serviços e equipamentos sociais de apoio aos cidadãos e às famílias, envolvendo a participação e colaboração de diferentes organismos da administração central, dos órgãos de soberania sociais, das entidades de cariz social e de outras entidades, públicas e privadas, de reconhecido interesse público.

2 – O acesso dos cidadãos e das famílias aos serviços e aos equipamentos sociais é participado pelo estado mediante a cooperação com as entidades referidas no artigo seguinte.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTIDADES SOCIAIS PÚBLICAS E PARTICULARES.

1 – O estado apoia e valoriza as entidades sociais públicas e particulares, designadamente através da comparticipação no capital social, de acordos ou protocolos de cooperação institucional, prestativa, financeira e técnica celebrados para o efeito, sem prejuízo da respectiva natureza, autonomia e identidade.

2 – As entidades sociais públicas e particulares podem ser diferenciadas positivamente nos apoios a conceder, em função das prioridades das directrizes sociais e da qualidade comprovada do seu desempenho.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INICIATIVAS DAS ENTIDADES PÚBLICAS E PARTICULARES.

1 – O exercício de actividades de acção social por entidades públicas e particulares, carece de prévio licenciamento de funcionamento e de alvará de exercício da actividade económica emitido pelos órgãos de soberania sociais e está sujeito à inspecção e fiscalização do estado nos termos da lei.

## ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO.

1 – As entidades sociais públicas e particulares e outras de reconhecido interesse público, estão sujeitas aos registos obrigatórios nos termos definidos no código das pessoas colectivas, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FISCALIZAÇÃO.

1 – O estado exerce poderes de inspecção e de fiscalização sobre as entidades sociais públicas e privadas e outras de reconhecido interesse público que prossigam objectivos de natureza social, de modo a garantir o efectivo cumprimento dos seus objectivos no respeito pela lei e pela defesa dos direitos e interesses dos beneficiários da sua acção e ainda aferir da prossecução efectiva dos acordos e protocolos livremente celebrados.

## ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – AUTONOMIA.

1 – As entidades sociais públicas e particulares podem exercer todos os meios de tutela contenciosos junto dos órgãos de soberania jurídicos para defesa da sua autonomia.

## ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PRESTAÇÕES.

1 – A protecção concedida no âmbito do subsistema de riscos sociais concretiza-se mediante a concessão das seguintes prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excepionalidade:

- a) Créditos consignados ao acesso aos edifícios sociais de serviços e equipamentos sociais referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir por lei;
- b) Créditos consignados a determinadas despesas de saúde e de educação especial referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir por lei;
- c) Apoio a programas de combate às carências, à disfunção, marginalização e exclusão sociais referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir na lei;
- d) Pensões nas eventualidades referidas na alínea c) e d) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo;
- e) Subsídio de falecimento na situação referida na alínea e) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo;
- f) Complementos, social e de aposentação nas situações referidas na alínea c) e d) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo.

2 – A protecção concedida na eventualidade de insuficiência de recursos económicos prevista nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente

capítulo, é susceptível de ser alargada, de forma gradual e progressiva, tendo presente as mutações sociais e a satisfação de novas necessidades familiares, nomeadamente nos casos de famílias com menores a cargo, com cidadãos portadores de incapacidade, com dependentes ou com anciãos.

3 – A lei pode prever tendo presente assegurar uma melhor cobertura dos riscos sociais, a concessão de prestações em espécie.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – MONTANTE DAS PRESTAÇÕES.

1 – Os montantes das prestações pecuniárias do subsistema de riscos sociais serão fixados por lei, tendo como objectivo garantir as necessidades úteis dos beneficiários.

2 – Os montantes das prestações pecuniárias referidas no número anterior, devem ser fixadas em função das despesas de educação especial, de saúde, dos serviços e dos equipamentos sociais, bem como dos rendimentos dos beneficiários e da composição e dimensão dos respectivos agregados familiares, podendo ser modificados em consequência de alteração desses mesmos encargos e rendimentos, da composição e dimensão do agregado familiar ou ainda de factores legalmente previstos.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – MONTANTES DAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS ENTIDADES DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.

1 – Os montantes das contribuições pecuniárias do subsistema de riscos sociais, são fixados por lei com o objectivo de garantir e assegurar as necessidades e os direitos básicos das entidades detentoras dos serviços e dos equipamentos sociais.

2 – Os montantes das contribuições referidas no número anterior, devem ser fixados em função dos próprios encargos das entidades dos serviços e dos equipamentos sociais em relação a cada um beneficiário ou da composição ou dimensão do agregado familiar, podendo os mesmos ser modificados em consequência da alteração dos encargos ou dos rendimentos, da composição ou da dimensão do agregado familiar e ainda de outros factores legalmente previstos.

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – VALOR MÍNIMO DAS PENSÕES DE INVALIDEZ E APOSENTAÇÃO.

1 – O valor mínimo das pensões de invalidez e de aposentação atribuídas no subsistema de riscos sociais não pode ser inferior ao valor da remuneração mínima mensal garantida a todos os profissionais que usufruam o salário mínimo, deduzida da quotização correspondente à taxa contributiva do regime geral dos profissionais por conta de outrem, sendo de 117 contos.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – CONTRATUALIZAÇÃO DA INSERÇÃO E DA INCLUSÃO.

1 – A lei prevê no âmbito das condições de atribuição das prestações sociais do subsistema de riscos sociais, sempre que tal se considere ajustado, a assunção por parte dos beneficiários de um compromisso contratualizado de inserção e inclusão social e do seu efectivo cumprimento.

#### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VOLUNTARIADO.

1 – A lei incentiva o voluntariado e promove a participação solidária em acções desta natureza, num quadro de liberdade e de responsabilidade, tendo presente um envolvimento efectivo da comunidade no desenvolvimento da acção social.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – EMPRESAS.

1 – O estado estimula as empresas a desenvolver equipamentos e serviços de acção social, em especial no domínio do apoio à maternidade e à infância e que privilegiem um maior equilíbrio na conciliação das responsabilidades familiares, educativas e laborais dos seus profissionais.

2 – O estímulo às empresas previsto no número anterior, pode ser concretizado através de incentivos ou bonificações de natureza fiscal e da utilização do recurso a fundos de acidentes pessoais, de doenças profissionais e de garantia salarial dos órgãos de soberania sociais referidos no subsistema de assistência social nos termos do disposto no capítulo segundo, do título terceiro, do presente livro, em caso de situações de processo de insolvência ou de plano de recuperação económico por parte das empresas para suportar os respectivos encargos económicos para com os seus profissionais, bem como por via do subsistema de catástrofes nos termos do capítulo seguinte.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CESSAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As prestações atribuídas no âmbito do subsistema de riscos sociais cessam no imediato momento em que os beneficiários deixem de residir efectivamente no espaço territorial português, bem como violarem o compromisso contratualizado nos termos do disposto no artigo 22º, do presente capítulo.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais para efeitos do âmbito do subsistema de riscos sociais, estão obrigadas após o registo dos recém-nascidos a comunicar à matriz social da área de localização da matriz notarial, o registo dos cidadãos, bem como o seu falecimento.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – BASES MILITARES.

1 – As bases militares estão obrigadas nos termos das suas competências a formar com base nas qualificações, experiências e dons criativos, os cidadãos em idade activa laboral que não possuam contrato laboral e de os integrar no exercício de competências das forças de intervenção portuguesas militares, policiais e sapadoras.

2 – As bases militares estão obrigadas à comunicação à matriz social da integração dos cidadãos referidos no número anterior, ao serviço das forças de intervenção portuguesas no prazo de 10 dias após a sua integração, bem como no mesmo prazo estão obrigadas a comunicar sempre que ocorra, as razões da cessação do contrato laboral, de forma à verificação pela matriz social da verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do subsistema previdencial e do subsistema de riscos sociais.

#### ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.

1 – Os estabelecimentos de ensino para efeitos do âmbito do subsistema de riscos sociais, estão obrigados antes do início do ano lectivo a remeter à matriz social da área de localização do estabelecimento de ensino, uma listagem das matriculas realizadas para o novo ano lectivo, bem como a comunicar a saída da frequência dos alunos ao longo do ano lectivo expondo os motivos da interrupção.

2 – Os estabelecimentos de ensino para efeitos dos cidadãos em fase educativa portadores de incapacidade no seu desenvolvimento, que actuem no âmbito da intervenção precoce, estão obrigados a registar os mesmos encargos e de os remeter à matriz social da área de localização do estabelecimento de ensino, para a correspondente avaliação, aprovação e pagamento.

#### ARTIGO VIGÉSIMO NONO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – As entidades da saúde, nomeadamente as farmácias, estão obrigadas a registar os cuidados, tratamentos e os medicamentos relativos aos cidadãos em todas as idades portadores de doenças crónicas, nomeadamente de intervenção precoce, bem como de remeter essas mesmas facturas à matriz social competente da área de localização da entidade da saúde, para a correspondente avaliação, aprovação e pagamento.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO – ENTIDADES FINANCEIRAS.

1 – As entidades financeiras nos termos do dever de derrogação do sigilo bancário para com os órgãos de soberania sociais referido no artigo 4º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, estão obrigados à comunicação das informações financeiras solicitadas relativas a pessoas singulares ou colectivas, de forma a toda uma justiça social na atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de riscos sociais.

#### ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – MATRIZES SOCIAIS.



1 – As matrizes sociais estão obrigadas nos termos das suas competências e dos respectivos registos de inscrição e de contribuições e quotizações nos regimes de protecção da segurança social, bem como com os documentos dos órgãos de soberania notariais e militares, dos estabelecimentos de ensino e das entidades da saúde e financeiras, à confirmação dos elementos de verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do subsistema de riscos sociais.

## CAPÍTULO SEGUNDO – SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES.

1 – O subsistema de catástrofes destina-se a assegurar com base na solidariedade de toda a comunidade por via do real instituto financeiro português e do orçamento do reino de Portugal direitos essenciais dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos, provocados por situações de catástrofes humanas ou naturais, abrangidas ou não por obrigação legal de protecção das entidades seguradoras, por forma a prevenir e a erradicar as situações de perigo, nomeadamente de carências, de exclusão ou de vulnerabilidades sociais e económicas e a promover o bem-estar, a coesão social e a integração e inclusão comunitárias, bem como a garantir prestações sociais nas situações descritas não incluídas nos demais sistemas e subsistema do regime da segurança social, valorizando os cidadãos, as famílias e os sectores de actividade económicos e a igualdade de oportunidades.

### ARTIGO SEGUNDO – SITUAÇÕES DE CATÁSTROFES.

1 – Compreende-se por situações de catástrofes nos termos do disposto no presente capítulo, os acontecimentos humanos e naturais provocados pelas seguintes situações:

- a) Epidemias humanas;
- b) Conflitos armados;
- c) Fogos;
- d) Fenómenos atmosféricos;
- e) Fenómenos sísmicos;
- f) Inundações;
- g) Drenagens;
- h) Derrocadas e soterramentos;
- i) Poluição;
- j) Contaminações das espécies vegetais e animais.

### ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIOS ORIENTADORES.

1 – Para a prossecução dos seus objectivos o subsistema de catástrofes, obedece aos seguintes princípios:

- a) Satisfação das necessidades essenciais dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos em situação de catástrofe;
- b) Prevenção perante os fenómenos humanos e naturais susceptíveis de fragilizar os cidadãos, as famílias, os sectores de actividade económicos e as comunidades;
- c) Intervenção prioritária das forças de intervenção portuguesas, nomeadamente dos órgãos de soberania sapadores, militares, policiais e sociais e das entidades de saúde mais próximas dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos em situações de catástrofe, bem como das entidades seguradoras;
- d) Desenvolvimento social enquadrado às idades e mediante qualificação, integração e inclusão comunitária dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos;
- e) Garantia da equidade, da justiça social e da igualdade de tratamento dos potenciais beneficiários;
- f) Contratualização das respostas numa estratégia de envolvimento e responsabilização dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos;
- g) Personalização, selectividade e flexibilidade das prestações sociais e dos apoios sociais, de modo a permitir a sua adequação e eficácia;
- h) Utilização eficiente e racional dos serviços e equipamentos sociais, com a eliminação de sobreposições, lacunas de actuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos materiais, técnicos e tecnológicos envolvidos;
- i) Valorização de parcerias, constituídas por entidades públicas e privadas, para uma actuação integrada junto dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos;
- j) Cooperação e intervenção dos sectores de actividade económicos envolvidos das resoluções das situações de catástrofes por via da declaração de estado de sítio ou de estado de emergência;
- k) Estimulo do voluntário social, tendo presente assegurar uma maior participação e envolvimento da sociedade civil na promoção do bem-estar e uma maior harmonização das respostas sociais;
- l) Desenvolvimento de uma articulação eficiente entre as entidades com responsabilidades sociais, as forças de intervenção portuguesas e sempre que exigido internacionais sapadoras, militares e policiais, da saúde e de assistência, bem como as entidades seguradoras.

#### ARTIGO QUARTO – CONCRETIZAÇÃO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES.

1 – Compete ao subsistema de catástrofes a efectivação do direito à protecção social dos cidadãos em perigo em todas as idades e dos sectores de actividade económicos.

2 – Os objectivos do subsistema de catástrofes concretiza-se designadamente mediante:

- a) Serviços e equipamentos sociais no âmbito do subsistema de riscos sociais nos termos do disposto no capítulo anterior;
- b) Programas de combate aos factores de risco;
- c) Prestações pecuniárias.

#### ARTIGO QUINTO – DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES.

1 – O subsistema de catástrofes é desenvolvido pelos órgãos de soberania portugueses e por entidades públicas e privadas de cariz social e de outros sectores de actividade económicos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelos órgãos constituintes das estruturas sociais e em consonância com os princípios e orientações definidos nos números seguintes.

2 – O desenvolvimento do subsistema de catástrofes consubstancia-se no apoio direccionado aos cidadãos, às famílias e aos sectores de actividade económicos vítimas de factores de risco acrescido em termos sociais.

3 – O desenvolvimento do subsistema de catástrofes não prejudica o princípio da responsabilidade dos cidadãos, das famílias, dos sectores de actividade económicos e das comunidades na prossecução do bem-estar social.

4 – O apoio à acção social do subsistema de catástrofes pode ser desenvolvido mediante subvenções, programas de cooperação e protocolos com entidades de cariz social ou com outro âmbito ou por financiamento directo aos cidadãos, às famílias ou aos sectores de actividade económicos beneficiários.

5 – O exercício da acção social do subsistema de catástrofes rege-se pelos princípios da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade social, da inserção social, do primado da responsabilidade pública e da eficácia, considerando-se prioritária a intervenção das entidades com maior relação de proximidade com os cidadãos, as famílias e os sectores de actividade económicos.

6 – A criação e o acesso aos serviços e equipamentos sociais são promovidos, incentivados e apoiados pelos órgãos de soberania sociais, envolvendo sempre que possível entidades públicas e privadas cujo âmbito se centre nas actividades de acção social.

7 – A utilização de serviços e de equipamentos sociais é condicionada ao pagamento das comparticipações pelos destinatários, tendo presente os seus rendimentos e os dos respectivos agregados familiares, sempre que as mesmas não possam ser totalmente suportadas pelos destinatários.

8 – O desenvolvimento do subsistema de catástrofes concretiza-se no âmbito da intervenção municipal, sempre que tal se revele ajustado aos objectivos a alcançar pelo estabelecimento de parcerias, designadamente através dos órgãos constituintes das estruturas sociais, envolvendo a participação e colaboração dos diferentes órgãos de soberania portuguesas e das entidades públicas e privadas de reconhecido interesse público, para a intervenção integrada e a promoção do desenvolvimento da acção social.

9 – A lei define o quadro legal de cooperação e parceria prevista nos números anteriores.

#### ARTIGO SEXTO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – O subsistema de catástrofes abrange todos os cidadãos e sectores de actividade económicos com residência ou localização em espaço territorial português e deve contribuir para promover a inserção, a inclusão e a viabilidade social dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos beneficiários.

#### ARTIGO SÉTIMO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – O subsistema de catástrofes abrange as seguintes eventualidades:

- a) Insuficiência de recursos económicos derivados das situações de catástrofe, dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos para a satisfação das suas necessidades económicas de saúde, de habitabilidade, empresariais, de equipamentos e de transportes e para a promoção da sua progressiva inserção, inclusão e viabilidade social e económica;
- b) Integração ao serviço das forças de intervenção do reino de Portugal sempre que em idade activa cesse o exercício de funções laborais por via das situações de catástrofe;
- c) Comparticipação de construção, manutenção, reparação, conservação ou restauro de edifícios habitacionais, de equipamentos e de transportes, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- d) Comparticipação de construção, manutenção, reparação, conservação ou restauro de infra-estruturas de acessibilidade, rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias e hídricas, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- e) Comparticipação de construção, manutenção, reparação, conservação ou restauro de redes de saneamento, de água, de energias e de comunicações, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- f) Comparticipação de construção, manutenção, reparação, conservação ou restauro de edifícios empresariais, de equipamentos e de transportes, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- g) Comparticipação de construção, manutenção, reparação, conservação ou restauro de edifícios comerciais, de equipamentos e de transportes, na parte não protegida por seguros obrigatórios;

- h) Comparticipação de construção, manutenção, reparação, conservação ou restauro de edifícios estatais, de equipamentos e de transportes, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- i) Comparticipação à pesca, ao pescado e ao plâncton, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- j) Comparticipação à pecuária e aos animais, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- k) Comparticipação à agricultura e aos vegetais, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- l) Comparticipação à extracção e aos minerais, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- m) Invalidez, no âmbito do subsistema previdencial nos termos do disposto no capítulo primeiro, do título terceiro e no âmbito do subsistema de riscos sociais nos termos do disposto no capítulo anterior;
- n) Falecimento, no âmbito do subsistema de riscos sociais nos termos do disposto no capítulo anterior.

2 – Nos termos do número anterior, as comparticipações do subsistema de catástrofes serão sobre os montantes totais do prejuízo, sempre que as situações de catástrofe não sejam obrigatoriamente protegidas por entidades seguradoras.

#### ARTIGO OITAVO – CONDIÇÕES DE ACESSO.

1 – A atribuição das prestações do subsistema de catástrofes depende da identificação dos interessados, de residência legal em espaço territorial português, da inscrição nos regimes de protecção social, da apresentação de apólice de seguro sempre que obrigatório e do montante protegido e demais condições especiais de acesso em função de eventualidades a proteger.

2 – Sem prejuízo de as obrigações sociais serem supervenientes, a concessão das prestações depende da inscrição e do pagamento de contribuições, sendo determinada em função dos recursos dos beneficiários, do seu agregado familiar e dos sectores de actividade económicos.

#### ARTIGO NONO – CONDIÇÕES DE ACESSO PARA CIDADÃOS RESIDENTES EXTERNOS.

1 – A lei pode depender da obrigação da verificação de determinadas condições o acesso de refugiados, apátridas e demais cidadãos externos não equiparados a cidadãos nacionais residentes em espaço territorial português, à atribuição das prestações sociais garantidas no âmbito do subsistema de catástrofes, nomeadamente de períodos mínimos de residência legal compreendidos por essas mesmas prestações sociais ou de situações legalmente equiparadas, de contribuições para os regimes de protecção social, da comunicação do direito de auferir prestações sociais de estados soberanos externos, da



apresentação de apólice de seguro sempre que obrigatório e do montante protegido e demais condições especiais de acesso em função de eventualidades a proteger.

## ARTIGO DÉCIMO – CONDIÇÕES DE ACESSO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.

1 – A condição de acesso por parte dos cidadãos e das famílias aos equipamentos sociais, depende de prévia inscrição pela matriz social competente da área de localização do edifício social e envolve o pagamento de contribuições em função dos próprios recursos económicos e das próprias prestações sociais de cada um beneficiário e do seu agregado familiar no âmbito do subsistema de riscos sociais nos termos do disposto no capítulo anterior.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRESTAÇÕES.

1 – A protecção concedida no âmbito do subsistema de catástrofes concretiza-se mediante a concessão das seguintes prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excepionalidade:

- a) Créditos consignados a determinadas despesas de saúde referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir por lei;
- b) Créditos consignados a despesas de habitabilidade referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir por lei;
- c) Créditos consignados a determinadas despesas empresariais referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir por lei;
- d) Créditos consignados a determinadas despesas de equipamentos referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir por lei;
- e) Créditos consignados a determinadas despesas de transportes referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir por lei;
- f) Apoio a programas de combate às situações de catástrofes que potenciem carências, disfunção, marginalização e exclusão sociais referidas na alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, nos termos e condições a definir na lei;
- g) Complementos sociais nas situações referidas nas alíneas c) à l) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo.

2 – A protecção concedida na eventualidade de insuficiência de recursos económicos prevista nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 7º, do presente capítulo, é susceptível de ser alargada, de forma gradual e progressiva, tendo presente as mutações sociais e a satisfação de novas necessidades familiares e empresariais, nomeadamente nos casos de famílias com menores a cargo, com cidadãos portadores de

incapacidade, com dependentes ou com anciãos, bem como no caso de os sectores de actividade económicos se verem confrontados com obstáculos cuja resolução seja demorada das vias de comunicação para o fazer face aos seus compromissos.

3 – A lei pode prever tendo presente assegurar uma melhor cobertura dos riscos sociais, a concessão de prestações em espécie.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MONTANTE DAS PRESTAÇÕES.

1 – Os montantes das prestações pecuniárias do subsistema de catástrofes serão fixados por lei, tendo como objectivo garantir as necessidades úteis dos beneficiários.

2 – Os montantes das prestações pecuniárias relativas a despesas de saúde, a despesas dos serviços e dos equipamentos sociais e a despesas empresariais, devem ser fixadas em função das próprias despesas.

3 – Os montantes das prestações pecuniárias relativas a bens patrimoniais, devem ser considerados pelo valor patrimonial registado na correspondente apólice de seguro das infra-estruturas, dos edifícios e dos equipamentos ou do exercício de actividade económica e do risco protegido pelas entidades seguradoras, pelo que não sendo uma situação de catástrofe protegida pelas entidades seguradoras, o bem patrimonial imóvel será considerado pelo valor predial constante da matriz fiscal competente e o bem móvel será considerado pelo valor constante do registo notarial, deduzido da depreciação correspondente, face ao número de anos decorridos desde a data de aquisição ou da sua realização e o momento da ocorrência da situação de catástrofe.

4 – Para o cálculo do montante das prestações do subsistema de catástrofes previstas nos números anteriores, ter-se-ão também presentes os rendimentos dos beneficiários e da composição e dimensão dos respectivos agregados familiares, bem como dos sectores de actividade económicos, podendo os montantes ser modificados em consequência de alteração desses mesmos encargos e rendimentos, da composição e dimensão do agregado familiar ou dos sectores de actividade económicos ou ainda de factores legalmente previstos.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONTRATUALIZAÇÃO DA INSERÇÃO, DA INCLUSÃO E DA VIABILIDADE SOCIAL E ECONÓMICA.

1 – A lei prevê no âmbito das condições de atribuição das prestações sociais do subsistema de catástrofes, sempre que tal se considere ajustado, a assunção por parte dos beneficiários de um compromisso contratualizado de inserção, inclusão e de viabilidade social e económica e do seu efectivo cumprimento.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VOLUNTARIADO.

1 – A lei incentiva o voluntariado e promove a participação solidária em acções desta natureza, num quadro de liberdade e de responsabilidade, tendo presente um envolvimento efectivo da comunidade no desenvolvimento da acção social.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – EMPRESAS.

1 – O estado estimula as empresas a desenvolver equipamentos e serviços de acção social, em especial no domínio do apoio à maternidade e à infância e que privilegiem um maior equilíbrio na conciliação das responsabilidades familiares, educativas e laborais dos seus profissionais.

2 – O estímulo às empresas previsto no número anterior, pode ser concretizado através de incentivos ou bonificações de natureza fiscal e da utilização do recurso a fundos de acidentes pessoais, de doenças profissionais e de garantia salarial dos órgãos de soberania sociais referidos no subsistema de assistência social nos termos do capítulo segundo, do título terceiro, do presente livro, em caso de situações de processo de insolvência ou de plano de recuperação económico por parte das empresas para suportar os respectivos encargos económicos para com os seus profissionais, bem como por via do subsistema de catástrofes nos termos do presente capítulo.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CESSAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As prestações atribuídas no âmbito do subsistema de catástrofes cessam no imediato momento em que os beneficiários deixem de residir efectivamente no espaço territorial português, bem como violarem o compromisso contratualizado nos termos do disposto no artigo 13º, do presente capítulo.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – As entidades da saúde, nomeadamente as farmácias, estão obrigadas a registar os cuidados, tratamentos e os medicamentos relativos aos cidadãos em todas as idades portadores de doenças crónicas, nomeadamente de intervenção precoce, bem como de remeter essas mesmas facturas à matriz social competente da área de localização da entidade da saúde, para a correspondente avaliação, aprovação e pagamento.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ENTIDADES FINANCEIRAS.

1 – As entidades financeiras nos termos do dever de derrogação do sigilo bancário para com os órgãos de soberania sociais referido no artigo 4º, do capítulo segundo, do título terceiro, do livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, estão obrigados à comunicação das informações financeiras solicitadas relativas a pessoas singulares ou colectivas, de forma a toda uma justiça social na atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes.

## ARTIGO DÉCIMO NONO – BASES MILITARES.

1 – As bases militares estão obrigadas nos termos das suas competências a formar com base nas qualificações, experiências e dons criativos, os cidadãos em idade activa laboral que não possuam contrato laboral e de os integrar no exercício de competências das forças de intervenção portuguesas militares, policiais e sapadoras.

2 – As bases militares estão obrigadas à comunicação à matriz social da integração dos cidadãos referidos no número anterior, ao serviço das forças de intervenção portuguesas no prazo de 10 dias após a sua integração, bem como no mesmo prazo estão obrigadas a comunicar sempre que ocorra, as razões da cessação do contrato laboral, de forma à verificação pela matriz social da verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do subsistema previdencial e do subsistema de catástrofes.

## ARTIGO VIGÉSIMO – MATRIZES FISCAIS.

1 – As matrizes fiscais para efeitos do âmbito do subsistema de catástrofes, estão obrigadas sempre que solicitados pela matriz social da respectiva área de localização, a comunicar o valor do registo predial dos bens imóveis, vítimas de situações de catástrofes.

## ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais para efeitos do âmbito do subsistema de catástrofes, estão obrigadas sempre que solicitados pela matriz social da respectiva área de localização, a comunicar o valor do registo que possuam dos bens móveis, vítimas de situações de catástrofes.

## ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – MATRIZES SOCIAIS.

1 – As matrizes sociais estão obrigadas nos termos das suas competências e dos respectivos registos de inscrição e de contribuições e quotizações nos regimes de protecção da segurança social, bem como com os documentos das entidades da saúde, financeiras e dos órgãos de soberania fiscais e notariais, à confirmação dos elementos de verificação das condições de acesso às prestações pecuniárias do subsistema de catástrofes.

## TÍTULO SEXTO – DISPOSIÇÕES COMUNS DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL.

### CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES COMUNS DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL.

## ARTIGO PRIMEIRO – ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES.

1 – Salvo disposição legal em contrário, não são cumuláveis entre si as prestações sociais emergentes do mesmo facto, desde que respeitantes ao mesmo interesse protegido.

2 – As normas sobre acumulação de prestações pecuniárias emergentes de diferentes eventualidades são reguladas na lei.

3 – Para efeitos da acumulação de prestações pecuniárias podem ser consideradas prestações sociais concedidas por sistemas de segurança social de estados soberanos externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais aplicáveis.

## ARTIGO SEGUNDO – INDEXANTE DOS APOIOS SOCIAIS E ACTUALIZAÇÃO DO VALOR DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os montantes dos apoios sociais, designadamente os valores mínimos das pensões, são fixados tendo por base o indexante dos apoios sociais nas situações e nos termos definidos na lei.

2 – O valor de referência previsto no número anterior, é objecto de actualização anual, tendo presente um conjunto de critérios atendíveis, designadamente a evolução dos preços e o crescimento económico.

3 – A actualização anual das prestações sociais obedece a critérios objectivos fixados por lei, que garantam o respeito pelo princípio da equidade intergeracional e pela sustentabilidade financeira do regime da segurança social.

## ARTIGO TERCEIRO – PRESCRIÇÃO DO DIREITO ÀS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O direito às prestações pecuniárias vencidas prescreve a favor dos órgãos de soberania sociais no prazo de 1 ano, contado a partir da data em as mesmas são colocadas a pagamento, com conhecimento do credor.

## ARTIGO QUARTO – RESPONSABILIDADE CIVIL DE TERCEIROS.

1 – No caso de concorrência pelo mesmo facto, do direito a prestações pecuniárias dos regimes de protecção da segurança social com o de indemnização a suportar por terceiros, os órgãos de soberania sociais ficam sub-rogados nos direitos do lesado até ao limite do valor das prestações pecuniárias que lhes compete conceder.

## ARTIGO QUINTO – DEVERES DO ESTADO E DOS BENEFICIÁRIOS.



1 – Compete ao estado por via dos órgãos de soberania sociais garantir aos beneficiários informação periódica relativa aos seus direitos adquiridos e em formação, designadamente em matéria de pensões, complementos e subsídios.

2 – Os beneficiários têm o dever de cooperar com os órgãos de soberania sociais, competindo-lhes designadamente ser verdadeiros nas suas declarações e requerimentos e submeter-se aos exames de verificação necessários e exigidos para a concessão, manutenção ou alteração das prestações sociais a que tenham direito.

#### **ARTIGO SEXTO – INTRANSMISSIBILIDADE E PENHORABILIDADE PARCIAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

1 – As prestações sociais concedidas pelos órgãos de soberania sociais são intransmissíveis.

2 – As prestações sociais dos sistemas de protecção do regime da segurança social são parcialmente penhoráveis nos termos da lei geral.

#### **ARTIGO SÉTIMO – GARANTIA DO DIREITO À INFORMAÇÃO.**

1 – Os beneficiários e as entidades empregadoras têm direito a informação adequada sobre os direitos e as obrigações decorrentes do presente livro e da legislação complementar.

#### **ARTIGO OITAVO – CERTIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DAS SITUAÇÕES.**

1 – Qualquer cidadão ou entidade empregadora sujeita a obrigações sociais perante os órgãos de soberania sociais, pode requerer em qualquer momento que lhe seja emitida declaração comprovativa do regular cumprimento das mesmas obrigações sociais.

2 – Sempre que não seja emitida a declaração comprovativa mencionada no número anterior, o particular interessado pode solicitar ao órgão de soberania jurídico de cariz humano no caso de prestações sociais ou económico no caso de contribuições e quotizações de 1ª instância competente da área de residência ou da localização da entidade empregadora, que intimem o órgão de soberania social competente a emitir o documento pretendido nos termos da legislação em vigor.

#### **ARTIGO NONO – CONFIDENCIALIDADE.**

1 – Os órgãos de soberania sociais nos termos do presente livro, devem assegurar a confidencialidade dos dados de natureza estritamente privada de que disponham, relativos à situação pessoal económica ou financeira de qualquer cidadão ou entidade empregadora.

2 – A obrigação prevista no número anterior, cessa mediante autorização do respectivo interessado ou sempre que haja obrigação legal de divulgar os dados abrangidos pela confidencialidade.

#### ARTIGO DÉCIMO – RECLAMAÇÕES E QUEIXAS.

1 – Os interessados na concessão de prestações sociais dos sistemas de protecção do regime da segurança social, podem apresentar reclamações ou queixas sempre que se considerem lesados nos seus direitos.

2 – As reclamações ou queixas são dirigidas ao órgão de soberania social a quem compete conceder as prestações sociais, sem prejuízo do direito de recurso a acção contenciosa nos termos da presente lei e demais legislação aplicável.

3 – O processo para apreciar reclamações tem carácter de urgência.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECURSO CONTECIOSO.

1 – Os interessados a quem seja negada prestação social devida ou a sua inscrição no regime de protecção da segurança social, ou que por qualquer forma sejam lesados por acto contrário ao previsto na presente lei, têm direito de acesso aos órgãos de soberania jurídicos nos termos do disposto no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DECLARAÇÃO DE NULIDADE.

1 – Os actos administrativos de atribuição de direitos ou de reconhecimento de situações jurídicas, baseados em declarações falsas, prestadas dolosamente ou com má-fé pelos beneficiários, são nulos e puníveis nos termos da legislação aplicável.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REVOGAÇÃO DE ACTOS INVÁLIDOS.

1 – Os actos administrativos de atribuição de direitos ou de pagamento de prestações sociais inválidos, são revogados nos termos e nos prazos previstos na lei, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 – Os actos administrativos de atribuição de prestações sociais continuadas inválidos, podem ultrapassado o prazo da lei geral, ser revogados com eficácia para o futuro.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS LEGAIS.

1 – A falta de cumprimento das obrigações sociais legais relativamente designadamente à inscrição no regime de protecção da segurança social, ao seu enquadramento e ao cumprimento das obrigações contributivas, bem como a adopção de procedimentos por acções ou omissões, tendentes à obtenção indevida de prestações sociais, consubstanciam contra-ordenações ou ilícitos criminais nos termos do disposto no livro décimo quinto, da parte segunda, da presente matéria, do presente código.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RESTITUIÇÃO E COBRANÇA COERCIVA DAS CONTRIBUIÇÕES, QUOTIZAÇÕES E DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As contribuições, as quotizações e outros valores devidos não pagos, bem como as prestações sociais indevidamente colocadas à disposição dos beneficiários, são objecto de cobrança coerciva nos termos legais.

2 – A cobrança coerciva dos valores relativos às contribuições, quotizações, outros valores devidos e às prestações sociais indevidamente pagas, é efectuada através do processo executivo dos órgãos de soberania sociais.

3 – As prestações pagas aos beneficiários que as estas não tinham direito, devem ser restituídas nos termos previstos na lei.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O pagamento das prestações sociais são realizadas por via de transferência bancária para as contas dos beneficiários, dos pais, tutores, representantes legais ou de quem detenha a guarda legalmente, sendo obrigatório aos beneficiários e aos interessados a apresentação do número de identificação bancário relativo à conta bancária para onde se irá transferir as prestações sociais.

### TÍTULO SÉTIMO – FINANCIAMENTO.

#### CAPÍTULO ÚNICO – FINANCIAMENTO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS DO FINANCIAMENTO.

1 – O financiamento do regime da segurança social obedece ao princípio da diversificação das fontes de financiamento e da adequação selectiva.

#### ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO.

1 – O princípio da diversificação das fontes de financiamento implica a ampliação das bases de obtenção de recursos financeiros, tendo presente a racionalização, a responsabilidade e a competência dos meios materiais, técnicos e tecnológicos.

### ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SELECTIVA.

1 – O princípio da adequação selectiva consiste na determinação das fontes de financiamento e na afectação dos recursos financeiros, de acordo com a natureza e os objectos das modalidades de protecção social definidas na presente lei e com situações e directrizes especiais, nomeadamente as relacionadas com directrizes activas de emprego e de formação profissional.

### ARTIGO QUARTO – FORMAS DE FINANCIAMENTO.

1 – São financiadas pelos órgãos de soberania sociais através de contribuições das entidades empregadoras e de quotizações dos profissionais para os regimes de protecção da segurança social, bem como pelo real instituto financeiro português e pelo orçamento do reino de Portugal mediante o fundo de catástrofes humanas e naturais, de cada um ano civil:

- a) As prestações pecuniárias relativas aos subsídios de educação, atribuídas no âmbito do sistema da educação;
- b) As prestações substitutivas dos rendimentos de actividade profissional, no âmbito do subsistema previdencial, do sistema laboral;
- c) As prestações substitutivas das responsabilidades das entidades empregadoras, sempre que em situação de insolvência ou de plano de recuperação de empresa relativas aos fundos sociais de acidentes laborais, de doenças profissionais e de garantia salarial, atribuídas no âmbito do subsistema de assistência social, do sistema laboral;
- d) As prestações pecuniárias relativas às pensões de aposentação, atribuídas no âmbito do subsistema da aposentação, do sistema da reforma;
- e) As prestações pecuniárias relativas aos subsídios, educativo e materno e o complemento de aposentação, atribuídas no âmbito do subsistema da valorização social, do sistema da reforma;
- f) As prestações pecuniárias ou em espécie relativas aos subsídios de riscos sociais, atribuídas no âmbito do subsistema de riscos sociais, do sistema da solidariedade social;
- g) As prestações pecuniárias ou em espécie relativas aos subsídios de catástrofes humanas ou naturais, atribuídas no âmbito do subsistema de catástrofes, do sistema da solidariedade social.

2 – São financiadas pelo orçamento do reino de Portugal mediante as fontes de receitas angariadas dos órgãos de soberania, das empresas e das instituições estatais de cada um ano de exercício económico os custos relativos a salários e os gastos inerentes ao próprio exercício de actividade dos órgãos de soberania sociais.

## ARTIGO QUINTO – FONTES DE FINANCIAMENTO.

1 – São receitas do regime da segurança social:

- a) As contribuições das entidades empregadoras;
- b) As quotizações dos profissionais;
- c) As transferências do estado e de outras entidades públicas, nomeadamente as resultantes do orçamento do reino de Portugal para cada ano de exercício económico;
- d) As transferências do fundo de catástrofes humanas e naturais geridas e administradas pelo supremo conselho monárquico;
- e) Os rendimentos de património próprio;
- f) Os lucros de investimentos geridos e administrados pelo supremo conselho monárquico;
- g) O produto de comparticipações previstas na lei ou em regulamentos;
- h) O produto das sanções pecuniárias;
- i) As transferências de entidades de estados soberanos externos;
- j) Outras receitas legalmente previstas ou permitidas.

## ARTIGO SEXTO – ORÇAMENTO E CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL.

1 – O orçamento da segurança social é apresentado por SUAS MAJESTADES e aprovado pelo SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO como parte integrante do ORÇAMENTO DO REINO DE PORTUGAL.

2 – O orçamento da segurança social prevê as receitas a arrecadar e as despesas a efectuar no âmbito do regime da segurança social, designadamente prevê as diversas modalidades de protecção social e as eventualidades cobertas pelo sistema da educação, pelo sistema laboral, nomeadamente pelos subsistemas previdencial e de assistência social, pelo sistema da reforma, nomeadamente pelos subsistemas da aposentação e de valorização social e pelo sistema da solidariedade social, nomeadamente pelos subsistemas de riscos sociais e de catástrofes.

3 – A conta da segurança social apresenta uma estrutura idêntica à do orçamento da segurança social.

4 – Em anexo ao orçamento da segurança social, o SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO, apresentará a previsão actualizada a longo prazo dos encargos com prestações sociais diferidas, de contribuições das entidades empregadoras e de quotizações dos profissionais, tendo presente a adequação prevista no disposto no artigo 4º, do presente capítulo.

## TÍTULO OITAVO – ORGANIZAÇÃO.



## CAPÍTULO ÚNICO – ORGANIZAÇÃO.

### ARTIGO PRIMEIRO – ESTRUTURA ORGÂNICA.

1 – A estrutura orgânica do regime da segurança social compreende os órgãos de soberania sociais e as instituições da segurança social que são pessoas colectivas de direito público, integrados na administração indirecta do estado.

2 – Os órgãos de soberania sociais e as instituições da segurança social referidos no número anterior, podem ter âmbito nacional, regional, concelhio ou municipal nos termos da CONSTITUIÇÃO MONÁRQUICA PORTUGUESA, tendo presente a redução das assimetrias geográficas nos serviços prestados e equipamentos sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS.

1 – A participação no processo de definição das directrizes, dos objectos e das prioridades do regime da segurança social, é assegurado pelo real conselho superior social português nos termos da orgânica do poder social prevista no livro décimo primeiro, da parte segunda, da matéria primeira, do presente código.

### ARTIGO TERCEIRO – PARTICIPAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL.

1 – A lei define as formas de participação nas instituições da segurança social das associações patronais e dos profissionais, bem como de outras entidades interessadas no funcionamento do regime da segurança social.

### ARTIGO QUARTO – PARAÍSO FISCAL.

1 – Tendo presente que a lei portuguesa é só uma em todo o espaço territorial português a cumprir por igual por todos os cidadãos, órgãos de soberania, empresas e instituições, públicas e privadas, portuguesas, imperiais portuguesas e internacionais, estão proibidos quaisquer géneros de benefícios, proveitos ou isenções fiscais relativos ao exercício de qualquer actividade económica.

### ARTIGO QUINTO – SISTEMA DE INFORMAÇÃO.

1 – A gestão do regime da segurança social apoia-se num sistema de informação de âmbito nacional com os seguintes objectivos:

- a) Garantir que as prestações sociais sejam atempadamente concedidas aos destinatários, evitando a descontinuidade de rendimentos;

- b) Assegurar a eficácia de cobrança das contribuições e das quotizações e do combate à fraude e à evasão contributiva, bem como evitar o pagamento indevido de prestações sociais;
- c) Organizar bases de dados nacionais, que tendo como elemento estruturante a identificação, integram os elementos de informação sobre pessoas singulares e colectivas que sejam considerados relevantes para a realização dos objectivos do regime da segurança social e proporcionam o efectuar do tratamento automatizado de dados pessoais essenciais à prossecução dos mesmos objectivos, com respeito pela legislação relativa à constituição e gestão de bases de dados pessoais;
- d) Desenvolver no quadro dos objectivos de informação, os procedimentos e meios que permitam a troca e o acesso à informação em suporte electrónico às pessoas em geral e às entidades empregadoras, bem como às demais entidades da administração pública, de modo a promover a desburocratização e a aceleração dos processos de decisão.

2 – O regime da segurança social promoverá sempre que exigido a articulação das bases de dados de diferentes áreas interdepartamentais, tendo presente simplificar o relacionamento das pessoas singulares e colectivas com a administração pública e melhorar a sua eficácia.

#### ARTIGO SEXTO – IDENTIFICAÇÃO.

1 – Estão sujeitas a identificação no sistema de informação, as pessoas singulares e colectivas que se relacionem com o regime da segurança social no quadro da realização dos seus objectivos.

2 – Para efeitos do número anterior, é criado um sistema de identificação nacional único.

3 – A declaração de início de actividade para efeitos fiscais será oficiosamente comunicada ao regime da segurança social.

#### TÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.

##### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ACTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO.

1 – A regulamentação da presente lei, actualiza os direitos adquiridos, os prazos de garantia vencidos e os quantitativos de pensões que resultem de remunerações registadas na vigência da legislação anterior, sem o direito à concessão de retroactivos.

## ARTIGO SEGUNDO – REGIME TRANSITÓRIO DE CÁLCULO DAS PENSÕES.

1 – No cálculo das pensões e com respeito pelo princípio da proporcionalidade, releva-se os períodos de carreira contributiva cumpridos ao abrigo da legislação anterior, bem como as normas de determinação das pensões então vigentes, sempre que aplicáveis nos termos do presente código à situação do beneficiário.

## ARTIGO TERCEIRO – INTEGRAÇÃO NO SISTEMA PREVIDENCIAL.

1 – A lei define os termos em que se efectiva a integração no subsistema previdencial dos profissionais e das respectivas entidades empregadoras por aquele parcialmente abrangidos.

## ARTIGO QUARTO – LIQUIDAÇÃO DO SISTEMA COMPLEMENTAR.

1 – Nos termos da lei, o sistema complementar da segurança social que inclui o regime público de capitalização e os regimes complementares de iniciativa colectiva e individual, será apurado, liquidado e distribuído proporcionalmente pelos seus beneficiários, de modo à sua extinção.

## ARTIGO QUINTO – SEGURO SOCIAL VOLUNTÁRIO.

1 – O regime social voluntário que consubstancia o regime de protecção social de âmbito pessoal obrigatório e que se extingue com a entrada em vigor do presente código, deve ser adequado ao quadro legal, sendo integrando nos regimes contributivos da segurança social ou designadamente apurado, liquidado e distribuído proporcionalmente aos seus beneficiários.

## ARTIGO SEXTO – REGIMES ESPECIAIS.

1 – Os regimes especiais vigentes à data de entrada em vigor do presente código vão ser actualizados, incluindo as disposições sobre o seu funcionamento aos grupos profissionais pelos mesmos abrangidos, com respeito pelos direitos adquiridos e em formação.

## ARTIGO SÉTIMO – TRANSFERÊNCIA DA FUNÇÃO PÚBLICA.

1 – Os regimes de protecção social dos profissionais da função pública, vão ser transferidos para o regime da segurança social obrigatório quanto ao âmbito material, normas de formação de direitos e atribuição das prestações sociais.

#### ARTIGO OITAVO – REGIMES DE PRESTAÇÕES COMPLEMENTARES.

1 – Os regimes de prestações complementares instituídas anteriormente à entrada em vigor do presente código, serão adaptados à legislação reguladora dos regimes contributivos obrigatórios, com respeito pelos direitos adquiridos e em formação.

#### ARTIGO NONO – TRANSFERÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA.

1 – As instituições de previdência da segurança social, nomeadamente os meios materiais, técnicos e tecnológicos, serão transferidos no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, para os órgãos de soberania sociais nos termos definidos no presente código e na legislação deste decorrente com as necessárias adaptações.

#### ARTIGO DÉCIMO – TRANSFERÊNCIA DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA.

1 – Os profissionais que tenham optado pelo regime jurídico das caixas de previdência, vão ser transferidos para o regime de protecção social obrigatório, com respeito pelos direitos adquiridos e em formação.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CASAS DO POVO.

1 – As casas do povo que a qualquer título exerçam funções no domínio dos regimes de protecção social, nomeadamente os meios materiais, técnicos e tecnológicos, serão transferidas no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, para os órgãos de soberania sociais.

### CAPÍTULO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

#### ARTIGO ÚNICO – PROTECÇÃO NOS ACIDENTES LABORAIS E NAS DOENÇAS PROFISSIONAIS.

1 – A lei estabelece o regime jurídico de protecção obrigatória em casos de acidentes laborais e de doenças profissionais nos termos do disposto nos títulos quinto e sexto, do livro décimo quinto, do presente código.

2 – Nos termos do número anterior, o regime jurídico de protecção obrigatória consagra uma eficaz e coerente articulação com o regime da segurança social e com as entidades da saúde, designadamente no que respeita à melhoria de acesso legal das prestações sociais, à tabela nacional das incapacidades, à prevenção da sinistralidade laboral e das doenças profissionais, à determinação da actualização das prestações sociais e à assistência adequada aos sinistrados e doentes, com o objectivo de promover a sua reabilitação e reinserção laboral e social.

## LIVRO DÉCIMO QUARTO – CÓDIGO DOS REGIMES CONTRIBUTIVOS DA SEGURANÇA SOCIAL.

### TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DE APLICAÇÃO.

1 – O presente livro regula os regimes abrangidos pela segurança social aplicáveis aos profissionais por conta de outrem ou em situação legalmente equiparada para efeitos da segurança social e aos profissionais independentes.

##### ARTIGO SEGUNDO – OBJECTO.

1 – O presente livro define o âmbito pessoal, o âmbito material, a relação jurídica da vinculação e a relação jurídica contributiva dos regimes a que se refere o artigo anterior, regulando igualmente o respectivo quadro sancionatório.

##### ARTIGO TERCEIRO – DIREITO SUBSIDIÁRIO.

1 – São subsidiariamente aplicáveis:

- a) Quanto à relação jurídica contributiva, a lei geral social, nos termos do disposto no livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código;
- b) Quanto à responsabilidade civil, o código civil;
- c) Quanto à matéria procedimental, o código de procedimento e de processo social, nos termos do disposto no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código;



- d) Quanto à matéria substantiva penal ou contra-ordenacional, o regime geral das infracções sociais, nos termos do disposto no livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

#### ARTIGO QUARTO – QUADRO LEGAL DE REFERÊNCIA.

1 – O regime aplicável à totalidade dos profissionais por conta de outrem designa-se nos termos do presente livro por regime geral.

#### ARTIGO QUINTO – REGIME GERAL DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM.

1 – O regime geral dos profissionais por conta de outrem compreende:

- a) O regime aplicável à totalidade dos profissionais por conta de outrem;
- b) O regime aplicável aos profissionais integrados em categorias ou situações específicas;
- c) O regime aplicável às situações equiparadas a profissionais por conta de outrem.

#### CAPÍTULO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES COMUNS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – RELAÇÃO JURÍDICA DE VINCULAÇÃO.

1 – A relação jurídica de vinculação é a ligação estabelecida entre as pessoas singulares ou colectivas e o regime da segurança social.

2 – A vinculação ao regime da segurança social efectiva-se mediante a inscrição na matriz social competente da área de localização da residência ou da sede ou instalação.

3 – A inscrição pressupõe a identificação do interessado no regime da segurança social, mediante um número de identificação na segurança social.

##### ARTIGO SEGUNDO – OBJECTO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE VINCULAÇÃO.

1 – A relação jurídica de vinculação tem por objecto a determinação dos titulares do direito à protecção social do regime da segurança social, bem como dos sujeitos das obrigações sociais.

##### ARTIGO TERCEIRO – INSCRIÇÃO.

1 – A inscrição é o acto administrativo pelo qual se efectiva a vinculação ao regime da segurança social.

2 – A inscrição confere:

- a) A qualidade de beneficiário às pessoas singulares que preencham as condições de enquadramento no âmbito pessoal de um dos regimes contributivos de protecção abrangidos pelo regime da segurança social;
- b) A qualidade de contribuinte às pessoas singulares ou colectivas que sejam entidades empregadoras.

3 – A inscrição dos beneficiários é obrigatória e vitalícia permanecendo independente dos regimes em cujo âmbito o cidadão se enquadre.

4 – A inscrição das entidades empregadoras é obrigatória, única e definitiva, bem como dos empresários em nome individual.

#### ARTIGO QUARTO – ENQUADRAMENTO.

1 – O enquadramento é o acto administrativo pelo qual a matriz social competente reconhece numa situação de facto, a existência dos requisitos materiais legalmente definidos para ser abrangido por o regime da segurança social.

2 – Sempre que ocorra em relação à mesma pessoa mais de um enquadramento, estes são efectuados por referência ao número de identificação da segurança social.

#### ARTIGO QUINTO – RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA.

1 – A relação jurídica contributiva consubstancia-se no vínculo de natureza obrigacional que relaciona ao regime da segurança social:

- a) Os profissionais e as respectivas entidades empregadoras;
- b) Os profissionais independentes e sempre que aplicável as pessoas singulares ou colectivas com actividade empresarial que com estes contratem.

2 – A relação jurídica contributiva mantém mesmo nos casos em que normas especiais determinem a dispensa temporária, total ou parcial ou a redução do pagamento de contribuições.

#### ARTIGO SEXTO – OBJECTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – A obrigação contributiva tem por objecto o pagamento regular de contribuições e de quotizações por parte das pessoas singulares e colectivas que se relacionem com o regime da segurança social.

2 – As contribuições são da responsabilidade das entidades empregadoras, dos profissionais independentes e das entidades contratantes, consoante os casos e as quotizações são da responsabilidade dos profissionais nos termos previstos no presente livro.

3 – As contribuições e as quotizações destinam-se ao financiamento do regime da segurança social, que tem por base uma relação sinalagmática directa entre a obrigação legal e o direito às prestações.

#### ARTIGO SÉTIMO – CONCEITO DE CONTRIBUIÇÕES E DE QUOTIZAÇÕES.

1 – As contribuições e as quotizações são prestações pecuniárias, destinadas à efectivação do direito ao regime da segurança social.

#### ARTIGO OITAVO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES.

1 – O montante das contribuições e das quotizações é determinado pela aplicação da taxa contributiva às remunerações que constituam base de incidência contributiva nos termos previstos no presente livro.

#### ARTIGO NONO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA.

1 – Considera-se base de incidência contributiva, o montante das remunerações reais ou convencionais, sobre as quais incidem as taxas contributivas nos termos consignados pelo presente livro, para efeitos do apuramento do montante das contribuições e das quotizações.

#### ARTIGO DÉCIMO – TAXA CONTRIBUTIVA.

1 – A taxa contributiva representa um valor em percentagem determinado actuarialmente em função do custo de protecção das eventualidades previstas no presente livro, sendo afectada à cobertura das diferentes eventualidades e às directrizes activas de emprego e valorização profissional e empresarial nos termos previstos no presente livro.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REGISTO DE REMUNERAÇÕES.

1 – A matriz social competente procede ao registo das remunerações sobre as quais incidem as contribuições e as quotizações, bem como dos respectivos períodos contributivos.

2 – O registo referido no número anterior, constitui a carreira contributiva dos beneficiários, relevante para efeitos da atribuição das prestações sociais.

3 – O registo de remunerações pode efectuar-se por equivalência à entrada de contribuições nos termos legalmente previstos.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSO À PROTECÇÃO SOCIAL.

1 – São condições gerais de acesso à protecção social garantida pelos regimes contributivos do regime da segurança social, a inscrição e o cumprimento das obrigações contributivas dos profissionais, sempre que for o caso e das entidades empregadoras.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção social conferida pelos regimes contributivos do regime da segurança social é a prevista no livro anterior, do presente código.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – GESTÃO DO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA.

1 – A gestão do processo de arrecadação e cobrança das contribuições, das quotizações e juros de mora, compete aos órgãos de soberania sociais nos termos das respectivas competências.

## ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CUMPRIMENTO DO DEVER.

1 – O pagamento de coima relativo a condenação pela prática de contra-ordenação que consista na violação por acção ou omissão de um dever não dispensa o infractor do cumprimento do dever violado.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITO À INFORMAÇÃO.

1 – Os órgãos de soberania sociais disponibilizam designadamente no sítio da internet dos órgãos de soberania sociais a cada beneficiário, informação de que conste, relativamente a cada ano e em relação a cada mês:

- a) O número de dias de exercício profissional ou situação equivalente e as respectivas remunerações registadas;
- b) O número de dias correspondentes às remunerações registadas por equivalência à entrada de contribuições.

2 – O beneficiário ou terceiro interessado pode apresentar reclamação do registo dos elementos constantes do número anterior, nos termos do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

3 – Os órgãos de soberania sociais disponibilizam ainda designadamente no sítio da internet dos órgãos de soberania sociais, a cada contribuinte informação sobre a sua situação contributiva.

## ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – NOTIFICAÇÕES ELECTRÓNICAS.

1 – São obrigados a aderir ao sistema de notificações electrónicas da segurança social, sempre que não aderirem ao serviço público de notificações electrónicas associado à morada única digital:

- a) As entidades empregadoras;
- b) As entidades contratantes;
- c) Os profissionais independentes que se encontrem sujeitos ao cumprimento da obrigação contributiva.

2 – O regime da obrigação prevista no número anterior, bem como o regime das notificações e citações efectuadas através da plataforma informática disponibilizada pelo sítio electrónico da segurança social previsto no presente artigo, é regulamentado por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e social.

## **TÍTULO SEGUNDO – REGIME GERAL DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM.**

### **CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DE APLICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ABRANGIDOS.**

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem com carácter de obrigatoriedade, os profissionais que exercem actividade profissional remunerada ao abrigo de contrato laboral nos termos do disposto no REAL CÓDIGO LABORAL, nomeadamente os profissionais dos órgãos de soberania, empresas e instituições estatais.

2 – São ainda abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, as pessoas singulares que em função das características específicas da actividade exercida, sejam nos termos do presente livro, consideradas em situação equiparada às dos profissionais por conta de outrem para efeitos da relação jurídica da segurança social.

#### **ARTIGO SEGUNDO – PROFISSIONAIS ESPECIALMENTE ABRANGIDOS.**

1 – Consideram-se em especial abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, previsto no presente título:

- a) Os profissionais destacados, sem prejuízo do disposto no capítulo nono, do presente título e em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado;
- b) Os profissionais que exercem a respectiva actividade profissional em estabelecimentos de turismo rural, turismo de habitação e agroturismo;



- c) Os profissionais que prestem serviços laborais de limpeza, manutenção, reparação, conservação e restauro em casa ou em quaisquer habitações;
- d) Os profissionais de exercício laboral temporário.

### ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES EMPREGADORAS.

1 – As pessoas singulares ou colectivas que tenham sede, direcção efectiva, domicílio profissional ou residência no espaço territorial português continental e arquipélagos da madeira e dos açores, que beneficiem da actividade dos profissionais, são abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, na qualidade de entidades empregadoras, independentemente da sua natureza e dos objectivos que prossigam, nomeadamente as entidades empregadoras dos profissionais temporários.

2 – Os objectivos não lucrativos das pessoas singulares ou colectivas referidas no número anterior, qualquer que seja a sua natureza jurídica, não as exclui do âmbito da aplicação do presente livro.

### ARTIGO QUARTO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção social conferida pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem integra a protecção nas eventualidades da doença, maternidade, paternidade e adopção, acidentes laborais, doenças profissionais, invalidez, aposentação e falecimento, de acordo com o especificamente regulado para cada uma eventualidade.

## CAPÍTULO SEGUNDO – PROCESSO DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS.

### ARTIGO PRIMEIRO – INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS.

1 – Ficam obrigados a promover a respectiva inscrição no regime da segurança social, independentemente da sua natureza e dos objectos que prossigam, as pessoas singulares e colectivas, que beneficiem de actividade profissional de terceiros, prestada em regime de exercício subordinado ou em situação legalmente equiparada para efeitos da segurança social.

2 – Para efeitos do número anterior, são abrangidos pelo presente livro na qualidade de entidades empregadoras, as entidades que por lei lhes sejam equiparadas.

3 – A obrigação referida no presente artigo, aplica-se às entidades empregadoras dos profissionais do serviço doméstico nos termos que vierem a ser regulamentados.

### ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE INSCRIÇÃO.

1 – A inscrição é o acto administrativo mediante o qual se efectiva a vinculação ao regime da segurança social das entidades empregadoras, conferindo-lhes a qualidade de contribuinte.

### ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA PARA A INSCRIÇÃO.

1 – São competentes para proceder à inscrição das entidades empregadoras como contribuintes, as matrizes sociais em cujo âmbito geográfico se localiza a sede ou o domicílio profissional das referidas entidades empregadoras.

### ARTIGO QUARTO – ELEMENTOS ESSENCIAIS DA INSCRIÇÃO.

1 – Constituem elementos indispensáveis à inscrição das entidades empregadoras como contribuintes:

- a) Nome, firma e natureza jurídica;
- b) A declaração de início de actividade económica;
- c) Identificação dos responsáveis pela administração ou gerência.

2 – No caso de a entidade empregadora ser uma pessoa singular que contrate profissionais dos serviços domésticos, constituem elementos indispensáveis à inscrição como contribuintes os seguintes elementos:

- a) Data de nascimento;
- b) Naturalidade;
- c) Nacionalidade;
- d) Sexo;
- e) Estado civil;
- f) Número de documento de identificação civil.

3 – Os elementos referentes à inscrição das entidades empregadoras são registados no sistema de informação de âmbito nacional da segurança social, tendo presente a realização dos objectivos do regime da segurança social.

### ARTIGO QUINTO – IDENTIFICAÇÃO.

1 – Para efeitos do disposto no artigo anterior, é utilizado formulário de modelo próprio, a apresentar pelas entidades empregadoras, acompanhado dos elementos de prova neste exigidos, integrando aquele obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Nome, firma e natureza jurídica;
- b) Número de identificação fiscal;
- c) Sede, direcção efectiva, domicílio profissional ou residência, denominação e localização dos estabelecimentos e locais de exercício económico, indicação da classificação da actividade da sede e dos estabelecimentos e endereço para correspondência;
- d) Identificação dos responsáveis pela administração ou gerência.

2 – No caso de pessoas colectivas e entidades equiparadas, é ainda obrigatório a referência ao quotidiano monárquico em que conste a sua constituição ou a entrega de fotocópias do título constitutivo.

#### ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA.

1 – A data de início da actividade económica declarada para efeitos fiscais, deve ser comunicada oficiosamente pelos competentes serviços da administração tributária às matrizes sociais nos termos em que vierem a ser estabelecidos por portaria conjunta das áreas presidenciais fiscal e social.

2 – Nos casos em que a comunicação da declaração de início de actividade económica não tenha origem nos termos referidos no número anterior, compete às matrizes sociais a obtenção dos elementos necessários, sem prejuízo do dever de participação e colaboração das entidades empregadoras.

3 – A data de início de actividade económica comunicada nos termos do número 1, constitui para efeitos do presente livro, presunção ilidível, mediante a apresentação de prova em contrário.

#### ARTIGO SÉTIMO – PRAZO PARA A IDENTIFICAÇÃO.

1 – As entidades empregadoras são obrigadas a proceder à respectiva identificação perante o regime da segurança social, no prazo de 10 dias, a contar da data em que se verificar o início da actividade económica, salvo o disposto no número seguinte.

2 – Nas situações respeitantes a pessoas colectivas e entidades equiparadas, devem ser recebidos os formulários de identificação que não se façam acompanhar de cópia dos documentos nestes exigidos, notificando porém as entidades empregadoras para os apresentarem no prazo máximo de 10 dias a contar da data de inscrição no registo nacional de pessoas colectivas, sempre que esta seja legalmente exigida.

#### ARTIGO OITAVO – OUTRAS OBRIGAÇÕES.

1 – As entidades empregadoras devem comunicar, por qualquer meio escrito, à matriz social onde se localiza a respectiva sede ou domicílio profissional:

- a) A alteração de quaisquer dos elementos relativos à identificação;
- b) A cessação da actividade económica;
- c) A cessação do exercício de actividade de qualquer profissional ao seu serviço.

2 – A prova correspondente à cessação do exercício de actividade económica referida na alínea b) do número anterior, é efectuada mediante documento fiscal, aplicando-se com as devidas adaptações, o disposto no artigo 6º, do presente capítulo.

3 – As comunicações previstas nas alíneas do número 1, são apresentadas no prazo de 10 dias, a contar da data de verificação dos factos que lhes tenham dado origem.

## CAPÍTULO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

### ARTIGO PRIMEIRO – ELEMENTOS DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – A declaração de remunerações obedece a modelo próprio e é preenchida de acordo com as normas estabelecidas para o efeito, sendo nomeadamente obrigatório a identificação do contribuinte, mediante o número de identificação fiscal e do número de identificação da segurança social, bem como a inclusão expressa da totalidade dos profissionais ao seu serviço devidamente identificados.

2 – A apresentação da declaração de remunerações é obrigatória e incumbe às entidades empregadoras contribuintes, no prazo e nos termos estabelecidos na respectiva legislação.

### ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – Constituem elementos essenciais da declaração de remunerações para efeitos de apuramento do montante de contribuições a pagar, o valor da remuneração, os tempos de exercício laboral que lhes correspondam, a taxa contributiva aplicável e o montante das contribuições correspondentes às remunerações declaradas.

### ARTIGO TERCEIRO – SUPORTES DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – A declaração de remunerações a que as entidades empregadoras contribuintes estão obrigados é efectuada:

- a) Em suporte informático, nos termos estabelecidos por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e social;
- b) Em suporte de papel, mediante formulário de modelo próprio, aprovado por portaria da área presidencial social, adquirido nos serviços das matrizes sociais.

### ARTIGO QUARTO – LOCAL DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE INFORMÁTICO.

1 – A declaração de remunerações em suporte informático deve ser enviada para o endereço electrónico da matriz social competente da área de localização da entidade empregadora contribuinte.

## ARTIGO QUINTO – LOCAL DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE DE PAPEL.

1 – A declaração de remunerações em suporte de papel é entregue na matriz social competente da área de localização da entidade empregadora contribuinte.

2 – A declaração de remunerações pode ainda ser remetida por correio à matriz social competente da área de localização da entidade empregadora contribuinte ou para o endereço postal que para esse efeito venha a ser criado.

## ARTIGO SEXTO – VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – As matrizes sociais competentes procedem à verificação dos elementos constantes das declarações de remunerações, bem como à verificação do cálculo do montante da totalidade das contribuições que lhes correspondam, tendo presente a respectiva validação.

2 – As matrizes sociais competentes podem exigir a confirmação dos elementos que lhes suscitem dúvidas, solicitando para o efeito provas adicionais das declarações prestadas, nomeadamente nos casos em que por referência a qualquer profissional, se verifiquem variações não justificadas no montante das remunerações declaradas, devendo assegurar-se da sua veracidade, designadamente mediante declarações para efeitos fiscais.

3 – Às situações previstas no número anterior, aplica-se com as devidas adaptações o disposto no artigo 6º, do capítulo anterior.

## CAPÍTULO QUARTO – INSCRIÇÃO. ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO.

1 – O presente capítulo define os procedimentos, os elementos e os meios de prova necessários à inscrição, ao enquadramento e ao cumprimento das obrigações dos profissionais por conta de outrem, previstas no presente título.

## ARTIGO SEGUNDO – ELEMENTOS E MEIOS DE PROVA NECESSÁRIOS À DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM NO REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL.



1 – Os elementos necessários à declaração de inscrição dos profissionais por conta de outrem são designadamente os seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Data de nascimento;
- c) Naturalidade;
- d) Nacionalidade;
- e) Sexo;
- f) Estado civil;
- g) Residência;
- h) Número de identificação da segurança social, sempre que já identificado no regime da segurança social;
- i) Número dos documentos de identificação civil e fiscal.

2 – Para efeitos de instrução do processo de inscrição devem os serviços competentes das matrizes sociais fotocopiarem os documentos de identificação civil e fiscal.

#### ARTIGO TERCEIRO – ELEMENTOS NECESSÁRIOS AO ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM.

1 – Para efeitos do disposto no artigo 4º, do capítulo segundo, do presente título, são ainda necessários ao enquadramento dos profissionais por conta de outrem no regime geral da segurança social, os seguintes elementos:

- a) Data da produção de efeitos do contrato laboral;
- b) Modalidade de contrato laboral;
- c) Duração dos contratos a termo certo e de muita curta duração;
- d) Remuneração base;
- e) Local de exercício de actividade laboral.

2 – Na comunicação de admissão dos profissionais por conta de outrem devem ainda ser incluídos os seguintes elementos referentes à entidade empregadora:

- a) Nome e residência ou firma e sede, consoante os casos;
- b) Número de identificação da segurança social;
- c) Número de identificação fiscal.

#### ARTIGO QUARTO – ELEMENTOS ADICIONAIS AO ENQUADRAMENTO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO DOMÉSTICO.

1 – Para efeitos do disposto nos artigos 17º e 18º, do capítulo oitavo, do presente título, a entidade empregadora de profissional do serviço doméstico, deve declarar junto da matriz social competente da sua área de residência, em formulário de modelo próprio:

- a) Que o profissional exercer com carácter de regularidade e sob a sua direcção e autoridade, mediante retribuição, a profissão de serviço doméstico;
- b) A inexistência das situações determinantes da exclusão de enquadramento do profissional.

## CAPÍTULO QUINTO – RELAÇÃO JURÍDICA DE VINCULAÇÃO.

### ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DA ADMISSÃO DE PROFISSIONAIS.

1 – A admissão dos profissionais é obrigatoriamente comunicada pelas entidades empregadoras à matriz social competente da sua área de localização, no sítio da internet da matriz social competente, com excepção dos profissionais especialmente abrangidos constantes da alínea c) do número 1 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, em que aquela pode ser efectuada por modelo oficial da matriz social competente.

2 – A comunicação referida no número anterior é efectuada:

- a) Nas 24 horas anteriores ao início da produção dos efeitos do contrato laboral;
- b) Nas 24 horas seguintes ao início da actividade profissional, sempre que por razões excepcionais e devidamente fundamentadas, relacionadas à celebração do contrato laboral de curta duração ou à prestação de exercício profissional por turnos, a comunicação não pode ser efectuada no prazo previsto na alínea anterior.

3 – Com a comunicação a entidade empregadora declara à matriz social competente se o houver, se o contrato laboral é a termo resolutivo ou sem termo e os demais elementos necessários ao enquadramento do profissional.

4 – Sem prejuízo do número 6, na falta de cumprimento da obrigação prevista no número 1, presume-se que o profissional iniciou a prestação do exercício profissional ao serviço da entidade empregadora faltosa no primeiro dia em que exista uma prova da relação laboral entre o profissional e a entidade empregadora faltosa, nomeadamente o profissional tenha deixado de usufruir quaisquer rendimentos para a sua subsistência.

5 – Na falta de comunicação de admissão do profissional no caso de o mesmo se encontrar a receber prestações sociais, presume-se que a prestação do exercício profissional teve início na data em que começaram a ser concedidas as prestações sociais, sendo a entidade empregadora solidariamente responsável pela devolução da totalidade dos montantes indevidamente recebidos pelo profissional.

6 – A presunção referida no número anterior, é ilidível por prova de que resulte a data em que teve efectivamente início a prestação do exercício laboral.

### ARTIGO SEGUNDO – INSCRIÇÃO DOS PROFISSIONAIS.

1 – Após o cumprimento pelas entidades empregadoras do disposto no artigo anterior, o órgão de soberania social competente procede à inscrição dos profissionais que não se encontrem inscritos.

2 – A inscrição reporta-se à data do início do exercício da actividade profissional.

### ARTIGO TERCEIRO – ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS.

1 – Após o cumprimento pelas entidades empregadoras do disposto no artigo 1º, do presente capítulo, a matriz social competente procede ao enquadramento dos profissionais.

2 – O enquadramento reporta-se à data do início do exercício da actividade profissional.

3 – É nulo o enquadramento de profissionais que tenha resultado de falsas declarações prestadas pelo contribuinte ou pela entidade empregadora, por não ser verdadeira a relação laboral comunicada.

4 – Nos termos do número anterior, constitui crime a falsidade da relação laboral comunicada por parte do profissional e da entidade empregadora.

### ARTIGO QUARTO – CESSAÇÃO, SUSPENSÃO E ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DO CONTRATO LABORAL.

1 – A entidade empregadora é obrigada a declarar no prazo de 10 dias à matriz social competente a cessação ou suspensão do contrato laboral e o motivo que lhe deu causa, bem como a alteração da modalidade do contrato laboral.

2 – As comunicações previstas no número anterior, consideram-se cumpridas sempre que sejam do conhecimento oficioso do regime da segurança social.

3 – Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, enquanto não for cumprido as normas do número anterior, presume-se a existência da relação laboral, mantendo-se a obrigação contributiva.

### ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL.

1 – Os profissionais abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, estão obrigados a declarar no prazo de 10 dias à matriz social competente o início da actividade profissional ou a sua vinculação a nova entidade empregadora e a duração do contrato laboral.

2 – A declaração referida no número anterior, determina para efeitos de acesso ou de cálculo das prestações sociais, a relevância dos períodos de actividade profissional não declarados que sejam anteriores ao período de tempo previsto no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo, sempre que se verifique que:

- a) Não tenha sido efectuada a comunicação prevista no artigo 1º, do presente capítulo;
- b) Não tenha dado entrada a correspondente declaração de remunerações.

## ARTIGO SEXTO – EFECTIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS.

1 – A inscrição das pessoas colectiva é efectuada oficiosamente na data da sua constituição, independentemente da forma de constituição.

2 – O disposto no número anterior, aplica-se ainda à criação de representações permanentes no espaço territorial português das entidades económicas externas.

3 – A inscrição das pessoas colectivas e de representações permanentes de entidades económicas externas que não seja efectuada nos termos do número 1, que beneficiem da actividade profissional de terceiros, prestada em regime de contrato laboral, é efectuada oficiosamente na data da participação do início de actividade económica.

4 – As pessoas singulares que no exercício da sua actividade económica, beneficiem de actividade profissional de terceiros, prestada em regime de contrato laboral, estão obrigados nos termos do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, a cessar a actividade de empresários em nome individual e a constituir-se como pessoa colectiva antes da realização do contrato laboral, sendo aplicável o disposto no número 1.

## ARTIGO SÉTIMO – PRODUÇÃO DE EFEITOS DA INSCRIÇÃO.

1 – Os efeitos da inscrição reportam-se nas situações previstas nos números do artigo anterior, à data do início da actividade profissional declarada para efeitos fiscais.

2 – A data referida no número anterior, é ilidível mediante a apresentação de prova documental em contrário.

## ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS.

1 – As entidades empregadoras devem comunicar no prazo de 10 dias à matriz social competente da área de localização da sua sede ou instalação, a alteração de quaisquer elementos relativos à sua identificação, incluindo os relativos aos estabelecimentos, bem como o início, a suspensão ou a cessação da actividade económica.

2 – As comunicações previstas no número anterior, consideram-se cumpridas perante os órgãos de soberania sociais, sempre que sejam efectuadas à administração fiscal ou possam ser oficiosamente obtidas nos termos legalmente previstos.

3 – Sempre que os elementos referidos no número 1, não possam ser obtidos oficiosamente ou suscitem dúvidas, são as entidades empregadoras notificadas para que no prazo de 10 dias, os apresentem ao órgão de soberania social competente.

## CAPÍTULO SEXTO – RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA.

### ARTIGO PRIMEIRO – FACTO CONSTITUTIVO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – A obrigação contributiva constitui-se com o início do exercício da actividade económica pelos profissionais ao serviço das entidades empregadoras.

### ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – A obrigação contributiva compreende a declaração dos tempos de exercício laboral, das remunerações devidas aos profissionais e o pagamento das contribuições e das quotizações.

2 – A obrigação contributiva vence-se no último dia de cada mês do calendário.

### ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES CONTRIBUENTES.

1 – As entidades empregadoras para efeitos do regime da segurança social, são consideradas entidades contribuintes.

### ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – As entidades contribuintes são obrigadas a declarar aos órgãos de soberania sociais, em relação a cada um dos profissionais ao seu serviço, o valor da remuneração que constitui a base de incidência contributiva, os tempos de exercício laboral que lhes corresponde, a profissão exercida e a taxa contributiva aplicável.

2 – A declaração prevista no número anterior, deve ser efectuada até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeitem as contribuições e as quotizações.

3 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a falta ou a insuficiência das declarações previstas nos números anteriores, podem ser supridas ou corrigidas oficiosamente pela matriz social competente, designadamente por recurso aos dados de que disponha no seu sistema de informação, no sistema de informação tributário ou decorrentes de acções de fiscalização.

4 – O suprimimento oficioso das declarações previstas nos números anteriores, é notificado à entidade contribuinte nos termos do disposto no livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

5 – A não inclusão de profissionais na declaração de remunerações constitui crime.



## ARTIGO QUINTO – SUPORTE DAS DECLARAÇÕES.

1 – A declaração prevista no artigo anterior, é apresentada por transmissão electrónica de dados, mediante o sítio na internet da matriz social competente da área de localização da sede ou do estabelecimento.

2 – No caso de impossibilidade de envio da declaração nos termos do número anterior, a mesma será processada e entregue em suporte de papel nos termos definidos por portaria da área presidencial social.

## ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADE PELO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – As entidades contribuintes são responsáveis pelo pagamento das contribuições e das quotizações dos profissionais ao seu serviço.

2 – As entidades contribuintes descontam nas remunerações dos profissionais ao seu serviço o valor das quotizações por estes devidas e remetem-nas juntamente com a sua própria contribuição à matriz social competente da área de localização da sede ou do estabelecimento.

## ARTIGO SÉTIMO – PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES.

1 – O pagamento das contribuições e das quotizações é mensal e é efectuado até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que as contribuições e as quotizações respeitem.

## CAPÍTULO SÉTIMO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA.

### ARTIGO PRIMEIRO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA.

1 – Para a determinação do montante das contribuições das entidades empregadoras e das quotizações dos profissionais, considera-se base de incidência contributiva a remuneração ilíquida devida em função do exercício da actividade profissional ou decorrentes da cessação do contrato laboral nos termos do presente livro.

2 – Com excepção dos profissionais que acumulem rendimentos profissionais com a pensão de aposentação nos termos do disposto no artigo 8º, do presente capítulo, em caso algum a remuneração ilíquida sobre que incide as contribuições e as quotizações poderá ser inferior ao limite mínimo do salário mínimo nacional, pelo que sendo uma actividade temporária ou em regime de contrato laboral de muito curta duração, constitui base de incidência contributiva a remuneração calculada com base no número de horas ou de dias determinados de exercício profissional prestado, proporcional ao valor do salário mínimo nacional.

## **ARTIGO SEGUNDO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS ESTUDANTES EM FÉRIAS ESCOLARES.**

1 – Constitui base de incidência contributiva dos estudantes em férias escolares, a remuneração calculada com base no número de horas ou de dias de exercício profissional e na remuneração horária, que não pode ser inferior a 3/5 do salário mínimo nacional.

## **ARTIGO TERCEIRO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS EM REGIME INTERMITENTE.**

1 – A base de incidência correspondente à remuneração base auferida pelo profissional com contrato intermitente ou em exercício intermitente de prestação laboral no período de actividade, não pode ser inferior a 14 meses o valor do salário mínimo nacional, sem compensação retributiva nos períodos de inactividade.

## **ARTIGO QUARTO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DOMÉSTICO EM REGIME HORÁRIO E DIÁRIO.**

1 – Constitui base de incidência contributiva dos profissionais do serviço doméstico em regime de horário e diário, a remuneração calculada com base no número de horas ou de dias de exercício profissional prestados e a remuneração horária ou diária determinada nos termos do número seguinte.

2 – Para efeitos contributivos os valores da remuneração por hora e dia, são calculados sobre a importância que constitui a base de incidência, nunca inferior à proporção equivalente ao valor da hora ou do dia do salário mínimo nacional.

3 – Para determinação das contribuições devidas por pessoas singulares, por exercício profissional prestado por profissionais não contratados no mês, em regime parcial ou completo, é considerado o valor da remuneração horária, nunca inferior à proporção equivalente ao valor da hora do salário mínimo nacional.

## **ARTIGO QUINTO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DOMÉSTICO EM REGIME DE TEMPO COMPLETO.**

1 – A base de incidência contributiva dos profissionais do serviço doméstico contratados ao mês em regime de tempo completo, corresponde ao valor da remuneração auferida pelo profissional, nunca inferior ao valor do salário mínimo nacional.

2 – Nas situações em que os profissionais com contrato mensal não prestem serviço durante todo o mês, por motivo de admissão, cessação do contrato laboral, baixa por doença ou qualquer outra causa, é considerada a remuneração correspondente ao número de dias de exercício profissional efectivamente prestado.

## **ARTIGO SEXTO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS MEMBROS DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS.**

1 – A base de incidência contributiva dos membros das instituições religiosas, em regime de tempo completo, corresponde ao valor da remuneração auferida pelo profissional, nunca inferior ao valor do salário mínimo nacional, pelo que sendo regime a tempo parcial, corresponde ao valor da remuneração auferida pelo profissional, não podendo ser inferior ao proporcional equivalente ao número de horas ou de dias do valor do salário mínimo nacional.

#### ARTIGO SÉTIMO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS EM REGIME DE ACUMULAÇÃO.

1 – A base de incidência contributiva dos profissionais que acumulem rendimentos profissionais em várias entidades empregadoras ou que acumulem rendimentos profissionais em várias entidades empregadoras com rendimentos da actividade profissional independente, é o correspondente ao valor da remuneração ilíquida dos honorários devidos ao profissional pela prestação do seu exercício profissional, não sendo em caso algum admissível que o total das remunerações auferidas nas várias entidades empregadoras, seja inferior ao montante do salário mínimo nacional.

#### ARTIGO OITAVO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS QUE ACUMULEM RENDIMENTOS PROFISSIONAIS COM A PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – A base de incidência contributiva dos profissionais que acumulem rendimentos profissionais por conta de outrem com a pensão de aposentação, é o correspondente ao valor da remuneração ilíquida devida ao profissional pela prestação do seu exercício profissional.

#### ARTIGO NONO – DELIMITAÇÃO DA BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA.

1 – Para efeitos da delimitação da base de incidência contributiva, consideram-se remunerações as prestações pecuniárias ou em espécie que nos termos do contrato laboral, das normas que o regem ou dos usos, são devidas pelas entidades empregadoras aos profissionais como contrapartida do seu exercício profissional.

2 – Integram a base de incidência contributiva, nomeadamente as seguintes prestações:

- a) A remuneração base, em dinheiro ou em espécie;
- b) As diuturnidades e outros valores estabelecidos em função da antiguidade dos profissionais ao serviço da respectiva entidade empregadora;
- c) As comissões, os bónus e as outras prestações de natureza análoga;
- d) Os prémios de rendimento, de produtividade, de assiduidade, de cobrança, de condução, de economia e outros de natureza análoga que tenham carácter de regularidade ou de permanência;

- e) A remuneração por exercício laboral nocturno;
- f) A remuneração correspondente ao período de férias a que os profissionais tenham direito;
- g) Os subsídios de natal, de férias, de páscoa e outros de natureza análoga;
- h) Os subsídios por penosidade, perigo ou outras condições especiais de prestação de exercício profissional;
- i) Os subsídios de compensação por isenção de horário laboral ou situações equiparadas;
- j) Os valores dos montantes dos subsídios de refeição no montante em que exceda diariamente em termos administrativos os 3 contos e no caso dos demais profissionais 1,5 contos;
- k) Os subsídios de residência, de renda de casa e outros de natureza análoga, quer tenham carácter de regularidade ou sejam permanentes;
- l) Os valores efectivamente devidos a título de despesas de representação, desde que se encontrem pré-determinadas e das quais não tenham sido prestadas contas até ao termo do exercício;
- m) As gratificações, sempre que atribuídas pela entidade empregadora, devidas por força de contrato laboral ou das normas que o regem, ainda que a sua atribuição esteja condicionada aos bons serviços dos profissionais, bem como as que pela sua importância e carácter regular ou permanente, devam segundo os usos considerar-se como elemento integrante da remuneração;
- n) As importâncias atribuídas a título de ajudas de custo, abonos de viagem, despesas de transporte e outras de natureza análoga;
- o) Os abonos para falhas no montante em que excedam os 25 contos por mês;
- p) Os montantes atribuídos aos profissionais a título de participação nos lucros da entidade empregadora;
- q) As despesas resultantes da utilização pessoal pelos profissionais de meio de transporte que gere encargos para a entidade empregadora nos termos do disposto no artigo seguinte;
- r) As despesas de transporte, pecuniárias ou em espécie, suportadas pela entidade empregadora, para custear as deslocações em benefício dos profissionais;
- s) As compensações por cessação do contrato laboral;
- t) Os valores despendidos obrigatória ou facultativamente pela entidade empregadora com aplicações financeiras, a favor dos profissionais, designadamente seguros de vida, fundos de pensões e planos de poupança reforma ou quaisquer regimes complementares de protecção social;
- u) As importâncias auferidas pela utilização de meio de transporte próprio em serviço da entidade empregadora;
- v) As prestações relacionadas com o desempenho obtido pela entidade empregadora, que revistam carácter regular ou permanente;
- w) O valor mensal atribuído pela entidade empregadora em valor de transportes colectivos;

- x) Os valores compensatórios pela não concessão de férias ou de dias de folga;
- y) As importâncias atribuídas a título de complemento de prestações do regime geral dos profissionais por conta de outrem;
- z) Os subsídios concedidos aos profissionais para compensação de encargos familiares, nomeadamente os relativos à frequência de creches, jardins-de-infância, estabelecimentos de educação, lares de anciãos e outros serviços ou estabelecimentos de apoio social;
- aa) Os subsídios eventuais destinados ao pagamento de despesas com assistência médica e medicamentosa dos profissionais e dos seus familiares;
- bb) O valor das refeições efectuadas pelos profissionais em refeitórios das respectivas entidades empregadoras na parte em que excedam diariamente para os administrativos os 3 contos e para os demais profissionais 1,5 contos;
- cc) As importâncias atribuídas aos profissionais a título de indemnização, por força de declaração judicial da ilicitude do despedimento;
- dd) A compensação por cessação do contrato laboral, em qualquer caso;
- ee) A indemnização paga aos profissionais pela cessação do contrato laboral, em qualquer caso;
- ff) As importâncias referentes ao desconto concedido aos profissionais na aquisição de acções da própria entidade empregadora ou de empresas do grupo empresarial da entidade empregadora.

#### ARTIGO DÉCIMO – USO PESSOAL DE MEIO DE TRANSPORTE.

1 – Para efeitos do disposto na alínea q) do número 2 do artigo anterior e sem prejuízo do disposto no número seguinte, considera-se que o meio de transporte é para uso pessoal, sempre que tal se encontre previsto por acordo escrito entre o profissional e a entidade empregadora do qual conste:

- a) A afectação em permanência ao profissional, de um meio de transporte concreto;
- b) Que os encargos com o meio de transporte e com a sua utilização, sejam integralmente suportados pela entidade empregadora;
- c) Menção expressa da possibilidade de utilização para fins pessoais ou da possibilidade de utilização durante 24 horas por dia e o profissional não se encontre sob o regime de isenção de horário laboral.

2 – Considera-se ainda que o meio de transporte é para uso pessoal, sempre que no acordo escrito seja afecto ao profissional, em permanência, meio de transporte concreto, com expressa possibilidade de utilização nos dias de descanso semanal.

3 – O valor sujeito a incidência contributiva corresponde a 2% por mês, do custo de aquisição do meio de transporte.



## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONCEITO DE REGULARIDADE.

1 – Considera-se que uma prestação reveste o carácter de regularidade, sempre que constitui direito do profissional, por se encontrar preestabelecida segundo critérios objectivos e gerais, ainda que condicionais, de modo que este possa contar com o seu recebimento e a sua concessão tenha lugar com uma frequência igual ou inferior a 4 anos.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – TAXA CONTRIBUTIVA GLOBAL.

1 – A taxa contributiva do regime geral dos profissionais por conta de outrem é determinada de forma global, de harmonia com o seu âmbito material.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VALOR DA TAXA CONTRIBUTIVA GLOBAL.

1 – A taxa contributiva global do regime geral dos profissionais por conta de outrem, corresponde ao elenco das eventualidades protegidas, sendo de 40%, competindo 20% à entidade empregadora e 20% ao profissional.

2 – Sempre que o cálculo da taxa contributiva efectuada de acordo com o disposto no número anterior, resulte um valor expresso em centavos é o mesmo arredondado para escudos.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – TAXA CONTRIBUTIVA DOS ESTUDANTES EM FÉRIAS ESCOLARES.

1 – A taxa contributiva relativa aos estudantes em período de férias escolares é de 20% suportadas pela entidade empregadora.

## CAPÍTULO OITAVO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS.

## ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO PESSOAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DAS PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS.

1 – São obrigatoriamente abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, com as especificidades previstas nos artigos seguintes, na qualidade de beneficiários, os membros estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas, ainda que sejam seus sócios e membros.

## ARTIGO SEGUNDO – CATEGORIAS DOS PROFISSIONAIS ABRANGIDOS.

1 – São designadamente membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas:

- a) Os administradores, directores e gerentes das sociedades, cooperativas, fundações e associações;
- b) Os administradores de pessoas colectivas gestoras ou administradoras de outras pessoas colectivas, sempre que contratados a título de mandato para aí exercerem funções de administração, desde que a responsabilidade pelo pagamento das respectivas remunerações seja afirmado pela entidade administrada;
- c) Os gestores de empresas ou instituições estatais ou de outras pessoas colectivas qualquer que seja o objectivo prosseguido;
- d) Os membros dos órgãos internos de fiscalização das pessoas colectivas e entidades equiparadas, qualquer que seja o objectivo prosseguido;
- e) Os membros dos demais órgãos estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas, qualquer que seja o objectivo prosseguido;
- f) As pessoas que sejam nomeadas por imperativo legal por funções a que corresponda inscrição em lista oficial, especialmente elaborada para esse efeito, identificativa das pessoas habilitadas para o exercício de tais funções, designadamente as correspondentes às funções de gestores judiciais, revisores oficiais de contas, liquidatários judiciais ou outros profissionais equiparados, desde que remunerados pela própria pessoa colectiva ou entidade equiparada para as quais prestem os serviços, bem como os advogados e solicitadores.

#### ARTIGO TERCEIRO – PESSOAS SINGULARES DAS PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS EXCLUÍDAS.

1 – São excluídas do âmbito pessoal de aplicação aos membros estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas, as pessoas singulares que independentemente da sua função na pessoa colectiva ou entidade equiparada, não recebam quaisquer remunerações pelo exercício da sua actividade profissional, desde que abrangidos por regime obrigatório de protecção social em função do exercício de outra actividade profissional em acumulação com aquela, pela qual auferam no global rendimento igual ou superior ao valor do salário mínimo nacional.

2 – Consideram-se regimes obrigatórios de protecção social para efeitos do número anterior e do artigo seguinte, o regime geral dos profissionais por conta de outrem e o regime dos profissionais independentes, bem como os regimes de protecção sociais externos relevantes para efeitos de coordenação com os regimes da segurança social portuguesa.

#### ARTIGO QUARTO – INCLUSÃO NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO COM OUTRA ACTIVIDADE OU SITUAÇÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – São ainda incluídos no âmbito de aplicação aos membros estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas, os membros de órgãos estatutários como definidos no artigo 2º, do presente capítulo, que recebam qualquer tipo de remunerações e se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Sejam abrangidos por regime obrigatório de protecção social em função do exercício de outra actividade em acumulação com aquela, pela qual auferam outros rendimentos;
- b) Sejam pensionistas de aposentação de regimes obrigatórios de protecção social, nacionais ou externos.

#### ARTIGO QUINTO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA.

1 – A base de incidência contributiva dos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas, corresponde ao valor das remunerações efectivamente auferidas em cada uma das pessoas colectivas em que exerçam actividade profissional, com o limite mínimo igual ao valor do salário mínimo nacional.

2 – O limite mínimo fixado no número anterior, aplica-se nos casos de acumulação da actividade de membro do órgão estatutário com outra actividade remunerada que determine a inscrição em regime obrigatório de protecção social ou com a situação de pensionista, independentemente do seu valor.

#### ARTIGO SEXTO – REMUNERAÇÕES ESPECIALMENTE ABRANGIDAS.

1 – Integram ainda a remuneração dos membros estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas:

- a) Os montantes pagos a título de gratificação ou outros equiparados no momento da sua atribuição;
- b) Os montantes pagos a título de senhas de presença.

#### ARTIGO SÉTIMO – CESSAÇÃO DE ACTIVIDADE DOS MEMBROS ESTATUTÁRIOS DAS PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS.

1 – Para efeitos da relação jurídica contributiva, os membros estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas cessam a respectiva actividade nos termos do contrato por destituição, renúncia, término do contrato ou sempre que se verificar o encerramento da liquidação da pessoa colectiva ou entidade equiparada.

2 – Excepcionalmente os membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas e entidades equiparadas podem requerer a cessação da respectiva actividade profissional, desde que a pessoa colectiva ou entidade equiparada tenha cessado a actividade e não tenha profissionais ao seu serviço.

## ARTIGO OITAVO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS NO DOMICÍLIO.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, os profissionais em regime de exercício profissional no domicílio por conta de entidade empregadora.

## ARTIGO NONO – ÂMBITO PESSOAL DOS PRATICANTES DESPORTIVOS.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, os praticantes desportivos, quer sejam amadores ou profissionais, que por via do seu exercício profissional auferam remunerações, quer estas afirmem a condição de salário, gratificação, prémios ou outras condições análogas.

## ARTIGO DÉCIMO – REMUNERAÇÃO MENSAL EFECTIVA.

1 – Considera-se remuneração mensal efectiva dos praticantes desportivos, as prestações pecuniárias ou em espécie, estabelecidas no contrato que os vincula à respectiva entidade empregadora.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, integram o valor das remunerações os montantes pagos a título de prémios de assinatura do contrato e os atribuídos por força do regulamento interno da entidade empregadora ou do contrato em vigor, nos momentos em que tais remunerações ocorram.

3 – Integra o conceito de remuneração mensal efectiva, as importâncias despendidas pela entidade empregadora a favor do profissional, na constituição de seguros de doença, de acidentes pessoais e de seguros de vida que garantam exclusivamente o risco de falecimento, invalidez ou reforma por aposentação, sendo no último caso desde que o benefício seja garantido após os 65 anos de idade, desde que não garantam o pagamento e este se não verifique nomeadamente por resgate ou adiantamento de qualquer capital em vida durante os primeiros 10 anos.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ÂMBITO PESSOAL DOS ARTISTAS DAS ARTES CULTURAIS.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem os artistas das artes culturais, nomeadamente da música, da dança, das artes belas, da escrita literária, do teatro, do circo, da tauromaquia, do cinema e da fotografia, quer sejam amadores ou profissionais, que por via do seu exercício profissional auferam remunerações, quer estas afirmem a condição de salário, gratificação, prémios ou outras condições análogas.

2 – Aplica-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo anterior.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL DOS CIENTISTAS HUMANOS, NATURAIS E UNIVERSAIS.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, os cientistas humanos, naturais e universais, quer sejam amadores ou profissionais, que por via do seu exercício profissional auferam remunerações, quer estas afirmem a condição de salário, gratificação, prémios ou outras condições análogas.

2 – Aplica-se com as necessárias adaptações o disposto no artigo 10º, do presente capítulo.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS EM REGIME DE CONTRATO LABORAL DE MUITO CURTA DURAÇÃO.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, os profissionais em regime de contrato laboral de muito curta duração que por via do seu exercício profissional auferam remunerações.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ÂMBITO PESSOAL DOS ESTUDANTES EM FÉRIAS ESCOLARES.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem os estudantes a frequentar estabelecimentos de ensino que prestem exercício profissional durante os períodos de férias escolares, com as especificidades previstas no artigo 2º, do capítulo anterior.

## ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ÂMBITO PESSOAL DA ACUMULAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO COM RENDIMENTOS DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL POR CONTA DE ENTIDADE EMPREGADORA.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, os pensionistas de aposentação, que cumulativamente exerçam actividade profissional por conta de entidade empregadora.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS EM REGIME LABORAL INTERMITENTE.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, os profissionais com contratos laborais intermitentes ou em exercício intermitente de prestação laboral.



## ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem com as especificidades previstas no artigo seguinte, os profissionais que prestem a outrem, de forma remunerada, com carácter regular ou permanente, sob a sua direcção e a sua autoridade, actividades destinadas à satisfação das necessidades próprias ou específicas de um agregado familiar ou equiparado.

## ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PESSOAS EXCLUÍDAS.

1 – São excluídas do âmbito da aplicação do artigo anterior, as pessoas ligadas à entidade empregadora pelos seguintes vínculos familiares:

- a) O cônjuge;
- b) Os descendentes até ao 2º grau ou equiparados e afins;
- c) Os ascendentes ou equiparados e afins;
- d) Os irmãos e afins.

2 – São igualmente excluídas as pessoas que em relação à entidade empregadora, se encontrem em regime de união de facto, por com estas viverem em condições análogas às dos cônjuges.

## ARTIGO DÉCIMO NONO – ÂMBITO PESSOAL E ENQUADRAMENTO DOS MEMBROS DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem os membros das instituições religiosas legalmente constituídas nos termos da lei, que por via do seu exercício profissional, a tempo parcial ou completo, auferam remunerações das instituições religiosas.

2 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem como contribuintes as igrejas, associações e confissões religiosas legalmente constituídas, de que dependam ou se integrem os beneficiários referidos no número anterior.

3 – O enquadramento dos beneficiários no âmbito do presente artigo, é efectuado com referência a uma única instituição religiosa contribuinte ou a várias entidades contribuintes no âmbito de cada uma instituição religiosa.

## ARTIGO VIGÉSIMO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS EM REGIME DE ACUMULAÇÃO.

1 – São abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, os profissionais que acumulem exercício profissional em várias entidades empregadoras ou que acumulem a sua actividade profissional por conta de outrem com uma actividade profissional independente.

## CAPÍTULO NONO – PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM EM SITUAÇÃO DE DESTACAMENTO.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO.

1 – O presente capítulo tem por objectivo regular o enquadramento no regime geral de segurança social dos profissionais por conta de outrem em situação de destacamento em estado soberano externo, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

### ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE DESTACAMENTO.

1 – Para efeitos do presente capítulo, considera-se em situação de destacamento, o profissional que ao serviço da sua entidade empregadora, seja por esta enviado para estado soberano externo, para aí desenvolver uma actividade profissional com carácter temporário.

2 – Considera-se que a actividade tem carácter temporário se for previsível que a sua duração não exceda os 12 meses.

3 – Em casos devidamente fundamentados, pode ser reconhecido o carácter temporário a actividades cuja duração exceda o período referido no número anterior.

4 – Não se considera em situação de destacamento abrangida pelo presente capítulo, o profissional que seja destacado em substituição de outro profissional que tenha esgotado o período de destacamento.

### ARTIGO TERCEIRO – PROFISSIONAIS DESTACADOS EM ESTADO SOBERANO EXTERNO.

1 – Os profissionais ao serviço de entidades empregadoras estabelecidas em Portugal, que sejam por estas destacados para exercerem actividade temporária em estado soberano externo por conta das entidades empregadoras, continuam sujeitos ao regime geral da segurança social, enquanto durar o exercício temporário a efectuar nos termos do artigo anterior.

2 – A manutenção do enquadramento obrigatório no regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem é extensivo às entidades empregadoras dos profissionais destacados.

### ARTIGO QUARTO – SITUAÇÕES EXCLUÍDAS.

1 – Ficam excluídas do disposto no artigo anterior, os profissionais destacados para exercerem actividade temporária em estado soberano externo, bem como as

entidades empregadoras, nos casos em que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Não exista instrumento internacional de segurança social que vincule os dois estados soberanos;
- b) Os profissionais requeiram a suspensão do seu enquadramento no regime da segurança social português, com base na prova de que se encontram abrangidos no estado soberano externo do exercício da actividade profissional por regime de protecção social obrigatório.

2 – Para efeitos da última parte da alínea b) do número anterior, só relevam os regimes de protecção social, cujo esquema de benefícios cubra pelo menos os riscos determinantes da perda de rendimentos do exercício laboral protegidos pelo regime de segurança social português.

#### ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAIS DESTACADOS EM PORTUGAL.

1 – Os profissionais que sejam destacados para exercerem actividade profissional em espaço territorial português, bem como as respectivas entidades empregadoras, são obrigatoriamente abrangidos pelo regime geral de segurança social, salvo se fizerem prova junto da matriz social competente do local do exercício da actividade, de que estão enquadrados por regime de protecção social obrigatório do estado soberano de envio, bem como este cubra pelo menos os riscos determinantes da perda de rendimentos do exercício laboral protegidos pelo regime geral da segurança social português.

#### ARTIGO SEXTO – DURAÇÃO MÁXIMA DO DESTACAMENTO.

1 – A duração do destacamento em Portugal sem sujeição à legislação portuguesa da segurança social é de 12 meses, eventualmente prorrogável, por igual período, a requerimento da entidade empregadora ou do profissional destacado, devidamente fundamentado e dirigido ao órgão de soberania social concelhio competente.

2 – No caso de ser previsível que a duração do exercício temporário ultrapasse os 24 meses, pode ser requerida e concedida autorização especial, renovável anualmente, até à conclusão do exercício laboral.

#### ARTIGO SÉTIMO – SUBSTITUIÇÃO DO PROFISSIONAL DESTACADO EM PORTUGAL.

1 – O profissional destacado em Portugal pode ser substituído por outro profissional, igualmente destacado, considerando-se neste caso, ambas as situações como um único período de destacamento.

#### ARTIGO OITAVO – REGRESSO TEMPORÁRIO.

1 – Nos casos em que um profissional destacado regresse, com carácter temporário, ao estado soberano de envio, sem que se verifique a sua substituição por outro profissional, considera-se que há uma única situação de destacamento, pelo que existe uma situação de suspensão da contagem dos prazos previstos no artigo 6º, do presente capítulo.

#### ARTIGO NONO – OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – Salvo o disposto no artigo 5º, do presente capítulo, os profissionais destacados e as respectivas entidades empregadoras abrangidos ou abrangidas nos termos do presente capítulo, pelo regime geral da segurança social, ficam obrigados a contribuir para o financiamento do regime da segurança social nos termos do presente título.

#### ARTIGO DÉCIMO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – Os profissionais destacados abrangidos pelo regime geral de segurança social nos termos do presente capítulo, têm direito às prestações sociais concedidas no âmbito do sistema laboral.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROCEDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DESTACADOS.

1 – A entidade empregadora que proceda ao destacamento de profissionais ao seu serviço, beneficiários do regime geral da segurança social português, para exercer num estado soberano externo actividade profissional com carácter temporário, deve comunicar esse facto à matriz social competente da área de localização da entidade empregadora, sempre que a duração não deva exceder os 12 meses.

2 – Nos casos em que se preveja que a actividade laboral do profissional destacado nos termos do número anterior, embora temporária, possa exceder os 12 meses, deve a respectiva entidade empregadora requerer ao órgão de soberania social concelhio competente da área de localização da entidade empregadora, o reconhecimento do carácter temporário da actividade laboral em causa, instruindo a sua solicitação com os elementos necessários e exigidos à sua fundamentação.

3 – O órgão de soberania social concelhio competente deve dar conhecimento do despacho que for proferido sobre o requerimento a que se refere o número anterior, à matriz social competente da área de localização da entidade empregadora.

4 – Para efeitos de exclusão do enquadramento no regime geral da segurança social português, os profissionais destacados para exercerem actividade temporária em Portugal, por período que não exceda os 12 meses ou as respectivas entidades empregadoras, devem fazer prova junto da matriz social competente da área em cujo exercício de actividade laboral seja exercida, de que os profissionais se encontram abrangidos por regime de protecção social obrigatório no estado soberano de envio, que

cubra pelo menos os riscos determinantes da perda de rendimentos laborais protegidos pelo regime geral da segurança social português.

5 – Sempre que for previsível que o período de duração da actividade temporária seja superior a 12 meses, mas sem exceder os 24 meses, pode ser requerida a exclusão do enquadramento no regime geral da segurança social português, ao órgão de soberania social concelhio competente em cuja área de competência seja exercida a actividade, sendo o requerimento acompanhado dos elementos que fundamentem o carácter temporário da actividade e que provem o enquadramento obrigatório por regime de protecção social do estado soberano de envio, que cubra pelo menos os riscos determinantes da perda de rendimentos laborais protegidos pelo regime geral da segurança social português.

6 – A concessão de autorização especial a que se refere o número 2 do artigo 6º, do presente capítulo, depende de requerimento dirigido ao órgão de soberania social regional competente em cuja área de competência seja exercida a actividade laboral, do qual conste expressamente a data prevista para a conclusão do exercício laboral, devendo este órgão de soberania social regional, comunicar a decisão ao órgão de soberania social concelhio e à matriz social competentes em cuja área de competência seja exercida a actividade.

7 – Na apreciação dos requerimentos os órgãos de soberania sociais devem atender à especial aptidão do profissional destacado para a realização do exercício laboral em causa e à indispensabilidade de duração prevista para o mesmo, devendo para a sua correcta apreciação ser solicitados pareceres a entidades públicas ou privadas portuguesas.

## **CAPÍTULO DÉCIMO – PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM RECLUSOS.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO.**

1 – O presente capítulo tem por objectivo regular o enquadramento dos reclusos no regime geral de segurança social dos profissionais por conta de outrem.

### **ARTIGO SEGUNDO – CONTRATOS LABORAIS.**

1 – As entidades empregadoras do regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem, que celebrem contratos laborais com profissionais reclusos em regime aberto, estão obrigados à inclusão dos profissionais reclusos nas folhas da entidade empregadora para efeitos nomeadamente do recibo de vencimento e das obrigações sociais, fiscais e jurídicas nos termos dos demais profissionais.

### **ARTIGO TERCEIRO – RECIBO E MONTANTE LÍQUIDO DE VENCIMENTO.**



1 – As entidades empregadoras face aos recibos dos profissionais reclusos estão obrigados a remetê-los ao órgão de soberania jurídico competente do processo, bem como a transferir o montante líquido apurado, deduzida a quotização para a segurança social e a contribuição para o real imposto dependente.

2 – Compete ao órgão de soberania jurídico nos termos do recibo apensar ao processo do profissional recluso e nos termos da transferência do montante líquido cumprir a decisão face ao respectivo processo, dando baixa dessa mesma entrega.

#### ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO CONTRIBUTIVA DA SEGURANÇA SOCIAL.

1 – As entidades empregadoras face aos seus profissionais, incluindo os reclusos, estão obrigadas a enviar à matriz social competente da sua área de localização a declaração contributiva da segurança social e na categoria profissional dos reclusos a inscrever a própria palavra – recluso.

2 – As entidades empregadoras estão obrigadas a cumprir a contribuição patronal face aos profissionais reclusos, nos mesmos termos dos demais profissionais.

#### ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS PARA EFEITOS DO REAL IMPOSTO DEPENDENTE.

1 – As entidades empregadoras face aos seus profissionais, incluindo os reclusos, estão obrigadas a enviar à matriz fiscal competente da sua área de localização a declaração de rendimentos para efeitos do real imposto dependente e na coluna da categoria profissional dos reclusos a inscrever a palavra – recluso.

2 – As entidades empregadoras estão obrigadas a cumprir face aos profissionais reclusos todas as obrigações legais, nos termos dos demais profissionais.

#### ARTIGO SEXTO – RECLUSOS A PRESTAR SERVIÇO NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO PRISIONAL.

1 – É da competência do estabelecimento prisional as obrigações inerentes do recibo de vencimento e das obrigações sociais, fiscais e jurídicas dos reclusos cuja sentença tenha recaído no exercício de competências no próprio estabelecimento prisional onde se encontram a cumprir a pena de prisão nos mesmos termos dos agentes prisionais.

#### ARTIGO SÉTIMO – RECIBO E MONTANTE LÍQUIDO DE VENCIMENTO.

1 – Os estabelecimentos prisionais face aos recibos dos profissionais reclusos estão obrigados a remetê-los ao órgão de soberania jurídico competente do processo, bem como a transferir o montante líquido apurado, deduzida a quotização para a segurança social e a contribuição para o real imposto dependente.

2 – Compete ao órgão de soberania jurídico nos termos do recibo apensar ao processo do profissional recluso e nos termos da transferência do montante líquido cumprir a decisão face ao respectivo processo, dando baixa dessa mesma entrega.

#### ARTIGO OITAVO – DECLARAÇÃO CONTRIBUTIVA DA SEGURANÇA SOCIAL.

1 – Os estabelecimentos prisionais face aos seus profissionais, incluindo os reclusos, estão obrigados a enviar à matriz social competente da sua área de localização a declaração contributiva da segurança social e na categoria profissional dos reclusos a inscrever a própria palavra – recluso.

2 – Os estabelecimentos prisionais estão obrigados a cumprir a contribuição patronal face aos profissionais reclusos, nos mesmos termos dos demais profissionais.

#### ARTIGO NONO – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS PARA EFEITOS DO REAL IMPOSTO DEPENDENTE.

1 – Os estabelecimentos prisionais face aos seus profissionais, incluindo os reclusos, estão obrigados a enviar à matriz fiscal competente da sua área de localização a declaração de rendimentos para efeitos do real imposto dependente e na coluna da categoria profissional dos reclusos a inscrever a palavra – recluso.

2 – Os estabelecimentos prisionais estão obrigados a cumprir face aos profissionais reclusos todas as obrigações legais, nos termos dos demais profissionais.

### TÍTULO TERCEIRO – REGIME DOS PROFISSIONAIS INDEPENDENTES.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – PROFISSIONAIS ABRANGIDOS.

1 – São obrigatoriamente abrangidos pelo regime dos profissionais independentes, as pessoas singulares que exerçam actividade profissional, sem sujeição a contrato laboral ou a contrato legalmente equiparado ou se obriguem a prestar a outrem o resultado da sua actividade profissional e não se encontrem por essa actividade abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem.

#### ARTIGO SEGUNDO – CATEGORIAS DOS PROFISSIONAIS ABRANGIDOS.

1 – São designadamente abrangidos pelo regime dos profissionais independentes as pessoas que exerçam actividade profissional por conta própria geradora de rendimentos

a que se reportam os artigos 3º e 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, nomeadamente os titulares de direitos sobre exploração agrícolas ou equiparadas, ainda que a actividade nestas exercida se traduza em actos de gestão, desde que tais actos sejam exercidos directamente, de forma reiterada e com carácter de permanência.

2 – O carácter de permanência referido na última parte do número anterior, afere-se pela obrigação dos titulares de exploração agrícolas ou equiparadas a actos de gestão que exijam uma actividade profissional regular, embora não a tempo completo.

### ARTIGO TERCEIRO – CATEGORIAS DE PROFISSIONAIS ESPECIALMENTE ABRANGIDOS.

1 – São especialmente abrangidos pelo regime dos profissionais independentes, os titulares de estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

### ARTIGO QUARTO – PROFISSIONAIS ABRANGIDOS POR DIFERENTES REGIMES.

1 – O exercício cumulativo de actividade independente e de outra actividade profissional abrangida por diferente regime obrigatório de protecção social, não afasta o enquadramento obrigatório no regime dos profissionais independentes, sem prejuízo do reconhecimento do direito à isenção de obrigação de contribuir na actividade independente.

2 – Consideram-se regimes obrigatórios de protecção social para efeitos do número anterior, o regime geral dos profissionais por conta de outrem ainda que com âmbito reduzido e os regimes de protecção social externos relevantes para efeitos de coordenação com os regimes contributivos da segurança social portugueses.

### ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAIS A EXERCER ACTIVIDADE PROFISSIONAL EM ESTADO SOBERANO EXTERNO.

1 – O profissional independente que exercer a respectiva actividade profissional em estado soberano externo por período determinado, pode manter o seu enquadramento no regime dos profissionais independentes, desde que mantenha a sua independência no exercício de funções, nomeadamente não exerça actividade profissional por conta de outrem, bem como preste o cumprimento das obrigações tributárias nos períodos legalmente exigidos pela administração tributária e as remunerações sobre que incidem as contribuições não sejam mensalmente inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

2 – Nos termos do número anterior, o enquadramento no regime dos profissionais independentes cessa no ano em que o montante das remunerações declaradas anuais, for inferior ao montante de 14 salários mínimos nacionais.

## ARTIGO SEXTO – ÂMBITO PESSOAL DA ACUMULAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO COM RENDIMENTOS DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL INDEPENDENTE.

1 – São abrangidos pelo regime dos profissionais independentes, os pensionistas de aposentação, que acumulem pensão de aposentação com rendimentos de actividade profissional independente.

## ARTIGO SÉTIMO – SITUAÇÕES EXCLUÍDAS.

1 – São excluídas do âmbito pessoal do regime dos profissionais independentes:

- a) Os advogados, solicitadores, contabilistas, bem como os técnicos, auditores e consultores fiscais e jurídicos, sempre que exerçam funções remuneradas em entidades comerciais e que estejam integrados obrigatoriamente no regime geral dos profissionais por conta de outrem;
- b) Os profissionais que exerçam em Portugal, com carácter temporário, actividade por conta própria de estado soberano externo, que provem o seu enquadramento em regime de protecção social obrigatório desse estado soberano, desde que mantenham a sua independência no exercício de funções, nomeadamente não exerçam actividade por conta de outrem e prestem o cumprimento das obrigações fiscais desse estado soberano nos períodos legalmente exigidos pelas suas administrações tributárias.

2 – Para efeitos da exclusão prevista na alínea b) do número anterior, apenas se consideram regimes de protecção social externos, aqueles cujo âmbito material integrem pelo menos as eventualidades de invalidez, aposentação e falecimento.

## ARTIGO OITAVO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção social conferida pelo regime dos profissionais independentes integra a protecção nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adopção, acidentes laborais, doenças profissionais, invalidez, aposentação e falecimento.

## ARTIGO NONO – MANUTENÇÃO DO DIREITO NA PROTECÇÃO SOCIAL.

1 – Nas situações de cessação ou suspensão do exercício de actividade profissional independente nos termos previstos no presente livro, há lugar à manutenção do direito à protecção nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adopção nos termos da legislação ao abrigo do qual o mesmo foi reconhecido.

2 – A cessação ou suspensão do exercício de actividade independente, não prejudica o direito à protecção na eventualidade de maternidade, paternidade e adopção, desde que se encontrem satisfeitas as respectivas condições de atribuição.

## CAPÍTULO SEGUNDO – INSCRIÇÃO, ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

### ARTIGO PRIMEIRO – INSCRIÇÃO DOS PROFISSIONAIS INDEPENDENTES.

1 – Ficam obrigados a promover a respectiva inscrição no regime da segurança social, independentemente da sua natureza e dos objectos que prossigam, as pessoas singulares, que beneficiem de actividade profissional independente, sem sujeição a contrato laboral ou a contrato legalmente equiparado ou se obriguem a prestar a outrem o resultado da sua actividade profissional e não se encontrem por essa actividade abrangidos pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem ou em situação legalmente equiparada para efeitos da segurança social.

### ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE INSCRIÇÃO.

1 – A inscrição é o acto administrativo mediante o qual se efectiva a vinculação ao regime da segurança social dos profissionais independentes, conferindo-lhes a qualidade de contribuinte e de beneficiários.

### ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA PARA A INSCRIÇÃO.

1 – São competentes para proceder à inscrição dos profissionais independentes como contribuintes e beneficiários, as matrizes sociais em cujo âmbito geográfico se localiza a residência ou o domicílio profissional dos referidos profissionais independentes.

### ARTIGO QUARTO – ELEMENTOS ESSENCIAIS DA INSCRIÇÃO.

1 – Constituem elementos essenciais indispensáveis à inscrição dos profissionais independentes no regime geral dos profissionais independentes, como contribuintes e como beneficiários:

- a) Nome completo;
- b) Data de nascimento;
- c) Naturalidade;
- d) Nacionalidade;
- e) Sexo;
- f) Estado civil;
- g) Residência;
- h) Número de identificação da segurança social, sempre que já identificado no regime da segurança social;
- i) Número dos documentos de identificação civil e fiscal;



j) Declaração de início de actividade económica.

2 – Para efeitos de instrução do processo de inscrição devem os serviços competentes das matrizes sociais fotocopiarem os documentos de identificação civil e fiscal.

3 – Os elementos referentes à inscrição dos profissionais independentes são registados no sistema de informação de âmbito nacional da segurança social, tendo presente a realização dos objectivos do regime da segurança social.

#### ARTIGO QUINTO – IDENTIFICAÇÃO.

1 – Para efeitos do disposto no artigo anterior, é utilizado formulário de modelo próprio, a apresentar pelos profissionais independentes, acompanhado dos elementos de prova neste exigidos, integrando aquele obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Nome;
- b) Número de identificação fiscal;
- c) Direcção efectiva, domicílio profissional ou residência, denominação e localização do estabelecimento e locais de exercício económico, indicação da classificação da actividade do estabelecimento e endereço para correspondência.

#### ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA.

1 – A data de início da actividade económica declarada para efeitos fiscais, deve ser comunicada oficiosamente pelos competentes serviços da administração tributária às matrizes sociais nos termos em que vierem a ser estabelecidos por portaria conjunta das áreas presidenciais fiscal e social.

2 – Nos casos em que a comunicação da declaração de início de actividade económica não tenha origem nos termos referidos no número anterior, compete às matrizes sociais a obtenção dos elementos necessários, sem prejuízo do dever de participação e colaboração dos profissionais independentes.

3 – A data de início de actividade económica comunicada nos termos do número 1, constitui para efeitos do presente livro, presunção ilidível, mediante a apresentação de prova em contrário.

#### ARTIGO SÉTIMO – PRAZO PARA A IDENTIFICAÇÃO.

1 – Os profissionais independentes são obrigados a proceder à respectiva identificação perante o regime da segurança social, no prazo de 10 dias, a contar da data em que se verificar o início da actividade económica.

## ARTIGO OITAVO – OUTRAS OBRIGAÇÕES.

1 – Os profissionais independentes devem comunicar, por qualquer meio escrito, à matriz social onde se localiza o domicílio profissional:

- a) A alteração de quaisquer dos elementos relativos à identificação;
- b) A cessação da actividade económica.

2 – A prova correspondente à cessação do exercício de actividade económica referida na alínea b) do número anterior, é efectuada mediante documento fiscal, aplicando-se com as devidas adaptações, o disposto no artigo 6º, do presente capítulo.

3 – As comunicações previstas nas alíneas do número 1, são apresentadas no prazo de 10 dias, a contar da data de verificação dos factos que lhes tenham dado origem.

## ARTIGO NONO – PROVA DA SITUAÇÃO DE ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR.

1 – O requerimento previsto na parte final do número 2 do artigo 2º, do capítulo sexto, do presente título, é apresentado em formulário de modelo próprio e deve ser instruído com os seguintes elementos de prova:

- a) Para efeitos do disposto na alínea a) do número 1, declaração da entidade empregadora;
- b) Para efeitos do disposto na alínea b) do número 1, identificação da entidade empregadora e declaração sob compromisso de honra do próprio;
- c) Para efeitos do disposto na alínea c) do número 1, documento comprovativo do respectivo enquadramento.

## CAPÍTULO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

### ARTIGO PRIMEIRO – ELEMENTOS DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – A declaração de remunerações obedece a modelo próprio e é preenchida de acordo com as normas estabelecidas para o efeito, sendo nomeadamente obrigatório a identificação do contribuinte, mediante o número de identificação fiscal e do número de identificação da segurança social.

2 – A apresentação da declaração de remunerações é obrigatória e incumbe ao profissional independente contribuinte, no prazo e nos termos estabelecidos na respectiva legislação.

### ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – Constituem elementos essenciais da declaração de remunerações para efeitos de apuramento do montante de contribuições a pagar, o valor da remuneração, os tempos de exercício laboral que lhes correspondam, a taxa contributiva aplicável e o montante das contribuições correspondentes às remunerações declaradas.

### ARTIGO TERCEIRO – SUPORTES DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – A declaração de remunerações a que os profissionais independentes contribuintes estão obrigados é efectuada:

- a) Em suporte informático, nos termos estabelecidos por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e social;
- b) Em suporte de papel, mediante formulário de modelo próprio, aprovado por portaria da área presidencial social, adquirido nos serviços das matrizes sociais.

### ARTIGO QUARTO – LOCAL DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE INFORMÁTICO.

1 – A declaração de remunerações em suporte informático deve ser enviada para o endereço electrónico da matriz social competente da área de localização do exercício profissional do contribuinte.

### ARTIGO QUINTO – LOCAL DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE DE PAPEL.

1 – A declaração de remunerações em suporte de papel é entregue na matriz social competente da área de localização do exercício do contribuinte.

2 – A declaração de remunerações pode ainda ser remetida por correio à matriz social competente da área de localização do exercício do contribuinte ou para o endereço postal que para esse efeito venha a ser criado.

### ARTIGO SEXTO – VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – As matrizes sociais competentes procedem à verificação dos elementos constantes das declarações de remunerações, bem como à verificação do cálculo do montante da totalidade das contribuições que lhes correspondam, tendo presente a respectiva validação.

2 – As matrizes sociais competentes podem exigir a confirmação dos elementos que lhes suscitem dúvidas, solicitando para o efeito provas adicionais das declarações prestadas, nomeadamente nos casos em que por referência ao contribuinte, se verifiquem

variações não justificadas no montante das remunerações declaradas, devendo assegurar-se da sua veracidade, designadamente mediante declarações para efeitos fiscais.

3 – Às situações previstas no número anterior, aplica-se com as devidas adaptações o disposto no artigo 6º, do capítulo anterior.

#### CAPÍTULO QUARTO – RELAÇÃO JURÍDICA DE VINCULAÇÃO.

##### ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DE INÍCIO DE ACTIVIDADE.

1 – A administração tributária comunica oficiosamente, por via electrónica, à matriz social competente da área de localização da residência ou do estabelecimento, o início de actividade dos profissionais independentes, fornecendo-lhe todos os elementos de identificação, incluindo o número de identificação fiscal.

2 – Com base na comunicação efectuada nos termos do número anterior, a matriz social competente procede à identificação do profissional independente, no regime da segurança social ou à actualização dos respectivos dados, caso este já se encontre identificado.

##### ARTIGO SEGUNDO – INSCRIÇÃO E ENQUADRAMENTO.

1 – A partir dos elementos constantes da comunicação referida no artigo anterior, a matriz social competente procede à inscrição do profissional sempre que necessário e ao respectivo enquadramento no regime dos profissionais independentes.

2 – Os profissionais independentes estão sujeitos a enquadramento no regime, mesmo que se encontrem nas condições determinantes do direito à isenção.

3 – A matriz social competente notifica o profissional independente da inscrição e do enquadramento efectuados, bem como dos respectivos efeitos.

##### ARTIGO TERCEIRO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – No caso de primeiro enquadramento no regime dos profissionais independentes, este só produz efeitos no primeiro dia do décimo terceiro mês posterior ao início de actividade.

2 – No caso de reinício de actividade cessada com um período contributivo superior a doze meses, o enquadramento produz efeitos no primeiro dia do mês do reinício.

3 – Em caso de cessação de actividade no decurso dos doze primeiros meses, a contagem do prazo previsto no número 1 é suspensa, continuando a partir do primeiro dia do mês do reinício de actividade.

#### ARTIGO QUARTO – CESSAÇÃO DO ENQUADRAMENTO.

1 – A cessação do exercício de actividade independente determina a cessação do enquadramento no regime dos profissionais independentes.

2 – A cessação do enquadramento é efectuada oficiosamente com base na partilha de informações com a administração tributária relativa à participação da cessação do exercício de actividade.

#### ARTIGO QUINTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS DA CESSAÇÃO DO ENQUADRAMENTO.

1 – A cessação do enquadramento no regime dos profissionais independentes produz efeitos a partir da data em que cesse a actividade.

#### ARTIGO SEXTO – COMPROVAÇÃO DE ELEMENTOS.

1 – Sempre que os elementos obtidos com base na partilha de informações com a administração tributária suscitem dúvidas, a matriz social competente deve solicitar aos profissionais independentes os elementos necessários e exigidos à sua comprovação.

#### CAPÍTULO QUINTO – RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA.

##### ARTIGO PRIMEIRO – FACTO CONSTITUTIVO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – A obrigação contributiva dos profissionais independentes constitui-se com o início dos efeitos do enquadramento e efectua-se com o pagamento de contribuições nos termos regulados no capítulo seguinte.

2 – Os profissionais independentes são no que se refere à qualidade dos contribuintes, equiparados às entidades empregadoras e à qualidade de beneficiários equiparados aos profissionais dependentes.

##### ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – A obrigação contributiva dos profissionais independentes compreende o pagamento de contribuições e a declaração dos valores correspondentes à actividade independente exercida, que em caso algum as remunerações sobre que incidem as contribuições podem ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

##### ARTIGO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO DECLARATIVA.



1 – Os profissionais independentes, sempre que sujeitos ao cumprimento da obrigação contributiva, são obrigados à entrega da declaração de remunerações mensal, sobre que incide a contribuição do regime dos profissionais independentes.

2 – A declaração de remunerações mensal sobre que incide a contribuição do regime dos profissionais independentes deve ser efectuada até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeite.

3 – Com a suspensão ou cessação da actividade, o profissional independente deve efectuar a declaração pelo proporcional aos dias de exercício profissional, até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeite.

4 – O disposto no presente artigo não se aplica aos profissionais independentes que se encontrem na situação de isenção de contribuições.

#### **ARTIGO QUARTO – SUPORTE DAS DECLARAÇÕES.**

1 – A declaração prevista no artigo anterior, é apresentada por transmissão electrónica de dados, mediante o sítio na internet da matriz social competente da área de localização da sede ou do estabelecimento.

2 – No caso de impossibilidade de envio da declaração nos termos do número anterior, a mesma será processada e entregue em suporte de papel nos termos definidos por portaria da área presidencial social.

#### **ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE PELO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.**

1 – Os profissionais independentes são responsáveis pelo pagamento das contribuições que lhe são cometidas nos termos do capítulo seguinte.

#### **ARTIGO SEXTO – PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES.**

1 – A contribuição dos profissionais independentes é devida a partir da produção de efeitos do enquadramento ou da cessação da isenção da obrigação de contribuir.

2 – O pagamento da contribuição prevista no número anterior, é mensal e é efectuada até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que as contribuições respeita.

### **CAPÍTULO SEXTO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA.**

1 – Para a determinação do montante das contribuições dos profissionais independentes, considera-se a base de incidência contributiva a remuneração ilíquida

devida em função do exercício da actividade independente ou decorrente da cessação da actividade independente nos termos do presente capítulo.

2 – Em caso algum o valor da remuneração ilíquida sobre que incide a contribuição pode ser inferior ao valor do salário mínimo nacional.

## ARTIGO SEGUNDO – ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR.

1 – Os profissionais independentes estão isentos da obrigação de contribuir sempre que acumulem actividade independente com actividade profissional por conta de outrem, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) A remuneração ilíquida sobre o que incide a sua contribuição para o regime geral dos profissionais por conta de outrem, seja igual ou superior ao valor do salário mínimo nacional;
- b) O exercício de actividade independente e o de actividade profissional por conta de outrem, sejam prestadas a entidades empregadoras distintas e que não tenham, entre si uma relação de domínio ou de grupo nos termos do real imposto sobre os rendimentos das pessoas colectivas;
- c) O exercício da actividade por conta de outrem determine o enquadramento obrigatório de estado soberano externo, que cubra a totalidade das eventualidades abrangidas pelo regime dos profissionais independentes.

2 – O reconhecimento da isenção prevista no número anterior, é oficioso sempre que as condições que a determinaram sejam do conhecimento directo da matriz social competente, dependendo de apresentação de requerimento do interessado nos demais casos.

## ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A ISENÇÃO.

1 – Os profissionais independentes a quem seja reconhecida a isenção da obrigação de contribuir devem declarar no prazo de 10 dias à matriz social competente a cessação das condições de que depende a referida isenção, salvo se as mesmas forem do conhecimento oficial desta.

2 – A cessação das condições para a isenção constitui o profissional independente na obrigação de pagar as contribuições para o regime dos profissionais independentes, a partir da data em que essas condições ocorram nos termos do presente livro.

## ARTIGO QUARTO – INEXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR.

1 – Não existe obrigação contributiva do profissional independente, sempre que:

- a) Haja reconhecimento do direito à respectiva isenção nos termos dos artigos 2º e 3º, do presente capítulo;
- b) Ocorra suspensão do exercício de actividade independente, devidamente justificada;
- c) Se verifique período de comprovada incapacidade para o exercício profissional por maternidade, paternidade ou adopção, ainda que não haja direito à atribuição ou ao pagamento dos respectivos subsídios, sempre que o mesmo for excedido;
- d) Se verifique situação de incapacidade temporária para o exercício profissional, independentemente de haver ou não direito ao subsídio de doença, nos termos estabelecidos no número seguinte.

2 – A inexistência da obrigação de contribuir a que se refere a alínea d) do número anterior, inicia-se a partir da verificação da incapacidade temporária, se a mesma conferir direito ao subsídio e se o decurso da actividade independente decorrer há mais de doze meses e após este período nas demais situações.

#### ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE INDEPENDENTE.

1 – Para efeitos da alínea b) do número 1 do artigo anterior, os profissionais independentes que suspendam temporariamente, com carácter voluntário ou não, o exercício efectivo da sua actividade por conta própria, podem requerer à matriz social competente a suspensão da aplicação deste regime, sem prejuízo do disposto em matéria de enquadramento e vinculação, indicando para o efeito as causas da suspensão.

#### ARTIGO SEXTO – CESSAÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – A obrigação contributiva dos profissionais independentes cessa a partir do dia em que cesse a actividade independente, sem prejuízo do pagamento das contribuições que resultem dos dias do mês de exercício profissional.

#### ARTIGO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO.

1 – O rendimento é determinado com base na remuneração que o profissional independente declare para efeitos da contribuição do regime dos profissionais independentes, não podendo em caso algum ser esse valor inferior ao salário mínimo nacional.

#### ARTIGO OITAVO – TAXAS CONTRIBUTIVAS.

1 – A taxa contributiva sobre o encargo dos profissionais independentes é de 40%, sendo 20% como responsabilidade do contribuinte e 20% como responsabilidade do beneficiário.

## TÍTULO QUARTO – ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DE VALORES DEVIDOS À SEGURANÇA SOCIAL.

### CAPÍTULO ÚNICO – ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DE VALORES DEVIDOS À SEGURANÇA SOCIAL.

#### ARTIGO PRIMEIRO – GESTÃO DO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES.

1 – Compete aos órgãos de soberania sociais com observância do âmbito de aplicação fixado no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, assegurar a gestão do processo de arrecadação e cobrança das contribuições, quotizações e correspondentes juros de mora, constituindo os referidos valores receitas correntes dos referidos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO SEGUNDO – LOCAL DE PAGAMENTO.

1 – O pagamento pelos contribuintes dos valores devidos aos órgãos de soberania sociais, a título de contribuições, quotizações e ou juros de mora, bem como de valores constantes de documentos previamente emitidos para esse efeito, é efectuado:

- a) Nas tesourarias das matrizes sociais;
- b) Por remessa de meio de pagamento pelo correio, sob registo postal para a matriz social competente da área de localização do contribuinte, nos termos a definir por portaria das áreas presidenciais da comunicação e social.

#### ARTIGO TERCEIRO – MEIOS DE PAGAMENTO.

1 – O pagamento nas tesourarias das matrizes sociais é efectuado por cheque sobre instituições de crédito a operar em espaço territorial português, por cartão de débito ou de crédito ou por quaisquer outras formas de pagamento que venham a ser previstas e disponibilizadas.

2 – Estão proibidos nos termos do presente artigo, a forma de pagamento em numerário.

3 – Nos pagamentos referidos nos números anteriores, é obrigatória a apresentação pelo contribuinte da guia de pagamento ou do documento respectivo da obrigação do pagamento de modelos aprovados por portaria da área presidencial social.

## ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DO PAGAMENTO DE VALORES À SEGURANÇA SOCIAL.

1 – No acto de pagamento de valores devidos à segurança social, com excepção dos que resultem de documentos previamente emitidos, os contribuintes devem indicar obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Número de identificação da segurança social;
- b) Número de identificação fiscal;
- c) Ano e mês a que se refere o pagamento;
- d) Valor a pagar.

2 – O comprovativo do pagamento a entregar ao contribuinte deve mencionar expressamente os elementos referidos no número anterior.

## ARTIGO QUINTO – BENEFICIÁRIOS DOS CHEQUES.

1 – Os cheques são emitidos à ordem dos órgãos de soberania sociais e devem conter no verso o número de identificação fiscal e o número de identificação da segurança social, pelo que não tendo sido atribuído deve ser indicado a firma e a sede.

2- No caso de valores devidos por profissionais independentes a quem os órgãos de soberania sociais não atribuem número de identificação social, os cheques deverão conter no verso o número de beneficiário.

3 – Os cheques remetidos por correio e os vales postais devem ser acompanhados da indicação dos elementos referidos no número 1 do artigo anterior.

4 – Os cheques emitidos e para os efeitos do presente título, são recebidos como se tratasse de dinheiro.

## ARTIGO SEXTO – CHEQUE VISADO.

1 – É obrigatório o uso de cheque visado:

- a) Sempre que o contribuinte utilizando um único cheque, pretenda efectuar pagamentos a mais de um órgão de soberania social por que se encontre abrangido;
- b) Sempre que utilizando um único cheque, se pretenda efectuar o pagamento de valores devidos por mais de um contribuinte;
- c) Sempre que se efectue resgates de cheques incobráveis.

## ARTIGO SÉTIMO – DATA DE EMISSÃO DOS CHEQUES.

1 – Não serão aceites cheques com data de emissão anterior em mais de 1 dia à data da sua entrega para pagamento de valores devidos aos órgãos de soberania sociais.



## ARTIGO OITAVO – CHEQUES INCOBRÁVEIS.

1 – Os cheques que vierem a ser reconhecidos incobráveis, são debitados, sem necessidade de protesto, nas contas dos órgãos de soberania sociais.

2 – No caso de cheques incobráveis, o órgão de soberania social notifica no imediato o devedor para regularização da situação, mediante pagamento da importância respectiva, com cheque visado ou por cartão de débito ou de crédito.

3 – Ao pagamento a que se refere o número anterior, será acrescida a importância cobrada ao órgão de soberania social pela instituição de crédito que procedeu à devolução dos cheques.

4 – A regularização efectuada nos termos dos números 2 e 3, não obsta ao vencimento de juros de mora, sempre que a estes houver origem nos termos da legislação aplicável, nem aos procedimentos constantes da lei uniforme sobre cheques nos termos do disposto no livro décimo terceiro, da parte primeira, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

5 – O pagamento das importâncias referidas nos números 2 e 3, apenas pode ser efectuado na tesouraria da matriz social competente do processo.

## ARTIGO NONO – APROVAÇÃO DAS GUIAS DE PAGAMENTO.

1 – Os modelos das guias de pagamento de contribuições aos órgãos de soberania sociais são aprovados por portaria da área presidencial social.

## ARTIGO DÉCIMO – DEPÓSITO DE VALORES.

1 – Os órgãos de soberania sociais depositarão diariamente os valores recebidos nos termos do disposto no número 1 do artigo 3º, do presente capítulo.

2 – Os depósitos referidos no número anterior, serão efectuados nas contas do real banco de Portugal tituladas pelos órgãos de soberania sociais, mediante guia de modelo aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças e social.

3 – As contas referidas no número anterior, são utilizadas para o abastecimento financeiro dos órgãos de soberania sociais, face às responsabilidades inerentes às prestações sociais consignadas nos termos das suas responsabilidades sociais.

4 – Os pagamentos a cargo dos órgãos de soberania sociais são efectuados pelas respectivas tesourarias.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PAGAMENTO POR CORREIO.

1 – Os cheques destinados a pagamentos nas tesourarias das matrizes sociais poderão ser enviados às mesmas pelo correio, acompanhadas da guia referida no número

3 do artigo 3º, do presente capítulo e do sobescrito, devidamente endereçado para devolução do duplicado da guia sempre que solicitado.

2 – O duplicado da guia será destruído se não for reclamado no prazo de 62 dias, contados da data da sua recepção.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RETENÇÕES DE VALORES NO CASO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS SOCIAIS.

1 – As entidades que procederem à retenção de valores nos termos do disposto no artigo 11º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro décimo, da parte primeira, do presente código, devem comunicar a referida retenção através de formulário de modelo próprio, no sítio da internet da matriz social competente da área de localização do contribuinte.

2 – A entrega de valores retidos deve ser efectuada no prazo de 5 dias após a retenção, por depósito em conta ou na tesouraria da matriz social competente da área de localização do contribuinte, indicando o código de referência do pagamento que para o efeito, for fornecido pela matriz social competente na sequência da comunicação referida no número anterior.

3 – A imputação ao montante da dívida dos valores retidos é efectuada, pela matriz social nos termos do disposto nos artigos 85º e 86º, do capítulo segundo, do título quarto, do livro segundo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código, consoante o caso.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEPÓSITO DE IMPORTÂNCIAS PAGAS.

1 – As importâncias devidas aos órgãos de soberania sociais pagas pelos executados em processo de execução em curso nos serviços dos órgãos de soberania fiscais, são depositadas à ordem dos órgãos de soberania sociais competentes.

2 – As importâncias do produto de venda judicial de bens, que competirem aos órgãos de soberania sociais na qualidade de credor preferente, são depositados à ordem dos órgãos de soberania sociais competentes.

#### TÍTULO QUINTO – SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA.

##### CAPÍTULO ÚNICO – SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA.

#### ARTIGO PRIMEIRO – CONCEITO DE SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA.

1 – Para efeitos do presente código, considera-se situação contributiva regularizada, a inexistência de dívidas de contribuições, quotizações, juros de mora e outros valores devidos pelos contribuintes aos órgãos de soberania sociais.

2 – Integram ainda o conceito de situação contributiva regularizada:

- a) As situações de dívida, cujo pagamento em prestações tenha sido autorizado e enquanto estiverem a ser cumpridas as condições dessa autorização;
- b) As situações em que o contribuinte tenha reclamado, recorrido, deduzido oposição ou impugnado judicialmente a dívida, desde que tenha sido prestada garantia idónea.

3 – Para efeitos do disposto no presente artigo, consideram-se que os grupos económicos, têm situação contributiva regularizada, sempre que cumulativamente, o mesmo se verifique relativamente a cada um sector de actividade económico pertencente a esse grupo económico.

## ARTIGO SEGUNDO – CERTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES.

1 – A situação contributiva é certificada com base nos elementos existentes nos serviços dos órgãos de soberania sociais, não dependendo de apresentação de meios de prova pelo requerente, salvo o disposto no número seguinte.

2 – Sempre que estiver em causa a emissão de declaração da situação contributiva não regularizada, deve o requerente não concordando com o teor, ilidir tal presunção mediante a apresentação dos meios de prova necessários para o efeito, designadamente dos documentos comprovativos do pagamento das contribuições, quotizações e juros de mora vencidos até ao mês imediatamente anterior à data da emissão da declaração.

## ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES REQUERENTES.

1 – A declaração da situação contributiva pode ser requerida:

- a) Pelo contribuinte ou pelo seu representante legal;
- b) Por iniciativa de qualquer credor ou do ministério público nos termos e para os efeitos dos procedimentos administrativos de insolvência e de recuperação de empresas nos termos do disposto no livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS.

2 – A declaração a emitir para os efeitos da alínea b) do número anterior, sempre que requerida por credor, contém apenas o número de meses em dívida.

3 – A declaração é emitida no prazo máximo de 3 dias, a contar da data do respectivo requerimento ou notificação judicial.

#### ARTIGO QUARTO – PRAZO DE VALIDADE DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – O prazo de validade da declaração da situação contributiva é o seguinte:

- a) 183 dias para os contribuintes mencionados na alínea a) do número 2 do artigo 1º, do presente capítulo;
- b) 92 dias para os contribuintes mencionados na alínea b) do número 2 do artigo 1º, do presente capítulo.

#### ARTIGO QUINTO – REQUISITOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – A declaração da situação contributiva obedece aos seguintes requisitos:

- a) Inclui obrigatoriamente, no caso de existência de dívidas, a menção de que ao valor da mesma acrescem juros de mora, bem como a identificação da legislação ao abrigo da qual é emitida;
- b) Não constitui instrumento de quitação e não prejudica ulteriores apuramentos;
- c) É emitida em duplicado, podendo ser extraídas cópias durante o respectivo prazo de validade.

#### ARTIGO SEXTO – RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – Os contribuintes que apresentem a sua situação contributiva regularizada, usufruem da faculdade de requerer a renovação automática das declarações por períodos correspondentes ao respectivo prazo de validade, até ao limite de 2 anos, findo o qual deve ser apresentado novo requerimento.

#### ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIA PARA A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – São competentes para a emissão de declaração da situação contributiva, bem como da declaração de inscrição de contribuinte, as matrizes sociais competentes da área de localização da entidade empregadora ou do domicílio profissional no caso de pessoa singular ou profissional independente.

#### ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA PARA A EMISSÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA DE CONTRIBUINTES NÃO RESIDENTES.

1 – Compete aos órgãos de soberania sociais concelhios da última área de residência, a emissão da declaração da situação contributiva dos contribuintes não residentes e sem estabelecimento estável em espaço territorial português.

## TÍTULO SEXTO – NORMAS APLICÁVEIS À RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E DE QUOTIZAÇÕES.

### CAPÍTULO ÚNICO – NORMAS APLICÁVEIS À RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E DE QUOTIZAÇÕES.

#### ARTIGO PRIMEIRO – CONCEITO DE RESTITUIÇÃO.

1 – Compreende-se por restituição, a devolução de quantias respeitantes a contribuições e a quotizações indevidamente pagas.

2 – Para efeitos do presente livro, só se consideram indevidas as contribuições e as quotizações cujo pagamento não resulte da lei, designadamente no âmbito do enquadramento, da base de incidência e da taxa contributiva.

#### ARTIGO SEGUNDO – DIREITO À RESTITUIÇÃO.

1 – Têm direito à restituição de contribuições e de quotizações as entidades empregadoras e os beneficiários ao seu serviço, bem como os profissionais independentes que tenham procedido ao pagamento indevido de contribuições e de quotizações nos termos previstos no artigo anterior.

2 – As contribuições e as quotizações indevidamente pagas são restituídas às entidades empregadoras e aos seus beneficiários, bem como aos profissionais independentes:

- a) Mediante requerimento dos interessados, quer directamente, quer por compensação de débitos;
- b) Por compensação oficiosa de créditos.

3 – Sempre que seja detectada oficiosamente a existência de pagamentos indevidos de contribuições e de quotizações, deve ser dado conhecimento ao interessado, sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 10º, do capítulo segundo, do título primeiro, do livro décimo, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

#### ARTIGO TERCEIRO – MONTANTE DA RESTITUIÇÃO.

1 – O montante da restituição corresponde à parte proporcional das respectivas obrigações contributivas sobre as remunerações que constituíram a base de incidência contributiva, revalorizadas nos termos legais à data da apresentação do requerimento de restituição e após a dedução do valor das prestações sociais já concedidas com base nas contribuições pagas.



## ARTIGO QUARTO – REGISTO DE REMUNERAÇÕES.

1 – Nas situações em que se verifique estarem reunidas as condições que confirmam direito à restituição total das contribuições e das quotizações, os correspondentes períodos de registo de remunerações não relevam para a atribuição futura de prestações sociais.

## ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO E PRAZO.

1 – A restituição de contribuições e de quotizações é requerida na matriz social competente da área de localização da sede ou do estabelecimento do interessado.

## ARTIGO SEXTO – PRESCRIÇÃO.

1 – O direito à restituição de valores referentes a contribuições e a quotizações indevidamente pagas à segurança social, prescrevem no prazo de 3 anos, a contar da data do seu pagamento.

2 – A prescrição interrompe-se com a apresentação do requerimento de restituição apresentado na matriz social competente da área de localização da sede ou do estabelecimento do interessado.

3 – O prazo de prescrição suspende-se nos termos previsto no livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

## TÍTULO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL.

## ARTIGO PRIMEIRO – FALSAS DECLARAÇÕES.

1 – As falsas declarações ou a utilização de qualquer meio de que resulte enquadramento em regime de protecção social, isenção indevida da obrigação de contribuir ou a aplicação de um regime contributivo indevido, quer quanto à base de incidência, quer quanto às taxas contributivas, bem como a adopção de procedimentos, por acções ou omissões, tendentes à obtenção indevidas de prestações sociais, são punidas nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO SEGUNDO – ACUMULAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE COM CONCESSÃO DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Com excepção da pensão de aposentação, a acumulação de prestações sociais com o exercício de actividade profissional dependente ou independente remunerada,

contrariando o disposto no artigo 1º, do capítulo único, do título sexto, do livro anterior, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## CAPÍTULO SEGUNDO – REGIME GERAL DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM.

### ARTIGO PRIMEIRO – INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS.

1 – Toda a pessoa singular ou colectiva que beneficiem de actividade profissional de terceiros, prestada em regime de exercício subordinado ou em situação legalmente equiparada para efeitos da segurança social, que não promova a respectiva inscrição no regime da segurança social nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo segundo, do título segundo, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO PARA A IDENTIFICAÇÃO.

1 – Toda a entidade empregadora que não proceda à respectiva identificação perante o regime da segurança social, no prazo de 10 dias, a contar da data em que se verificar o início da actividade económica nos termos do disposto no número 1 do artigo 7º, do capítulo segundo, do título segundo, do presente livro, salvo o disposto no seu número 2, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

### ARTIGO TERCEIRO – OUTRAS OBRIGAÇÕES.

1 – Toda a entidade empregadora que não cumprir no prazo de 10 dias as comunicações referidas nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo segundo, do título segundo, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

### ARTIGO QUARTO – COMUNICAÇÃO DA ADMISSÃO DE PROFISSIONAIS.

1 – Toda a entidade empregadora que violar do disposto no artigo 1º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, é punida com uma contra-ordenação no montante de três ordenados mensais do profissional admitido sempre que seja cumprida nas 24 horas subsequentes ao termo do prazo e é punida nas demais situações nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO QUINTO – CESSAÇÃO, SUSPENÇÃO E ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DO CONTRATO LABORAL.

1 – Toda a entidade empregadora que não comunique no prazo de 10 dias a cessação ou suspensão do contrato laboral e o motivo que lhe deu causa, bem como a alteração da modalidade do contrato laboral nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, é punida com uma contra-ordenação no montante de três ordenados mensais do profissional que cessou, suspendeu ou alterou o contrato laboral, sempre que seja cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo e é punida nas demais situações nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL.

1 – Todo o profissional abrangido pelo regime geral dos profissionais por conta de outrem, que não declarar no prazo de 10 dias à matriz social competente o início da actividade profissional ou a sua vinculação a nova entidade empregadora e a duração do contrato laboral nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, é punido com uma contra-ordenação no montante de três ordenados mensais, sempre que seja cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo e é punida nas demais situações nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO SÉTIMO – EFECTIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS.

1 – Toda a pessoa singular que no exercício da sua actividade económica, beneficiem de actividade profissional de terceiros, prestada em regime de contrato laboral e que nos termos do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, não cesse a actividade de empresários em nome individual e se constitua como pessoa colectiva antes da realização do contrato laboral nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS.

1 – Toda a entidade empregadora que não comunicar no prazo de 10 dias à matriz social competente da área de localização da sua sede ou instalação, a alteração de quaisquer elementos relativos à sua identificação, incluindo os relativos aos estabelecimentos, bem como o início, a suspensão ou a cessação da actividade económica nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título segundo, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO NONO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – Toda a entidade contribuinte que nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo sexto, do título segundo, do presente livro:

- a) Não proceda à entrega da declaração de remunerações até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeitem as contribuições e as quotizações, é punida com uma contra-ordenação no montante equivalente às quotizações e contribuições da respectiva declaração em falta, sempre que seja cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo e é punida nas demais situações nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal;
- b) Não inclua na declaração de remunerações profissionais ao seu serviço, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal;
- c) Omita qualquer dos elementos que devem constar da declaração de remunerações, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE PELO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA.

1 – Toda a entidade contribuinte que não seja responsável pelo pagamento das contribuições e das quotizações dos profissionais ao seu serviço nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo sexto, do título segundo, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES.

1 – Toda a entidade contribuinte que não proceda ao pagamento das contribuições e das quotizações até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que as contribuições e as quotizações respeitem nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo sexto, do título segundo, do presente livro, é punida com uma contra-ordenação no montante equivalente às quotizações e contribuições da respectiva declaração, sempre que seja cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo e é punida nas demais situações nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROFISSIONAIS DESTACADOS.

1 – Toda a entidade empregadora que violar o procedimento dos profissionais destacados nos termos do capítulo nono, do título segundo, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PROFISSIONAIS RECLUSOS.

1 – Toda a entidade empregadora do regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem, que viole o disposto no capítulo décimo, do título segundo, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

### CAPÍTULO TERCEIRO – PROFISSIONAIS INDEPENDENTES.

#### ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.

1 – Todo o profissional independente que não proceda à entrega da declaração de remunerações até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeitem as contribuições nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo quinto, do título terceiro, do presente livro, é punido com uma contra-ordenação no montante equivalente às contribuições da respectiva declaração em falta, sempre que seja cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo e é punida nas demais situações nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO SEGUNDO – PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES.

1 – Todo o profissional independente que não proceda ao pagamento das contribuições até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que as contribuições respeitem nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo quinto, do título terceiro, é punido com uma contra-ordenação no montante equivalente às contribuições da respectiva declaração, sempre que seja cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo e é punida nas demais situações nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A ISENÇÃO.

1 – Todo o profissional independente a quem seja reconhecida a isenção da obrigação de contribuir que não declarar à matriz social competente a cessação das condições de que depende a referida isenção, salvo se as mesmas forem do conhecimento oficial desta nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo sexto, do título terceiro, do presente livro, é punido com uma contra-ordenação no montante equivalente às contribuições em falta, sempre que seja cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo e é punida nas demais situações nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.



## TÍTULO OITAVO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGATORIEDADE DE OPÇÃO DOS CONTRIBUINTES DO SEGURO SOCIAL VOLUNTÁRIO.

1 – Os contribuintes do seguro social voluntário serão enquadrados no período compreendido pela publicação do presente código e a sua entrada em vigor, no regime geral dos profissionais por conta de outrem ou no regime geral dos profissionais independentes, tendo presente a sua situação actual de exercício profissional dependente ou independente de entidades empregadoras ou em caso de inactividade de exercício profissional pelo que optarem no mesmo período.

2 – Nos termos do número anterior, os montantes contributivos para o seguro social voluntário serão transferidos para os respectivos regimes contributivos.

3 – O âmbito material de protecção social é alargado do âmbito do seguro social voluntário, para o regime de protecção social de enquadramento ou de opção nos termos do número 1.

4 – Os contribuintes do seguro social voluntário que se encontrem em situação de invalidez para todo e qualquer exercício profissional e os contribuintes que já estejam em situação de aposentação, terão a sua pensão de invalidez ou de aposentação revista pelos órgãos de soberania sociais nos termos do presente código.

#### ARTIGO SEGUNDO – SUPRIMENTO OFICIOSO DAS OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES EMPREGADORAS CONTRIBUINTES.

1 – Nos casos em que as entidades empregadoras obrigadas a promover a respectiva inscrição como contribuintes ou a apresentar a declaração de remunerações não cumpram tais obrigações, a inscrição e a declaração de remunerações são efectuadas oficiosamente ou por solicitação de terceiro que prove ter interesse no cumprimento daquelas obrigações.

2 – A inscrição e a declaração de remunerações, bem como o cálculo das contribuições que lhes correspondam, são efectuadas oficiosamente, com base em elementos de prova obtidos, designadamente no âmbito de acções de fiscalização e de inspecção.

#### ARTIGO TERCEIRO – FORMULÁRIOS.

1 – Os formulários necessários à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria da área presidencial social.

## ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.

1 – Os procedimentos administrativos que venham a ser necessários e exigidos à aplicação do disposto no presente título, são aprovados pelas áreas presidenciais competentes de cada um procedimento.

## PARTE SEGUNDA

### PRESTAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL.

### LIVRO DÉCIMO QUINTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS.

#### TÍTULO PRIMEIRO – NORMAS REGULADORAS DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

##### CAPÍTULO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTO.

##### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO.

1 – O presente título estabelece as normas para a atribuição das prestações sociais, nomeadamente a determinação de rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação do reconhecimento e manutenção do direito às seguintes prestações:

- a) Subsídio da educação;
- b) Subsídio de doença;
- c) Subsídio de invalidez;
- d) Subsídio de maternidade, de paternidade e de adopção;
- e) Pensão de aposentação;
- f) Subsídio educativo;
- g) Subsídio materno;
- h) Complemento social;
- i) Complemento de aposentação;
- j) Subsídio de falecimento.

2 – As normas previstas no presente título, são ainda aplicáveis a outros apoios atribuídos pelos órgãos de soberania sociais, qualquer que seja a sua natureza previstos em actos legislativos ou regulamentares.

## ARTIGO SEGUNDO – PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Consideram-se prestações sociais todas as pensões, subsídios, fundos ou apoios sociais, momentâneos ou continuados, atribuídos pelos órgãos de soberania sociais no âmbito do regime da segurança social.

## ARTIGO TERCEIRO – RENDIMENTOS A CONSIDERAR.

1 – Para efeitos da verificação do reconhecimento e manutenção do direito às prestações sociais, consideram-se todos os rendimentos sujeitos aos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares do agregado familiar.

2 – Os rendimentos referidos no número anterior, reportam-se ao ano civil anterior ao da data de apresentação do requerimento, desde que os meios de prova se encontrem disponíveis e sempre que tal não se verifique, reportam-se ao ano imediatamente anterior àquele, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 – Sempre que os órgãos de soberania sociais disponham pela cooperação com entidades públicas de rendimentos actualizados mais recentes, esses rendimentos podem ser considerados para a determinação das prestações sociais.

## ARTIGO QUARTO – RESIDENTES.

1 – Sem prejuízo do estabelecido em instrumento internacional a que Portugal se encontre vinculado ou de legislação aplicável, são considerado como residentes:

- a) O cidadão português que possua domicílio habitual em espaço territorial português continental e arquipélagos da madeira e dos açores;
- b) O cidadão externo, refugiado ou apátrida habilitado com título válido de autorização de residência em espaço territorial português, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 – Consideram-se cidadãos portugueses residentes em espaço territorial português, os profissionais da administração pública portuguesa, que tenham vínculo de direito público ou privado e que prestem serviço no exterior e sejam remunerados, total ou parcialmente pelo estado português e os membros do respectivo agregado familiar.

3 – Consideram-se equiparados a residentes os cidadãos externos, refugiados e apátridas portadores de visto laboral ou de título de protecção temporária válidos.

## ARTIGO QUINTO – EQUIPARAÇÃO A CIDADÃOS RESIDENTES.

1 – São equiparados a cidadãos residentes para efeitos da atribuição das prestações sociais, os cidadãos portadores dos seguintes títulos válidos nos termos do disposto no REAL CÓDIGO DO PROCESSO POLICIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS:

- a) Visto de residência;

- b) Visto de estada temporária;
- c) Prorrogação de permanência.

2 – A comprovação da situação definida no número anterior, é realizada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Os títulos previstos no número anterior;
- b) Documento válido de prorrogação dos títulos referidos no número anterior;
- c) Recibo comprovativo da solicitação de prorrogação dos títulos mencionados no número anterior;
- d) Recibo comprovativo de solicitação de concessão de autorização de residência, aos titulares de autorização de residência, aos titulares de visto de residência, nos casos previstos na alínea a) do número anterior.

#### ARTIGO SEXTO – AGREGADO FAMILIAR.

1 – Para além do titular do direito às prestações sociais, integram o respectivo agregado familiar os seguintes cidadãos que com este vivam em economia familiar, sem prejuízo do disposto nos números seguintes:

- a) Cônjuge ou pessoa em união de facto há mais de 2 anos;
- b) Parentes e afins maiores e menores, em linha recta e em linha colateral até ao 3º grau decorrentes de relações de direito ou de facto;
- c) Adoptantes, tutores e cidadãos a quem o requerente esteja confiado por decisão judicial ou administrativa de entidade ou serviço legalmente competentes para o efeito;
- d) Adoptados e tutelados pelo requerente ou qualquer dos elementos do agregado familiar nas alíneas anteriormente descritos;
- e) Crianças, adolescentes e líderes confiados por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito ao requerente ou a qualquer dos elementos do agregado familiar.

2 – Consideram-se em economia familiar os cidadãos que vivam em comunhão de mesa e habitação e tenham estabelecido entre si uma vivência comum de entreaajuda e partilha de recursos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 – A condição de vivência em comunhão de mesa e habitação pode ser dispensada por ausência temporária de um ou mais elementos do agregado familiar, por razões escolares, de formação profissional, laborais ou por motivos de saúde.

4 – Considera-se equiparada a afinidade para efeitos do disposto no presente título, a relação familiar resultante da situação de união de facto há mais de 2 anos, nos termos do disposto no capítulo quarto, do presente título.

5 – Os adoptantes e os tutores do titular do direito às prestações sociais, bem como os cidadãos a quem sejam confiados por decisão judicial ou administrativa são equiparados a ascendentes do 1º grau, para efeitos do disposto no número 1.

6 – As crianças, os adolescentes e os líderes titulares do direito às prestações sociais que estejam em situação de internamento em entidades de apoio social, públicas ou privadas, cujo funcionamento seja participado pelo estado ou por pessoas colectivas de direito público ou de direito privado de utilidade pública, bem como os internados em centros de acolhimento, centros tutelares educativos ou de detenção, são considerados cidadãos isolados.

7 – A situação pessoal e familiar dos membros do agregado familiar relevante para efeitos do disposto no presente título, é a que se verifica à data em que deva ser efectuada a declaração da respectiva composição.

8 – Os cidadãos referidos no número anterior, não podem simultaneamente pertencer a agregados familiares distintos, por referência ao mesmo titular do direito às prestações sociais.

9 – As relações de parentesco resultantes da situação de união de facto apenas são consideradas, se o forem igualmente para efeitos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, no âmbito da legislação fiscal.

10 – Não são considerados como elementos do agregado familiar os cidadãos que se encontrem em qualquer das seguintes situações:

- a) Sempre que exista vínculo contratual entre os cidadãos, designadamente sublocação e hospedagem que implique residência ou habitação comum;
- b) Sempre que exista a obrigação de convivência por prestação de actividade laboral para com algum dos cidadãos do agregado familiar;
- c) Sempre que a economia comum esteja relacionada com a prossecução de finalidades transitórias;
- d) Sempre que exista coacção física ou psicológica ou outra conduta que atente contra a autodeterminação individual relativamente a algum cidadão inserido no agregado familiar.

#### ARTIGO SÉTIMO – CAPITAÇÃO DO RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR.

1 – No apuramento da capitação dos rendimentos do agregado familiar, a ponderação de cada elemento é efectuada de acordo com o respectivo beneficiário da correspondente prestação social.

### CAPÍTULO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO DEPENDENTE.

1 – Consideram-se rendimentos do exercício dependente, os rendimentos anuais ilíquidos como tal considerados nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo primeiro,



do título primeiro, do livro décimo sexto, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, sem prejuízo do disposto no presente título.

#### ARTIGO SEGUNDO – RENDIMENTOS PROFISSIONAIS.

1 – Consideram-se rendimentos profissionais, o rendimento anual no domínio do exercício de actividade independente determinados e apurados nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, sem prejuízo do disposto no presente título.

#### ARTIGO TERCEIRO – RENDIMENTOS CIENTÍFICOS E ARTÍSTICOS.

1 – Consideram-se rendimentos científicos e artísticos, os rendimentos definidos no disposto no artigo 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, sem prejuízo do disposto no presente título.

#### ARTIGO QUARTO – RENDIMENTOS DE CAPITAIS.

1 – Consideram-se rendimentos de capitais, os rendimentos definidos no disposto nos artigos 5º ao 7º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, sem prejuízo do disposto no presente título.

#### ARTIGO QUINTO – RENDIMENTOS SOBRE AS RENDAS.

1 – Consideram-se rendimentos sobre as rendas, os rendimentos definidos no disposto no artigo 8º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, sem prejuízo do disposto no presente título.

#### ARTIGO SEXTO – RENDIMENTOS SOBRE INCREMENTOS PATRIMONIAIS.

1 – Consideram-se rendimentos sobre incrementos patrimoniais, os rendimentos definidos no disposto nos artigos 9º e 10º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, sem prejuízo do disposto no presente título.

## ARTIGO SÉTIMO – RENDIMENTOS SOBRE AS PENSÕES.

1 – Consideram-se rendimentos sobre as pensões, os rendimentos definidos no disposto no artigo 11º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do livro décimo sexto, da parte segunda, da matéria segunda, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, sem prejuízo do disposto no presente título.

## ARTIGO OITAVO – AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO À INFORMAÇÃO.

1 – Para comprovação das declarações de rendimentos e de património do requerente e do seu agregado familiar, os órgãos de soberania sociais gestores das prestações sociais ou dos apoios sociais, pode solicitar a entrega da declaração de autorização concedida de forma livre, específica e inequívoca para acesso a informação detida por terceiros, designadamente informação tributária, notarial e bancária.

2 – A falta de entrega das declarações a que se refere o número anterior, no prazo concedido para o efeito, constitui causa de suspensão do procedimento de atribuição ou do pagamento das prestações sociais ou dos apoios sociais em curso, com perda do direito até à entrega das declarações exigidas.

## CAPÍTULO TERCEIRO – CARACTERIZAÇÃO DAS UNIÕES DE FACTO.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO.

1 – O presente capítulo regula a situação jurídica de dois cidadãos de sexo diferente, que vivam em união de facto há mais de 2 anos em condições análogas à dos cônjuges e em comunhão de mesa e de habitação.

2 – Nenhuma norma do presente capítulo prejudica a aplicação de qualquer outra disposição legal ou regulamentar em vigor tendente à protecção jurídica das uniões de facto ou de situações de economia comum.

### ARTIGO SEGUNDO – EXCEPÇÕES.

1 – São impeditivos dos efeitos jurídicos decorrentes do presente capítulo:

- a) Idade inferior a 21 anos;
- b) Inabilitação por anomalia psíquica;
- c) Casamento anterior não dissolvido, salvo se tiver sido decretada separação judicial de pessoas e bens;
- d) Parentesco na linha recta ou no 2º grau de linha colateral ou afinidade na linha recta;

- e) Condenação anterior de um cidadão, como autor ou cúmplice por homicídio ainda que não consumado contra o cônjuge do outro.

### ARTIGO TERCEIRO – EFEITOS.

1 – Os cidadãos que vivam em união de facto nas condições previstas no presente capítulo, têm direito a:

- a) Protecção da casa de morada de família nos termos do presente capítulo;
- b) Aplicação do regime dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares, nas mesmas condições dos sujeitos passivos casados e não separados de pessoas e bens.

### ARTIGO QUARTO – CASA DE MORADA DE FAMÍLIA E RESIDÊNCIA COMUM.

1 – Em caso de falecimento do membro da união de facto proprietário da casa de morada comum, o membro sobrevivente tem direito real de habitação, pelo prazo de 5 anos sobre a mesma, bem como no mesmo prazo direito de preferência na sua venda.

2 – Não se aplica o disposto no número anterior, caso ao falecido sobrevivam descendentes com menos de 21 anos de idade ou que com este convivam há mais de 1 ano e pretendam habitar a casa ou no caso de disposição testamentária em contrário.

3 – Em caso de separação, pode ser acordada entre os interessados a transmissão do arrendamento nos termos idênticos aos previstos no regime do arrendamento urbano do código civil.

4 – O disposto no artigo casa de morada da família, do código civil e no regime do arrendamento urbano, do código civil, é aplicável à união de facto sempre que o órgão de soberania jurídico competente considerar que tal é necessário, designadamente tendo presente consoante os casos, o interesse dos filhos ou do membro sobrevivente.

### ARTIGO QUINTO – DISSOLUÇÃO DA UNIÃO DE FACTO.

1 – Para efeitos do presente capítulo, a união de facto dissolve-se:

- a) Com o falecimento de um dos membros;
- b) Por vontade de um dos seus membros;
- c) Com o casamento de um dos membros.

2 – A dissolução prevista na alínea b) do número anterior, apenas terá de ser judicialmente declarada sempre que se pretendam prevalecer direitos da mesma dependentes, a proferir na acção onde os direitos reclamados são exercidos ou em acção que prossiga o regime processual das acções de estado.

## CAPÍTULO QUARTO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – VERIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS.

1 – Os rendimentos declarados são verificados oficiosamente:

- a) No momento de atribuição da prestação social ou do apoio social;
- b) No momento da renovação anual;
- c) 183 dias após a data da atribuição ou da renovação da prestação social ou do apoio social;
- d) Sempre que ocorra alteração do montante da prestação social ou do apoio social.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a verificação dos rendimentos declarados pode ainda ser desencadeada a todo o momento, pela existência de indícios objectivos e seguros de que o requerente dispõe de rendimentos não declarados.

3 – Nos casos em que a verificação oficiosa nos termos do número 1 ou do disposto no número anterior, determinar a alteração dos rendimentos declarados, nomeadamente venham apurar-se outros rendimentos, há lugar ao indeferimento, à revisão do valor ou à cessação da prestação social ou do apoio social.

4 – A verificação oficiosa dos rendimentos é efectuada tendo presente a informação disponível no sistema da segurança social, bem como mediante a interconexão de dados entre as bases de dados da segurança social e da administração tributária e notarial nos termos de portarias conjuntas entre a área presidencial social e as áreas presidenciais fiscal e notarial.

5 – As entidades que disponham de informação relevantes para a atribuição e cálculo da prestação social ou do apoio social, nomeadamente a administração tributária e a administração notarial, devem fornecer as informações que forem solicitadas pelos órgãos de soberania sociais de forma livre, específica e inequívoca nos termos das portarias referidas no número anterior.

### ARTIGO SEGUNDO – FALSAS DECLARAÇÕES.

1 – A prestação de falsas declarações no âmbito de recursos de que resulte ou possa resultar a atribuição ou o pagamento de prestações ou apoios sociais indevidos, para além de outras consequências legalmente previstas, determina a inibição no acesso do direito a qualquer das prestações ou apoios sociais objecto do presente livro, durante 60 meses após o conhecimento do facto.

## TÍTULO SEGUNDO – REGIME JURÍDICO DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA DA EDUCAÇÃO.

## CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social dos cidadãos na fase da educação, compreendida do sétimo mês de vida do cidadão até ao término do ciclo educativo universitário os 21 anos de idade no âmbito do sistema da educação.

2 – A protecção na eventualidade visa compensar os cidadãos dos encargos decorrentes das situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no presente título.

3 – A protecção referida nos números anteriores, realiza-se mediante a concessão de prestações pecuniárias.

### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – Estão abrangidos pela protecção prevista no presente título, os cidadãos portugueses, externos, refugiados e apátridas, que residam em espaço territorial português e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

2 – Para efeitos do número anterior, são equiparados a cidadãos residentes para efeitos da atribuição do subsídio da educação a crianças, adolescentes e a líderes, os cidadãos portadores dos títulos válidos referidos no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título anterior e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção nos encargos familiares concretiza-se mediante a atribuição de subsídios da educação.

2 – Os subsídios da educação são prestações mensais, de concessão continuada, que visa compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e à educação dos cidadãos menores.

3 – Os subsídios da educação integram as seguintes eventualidades da educação:

- a) Ciclo materno;
- b) Ciclo primário;
- c) Ciclo preparatório;
- d) Ciclo secundário;
- e) Ciclo universitário.

### ARTIGO QUARTO – TITULARIDADE DO DIREITO.



1 – A titularidade do direito ao subsídio da educação é reconhecida às crianças, aos adolescentes e aos líderes que integrem o âmbito pessoal nos termos do disposto no artigo 2º, do presente capítulo e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

#### ARTIGO QUINTO – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO.

1 – Os titulares do direito às prestações sociais no âmbito do presente título, são objecto de identificação como pessoas singulares no regime da segurança social e enquadrados no sistema da educação na qualidade de beneficiários.

2 – São igualmente identificados os elementos que compõem o agregado familiar do titular do direito às prestações sociais e os respectivos requerentes, bem como a pessoa a quem a prestação é paga.

#### CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

##### ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – É condição de atribuição dos subsídios da educação previstos no presente título, que o titular do direito seja residente em espaço territorial português ou se encontre em situação equiparada nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título anterior.

2 – Com excepção dos profissionais da administração pública nos termos do disposto no número 2 do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título anterior, do disposto em instrumento internacional a que Portugal esteja vinculado ou em legislação especial, as prestações sociais concedidas no âmbito dos subsídios da educação não são transferíveis para o exterior do espaço territorial português.

##### ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – O direito aos subsídios da educação é reconhecido às crianças, aos adolescentes e aos líderes inseridos em agregados familiares e às consideradas pessoas isoladas nos termos do disposto no número 6 do artigo 6º, do capítulo primeiro, do título anterior, desde que satisfaçam as seguintes condições:

- a) Possuam o primeiro dia do sétimo mês de vida;
- b) Frequência de estabelecimento de ensino em espaço territorial português;
- c) Com excepção do exercício profissional nas férias escolares, não exerçam actividade laboral.

### ARTIGO TERCEIRO – EQUIPARAÇÃO DE CURSOS.

1 – Para efeitos da concessão dos subsídios da educação, presumem-se equiparados os estabelecimentos de ensino públicos e privados, desde que possuam autorização legal de funcionamento.

2 – O nível do curso para efeitos do número anterior, é determinado pelo grau de habilitações exigido no respectivo ingresso.

### CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS PERÍODOS E DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DOS PERÍODOS E DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – Os períodos e os montantes dos subsídios da educação são determinados em função do ciclo educativo correspondente da idade e do ano escolar frequentado pelo beneficiário.

#### ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DOS PERÍODOS DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – Os períodos dos subsídios da educação são os seguintes:

- a) Ciclo materno, desde o sétimo mês de vida até à entrada no ciclo primário, correspondendo a 42 meses;
- b) Ciclo primário, desde o início do ciclo primário até à entrada no ciclo preparatório, correspondendo a 60 meses;
- c) Ciclo preparatório, desde o início do ciclo preparatório até à entrada no ciclo secundário, correspondendo a 24 meses;
- d) Ciclo secundário, desde o início do ciclo secundário até à entrada no ciclo universitário, correspondendo a 72 meses;
- e) Ciclo universitário, desde o início do ciclo universitário até ao estágio profissional nas reais forças armadas portuguesa, correspondendo a 36 meses.

#### ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – Os montantes dos subsídios da educação são os seguintes:

- a) Ciclo materno, 52,5 contos;
- b) Ciclo primário, 26,25 contos;
- c) Ciclo preparatório, 35 contos;

- d) Ciclo secundário, 50 contos;
- e) Ciclo universitário, 96 contos.

#### ARTIGO QUARTO – CIDADÃOS ESPECIAIS.

1 – Para efeitos da atribuição dos montantes dos subsídios da educação aos cidadãos especiais ou portadores de doença crónica, ao montante do subsídio da educação calculado nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º, do presente capítulo, são acrescidos o total das despesas medicamentosas e de saúde relativas ao beneficiário.

2 – As despesas medicamentosas e de saúde referidas no número anterior, são apresentadas à matriz social competente da área de residência do beneficiário, mensalmente, trimestralmente ou semestralmente pelos familiares ou tutores do beneficiário especial ou portador de doença crónica.

3 – Nos termos do número anterior, poderão as despesas medicamentosas e de saúde relativas ao ano transacto ser apresentadas até 31 de janeiro do ano seguinte.

4 – As despesas medicamentosas e de saúde serão acrescentadas ao subsídio da educação do mês posterior ao da sua entrega na matriz social competente.

5 – As despesas medicamentosas e de saúde incluídas no subsídio da educação dos beneficiários especiais ou portadores de doença crónica, não contaram para a apresentação das despesas de saúde para efeitos dos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

6 – Para efeitos do número anterior, compete aos órgãos de soberania sociais comunicar aos órgãos de soberania fiscais competentes a discriminação das despesas medicamentosas e de saúde suportadas pelos subsídios da educação face a cada um beneficiário especial ou portador de doença crónica.

7 – É da competência das áreas presidenciais da saúde, humana, social, fiscal e jurídica por portaria conjunta a definição das despesas medicamentosas e de saúde que possam ser suportadas no âmbito dos subsídios da educação.

#### CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

##### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DO PAGAMENTO.

1 – O início dos subsídios da educação para crianças, adolescentes e líderes, verifica-se no mês seguinte àquele em que ocorreu o facto determinante da sua concessão, desde que requerido nos prazos fixados no presente título.

2 – Para efeitos do número anterior, o facto determinante da sua concessão é o primeiro dia do sétimo mês de vida do beneficiário.

3 – No caso de inobservância dos prazos a que se refere o número 1, o início do subsídio da educação tem origem no mês seguinte àquele em que deu entrada o requerimento.

4 – Nos casos em que a atribuição dos subsídios da educação esteja condicionada à apresentação de sentença judicial, o início dos subsídios da educação reporta-se à data do respectivo trânsito em julgado, se requerida nos 183 dias subsequentes a esta data ou no mês seguinte ao da apresentação do requerimento, decorrido aquele prazo.

## ARTIGO SEGUNDO – PERÍODO DE CONCESSÃO.

1 – Os subsídios da educação são concedido mensalmente desde o sétimo mês de vida até ao término do ciclo universitário.

2 – Os subsídios da educação são atribuído nos meses de férias escolares aos respectivos beneficiários.

3 – Compreende-se por ano escolar, o período compreendido entre 1 de setembro e 31 de agosto do ano seguinte.

4 – Nos casos em que os beneficiários alcancem no decurso do ano escolar, a idade limite para a atribuição dos subsídios da educação em relação ao ensino que frequentemente, mantêm o direito ao mesmo até ao termo do referido ano escolar.

## ARTIGO TERCEIRO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO.

1 – O direito aos subsídios da educação é suspenso sempre que se verifique o abandono do estabelecimento de ensino ou se verificar a ausência do espaço territorial português para estado soberano externo.

2 – Nos termos da segunda parte do número anterior, os subsídios da educação não são suspensos se se verificar uma situação de intercâmbio escolar com estados soberanos externos, bem como em relação aos profissionais da administração pública portuguesa, que tenham vínculo de direito público ou privado, relativamente aos membros do respectivo agregado familiar, desde que aqueles prestem serviço no exterior e sejam remunerados, total ou parcialmente pelo estado português.

3 – A suspensão do direito aos subsídios da educação nos termos dos números anteriores, não prejudica a sua retoma, por solicitação do interessado, sempre que se voltar a verificar os condicionalismos da sua atribuição.

4 – A suspensão e a retoma do direito aos subsídios da educação previstos nos números anteriores, têm origem no mês seguinte àquele em que a matriz social competente da área de residência do beneficiário detiver conhecimento dos factos respectivamente determinantes.

## ARTIGO QUARTO – CESSAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – O direito aos subsídios da educação cessa sempre que deixar de se verificar algum dos condicionalismos que não originar a suspensão.

2 – Os efeitos da cessação reportam-se ao início do mês seguinte àquele em que deixarem de se verificar os condicionalismos referidos no número anterior.

3 – Nos termos do número anterior, os subsídios da educação cessam com a entrada do beneficiário no estágio profissional ao serviço das reais forças armadas portuguesa.

## CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Salvo disposição legal em contrário, não são acumuláveis entre si e com outras prestações sociais os subsídios da educação, desde que respeitante ao mesmo interesse protegido.

### ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos dos subsídios da educação são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

### ARTIGO TERCEIRO – INACUMULABILIDADE COM RENDIMENTOS LABORAIS.

1 – Com excepção do exercício laboral no período compreendido pelas férias escolares para os cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, não são cumuláveis os subsídios da educação com rendimentos laborais auferidos pelo seu titular.

## CAPÍTULO SEXTO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS REQUERENTES DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – Os requerentes dos subsídios da educação são obrigadas a comunicar à matriz social competente da respectiva atribuição, os factos determinantes da cessação do direito à prestação social:



- a) Qualquer alteração de residência e de composição do agregado familiar;
- b) A transferência da conta bancária;
- c) A transferência, o abandono ou a exclusão de estabelecimento de ensino;
- d) O ingresso no mercado laboral e qual o regime de protecção social;
- e) O óbito de beneficiários de prestações;
- f) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

2 – São ainda deveres dos requerentes dos subsídios da educação apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – As obrigações previstas no artigo anterior, têm que ser cumpridas no prazo de 10 dias, a contar da data da ocorrência dos factos ou da notificação pelos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres de comunicação previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida dos subsídios da educação ou outros factos relativos aos deveres dos titulares do direito, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título anterior;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

#### CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – A gestão e a organização dos processos dos subsídios da educação regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

## ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção dos subsídios da educação, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com os estabelecimentos de ensino, farmacêuticos, da saúde e os órgãos de soberania notariais.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, da educação, notarial e social.

## ARTIGO TERCEIRO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais estão obrigadas a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos órgãos de soberania notariais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, a listagem de todos os registos civis de nascimentos, bem como de todos os cidadãos que faleceram no mês anterior, na sua área de circunscrição geográfica municipal.

## ARTIGO QUARTO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.

1 – Os estabelecimentos de ensino estão obrigados a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos estabelecimentos de ensino, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 31 de agosto, a listagem de todas as matrículas antes do início do ano escolar e todas as realizadas no decurso do ano lectivo no prazo de 10 dias após a sua aceitação, bem como estão obrigados a comunicar todos os cidadãos que abandonarem ou forem excluídos no decurso do ano lectivo da frequência do estabelecimento de ensino.

## ARTIGO QUINTO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – Nos termos do presente título e tendo presente a celeridade da comparticipação das despesas medicamentosas e de saúde dos beneficiários dos subsídios da educação especiais e portadores de doença crónica, compete às entidades farmacêuticas e da saúde transmitir até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, o resumo das facturas inerentes a cada beneficiário à matriz social competente da área de localização da entidade farmacêutica ou da saúde, preferencialmente por correio electrónico.

2 – Nos termos do número anterior, é competência das entidades farmacêuticas e da saúde proceder ao mais ínfimo rigor face às despesas medicamentosas ou de saúde de cada um beneficiário em ficha própria de onde conste apenas e só os medicamentos ou tratamentos aos mesmos relativos.

## ARTIGO SEXTO – REQUERIMENTO.

1 – A atribuição dos subsídios da educação depende da apresentação do requerimento junto da matriz social competente da área de residência do beneficiário aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da educação, notarial e social.

## ARTIGO SÉTIMO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER OS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.

1 – Os subsídios da educação são requeridos:

- a) Pelos pais ou pessoas equiparadas por situação de facto ou pelos representantes legais, desde que os titulares do direito aos subsídios da educação estejam inseridos no seu agregado familiar;
- b) Por pessoa idónea que viva em comunhão de mesa e habitação com o titular do direito aos subsídios da educação, por pessoa a quem o mesmo esteja confiado judicialmente ou administrativamente ou pela entidade que o tenha à sua guarda e cuidados que lhe preste ou se disponha a prestar-lhe assistência, desde que a situação seja devidamente comprovada.

2 – Os subsídios da educação podem ser requeridos pelo próprio titular, sempre que com idade igual ou superior a 18 anos.

3 – Havendo no âmbito do mesmo agregado familiar, direito a subsídios da educação por mais de um titular, os subsídios da educação devem ser requeridos pelo mesmo cidadão com legitimidade para o efeito.

## ARTIGO OITAVO – PRAZO PARA REQUERER.

1 – O prazo para requerer os subsídios da educação é de 183 dias a partir do primeiro dia em que ocorreu o facto determinante da concessão, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 – Nas situações em que nos termos da lei notarial portuguesa, os actos determinantes da concessão dos subsídios da educação estão sujeitos a transcrição nos registos centrais, o início do prazo definido no número anterior, conta-se a partir do primeiro dia em que o mesmo foi efectuado.

3 – Nos casos em que a atribuição do direito aos subsídios da educação respeite a situações decorrentes de actos cujo reconhecimento dependa de decisão judicial, o prazo estabelecido no número 1, inicia-se a partir do primeiro dia do trânsito em julgado da referida decisão.

## ARTIGO NONO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos aos subsídios da educação se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

## CAPÍTULO OITAVO – DECLARAÇÕES E MEIOS DE PROVA.

### ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE INACUMULABILIDADE.

1 – Os requerentes dos subsídios da educação devem declarar no requerimento, se foi requerida ou atribuída prestação social com o mesmo objectivo em relação ao titular do subsídio da educação e em caso afirmativo em que regime de protecção social.

### ARTIGO SEGUNDO – DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR.

1 – Os requerentes dos subsídios da educação devem declarar no requerimento, a composição do agregado familiar em que se insere o titular da prestação social e que os respectivos membros vivem em economia familiar.

2 – No caso de não se verificar comunhão de mesa e habitação relativamente a algum dos membros do agregado familiar, deve ser indicada as razões justificativas.

3 – A declaração a que se refere o número 1, é efectuada tendo presente o disposto no artigo 6º, do capítulo primeiro, do título anterior.

4 – Os órgãos de soberania sociais podem desencadear os procedimentos que considerem adequados à comprovação das situações declaradas nos termos dos números anteriores.

### ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE LABORAL.

1 – Os requerentes dos subsídios da educação devem declarar no requerimento, se os titulares do direito se encontram a exercer actividade laboral e em caso afirmativo, proceder à identificação do respectivo regime de protecção social.

### ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS.

1 – Os requerentes dos subsídios da educação devem declarar no requerimento, os rendimentos de cada um dos elementos do agregado familiar, bem como os respectivos números de identificação da segurança social e fiscal sempre que os existir, bem como o número de titulares do direito aos subsídios da educação inseridos no agregado familiar.

2 – A declaração de rendimentos referida no número anterior, é efectuada por referência ao ano civil anterior àquele em que é apresentada, tendo presente o disposto

nos artigos 3º e 6º, do capítulo primeiro, do título anterior e produz efeitos a partir da data da atribuição dos subsídios da educação.

3 – A declaração de rendimentos é dispensada nas situações em que já tenha sido produzida anteriormente, para efeitos do reconhecimento do direito aos subsídios da educação, em relação a outro titular inserido no agregado familiar.

4 – A comprovação dos elementos constantes da declaração de rendimentos referida no número 1, é efectuada por troca de informação decorrente da articulação previstas no artigo 2º, do capítulo anterior, entre os competentes órgãos de soberania sociais e fiscais.

#### ARTIGO QUINTO – MEIOS DE PROVA EM GERAL.

1 – A identidade, o estado civil e o parentesco provam-se por meio de certidão do registo civil.

2 – As certidões do registo civil podem ser substituídas pelo bilhete de identificação ou pelo boletim de nascimento ou cédula pessoal, sempre que devidamente averbados.

3 – As demais provas devem efectuar-se por declaração ou constar conformes os casos de certidão, atestados ou documentos certificados por entidades competentes.

4 – As provas necessárias ao reconhecimento ou à manutenção ao direito dos subsídios da educação, devem ser apresentados pelo requerente ou pela pessoa a quem a prestação social é paga, sempre que não coincidam.

#### ARTIGO SEXTO – PROVA ANUAL DE RENDIMENTOS E DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR.

1 – A prova anual de rendimentos e a composição do agregado familiar, é efectuada no momento em que se verifique o direito aos subsídios da educação e sempre que se verifique uma passagem do beneficiário para um ciclo da educação superior, mediante declaração do interessado com os elementos referidos no disposto no número 1 do artigo 4º, do presente capítulo, sem prejuízo da apresentação de quaisquer elementos comprovativos da veracidade das declarações solicitadas pelos órgãos de soberania sociais.

2 – A declaração referida no número anterior, é efectuada por referência aos rendimentos relativos ao ano anterior àquele em que é apresentado o requerimento tendo presente o disposto nos artigos 3º e 6º, do capítulo primeiro, do título anterior e produz efeitos no mês seguinte à verificação do facto constitutivo do direito.

3 – No âmbito da articulação a que se refere o número 4 do artigo 4º, do presente capítulo, a prova anual pode ser efectuada mediante a troca de informação entre os órgãos de soberania sociais e fiscais.



## ARTIGO SÉTIMO – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROVA ANUAL DE RENDIMENTOS E DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR.

1 – A prova anual de rendimentos e da composição do agregado familiar prevista no artigo anterior, deve ser apresentada até 31 de agosto, podendo por motivos devidamente justificados ser apresentada até 30 de setembro.

2 – A prova anual deverá ser renovada em todo o período do ano lectivo, sempre que se verifique alteração do agregado familiar do beneficiário.

## ARTIGO OITAVO – PROVA ANUAL DA SITUAÇÃO ESCOLAR.

1 – A prova anual da situação escolar é a matrícula e é efectuada mediante a apresentação da fotocópia simples do cartão de estudante ou de documento utilizado pelo estabelecimento de ensino comprovativo da situação escolar.

2 – O cartão de estudante e o documento utilizado pelo estabelecimento de ensino, deve conter o nome completo do estabelecimento de ensino, do aluno, o grau de ensino e o ano lectivo da matrícula.

3 – A prova anual da situação escolar pode vir a ser efectuada por troca de informação nos termos da articulação prevista no artigo 2º, do capítulo anterior, nos termos de portaria conjunta das áreas presidenciais da educação e social.

## ARTIGO NONO – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROVA ANUAL DA SITUAÇÃO ESCOLAR.

1 – A prova anual da situação escolar prevista no artigo anterior, deve ser apresentada até 31 de agosto, podendo por motivos devidamente justificados ser apresentada até 30 de setembro.

2 – A prova anual deverá ser renovada em todo o período do ano lectivo, sempre que se verifique a transferência de frequência de estabelecimento de ensino por parte do beneficiário.

## ARTIGO DÉCIMO – PROVA ANUAL DA SAÚDE.

1 – A prova anual da saúde é a declaração médica da situação de incapacidade física, psicológica ou sensorial do beneficiário ao direito aos subsídios da educação e deve ser apresentada em simultâneo com a prova da situação escolar relativa ao ano em que ocorra esta situação.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EFEITOS DA FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS PROVAS ANUAIS.

1 – A falta de apresentação das provas anuais nos termos dos artigos anteriores, determinam a suspensão do pagamento dos subsídios da educação a partir do mês seguinte ao termo do prazo dos mesmos.

2 – Sempre que os órgãos de soberania sociais verificarem a falta da apresentação de algum dos documentos probatórios necessários ao reconhecimento do direito aos subsídios da educação, devem notificar os interessados de que a não apresentação das provas anuais no prazo de 10 dias a partir da data da notificação, determina salvo justificação atendível, a perda do direito aos subsídios da educação no mês seguinte à verificação do facto e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção de provas, sem prejuízo da aplicação das normas de caducidade do direito previstas no presente título.

3 – A instrução dos processos resultantes de novo requerimento deve ser efectuada com o máximo aproveitamento possível dos elementos que integrem o processo anterior.

#### **ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE MEIOS DE PROVA.**

1 – É dispensada a apresentação de meios de prova que instruem o requerimento, sempre que os órgãos de soberania sociais possam com base nos elementos constantes do requerimento, comprovar oficiosamente os requisitos da atribuição dos subsídios da educação.

2 – Os requerentes podem ser dispensados da apresentação dos elementos exigíveis, caso esteja salvaguardado o acesso à informação em causa por parte dos órgãos de soberania sociais, designadamente por efeito de processos de interconexão de dados com outras entidades da administração pública.

#### **CAPÍTULO NONO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.**

##### **ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.**

1 – A atribuição dos subsídios da educação é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania sociais.

##### **ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.**

1 – Os órgãos de soberania sociais deveram notificar os requerentes da atribuição dos subsídios da educação, do montante e da data a que o início se reporta.

##### **ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO.**

1 – Sempre que na apreciação do processo se verifiquem não estar reunidas as condições para a atribuição dos subsídios da educação, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;
- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente não permitam a verificação das condições de atribuição dos subsídios da educação, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

#### ARTIGO QUARTO – PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DA EDUCAÇÃO.

1 – O pagamento dos subsídios da educação previsto no presente título, é efectuado mensalmente aos respectivos requerentes, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 – Sempre que houver decisão judicial com trânsito em julgado, indicando a pessoa a quem os subsídios da educação devem ser pagos, é a esta que se efectua o respectivo pagamento.

3 – Sem prejuízo do número anterior, para garantir a aplicação dos subsídios da educação em favor dos seus titulares, os mesmos podem ser pagos a outra das pessoas com legitimidade para o requerer.

4 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento dos subsídios da educação, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

#### ARTIGO QUINTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito aos subsídios da educação vencidos é de 1 ano, findo o qual reverterem a favor dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocados a pagamento com conhecimento da pessoa a quem os subsídios da educação são pagos.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

#### CAPÍTULO DÉCIMO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

## ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais notarial, da educação, da saúde, fiscal e social.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

## ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

## ARTIGO TERCEIRO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores do abono de família anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários do abono de família os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem o abono de família era pago ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito à prestação social, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

## ARTIGO QUARTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime dos subsídios da educação aplica-se após a entrada em vigor do presente código, sem efeitos retroactivos.

## TÍTULO TERCEIRO – REGIME JURÍDICO DA DOENÇA NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL.

## CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social na eventualidade doença, no âmbito do subsistema previdencial.

2 – A protecção na eventualidade doença realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar a perda de remuneração presumida em consequência de incapacidade temporária para o exercício laboral, salvo se existir possibilidade de integração do profissional portador de incapacidade temporária num outro exercício laboral na mesma entidade empregadora.

### ARTIGO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DA EVENTUALIDADE.

1 – Para efeitos do presente título é considerada doença, a alteração do estado normal de saúde, que se manifesta por sinais ou sintomas, que podem ser perceptíveis ou não, evolutivos, que determine incapacidade temporária para o exercício laboral, não decorrente de causa profissional ou de acto da responsabilidade de terceiro pelo qual seja devida indemnização.

### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – A protecção social regulada no presente título, abrange os beneficiários do subsistema previdencial integrados no regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem e no regime dos profissionais independentes.

2 – Sempre que o presente título não impuser compreensão diferente, presume-se:

- a) Que o profissional está na dependência económica da pessoa em proveito da qual presta serviço;
- b) Que o profissional está na sua própria dependência, sempre que esteja colectado como profissional independente nos termos do disposto nos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

3 – Para além da situação do praticante, aprendiz e estagiário, considera-se situação de formação a que tenha por objectivo a preparação, promoção e actualização laboral do profissional, necessário ao desempenho de funções inerentes à actividade do empregador.

### ARTIGO QUARTO – PROFISSIONAL EXTERNO.

1 – O profissional externo que exerça actividade em espaço territorial português é para efeitos do presente título, equiparado ao profissional português.



2 – O profissional externo portador de doença em espaço territorial português ao serviço de entidade empregadora externa, sua agência, sucursal, filial ou representante, pode ficar excluído do âmbito do presente título, desde que exerça uma actividade temporária ou intermitente e por acordo entre estados soberanos, se tenha convencionado a aplicação da legislação relativa à protecção do portador de doença em vigor no estado soberano de origem.

#### ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAL NO EXTERIOR.

1 – O profissional português e o profissional externo residente em espaço territorial português portador de doença no exterior ao serviço de entidade empregadora portuguesa, têm o direito às prestações sociais previstas no presente título, salvo se a legislação do estado soberano externo onde ocorreu a doença lhes reconhecer direito à reparação, caso em que o profissional pode optar por qualquer dos regimes de protecção social.

2 – A lei portuguesa aplica-se na ausência de opção expressa do profissional portador de doença no exterior ao serviço de entidade empregadora portuguesa, salvo se a do estado soberano externo onde ocorreu a doença for mais favorável.

#### ARTIGO SEXTO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção na eventualidade doença é efectuada mediante a atribuição do subsídio de doença.

2 – A protecção na doença integra a atribuição de prestações pecuniárias compensatórias dos subsídios de férias, de natal e outros de natureza análoga sempre que regulares.

#### ARTIGO SÉTIMO – TITULARIDADE DO DIREITO.

1 – O direito às prestações é reconhecido aos beneficiários que à data do início da incapacidade temporária para o exercício laboral, reúnam as respectivas condições de atribuição.

#### ARTIGO OITAVO – ABRANGÊNCIA DO DIREITO AO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – Há origem à atribuição do subsídio de doença aos beneficiários reclusos em estabelecimentos prisionais, revertendo o mesmo para os beneficiários correspondentes da decisão do processo jurídico.

#### ARTIGO NONO – CONCESSÃO PROVISÓRIA DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – Nas situações de incapacidade temporária para o exercício laboral decorrentes de acidentes laborais ou de acto de responsabilidade de terceiro, pelo qual seja devida indemnização, há origem à concessão provisória do subsídio de doença enquanto não se encontrar reconhecida a responsabilidade de quem deva pagar aquelas indemnizações.

2 – A concessão provisória do subsídio de doença cessa logo que se verifique o reconhecimento judicial da obrigação de indemnizar ou o pagamento voluntário da indemnização, sem prejuízo do disposto no artigo 4º, do capítulo sexto, do presente título.

3 – Sempre que seja judicialmente reconhecida a obrigação de indemnizar, os órgãos de soberania sociais têm o direito ao reembolso dos valores correspondentes à concessão provisória do subsídio de doença, até ao limite do valor da indemnização.

## **CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.**

1 – A atribuição do subsídio de doença depende da verificação do prazo de garantia, do índice de profissionalidade e de certificação da incapacidade temporária para o exercício laboral nos termos previstos no presente título.

### **ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DE GARANTIA.**

1 – A atribuição do subsídio de doença depende de os beneficiários, à data do início da incapacidade temporária para o exercício laboral, terem cumprido um prazo de garantia de 183 dias, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações.

### **ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DO PRAZO DE GARANTIA.**

1 – Nos casos de ausência de registo de remunerações durante 183 dias ou nas situações em que tenham sido esgotados os períodos máximos de concessão do subsídio de doença, a contagem do prazo de garantia tem início a partir da data em que ocorra um novo registo de remunerações.

### **ARTIGO QUARTO – TOTALIZAÇÃO DE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS.**

1 – Para efeitos de cumprimento do prazo de garantia para atribuição do subsídio de doença, são considerados desde que não se sobreponham, os períodos de registo de remunerações em qualquer regime de protecção social, que assegurem prestações pecuniárias de protecção na eventualidade de doença.

## ARTIGO QUINTO – ÍNDICE DE PROFISSIONALIDADE.

1 – A atribuição do subsídio de doença depende de os beneficiários terem cumprido um índice de profissionalidade de 21 dias com registo de remunerações por exercício efectivamente prestado no decurso dos 92 dias imediatamente anteriores ao mês que antecede ao da data do início da incapacidade temporária para o exercício laboral.

## ARTIGO SEXTO – RELEVÂNCIA DO REGISTO DE REMUNERAÇÕES POR EQUIVALÊNCIA.

1 – Para efeitos de cumprimento do índice de profissionalidade são equiparados ao registo de remunerações por exercício laboral efectivamente prestado, os registos de remunerações por equivalência verificados no período relevante para a sua formação, nas seguintes condições:

- a) Sempre que ocorrer uma nova situação de incapacidade temporária nos 62 dias imediatos ao da cessação da anterior incapacidade;
- b) Por prestação de estágio profissional obrigatório;
- c) Por atribuição de subsídios no âmbito da protecção maternidade.

2 – Para efeitos de aplicação do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se também as situações em que a incapacidade decorra de acto da responsabilidade de terceiro, de acidente laboral e de doença profissional.

## ARTIGO SÉTIMO – CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O EXERCÍCIO LABORAL.

1 – A certificação de incapacidade para o exercício laboral é efectuada pelas entidades da saúde, mediante documento emitido pelos respectivos médicos.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, são consideradas entidades da saúde designadamente os centros de saúde e hospitais, com excepção dos serviços de urgência.

3 – Em caso algum um médico de uma entidade empregadora, pública ou privada, bem como que preste serviços numa embarcação para assistência da tripulação e dos próprios passageiros, pode emitir certificado de incapacidade aos profissionais da própria entidade empregadora ou aos profissionais ou passageiros da própria embarcação.

4 – Nas situações de internamento, a certificação de incapacidade temporária para o exercício laboral, pode igualmente ser efectuada por estabelecimento particular de saúde com autorização legal de funcionamento concedida pelo real instituto da saúde português.

## ARTIGO OITAVO – PRESTAÇÕES COMPENSATÓRIAS DOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL E OUTROS DE NATUREZA ANÁLOGA REGULARES.

1 – A atribuição de prestação compensatória dos subsídios de férias e de natal e outros de natureza análoga, depende cumulativamente de, para além de não pertencerem aos quadros do estado:

- a) Os beneficiários não terem direito ao pagamento daqueles subsídios, em consequência da doença subsidiada, no todo ou em parte, pela respectiva entidade empregadora, por força do disposto em instrumento de regulamentação colectiva laboral;
- b) A respectiva entidade empregadora, não ter pago os subsídios por força do disposto em instrumento de regulamentação colectiva laboral ou numa outra fonte de direito laboral.

## CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

### ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – O montante diário do subsídio de doença é calculado com base na média dos últimos 183 dias de remunerações contributivas para qualquer regime de protecção social.

2 – O valor monetário referido no número anterior, será periodicamente revisto, tendo por referência a actualização da retribuição mínima mensal do mesmo exercício profissional na entidade empregadora onde ocorreu a doença ou por estimativa das médias dos sectores de actividade económicos onde a mesma profissão seja exercida.

### ARTIGO SEGUNDO – REMUNERAÇÃO DE REFERÊNCIA.

1 – A remuneração de referência a considerar é definida pelo total das remunerações ilíquidas registadas nos últimos 183 dias que precedem o mês anterior ao mês em que se iniciou a incapacidade temporária para o exercício laboral, deduzidas as quotizações para a segurança social, sobre o número de dias a que as mesmas se reportam.

2 – Em caso de totalização de períodos contributivos, se os beneficiários no período de referência indicado no número anterior, não apresentarem 183 dias com registo de remunerações, a remuneração de referência é definida pelo total das remunerações ilíquidas registadas desde o início do período de referência até ao início do mês em que se verificou a incapacidade temporária para o exercício laboral, deduzidas as quotizações para a segurança social, sobre o número de dias a que as mesmas se reportam.

3 – Na determinação do total de remunerações registadas não são consideradas as importâncias relativas aos subsídios de férias e de natal e outros de natureza análoga.

### ARTIGO TERCEIRO – LIMITES AO MONTANTE DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – O montante diário do subsídio de doença não pode ser inferior, nem pode ser superior, ao valor ilíquido da remuneração de referência que lhe serviu de base de cálculo, deduzido das respectivas quotizações para a segurança social.

2 – Nas situações de acumulação previstas no artigo 2º, do capítulo quinto, do presente título, o montante do subsídio de doença é igual à diferença entre o valor que lhe corresponde e o valor das indemnizações por acidente laboral ou por doença profissional.

### ARTIGO QUARTO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DA PRESTAÇÃO COMPENSATÓRIA.

1 – O montante da prestação compensatória a conceder nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo anterior, corresponde ao proporcional aos meses de exercício laboral no caso de este ser inferior a 1 ano ou pela sua totalidade no caso de este ser igual ou superior a 1 ano.

### ARTIGO QUINTO – ATRIBUIÇÃO DA PRESTAÇÃO COMPENSATÓRIA.

1 – A passagem do beneficiário à situação de pensionista, incluindo nos casos em que se verifique a atribuição da pensão provisória, não prejudica o reconhecimento do direito previsto no artigo 8º, do capítulo anterior, em função dos direitos adquiridos na vigência do respectivo contrato laboral.

### ARTIGO SEXTO – ATRIBUIÇÃO DE PENSÃO PROVISÓRIA DE INVALIDEZ.

1 – A manutenção da situação de incapacidade para o exercício de toda e qualquer actividade laboral, para além do período de tempo estabelecido nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo seguinte, confere direito à atribuição de uma pensão provisória de invalidez, ainda que não tenha sido cumprido o prazo de garantia legalmente estabelecido para o efeito.

## CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DO PAGAMENTO.



1 – O início do pagamento do subsídio de doença dos profissionais por conta de outrem e dos profissionais independentes está sujeito a um período de espera de 3 dias, sendo devido a partir do quarto dia da incapacidade temporária para o exercício laboral.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, não é considerado o dia do início da incapacidade, se o mesmo tiver sido remunerado.

3 – Nas situações em que o certificado de incapacidade temporária não seja recebido na matriz social competente no prazo previsto no número 1 do artigo 3º, do capítulo oitavo, do presente título, o subsídio de doença é devido a partir da data em que seja recebido aquele certificado, sem prejuízo da aplicação dos períodos de espera previsto no presente artigo.

4 – Não existe período de espera nas situações de internamente hospitalar, bem como nos casos em que a incapacidade tenha início no decurso de período de atribuição do subsídio de maternidade e ultrapasse o termo desse período.

#### ARTIGO SEGUNDO – NÃO REGISTO DE REMUNERAÇÕES.

1 – Os períodos de concessão do subsídio de doença e de concessão provisória deste subsídio nos termos do disposto no artigo 9º, do capítulo primeiro, do presente título, não dão origem ao registo de remunerações, nomeadamente os períodos de espera estabelecidos no artigo anterior.

#### ARTIGO TERCEIRO – PERÍODO DE CONCESSÃO.

1 – O subsídio de doença é concedido pelo período máximo de 548 dias.

2 – Para efeitos da contagem do período máximo de concessão do subsídio de doença, consideram-se as situações de incapacidade que ocorram nos 62 dias imediatos à data da cessação da incapacidade anterior.

3 – A atribuição dos subsídios de maternidade, paternidade e por adoção, não interrompe a contagem dos períodos máximos previstos no número 1.

4 – Em caso algum a concessão do subsídio de doença por incapacidade temporária pode ultrapassar o limite temporal estabelecido no número 1.

#### ARTIGO QUARTO – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO.

1 – O pagamento do subsídio de doença é suspenso nas seguintes situações:

- a) Nos casos em que sem autorização médica expressa o beneficiário se ausente da sua residência;
- b) Em caso de falta a exame médico para que o beneficiário tenha sido convocado nos termos da lei;
- c) Sempre que for declarada a não subsistência da incapacidade temporária para o exercício laboral pela matriz social, pelo membro do

órgão de soberania jurídico e pelo presidente da área presidencial da saúde nos termos do procedimento de verificação de incapacidade nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo oitavo, do presente título.

#### ARTIGO QUINTO – CESSAÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – O direito ao subsídio de doença cessa sempre que for alcançado o termo do período constante do certificado de incapacidade temporária para o exercício laboral ou durante o referido período, desde que:

- a) Tenha sido declarado pelas entidades de saúde o término da incapacidade temporária para o exercício laboral;
- b) O beneficiário tenha retomado o exercício da actividade profissional por se considerar apto;
- c) O beneficiário tenha exercido actividade profissional, independentemente de prova de não existência de remunerações.

2 – O direito ao subsídio de doença cessa ainda sempre que:

- a) O beneficiário não apresentar justificação atendível da ausência da residência, sem autorização médica expressa ou sem ser para cumprir as obrigações decorrentes da patologia;
- b) O beneficiário não apresentar justificação atendível para a falta a exame ou a diagnóstico médico para o qual tenha sido convocado;
- c) Tiver sido declarada a não subsistência da incapacidade temporária para o exercício laboral pelo médico da reavaliação.

3 – O prazo para apresentação da justificação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, é de 3 dias, após a data da recepção da comunicação da suspensão do pagamento do subsídio de doença ou da data marcada para o exame médico, respectivamente.

#### CAPÍTULO QUINTO – ACUMULAÇÃO E INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÃO GERAL DE ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES.

1 – O subsídio de doença não é acumulável com outras prestações compensatórias da perda de remunerações laborais concedidas no âmbito dos regimes de protecção social.

##### ARTIGO SEGUNDO – ACUMULAÇÃO COM PRESTAÇÕES DE NATUREZA INDEMNIZATÓRIA.

1 – O subsídio de doença é acumulável com pensões e indemnizações por incapacidade temporária, resultantes de acidente laboral ou de doenças profissionais,

desde que a acumulação destas indemnizações e do subsídio de doença não ultrapasse o limite do rendimento de referência nos termos previstos no número 2 do artigo 3º, do capítulo terceiro, do presente título.

### ARTIGO TERCEIRO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos do subsídio de doença são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

### ARTIGO QUARTO – INACUMULABILIDADE COM RENDIMENTOS LABORAIS.

1 – Não é acumulável o subsídio de doença com rendimentos laborais auferidos pelo seu titular no mesmo período de tempo.

### CAPÍTULO SEXTO – DEVERES.

#### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – Constituem deveres dos beneficiários abrangidos pelo regime de protecção na doença:

- a) Comparecer aos exames e diagnósticos médicos para que forem convocados nos termos do presente título e no âmbito da legislação que regula o sistema de verificação das incapacidades, aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça, nomeadamente sempre que forem convocados pela entidade empregadora;
- b) Não se ausentar do seu domicílio durante o período da incapacidade fixado, nomeadamente aos fins-de-semana, salvo em casos de tratamento ou de autorização médica expressa, bem como sempre que se desloquem à matriz social competente.

2 – Os beneficiários devem ainda comunicar à matriz social competente da sua área de residência:

- a) A titularidade de pensões ou de outras prestações compensatórias da perda de remuneração laboral, respectivos montantes, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- b) A identificação de eventuais responsáveis e o montante da indemnização recebida em caso de haver acordo, sempre que a incapacidade resulte de acidente laboral ou de acto de terceiro, pelo qual seja devida indemnização;

- c) O exercício de actividade profissional, independentemente de prova de inexistência de remunerações;
- d) A mudança de residência ou de conta bancária;
- e) A reclusão em estabelecimento prisional;
- f) O óbito do beneficiário;
- g) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

3 – São ainda deveres dos beneficiários do subsídio de doença apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

## ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 5 dias a contar da data do início da situação de incapacidade temporária ou da ocorrência do facto, no caso de este se verificar subsequentemente.

## ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida do subsídio de doença ou outros factos relativos aos deveres dos beneficiários, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

## ARTIGO QUARTO – CELEBRAÇÃO DE ACORDOS.

1 – Nos casos em que a solicitação de reembolso do valor do subsídio de doença, concedidos provisoriamente nos termos do artigo 9º, do capítulo primeiro, do presente título, não tiver sido judicialmente formulado pela matriz social competente do processo, nenhuma transacção pode ser celebrada com o beneficiário titular do direito à indemnização, nem lhe pode ser efectuado qualquer pagamento com a mesma finalidade, sem que se encontre certificado pela respectiva matriz social, se houver concessão provisória do subsídio de doença e qual o respectivo montante.

2 – Nas situações em que tenha sido celebrado acordo, o responsável pela indemnização deve:

- a) Comunicar à matriz social competente o valor total da indemnização devida;
- b) Reter e entregar directamente à matriz social competente o valor correspondente aos subsídios de doença pagos, até ao limite do montante da indemnização devida.

## CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

### ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – A gestão e a organização dos processos do subsídio de doença regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

### ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção do subsídio de doença, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com os órgãos de soberania fiscais e as entidades da saúde, nomeadamente nas seguintes situações:

- a) Se se verificar alguma irregularidade formal do certificado de incapacidade temporária para o exercício laboral por estado de doença;
- b) Se o médico constatar que a evolução clínica do beneficiário determina a não subsistência da incapacidade temporária antes do termo do período fixado no certificado, para efeitos da aplicação da alínea a) do número 1 do artigo 5º, do capítulo quarto, do presente título.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, fiscal e social.

### ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – Nos termos do presente título e tendo presente a celeridade da comparticipação das despesas medicamentosas e de saúde dos beneficiários do subsídio de doença especiais e portadores de doença crónica, compete às entidades farmacêuticas e da saúde transmitir até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, o resumo das facturas inerentes a cada beneficiário à matriz social competente da área de localização da entidade farmacêutica ou da saúde, preferencialmente por correio electrónico.



2 – Nos termos do número anterior, é competência das entidades farmacêuticas e da saúde proceder ao mais ínfimo rigor face às despesas medicamentosas ou de saúde de cada um beneficiário em ficha própria de onde conste apenas e só os medicamentos ou tratamentos aos mesmos relativos.

#### ARTIGO QUARTO – REQUERIMENTO.

1 – A atribuição do subsídio de doença não depende da apresentação de requerimento pelo beneficiário.

2 – A atribuição da prestação compensatória do não pagamento dos subsídios de férias, de natal ou outros de natureza análoga regulares prevista no número 2 do artigo 6º, do capítulo primeiro, do presente título, depende de requerimento de modelo próprio aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde e social.

3 – O requerimento referido no número anterior, deve ser apresentado na matriz social competente da área de residência do beneficiário, no prazo de 92 dias, contados a partir do momento em que os subsídios eram devidos, salvo no caso de cessação de contrato laboral, situação em que o prazo se inicia a contar da data dessa mesma cessação.

4 – O requerimento deve ser instruído com uma declaração da entidade empregadora, na qual conste a indicação dos quantitativos não pagos e a referência à norma contratual justificativa do não pagamento.

5 – Nas situações de falecimento do beneficiário, que reunindo as condições legais substantivas para a atribuição da prestação compensatória, não a requerer em vida, os familiares com direito ao subsídio por falecimento, podem requerê-la no prazo estabelecido para a apresentação do respectivo requerimento.

#### ARTIGO QUINTO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos ao subsídio de doença se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

#### CAPÍTULO OITAVO – CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE.

#### ARTIGO PRIMEIRO – MEIOS DE CERTIFICAÇÃO.

1 – O reconhecimento e a duração da incapacidade temporária são fundamentados em exame clínico do beneficiário, sendo os respectivos elementos de informação anotados e arquivados no competente processo clínico.

2 – A certificação da incapacidade temporária é efectuada mediante atestado médico, em impresso de modelo próprio, designado por certificado de incapacidade

temporária para o exercício laboral por estado de doença, o qual é identificado pela aposição das vinhetas do médico e da entidade da saúde.

3 – O modelo do impresso referido no número anterior, é aprovado por portaria das áreas presidenciais da saúde, humana, social e jurídica.

## ARTIGO SEGUNDO – LIMITES DA CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA.

1 – A certificação da incapacidade temporária para o exercício laboral está subordinada a limites temporais de 7 a 30 dias, consoante se trate de período inicial ou de prorrogação, salvo o disposto em lei especial.

2 – Os períodos de incapacidade temporária para o exercício laboral que se encontrem certificados não são interrompidos ainda que durante esses períodos, não seja reconhecido o direito ao subsídio de doença.

## ARTIGO TERCEIRO – REMESSA DO CERTIFICADO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA.

1 – Os documentos médicos da certificação de incapacidade temporária para o exercício laboral por doença referidos no artigo 7º, do capítulo segundo, do presente título, são remetidos pelos beneficiários à matriz social competente da área de residência do beneficiário, no prazo de 5 dias, a contar da data da respectiva emissão, enquanto não for concretizada a transmissão electrónica de dados respeitantes àquela certificação.

2 – Nas situações em que o certificado de incapacidade não seja recebido na matriz social competente no prazo referido no número anterior, aplica-se o disposto no número 3 do artigo 1º, do capítulo quarto, do presente título, salvo justificação atendível devidamente fundamentada.

## ARTIGO QUARTO – PROVA DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS.

1 – Nas situações em que a doença ocorra a bordo de embarcação, com ou sem médico a bordo, a certificação da incapacidade temporária é sempre efectuada com intervenção médica, ainda que não presencial, competindo à entidade empregadora a responsabilidade pela remessa do documento médico à matriz social competente da área de residência do beneficiário.

2 – Fora do espaço territorial português, os documentos que certifiquem as situações de incapacidade temporária para o exercício laboral, são emitidos pelos médicos dos beneficiários no estado soberano externo respectivo e autenticados pelos serviços da competente embaixada do império português, sem prejuízo do disposto em instrumento internacional a que Portugal se encontre vinculado.

## ARTIGO QUINTO – CONFIRMAÇÃO DA SUBSISTÊNCIA DA INCAPACIDADE.

1 – A incapacidade temporária para o exercício laboral determinante do direito ao subsídio de doença, pode ser objecto de confirmação oficiosa da sua subsistência, mediante intervenção da matriz social competente da área de residência do beneficiário, na verificação de incapacidades nos termos constantes da portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

2 – A reavaliação das situações objecto das deliberações das matrizes sociais de verificação de incapacidades, que determinaram a não subsistência de incapacidade temporária para o exercício laboral, é regulada nos termos do presente título e da portaria que define o sistema de verificação de incapacidades.

## ARTIGO SEXTO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE.

1 – Nas situações de incapacidade temporária para todo e qualquer exercício laboral que alcance 365 dias, as matrizes sociais promovem officiosamente a verificação da eventual incapacidade permanente do beneficiário, desde que à data se encontre preenchido o prazo de garantia legalmente estabelecido para a atribuição da pensão de invalidez.

## ARTIGO SÉTIMO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE POR INICIATIVA DA ENTIDADE EMPREGADORA.

1 – As iniciativas das entidades empregadoras para requererem a verificação das incapacidades temporárias ou permanentes dos respectivos profissionais são requeridas à matriz social competente da área de residência do beneficiário e instruídos pela própria matriz social.

## ARTIGO OITAVO – PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE.

1 – As matrizes sociais nos termos do disposto nos artigos 6º e 7º, do presente capítulo, notificam o beneficiário e a entidade empregadora para no prazo de 30 dias, apresentarem cada um a correspondente avaliação clínica da incapacidade e convocam um membro do órgão de soberania jurídico e da área presidencial da saúde competentes da área de residência do beneficiário, para com as avaliações clínicas firmar as decisões exigidas ao esclarecimento da situação de incapacidade em análise.

2 – Nos termos do número anterior, sempre que suscitadas dúvidas face à situação de incapacidade ou sempre que existam disparidades graves entre as duas avaliações clínicas, é da competência da matriz social competente pelo processo, marcar reavaliação da incapacidade no hospital militar competente da área de residência do beneficiário, com base nas duas avaliações clínicas anteriores.

3 – Após o diagnóstico da reavaliação da situação de incapacidade compete à matriz social, ao membro do órgão de soberania jurídico e ao presidente da área presidencial da saúde competentes da área de residência do beneficiário, firmar a decisão final face à situação de incapacidade permanente e sempre que total para o exercício de toda e qualquer actividade laboral à sua passagem para a situação de invalidez ou sobre a cessação da incapacidade temporária e do reiniciar o exercício laboral pelo beneficiário.

## CAPÍTULO NONO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

### ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.

1 – A atribuição do subsídio de doença é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – Os órgãos de soberania sociais deverão notificar os requerentes da atribuição do subsídio de doença, do montante e da data a que o início se reporta.

### ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – Sempre que na apreciação do processo se verifiquem não estar reunidas as condições para a atribuição do subsídio de doença, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;
- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente para efeitos do disposto no número 2 do artigo 4º, do capítulo sétimo, do presente título, não permitam a verificação das condições de atribuição do subsídio de doença, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – O subsídio de doença previsto no presente título, é pago aos beneficiários ou aos seus representantes legais.

2 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento do subsídio de doença, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

#### ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA.

1 – O pagamento do subsídio de doença aos profissionais independentes, depende de se encontrar regularizada a sua situação contributiva até ao momento da verificação da incapacidade.

2 – A não verificação do disposto no número anterior, determina a suspensão do pagamento das prestações por doença.

3 – O beneficiário readquire o direito ao pagamento das prestações suspensas desde que regularize a sua situação contributiva nos 92 dias subsequentes ao dia em que tenha ocorrido a suspensão.

4 – Se a situação contributiva não for regularizada no prazo previsto no número anterior, o beneficiário perde o direito ao pagamento das prestações suspensas.

5 – No caso de a regularização da situação contributiva, se verificar posteriormente ao decurso do prazo referido no número 3, o beneficiário retoma o direito às prestações a que houver origem, a partir do dia subsequente àquele em que ocorra a regularização.

#### ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito ao subsídio de doença vencidos é de 1 ano, findo o qual revertssem a favor dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocados a pagamento com conhecimento da pessoa a quem o subsídio de doença é pago.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

#### CAPÍTULO DÉCIMO – REABILITAÇÃO LABORAL E REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO.



1 – O presente capítulo regula o regime relativo à reabilitação laboral e à reintegração profissional do profissional portador de incapacidade temporária para o exercício laboral habitual derivada de doença, que não seja de carácter profissional ou resultado de acidente laboral, superior a 7 dias e que não reporte a situações de incapacidade física de locomoção.

## ARTIGO SEGUNDO – OCUPAÇÃO E REABILITAÇÃO.

1 – A entidade empregadora é obrigada a ocupar o profissional que ao seu serviço, ainda que a título de contrato a termo, sofreu doença, de que tenha resultado incapacidade temporária para o exercício laboral habitual, em funções e condições de exercício laboral compatíveis com o respectivo estado de saúde nos termos previstos na lei.

2 – Ao profissional referido no número anterior, é assegurada pela entidade empregadora a formação profissional e a adaptação ao posto laboral nos termos previstos na lei.

## ARTIGO TERCEIRO – OCUPAÇÃO OBRIGATÓRIA.

1 – A obrigação prevista no número 1 do artigo anterior, cessa se injustificadamente o profissional não se apresentar à entidade empregadora no prazo de 10 dias após a comunicação da incapacidade fixada e poderá ser motivo de justa causa de despedimento por parte da entidade empregadora.

2 – A entidade empregadora que não cumprir a obrigação de ocupação efectiva e sem prejuízo de outras prestações devidas por lei ou por instrumento de regulamentação colectiva, tem que pagar ao profissional a retribuição prevista no número 3 do artigo seguinte, salvo se entretanto o contrato tiver cessado nos termos da lei.

## ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXERCÍCIO LABORAL.

1 – O profissional com capacidade de exercício laboral reduzida resultante de doença, a quem a entidade empregadora ao serviço do qual ocorreu a doença, assegure ocupação em funções laborais compatíveis durante o período da incapacidade, tem direito a dispensa de horários laborais com adaptabilidade de exercício laboral suplementar e de exercício laboral no período nocturno.

2 – A retribuição devida ao profissional portador de doença ocupado em funções compatíveis, tem por base a do dia da doença, excepto se entretanto a retribuição da categoria correspondente tiver sido objecto de alteração, caso em que é esta a considerada.

3 – O despedimento sem justa causa do profissional temporariamente incapacitado em resultado de doença, confere àquele sem prejuízo de outros direitos consignados no REAL CÓDIGO LABORAL, o direito a uma indemnização igual ao dobro da que lhe competiria por despedimento ilícito.

## ARTIGO QUINTO – AVALIAÇÃO.

1 – Sempre que for considerado necessário e exigido o esclarecimento de dúvidas sobre as incapacidades referidas no artigo 1º, do presente capítulo ou sobre o emprego de profissional incapacitado em funções compatíveis com o seu estado de saúde, pode ser solicitado o parecer de peritos médicos dos hospitais militares.

2 – Sempre que a entidade empregadora assegure a ocupação compatível com o estado de saúde do profissional doente, pode requerer ao hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora, a avaliação da situação do profissional, tendo presente a adaptação do seu posto laboral e disponibilização de formação profissional adequada à ocupação e função a desempenhar.

3 – O hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora, procede à avaliação da situação do profissional e à promoção de eventuais adaptações necessárias à ocupação do respectivo posto laboral, mediante a disponibilização de intervenções técnicas consideradas necessárias e exigidas, recorrendo nomeadamente aos órgãos de soberania militares especializados.

4 – Por acordo entre a entidade empregadora e o profissional portador de doença, pode igualmente ser requerida a avaliação a que se refere o número 2, nos casos em que a ocupação compatível com o respectivo estado de saúde, seja assegurada por uma outra entidade empregadora.

## ARTIGO SEXTO – APOIOS TÉCNICOS.

1 – Para além do apoio técnico necessário para a adaptação do posto laboral às necessidades do profissional portador de doença, o empregador que assegure ocupação compatível com o seu estado de saúde nos termos referidos no número 1 do artigo 2º, do presente capítulo e no número 2 do artigo anterior, pode beneficiar de apoio técnico concedido pelo órgão de soberania militar relativos à reabilitação laboral de cidadãos com incapacidade, desde que reúna os respectivos requisitos.

2 – A entidade empregadora que promova a reabilitação laboral do profissional portador de doença, também pode beneficiar dos apoios técnicos previstos no número anterior.

## ARTIGO SÉTIMO – IMPOSSIBILIDADE DE ASSEGURAR OCUPAÇÃO COMPATÍVEL.

1 – Sempre que a entidade empregadora declare a impossibilidade de assegurar ocupação e função compatível com o estado de saúde de profissional portador de doença, a situação deve ser avaliada e confirmada pelo hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora nos termos previstos no presente capítulo.

2 – No caso de o hospital militar competente concluir pela viabilidade de ocupação de um posto laboral da entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu a doença, a

entidade empregadora deve colocar o profissional portador de doença em ocupação e função compatíveis.

3 – Caso o hospital militar competente conclua pela impossibilidade de ocupação de um posto laboral na entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu a doença, solicita ao órgão de soberania militar competente da área de residência do profissional, para encontrar soluções nas forças de intervenção militares, sapadoras ou policiais ou nas entidades da saúde, compatíveis ao enquadramento do profissional portador de doença, tendo presente a sua reabilitação laboral e reintegração profissional.

#### ARTIGO OITAVO – PLANO DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

1 – No âmbito do apoio preconizado no artigo 6º, do presente capítulo e nos números 2 e 3 do artigo anterior, o órgão de soberania militar competente da área de residência do profissional portador de doença, observa as qualificações, a experiência e os dons criativos e os recursos especializados em toda a orgânica das forças de intervenção, visando a reintegração profissional do portador de doença, equacionado os meios técnicos que devem ser disponibilizados.

2 – O plano de reintegração a que se refere o número anterior, é definido conjuntamente com o profissional e consensualizado com:

- a) A entidade empregadora que assegura ocupação e função compatível;
- b) Os demais serviços intervenientes na concretização do plano, sempre que for o caso.

3 – A intervenção do órgão de soberania militar competente, realiza-se a partir do momento em que o processo de reabilitação clínica permita o início do processo de reintegração profissional.

4 – Sempre que o órgão de soberania militar competente verifique no âmbito da sua intervenção, que não possui resposta adequada para a reintegração do profissional portador de doença, pode propor o recurso a outras entidades, públicas ou privadas, com competências para o efeito.

5 – O órgão de soberania militar competente assegura o acompanhamento do processo de reintegração profissional.

#### ARTIGO NONO – ENCARGOS COM A REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

1 – Os encargos com a reintegração profissional no âmbito do disposto no artigo 2º, do presente capítulo, são afirmados pela entidade empregadora nas situações em que o profissional se mantenha na entidade empregadora ao serviço da qual sofreu a doença, sem prejuízo do previsto nos números 1 e 2 do artigo 7º, do presente capítulo.

2 – Os encargos com a reintegração profissional de profissionais portadores de doença a quem a entidade empregadora não tenha assegurado ocupação compatível, são afirmados pela própria entidade empregadora, sempre que não se realizem nas forças de

intervenção ou pela entidade empregadora e pelo órgão de soberania sapador, militar ou policial ou pela entidade da saúde, sempre que se trate de acções realizadas nas forças de intervenção portuguesas.

3 – Os encargos com a reintegração profissional são calculados com base em valor unitário por hora de intervenção, a estabelecer por acordo de cooperação entre a entidade empregadora e a entidade das forças de intervenção portuguesas.

4 – Os encargos afirmados pela entidade empregadora circunscrevem-se à remuneração mensal ilíquida do profissional e aos custos de formação no novo posto laboral.

5 – Os encargos das entidades das forças de intervenção previstas no presente artigo, circunscrevem-se aos custos de formação, bem como às despesas de alimentação e alojamento, sempre que realizadas nas mesmas entidades das forças de intervenção portuguesas.

#### ARTIGO DÉCIMO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO.

1 – Os órgãos de soberania militares podem celebrar acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, tendo presente a reintegração profissional dos profissionais afectados por incapacidades derivadas de doença.

2 – Os acordos de cooperação devem conter designadamente:

- a) A descrição e os objectivos da intervenção;
- b) A tipologia das acções a desenvolver;
- c) Os meios materiais, técnicos, tecnológicos e financeiros a disponibilizar;
- d) Competências das entidades intervenientes;
- e) Período de vigência.

3 – Os acordos de cooperação têm a duração máxima de 183 dias, com possibilidade de renovação.

4 – A execução do acordo de cooperação é objecto de um relatório trimestral de avaliação, elaborado conjuntamente com as entidades intervenientes.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIAS DE GARANTIA DE OCUPAÇÃO E EXERCÍCIO DE FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DO PROFISSIONAL.

1 – O órgão de soberania militar competente assegura:

- a) A verificação da possibilidade de a entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu a doença, assegurar a ocupação e funções compatíveis com a capacidade do profissional nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º, do presente capítulo;

- b) A intermediação entre o profissional, a entidade empregadora e o órgão de soberania militar competente ou a entidade de formação profissional, sempre que diferente do órgão de soberania militar;
- c) O encaminhamento das situações decorrentes da reintegração profissional no mesmo ou no novo posto laboral.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROCEDIMENTO.

1 – O órgão de soberania militar competente escutados os serviços de saúde do diagnóstico clínico da entidade empregadora e do profissional, aprecia a situação, elaborando o parecer fundamentado dos serviços de saúde do hospital militar competente no prazo de 15 dias e indicando se a entidade empregadora tem possibilidade de assegurar ocupação e função compatíveis com o estado do profissional portador de doença.

2 – O parecer referido no número anterior, avalia também a possibilidade de a entidade empregadora assegurar o processo de reintegração profissional, designadamente a formação profissional para adaptação ao posto laboral, por si só ou em colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, indicando sempre que for o caso as entidades públicas com competências para intervir.

3 – Quer a entidade empregadora, quer o profissional podem indicar um representante do sector ministerial competente do exercício de actividade económica da entidade empregadora ou da arte bastonária correspondente do exercício laboral do profissional ou da arte bastonária cujo exercício da actividade laboral venha a ser exercida com a reintegração.

4 – O parecer referido no número 1, tem natureza vinculativa, sendo comunicado à entidade empregadora e ao profissional portador de doença, no prazo máximo de 7 dias.

## CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, da segurança, fiscal, social e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

### ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.



### ARTIGO TERCEIRO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS.

1 – As participações, os boletins de exame e alta e outros formulários referidos no presente título, que possam ser impressos por meios informáticos, obedecem aos modelos aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

2 – O não cumprimento do disposto no número anterior, equivale a falta de tais documentos, podendo ainda o órgão de soberania jurídico de cariz humano ordenar a sua substituição.

3 – Os centros de saúde remetem à matriz social competente da sua área de localização, os certificados de incapacidade temporária, por via electrónica nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

### ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores do subsídio de doença anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários do subsídio de doença os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem o subsídio de doença era pago ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito à prestação social, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por doença anteriores à entrada em vigor do presente código, serão adaptados à nova realidade processual pelos órgãos de soberania sociais e militares e pelas entidades da saúde envolvidas nos mesmos processos.

### ARTIGO QUINTO – PREVENÇÃO BASTONÁRIA.

1 – Todas as artes bastonárias constituintes da orgânica legislativa portuguesa devem em cooperação com as artes bastonárias da saúde e humanas, analisar as diferentes patologias inerentes ao exercício de actividades profissionais, tendo presente o prevenir

e diagnosticar os sintomas iniciais da origem das patologias e em colaboração com as artes bastonárias dos materiais, das técnicas e das tecnologias, deliberar sobre as formas de eliminar ou diminuir os esforços humanos despendidos nos mesmos exercícios laborais.

#### ARTIGO SEXTO – PREVENÇÃO MINISTERIAL.

1 – Todos os sectores ministeriais constituintes da orgânica legislativa portuguesa devem em cooperação com os sectores ministeriais da saúde e humanos, analisar as diferentes patologias ao exercício de actividades económicas, tendo presente o prevenir e diagnosticar os sintomas iniciais da origem das patologias e em colaboração com os sectores ministeriais dos materiais, das técnicas e das tecnologias, deliberar sobre as formas de eliminar ou diminuir os esforços humanos despendidos nos mesmos exercícios laborais.

#### ARTIGO SÉTIMO – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PRESIDENCIAL.

1 – Compete às assembleias reais das áreas presidenciais acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos adoptados pelas artes bastonárias e pelos sectores ministeriais no processo de certificação dos riscos inerentes ao exercício das várias profissões e actividades económicas e na certificação das incapacidades temporárias para o exercício laboral e apresentar propostas de aperfeiçoamento da legislação aplicável, tendo presente adoptar as directrizes adequadas à prevenção das doenças e à criação das condições que permitam uma reparação eficaz em tempo útil dos danos decorrentes desta eventualidade.

#### ARTIGO OITAVO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se as normas reguladoras dos regimes contributivos da segurança social.

#### ARTIGO NONO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime do subsídio de doença aplica-se após a entrada em vigor do presente código, sem efeitos retroactivos.

### TÍTULO QUARTO – REGIME JURÍDICO DA PARENTALIDADE NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

## ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social na parentalidade no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção do subsistema previdencial.

2 – A protecção na parentalidade realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar a perda de remuneração presumida em consequência das eventualidades temporárias previstas para o exercício laboral.

## ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – A protecção regulada no presente título abrange os beneficiários do subsistema previdencial, integrados no regime geral dos profissionais por conta de outrem e no regime dos profissionais independentes, com excepção dos cidadãos que se encontrem em situação de invalidez ou de aposentação ainda que exerçam actividade profissional dependente ou independente.

2 – Sempre que o presente título não impuser compreensão diferente, presume-se:

- a) Que o profissional está na dependência económica da pessoa em proveito da qual presta serviço;
- b) Que o profissional está na sua própria dependência, sempre que esteja colectado como profissional independente nos termos do disposto nos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

3 – Para além da situação do praticante, aprendiz e estagiário, considera-se situação de formação a que tenha por objectivo a preparação, promoção e actualização laboral do profissional, necessário ao desempenho de funções inerentes à actividade do empregador.

## ARTIGO TERCEIRO – PROFISSIONAL EXTERNO.

1 – O profissional externo que exerça actividade em espaço territorial português é para efeitos do presente título, equiparado ao profissional português.

2 – O profissional externo em espaço territorial português ao serviço de entidade empregadora externa, sua agência, sucursal, filial ou representante, pode ficar excluído do âmbito do presente título, desde que exerça uma actividade temporária ou intermitente e por acordo entre estados soberanos, se tenha convencionado a aplicação da legislação relativa à protecção na parentalidade em vigor no estado soberano de origem.

## ARTIGO QUARTO – PROFISSIONAL NO EXTERIOR.

1 – O profissional português e o profissional externo residente em espaço territorial português no exterior ao serviço de entidade empregadora portuguesa, têm o

direito às prestações sociais previstas no presente título, salvo se a legislação do estado soberano lhes reconhecer direito à protecção na eventualidade, caso em que o profissional pode optar por qualquer dos regimes de protecção social.

2 – A lei portuguesa aplica-se na ausência de opção expressa do profissional no exterior ao serviço de entidade empregadora portuguesa, salvo se a do estado soberano externo onde ocorreu a eventualidade for mais favorável.

#### ARTIGO QUINTO – EXTENSÃO DOS DIREITOS ATRIBUÍDOS AOS PROGENITORES.

1 – A protecção conferida aos progenitores mediante os subsídios previstos no presente título, é extensiva aos beneficiários dos regimes contributivos da segurança social, adoptantes, tutores ou pessoas a quem for deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como aos cônjuges ou aos cidadãos em união de facto com quaisquer daqueles ou com o progenitor desde que vivam em comunhão de mesa e habitação com o menor, sempre que nos termos do REAL CÓDIGO LABORAL, lhes seja reconhecido o direito às correspondentes faltas, licenças e dispensas.

#### ARTIGO SEXTO – PROTECÇÃO NA PARENTALIDADE.

1 – A protecção prevista no âmbito do subsistema previdencial concretiza-se na atribuição de prestações pecuniárias, destinadas a garantir e compensar a perda de rendimentos laborais em virtude da ocorrência da eventualidade referida no número seguinte.

2 – A protecção estabelecida no âmbito do subsistema previdencial abrange as situações de risco clínico durante a gravidez, de interrupção da gravidez, parental, de adopção, de risco específico, de assistência a filho, de assistência a filho especial ou portador de doença crónica e de assistência a neto determinantes do impedimento temporário para o exercício profissional.

#### ARTIGO SÉTIMO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção regulada no presente título concretiza-se na atribuição dos seguintes subsídios:

- a) Subsídio por risco clínico durante a gravidez;
- b) Subsídio por interrupção da gravidez;
- c) Subsídio parental;
- d) Subsídio de adopção;
- e) Subsídio por riscos específicos;
- f) Subsídio para assistência a filho;
- g) Subsídio para assistência a filho especial ou portador de doença crónica;
- h) Subsídio para assistência a neto.

2 – O direito aos subsídios previstos nas alíneas c) ao g) do número anterior, apenas é reconhecido após o nascimento do filho, aos beneficiários que não estejam impedidos ou inibidos totalmente do exercício do poder maternal e paternal.

## CAPÍTULO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS.

### ARTIGO PRIMEIRO – SUBSÍDIO POR RISCO CLÍNICO DURANTE A GRAVIDEZ.

1 – O subsídio por risco clínico durante a gravidez é concedido nas situações em que se verifique a existência de risco clínico, para a grávida ou para o nascituro, medicamente certificado, impeditivo do exercício de actividade laboral, durante o período de tempo considerado necessário para prevenir o risco.

### ARTIGO SEGUNDO – SUBSÍDIO POR INTERRUPTÃO DA GRAVIDEZ.

1 – O subsídio por interrupção da gravidez é concedido nas situações de interrupção da gravidez impeditivas do exercício da actividade laboral, medicamente certificadas, durante um período de 7 a 15 dias.

### ARTIGO TERCEIRO – SUBSÍDIO PARENTAL.

1 – O subsídio parental é concedido consecutivamente às mães e aos pais.

2 – O subsídio concedido às mães é atribuído após o início do sétimo mês de gestação e até aos 183 dias posteriores ao nascimento do nascituro, os quais se integram no período de amamentação.

3 – O subsídio concedido aos pais é atribuído por o período de:

- a) 15 dias após o nascimento, no caso de nascimento natural;
- b) Tempo de duração da fase crítica, no caso de nascimento prematuro;
- c) 183 dias, sempre que se verifique o falecimento da mãe após o parto ou advenha incapacidade física ou psíquica da mãe;
- d) Tempo que faltar para a período de amamentação da mãe, sempre que durante o período de amamentação a mãe falecer ou advenha incapacidade física ou psíquica da mãe.

4 – No caso de nascimentos múltiplos, aos períodos previstos nos números anteriores, acrescem 30 dias por cada gémeo para além do primeiro.

### ARTIGO QUARTO – SUBSÍDIO DE ADOPÇÃO.



1 – O subsídio de adopção é concedido aos candidatos a adoptantes nas situações de adopção de menores de 18 anos, impeditivas do exercício da actividade laboral, excepto se se tratar de adopção de filho do cônjuge do beneficiário ou do cidadão com quem o beneficiário viva em união de facto e corresponde a 15 dias.

2 – Em caso de incapacidade física ou psíquica, medicamente comprovada ou de falecimento do beneficiário candidato a adoptante, o cônjuge beneficiário tem direito ao mesmo período de tempo referido no número anterior, ainda que não seja candidato a adoptante, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o adoptado.

3 – No caso de adopções múltiplas, aos períodos previstos nos números anteriores, acrescem 15 dias por cada adopção para além da primeira.

#### ARTIGO QUINTO – SUBSÍDIO POR RISCOS ESPECÍFICOS.

1 – O subsídio por riscos específicos é concedido nas situações de impedimento para o exercício laboral, determinados pela existência de risco específico para a beneficiária grávida, puérpera e lactante, que desempenhe exercício laboral nocturno ou esteja exposta a agentes, processos ou condições laborais, que constituam risco para a sua segurança e saúde nos termos definidos na lei, durante o período necessário para prevenir o risco e na impossibilidade de a entidade empregadora lhe confiar outras tarefas.

2 – No caso de exercício independente, a comprovação do risco de desempenho de exercício laboral nocturno ou de exposição a agente, processos ou condições laborais, é efectuada por entidade da saúde.

#### ARTIGO SEXTO – SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO.

1 – O subsídio para assistência a filho é concedido ou à mãe ou ao pai nas situações de impedimento do exercício de actividade laboral, determinados pela necessidade de prestar assistência inadiável ou imprescindível a filho, em caso de doença ou acidente, medicamente certificados nos seguintes termos:

- a) Menor de 12 anos ou independentemente da idade, no caso de filhos especiais ou portadores de doença crónica, um período máximo de 30 dias, seguidos ou interpolados, em cada ano civil ou durante todo o período da eventual hospitalização;
- b) Maiores de 12 anos, um período máximo de 15 dias seguidos ou interpolados, em cada ano civil.

2 – Aos períodos referidos no número anterior, acresce 3 dias por cada filho para além do primeiro.

3 – A concessão do subsídio para assistência a filho depende de só um dos membros do cônjuge exercer o direito ao subsídio no mesmo período e pelo mesmo facto, bem como no caso de filho maior, este se integrar no agregado familiar do beneficiário.

4 – Relevam para o cômputo dos períodos máximos da concessão do subsídio para assistência a filho, os períodos de concessão do subsídio para assistência a netos nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 8º, do presente capítulo.

#### ARTIGO SÉTIMO – SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO ESPECIAL OU PORTADOR DE DOENÇA CRÓNICA.

1 – O subsídio para assistência a filho especial ou portador de doença crónica, é concedido nas situações de impedimento para o exercício da actividade laboral, determinadas pela necessidade de prestar assistência a filho especial ou portador de doença crónica, por um período de 62 dias, sendo prorrogável por motivos medicamente certificados pelo período do respectivo motivo.

2 – A concessão do subsídio para assistência a filho especial ou portador de doença crónica, depende de:

- a) O filho viver em comunhão de mesa e habitação com o beneficiário;
- b) Só um dos cônjuges exercer o direito ao subsídio, no mesmo período e pelo mesmo facto.

3 – Relevam para o cômputo dos períodos máximos da concessão do subsídio para assistência a filho especial ou portador de doença crónica, os períodos de concessão do subsídio para assistência a netos nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo seguinte.

#### ARTIGO OITAVO – SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A NETO.

1 – O subsídio para assistência a neto concretiza-se nas seguintes modalidades de prestações garantidas durante o período de requerimento para o exercício da actividade laboral:

- a) Subsídio para assistência em caso de nascimento de neto, correspondente a um período até 30 dias consecutivos após o nascimento do neto que resida com o beneficiário em comunhão de mesa e habitação e seja filho de adolescente menor de 16 anos;
- b) Subsídio para assistência a neto menor ou independentemente da idade especial ou portador de doença crónica, pelo período correspondente aos dias de falta remanescentes não usufruídos pela progenitora ou pelo progenitor nos termos previstos nos artigos 6º e 7º, do presente capítulo, com as devidas adaptações;
- c) Subsídio para assistência em caso de nascimento, pelo período correspondente aos dias de falta remanescentes não usufruídos pela progenitora ou pelo progenitor nos termos previstos no artigo 3º, do presente capítulo.

2 – A concessão do subsídio para assistência em caso de nascimento de neto, depende de declaração dos beneficiários dos períodos a usufruir pelos avós.

3 – O subsídio para assistência em caso de nascimento de neto, é concedido desde que só um dos avós exerça o direito ao subsídio, no mesmo período e pelo mesmo facto.

4 – O subsídio para assistência a neto é concedido desde que a progenitora ou o progenitor exerçam actividade laboral, estejam impedidos de prestar a assistência e não exerçam o direito ao respectivo subsídio pelo mesmo período e pelo mesmo facto e ainda que nenhum outro familiar do mesmo grau falte ao exercício da actividade laboral pelo mesmo motivo.

### **CAPÍTULO TERCEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.**

1 – O reconhecimento do direito aos subsídios previstos no presente título, depende do cumprimento das condições de atribuição à data do facto determinante da protecção.

2 – Considera-se como data do facto determinante da protecção, o primeiro dia de impedimento para o exercício da actividade laboral.

3 – Compreende-se por facto determinante da protecção, a gravidez, o parto, a ocorrência de risco clínico durante a gravidez, a interrupção da gravidez, o risco específico, os resultantes da assistência, o poder maternal e o poder paternal e a confiança judicial ou administrativa tendo presente a adopção nos termos da legislação aplicável.

#### **ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES COMUNS DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.**

1 – Constituem condições comuns do reconhecimento do direito:

- a) O usufruto das respectivas licenças, faltas e dispensas não retribuídas nos termos do REAL CÓDIGO LABORAL ou de períodos equivalentes;
- b) O cumprimento do prazo de garantia;
- c) No caso de actividade independente, os períodos em que se verifique o usufruto da licença, faltas e dispensas atentas as características específicas do exercício da actividade profissional.

2 – A opção pelo subsídio parental após o parto previsto no artigo 3º, do capítulo anterior, apenas é aplicável em situação de nado vivo.

#### **ARTIGO TERCEIRO – PRAZO DE GARANTIA.**

1 – O prazo de garantia para atribuição dos subsídios previstos no presente título é de 183 dias seguidos, com registo de remunerações à data do facto determinante da protecção.

2 – Para efeitos do número anterior, releva se necessário o mês em que ocorre o evento, desde que no mesmo se verifique registo de remunerações.

3 – Na ausência de registo de remunerações durante 183 dias consecutivos, a contagem do prazo de garantia tem início a partir da data em que ocorra um novo registo de remunerações.

#### ARTIGO QUARTO – TOTALIZAÇÃO DE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS.

1 – Para efeitos do cumprimento do prazo de garantia para atribuição dos subsídios previstos no presente título, são considerados desde que não se sobreponham os períodos de registo de remunerações em quaisquer regimes obrigatórios de protecção social, nacionais ou externos, que assegurem prestações pecuniárias de protecção nas eventualidades parentalidade.

#### ARTIGO QUINTO – NÃO CONDIÇÃO DE ATRIBUIÇÃO.

1 – Para efeitos do presente título, não são considerados o usufruto de licença, faltas e dispensas retribuídas nos termos do REAL CÓDIGO LABORAL ou de períodos equivalentes.

#### ARTIGO SEXTO – REGISTO DE REMUNERAÇÕES POR EQUIVALÊNCIA À ENTRADA DE CONTRIBUIÇÕES.

1 – O reconhecimento do direito aos subsídios previstos no presente título, dá origem ao registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições durante o respectivo período de concessão, sendo considerado como exercício da actividade laboral efectivamente prestado.

2 – Durante os períodos de exercício da actividade laboral a tempo parcial dos profissionais com responsabilidades familiares, há origem a registo adicional de remunerações por equivalência à entrada de contribuições por valor igual ao das remunerações registadas a título de exercício da actividade laboral parcial efectivamente prestado.

#### CAPÍTULO QUARTO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

## ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

1 – O montante diário dos subsídios previstos no presente título, é calculado pelo valor de remuneração diária de referência do beneficiário.

## ARTIGO SEGUNDO – REMUNERAÇÃO DE REFERÊNCIA.

1 – A remuneração de referência a considerar é definida pela média sobre que incidem as contribuições e as quotizações do beneficiário no ano anterior ao da data do facto determinante da protecção, deduzida das quotizações para a segurança social.

2 – Nas situações em que se verifique que os beneficiários não apresentam no período de referência previsto no número anterior, contribuições e quotizações para qualquer regime contributivo da segurança social, nacional ou externo, será considerado para efeitos da remuneração de referência a média dos períodos contributivos do ano em que ocorra o facto determinante da protecção, deduzida das quotizações para a segurança social.

3 – Na determinação do total das remunerações registadas, são consideradas as importâncias relativas aos subsídios de férias, de natal e outros de natureza análoga.

## CAPÍTULO QUINTO – DURAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DO PAGAMENTO.

1 – Os subsídios previstos no presente título, têm início no primeiro dia de impedimento do exercício laboral a que não corresponda retribuição.

### ARTIGO SEGUNDO – PERÍODO DE CONCESSÃO.

1 – Os subsídios previstos no presente título, são concedidos durante os períodos de duração das licenças, faltas e dispensas previstas no REAL CÓDIGO LABORAL, bem como no caso de actividade independente, durante o período de impedimento para o exercício profissional.

### ARTIGO TERCEIRO – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO.

1 – Em caso de doença do beneficiário que esteja a receber qualquer dos subsídios previstos no presente título, a prestação é suspensa, mediante comunicação do interessado à matriz social competente e apresentação de certificação médica.



2 – Nos termos do número anterior, a prestação só é retomada se depois da doença do beneficiário se verificar a continuidade dos factos ocorridos relativos à concessão dos subsídios nos termos de cada subsídio referido, com excepção do subsídio parental.

## CAPÍTULO SEXTO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os subsídios previstos no presente título, não são acumuláveis com prestações sociais emergentes do mesmo facto, desde que respeitantes ao mesmo interesse protegido, ainda que atribuídos por outros regimes de protecção social.

2 – Os subsídios previstos no presente título, não são acumuláveis com outras prestações sociais compensatórias da perda de retribuição.

### ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos dos subsídios da parentalidade são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

### ARTIGO TERCEIRO – INACUMULABILIDADE COM RENDIMENTOS LABORAIS.

1 – Os subsídios previstos no presente título, não são acumuláveis com rendimentos laborais.

### ARTIGO QUARTO – INACUMULABILIDADE COM INDEMNIZAÇÕES E PRESTAÇÕES SOCIAIS POR RISCOS PROFISSIONAIS.

1 – Os subsídios previstos no presente título, não são acumuláveis com indemnizações e prestações sociais por doença profissional ou por acidente laboral.

## CAPÍTULO SÉTIMO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS TITULARES DO DIREITO.

1 – Os titulares do direito aos subsídios da parentalidade devem comunicar à matriz social competente da sua área de residência:

- a) A titularidade de pensões ou de outras prestações compensatórias da perda de remuneração laboral, respectivos montantes, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- b) O exercício de actividade profissional, independentemente de prova de inexistência de remunerações;
- c) O usufruto das respectivas licenças, faltas e dispensas retribuídas nos termos do REAL CÓDIGO LABORAL ou de períodos equivalentes;
- d) Comprovação de residência em espaço territorial português;
- e) A mudança de residência ou de conta bancária;
- f) O óbito do titular do direito;
- g) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

2 – São ainda deveres dos titulares do direito aos subsídios da parentalidade apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 5 dias a contar da data da ocorrência do facto.

#### ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos titulares do direito aos subsídios da parentalidade previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida dos subsídios da parentalidade ou outros factos relativos aos deveres dos titulares do direito, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

### CAPÍTULO OITAVO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

## ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

1 – A gestão e a organização dos processos dos subsídios da parentalidade regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

## ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção dos subsídios da parentalidade, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com os estabelecimentos farmacêuticos, da saúde e os órgãos de soberania notariais e fiscais.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, notarial, fiscal e social.

## ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – Nos termos do presente título e tendo presente a celeridade da comparticipação das despesas medicamentosas e de saúde dos beneficiários dos subsídios da parentalidade especiais e portadores de doença crónica, compete às entidades farmacêuticas e da saúde transmitir até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, o resumo das facturas inerentes a cada beneficiário à matriz social competente da área de localização da entidade farmacêutica ou da saúde, preferencialmente por correio electrónico.

2 – Nos termos do número anterior, é competência das entidades farmacêuticas e da saúde proceder ao mais ínfimo rigor face às despesas medicamentosas ou de saúde de cada um beneficiário em ficha própria de onde conste apenas e só os medicamentos ou tratamentos aos mesmos relativos.

## ARTIGO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais estão obrigadas a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos órgãos de soberania notariais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, a listagem de todos os registos civis de nascimentos, bem como de todos os cidadãos que faleceram no mês anterior, na sua área de circunscrição geográfica municipal.

## ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO.

1 – A atribuição dos subsídios previstos no presente título, depende da apresentação do requerimento, em formulário de modelo próprio aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde e social, junto da matriz social competente da área de residência do beneficiário ou no sítio da internet do mesmo órgão de soberania social.

2 – O requerimento deve ser apresentado no prazo de 183 dias a contar da data da ocorrência do facto determinante da protecção.

3 – A entrega de requerimento fora do prazo previsto no número anterior, nos casos em que a mesma seja efectuada durante o período legal da concessão dos subsídios, determina a redução no período de concessão pelo período de tempo respeitante ao atraso verificado.

4 – O requerimento é subscrito pelos titulares do direito ou em seu nome, pelo cônjuge, pais, filhos ou pelos representantes legais, sempre que maiores de idade.

#### ARTIGO SEXTO – DISPENSA DO REQUERIMENTO.

1 – A apresentação do requerimento é dispensada nas situações em que a certificação médica seja emitida pelas entidades da saúde, através de formulário próprio para os efeitos de atribuição dos seguintes subsídios:

- a) Subsídio por risco clínico durante a gravidez;
- b) Subsídio por interrupção da gravidez;
- c) Subsídio para assistência a filho;
- d) Subsídio para assistência a filho especial ou portador de doença crónica;
- e) Subsídio para assistência a neto, na modalidade prevista na alínea b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo segundo, do presente título.

2 – Para efeitos do número anterior, consideram-se entidades da saúde, designadamente os centros de saúde e hospitais, com excepção dos serviços de urgência.

#### ARTIGO SÉTIMO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos aos subsídios da parentalidade se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

### CAPÍTULO NONO – DECLARAÇÕES E MEIOS DE PROVA.

#### ARTIGO PRIMEIRO – MEIOS DE PROVA EM GERAL.

1 – Os factos determinantes da atribuição dos subsídios previstos no presente título, bem como o período de impedimento para o exercício laboral, são declarados no requerimento, o qual consoante os casos é acompanhado dos documentos de identificação civil e ou da certificação médica, nas situações em que este não seja emitida pela entidade da saúde competente nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo anterior e ainda de outros documentos comprovativos previstos no presente título.

2 – Nas situações em que o requerimento seja apresentado online, os meios de prova que o instruem podem ser apresentados pela mesma via desde que correctamente digitados e integralmente compreensíveis.

3 – Os beneficiários têm o dever de conservar os originais dos meios de prova, pelo prazo de 5 anos, bem como o dever de os apresentar sempre que solicitados pelos serviços competentes.

#### **ARTIGO SEGUNDO – MEIOS DE PROVA EM COMUM.**

1 – Para além dos meios de prova exigidos para os correspondentes subsídios da parentalidade nos termos do subsistema previdencial, a atribuição das prestações sociais depende ainda, dos seguintes elementos obtidos oficiosamente:

- a) Composição do agregado familiar e respectivos rendimentos;
- b) Comprovação de residência em espaço territorial português.

2 – Na impossibilidade de obtenção oficiosa dos elementos referidos no número anterior, os serviços competentes notificam os beneficiários para efectuarem a respectiva apresentação no prazo de 10 dias.

#### **ARTIGO TERCEIRO – DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE MEIOS DE PROVA.**

1 – É dispensada a apresentação de meios de prova que instruem o requerimento, sempre que os órgãos de soberania sociais possam com base nos elementos constantes do requerimento e da certificação médica, comprovar oficiosamente os requisitos da atribuição dos subsídios.

2 – Os requerentes podem ser dispensados da apresentação dos elementos exigíveis, caso esteja salvaguardado o acesso à informação em causa por parte dos órgãos de soberania sociais, designadamente por efeito de processos de interconexão de dados com outras entidades da administração pública.

#### **ARTIGO QUARTO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO POR RISCO CLÍNICO DURANTE A GRAVIDEZ E POR INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ.**



1 – A atribuição dos subsídios por risco clínico durante a gravidez e por interrupção da gravidez, depende da apresentação de certificação médica que indique o período de impedimento.

#### **ARTIGO QUINTO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO PARENTAL E DO SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA EM CASO DE NASCIMENTO DE NETO.**

1 – A atribuição dos subsídios parental e do subsídio para assistência em caso de nascimento de neto, depende da apresentação de declaração do médico da entidade da saúde comprovativa do parto ou de documento da identificação civil do descendente.

#### **ARTIGO SEXTO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO PARENTAL POR IMPOSSIBILIDADE DO OUTRO PROGENITOR.**

1 – A atribuição do subsídio parental por impossibilidade do outro progenitor depende de apresentação de certificação médica da incapacidade física ou psíquica do outro progenitor ou de certidão de óbito.

#### **ARTIGO SÉTIMO – MEIOS DE PROVA DOS SUBSÍDIOS POR ADOÇÃO.**

1 – A atribuição do subsídio por adoção depende da apresentação da declaração de confiança judicial ou administrativa do menor adoptado.

2 – Nas situações a que se refere o número 2 do artigo 4º, do capítulo segundo, do presente título, são exigidos os meios de prova previstos no artigo anterior.

#### **ARTIGO OITAVO – MEIOS DE PROVA DOS SUBSÍDIOS POR RISCOS ESPECÍFICOS.**

1 – A atribuição dos subsídios por riscos específicos depende da apresentação dos seguintes elementos:

- a) Declaração da entidade empregadora da impossibilidade de atribuição de outras tarefas à beneficiária grávida, puérpera ou lactante que desempenhe exercício laboral nocturno ou que esteja exposta a agentes, processos ou condições laborais que constituam risco para a sua saúde;
- b) No caso de profissionais independentes a comprovação do desempenho de exercício laboral nocturno ou de exposição a agentes, processos ou condições laborais que constituam risco é efectuada por médico de competências laborais ou por entidades da saúde.

## ARTIGO NONO – MEIOS DE PROVA DOS SUBSÍDIOS PARA ASSISTÊNCIA A FILHO.

1 – A atribuição do subsídio para assistência a filho depende da apresentação de certificação médica ou declaração hospitalar.

## ARTIGO DÉCIMO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO ESPECIAL OU PORTADOR DE DOENÇA CRÓNICA.

1 – A atribuição do subsídio para assistência a filho especial ou portador de doença crónica depende da apresentação de certificação médica que comprove a necessidade da assistência.

2 – A certificação médica de filho especial ou portador de doença crónica, apenas é exigível no momento da apresentação do primeiro requerimento.

3 – A prorrogação da concessão do subsídio depende da comunicação do beneficiário de que a licença para assistência a filho especial ou portador de doença crónica se mantém, no prazo de 15 dias antes do termo do período de concessão.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A NETO.

1 – A atribuição do subsídio para assistência a neto depende da apresentação de certificação médica com indicação dos períodos de impedimento para o exercício laboral necessários e exigidos para garantir a assistência inadiável e imprescindível ao neto, bem como dos motivos da mesma assistência não poder ser prestada pelos progenitores.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – EFEITOS DA FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS MEIOS DE PROVA.

1 – A falta de apresentação dos meios de prova nos termos dos artigos anteriores, determinam a não concessão da atribuição dos subsídios da parentalidade.

2 – Sempre que os órgãos de soberania sociais verificarem a falta da apresentação de algum dos documentos probatórios necessários ao reconhecimento do direito aos subsídios da parentalidade, devem notificar os interessados de que a não apresentação dos meios de prova no prazo de 10 dias a partir da data da notificação, determina salvo justificação atendível, a perda do direito aos subsídios da parentalidade até ao fim do mês em que seja efectuada a produção de provas, sem prejuízo da aplicação das normas de caducidade do direito previstas no presente título.

3 – A instrução dos processos resultantes de novo requerimento deve ser efectuada com o máximo aproveitamento possível dos elementos que integrem o processo anterior.

## CAPÍTULO DÉCIMO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

### ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.

1 – A atribuição dos subsídios da parentalidade é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

1 – Os órgãos de soberania sociais deverão notificar os titulares do direito de atribuição dos subsídios da parentalidade, do montante e da data a que o início se reporta.

### ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

1 – Se na apreciação do processo se verificarem não estar reunidas as condições para a atribuição dos subsídios da parentalidade, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;
- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente não permitam a verificação das condições de atribuição dos subsídios da parentalidade, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

1 – Os subsídios da parentalidade previstos no presente título, são pagos mensalmente aos titulares do direito ou aos seus representantes legais, salvo se pela especificidade da sua duração, se justificar o pagamento de uma só vez.

2 – O pagamento do acréscimo devido por nascimento de gémeos e por adopção múltiplos, é reportado aos últimos dias de período de concessão do respectivo subsídio.

3 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento dos subsídios da parentalidade, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

## ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE.

1 – O pagamento dos subsídios da parentalidade aos profissionais independentes, depende de se encontrar regularizada a sua situação contributiva até ao momento da verificação do impedimento para o exercício de actividade profissional.

2 – A não verificação do disposto no número anterior, determina a suspensão do pagamento das prestações por parentalidade.

3 – O beneficiário readquire o direito ao pagamento das prestações suspensas desde que regularize a sua situação contributiva nos 92 dias subsequentes ao dia em que tenha ocorrido a suspensão.

4 – Se a situação contributiva não for regularizada no prazo previsto no número anterior, o beneficiário perde o direito ao pagamento das prestações suspensas.

5 – No caso de a regularização da situação contributiva, se verificar posteriormente ao decurso do prazo referido no número 3, o beneficiário retoma o direito às prestações a que houver origem, a partir do dia subsequente àquele em que ocorra a regularização.

## ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito aos subsídios da parentalidade vencidos é de 1 ano, findo o qual revertem a favor dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocados a pagamento com conhecimento do titular do direito a quem os subsídios da parentalidade são pagos.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

## CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

## ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, notarial, fiscal, social e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

## ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

## ARTIGO TERCEIRO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS.

1 – As participações, os boletins de exame e alta e outros formulários referidos no presente título, que possam ser impressos por meios informáticos, obedecem aos modelos aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

2 – O não cumprimento do disposto no número anterior, equivale a falta de tais documentos, podendo ainda o órgão de soberania jurídico de cariz humano ordenar a sua substituição.

3 – Os centros de saúde remetem à matriz social competente da sua área de localização, os certificados de incapacidade temporária, por via electrónica nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores dos subsídios da parentalidade anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários dos subsídios da parentalidade os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem os subsídios da parentalidade eram pago ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito à prestação social, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas, sem prejuízo do prazo de caducidade.

5 – Todos os processos por parentalidade anteriores à entrada em vigor do presente código, serão adaptados à nova realidade processual pelos órgãos de soberania sociais e pelas entidades da saúde envolvidas nos mesmos processos.



6 – Enquanto não for publicada a portaria prevista no artigo anterior, a concessão dos subsídios por risco clínico e por interrupção da gravidez está sujeita a apresentação do requerimento e certificação médica comprovativa do período de impedimento de actividade laboral.

#### ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se as normas reguladoras dos regimes contributivos da segurança social.

#### ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime dos subsídios da parentalidade aplica-se após a entrada em vigor do presente código, sem efeitos retroactivos.

### TÍTULO QUINTO – REGIME JURÍDICO DE ACIDENTES LABORAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social na eventualidade de acidentes laborais, incluindo a reparação, reabilitação e reintegração profissionais no âmbito do subsistema previdencial.

2 – A protecção na eventualidade de acidentes profissionais realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar a perda de remuneração presumida em consequência de incapacidade temporária ou permanente para o exercício laboral, salvo se existir possibilidade de integração do profissional portador de incapacidade temporária ou permanente num outro exercício laboral na mesma entidade empregadora.

#### ARTIGO SEGUNDO – BENEFICIÁRIOS.

1 – O profissional e os seus familiares têm direito à reparação dos danos emergentes de acidentes laborais nos termos previstos no presente título.

#### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – O regime previsto no presente título abrange os profissionais por conta de outrem e os profissionais independentes de toda e qualquer actividade económica.

2 – Sempre que o presente título não impuser compreensão diferente, presume-se:

- a) Que o profissional está na dependência económica da pessoa em proveito da qual presta serviço;
- b) Que o profissional está na sua própria dependência, sempre que esteja colectado como profissional independente nos termos do disposto nos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

3 – Para além da situação do praticante, aprendiz e estagiário, considera-se situação de formação a que tenha por objectivo a preparação, promoção e actualização laboral do profissional, necessário ao desempenho de funções inerentes à actividade do empregador.

#### ARTIGO QUARTO – PROFISSIONAL EXTERNO.

1 – O profissional externo que exerça actividade em espaço territorial português é para efeitos do presente título, equiparado ao profissional português.

2 – Os familiares do profissional externo referido no número anterior, beneficiam igualmente da protecção estabelecida relativamente aos familiares do sinistrado.

3 – O profissional externo sinistrado em acidente laboral em espaço territorial português ao serviço de entidade empregadora externa, sua agência, sucursal, filial ou representante, pode ficar excluído do âmbito do presente título, desde que exerça uma actividade temporária ou intermitente e por acordo entre estados soberanos, se tenha convencionado a aplicação da legislação relativa à protecção do sinistrado em acidente laboral em vigor no estado soberano de origem.

#### ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAL NO EXTERIOR.

1 – O profissional português e o profissional externo residente em espaço territorial português sinistrados em acidente laboral no exterior ao serviço de entidade empregadora portuguesa, têm o direito às prestações sociais previstas no presente título, salvo se a legislação do estado soberano externo onde ocorreu o acidente laboral lhes reconhecer direito à reparação, caso em que o profissional pode optar por qualquer dos regimes de protecção social.

2 – A lei portuguesa aplica-se na ausência de opção expressa do profissional sinistrado em acidente laboral no exterior ao serviço de entidade empregadora portuguesa, salvo se a do estado soberano externo onde ocorreu o acidente for mais favorável.

#### ARTIGO SEXTO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção regulada no presente título concretiza-se na atribuição de prestações em espécie e de prestações pecuniárias.

2 – As prestações em espécie compreendem:

- a) A assistência médica e cirúrgica, geral ou especializada, incluindo todos os elementos de diagnóstico e de tratamento que forem necessários e exigidos, bem como as visitas domiciliárias;
- b) A assistência medicamentosa e farmacêutica;
- c) Os cuidados de enfermagem;
- d) A hospitalização e os tratamentos termais;
- e) A hospedagem;
- f) Os transportes para observação, tratamento ou comparecimento a actos judiciais;
- g) O fornecimento de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, bem como a sua renovação e reparação;
- h) Os serviços de reabilitação e reintegração profissional e social, incluindo a adaptação do posto laboral;
- i) Os serviços de reabilitação médica ou funcional para a vida activa;
- j) Apoio psicoterapêutico, sempre que necessário e exigido à família e ao sinistrado.

3 – As prestações pecuniárias compreendem:

- a) A indemnização por incapacidade temporária para o exercício laboral;
- b) A pensão provisória;
- c) A indemnização em capital e pensão por incapacidade permanente para o exercício laboral;
- d) O subsídio por situação de elevada incapacidade permanente;
- e) O subsídio de falecimento;
- f) A pensão por falecimento;
- g) A prestação suplementar para assistência de terceira pessoa;
- h) O subsídio para readaptação da habitação;
- i) O subsídio para frequência de acções no âmbito de reabilitação laboral necessárias, exigidas e adequadas à reintegração do sinistrado no mercado laboral.

ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE.

1 – É responsável pela reparação e demais encargos decorrentes de acidente laboral, bem como pela manutenção no posto laboral nos termos previstos no presente título, a pessoa singular ou colectiva, de direito público ou privado, relativamente a si própria sendo profissional independente ou ao profissional ao seu serviço.

CAPÍTULO SEGUNDO – DELIMITAÇÃO DO ACIDENTE LABORAL.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCEITO DE DELIMITAÇÃO DO ACIDENTE LABORAL.

1 – Compreende-se por acidente laboral, aquele que se verifica no local e no tempo laboral e produza directa ou indirectamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença, de que resulte redução na capacidade de exercício ou de ganho ou o falecimento e que o impossibilite do exercício de competências, sem possibilidade de integração num outro exercício laboral na mesma entidade empregadora.

2 – Para efeitos do presente título compreende-se:

- a) Local laboral, todo o lugar em que o profissional se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu exercício laboral e em que esteja, directa ou indirectamente, sujeito ao controlo da entidade empregadora ou no caso de profissional independente do próprio;
- b) Tempo laboral, para além do período normal de exercício laboral o que precede o seu início em actos de preparação ou com os mesmos relacionados e o que se lhe segue, em actos também com estes relacionados e ainda as interrupções normais ou forçosas laborais.

#### ARTIGO SEGUNDO – EXTENSÃO DO CONCEITO.

1 – Considera-se também acidente laboral o ocorrido:

- a) No trajecto de ida para o local laboral ou de regresso deste nos termos definidos no número seguinte;
- b) Na execução de serviços espontaneamente prestados e de que possa resultar proveito económico para a entidade empregadora ou para o próprio no caso de profissional independente;
- c) No local laboral e fora deste, sempre que no exercício do direito de reunião ou de actividade de representante dos profissionais nos termos previstos no REAL CÓDIGO LABORAL;
- d) No local laboral, sempre que em frequência de curso de formação profissional ou fora do local laboral, sempre que exista autorização expressa da entidade empregadora para tal frequência;
- e) No local de pagamento da retribuição, enquanto o profissional aí permanecer para tal efeito;
- f) No local onde o profissional deva receber qualquer forma de assistência ou tratamento em virtude de anterior acidente e enquanto aí permanecer para esse efeito;
- g) Fora do local laboral ou do tempo laboral, sempre que verificado na execução de serviços determinados pela entidade empregadora ou por a mesma consentidos.

2 – A alínea a) do número anterior, compreende o acidente laboral que se verifique nos trajectos normalmente utilizados e durante o período de tempo habitualmente despendido pelo profissional:

- a) Entre qualquer dos seus locais laborais, no caso de mais de um emprego;

- b) Entre a sua residência habitual ou ocasional e as instalações que constituem o seu local laboral;
- c) Entre qualquer dos locais referidos nas alíneas precedentes e o local de pagamento da retribuição;
- d) Entre qualquer dos locais referidos na alínea b) e o local onde ao profissional deva ser prestada qualquer forma de assistência ou tratamento em virtude de anterior acidente;
- e) Entre o local laboral e o local de refeição;
- f) Entre o local onde por determinação da entidade empregadora preste qualquer serviço relacionado com o seu exercício e as instalações que constituem o seu local laboral habitual ou a sua residência habitual ou ocasional.

3 – Não deixa de considerar-se acidente laboral o que ocorrer sempre que o trajecto normal tenha sofrido interrupções ou desvios determinados pela satisfação de necessidades atendíveis do profissional, bem como por motivos de força maior ou por caso fortuito.

4 – No caso previsto na alínea a) do número 2, é responsável pelo acidente laboral a entidade empregadora para cujo local laboral o profissional se dirija.

5 – Considera-se acidente laboral todo o que se produza ao executar serviço expressamente ordenado pela entidade empregadora em condições de perigo evidente.

#### ARTIGO TERCEIRO – PROVA DA ORIGEM DA LESÃO.

1 – A lesão constatada no local e no tempo laboral ou nas circunstâncias previstas no artigo anterior, presumem-se em consequência de acidente laboral.

2 – Se a lesão não tiver manifestação imediata a seguir ao acidente, compete ao sinistrado ou aos beneficiários legais provar que foi consequência deste.

#### ARTIGO QUARTO – PREDISPOSIÇÃO PATOLÓGICA E INCAPACIDADE.

1 – A predisposição patológica do sinistrado num acidente, não exclui o direito à reparação integral, salvo sempre que oculta.

2 – Sempre que a lesão ou doença consecutiva ao acidente for agravada por lesão ou doença anterior ou sempre que esta for agravada pelo acidente, a incapacidade avaliar-se-á como se tudo deste resultasse, a não ser que pela lesão ou doença o sinistrado já esteja a receber prestação social ou tenha recebido um capital de remição nos termos da presente lei.

3 – No caso de o sinistrado estar afectado de incapacidade permanente anterior ao acidente, a reparação é apenas a correspondente à diferença entre a incapacidade anterior e a que for calculada como se tudo fosse imputado ao acidente.



4 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, sempre que do acidente resulte a inutilização ou danificação das ajudas técnicas de que o sinistrado já era portador, o mesmo tem direito à sua reparação ou substituição.

5 – Confere também direito à reparação a lesão ou doença que se manifeste durante o tratamento subsequente a um acidente laboral e que seja consequência de tal tratamento.

### CAPÍTULO TERCEIRO – EXCLUSÃO, REDUÇÃO E AGRAVAMENTO DA RESPONSABILIDADE.

#### ARTIGO PRIMEIRO – NULIDADE DA RESPONSABILIDADE.

1 – É nula a convenção contrária aos direitos e garantias conferidas no presente título ou com os mesmos ou com as mesmas incompatíveis.

2 – São igualmente nulos os actos e contratos que visem a renúncia aos direitos conferidos no presente título.

3 – Para efeitos do disposto no número 1, presume-se realizado com o objectivo de impedir a satisfação dos créditos provenientes do direito à reparação prevista na lei, todo o acto do devedor praticado após a data do acidente ou do diagnóstico inequívoco da doença, que envolva diminuição da garantia patrimonial desses créditos, com excepção da sua integração numa outra função laboral na mesma entidade empregadora.

#### ARTIGO SEGUNDO – PROIBIÇÃO DE DESCONTOS NA RETRIBUIÇÃO.

1 – A entidade empregadora não pode descontar qualquer quantia na retribuição do profissional ao seu serviço a título de compensação pelos encargos resultantes do regime estabelecido no presente título, sendo nulos os acordos realizados com esse objectivo.

#### ARTIGO TERCEIRO – DESCARACTERIZAÇÃO DO ACIDENTE.

1 – A entidade empregadora não tem de reparar os danos decorrentes do acidente que:

- a) For dolosamente provocado pelo sinistrado ou provier do seu acto ou omissão que importe violação sem causa justificativa, das condições de segurança estabelecidas pela entidade empregadora ou previstos na lei;
- b) Provier exclusivamente de negligência grosseira do sinistrado;
- c) Resultar da privação permanente ou accidental do uso da razão do sinistrado nos termos do código civil, salvo se tal privação derivar da própria prestação laboral, for independente da vontade do profissional

ou se o empregador ou o seu representante, conhecendo o estado do sinistrado consentir na prestação.

2 – Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, considera-se que existe causa justificativa da violação de segurança, se o acidente laboral resultar do incumprimento de norma legal ou estabelecida pela entidade empregadora da qual o profissional, face ao seu grau de instrução ou de acesso à informação, dificilmente teria conhecimento ou tendo-o lhe fosse manifestamente difícil compreendê-la.

3 – Compreende-se por negligência grosseira, o comportamento temerário em alto e relevante grau, que não se consubstancie em acto ou omissão resultante da habitualidade ao perigo do exercício executado, da confiança na experiência profissional ou dos usos da profissão.

#### ARTIGO QUARTO – FORÇA MAIOR.

1 – A entidade empregadora não tem de reparar o acidente que provier de motivo de força maior.

2 – Considera-se motivo de força maior nos termos do número anterior, o que sendo devido a forças inevitáveis da natureza, independentemente da intervenção humana, não constitua risco criado pelas condições laborais.

#### ARTIGO QUINTO – SITUAÇÕES ESPECIAIS.

1 – Não há igualmente obrigação de reparar o acidente ocorrido na prestação de serviços eventuais ou ocasionais de curta duração, sempre que não forem ordenados pela entidade empregadora.

2 – As exclusões previstas no número anterior, abrangem o acidente que resulte da utilização de máquinas e de outros equipamentos de especial perigosidade.

#### ARTIGO SEXTO – ACIDENTE PROVOCADO POR OUTRO PROFISSIONAL OU POR TERCEIROS.

1 – Sempre que o acidente for provocado por outro profissional ou por terceiros, o direito à reparação devida pela entidade empregadora, não prejudica o direito de acção contra aqueles nos termos gerais.

2 – Se o sinistrado em acidente receber de outro profissional ou de terceiros indemnização superior à devida pela entidade empregadora, esta considera-se desonerada da respectiva obrigação e tem direito a ser reembolsada pelo sinistrado pelas quantias que houver pago ou despendido.

3 – Se a indemnização arbitrada ao sinistrado ou aos seus representantes for de montante inferior ao dos benefícios conferidos em consequência do acidente, a exclusão da responsabilidade é limitada àquele montante.

4 – A entidade empregadora ou a sua seguradora que houver pago a indemnização pelo acidente pode sub-rogar-se no direito do lesado contra os responsáveis referidos no número 1, se o sinistrado não lhes houver exigido judicialmente a indemnização no prazo de 1 ano, a contar da data do acidente.

5 – A entidade empregadora e a sua seguradora também são titulares do direito de intervir como parte principal no processo em que o sinistrado exigir aos responsáveis a indemnização pelo acidente a que se refere o presente artigo.

#### ARTIGO SÉTIMO – ACTUAÇÃO CULPOSA DO EMPREGADOR.

1 – Sempre que o acidente tiver sido provocado pelo empregador, seu representante ou por entidade por aquele contratada e por empresa utilizadora de mão-de-obra, ou resulte da falta de observação por aqueles das normas sobre segurança, higiene e saúde laboral, a responsabilidade individual e solidária pela indemnização abrange a totalidade dos prejuízos patrimoniais e não patrimoniais sofridos pelo profissional e seus familiares nos termos gerais.

2 – O disposto no número anterior, não prejudica a responsabilidade criminal em que os responsáveis aí previstos tenham incorrido.

3 – Se nas condições previstas no presente artigo, o acidente tiver sido provocado pelo representante do empregador, este terá direito de regresso contra aquele.

4 – No caso previsto no presente artigo e sem prejuízo do ressarcimento dos prejuízos patrimoniais e não patrimoniais, bem como das demais prestações devidas por actuação não culposa, é devida uma pensão anual ou indemnização diária, destinada a reparar a redução na capacidade laboral ou de ganho ou de falecimento, fixada segundo as seguintes normas:

- a) Nos casos de incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral ou incapacidade temporária absoluta e de falecimento, igual à retribuição;
- b) Nos casos de incapacidade permanente absoluta para o exercício habitual, compreendida pela incapacidade funcional residual para o exercício de outra profissão compatível;
- c) Nos casos de incapacidade parcial, permanente ou temporária, tendo por base a redução da capacidade resultante do acidente.

5 – No caso de falecimento, a pensão prevista no número anterior, é reportada pelos beneficiários do sinistrado de acordo com as proporções previstas nos artigos 13º ao 15º, do capítulo sétimo, do presente título.

6 – No caso de se verificar uma alteração na situação dos beneficiários, a pensão é modificada de acordo com as normas previstas no número anterior.

#### CAPÍTULO QUARTO – NATUREZA, DETERMINAÇÃO E GRADUAÇÃO DA INCAPACIDADE.

## ARTIGO PRIMEIRO – NATUREZA DA INCAPACIDADE.

1 – O acidente laboral pode determinar incapacidade temporária ou permanente para o exercício laboral.

2 – A incapacidade temporária pode ser parcial ou absoluta.

3 – A incapacidade permanente pode ser parcial, absoluta para o exercício laboral habitual ou absoluta para todo e qualquer exercício laboral.

## ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DA INCAPACIDADE.

1 – A determinação da incapacidade é efectuada de acordo com a tabela nacional de incapacidades por acidentes laborais e doenças profissionais, elaborada e actualizada por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO TERCEIRO – AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DA INCAPACIDADE.

1 – O grau de incapacidade resultante de acidente laboral, define-se em todos os casos por coeficientes expressos em percentagens e determinados em função da natureza e da gravidade da lesão, do estado geral do sinistrado, da sua idade e profissão, bem como da maior ou menor capacidade funcional residual para o exercício de outra profissão compatível e das demais circunstâncias que possam influir na sua capacidade de exercício ou de ganho.

2 – O grau de incapacidade é expresso pela unidade, sempre que se verifique disfunção total com incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral.

3 – O coeficiente de incapacidade é fixado por aplicação das normas definidas na tabela nacional de incapacidades por acidentes laborais e doenças profissionais, em vigor à data do acidente.

4 – Sempre que haja origem à aplicação do disposto na alínea b) do número 3 do artigo 2º e no artigo 7º, do capítulo sétimo, do presente título, o juiz pode requisitar parecer prévio de peritos especializados, designadamente dos sectores ministeriais competentes da saúde, humanos e sociais.

## ARTIGO QUARTO – CONVERSÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA EM PERMANENTE.

1 – A incapacidade temporária converte-se em permanente decorridos 548 dias consecutivos, devendo o perito médico do órgão de soberania jurídico competente reavaliar o respectivo grau de incapacidade.

2 – Verificando-se que ao sinistrado está a ser prestado o tratamento clínico necessário, o ministério público pode prorrogar o prazo fixado no número anterior, a requerimento da entidade responsável e ou do sinistrado.

## CAPÍTULO QUINTO – CONDIÇÕES GERAIS DA REPARAÇÃO.

### ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO GERAL DA REPARAÇÃO.

1 – O direito à reparação compreende as seguintes prestações:

- a) Em espécie, prestações de natureza médica, cirúrgica, farmacêutica, hospitalar e quaisquer outros, seja qual for a forma, desde que necessária e adequada ao restabelecimento do estado de saúde e da capacidade de exercício ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida activa;
- b) Em dinheiro, indemnizações, pensões, prestações e subsídios previstos no presente título.

### ARTIGO SEGUNDO – RECIDIVA OU AGRAVAMENTO.

1 – Nos casos de recidiva ou agravamento, o direito às prestações previstas na alínea a) do número 1 do artigo anterior, mantém-se após a alta, seja qual for a situação nesta definida e abrange as doenças relacionadas com as consequências do acidente.

2 – O direito a indemnização por incapacidade temporária absoluta ou parcial para o exercício laboral, previsto na alínea b) do número 1 do artigo anterior, em caso de recidiva ou agravamento, mantém-se:

- a) Após a atribuição ao sinistrado de nova baixa;
- b) Entre a data da alta e a da nova baixa seguinte, se esta última vier a ser dada no prazo de 7 dias.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, é considerado o valor da retribuição à data do acidente, tendo por referência a actualização da retribuição mínima mensal do mesmo exercício profissional na entidade empregadora onde ocorreu o acidente laboral ou por estimativa das médias dos sectores de actividade económicos onde a mesma profissão seja exercida.

## CAPÍTULO SEXTO – PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE.

### ARTIGO PRIMEIRO – MODALIDADES DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE.



1 – As prestações em espécie previstas na alínea a) do número 1 do 1º, do capítulo anterior, compreendem:

- a) A assistência médica e cirúrgica, geral ou especializada, incluindo todos os elementos de diagnóstico e de tratamento que forem necessários e exigidos, bem como as visitas domiciliárias;
- b) A assistência medicamentosa e farmacêutica;
- c) Os cuidados de enfermagem;
- d) A hospitalização e os tratamentos termiais;
- e) A hospedagem;
- f) Os transportes para observação, tratamento ou comparência a actos judiciais;
- g) O fornecimento de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, bem como a sua renovação e reparação;
- h) Os serviços de reabilitação e reintegração profissional e social, incluindo a adaptação do posto laboral;
- i) Os serviços de reabilitação médica ou funcional para a vida activa;
- j) Apoio psicoterapêutico, sempre que necessário e exigido à família e ao sinistrado.

2 – A assistência a que se referem as alíneas a) e j) do número anterior, inclui a assistência psicológica e psiquiátrica, sempre que reconhecida como necessária e exigida pelo médico assistente.

## ARTIGO SEGUNDO – PRIMEIROS SOCORROS.

1 – A verificação das circunstâncias previstas nos artigos 4º e 5º, do capítulo terceiro, do presente título, não dispensa a entidade empregadora da prestação dos primeiros socorros ao profissional e do seu transporte para o local onde possa ser clinicamente socorrido.

2 – A entidade patronal ou quem a represente na direcção ou fiscalização do exercício laboral, deve logo que tenha conhecimento do acidente assegurar os imediatos e indispensáveis socorros médico e farmacêutico ao sinistrado, bem como o transporte mais adequado para tais efeitos.

3 – O transporte e socorros referidos no número anterior, são prestados independentemente de qualquer apreciação das condições legais da reparação.

## ARTIGO TERCEIRO – LUGAR DE PRESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA CLÍNICA.

1 – A assistência clínica deve ser prestada na localidade onde o sinistrado resida ou na própria habitação, sempre que for indispensável.

2 – A assistência prevista no número anterior, pode ser prestada em qualquer outro local por determinação do médico assistente ou mediante acordo entre o sinistrado e a entidade responsável.

#### ARTIGO QUARTO – MÉDICO ASSISTENTE.

1 – A entidade responsável tem o direito de designar o médico assistente do sinistrado.

2 – O sinistrado pode recorrer a qualquer médico nos seguintes casos:

- a) Se empregador ou quem o represente não se encontrar no local do acidente e existir urgência nos socorros;
- b) Se a entidade responsável não nomear médico assistente ou enquanto o não efectuar;
- c) Se a entidade responsável renunciar ao direito de escolher médico assistente;
- d) Se lhe for dada alta médica sem estar curado, devendo neste caso requerer exame pelo perito do órgão de soberania jurídico competente.

3 – Enquanto não existir médico assistente designado, é como tal considerado para todos os efeitos legais, o médico que tratar do sinistrado.

#### ARTIGO QUINTO – DEVER DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA.

1 – Nenhum médico pode negar-se a prestar assistência clínica a um sinistrado laboral, sempre que solicitado pela entidade responsável ou pelo próprio sinistrado, nos casos em que lhe é permitido a escolha de médico assistente.

#### ARTIGO SEXTO – OBSERVÂNCIA DE PRESCRIÇÕES CLÍNICAS E CIRÚRGICAS.

1 – O sinistrado em acidente laboral deve submeter-se ao tratamento e observar as prescrições clínicas e cirúrgicas do médico designado pela entidade responsável, necessários e exigidos à cura da lesão ou doença e à recuperação da capacidade de exercício laboral, sem prejuízo do direito a solicitar o exame pericial do órgão de soberania jurídico competente.

2 – Sendo a incapacidade ou o agravamento do dano consequência de injustificada recusa ou falta de observância das prescrições clínicas ou cirúrgicas, a indemnização pode ser reduzida ou excluída nos termos gerais.

3 – Considera-se sempre justificada a recusa de intervenção cirúrgica sempre que pela sua natureza ou pelo estado do sinistrado se coloque em risco a sua vida.

## ARTIGO SÉTIMO – SUBSTITUIÇÃO LEGAL DO MÉDICO ASSISTENTE.

1 – Durante o internamento em hospital o médico assistente é substituído nas suas funções pelos médicos do mesmo hospital, embora com o direito de acompanhar o tratamento do sinistrado, conforme os respectivos regulamentos internos ou na falta ou na insuficiência destes, segundo as determinações do director clínico.

2 – O direito de acompanhar o tratamento do sinistrado contempla, nomeadamente a faculdade de o médico assistente ter acesso a toda a documentação clínica respeitante ao sinistrado em poder da entidade hospitalar.

## ARTIGO OITAVO – ESCOLHA DO MÉDICO-CIRURGIÃO.

1 – Nos casos em que deva ser submetido a intervenção cirúrgica de alto risco e nos que como consequências da intervenção cirúrgica possa advir risco para a vida, o sinistrado tem direito a escolher o médico-cirurgião.

## ARTIGO NONO – CONTESTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO MÉDICO ASSISTENTE.

1 – O sinistrado ou a entidade responsável mediante consulta prévia ao sinistrado, têm o direito de não se conformar com as resoluções do médico assistente ou de quem legalmente o substituir.

## ARTIGO DÉCIMO – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA.

1 – Qualquer divergência sobre as matérias reguladas nos artigos 7º ao 9º, do presente capítulo ou outra de natureza clínica, pode ser resolvida por simples conferência de médicos, da iniciativa do sinistrado, da entidade responsável ou do médico assistente ou do seu substituto legal.

2 – Se as divergências não forem resolvida nos termos do número anterior, são solucionadas:

- a) Havendo internamento hospitalar, pelo respectivo director clínico ou pelo médico que o deva substituir, se este for o médico assistente;
- b) Não havendo internamento, pelo perito médico do órgão de soberania jurídico de cariz humano da área de circunscrição geográfica onde o sinistrado se encontra, por determinação do ministério público, a solicitação de qualquer interessado.

3 – As resoluções dos médicos referidos nas alíneas do número anterior, ficam a constar de documento escrito e o interessado pode destas reclamar, mediante requerimento fundamentado para o juiz do órgão de soberania jurídico de cariz humano da área de circunscrição geográfica onde o sinistrado se encontra, que decide definitivamente.

4 – Nos casos previstos na alínea b) do número 2 e no número 3, se vier a ter origem processo emergente de acidente laboral, o processo é apensado a este.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – BOLETINS DE EXAME E ALTA.

1 – No começo do tratamento do sinistrado, o médico assistente emite um boletim de exame, em que descreve as doenças ou lesões que lhe encontrar e a sintomatologia apresentada com descrição pormenorizada das lesões referidas pelo mesmo como resultantes do acidente.

2 – No final do tratamento do sinistrado, quer por este se encontrar curado ou em condições de exercício laboral, quer por qualquer outro motivo, o médico assistente emite um boletim da alta clínica, em que declare a causa da cessação do tratamento e o grau de incapacidade permanente ou temporária, bem como as razões justificativas das suas conclusões.

3 – Compreende-se por alta clínica a situação em que a lesão desaparecer totalmente ou se apresente como insusceptível de modificação com terapêutica adequada.

4 – O boletim de exame é emitido em triplicado e o da alta em duplicado.

5 – No prazo de 30 dias após a realização dos actos é entregue um exemplar do boletim ao sinistrado e outro remetido ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo, sempre que for o caso, bem como enviado o terceiro exemplar do boletim de exame à entidade responsável.

6 – Tratando-se de sinistrado de entidade empregadora que não tenha transferido a responsabilidade por acidente laboral, o boletim apenas é remetido a juízo, sempre que havendo de se proceder a exame médico, o órgão de soberania jurídico competente o requisite ou tenha de acompanhar a participação do acidente.

7 – Imediatamente após a realização dos actos, a entidade seguradora entrega ao sinistrado um documento informativo que indique os períodos de incapacidade temporária e respectivo grau, bem como se for o caso, a data da alta e a causa da cessação do tratamento.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INFORMAÇÃO CLÍNICA AO SINISTRADO.

1 – O sinistrado tem direito a receber em qualquer momento a seu requerimento, cópia de todos os documentos respeitantes ao seu processo, designadamente o boletim de alta e os exames complementares de diagnóstico em poder da entidade seguradora.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REQUISIÇÃO PELO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO.

1 – A entidade responsável, as entidades hospitalares, os serviços competentes dos órgãos de soberania sociais e os médicos são obrigados a fornecer ao órgão de soberania

jurídico competente de cariz humano, todos os esclarecimentos e documentos que lhes sejam requisitados relativamente a observações e tratamentos efectuados aos sinistrados ou por qualquer outro modo, relacionados com o acidente.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.

1 – O internamento e os tratamentos previstos na alínea a) do número 1 do artigo 1º, do capítulo anterior, devem ser efectuados em estabelecimento de saúde adequado ao restabelecimento e reabilitação do sinistrado.

2 – O recurso sempre que necessário e exigido a estabelecimento de saúde em estado soberano externo, será efectuado após parecer da junta médica comprovando a impossibilidade de tratamento em hospital no espaço territorial português.

3 – A entidade responsável deve assinar o termo de responsabilidade para garantia do pagamento das despesas com o internamento e os tratamentos previstos na alínea a) do número 1 do artigo 1º, do capítulo anterior.

4 – Se aquela entidade se recusar a assinar o termo de responsabilidade, não pode com esse fundamento ser negado o tratamento ou o internamento do sinistrado, sempre que a gravidade do seu estado o imponha.

5 – No caso previsto no número anterior, o estabelecimento de saúde deve juntar ao respectivo processo a nota das despesas.

6 – O estabelecimento de saúde que injustificadamente deixar de cumprir as obrigações de tratamento ou do internamento urgentes referidas no número 4, é responsável pelo agravamento das lesões do sinistrado, reconhecido judicialmente como consequência de tais factos.

7 – Compreende-se por estabelecimento de saúde, o hospital, casa de saúde, casa de repouso ou de convalescença.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – TRANSPORTE E ESTADA.

1 – O sinistrado tem direito ao fornecimento ou ao pagamento de transporte e estada, que devem obedecer às condições de comodidade impostas pela natureza da lesão ou da doença.

2 – O fornecimento ou o pagamento referidos no número anterior, abrangem as deslocações e permanência necessárias e exigidas à observação e tratamento e às de comparência a actos judiciais, salvo quanto a estas, se for consequência da solicitação do sinistrado que venha a ser julgado improcedente.

3 – O sinistrado utiliza os transportes colectivos, salvo não os havendo ou se outro for mais indicado pela urgência do tratamento, por determinação do médico assistente ou por outras razões ponderosas atendíveis.



4 – Sempre que o sinistrado for menor de 21 anos ou sempre que a natureza da lesão ou da doença ou outras circunstâncias especiais o exigirem, o direito a transporte e a estada é extensivo a cidadão que o acompanhar.

5 – As categorias e classe da estada devem ajustar-se às prescrições do médico assistente ou dos clínicos que no órgão de soberania jurídico competente derem parecer.

6 – O pagamento de transporte é igualmente extensivo ao beneficiário legal do sinistrado, sempre que for exigida a sua comparência no órgão de soberania jurídico e em exames necessários à determinação da sua incapacidade.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – RESPONSABILIDADE PELO TRANSPORTE E ESTADA.

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a entidade responsável só é obrigada a despende o menor custo das prestações de transporte e estada que obedeçam às condições de comodidade impostas pela natureza das lesões.

2 – A entidade responsável deve afirmar previamente perante os fornecedores de transporte e estada, a responsabilidade pelo pagamento das despesas ou adiantar a sua importância.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – AJUDAS TÉCNICAS EM GERAL.

1 – As ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais devem ser em cada caso, os considerados adequados aos objectivos a que se destinam pelo médico assistente, preferencialmente aqueles que correspondam ao estado mais avançado da ciência e da técnica por forma a proporcionar as melhores condições ao sinistrado, independentemente do seu custo.

2 – O direito às ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, abrange ainda os destinados à correcção ou compensação visual, auditiva ou outra, bem como a prótese dentária.

3 – Sempre que existirem divergências sobre a natureza, qualidade ou adequação das ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais ou sobre a obrigatoriedade ou exigência da sua renovação ou reparação, o ministério público, por sua iniciativa ou a solicitação do sinistrado, solicita parecer ao perito médico do órgão de soberania jurídico de cariz humano da área onde se encontre o sinistrado.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – OPÇÃO DO SINISTRADO.

1 – O sinistrado pode optar pela importância correspondente ao valor das ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais indicadas pelo médico assistente ou pelo órgão de soberania jurídico competente, sempre que pretenda adquirir ajudas técnicas de custo superior.

2 – No caso previsto no número anterior, a entidade responsável deposita a referida importância à ordem do órgão de soberania jurídico competente, no prazo que este fixar para ser paga à entidade fornecedora depois de verificada a aplicação da ajuda técnica.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – REPARAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS AJUDAS TÉCNICAS EM GERAL.

1 – Sempre que um acidente laboral inutilize ou danifique ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais que o sinistrado já era portador:

- a) Ficam a cargo da entidade responsável por aquele acidente as despesas necessárias à renovação ou reparação das mencionadas ajudas técnicas;
- b) Há origem se for o caso ao pagamento de indemnização correspondente à incapacidade daí resultante.

2 – Tratando-se de renovação, o respectivo encargo não pode ser superior ao custo da ajuda técnica igual à inutilizada, salvo se existir outra ajuda técnica mais adequada.

3 – As despesas de reparação ou renovação de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais usadas por força de acidente laboral e determinados em consequência de uso ou de desgaste normal, ficam a cargo da entidade responsável pelo acidente que determinou a respectiva utilização.

4 – Durante o período de reparação ou de renovação das ajudas técnicas e de outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, a entidade responsável deve sempre que possível assegurar ao sinistrado a substituição dos mesmos.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – REABILITAÇÃO LABORAL E ADAPTAÇÃO DO POSTO LABORAL.

1 – A entidade empregadora deve assegurar a reabilitação laboral do profissional e a adaptação do posto laboral que sejam necessários e exigidos ao exercício das funções.

2 – A reabilitação laboral a que se refere o número anterior, deve ser assegurada pela entidade empregadora, sem prejuízo do número mínimo de horas anuais de formação certificada a que o profissional tem direito.

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – NOTIFICAÇÃO JUDICIAL E EXECUÇÃO.

1 – Se a entidade responsável injustificadamente recusar ou protelar o fornecimento, renovação ou reparação das ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais ou não efectuar o depósito referido no número 2 do artigo 18º, do presente capítulo, o juiz profere decisão, ordenando a notificação

daquela entidade para no prazo de 10 dias, depositar à sua ordem a importância que for devida.

2 – A entidade responsável que não cumpra a decisão é executada para o pagamento do valor do depósito, seguindo-se os termos da execução baseada em sentença de condenação em quantia certa.

3 – Pelo produto da execução, o órgão de soberania jurídico competente de cariz humano, paga as despesas das ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, à entidade que os forneceu ou reparou, depois de verificada a sua correcta aplicação.

## ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PERDA DO DIREITO A RENOVAÇÃO OU REPARAÇÃO.

1 – O sinistrado perde o direito à renovação ou reparação das ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais que se deteriore ou inutilizem devido a negligência grosseira da sua parte.

## CAPÍTULO SÉTIMO – PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS.

### ARTIGO PRIMEIRO – MODALIDADES DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS.

1 – As prestações pecuniárias previstas na alínea b) do número 1 do artigo 1º, do capítulo quinto, compreendem:

- a) A indemnização por incapacidade temporária para o exercício laboral;
- b) A pensão provisória;
- c) A indemnização em capital e pensão por incapacidade permanente para o exercício laboral;
- d) O subsídio por situação de elevada incapacidade permanente;
- e) O subsídio de falecimento;
- f) A pensão por falecimento;
- g) A prestação suplementar para assistência de terceira pessoa;
- h) O subsídio para readaptação da habitação;
- i) O subsídio para frequência de acções no âmbito de reabilitação laboral necessárias, exigidas e adequadas à reintegração do sinistrado no mercado laboral.

2 – O subsídio previsto na alínea i) do número anterior, é acumulável com as prestações referidas nas alíneas a), b), c) e h) do mesmo número.

3 – A indemnização em capital, o subsídio por situação de elevada incapacidade permanente, o subsídio de falecimento e o subsídio para readaptação da habitação, são prestações de atribuição única, sendo de atribuição continuada ou periódica todas as demais prestações previstas no número 1.

## ARTIGO SEGUNDO – PRESTAÇÕES POR INCAPACIDADE.

1 – A indemnização por incapacidade temporária para o exercício laboral, destina-se a compensar o sinistrado durante um período de tempo limitado, pela perda ou redução da capacidade laboral ou de ganho resultante do acidente laboral.

2 – A indemnização em capital, a pensão por incapacidade permanente e o subsídio por situação de elevada incapacidade permanente são prestações destinadas a compensar o sinistrado pela perda ou redução permanente da sua capacidade laboral ou de ganho resultante do acidente laboral.

3 – Se do acidente resultar redução da capacidade laboral ou de ganho do sinistrado, este tem direito às seguintes prestações:

- a) Por incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral – Pensão anual igual a 100% da retribuição ilíquida, deduzida das quotizações para a segurança social, até aos 65 anos de idade e posteriormente equivalente a 66,61%;
- b) Por incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral habitual e sempre que não integrado na entidade empregadora no exercício de outras funções – Pensão anual igual ao valor da incapacidade para o exercício de outra profissão compatível da retribuição ilíquida, deduzida das quotizações para a segurança social, até aos 65 anos de idade e posteriormente equivalente a 66,61%;
- c) Por incapacidade permanente parcial e sempre que não integrado na entidade empregadora no exercício de outras funções – Pensão anual igual ao valor da incapacidade para o exercício de outra profissão compatível da retribuição ilíquida, deduzida das quotizações para a segurança social, até aos 65 anos de idade e posteriormente equivalente a 66,61%;
- d) Por incapacidade temporária absoluta e sempre que não integrado na entidade empregadora no exercício de outras funções – Indemnização diária igual ao valor da incapacidade para o exercício de outra profissão compatível da retribuição ilíquida, deduzida das quotizações para a segurança social, até aos 65 anos de idade e posteriormente equivalente a 66,61%;
- e) Por incapacidade temporária parcial e sempre que não integrado na entidade empregadora no exercício de outras funções – Indemnização diária igual ao valor da incapacidade para o exercício de outra profissão compatível da retribuição ilíquida, deduzida das quotizações para a segurança social.

4 – A indemnização por incapacidade temporária é devida enquanto o sinistrado se encontrar em regime de tratamento ambulatorio ou de reabilitação laboral e em caso algum pode ser superior ao valor da retribuição mensal do sinistrado, deduzida das quotizações para a segurança social.

5 – Compreende-se nos termos da lei que o profissional sinistrado é integrado na entidade empregadora no exercício de outras funções, sempre que as funções a exercer sejam compatíveis com a incapacidade resultante do acidente laboral.

### ARTIGO TERCEIRO – CIDADÃO A CARGO.

1 – Para efeitos do disposto na alínea a) do número 3 do artigo anterior, considera-se cidadão a cargo do sinistrado:

- a) Cidadão que com este viva em comunhão de mesa e habitação anterior ao acidente, com rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional;
- b) Cônjuge ou cidadão que com este viva em união de facto anterior ao acidente, com rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional;
- c) Descendentes nos termos previstos no número 1 do artigo 14º, do presente capítulo;
- d) Ascendentes com rendimentos individuais de valor mensal inferior ao valor mínimo da pensão de aposentação.

2 – É equiparado a descendente do sinistrado para efeitos do disposto no número anterior:

- a) Enteados;
- b) Tutelados;
- c) Adoptado;
- d) Menor que mediante confiança judicial ou administrativa, se encontre a seu cargo, tendo presente a futura adopção;
- e) Menor que lhe esteja confiado por decisão de órgão de soberania jurídico ou de entidade ou serviço legalmente competente para o efeito.

3 – É equiparado a ascendente do sinistrado para efeitos do número 1:

- a) Padrasto e madrasta;
- b) Adoptante;
- c) Afins compreendidos na linha recta ascendente.

4 – A solicitação da entidade responsável, o beneficiário deve prestar prova anual da manutenção dos requisitos que lhes conferem o direito à prestação, sob pena de o respectivo pagamento ser suspenso 62 dias após a data da solicitação, sendo admitidos os tipos de prova regulamentados por portaria das áreas presidenciais da saúde, das finanças, fiscal, social e da justiça.

### ARTIGO QUARTO – NORMA DE FIXAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA E PERMANENTE.

1 – A indemnização por incapacidade temporária é paga em relação a todos os dias, incluindo os de descanso e feriados e começa a vencer-se no dia seguinte ao do acidente.



2 – A pensão por incapacidade permanente é fixada em montante anual e começa a vencer-se no dia seguinte ao da alta do sinistrado.

3 – Na incapacidade temporária superior a 30 dias, é paga a parte proporcional correspondente aos subsídios de férias e de natal e outros de natureza análoga, determinada em função da percentagem da prestação prevista nas alíneas d) e e) do número 3 do artigo 2º, do presente capítulo.

#### ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO OU REDUÇÃO DA PENSÃO.

1 – A pensão por incapacidade permanente não pode ser suspensa ou reduzida, salvo em consequência de revisão da pensão ou de o sinistrado ser integrado no exercício de outras funções na entidade empregadora.

2 – A pensão por incapacidade permanente é acumulável com qualquer outra.

#### ARTIGO SEXTO – PENSÃO PROVISÓRIA.

1 – Sem prejuízo do disposto no REAL CÓDIGO LABORAL, é estabelecida uma pensão provisória por incapacidade permanente entre o dia seguinte ao da alta e o momento da fixação da pensão definitiva.

2 – A pensão provisória destina-se a garantir uma protecção atempada e adequada aos casos de incapacidade permanente sempre que haja razões determinantes do retardamento da atribuição das prestações.

3 – A pensão provisória por incapacidade permanente inferior a 33%, é atribuída pela entidade responsável e calculada nos termos do disposto na alínea c) do número 3 do artigo 2º, do presente capítulo, com base na desvalorização definida pelo médico assistente e na retribuição garantida.

4 – A pensão provisória por incapacidade permanente igual ou superior a 33%, é atribuída pela entidade responsável, sendo de montante igual ao valor mensal da indemnização prevista na alínea b) do número 3 do artigo 2º, do presente capítulo, tendo por base a desvalorização definida pelo médico assistente e a retribuição garantida.

5 – Os montantes pagos nos termos dos números anteriores, são considerados aquando da fixação final dos respectivos direitos.

#### ARTIGO SÉTIMO – PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA.

1 – A prestação suplementar da pensão destina-se a compensar os encargos com assistência de terceira pessoa, em face da situação de dependência em que se encontre ou venha a encontrar o sinistrado por incapacidade permanente para o exercício laboral, em consequência da lesão resultante do acidente.

2 – A atribuição da prestação suplementar depende de o sinistrado não poder por si só, prover a satisfação das suas necessidades básicas diárias, carecendo de assistência permanente de terceira pessoa.

3 – O familiar do sinistrado que lhe prestar assistência permanente é equiparado a terceira pessoa.

4 – Não pode ser considerada terceira pessoa, quem se encontre igualmente carecido de autonomia para a realização dos actos básicos da vida diária.

5 – Para efeitos do número 2, são considerados nomeadamente os actos relativos a cuidados de higiene pessoal, alimentação e locomoção.

6 – A assistência pode ser assegurada mediante a participação sucessiva e conjugada de várias pessoas, incluindo a prestação no âmbito do serviço de apoio domiciliário, durante o período mínimo de 6 horas diárias.

#### **ARTIGO OITAVO – MONTANTE DA PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA.**

1 – A prestação suplementar da pensão prevista no artigo anterior, é fixada em montante mensal e tem como limite máximo, o valor do salário mínimo nacional.

2 – Sempre que o médico assistente considerar que o sinistrado não pode dispensar a assistência de uma terceira pessoa, deve ser-lhe atribuída a partir do dia seguinte ao da alta e até ao momento da fixação da pensão definitiva, uma prestação suplementar provisória equivalente ao montante previsto no número anterior.

3 – Os montantes pagos nos termos dos números anteriores, são considerados aquando da fixação final dos respectivos direitos.

4 – A prestação suplementar é anualmente actualizável na mesma percentagem que o for o salário mínimo nacional.

#### **ARTIGO NONO – SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ASSISTÊNCIA DE TERCEIRA PESSOA.**

1 – A prestação suplementar da pensão suspende-se sempre que se verifique o internamento do sinistrado em hospital ou estabelecimento similar, por período de tempo superior a 30 dias e durante o tempo em que os custos corram por conta da entidade responsável.

#### **ARTIGO DÉCIMO – NORMA DE FIXAÇÃO DA PENSÃO POR FALECIMENTO.**

1 – A pensão por falecimento é fixada em montante anual.

2 – A pensão por falecimento, incluindo a devida a nascituro, vence-se a partir do dia seguinte ao do falecimento do sinistrado e acumula-se com quaisquer outras prestações.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TITULARES DO DIREITO À PENSÃO POR FALECIMENTO.

1 – Em caso de falecimento, a pensão é devida aos seguintes familiares e equiparados do sinistrado:

- a) Cônjuge ou cidadão que com este viva em união de facto;
- b) Ex-cônjuge ou cônjuge judicialmente separado à data do falecimento do sinistrado e com direito a pensão de alimentos de descendentes menores;
- c) Filhos, ainda que nascituros e os adoptados à data do falecimento do sinistrado, se estiverem nas condições previstas no número 1 do artigo 14º, do presente capítulo;
- d) Ascendentes à data do falecimento do sinistrado que se encontrem nas condições previstas na alínea d) do número 1 do artigo 3º, do presente capítulo;
- e) Outros parentes sucessíveis à data do falecimento do sinistrado, que com este vivam em comunhão de mesa e habitação e se encontrem nas condições previstas no número 1 do artigo 14º, do presente capítulo.

2 – Para efeitos do reconhecimento do direito, é equiparado a filho o enteado do sinistrado, desde que este estivesse obrigado à prestação de alimentos.

3 – É considerado cidadão que viva em união de facto, o que preencha os requisitos do capítulo terceiro, do título primeiro, do presente livro.

4 – A solicitação da entidade responsável, os familiares e equiparados referidos no número 1, devem prestar prova anual da manutenção dos requisitos que lhes conferem o direito à pensão nos termos e para os efeitos previstos no número 4 do artigo 3º, do presente capítulo.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SITUAÇÕES DE NULIDADE, ANULABILIDADE, INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO.

1 – Em caso de casamento declarado nulo ou anulado, tem direito às prestações por falecimento o cidadão que tenha celebrado o casamento de boa-fé com o sinistrado e à data do seu falecimento, receba pensão de alimentos decretada ou homologada judicialmente ou sempre que esta não lhe tiver sido atribuída pelo órgão de soberania jurídico competente por falta de capacidade económica do falecido a prestar.

2 – Não tem direito às prestações por falecimento o cidadão que careça de capacidade sucessória por motivo de deserdação ou de indignidade, salvo se tiver sido reabilitada pelo sinistrado.

**ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PENSÃO AO CÔNJUGE, EX-CÔNJUGE E CIDADÃO QUE VIVA EM UNIÃO DE FACTO COM O SINISTRADO.**

1 – Se do acidente resultar o falecimento do sinistrado a pensão é a seguinte:

- a) Ao cônjuge ou ao cidadão que com este viva em união de facto – 100% da retribuição ilíquida do sinistrado, deduzida das quotizações para a segurança social, até perfazer a idade da aposentação;
- b) Ao ex-cônjuge ou cônjuge judicialmente separado e com direitos de pensão de alimentos – Pensão até ao limite do montante da pensão de alimentos judicialmente fixada, até os descendentes menores perfazem a idade adulta.

2 – Se por falecimento do sinistrado existir concorrência entre os beneficiários referidos no número anterior, a pensão é repartida na proporção dos respectivos direitos.

3 – Qualquer dos cidadãos referidos no número 1, que contrair casamento ou passe a viver em união de facto, recebe por uma só vez, o valor da pensão anual ou o que faltar face à remição do total da pensão, excepto se já tiver ocorrido remição do total da pensão.

4 – O direito à pensão por falecimento cessa em especial com:

- a) O casamento ou a união de facto do cônjuge sobrevivente, do ex-cônjuge do beneficiário falecido ou de cidadão que viva com o beneficiário em união de facto;
- b) O trânsito em julgado de sentença de condenação do pensionista como autor, cúmplice ou encobridor do crime de homicídio, ainda que não consumado, na pessoa do beneficiário ou de outrem que concorra na respectiva pensão, salvo se o ofendido o tiver reabilitado nos termos da lei civil;
- c) A declaração judicial de indignidade do pensionista, salvo se o beneficiário tiver reabilitado e no caso de deserdação por parte do beneficiário, excepto se o pensionista for reabilitado mediante acção de impugnação ou de deserdação.

**ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PENSÃO AOS FILHOS.**

1 – Se do acidente resultar o falecimento do sinistrado, têm direito à pensão os filhos que se encontrem nas seguintes condições:

- a) Menores de 22 anos de idade, sempre que o cônjuge ou o cidadão que viva em união de facto não a receba;
- b) Maiores de 21 anos de idade, sempre que o cônjuge ou o cidadão que viva em união de facto não a receba.

2 – O montante da pensão aos filhos nos casos da alínea a) do número anterior, é igual ao valor da retribuição mensal do falecido, pelo que sendo vários é distribuído equitativamente por todos por igual.

3 – Ao montante da pensão aos filhos nos casos da alínea b) do número 1, é deduzido o valor atribuído ao ex-cônjuge ou cônjuge judicialmente separado e com direito a pensão de alimentos nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo anterior e é distribuído equitativamente pelos filhos e pelo cônjuge nos termos previstos na alínea a) do número 1 do artigo anterior.

4 – Os beneficiários recebem a pensão até perfazer a idade da aposentação.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PENSÃO AOS ASCENDENTES E OUTROS PARENTES SUCESSÍVEIS.

1 – Se do acidente resultar o falecimento do sinistrado e caso não se verifique a distribuição da pensão nos termos do disposto nos artigos 13º e 14º, do presente capítulo, o montante da pensão é atribuído equitativamente aos ascendentes ou a quaisquer parentes sucessíveis.

2 – Na ausência de titulares referidos nas alíneas a) ao c) do número 1 do artigo 11º, do presente capítulo, os beneficiários recebem a pensão até perfazer a idade da aposentação.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – AUSÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS.

1 – Sempre que não houver beneficiários com direito a pensão de falecimento, reverte para o fundo de acidentes laborais dos órgãos de soberania sociais, uma importância igual a 21 vezes a retribuição anual ilíquida do sinistrado, deduzida das quotizações para a segurança social.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACUMULAÇÃO E RATEIO DA PENSÃO POR FALECIMENTO.

1 – As pensões por falecimento são cumuláveis com outras prestações sociais.

2 – As pensões dos filhos são em cada mês, as correspondentes ao número dos que têm direito à pensão nesse mês.

3 – Nos termos do número anterior, sempre que um filho passe para a situação de aposentação, os demais filhos que recebam a pensão por falecimento, não alteram o montante da prestação correspondente ao mesmo facto.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – SUBSÍDIO DE FALECIMENTO.



1 – O subsídio de falecimento destina-se a compensar as despesas efectuadas com o funeral do sinistrado.

2 – O subsídio de falecimento é atribuído até ao montante do valor de dois salários mínimos nacionais, podendo ser acrescido das despesas com a transladação do corpo do sinistrado falecido sempre que o mesmo tenha ocorrido em estado soberano externo e até ao montante do dobro do subsídio de falecimento.

3 – O direito ao subsídio de falecimento pode ser reconhecido a pessoas distintas dos familiares e equiparados do sinistrado.

4 – Tem direito ao subsídio de falecimento, quem comprovadamente efectuar o pagamento dessas mesmas despesas.

5 – O prazo para requerer o subsídio de falecimento é de 1 ano, a partir da data da realização da respectiva despesa.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – SUBSÍDIO POR SITUAÇÃO DE ELEVADA INCAPACIDADE.

1 – O subsídio por situação de elevada incapacidade permanente destina-se a compensar o sinistrado com incapacidade permanente absoluta ou incapacidade permanente parcial igual ou superior a 67%, pela perda ou elevada redução permanente da sua capacidade de exercício laboral ou de ganho resultante de acidente laboral.

2 – A incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral, confere ao sinistrado o direito a um subsídio equivalente ao montante da última remuneração ilíquida mensal atribuída pela entidade empregadora para efeitos de contribuições sociais, deduzida das quotizações para a segurança social, até ao momento da entrada na situação de aposentação.

3 – A incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral habitual, confere ao beneficiário direito a um subsídio equivalente ao montante da incapacidade, tendo presente a última retribuição ilíquida mensal atribuída pela entidade empregadora para efeitos de contribuições sociais, deduzida das quotizações para a segurança social, até ao momento da entrada na situação de aposentação, sempre que não se verifique a integração do beneficiário em outro exercício de funções na mesma entidade empregadora.

4 – A incapacidade permanente parcial igual ou superior a 67%, confere ao beneficiário o direito a um subsídio equivalente ao montante da incapacidade, tendo presente o valor da última retribuição ilíquida mensal atribuída pela entidade empregadora para efeitos de contribuições sociais, deduzida das quotizações para a segurança social, até ao momento da entrada na situação de aposentação, sempre que não se verifique a integração do beneficiário em outro exercício de funções na mesma entidade empregadora.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – SUBSÍDIO PARA READAPTAÇÃO DA HABITAÇÃO.

1 – O subsídio para readaptação da habitação destina-se ao pagamento de despesas com a readaptação da habitação do sinistrado por incapacidade permanente para o exercício laboral que desta necessite em função da sua incapacidade.

2 – No caso previsto no número anterior, o sinistrado tem direito ao pagamento das despesas suportadas com a readaptação da habitação, até ao montante de seis salários mínimos nacionais, à data do acidente.

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – SUBSÍDIO PARA FREQUÊNCIA DE ACÇÕES NO ÂMBITO DA REABILITAÇÃO LABORAL.

1 – O subsídio para frequência de acções no âmbito da reabilitação laboral destina-se ao pagamento de despesas com acções que tenham por objectivo restabelecer as aptidões e capacidades profissionais do sinistrado, sempre que a gravidade das lesões ou outras circunstâncias especiais o justifiquem e sempre que não sejam realizadas pela entidade empregadora do acidente laboral.

2 – A atribuição do subsídio para frequência de acções no âmbito da reabilitação laboral, depende de o sinistrado reunir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ter capacidade remanescente adequada ao desempenho da profissão a que se referem as acções de reabilitação laboral;
- b) Ter direito a indemnização ou pensão por incapacidade resultante do acidente laboral;
- c) Ter requerido a frequência da acção ou curso ou aceite proposta das reais forças armadas portuguesa ou de outra entidade certificada;
- d) Obter parecer favorável do perito médico responsável pela avaliação e determinação da incapacidade.

3 – O montante do subsídio para frequência de acções no âmbito da reabilitação laboral corresponde ao montante das despesas efectuadas com a frequência do mesmo, sem prejuízo de caso se trate de acção ou curso organizado por entidade diversa das reais forças armadas portuguesa, do limite do valor mensal corresponder ao valor de 20% do salário mínimo nacional, à data da formação.

4 – O subsídio para frequência em acções no âmbito da reabilitação laboral é devido a partir da data do início efectivo de frequência das mesmas, não podendo a sua duração seguida ou interpolada, ser superior a 183 dias, salvo em situações excepcionais devidamente fundamentadas.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REVISÃO DAS PRESTAÇÕES.

1 – Sempre que se verifique uma modificação na capacidade de exercício laboral ou de ganho do sinistrado, proveniente do agravamento, recidiva, recaída ou melhoria da lesão ou doença que deu origem à reparação, ou de intervenção clínica ou aplicação de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, ou ainda de reabilitação e reintegração profissional e readaptação ao exercício laboral, a prestação pode ser alterada ou extinta, de harmonia com a modificação verificada.

2 – A revisão pode ser efectuada a requerimento do sinistrado ou da entidade responsável pelo pagamento.

3 – A revisão só pode ser requerida uma vez em cada ano civil.

#### ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES POR CESSAÇÃO DO CONTRATO LABORAL.

1 – Sempre que um profissional sinistrado que tenha sido colocado num outro exercício de funções na mesma entidade empregadora cesse o contrato laboral por motivos imputáveis à entidade empregadora, as prestações sociais devidas referentes ao acidente laboral que estejam suspensas pela respectiva integração do profissional sinistrado num outro exercício de funções, passam a ser devidas ao profissional sinistrado.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – CÁLCULO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES.

1 – A indemnização por incapacidade temporária e a pensão por falecimento e por incapacidade permanente, absoluta ou parcial, são calculadas com base na retribuição anual devida pelo montante da última remuneração mensal ilíquida atribuída pela entidade empregadora para efeitos de contribuições sociais ao sinistrado à data do acidente.

2 – Compreende-se por remuneração mensal ilíquida, todas as prestações recebidas com carácter de regularidade que não se destinem a compensar o sinistrado por custos aleatórios, deduzidas as quotizações para a segurança social.

3 – Compreende-se por retribuição anual, o produto de 12 vezes a retribuição mensal ilíquida, acrescida dos subsídios de férias e de natal e outras prestações anuais a que o sinistrado tenha direito com carácter de regularidade.

4 – Se a retribuição correspondente ao dia do acidente for diferente da retribuição normal, esta é calculada pela média dos dias de exercício laboral e a respectiva retribuição auferida pelo sinistrado no período dos 12 meses anteriores ao acidente.

5 – Na falta dos elementos indicados nos números anteriores, o cálculo faz-se segundo o prudente arbítrio do juiz, tendo presente a natureza dos serviços prestados, a categoria profissional do sinistrado e os usos.

6 – A retribuição correspondente ao dia do acidente é paga pela entidade empregadora.

7 – Se o sinistrado for praticante, aprendiz, estagiário ou nas demais situações que devam considerar-se de formação profissional, a indemnização é calculada com base na retribuição anual média ilíquida de um profissional da mesma entidade empregadora ou entidade empregadora similar e que exerça actividade correspondente à formação, aprendizagem ou estágio.

8 – O disposto nos números 4 e 5, é aplicável ao exercício laboral não regular e ao profissional a tempo parcial vinculado a mais de uma entidade empregadora.

9 – O cálculo das prestações para profissionais que exerçam as competências a tempo parcial, tem por base a retribuição que aufeririam se as exercessem a tempo inteiro.

10 – A ausência ao exercício laboral para efectuar quaisquer exames com o objectivo de caracterizar o acidente ou a doença ou para o seu tratamento, ou ainda para a aquisição, substituição ou arranjo de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, não determina perda de retribuição.

11 – Em nenhum caso a retribuição pode ser inferior à que resulte da lei ou de instrumento de regulamentação colectiva laboral.

#### ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO, DA PENSÃO E DA PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR.

1 – A pensão anual por incapacidade permanente ou falecimento é paga, adiantada e mensalmente, até ao terceiro dia de cada mês, correspondendo cada prestação a 1/12 da pensão anual.

2 – À pensão anual atribuída nos termos do número anterior, não corresponde a prestação relativa aos subsídios de férias e de natal, incorporados na prestação anual.

3 – A indemnização por incapacidade temporária é paga mensalmente.

4 – O pagamento da prestação suplementar para assistência de terceira pessoa, acompanha o pagamento mensal da pensão anual.

5 – Os interessados podem acordar que o pagamento seja efectuado com periodicidade diferente da indicada nos números anteriores.

#### ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – LUGAR DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES.

1 – O pagamento das prestações previstas na alínea b) do artigo 1º, do capítulo quinto, do presente título, é efectuado por transferência bancária na conta do sinistrado ou do beneficiário legal.

2 – Se o credor das prestações se ausentar para o exterior, o pagamento é efectuado nos termos do número anterior, sem prejuízo do disposto em convenções internacionais ou acordos de reciprocidade.

3 – O acordo sobre o lugar ou periodicidade do pagamento só é válido se revestir a forma escrita.

### CAPÍTULO OITAVO – REMIÇÃO DE PENSÕES.

## ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE REMIÇÃO DE PENSÕES.

1 – É obrigatoriamente remida a pensão anual vitalícia devida a sinistrado com incapacidade permanente parcial inferior a 34% e a pensão anual vitalícia devida a beneficiário legal, desde que em qualquer dos casos o valor da pensão anual não seja superior a 5 vezes o valor do salário mínimo nacional mensal garantido, em vigor no dia seguinte à data da alta ou do falecimento.

2 – Pode ser parcialmente remida, a requerimento do sinistrado ou do beneficiário legal, a pensão anual vitalícia correspondente a incapacidade igual ou superior a 34% ou a pensão anual vitalícia de beneficiário legal, desde que cumulativamente respeite os seguintes limites:

- a) A pensão anual sobrança, não seja inferior a 5 vezes o valor do salário mínimo nacional mensal garantido, em vigor à data da autorização da remição;
- b) O capital da remição não pode ser superior ao que resultaria de uma pensão calculada com base numa incapacidade de 33%.

3 – Em caso de acidente laboral sofrido por profissional externo, do qual resulte incapacidade permanente ou falecimento, a pensão anual vitalícia pode ser remida em capital, por acordo entre a entidade responsável e o beneficiário da pensão, se este optar por deixar definitivamente o espaço territorial português.

4 – Exclui-se do âmbito da aplicação dos números anteriores, o beneficiário legal de pensão anual vitalícia que sofra de incapacidade ou doença crónica, que lhe reduza definitivamente a sua capacidade geral de ganho em mais de 66%.

5 – No caso de o sinistrado sofrer vários acidentes, a pensão a remir é a global.

## ARTIGO SEGUNDO – CÁLCULO DO CAPITAL.

1 – A indemnização em capital é calculada por aplicação das bases técnicas do capital da remição, bem como das respectivas tabelas práticas.

2 – As bases técnicas do capital da remição e as tabelas práticas referidas no número anterior, são aprovadas por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças, da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO TERCEIRO – DIREITOS NÃO AFECTADOS PELA REMIÇÃO.

1 – A remição não prejudica:

- a) O direito às prestações em espécie;
- b) O direito de o sinistrado requerer a revisão da prestação;
- c) Os direitos atribuídos aos beneficiários legais do sinistrado, se este vier a falecer em consequência do acidente;



- d) A actualização da pensão remanescente no caso de remição parcial ou resultante de revisão da pensão.

## CAPÍTULO NONO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – Constituem deveres dos beneficiários abrangidos pelo regime de protecção nos acidentes laborais:

- a) Comparecer aos exames e diagnósticos médicos para que forem convocados nos termos do presente título e no âmbito da legislação que regula o sistema de verificação das incapacidades, aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça, nomeadamente sempre que forem convocados pela entidade empregadora;
- b) Não se ausentar do seu domicílio durante o período da incapacidade fixado, nomeadamente aos fins-de-semana, salvo em casos de tratamento ou de autorização médica expressa, bem como sempre que se desloquem à matriz social competente.

2 – Os beneficiários devem ainda comunicar à matriz social competente da sua área de residência:

- a) A titularidade de pensões ou de outras prestações compensatórias da perda de remuneração laboral, respectivos montantes, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- b) A identificação de eventuais responsáveis e o montante da indemnização recebida em caso de haver acordo, sempre que a incapacidade resulte de acidente laboral ou de acto de terceiro, pelo qual seja devida indemnização;
- c) O exercício de actividade profissional, independentemente de prova de inexistência de remunerações;
- d) A mudança de residência ou de conta bancária;
- e) O óbito do beneficiário;
- f) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

3 – São ainda deveres dos beneficiários das prestações sociais por acidentes laborais apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 5 dias a contar da data do

início da situação de incapacidade permanente ou temporária ou da ocorrência do facto, no caso de este se verificar subsequentemente.

#### ARTIGO TERCEIRO – DEVERES DOS PENSIONISTAS POR FALECIMENTO.

1 – O cônjuge sobrevivente, ex-cônjuge do beneficiário falecido ou cidadão que viva com o beneficiário em união de facto, pensionista por falecimento, que celebre casamento ou inicie união de facto, é obrigado a dar conhecimento à matriz social competente da respectiva pensão, nos 30 dias subsequentes à respectiva verificação.

#### ARTIGO QUARTO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida das prestações sociais por acidentes laborais ou outros factos relativos aos deveres dos beneficiários, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

#### CAPÍTULO DÉCIMO – GARANTIA DE CUMPRIMENTO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE, IRRENUNCIABILIDADE DOS CRÉDITOS E GARANTIAS.

1 – Os créditos provenientes do direito à reparação estabelecida no presente título, são inalienáveis, impenhoráveis no montante correspondente aos mínimos legais da pensão de invalidez nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título décimo e da pensão de aposentação nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo terceiro, do título décimo primeiro, do presente livro e irrenunciáveis e usufruem das garantias consignadas no REAL CÓDIGO LABORAL.

#### ARTIGO SEGUNDO – SISTEMA E UNIDADE DE SEGURO.

1 – O empregador é obrigado a transferir a responsabilidade pela reparação prevista no presente título, para entidades legalmente autorizadas a realizar este seguro.

2 – A obrigação prevista no número anterior, vale igualmente em relação à entidade empregadora que contrate profissionais exclusivamente para prestar exercícios laborais em outras entidades empregadoras.

3 – Verificando-se alguma das situações referidas no artigo 7º, do capítulo terceiro, do presente título, a seguradora da entidade responsável, satisfaz o pagamento das prestações que seriam devidas caso não houvesse actuação culposa, sem prejuízo do direito de regresso.

4 – Sempre que a retribuição declarada para efeitos do prémio de seguro for inferior à real, a seguradora só é responsável em relação àquela retribuição, que não pode ser inferior à retribuição mínima mensal garantida.

5 – No caso previsto no número anterior, a entidade empregadora responde pela diferença relativa às indemnizações por incapacidade temporária e pensões devidas, bem como pelas despesas efectuadas com a hospitalização e assistência clínica, na respectiva proporção.

#### **ARTIGO TERCEIRO – DISPENSA DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE.**

1 – As obrigações impostas pelo artigo anterior, não abrange os órgãos de soberania, as empresas e as instituições, públicas ou privadas, sempre que os respectivos profissionais sejam abrangidos pelo regime de acidentes em serviços ou outro regime legal com o mesmo âmbito.

#### **ARTIGO QUARTO – APÓLICE UNIFORME.**

1 – A apólice uniforme do seguro de acidentes laborais adequado às diferentes profissões e actividades económicas, de harmonia com os princípios estabelecidos no presente título e respectiva legislação regulamentar, é aprovada por portaria do supremo conselho monárquico, sob proposta do real banco de Portugal, escutadas as associações representativas das entidades seguradoras.

2 – A apólice uniforme obedece ao princípio da graduação dos prémios de seguro em função do grau do risco do acidente, tendo em consideração a natureza da actividade económica e as condições de prevenção implementadas nos locais laborais.

3 – Deve ser prevista na apólice uniforme a revisão do valor do prémio, por iniciativa da entidade seguradora ou a solicitação da entidade empregadora, com base na modificação efectiva das condições de prevenção de acidentes nos locais laborais.

4 – São nulas as cláusulas adicionais que contrariem os direitos e as garantias estabelecidas na apólice uniforme prevista no presente artigo.

#### **ARTIGO QUINTO – GARANTIA E ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES.**

1 – A garantia do pagamento das prestações estabelecidas no presente título, que não possam ser pagas pela entidade responsável, nomeadamente por motivo de incapacidade económica, é afirmada e suportada pelo fundo de acidentes laborais nos termos regulamentados no título sétimo, do presente livro.

2 – São igualmente da responsabilidade do fundo de acidentes laborais referido no artigo anterior, a actualização do valor das pensões devidas por incapacidade ou por falecimento e outras responsabilidades com os profissionais que as entidades responsáveis não possam pagar.

3 – O fundo referido nos números anteriores, constitui-se credor da entidade economicamente incapaz ou da respectiva massa falida, competindo os seus créditos caso a entidade incapaz seja uma entidade seguradora, graduação idêntica à dos credores específicos de seguros.

4 – Se no âmbito de um processo de recuperação de empresa, esta se encontrar impossibilitada de pagar os prémios do seguro de acidentes laborais dos respectivos profissionais, o gestor da entidade empregadora, deve comunicar tal impossibilidade à matriz social competente da sua área de localização, 62 dias antes do vencimento do contrato, de modo a que a matriz social competente por via do fundo de acidentes laborais, se substitua à entidade empregadora no mesmo pagamento, sendo aplicável o número anterior.

#### ARTIGO SEXTO – RISCOS RECUSADOS.

1 – O real banco de Portugal estabelece por norma regulamentar as disposições relativas à colocação dos riscos recusados pelas entidades seguradoras.

2 – O real banco de Portugal pode ressegurar e retroceder os riscos recusados.

3 – Relativamente aos riscos recusados, o real banco de Portugal sempre que os mesmos estejam inerentes a investimentos económicos, humanos e culturais essenciais aos planos de desenvolvimento, progresso e futuro do reino de Portugal, pode requerer às entidades competentes, certificados de conformidade com as normas de segurança em vigor e accionar o fundo de acidentes laborais, comunicando à real chancelaria social portuguesa que accione a matriz social competente da área de localização da entidade empregadora.

#### ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÃO DE CAUCIONAMENTO.

1 – A entidade empregadora é obrigada a caucionar o pagamento das pensões por acidente laboral em que tenha sido condenada ou a que se tenha obrigado por acordo homologado, sempre que não haja ou seja insuficiente o seguro, salvo se celebrar com uma entidade seguradora um contrato específico de seguro de pensões.

2 – A caução pode ser efectuada por transferência bancária, títulos de dívida pública, afectação ou hipoteca de imóveis ou garantia bancária.

3 – O caucionamento é efectuado à ordem do juiz do órgão de soberania jurídico de cariz económico competente da área de localização da entidade empregadora ou a seu favor, no prazo que este designar.

4 – Os títulos de dívida pública são avaliados para efeitos do caucionamento, pela última cotação na bolsa e os imóveis e empréstimos hipotecários pelo valor matricial corrigido dos respectivos prédios, competindo ao ministério público apreciar e dar parecer sobre a idoneidade do caucionamento.

5 – Os imóveis sujeitos a este risco são obrigatoriamente seguros contra incêndios.

6 – O caucionamento deve ser reforçado sempre que se verifique ser insuficiente, aplicando-se com as devidas adaptações o disposto nos números anteriores.

7 – Verificado o incumprimento, que se prolongue por período superior a 15 dias, deve o pagamento das pensões em dívida iniciar-se pelas importâncias caucionadas, sem necessidade de execução.

#### ARTIGO OITAVO – REAL BANCO DE PORTUGAL.

1 – Compete ao real banco de Portugal determinar o valor do caucionamento das pensões, sempre que não exista ou seja insuficiente o seguro das responsabilidades da entidade empregadora.

2 – Compete igualmente ao real banco de Portugal dar parecer sobre a transferência de responsabilidade das pensões por acidentes laborais para as seguradoras.

3 – Os valores de caucionamento das pensões são calculados de acordo com as tabelas práticas a que se refere o artigo 2º, do capítulo oitavo, do presente livro, acrescidos de 10%.

#### CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTES LABORAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – SINISTRADO E BENEFICIÁRIOS LEGAIS.

1 – O sinistrado ou os beneficiários legais em caso de falecimento, devem participar o acidente laboral, verbalmente ou por escrito, nas 48 horas seguintes ao empregador, salvo se este o presenciar ou deste vier a deter conhecimento no mesmo período.

2 – Se o estado do sinistrado ou outra circunstância devidamente comprovada, não permitir o cumprimento do disposto no número anterior, o prazo neste fixado conta-se a partir da cessação do impedimento.

3 – Se a lesão se revelar ou for reconhecida em data posterior à do acidente, o prazo conta-se a partir da data da revelação ou do reconhecimento.



4 – Sempre que o sinistrado não participe o acidente tempestivamente e por tal motivo tenha sido impossível ao empregador ou a quem o represente na direcção do exercício laboral prestar-lhe a assistência necessária, a incapacidade judicialmente reconhecida como consequência daquela falta, não confere direito às prestações estabelecidas no presente título, na proporção em que desta falta tenha resultado.

## ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADE EMPREGADORA COM RESPONSABILIDADE TRANSFERIDA.

1 – A entidade empregadora que tenha transferido a responsabilidade, deve sob pena de responder por perdas e danos participar à entidade seguradora a ocorrência do acidente, no prazo de 24 horas, a partir da data do conhecimento.

2 – A participação deve ser efectuada à seguradora por meio informático, nomeadamente em suporte digital ou correio electrónico.

## ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADE EMPREGADORA SEM RESPONSABILIDADE TRANSFERIDA.

1 – A entidade empregadora cuja responsabilidade não esteja transferida, deve participar o acidente ao órgão de soberania jurídico de cariz humano competente da sua área de localização, por escrito, independentemente de qualquer apreciação das condições legais da reparação.

2 – O prazo para a participação é de 3 dias, a partir da data do acidente ou do seu conhecimento.

3 – No caso de falecimento, o acidente é participado no prazo de 24 horas ao órgão de soberania jurídico de cariz humano competente da área de localização da entidade empregadora, por correio electrónico ou por telecópia, sem prejuízo do disposto nos números anteriores.

## ARTIGO QUARTO – EXERCÍCIO LABORAL A BORDO.

1 – Sendo o sinistrado inscrito marítimo ou aéreo, a participação é efectuada ao órgão de soberania policial competente do porto ou do aeroporto do espaço territorial português onde o acidente ocorreu, sem prejuízo de outras notificações previstas em legislação complementar.

2 – Se o acidente ocorrer a bordo de embarcação portuguesa no alto mar ou no exterior ou de aeronave em espaço aéreo internacional ou de estado soberano externo, a participação é efectuada no órgão de soberania policial competente do primeiro porto ou aeroporto do espaço territorial português escalado após o acidente.

3 – As participações previstas nos números anteriores, devem ser efectuadas no prazo de 48 horas, a contar da data do acidente ou da chegada da embarcação ou da aeronave e remetidos imediatamente ao órgão de soberania jurídico de cariz humano

competente pelo órgão de soberania policial competente pela participação, se a responsabilidade não estiver transferida ou se do acidente resultar o falecimento e à entidade seguradora nos demais casos.

#### ARTIGO QUINTO – ENTIDADES SEGURADORAS.

1 – As entidades seguradoras participam aos órgãos de soberania jurídicos de cariz humano competentes, por escrito no prazo de 3 dias a contar da alta clínica, o acidente de que tenha resultado incapacidade permanente e imediatamente após o seu conhecimento, por correio electrónico, telecópia ou outra via com o mesmo efeito de registo escrito de mensagens, o acidente de que tenha resultado o falecimento.

2 – A participação por correio electrónico, telecópia ou outra via com o mesmo efeito de registo de mensagens, não dispensa a participação formal, que deve ser efectuada no prazo de 7 dias, contados da data do falecimento ou do seu conhecimento.

3 – As entidades seguradoras participam ainda aos órgãos de soberania jurídicos de cariz humano competentes, por escrito no prazo de 7 dias, a contar da sua verificação, todos os casos de incapacidade temporária que consecutiva ou conjuntamente, ultrapassem 1 ano.

#### ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM CASO DE FALECIMENTO.

1 – Os directores de estabelecimentos hospitalares, assistenciais ou prisionais comunicam de imediato aos órgãos de soberania jurídicos de cariz humano competentes e às entidades empregadoras, por correio electrónico, telecópia ou outra via com o mesmo efeito de registo de mensagens, o falecimento em consequência de acidente, de profissional aí internado.

2 – Igual obrigação tem qualquer outro cidadão ou entidade a cujo cuidado o sinistrado estiver.

#### ARTIGO SÉTIMO – FACULDADE DE PARTICIPAÇÃO AO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO DE CARIZ HUMANO COMPETENTE.

1 – A participação do acidente ao órgão de soberania jurídico de cariz humano competente pode ser efectuada:

- a) Pelo sinistrado, directamente ou por interposta pessoa;
- b) Pelo familiar ou equiparado do sinistrado;
- c) Por qualquer entidade com direito a receber o valor das prestações;
- d) Pela autoridade policial ou administrativa que tenha detido o conhecimento do acidente;
- e) Pelo director de estabelecimento hospitalar, assistencial ou prisional onde o sinistrado esteja internado, tendo o acidente ocorrido ao serviço de outra entidade.

## CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – REABILITAÇÃO LABORAL E REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO.

1 – O presente capítulo regula o regime relativo à reabilitação laboral e à reintegração profissional do profissional sinistrado por acidente laboral de que tenha resultado incapacidade temporária parcial ou incapacidade permanente parcial, para o exercício laboral habitual.

### ARTIGO SEGUNDO – OCUPAÇÃO E REABILITAÇÃO.

1 – A entidade empregadora é obrigada a ocupar o profissional que ao seu serviço, ainda que a título de contrato a termo, sofreu acidente laboral, de que tenha resultado qualquer das incapacidades previstas no artigo anterior, em funções e condições de exercício laboral compatíveis com o respectivo estado de saúde nos termos previstos na lei.

2 – Ao profissional referido no número anterior, é assegurada pela entidade empregadora a formação profissional, a adaptação ao posto laboral, o exercício a tempo parcial e a licença para formação ao novo exercício de funções laborais nos termos previstos na lei.

3 – Os órgãos de soberania militares devem criar serviços de adaptação ou reabilitação laborais e de colocação, garantindo a coordenação entre esses serviços e os já existentes do estado, das entidades empregadoras, das entidades seguradoras e de outras entidades e utilizando esses serviços sempre que possível.

### ARTIGO TERCEIRO – OCUPAÇÃO OBRIGATÓRIA.

1 – A obrigação prevista no número 1 do artigo anterior, cessa se injustificadamente o profissional não se apresentar à entidade empregadora no prazo de 10 dias após a comunicação da incapacidade fixada e poderá ser motivo de justa causa de despedimento por parte da entidade empregadora.

2 – A entidade empregadora que não cumprir a obrigação de ocupação efectiva e sem prejuízo de outras prestações devidas por lei ou por instrumento de regulamentação colectiva, tem que pagar ao profissional a retribuição prevista no número 4 do artigo seguinte, salvo se entretanto o contrato tiver cessado nos termos da lei.

### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXERCÍCIO LABORAL.

1 – O profissional com capacidade de exercício laboral reduzida resultante de acidente laboral, a quem a entidade empregadora ao serviço do qual ocorreu o acidente, assegure ocupação em funções laborais compatíveis durante o período da incapacidade, tem direito a dispensa de horários laborais com adaptabilidade de exercício laboral suplementar e de exercício laboral no período nocturno.

2 – A retribuição devida ao profissional sinistrado por acidente laboral ocupado em funções compatíveis, tem por base a do dia do acidente, excepto se entretanto a retribuição da categoria correspondente tiver sido objecto de alteração, caso em que é esta a considerada.

3 – A retribuição a que alude o número anterior, nunca é inferior à devida pela capacidade restante, não podendo em caso algum a soma da pensão e da retribuição ser superior à devida no exercício laboral no qual o acidente laboral produziu efeitos, salvo se a retribuição da categoria correspondente tiver sido objecto de alteração.

4 – O despedimento sem justa causa do profissional temporariamente incapacitado em resultado de acidente laboral, confere àquele sem prejuízo de outros direitos consignados no REAL CÓDIGO LABORAL, o direito a uma indemnização igual ao dobro da que lhe competiria por despedimento ilícito.

#### ARTIGO QUINTO – EXERCÍCIO LABORAL A TEMPO PARCIAL E LICENÇA PARA FORMAÇÃO OU NOVO EMPREGO.

1 – O profissional que exerça funções compatíveis de acordo com a sua incapacidade permanente, tem direito ao exercício laboral a tempo parcial e a licença para formação ou novo emprego nos termos dos números seguintes.

2 – Salvo acordo em contrário, o período normal de exercício laboral a tempo parcial corresponde a dois terços do praticado a tempo completo numa situação comparável e é prestado diariamente de manhã ou de tarde ou em 4 dias por semana, conforme a solicitação do profissional e a concordância da entidade empregadora.

3 – A licença para formação pode ser concedida para frequência de curso de formação ministrado sob responsabilidade de entidade da educação, de formação profissional ou dos órgãos de soberania militares ou no âmbito de programa específico aprovado por autoridade competente e executado sob o seu controlo pedagógico.

4 – A licença para novo emprego pode ser concedida a profissional que pretenda celebrar contrato laboral com outra entidade empregadora, por período de tempo correspondente à duração do período experimental.

5 – A concessão de licença para a formação profissional ou novo emprego, determina a suspensão do contrato laboral.

6 – O profissional deve solicitar à entidade empregadora a passagem à prestação de exercício laboral a tempo parcial ou a licença para a formação profissional ou novo emprego, com a antecedência de 30 dias relativamente ao seu início, por escrito e com as seguintes indicações:

- a) No caso de prestação de exercício laboral a tempo parcial, o respectivo período de duração e a repartição semanal do período normal de exercício laboral pretendido;
- b) No caso de licença para formação profissional, o curso que pretende frequentar e a sua duração;
- c) No caso de licença para novo emprego, a duração do período experimental correspondente.

7 – A entidade empregadora apenas pode recusar qualquer das solicitações referidas no número anterior, com fundamento em razões imperiosas e objectivas relacionadas com o funcionamento da empresa ou do serviço ou a impossibilidade de substituir o profissional caso este seja indispensável.

#### ARTIGO SEXTO – AVALIAÇÃO.

1 – Sempre que for considerado necessário e exigido o esclarecimento de dúvidas sobre as incapacidades referidas no artigo 1º, do presente capítulo ou sobre o emprego de profissional incapacitado em funções compatíveis com o seu estado de saúde, pode ser solicitado o parecer de peritos médicos dos hospitais militares.

2 – Sempre que a entidade empregadora assegure a ocupação compatível com o estado de saúde do profissional sinistrado por acidente laboral, pode requerer ao hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora, a avaliação da situação do profissional, tendo presente a adaptação do seu posto laboral e disponibilização de formação profissional adequada à ocupação e função a desempenhar.

3 – O hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora, procede à avaliação da situação do profissional e à promoção de eventuais adaptações necessárias à ocupação do respectivo posto laboral, mediante a disponibilização de intervenções técnicas consideradas necessárias e exigidas, recorrendo nomeadamente aos órgãos de soberania militares especializados.

4 – Por acordo entre a entidade empregadora e o profissional sinistrado, pode igualmente ser requerida a avaliação a que se refere o número 2, nos casos em que a ocupação compatível com o respectivo estado de saúde, seja assegurada por uma outra entidade empregadora.

#### ARTIGO SÉTIMO – APOIOS TÉCNICOS.

1 – Para além do apoio técnico necessário para a adaptação do posto laboral às necessidades do profissional sinistrado, o empregador que assegure ocupação compatível com o seu estado de saúde nos termos referidos no número 1 do artigo 2º, do presente capítulo e no número 2 do artigo anterior, pode beneficiar de apoio técnico concedido pelo órgão de soberania militar relativos à reabilitação laboral de cidadãos com incapacidade, desde que reúna os respectivos requisitos.

2 – A entidade empregadora que promova a reabilitação laboral do profissional sinistrado, também pode beneficiar dos apoios técnicos previstos no número anterior.



## ARTIGO OITAVO – IMPOSSIBILIDADE DE ASSEGURAR OCUPAÇÃO COMPATÍVEL.

1 – Sempre que a entidade empregadora declare a impossibilidade de assegurar ocupação e função compatível com o estado de saúde de profissional sinistrado, a situação deve ser avaliada e confirmada pelo hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora nos termos previstos no presente capítulo.

2 – No caso de o hospital militar competente concluir pela viabilidade de ocupação de um posto laboral da entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu o acidente laboral, a entidade empregadora deve colocar o profissional sinistrado em ocupação e função compatíveis.

3 – Caso o hospital militar competente conclua pela impossibilidade de ocupação de um posto laboral na entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu o acidente laboral, solicita ao órgão de soberania militar competente da área de residência do profissional, para encontrar soluções nas forças de intervenção militares, sapadoras ou policiais ou nas entidades da saúde, compatíveis ao enquadramento do profissional sinistrado, tendo presente a sua reabilitação laboral e reintegração profissional.

## ARTIGO NONO – PLANO DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

1 – No âmbito do apoio preconizado no artigo 7º, do presente capítulo e nos números 2 e 3 do artigo anterior, o órgão de soberania militar competente da área de residência do profissional sinistrado, observa as qualificações, a experiência e os dons criativos e os recursos especializados em toda a orgânica das forças de intervenção, visando a reintegração profissional do sinistrado, equacionado os meios técnicos que devem ser disponibilizados.

2 – O plano de reintegração a que se refere o número anterior, é definido conjuntamente com o profissional e consensualizado com:

- a) A entidade empregadora que assegura ocupação e função compatível;
- b) Os demais serviços intervenientes na concretização do plano, sempre que for o caso.

3 – A intervenção do órgão de soberania militar competente, realiza-se a partir do momento em que o processo de reabilitação clínica permita o início do processo de reintegração profissional.

4 – Sempre que o órgão de soberania militar competente verifique no âmbito da sua intervenção, que não possui resposta adequada para a reintegração do profissional sinistrado, pode propor o recurso a outras entidades, públicas ou privadas, com competências para o efeito.

5 – O órgão de soberania militar competente assegura o acompanhamento do processo de reintegração profissional.

## ARTIGO DÉCIMO – ENCARGOS COM REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

1 – Os encargos com a reintegração profissional no âmbito do disposto no número 2 do artigo 2º, do presente capítulo, são afirmados pela entidade empregadora nas situações em que o profissional se mantenha na entidade empregadora ao serviço da qual sofreu o acidente laboral, sem prejuízo do previsto nos números 1 e 2 do artigo 8º, do presente capítulo.

2 – Os encargos com a reintegração profissional de profissionais sinistrados a quem a entidade empregadora não tenha assegurado ocupação compatível, são afirmados pela própria entidade empregadora, sempre que não se realizem nas forças de intervenção ou pela entidade empregadora e pelo órgão de soberania sapador, militar ou policial ou pela entidade da saúde, sempre que se trate de acções realizadas nas forças de intervenção portuguesas.

3 – Os encargos com a reintegração profissional são calculados com base em valor unitário por hora de intervenção, a estabelecer por acordo de cooperação entre a entidade empregadora e a entidade das forças de intervenção portuguesas.

4 – Os encargos afirmados pela entidade empregadora, são efectuados mediante prestações em espécie no âmbito do disposto na alínea h) do número 1 do artigo 1º, do capítulo sexto, do presente título.

5 – As despesas de deslocação, alimentação e alojamento indispensáveis à concretização das prestações previstas no artigo 1º, do capítulo sexto, do presente título, bem como quaisquer outras seja qual for a forma que revistam, desde que necessárias e adequadas ao restabelecimento do estado de saúde e da capacidade laboral ou de ganho do profissional e à sua recuperação para a vida activa, são pagas de acordo com o estabelecido no número 2 do artigo 11º, do capítulo quarto, do título seguinte.

6 – Os encargos da entidade empregadora referidos no presente artigo, atinentes a sinistrados de acidentes laborais, enquadram-se no âmbito da responsabilidade transferida da entidade empregadora para a entidade seguradora.

7 – Os encargos das entidades das forças de intervenção previstas no presente artigo, circunscrevem-se aos custos de formação, bem como às despesas de alimentação e alojamento, sempre que realizadas nas mesmas entidades das forças de intervenção portuguesas.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO.

1 – Os órgãos de soberania militares podem celebrar acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, tendo presente a reintegração profissional dos profissionais afectados por incapacidades derivadas de acidente laboral.

2 – Os acordos de cooperação devem conter designadamente:

- a) A descrição e os objectivos da intervenção;
- b) A tipologia das acções a desenvolver;

- c) Os meios materiais, técnicos, tecnológicos e financeiros a disponibilizar;
- d) Competências das entidades intervenientes;
- e) Período de vigência.

3 – Os acordos de cooperação têm a duração máxima de 183 dias, com possibilidade de renovação.

4 – A execução do acordo de cooperação é objecto de um relatório trimestral de avaliação, elaborado conjuntamente com as entidades intervenientes.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DE GARANTIA DE OCUPAÇÃO E EXERCÍCIO DE FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DO PROFISSIONAL.

1 – O órgão de soberania militar competente assegura:

- a) A verificação da possibilidade de a entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu o acidente laboral, assegurar a ocupação e funções compatíveis com a capacidade do profissional nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º, do presente capítulo;
- b) A intermediação entre o profissional, a entidade empregadora e o órgão de soberania militar competente ou a entidade de formação profissional, sempre que diferente do órgão de soberania militar;
- c) O encaminhamento das situações decorrentes da reintegração profissional no mesmo ou no novo posto laboral.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PROCEDIMENTO.

1 – O órgão de soberania militar competente escutados os serviços de saúde do diagnóstico clínico da entidade empregadora e do profissional, aprecia a situação, elaborando o parecer fundamentado dos serviços de saúde do hospital militar competente no prazo de 15 dias e indicando se a entidade empregadora tem possibilidade de assegurar ocupação e função compatíveis com o estado do profissional sinistrado.

2 – O parecer referido no número anterior, avalia também a possibilidade de a entidade empregadora assegurar o processo de reintegração profissional, designadamente a formação profissional para adaptação ao posto laboral, por si só ou em colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, indicando sempre que for o caso as entidades públicas com competências para intervir.

3 – Quer a entidade empregadora, quer o profissional podem indicar um representante do sector ministerial competente do exercício de actividade económica da entidade empregadora ou da arte bastonária correspondente do exercício laboral do profissional ou da arte bastonária cujo exercício da actividade laboral venha a ser exercida com a reintegração.

4 – O parecer referido no número 1, tem natureza vinculativa, sendo comunicado à entidade empregadora e ao profissional sinistrado, no prazo máximo de 7 dias.

## CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, da segurança, fiscal, social e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

### ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

### ARTIGO TERCEIRO – MODELOS OFICIAIS E APÓLICES UNIFORMES.

1 – A entrada em vigor do presente código, não prejudica a validade de:

- a) Modelos de declarações, participações e mapas anteriormente existentes;
- b) Apólices uniformes anteriormente em vigor.

### ARTIGO QUARTO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS.

1 – As participações, os boletins de exame e alta e outros formulários referidos no presente título, que possam ser impressos por meios informáticos, obedecem aos modelos aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

2 – O não cumprimento do disposto no número anterior, equivale a falta de tais documentos, podendo ainda o órgão de soberania jurídico de cariz humano ordenar a sua substituição.

3 – Os centros de saúde remetem à matriz social competente da sua área de localização, os certificados de incapacidade temporária, por via electrónica nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO QUINTO – AFIXAÇÃO E INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIAS.

1 – Toda a entidade empregadora deve afixar nos respectivos edifícios e em local bem visível as disposições do REAL CÓDIGO LABORAL e do presente título, referentes aos direitos e obrigações dos sinistrados e das entidades responsáveis.

2 – Os recibos de retribuição dos profissionais estão obrigados a identificar a entidade seguradora para a qual o risco se encontra transferido à data da sua emissão.

## ARTIGO SEXTO – PREVENÇÃO BASTONÁRIA.

1 – Todas as artes bastonárias constituintes da orgânica legislativa portuguesa devem em cooperação com as artes bastonárias da saúde e humanas, analisar os diferentes riscos de acidentes laborais inerentes ao exercício de actividades profissionais, tendo presente o prevenir e diagnosticar as directivas de defesa, segurança e protecção e em colaboração com as artes bastonárias dos materiais, das técnicas e das tecnologias, deliberar sobre as formas de eliminar ou diminuir os riscos de acidentes laborais nos mesmos exercícios laborais.

## ARTIGO SÉTIMO – PREVENÇÃO MINISTERIAL.

1 – Todos os sectores ministeriais constituintes da orgânica legislativa portuguesa devem em cooperação com os sectores ministeriais da saúde e humanos, analisar os diferentes riscos de acidentes laborais inerentes ao exercício de actividades económicas, tendo presente o prevenir e diagnosticar as directivas de defesa, segurança e protecção e em colaboração com os sectores ministeriais dos materiais, das técnicas e das tecnologias, deliberar sobre as formas de eliminar ou diminuir os riscos de acidentes laborais nos mesmos exercícios laborais.

## ARTIGO OITAVO – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PRESIDENCIAL.

1 – Compete às assembleias reais das áreas presidenciais acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos adoptados pelas artes bastonárias e pelos sectores ministeriais no processo de certificação dos riscos de acidentes laborais inerentes ao exercício das várias profissões e actividades económicas e na certificação das incapacidades temporárias para o exercício laboral e apresentar propostas de aperfeiçoamento da legislação aplicável, tendo presente adoptar as directrizes adequadas à prevenção das doenças e à criação das condições que permitam uma reparação eficaz em tempo útil dos danos decorrentes, bem como à defesa, segurança e protecção face aos riscos de acidentes laborais nas várias profissões e actividades económicas.

## ARTIGO NONO – ESTATÍSTICA.



1 – Sem prejuízo do regime previsto para a informação estatística sobre acidentes laborais, o real banco de Portugal está obrigado a estabelecer semestralmente estatísticas específicas destinadas ao controlo e supervisão dos riscos profissionais.

#### ARTIGO DÉCIMO – CADUCIDADE E PRESCRIÇÃO.

1 – O direito de acção respeitante às prestações fixadas no presente título, caduca no prazo de 183 dias a contar da data da alta clínica formalmente comunicada ao sinistrado ou se do evento resultar o falecimento, a contar desta.

2 – As prestações estabelecidas por decisão judicial ou pela matriz social competente prescrevem no prazo de 1 ano, a partir da data do seu vencimento.

3 – O prazo de prescrição não se inicia enquanto os beneficiários não detiverem o conhecimento pessoal da fixação das prestações.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS.

1 – Os prazos fixados para normas relativas a acidentes laborais, contam-se nos termos previstos no processo civil.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito às prestações por acidentes laborais vencidos é de 1 ano, findo o qual revertem a favor do fundo de acidentes laborais dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocados a pagamento com conhecimento do titular do direito a quem as prestações por acidentes laborais são pagas.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CARTÃO DE PENSIONISTA.

1 – O modelo do cartão para uso dos pensionistas nas matrizes sociais é aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores das prestações por acidentes laborais anteriores à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do

presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários das prestações os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem as prestações por acidentes laborais eram pagos ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito às prestações, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por acidentes laborais anteriores à entrada em vigor do presente código, serão adaptados à nova realidade processual pelos órgãos de soberania jurídicos, sociais e militares e pelas entidades da saúde envolvidas nos mesmos processos.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se as normas reguladoras dos regimes contributivos da segurança social.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime de acidentes laborais aplica-se após a entrada em vigor do presente código, sem efeitos retroactivos.

### TÍTULO SEXTO – REGIME JURÍDICO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social de doenças profissionais, incluindo a reparação, reabilitação e reintegração profissionais no âmbito do subsistema previdencial.

2 – A protecção na eventualidade de doenças profissionais realiza-se mediante a atribuição de prestações em espécie e pecuniárias destinadas a compensar a perda de

remuneração presumida em consequência de incapacidade temporária ou permanente para o exercício laboral, salvo se existir possibilidade de integração do profissional portador de incapacidade temporária ou permanente num outro exercício laboral na mesma entidade empregadora.

## ARTIGO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DA EVENTUALIDADE.

1 – Para efeitos do presente título é considerada doença profissional, a alteração do estado normal de saúde, que se manifesta por sinais ou sintomas, que podem ser perceptíveis ou não, evolutivos, que determine incapacidade temporária para o exercício laboral, decorrente de causa profissional pelo qual seja devida indemnização.

## ARTIGO TERCEIRO – BENEFICIÁRIOS.

1 – O profissional e os seus familiares têm direito à reparação dos danos emergentes de doenças profissionais nos termos previstos no presente título.

## ARTIGO QUARTO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – O regime previsto no presente título abrange os profissionais por conta de outrem e os profissionais independentes de toda e qualquer actividade económica.

2 – Sempre que o presente título não impuser compreensão diferente, presume-se:

- a) Que o profissional está na dependência económica da pessoa em proveito da qual presta serviço;
- b) Que o profissional está na sua própria dependência, sempre que esteja colectado como profissional independente nos termos do disposto nos reais impostos sobre os rendimentos das pessoas singulares.

3 – Para além da situação do praticante, aprendiz e estagiário, considera-se situação de formação a que tenha por objectivo a preparação, promoção e actualização laboral do profissional, necessário ao desempenho de funções inerentes à actividade do empregador.

## ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAL EXTERNO.

1 – O profissional externo que exerça actividade em espaço territorial português é para efeitos do presente título, equiparado ao profissional português.

2 – Os familiares do profissional externo referido no número anterior, beneficiam igualmente da protecção estabelecida relativamente aos familiares do sinistrado.

3 – O profissional externo portador de doença profissional em espaço territorial português ao serviço de entidade empregadora externa, sua agência, sucursal, filial ou representante, pode ficar excluído do âmbito do presente título, desde que exerça uma

actividade temporária ou intermitente e por acordo entre estados soberanos, se tenha convencionado a aplicação da legislação relativa à protecção do portador de doença profissional em vigor no estado soberano de origem.

#### ARTIGO SEXTO – PROFISSIONAL NO EXTERIOR.

1 – O profissional português e o profissional externo residente em espaço territorial português portador de doença profissional no exterior ao serviço de entidade empregadora portuguesa, têm o direito às prestações sociais previstas no presente título, salvo se a legislação do estado soberano externo onde ocorreu a doença profissional lhes reconhecer direito à reparação, caso em que o profissional pode optar por qualquer dos regimes de protecção social.

2 – A lei portuguesa aplica-se na ausência de opção expressa do profissional portador de doença profissional no exterior ao serviço de entidade empregadora portuguesa, salvo se a do estado soberano externo onde ocorreu a doença profissional for mais favorável.

#### ARTIGO SÉTIMO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção regulada no presente título concretiza-se na atribuição de prestações em espécie e de prestações pecuniárias.

2 – As prestações em espécie compreendem:

- a) A assistência médica e cirúrgica, geral ou especializada, incluindo todos os elementos de diagnóstico e de tratamento que forem necessários e exigidos, bem como as visitas domiciliárias;
- b) A assistência medicamentosa e farmacêutica;
- c) Os cuidados de enfermagem;
- d) A hospitalização e os tratamentos termiais;
- e) A hospedagem;
- f) Os transportes para observação, tratamento ou comparecimento a actos judiciais;
- g) O fornecimento de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, bem como a sua renovação e reparação;
- h) Os serviços de reabilitação e reintegração profissional e social, incluindo a adaptação do posto laboral;
- i) Os serviços de reabilitação médica ou funcional para a vida activa;
- j) Apoio psicoterapêutico, sempre que necessário e exigido à família e ao sinistrado.

3 – As prestações pecuniárias compreendem:

- a) A indemnização por incapacidade temporária para o exercício laboral;
- b) A pensão provisória;

- c) A indemnização em capital e pensão por incapacidade permanente para o exercício laboral;
- d) O subsídio por situação de elevada incapacidade permanente;
- e) O subsídio de falecimento;
- f) A pensão por falecimento;
- g) A prestação suplementar para assistência de terceira pessoa;
- h) O subsídio para readaptação da habitação;
- i) O subsídio para frequência de acções no âmbito de reabilitação laboral necessárias, exigidas e adequadas à reintegração do sinistrado no mercado laboral.

#### ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE.

1 – É responsável pela reparação e demais encargos decorrentes de doença profissional, bem como pela manutenção no posto laboral nos termos previstos no presente título, a pessoa singular ou colectiva, de direito público ou privado, relativamente a si própria sendo profissional independente ou ao profissional ao seu serviço.

#### CAPÍTULO SEGUNDO – PROTECÇÃO NAS DOENÇAS PROFISSIONAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DA PROTECÇÃO DA EVENTUALIDADE DE DOENÇAS PROFISSIONAIS.

1 – A protecção da eventualidade de doenças profissionais integra o âmbito material dos regimes contributivos da segurança social dos profissionais por conta de outrem e dos profissionais independentes.

##### ARTIGO SEGUNDO – LISTA DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS.

1 – A elaboração e actualização da lista das doenças profissionais é aprovada por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

2 – A lesão corporal, a perturbação funcional ou a doença não incluídas na lista a que se refere o número anterior, são indemnizáveis desde que se prove serem consequência necessária e directa da actividade laboral exercida e não representem normal desgaste do organismo.

##### ARTIGO TERCEIRO – DIREITO À REPARAÇÃO.

1 – O direito à reparação emergente de doença profissional prevista no número 1 do artigo anterior, pressupõe que cumulativamente se verifiquem as seguintes condições:

- a) Estar o profissional afectado pela correspondente doença profissional;



- b) Ter estado o profissional exposto ao respectivo risco pela natureza dos meios materiais, técnicos e tecnológicos da actividade económica ou das condições ou ambiente do exercício laboral habitual.

#### ARTIGO QUARTO – AVALIAÇÃO, GRADUAÇÃO E REPARAÇÃO DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS.

1 – A avaliação e graduação das doenças profissionais diagnosticadas é da exclusiva responsabilidade do serviço de saúde competente do processo clínico nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo quarto, do título anterior, bem como a reparação nos termos do disposto no capítulo quinto, do título anterior.

#### ARTIGO QUINTO – NATUREZA DA INCAPACIDADE.

1 – A doença profissional pode determinar incapacidade temporária ou permanente para o exercício laboral nos termos do disposto nos artigos 1º e 2º, do capítulo quarto, do título anterior.

2 – A incapacidade temporária de duração superior a 548 dias, considera-se como permanente, devendo ser fixado o respectivo grau de incapacidade, salvo parecer clínico em contrário, não podendo no entanto ultrapassar os 36 meses.

3 – O parecer clínico referido no número anterior, pode propor a continuidade da incapacidade temporária ou a atribuição da pensão provisória.

#### ARTIGO SEXTO – PROTECÇÃO DA EVENTUALIDADE.

1 – A protecção nas doenças profissionais é assegurada pelo desenvolvimento articulado e sistemático das actuações no campo da prevenção, pela atribuição de prestações pecuniárias e em espécie, tendo presente em conjunto com as intervenções de reabilitação laboral e reintegração profissional, a adaptação ao exercício laboral e à reparação dos danos emergentes da eventualidade.

2 – As prestações em espécie revestem com as devidas adaptações as modalidades referidas no capítulo sexto, do título anterior, bem como as previstas no artigo seguinte.

3 – As prestações pecuniárias revestem com as devidas adaptações as modalidades referidas no capítulo sétimo, do título anterior.

#### ARTIGO SÉTIMO – MODALIDADES DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE.

1 – Constituem ainda prestações em espécie o reembolso das despesas de deslocação, alimentação e alojamento indispensáveis à concretização das prestações previstas no artigo 1º, do capítulo sexto, do título anterior, bem como quaisquer outras, seja qual for a forma que revestem, desde que necessárias e adequadas ao

restabelecimento do estado de saúde e de capacidade de exercício laboral ou de ganho do profissional e à sua recuperação para a vida activa.

#### ARTIGO OITAVO – TITULARES DO DIREITO ÀS PRESTAÇÕES POR DOENÇA PROFISSIONAL.

1 – O direito às prestações é reconhecido ao beneficiário que seja portador de doença profissional.

2 – O direito às prestações por falecimento do beneficiário que seja portador de doença profissional é reconhecido aos familiares ou pessoas equiparadas previstas no artigo 11º, do capítulo sétimo, do título anterior.

#### ARTIGO NONO – FAMILIAR A CARGO.

1 – O conceito de familiar a cargo para efeito da titularidade ou montante das prestações reguladas no presente título, corresponde ao previsto no artigo 11º, do capítulo sétimo, do título anterior.

#### ARTIGO DÉCIMO – PENSÃO POR E SUBSÍDIO DE FALECIMENTO.

1 – Para efeitos da atribuição da pensão por falecimento e do subsídio de falecimento, considera-se o falecimento que decorra de doença profissional.

2 – A atribuição das prestações referidas no número anterior, em caso de falecimento por causa natural do beneficiário portador de doença profissional, depende de os seus familiares ou terceiros não terem direito a prestações equivalentes concedidas por qualquer outro regime de protecção social obrigatório.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE.

1 – As prestações em espécie são asseguradas por norma mediante reembolsos das respectivas despesas nos termos dos números seguintes.

2 – Os reembolsos das despesas com cuidados de saúde, destinam-se a compensar na totalidade os gastos efectuados pelo beneficiário com assistência médica, cirúrgica, de enfermagem, medicamentosa e farmacêutica, decorrentes de doença profissional.

3 – Os reembolsos das despesas com deslocações, destinam-se a compensar nos termos prescritos as despesas de deslocação efectuadas pelo beneficiário, resultantes do recurso a cuidados de saúde, a exames de avaliação da incapacidade e a serviços de reabilitação e reintegração profissional, bem como de frequência de curso de formação profissional.

4 – Os reembolsos das despesas com alojamento, destinam-se a compensar nos termos prescritos os gastos efectuados pelo beneficiário decorrentes do recurso a prestações em espécie, que impliquem deslocação do local de residência.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PENSÃO PROVISÓRIA.

1 – A atribuição da pensão provisória por incapacidade permanente depende de parecer clínico nos casos previstos pelos números 2 e 3 do artigo 5º, do presente capítulo.

2 – A atribuição da pensão provisória por falecimento depende ainda de não se considerar caracterizada a causa do falecimento, bem como de os respectivos interessados reunirem os condicionalismos legalmente previstos para o reconhecimento do respectivo direito e não se encontrem em qualquer das seguintes situações:

- a) Exercício de actividade profissional remunerada;
- b) Pensionista de qualquer regime de protecção social.

3 – Pode ser atribuído um montante provisório por pensão por incapacidade permanente ou falecimento, sempre que verificadas as condições determinantes do direito, seja inviável a atribuição da pensão definitiva no prazo de 92 dias, a partir da data de entrada do requerimento, por razões de ordem administrativa ou técnica, não imputáveis aos beneficiários.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SUBSÍDIO PARA FREQUÊNCIA DE ACÇÕES NO ÂMBITO DA REABILITAÇÃO LABORAL.

1 – A atribuição do subsídio para frequência de acções no âmbito da reabilitação laboral depende de o beneficiário reunir cumulativamente os condicionalismos previstos nas alíneas do número 2 do artigo 21º, do capítulo sétimo, do título anterior.

## CAPÍTULO TERCEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES.

### ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DE ATRIBUIÇÃO DE PRESTAÇÕES RELATIVAS A DOENÇA PROFISSIONAL.

1 – Para efeitos da alínea b) do artigo 3º, do capítulo anterior, são consideradas na proporção do necessário e exigido, as actividades susceptíveis de provocarem o risco em causa, exercidas nos termos da legislação de estado soberano externo, se tal estiver previsto em instrumento internacional social a que Portugal se encontre vinculado.

2 – Se o interessado tiver estado exposto ao mesmo risco nos termos dos regimes de protecção social e da legislação de estado soberano externo ao qual Portugal se encontre vinculado por instrumento internacional, as prestações são concedidas de acordo com o disposto neste instrumento.

3 – A atribuição das prestações por doença profissional depende da verificação do prazo de garantia, do índice de profissionalidade e de certificação da incapacidade temporária para o exercício laboral nos termos previstos no presente título.

#### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DE GARANTIA.

1 – A atribuição das prestações por doença profissional depende de os beneficiários, à data do início da incapacidade temporária para o exercício laboral, terem cumprido um prazo de garantia de 183 dias, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações.

#### ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DO PRAZO DE GARANTIA.

1 – Nos casos de ausência de registo de remunerações durante 183 dias, a contagem do prazo de garantia tem início a partir da data em que ocorra um novo registo de remunerações.

#### ARTIGO QUARTO – TOTALIZAÇÃO DE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS.

1 – Para efeitos de cumprimento do prazo de garantia para atribuição das prestações por doença profissional, são considerados desde que não se sobreponham, os períodos de registo de remunerações em qualquer regime de protecção social, que assegurem prestações pecuniárias de protecção na eventualidade de doenças profissionais.

#### ARTIGO QUINTO – ÍNDICE DE PROFISSIONALIDADE.

1 – A atribuição das prestações por doença profissional depende de os beneficiários terem cumprido um índice de profissionalidade de 21 dias com registo de remunerações por exercício efectivamente prestado no decurso dos 92 dias imediatamente anteriores ao mês que antecede ao da data do início da incapacidade temporária para o exercício laboral.

#### ARTIGO SEXTO – RELEVÂNCIA DO REGISTO DE REMUNERAÇÕES POR EQUIVALÊNCIA.

1 – Para efeitos de cumprimento do índice de profissionalidade são equiparados ao registo de remunerações por exercício laboral efectivamente prestado, os registos de remunerações por equivalência verificados no período relevante para a sua formação, nas seguintes condições:

- a) Sempre que ocorrer uma nova situação de incapacidade temporária nos 62 dias imediatos ao da cessação da anterior incapacidade;
- b) Por prestação de estágio profissional obrigatório;

c) Por atribuição de subsídios no âmbito da protecção maternidade.

2 – Para efeitos de aplicação do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se também as situações em que a incapacidade decorra de acto da responsabilidade de terceiro, de acidente laboral e de doença profissional.

#### ARTIGO SÉTIMO – CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O EXERCÍCIO LABORAL.

1 – A certificação de incapacidade para o exercício laboral é efectuada pelas entidades da saúde, mediante documento emitido pelos respectivos médicos.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, são consideradas entidades da saúde designadamente os centros de saúde e hospitais, com excepção dos serviços de urgência.

3 – Em caso algum um médico de uma entidade empregadora, pública ou privada, bem como que preste serviços numa embarcação para assistência da tripulação e dos próprios passageiros, pode emitir certificado de incapacidade aos profissionais da própria entidade empregadora ou aos profissionais ou passageiros da própria embarcação.

4 – Nas situações de internamento, a certificação de incapacidade temporária para o exercício laboral, pode igualmente ser efectuada por estabelecimento particular de saúde com autorização legal de funcionamento concedida pelo real instituto da saúde português.

#### ARTIGO OITAVO – CONDIÇÕES DE REEMBOLSO DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE.

1 – O reembolso das despesas com prestações em espécie previsto no artigo 11º, do capítulo anterior, depende conforme o caso:

- a) De prova do recurso a serviços de saúde, remetida pela entidade da saúde à entidade empregadora ou à matriz social sempre que se verifique o pagamento das despesas pelo fundo de doenças profissionais;
- b) Da necessidade de deslocação e permanência fora do local habitual da residência do beneficiário;
- c) De parecer clínico, quanto à necessidade de cuidados de saúde e da sua impossibilidade de tratamento no espaço territorial português.

2 – O reembolso sempre que devido, deve ser efectuido pela entidade empregadora ou pela matriz social competente da área de residência do profissional, no prazo máximo de 7 dias, a contar da entrega pela entidade da saúde ou pelo beneficiário de documento comprovativo da despesa.



## CAPÍTULO QUARTO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTE DAS PRESTAÇÕES POR DOENÇAS PROFISSIONAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES.

1 – O montante das prestações referidas nas alíneas a) ao c) e f) do número 1 do artigo 1º, do capítulo sétimo, do título anterior, é determinado pela aplicação da percentagem legalmente fixada à retribuição de referência.

2 – O montante das demais prestações referidas no número 1 do artigo 1º, do capítulo sétimo, do título anterior, é determinado em função das despesas realizadas ou por indexação a determinados valores.

### ARTIGO SEGUNDO – RETRIBUIÇÃO DE REFERÊNCIA.

1 – Na reparação da doença profissional, a retribuição de referência a considerar no cálculo das indemnizações e pensões, corresponde à retribuição anual devida ao beneficiário nos 12 meses anteriores, à cessação da exposição ao risco ou à data da certificação da doença que determina incapacidade, se esta a preceder.

2 – No caso de exercício não regular e exercício a tempo parcial com vinculação a mais de uma entidade empregadora, bem como nos demais casos em que não seja aplicável o número anterior, a retribuição de referência é calculada pela média de dias de exercício laboral e correspondentes retribuições auferidas pelo beneficiário no período dos 12 meses anteriores, à certificação da doença profissional ou no período em que houve efectiva prestação de exercício laboral.

3 – Na falta dos elementos referidos no número anterior e tendo presente a natureza dos serviços prestados, a categoria profissional do beneficiário e os usos, a retribuição é definida pela matriz social competente da área de localização da residência do profissional, com base na incapacidade diagnosticada pela entidade da saúde competente do processo.

4 – Para a determinação da retribuição de referência considera-se como:

- a) Retribuição anual, as 12 retribuições mensais ilíquidas, deduzidas as quotizações para a segurança social, acrescidas dos subsídios de férias e de natal e outras retribuições anuais a que o profissional tenha direito com carácter de regularidade nos 12 meses anteriores, à cessação da exposição ao risco ou à data da certificação da doença que determina incapacidade, se esta a preceder;
- b) Retribuição diária, a que se obtém pela divisão da retribuição anual pelo número de dias com registo de retribuições, deduzidas das quotizações para a segurança social.

### ARTIGO TERCEIRO – RETRIBUIÇÃO CONVENCIONAL.

1 – Sempre que a base de incidência contributiva considerar a retribuição convencional, a retribuição de referência corresponde ao valor que serve de base à incidência contributiva, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

#### ARTIGO QUARTO – RETRIBUIÇÃO DE REFERÊNCIA NO CASO DE ALTERAÇÃO DE GRAU DE INCAPACIDADE.

1 – No caso de o beneficiário ao contrair uma doença profissional já estar afectado de incapacidade permanente resultante de acidente laboral ou outra doença profissional, a reparação é apenas a correspondente à diferença entre a incapacidade anterior e a que for calculada como se toda a incapacidade fosse imputada à última doença profissional.

2 – São consideradas para efeitos do número anterior, as incapacidades profissionais anteriores verificadas nos termos da legislação de estado soberano externo ao qual Portugal se encontre vinculado por instrumento internacional de segurança social.

3 – Na reparação prevista nos termos do número 1, é considerada a retribuição correspondente à última doença profissional, salvo se a anterior incapacidade igualmente decorrer de doença profissional e tiver por base retribuição superior, caso em que são cumuladas as prestações.

4 – Para efeitos da aplicação do presente artigo e nos casos de incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral habitual, deve ser determinado um grau de incapacidade.

5 – O disposto no número 3, aplica-se também aos casos de revisão em que haja agravamento da incapacidade.

#### ARTIGO QUINTO – INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA.

1 – O montante diário da indemnização por incapacidade temporária do beneficiário, é igual ao valor da incapacidade diagnosticada, tendo presente a retribuição de referência, até ao limite da retribuição, deduzidas as quotizações para a segurança social.

2 – O disposto no número anterior, é aplicável na data do diagnóstico que a considere válida.

3 – Após a alta da doença profissional, o beneficiário é sujeito a exame médico para efeitos da determinação do grau de incapacidade por doença profissional.

#### ARTIGO SEXTO – INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE PERMANENTE.

1 – O montante diário da indemnização por incapacidade permanente do beneficiário, é igual ao valor da incapacidade diagnosticada, tendo presente a retribuição

de referência, até ao limite da retribuição, deduzidas as quotizações para a segurança social.

2 – O disposto no número anterior, é aplicável na data do diagnóstico que a considere válida, podendo ser posteriormente, se decorridos os tratamentos de saúde inerentes á reparação os mesmos se tornarem permanentes.

#### ARTIGO SÉTIMO – SUBSÍDIO PARA READAPTAÇÃO DA HABITAÇÃO.

1 – O valor a ter presente para atribuição dos subsídios para readaptação da habitação previsto no artigo 20º, do capítulo sétimo, do título anterior, é o que estiver em vigor à data da certificação da incapacidade.

#### ARTIGO OITAVO – PENSÃO PROVISÓRIA POR FALECIMENTO.

1 – O montante da pensão provisória por falecimento de profissional portador de doença profissional, é igual ao que resulta da aplicação das percentagens de cálculo da pensão por falecimento, ao valor definitivo nos termos do disposto no número 1 do artigo 2º, do presente capítulo.

2 – Atribuída a pensão definitiva, há origem ao acerto de contas entre esta e o montante provisório da pensão.

#### ARTIGO NONO – PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR DA PENSÃO PARA ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA.

1 – O montante da prestação prevista no artigo 7º, do capítulo sétimo, do título anterior, corresponde ao valor da retribuição paga à pessoa que presta a assistência com o limite aí fixado.

2 – Na falta de prova da retribuição, a prestação não é atribuída.

#### ARTIGO DÉCIMO – MONTANTE PROVISÓRIO DE PENSÕES.

1 – A pensão provisória mensal por incapacidade permanente e o montante provisório da mesma, são iguais ao valor mensal da indemnização por incapacidade temporária absoluta que estava a ser atribuída ou seria atribuível.

2 – Atribuída a pensão definitiva, há origem ao acerto de contas entre esta e o montante provisório da pensão.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REEMBOLSO DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE.

1 – Os reembolsos relativos a despesas de cuidados de saúde a que haja origem, correspondem à totalidade das mesmas.

2 – Os reembolsos relativos a despesas de deslocação, alojamento e alimentação efectuadas pelo beneficiário e seus acompanhantes, que impliquem deslocação do local de residência, são efectuadas mediante documento comprovativo, nos seguintes termos:

- a) Pelo montante integral correspondente à utilização de transporte colectivo público ou o custo decorrente do recurso a outro meio de transporte, sempre que aquele não exista ou não seja adequado ao estado de saúde do beneficiário, desde que devidamente comprovado por declaração médica ou por outras razões atendíveis;
- b) Em caso de utilização de meio de transporte próprio, até ao limite do valor de ajudas de custo para os profissionais da administração pública e nos respectivos termos.

3 – O pagamento das despesas do acompanhante do beneficiário, depende do estado de saúde do beneficiário o exigir, devidamente comprovada por declaração médica.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACTUALIZAÇÃO DAS PENSÕES.

1 – Os valores das pensões reguladas no presente título, são periodicamente actualizadas, de acordo com os aumentos salariais deliberados na entidade empregadora ou em conformidade com a média dos sectores de actividade económicos nos quais a profissão seja exercida.

2 – Nos termos do número anterior, a actualização tem início no mês em que se verifica o aumento dos salários ou em que os órgãos de soberania sociais verifiquem a actualização salarial aos profissionais dos sectores de actividade económicos nos quais a profissão seja exercida.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – GARANTIA DO PAGAMENTO.

1 – O pagamento das pensões por incapacidade permanente ou falecimento e das indemnizações por incapacidade temporária, que não possam ser pagas pela entidade legalmente autorizada que não transferir a responsabilidade da cobertura do risco por motivo de incapacidade económica, objectivamente caracterizada em processo de insolvência e recuperação de empresas ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, é suportado pelo fundo de doenças profissionais dos órgãos de soberania sociais.

2 – A matriz social competente da área de localização da entidade empregadora, fica constituída credor da entidade economicamente incapaz ou da respectiva massa insolvente, competindo aos seus créditos, caso a entidade incapaz seja uma seguradora, graduação idêntica à dos credores específicos de seguros.

## CAPÍTULO QUINTO – DURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES POR DOENÇAS PROFISSIONAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DA INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA.

1 – A indemnização por incapacidade temporária absoluta, é devida a partir do primeiro dia da incapacidade sem prestação do exercício laboral.

2 – A indemnização por incapacidade temporária parcial, é devida a partir da data da redução do exercício laboral e da correspondente certificação.

### ARTIGO SEGUNDO – INÍCIO DA PENSÃO PROVISÓRIA.

1 – A pensão provisória, é devida a partir do dia seguinte àquele em que deixou de haver origem à indemnização por incapacidade temporária.

2 – O montante provisório da pensão, é devido a partir da data do requerimento, da participação obrigatória ou do falecimento do beneficiário, consoante o caso.

### ARTIGO TERCEIRO – PENSÃO POR INCAPACIDADE PERMANENTE.

1 – A pensão por incapacidade permanente, é devida a partir da data a que se reporta a certificação da respectiva situação, não podendo ser anterior à data do requerimento ou da participação obrigatória, salvo se comprovadamente se confirmar que a doença se reporta a data anterior.

2 – A pensão por incapacidade permanente, é devida a partir do mês seguinte ao do requerimento nos seguintes casos:

- a) Na impossibilidade de a certificação médica reportar a incapacidade a essa data, caso em que a mesma se considera presumida;
- b) Se o beneficiário não instruiu o processo com o respectivo requerimento para avaliação da incapacidade permanente por doença profissional, no prazo de 1 ano, a contar da data da comunicação da entidade de saúde competente que a determinou, para esse mesmo efeito.

3 – No caso da alínea a) do número anterior, a incapacidade é considerada a partir da data da participação obrigatória, se anterior ao requerimento.

4 – A pensão por incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral sequencial à incapacidade temporária sem prestação laboral, é devida a partir do primeiro dia em relação ao qual a mesma é certificada, não podendo contudo ser anterior ao primeiro dia da incapacidade temporária.



#### ARTIGO QUARTO – PENSÃO POR FALECIMENTO.

1 – A pensão por falecimento, é devida a partir do mês seguinte ao do falecimento do beneficiário no caso de ser requerida nos 12 meses imediatos ou a partir do mês seguinte ao do requerimento, em caso contrário.

2 – A alteração dos montantes das pensões resultante da modificação do número de titulares, tem origem no mês seguinte ao da modificação do facto que a determinou.

#### ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA.

1 – A prestação suplementar para assistência a terceira pessoa, reporta-se à data do respectivo requerimento, se for efectuada prova de que o requerente já necessitava de assistência de terceira pessoa e desta dispunha ou caso contrário, à data em que se verificar esse condicionalismo.

#### ARTIGO SEXTO – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO.

1 – O pagamento das prestações por doença profissional é suspenso nas seguintes situações:

- a) Nos casos em que sem autorização médica expressa o beneficiário se ausente da sua residência;
- b) Em caso de falta a exame médico para que o beneficiário tenha sido convocado nos termos da lei;
- c) Sempre que for declarada a não subsistência da incapacidade temporária para o exercício laboral pela matriz social, pelo membro do órgão de soberania jurídico e pelo presidente da área presidencial da saúde nos termos do procedimento de verificação de incapacidade previsto no disposto no artigo 8º, do capítulo oitavo, do presente título.

#### ARTIGO SÉTIMO – CESSAÇÃO DO DIREITO À INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA.

1 – O direito à indemnização por incapacidade temporária, cessa com a alta clínica do beneficiário ou com a certificação da incapacidade permanente.

#### ARTIGO OITAVO – CESSAÇÃO DA PENSÃO PROVISÓRIA.

1 – A pensão provisória cessa na data da fixação definitiva da pensão ou da não verificação dos condicionalismos de atribuição desta prestação.

2 – A não verificação dos condicionalismos de atribuição da pensão, dá origem à restituição das pensões provisórias pagas.

## ARTIGO NONO – CESSAÇÃO DO DIREITO À PENSÃO.

1 – O direito à pensão cessa nos termos gerais de cessação das correspondentes pensões atribuídas pelo regime jurídico da doença nos termos do artigo 5º, do capítulo quarto, do título terceiro, do presente livro.

2 – O direito à pensão por falecimento cessa em especial com:

- a) O casamento ou a união de facto do cônjuge sobrevivente, do ex-cônjuge do beneficiário falecido ou de cidadão que viva com o beneficiário em união de facto;
- b) O trânsito em julgado de sentença de condenação do pensionista como autor, cúmplice ou encobridor do crime de homicídio, ainda que não consumado, na pessoa do beneficiário ou de outrem que concorra na respectiva pensão, salvo se o ofendido o tiver reabilitado nos termos da lei civil;
- c) A declaração judicial de indignidade do pensionista, salvo se o beneficiário tiver reabilitado e no caso de deserção por parte do beneficiário, excepto se o pensionista for reabilitado mediante acção de impugnação ou de deserção.

## CAPÍTULO SEXTO – REMIÇÃO DA PENSÃO.

### ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE REMIÇÃO DA PENSÃO.

1 – Pode ser remida mediante requerimento do interessado ou por decisão judicial, a pensão devida por doença profissional sem carácter evolutivo, correspondente a incapacidade permanente parcial inferior a 34%.

2 – Pode ser parcialmente remida mediante requerimento ou por decisão judicial, a pensão devida por doença profissional sem carácter evolutivo, correspondente a incapacidade permanente parcial igual ou superior a 34%, desde que cumulativamente respeite os seguintes limites:

- a) A pensão anual sobrança não pode ser inferior a 5 vezes o valor do salário mínimo nacional garantido, em vigor à data de autorização da remição;
- b) O capital de remição não pode ser superior ao que resultaria de uma pensão calculada com base numa incapacidade de 33%.

3 – Em caso de doença profissional sofrida por profissional externo, do qual resulte incapacidade permanente ou falecimento, a pensão anual vitalícia, pode ser remida em capital, por acordo entre a entidade responsável e o beneficiário da pensão, se este optar por deixar definitivamente Portugal.

4 – Exclui-se da aplicação do disposto nos números anteriores, o beneficiário legal da pensão anual vitalícia que sofra de incapacidade ou doença crónica que lhe reduza definitivamente a sua capacidade geral de ganho em mais de 66%.

5 – No caso de o sinistrado sofrer várias doenças profissionais, a pensão a remir é a global.

## ARTIGO SEGUNDO – CÁLCULO DO CAPITAL.

1 – A indemnização em capital é calculada por aplicação das bases técnicas do capital da remição, bem como das respectivas tabelas práticas.

2 – As bases técnicas do capital da remição e as tabelas práticas referidas no número anterior, são aprovadas por portaria conjunta das áreas presidenciais das finanças, da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO TERCEIRO – DIREITOS NÃO AFECTADOS PELA REMIÇÃO.

1 – A remição não prejudica:

- a) O direito às prestações em espécie;
- b) O direito de o sinistrado requerer a revisão da prestação;
- c) Os direitos atribuídos aos beneficiários legais do sinistrado, se este vier a falecer em consequência da doença profissional;
- d) A actualização da pensão remanescente no caso de remição parcial ou resultante de revisão da pensão.

## CAPÍTULO SÉTIMO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES POR DOENÇA PROFISSIONAL.

### ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DAS PRESTAÇÕES COM RENDIMENTOS LABORAIS.

1 – Não são acumuláveis com a retribuição resultante de actividade profissional as seguintes prestações:

- a) A indemnização por incapacidade temporária absoluta;
- b) A pensão por incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral e a pensão por incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral habitual, desde que quanto a esta, a retribuição decorra do exercício da mesma profissão ou actividade sujeita a risco de doença profissional em relação à qual é pensionista.

## ARTIGO SEGUNDO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO COM OUTRAS PRESTAÇÕES.

1 – A pensão por incapacidade permanente por doença profissional não é acumulável com a pensão atribuída por invalidez ou aposentação, no âmbito dos regimes de protecção social, sem prejuízo das normas de acumulação próprias destes regimes de protecção.

## ARTIGO TERCEIRO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos das prestações por doença profissional são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

## CAPÍTULO OITAVO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – Constituem deveres dos beneficiários abrangidos pelo regime de protecção nas doenças profissionais:

- a) Comparecer aos exames e diagnósticos médicos para que forem convocados nos termos do presente título e no âmbito da legislação que regula o sistema de verificação das incapacidades, aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça, nomeadamente sempre que forem convocados pela entidade empregadora;
- b) Não se ausentar do seu domicílio durante o período da incapacidade fixado, nomeadamente aos fins-de-semana, salvo em casos de tratamento ou de autorização médica expressa, bem como sempre que se desloquem à matriz social competente.

2 – Os beneficiários devem ainda comunicar à matriz social competente da sua área de residência:

- a) A titularidade de pensões ou de outras prestações compensatórias da perda de remuneração laboral, respectivos montantes, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- b) A identificação de eventuais responsáveis e o montante da indemnização recebida em caso de haver acordo, sempre que a incapacidade resulte de doença profissional, pelo qual seja devida indemnização;
- c) O exercício de actividade profissional, independentemente de prova de inexistência de remunerações;
- d) A mudança de residência ou de conta bancária;

- e) O óbito do beneficiário;
- f) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

3 – São ainda deveres dos beneficiários das prestações sociais por doenças profissionais apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 5 dias a contar da data do início da situação de incapacidade permanente ou temporária ou da ocorrência do facto, no caso de este se verificar subsequentemente.

#### ARTIGO TERCEIRO – DEVERES DOS PENSIONISTAS POR FALECIMENTO.

1 – O cônjuge sobrevivente, ex-cônjuge do beneficiário falecido ou cidadão que viva com o beneficiário em união de facto, pensionista por falecimento, que celebre casamento ou inicie união de facto, é obrigado a dar conhecimento à matriz social competente da respectiva pensão, nos 30 dias subsequentes à respectiva verificação.

#### ARTIGO QUARTO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários e dos pensionistas por falecimento previstos nos artigos 1º e 3º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida das prestações sociais por doenças profissionais ou outros factos relativos aos deveres dos beneficiários e dos pensionistas por falecimento, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

#### CAPÍTULO NONO – ADMINISTRAÇÃO DOS PROCESSOS POR DOENÇA PROFISSIONAL.



## ARTIGO PRIMEIRO – APLICAÇÃO DO REGIME DA ADMINISTRAÇÃO.

1 – A aplicação do regime previsto no presente título, compete aos órgãos de soberania sociais.

2 – As entidades da saúde no âmbito das respectivas funções colaboram com os órgãos de soberania sociais no desenvolvimento das competências previstas no número anterior.

## ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÃO.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem estabelecer normas de articulação adequadas com os serviços da administração pública, bem como com as entidades da saúde, tendo presente assegurar a máxima eficiência e eficácia na prevenção e reparação das doenças profissionais, nomeadamente nas seguintes situações:

- a) Se se verificar alguma irregularidade formal do certificado de incapacidade temporária para o exercício laboral por estado de doença profissional;
- b) Se o médico constatar que a evolução clínica do beneficiário determina a não subsistência da incapacidade temporária antes do termo do período fixado no certificado, para efeitos da aplicação da alínea a) do número 1 do artigo 5º, do capítulo quarto, do título terceiro, do presente livro.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, notarial, fiscal e social.

## ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – Nos termos do presente título e tendo presente a celeridade da comparticipação das despesas medicamentosas e de saúde dos beneficiários das prestações sociais por doença profissional especiais e portadores de doença crónica, compete às entidades farmacêuticas e da saúde transmitir até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, o resumo das facturas inerentes a cada beneficiário à matriz social competente da área de localização da entidade farmacêutica ou da saúde, preferencialmente por correio electrónico.

2 – Nos termos do número anterior, é competência das entidades farmacêuticas e da saúde proceder ao mais ínfimo rigor face às despesas medicamentosas ou de saúde de cada um beneficiário em ficha própria de onde conste apenas e só os medicamentos ou tratamentos aos mesmos relativos.

#### ARTIGO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais estão obrigadas a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos órgãos de soberania notariais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, a listagem de todos os registos civis de nascimentos, bem como de todos os cidadãos que faleceram no mês anterior, na sua área de circunscrição geográfica municipal.

#### ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA.

1 – O médico participa à matriz social competente da área de localização da entidade empregadora, todos os casos clínicos em que seja de presumir a existência de doença profissional.

2 – O diagnóstico presuntivo de doença profissional pela matriz social a que se refere o número 3 do artigo 1º, do capítulo seguinte e o eventual reconhecimento de incapacidade temporária por doença profissional, não dispensam os médicos dos respectivos serviços de saúde da participação obrigatória prevista no presente artigo.

3 – A participação deve ser remetida no prazo de 7 dias, a contar da data do diagnóstico ou de presunção de existência de doença profissional.

4 – O modelo de participação referido no presente artigo, é aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana e social.

#### ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIA.

1 – A matriz social competente da área de localização da entidade empregadora comunica os casos confirmados de doença profissional às áreas presidenciais da saúde, humana e social e à entidade empregadora, bem como consoante o local onde presumivelmente se tenha originado ou agravado a doença às áreas presidenciais competentes dos factores.

2 – A comunicação a que se refere o número anterior, deve ser antecipada a fim de poder determinar as correspondentes directrizes de prevenção nos casos em que concorram indícios inequívocos de especial gravidade da situação laboral.

#### ARTIGO SÉTIMO – REQUERIMENTO DAS PRESTAÇÕES.

1 – As prestações pecuniárias previstas no presente título, são objecto de requerimento, salvo no que se refere às prestações previstas nas alíneas a) e h) do número 1 do artigo 1º, do capítulo sétimo, do título anterior.

2 – As prestações em espécie que originem reembolso, são igualmente requeridas.

3 – Os requerimentos previstos nos números anteriores, são dirigidos à matriz social competente da área de localização da entidade empregadora.

## ARTIGO OITAVO – REQUERIMENTO DA PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR DE TERCEIRA PESSOA.

1 – A prestação suplementar é requerida pelo beneficiário, sendo o processo instruído com os seguintes documentos:

- a) Declaração do requerente da qual conste a existência da pessoa que presta ou se dispõe a prestar assistência, com especificação das condições em que a mesma é ou vai ser prestada;
- b) Parecer de entidade da saúde, que ateste a situação de dependência.

2 – A matriz social competente da área de localização da entidade empregadora pode desencadear os procedimentos que julgue adequados e exigidos à comprovação da veracidade da declaração referida na alínea a) do número anterior, directamente ou mediante outras entidades.

## ARTIGO NONO – LEGITIMIDADE PARA REQUER AS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As prestações são requeridas pelo interessado ou pelos seus representantes legais.

2 – A prestação por falecimento a favor de menor ou cidadão especial, pode ainda ser requerida por pessoa que prove tê-lo a seu cargo ou que aguarde decisão judicial de suprimimento da incapacidade.

## ARTIGO DÉCIMO – PRAZO PARA REQUERER.

1 – O prazo para requerer as prestações em espécie na forma de reembolso, é de 92 dias, a partir da data de realização da respectiva despesa.

2 – O prazo para requerer a pensão e o subsídio de falecimento é de 1 ano, a partir da data do falecimento do profissional por doença profissional.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INSTRUÇÃO DO REQUERIMENTO DA PENSÃO.

1 – A pensão por incapacidade permanente é requerida em modelo próprio, entregue à matriz social competente da área de localização da entidade empregadora.

2 – O requerimento deve ser acompanhado de informação médica, designadamente das entidades da saúde relativas à entidade empregadora e ao profissional da doença profissional.

3 – No caso de impossibilidade de o requerente dispor dos elementos comprovativos, os exames médicos devem ser efectuados na entidade da saúde da área

de localização da entidade empregadora ou requisitados por este a essa mesma entidade da saúde.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INSTRUÇÃO DO REQUERIMENTO DAS PRESTAÇÕES POR FALECIMENTO.

1 – As prestações por falecimento são atribuídas a requerimento do interessado ou dos seus representantes legais, o qual deve ser instruído com os documentos comprovativos dos factos condicionantes da atribuição.

2 – No caso de união de facto, o requerimento da pensão deve ser instruído com certidão de sentença judicial proferida em acção de alimentos interposta contra a herança do falecido ou em acção declarativa contra a matriz social competente, da qual resulte o reconhecimento de que o requerente reúne as condições de facto legalmente exigidas para a atribuição dos alimentos.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INSTRUÇÃO DO REQUERIMENTO DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO.

1 – O requerimento do subsídio de falecimento é instruído com documento comprovativo de o requerente ter efectuado o respectivo pagamento das despesas com o funeral.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos às doenças profissionais se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

#### CAPÍTULO DÉCIMO – CERTIFICAÇÃO DE INCAPACIDADE.

##### ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS DA CERTIFICAÇÃO DAS INCAPACIDADES.

1 – A certificação das incapacidades abrange o diagnóstico da doença, a sua caracterização como doença profissional e a graduação da incapacidade, bem como sempre que for o caso, a declaração de assistência permanente de terceira pessoa para efeitos da prestação suplementar.

2 – A caracterização da doença profissional e graduação da incapacidade permanente pode ser revista pelo serviço competente da entidade da saúde competente pelo processo, oficiosamente ou a requerimento do beneficiário, independentemente da entidade que a tenha fixado.

3 – A certificação e a revisão das incapacidades é da exclusiva responsabilidade do serviço da entidade da saúde competente pelo processo, sem prejuízo do diagnóstico presuntivo pelos médicos de entidade da saúde apresentados pelo beneficiário, para confrontação das mesmas incapacidades, para efeitos de atribuição de indemnização por incapacidade temporária.

## ARTIGO SEGUNDO – EQUIPARAÇÃO DA QUALIDADE DE PENSIONISTA.

1 – A qualidade de pensionista por doença profissional com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 67%, é equiparada à qualidade de pensionista por invalidez dos regimes contributivos de protecção social, nos termos do título décimo, do presente livro.

## ARTIGO TERCEIRO – MEIOS DE CERTIFICAÇÃO.

1 – O reconhecimento e a duração da incapacidade temporária são fundamentados em exame clínico do beneficiário, sendo os respectivos elementos de informação anotados e arquivados no competente processo clínico.

2 – A certificação da incapacidade temporária é efectuada mediante atestado médico, em impresso de modelo próprio, designado por certificado de incapacidade temporária para o exercício laboral por estado de doença profissional, o qual é identificado pela aposição das vinhetas do médico e da entidade da saúde.

3 – O modelo do impresso referido no número anterior, é aprovado por portaria das áreas presidenciais da saúde, humana, social e jurídica.

## ARTIGO QUARTO – LIMITES DA CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA.

1 – A certificação da incapacidade temporária para o exercício laboral está subordinada a limites temporais de 7 a 30 dias, consoante se trate de período inicial ou de prorrogação, salvo o disposto em lei especial.

2 – Os períodos de incapacidade temporária para o exercício laboral que se encontrem certificados não são interrompidos ainda que durante esses períodos, não seja reconhecido o direito às prestações por doença profissional.

## ARTIGO QUINTO – REMESSA DO CERTIFICADO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA.

1 – Os documentos médicos da certificação de incapacidade temporária para o exercício laboral por doença profissional referidos no artigo 7º, do capítulo terceiro, do presente título, são remetidos pelos beneficiários à matriz social competente da área de residência do beneficiário, no prazo de 5 dias, a contar da data da respectiva emissão,



enquanto não for concretizada a transmissão electrónica de dados respeitantes àquela certificação.

2 – Nas situações em que o certificado de incapacidade não seja recebido na matriz social competente no prazo referido no número anterior, as prestações sociais por doença profissional são devidas a partir da data em que seja recebido aquele certificado, salvo justificação atendível devidamente fundamentada.

#### ARTIGO SEXTO – PROVA DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS.

1 – Nas situações em que a doença profissional ocorra a bordo de embarcação, com ou sem médico a bordo, a certificação da incapacidade temporária é sempre efectuada com intervenção médica, ainda que não presencial, competindo à entidade empregadora a responsabilidade pela remessa do documento médico à matriz social competente da área de residência do beneficiário.

2 – Fora do espaço territorial português, os documentos que certifiquem as situações de incapacidade temporária para o exercício laboral, são emitidos pelos médicos dos beneficiários no estado soberano externo respectivo e autenticados pelos serviços da competente embaixada do império português, sem prejuízo do disposto em instrumento internacional a que Portugal se encontre vinculado.

#### ARTIGO SÉTIMO – CONFIRMAÇÃO DA SUBSISTÊNCIA DA INCAPACIDADE.

1 – A incapacidade temporária para o exercício laboral determinante do direito às prestações por doença profissional, pode ser objecto de confirmação oficiosa da sua subsistência, mediante intervenção da matriz social competente da área de residência do beneficiário, na verificação de incapacidades nos termos constantes da portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

2 – A reavaliação das situações objecto das deliberações das matrizes sociais de verificação de incapacidades, que determinaram a não subsistência de incapacidade temporária para o exercício laboral, é regulada nos termos do presente título e da portaria que define o sistema de verificação de incapacidades.

#### ARTIGO OITAVO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE.

1 – Nas situações de incapacidade temporária para todo e qualquer exercício laboral que alcance 365 dias, as matrizes sociais promovem officiosamente a verificação da eventual incapacidade permanente do beneficiário, desde que à data se encontre preenchido o prazo de garantia legalmente estabelecido para a atribuição da pensão de invalidez.

## ARTIGO NONO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE POR INICIATIVA DA ENTIDADE EMPREGADORA.

1 – As iniciativas das entidades empregadoras para requererem a verificação das incapacidades temporárias ou permanentes dos respectivos profissionais são requeridas à matriz social competente da área de residência do beneficiário e instruídos pela própria matriz social.

## ARTIGO DÉCIMO – PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE.

1 – As matrizes sociais nos termos do disposto nos artigos 8º e 9º, do presente capítulo, notificam o beneficiário e a entidade empregadora para no prazo de 30 dias, apresentarem cada um a correspondente avaliação clínica da incapacidade e convocam um membro do órgão de soberania jurídico e da área presidencial da saúde competentes da área de residência do beneficiário, para com as avaliações clínicas firmar as decisões exigidas ao esclarecimento da situação de incapacidade em análise.

2 – Nos termos do número anterior, sempre que suscitadas dúvidas face à situação de incapacidade ou sempre que existam disparidades graves entre as duas avaliações clínicas, é da competência da matriz social competente pelo processo, marcar reavaliação da incapacidade no hospital militar competente da área de residência do beneficiário, com base nas duas avaliações clínicas anteriores.

3 – Após o diagnóstico da reavaliação da situação de incapacidade compete à matriz social, ao membro do órgão de soberania jurídico e ao presidente da área presidencial da saúde competentes da área de residência do beneficiário, firmar a decisão final face à situação de incapacidade permanente e sempre que total para o exercício de toda e qualquer actividade laboral à sua passagem para a situação de invalidez ou sobre a cessação da incapacidade temporária e do reiniciar o exercício laboral pelo beneficiário.

## CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – GARANTIA DE CUMPRIMENTO.

### ARTIGO PRIMEIRO – INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE, IRRENUNCIABILIDADE DOS CRÉDITOS E GARANTIAS.

1 – Os créditos provenientes do direito à reparação estabelecida no presente título, são inalienáveis, impenhoráveis no montante correspondente aos mínimos legais da pensão de invalidez nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título décimo e da pensão de aposentação nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo terceiro, do título décimo primeiro, do presente livro e irrenunciáveis e usufruem das garantias consignadas no REAL CÓDIGO LABORAL.

## ARTIGO SEGUNDO – SISTEMA E UNIDADE DE SEGURO.

1 – O empregador é obrigado a transferir a responsabilidade pela reparação prevista no presente título, para entidades legalmente autorizadas a realizar este seguro.

2 – A obrigação prevista no número anterior, vale igualmente em relação à entidade empregadora que contrate profissionais exclusivamente para prestar exercícios laborais em outras entidades empregadoras.

3 – Sempre que a retribuição declarada para efeitos do prémio de seguro for inferior à real, a seguradora só é responsável em relação àquela retribuição, que não pode ser inferior à retribuição mínima mensal garantida.

4 – No caso previsto no número anterior, a entidade empregadora responde pela diferença relativa às indemnizações por incapacidade temporária e pensões devidas, bem como pelas despesas efectuadas com a hospitalização e assistência clínica, na respectiva proporção.

#### ARTIGO TERCEIRO – DISPENSA DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE.

1 – As obrigações impostas pelo artigo anterior, não abrange os órgãos de soberania, as empresas e as instituições, públicas ou privadas, sempre que os respectivos profissionais sejam abrangidos pelo regime de doenças profissionais em serviços ou outro regime legal com o mesmo âmbito.

#### ARTIGO QUARTO – APÓLICE UNIFORME.

1 – A apólice uniforme do seguro de doenças profissionais adequado às diferentes profissões e actividades económicas, de harmonia com os princípios estabelecidos no presente título e respectiva legislação regulamentar, é aprovada por portaria do supremo conselho monárquico, sob proposta do real banco de Portugal, escutadas as associações representativas das entidades seguradoras.

2 – A apólice uniforme obedece ao princípio da graduação dos prémios de seguro em função do grau do risco da doença profissional, tendo em consideração a natureza da actividade económica e as condições de prevenção implementadas nos locais laborais.

3 – Deve ser prevista na apólice uniforme a revisão do valor do prémio, por iniciativa da entidade seguradora ou a solicitação da entidade empregadora, com base na modificação efectiva das condições de prevenção de doenças profissionais nos locais laborais.

4 – São nulas as cláusulas adicionais que contrariem os direitos e as garantias estabelecidas na apólice uniforme prevista no presente artigo.

#### ARTIGO QUINTO – GARANTIA E ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES.

1 – A garantia do pagamento das prestações estabelecidas no presente título, que não possam ser pagas pela entidade responsável, nomeadamente por motivo de

incapacidade económica, é afirmada e suportada pelo fundo de doenças profissionais nos termos regulamentados no título oitavo, do presente livro.

2 – São igualmente da responsabilidade do fundo de doenças profissionais referido no artigo anterior, a actualização do valor das pensões devidas por incapacidade ou por falecimento e outras responsabilidades com os profissionais que as entidades responsáveis não possam pagar.

3 – O fundo referido nos números anteriores, constitui-se credor da entidade economicamente incapaz ou da respectiva massa falida, competindo os seus créditos caso a entidade incapaz seja uma entidade seguradora, graduação idêntica à dos credores específicos de seguros.

4 – Se no âmbito de um processo de recuperação de empresa, esta se encontrar impossibilitada de pagar os prémios do seguro de doenças profissionais dos respectivos profissionais, o gestor da entidade empregadora, deve comunicar tal impossibilidade à matriz social competente da sua área de localização, 62 dias antes do vencimento do contrato, de modo a que a matriz social competente por via do fundo de doenças profissionais, se substitua à entidade empregadora no mesmo pagamento, sendo aplicável o número anterior.

#### ARTIGO SEXTO – RISCOS RECUSADOS.

1 – O real banco de Portugal estabelece por norma regulamentar as disposições relativas à colocação dos riscos recusados pelas entidades seguradoras.

2 – O real banco de Portugal pode ressegurar e retroceder os riscos recusados.

3 – Relativamente aos riscos recusados, o real banco de Portugal sempre que os mesmos estejam inerentes a investimentos económicos, humanos e culturais essenciais aos planos de desenvolvimento, progresso e futuro do reino de Portugal, pode requerer às entidades competentes, certificados de conformidade com as normas de segurança em vigor e accionar o fundo de doenças profissionais, comunicando à real chancelaria social portuguesa que accione a matriz social competente da área de localização da entidade empregadora.

#### ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÃO DE CAUCIONAMENTO.

1 – A entidade empregadora é obrigada a caucionar o pagamento das pensões por doenças profissionais em que tenha sido condenada ou a que se tenha obrigado por acordo homologado, sempre que não haja ou seja insuficiente o seguro, salvo se celebrar com uma entidade seguradora um contrato específico de seguro de pensões.

2 – A caução pode ser efectuada por transferência bancária, títulos de dívida pública, afectação ou hipoteca de imóveis ou garantia bancária.

3 – O caucionamento é efectuado à ordem do juiz do órgão de soberania jurídico de cariz económico competente da área de localização da entidade empregadora ou a seu favor, no prazo que este designar.

4 – Os títulos de dívida pública são avaliados para efeitos do caucionamento, pela última cotação na bolsa e os imóveis e empréstimos hipotecários pelo valor matricial corrigido dos respectivos prédios, competindo ao ministério público apreciar e dar parecer sobre a idoneidade do caucionamento.

5 – Os imóveis sujeitos a este risco são obrigatoriamente seguros contra incêndios.

6 – O caucionamento deve ser reforçado sempre que se verifique ser insuficiente, aplicando-se com as devidas adaptações o disposto nos números anteriores.

7 – Verificado o incumprimento, que se prolongue por período superior a 15 dias, deve o pagamento das pensões em dívida iniciar-se pelas importâncias caucionadas, sem necessidade de execução.

#### ARTIGO OITAVO – REAL BANCO DE PORTUGAL.

1 – Compete ao real banco de Portugal determinar o valor do caucionamento das pensões, sempre que não exista ou seja insuficiente o seguro das responsabilidades da entidade empregadora.

2 – Compete igualmente ao real banco de Portugal dar parecer sobre a transferência de responsabilidade das pensões por doenças profissionais para as seguradoras.

3 – Os valores de caucionamento das pensões são calculados de acordo com as tabelas práticas a que se refere o artigo 2º, do capítulo sexto, do presente livro, acrescidos de 10%.

#### CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – REABILITAÇÃO LABORAL E REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

##### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO.

1 – O presente capítulo regula o regime relativo à reabilitação laboral e à reintegração profissional do profissional portador de doença profissional de que tenha resultado incapacidade temporária parcial ou incapacidade permanente parcial, para o exercício laboral habitual.

##### ARTIGO SEGUNDO – OCUPAÇÃO E REABILITAÇÃO.

1 – A entidade empregadora é obrigada a ocupar o profissional que ao seu serviço, ainda que a título de contrato a termo, sofreu doença profissional, de que tenha resultado qualquer das incapacidades previstas no artigo anterior, em funções e condições de exercício laboral compatíveis com o respectivo estado de saúde nos termos previstos na lei.



2 – Ao profissional referido no número anterior, é assegurada pela entidade empregadora a formação profissional, a adaptação ao posto laboral, o exercício a tempo parcial e a licença para formação ao novo exercício de funções laborais nos termos previstos na lei.

3 – Os órgãos de soberania militares devem criar serviços de adaptação ou reabilitação laborais e de colocação, garantindo a coordenação entre esses serviços e os já existentes do estado, das entidades empregadoras, das entidades seguradoras e de outras entidades e utilizando esses serviços sempre que possível.

### ARTIGO TERCEIRO – OCUPAÇÃO OBRIGATÓRIA.

1 – A obrigação prevista no número 1 do artigo anterior, cessa se injustificadamente o profissional não se apresentar à entidade empregadora no prazo de 10 dias após a comunicação da incapacidade fixada e poderá ser motivo de justa causa de despedimento por parte da entidade empregadora.

2 – A entidade empregadora que não cumprir a obrigação de ocupação efectiva e sem prejuízo de outras prestações devidas por lei ou por instrumento de regulamentação colectiva, tem que pagar ao profissional a retribuição prevista no número 4 do artigo seguinte, salvo se entretanto o contrato tiver cessado nos termos da lei.

### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXERCÍCIO LABORAL.

1 – O profissional com capacidade de exercício laboral reduzida resultante de doença profissional, a quem a entidade empregadora ao serviço do qual ocorreu a doença, assegure ocupação em funções laborais compatíveis durante o período da incapacidade, tem direito a dispensa de horários laborais com adaptabilidade de exercício laboral suplementar e de exercício laboral no período nocturno.

2 – A retribuição devida ao profissional portador de doença profissional ocupado em funções compatíveis, tem por base a do dia do acidente, excepto se entretanto a retribuição da categoria correspondente tiver sido objecto de alteração, caso em que é esta a considerada.

3 – A retribuição a que alude o número anterior, nunca é inferior à devida pela capacidade restante, não podendo em caso algum a soma da pensão e da retribuição ser superior à devida no exercício laboral no qual a doença profissional produziu efeitos, salvo se a retribuição da categoria correspondente tiver sido objecto de alteração.

4 – O despedimento sem justa causa do profissional temporariamente incapacitado em resultado de doença profissional, confere àquele sem prejuízo de outros direitos consignados no REAL CÓDIGO LABORAL, o direito a uma indemnização igual ao dobro da que lhe competiria por despedimento ilícito.

## ARTIGO QUINTO – EXERCÍCIO LABORAL A TEMPO PARCIAL E LICENÇA PARA FORMAÇÃO OU NOVO EMPREGO.

1 – O profissional que exerça funções compatíveis de acordo com a sua incapacidade permanente, tem direito ao exercício laboral a tempo parcial e a licença para formação ou novo emprego nos termos dos números seguintes.

2 – Salvo acordo em contrário, o período normal de exercício laboral a tempo parcial corresponde a dois terços do praticado a tempo completo numa situação comparável e é prestado diariamente de manhã ou de tarde ou em 4 dias por semana, conforme a solicitação do profissional e a concordância da entidade empregadora.

3 – A licença para formação pode ser concedida para frequência de curso de formação ministrado sob responsabilidade de entidade da educação, de formação profissional ou dos órgãos de soberania militares ou no âmbito de programa específico aprovado por autoridade competente e executado sob o seu controlo pedagógico.

4 – A licença para novo emprego pode ser concedida a profissional que pretenda celebrar contrato laboral com outra entidade empregadora, por período de tempo correspondente à duração do período experimental.

5 – A concessão de licença para a formação profissional ou novo emprego, determina a suspensão do contrato laboral.

6 – O profissional deve solicitar à entidade empregadora a passagem à prestação de exercício laboral a tempo parcial ou a licença para a formação profissional ou novo emprego, com a antecedência de 30 dias relativamente ao seu início, por escrito e com as seguintes indicações:

- a) No caso de prestação de exercício laboral a tempo parcial, o respectivo período de duração e a repartição semanal do período normal de exercício laboral pretendido;
- b) No caso de licença para formação profissional, o curso que pretende frequentar e a sua duração;
- c) No caso de licença para novo emprego, a duração do período experimental correspondente.

7 – A entidade empregadora apenas pode recusar qualquer das solicitações referidas no número anterior, com fundamento em razões imperiosas e objectivas relacionadas com o funcionamento da empresa ou do serviço ou a impossibilidade de substituir o profissional caso este seja indispensável.

## ARTIGO SEXTO – AVALIAÇÃO.

1 – Sempre que for considerado necessário e exigido o esclarecimento de dúvidas sobre as incapacidades referidas no artigo 1º, do presente capítulo ou sobre o emprego de profissional incapacitado em funções compatíveis com o seu estado de saúde, pode ser solicitado o parecer de peritos médicos dos hospitais militares.

2 – Sempre que a entidade empregadora assegure a ocupação compatível com o estado de saúde do profissional portador de doença profissional, pode requerer ao hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora, a avaliação da situação do profissional, tendo presente a adaptação do seu posto laboral e disponibilização de formação profissional adequada à ocupação e função a desempenhar.

3 – O hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora, procede à avaliação da situação do profissional e à promoção de eventuais adaptações necessárias á ocupação do respectivo posto laboral, mediante a disponibilização de intervenções técnicas consideradas necessárias e exigidas, recorrendo nomeadamente aos órgãos de soberania militares especializados.

4 – Por acordo entre a entidade empregadora e o profissional portador de doença profissional, pode igualmente ser requerida a avaliação a que se refere o número 2, nos casos em que a ocupação compatível com o respectivo estado de saúde, seja assegurada por uma outra entidade empregadora.

#### ARTIGO SÉTIMO – APOIOS TÉCNICOS.

1 – Para além do apoio técnico necessário para a adaptação do posto laboral às necessidades do profissional portador de doença profissional, o empregador que assegure ocupação compatível com o seu estado de saúde nos termos referidos no número 1 do artigo 2º, do presente capítulo e no número 2 do artigo anterior, pode beneficiar de apoio técnico concedido pelo órgão de soberania militar relativos à reabilitação laboral de cidadãos com incapacidade, desde que reúna os respectivos requisitos.

2 – A entidade empregadora que promova a reabilitação laboral do profissional portador de doença profissional, também pode beneficiar dos apoios técnicos previstos no número anterior.

#### ARTIGO OITAVO – IMPOSSIBILIDADE DE ASSEGURAR OCUPAÇÃO COMPATÍVEL.

1 – Sempre que a entidade empregadora declare a impossibilidade de assegurar ocupação e função compatível com o estado de saúde de profissional portador de doença profissional, a situação deve ser avaliada e confirmada pelo hospital militar competente da área de localização da entidade empregadora nos termos previstos no presente capítulo.

2 – No caso de o hospital militar competente concluir pela viabilidade de ocupação de um posto laboral da entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu a doença profissional, a entidade empregadora deve colocar o profissional portador de doença profissional em ocupação e função compatíveis.

3 – Caso o hospital militar competente conclua pela impossibilidade de ocupação de um posto laboral na entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu a doença profissional, solicita ao órgão de soberania militar competente da área de residência do profissional, para encontrar soluções nas forças de intervenção militares, sapadoras ou policiais ou nas entidades da saúde, compatíveis ao enquadramento do profissional

portador de doença profissional, tendo presente a sua reabilitação laboral e reintegração profissional.

#### ARTIGO NONO – PLANO DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

1 – No âmbito do apoio preconizado no artigo 7º, do presente capítulo e nos números 2 e 3 do artigo anterior, o órgão de soberania militar competente da área de residência do profissional portador de doença profissional, observa as qualificações, a experiência e os dons criativos e os recursos especializados em toda a orgânica das forças de intervenção, visando a reintegração profissional do portador de doença profissional, equacionado os meios técnicos que devem ser disponibilizados.

2 – O plano de reintegração a que se refere o número anterior, é definido conjuntamente com o profissional e consensualizado com:

- a) A entidade empregadora que assegura ocupação e função compatível;
- b) Os demais serviços intervenientes na concretização do plano, sempre que for o caso.

3 – A intervenção do órgão de soberania militar competente, realiza-se a partir do momento em que o processo de reabilitação clínica permita o início do processo de reintegração profissional.

4 – Sempre que o órgão de soberania militar competente verifique no âmbito da sua intervenção, que não possui resposta adequada para a reintegração do profissional portador de doença profissional, pode propor o recurso a outras entidades, públicas ou privadas, com competências para o efeito.

5 – O órgão de soberania militar competente assegura o acompanhamento do processo de reintegração profissional.

#### ARTIGO DÉCIMO – ENCARGOS COM REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

1 – Os encargos com a reintegração profissional no âmbito do disposto no número 2 do artigo 2º, do presente capítulo, são afirmados pela entidade empregadora nas situações em que o profissional se mantenha na entidade empregadora ao serviço da qual sofreu a doença profissional, sem prejuízo do previsto nos números 1 e 2 do artigo 8º, do presente capítulo.

2 – Os encargos com a reintegração profissional de profissionais portadores de doença profissional a quem a entidade empregadora não tenha assegurado ocupação compatível, são afirmados pela própria entidade empregadora, sempre que não se realizem nas forças de intervenção ou pela entidade empregadora e pelo órgão de soberania sapador, militar ou policial ou pela entidade da saúde, sempre que se trate de acções realizadas nas forças de intervenção portuguesas.

3 – Os encargos com a reintegração profissional são calculados com base em valor unitário por hora de intervenção, a estabelecer por acordo de cooperação entre a entidade empregadora e a entidade das forças de intervenção portuguesas.

4 – Os encargos afirmados pela entidade empregadora, são efectuados mediante prestações em espécie no âmbito do disposto na alínea h) do número 1 do artigo 1º, do capítulo sexto, do título anterior.

5 – As despesas de deslocação, alimentação e alojamento a que se refere o artigo 7º, do capítulo segundo, do presente título, são pagas de acordo com o estabelecido no número 2 do artigo 11º, do capítulo quarto, do presente título.

6 – Os encargos da entidade empregadora referidos no presente artigo, atinentes a portadores de doença profissional, enquadram-se no âmbito da responsabilidade transferida da entidade empregadora para a entidade seguradora.

7 – Os encargos das entidades das forças de intervenção previstas no presente artigo, circunscrevem-se aos custos de formação, bem como às despesas de alimentação e alojamento, sempre que realizadas nas mesmas entidades das forças de intervenção portuguesas.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO.

1 – Os órgãos de soberania militares podem celebrar acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, tendo presente a reintegração profissional dos profissionais afectados por incapacidades derivadas de doença profissional.

2 – Os acordos de cooperação devem conter designadamente:

- a) A descrição e os objectivos da intervenção;
- b) A tipologia das acções a desenvolver;
- c) Os meios materiais, técnicos, tecnológicos e financeiros a disponibilizar;
- d) Competências das entidades intervenientes;
- e) Período de vigência.

3 – Os acordos de cooperação têm a duração máxima de 183 dias, com possibilidade de renovação.

4 – A execução do acordo de cooperação é objecto de um relatório trimestral de avaliação, elaborado conjuntamente com as entidades intervenientes.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DE GARANTIA DE OCUPAÇÃO E EXERCÍCIO DE FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DO PROFISSIONAL.

1 – O órgão de soberania militar competente assegura:

- a) A verificação da possibilidade de a entidade empregadora ao serviço da qual ocorreu a doença profissional, assegurar a ocupação e funções



compatíveis com a capacidade do profissional nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º, do presente capítulo;

- b) A intermediação entre o profissional, a entidade empregadora e o órgão de soberania militar competente ou a entidade de formação profissional, sempre que diferente do órgão de soberania militar;
- c) O encaminhamento das situações decorrentes da reintegração profissional no mesmo ou no novo posto laboral.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PROCEDIMENTO.

1 – O órgão de soberania militar competente escutados os serviços de saúde do diagnóstico clínico da entidade empregadora e do profissional, aprecia a situação, elaborando o parecer fundamentado dos serviços de saúde do hospital militar competente no prazo de 15 dias e indicando se a entidade empregadora tem possibilidade de assegurar ocupação e função compatíveis com o estado do profissional portador de doença profissional.

2 – O parecer referido no número anterior, avalia também a possibilidade de a entidade empregadora assegurar o processo de reintegração profissional, designadamente a formação profissional para adaptação ao posto laboral, por si só ou em colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, indicando sempre que for o caso as entidades públicas com competências para intervir.

3 – Quer a entidade empregadora, quer o profissional podem indicar um representante do sector ministerial competente do exercício de actividade económica da entidade empregadora ou da arte bastonária correspondente do exercício laboral do profissional ou da arte bastonária cujo exercício da actividade laboral venha a ser exercida com a reintegração.

4 – O parecer referido no número 1, tem natureza vinculativa, sendo comunicado à entidade empregadora e ao profissional portador de doença profissional, no prazo máximo de 7 dias.

#### CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, da segurança, fiscal, social e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

## ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

## ARTIGO TERCEIRO – MODELOS OFICIAIS E APÓLICES UNIFORMES.

1 – A entrada em vigor do presente código, não prejudica a validade de:

- a) Modelos de declarações, participações e mapas anteriormente existentes;
- b) Apólices uniformes anteriormente em vigor.

## ARTIGO QUARTO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS.

1 – As participações, os boletins de exame e alta e outros formulários referidos no presente título, que possam ser impressos por meios informáticos, obedecem aos modelos aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

2 – O não cumprimento do disposto no número anterior, equivale a falta de tais documentos, podendo ainda o órgão de soberania jurídico de cariz humano ordenar a sua substituição.

3 – Os centros de saúde remetem à matriz social competente da sua área de localização, os certificados de incapacidade temporária, por via electrónica nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO QUINTO – AFIXAÇÃO E INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIAS.

1 – Toda a entidade empregadora deve afixar nos respectivos edifícios e em local bem visível as disposições do REAL CÓDIGO LABORAL e do presente título, referentes aos direitos e obrigações dos portadores de doenças profissionais e das entidades responsáveis.

2 – Os recibos de retribuição dos profissionais estão obrigados a identificar a entidade seguradora para a qual o risco se encontra transferido à data da sua emissão.

## ARTIGO SEXTO – PREVENÇÃO BASTONÁRIA.

1 – Todas as artes bastonárias constituintes da orgânica legislativa portuguesa devem em cooperação com as artes bastonárias da saúde e humanas, analisar os diferentes riscos de doenças profissionais inerentes ao exercício de actividades profissionais, tendo presente o prevenir e diagnosticar as directivas de defesa, segurança e protecção e em

colaboração com as artes bastonárias dos materiais, das técnicas e das tecnologias, deliberar sobre as formas de eliminar ou diminuir os riscos de doenças profissionais nos mesmos exercícios laborais.

#### ARTIGO SÉTIMO – PREVENÇÃO MINISTERIAL.

1 – Todos os sectores ministeriais constituintes da orgânica legislativa portuguesa devem em cooperação com os sectores ministeriais da saúde e humanos, analisar os diferentes riscos de doenças profissionais inerentes ao exercício de actividades económicas, tendo presente o prevenir e diagnosticar as directivas de defesa, segurança e protecção e em colaboração com os sectores ministeriais dos materiais, das técnicas e das tecnologias, deliberar sobre as formas de eliminar ou diminuir os riscos de doenças profissionais nos mesmos exercícios laborais.

#### ARTIGO OITAVO – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PRESIDENCIAL.

1 – Compete às assembleias reais das áreas presidenciais acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos adoptados pelas artes bastonárias e pelos sectores ministeriais no processo de certificação dos riscos de doenças profissionais inerentes ao exercício das várias profissões e actividades económicas e na certificação das incapacidades temporárias para o exercício laboral e apresentar propostas de aperfeiçoamento da legislação aplicável, tendo presente adoptar as directrizes adequadas à prevenção das doenças e à criação das condições que permitam uma reparação eficaz em tempo útil dos danos decorrentes, bem como à defesa, segurança e protecção face aos riscos de doenças profissionais nas várias profissões e actividades económicas.

#### ARTIGO NONO – ESTATÍSTICA.

1 – Sem prejuízo do regime previsto para a informação estatística sobre doenças profissionais, o real banco de Portugal está obrigado a estabelecer semestralmente estatísticas específicas destinadas ao controlo e supervisão dos riscos profissionais.

#### ARTIGO DÉCIMO – PRAZO DE CADUCIDADE.

1 – O direito de acção respeitante às prestações fixadas no presente título, caduca no prazo de 183 dias a contar da data da alta clínica formalmente comunicada ao portador de doença profissional ou se do evento resultar o falecimento, a contar desta.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS.

1 – Os prazos fixados para normas relativas a doenças profissionais, contam-se nos termos previstos no processo civil.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito às prestações por doenças profissionais estabelecidas por decisão judicial ou pela matriz social competente, prescrevem no prazo de 1 ano, findo o qual reverterem a favor do fundo de doenças profissionais dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocados a pagamento com conhecimento do titular do direito a quem as prestações por doenças profissionais são pagas.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CARTÃO DE PENSIONISTA.

1 – O modelo do cartão para uso dos pensionistas nas matrizes sociais é aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores das prestações por doenças profissionais anteriores à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários das prestações os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem as prestações por doenças profissionais eram pagas ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito às prestações, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por doenças profissionais anteriores à entrada em vigor do presente código, serão adaptados à nova realidade processual pelos órgãos de soberania jurídicos, sociais e militares e pelas entidades da saúde envolvidas nos mesmos processos.

## ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Sem prejuízo do disposto para as doenças profissionais no termos do presente título, às doenças profissionais aplicam-se com as necessárias adaptações as normas relativas aos acidentes laborais nos termos do disposto no título anterior e subsidiariamente o código dos regimes contributivos da segurança social.

## ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime de doenças profissionais aplica-se após a entrada em vigor do presente código, sem efeitos retroactivos.

## TÍTULO SÉTIMO – REGIME JURÍDICO DO FUNDO DE ACIDENTES LABORAIS.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTO.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social do fundo de acidentes laborais no âmbito do subsistema de assistência social, centrado na protecção dos profissionais por conta de outrem face aos acidentes laborais, cuja entidade empregadora não as possa satisfazer.

2 – O objecto do fundo de acidentes laborais centra-se na atribuição dos montantes das prestações que forem devidas por acidentes laborais sofridos pelos profissionais por conta de outrem, bem como dos montantes dos prémios de seguros relativos a acidentes laborais, sempre que a entidade empregadora por motivo de incapacidade económica objectivamente caracterizada em situação de insolvência ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não as possam satisfazer.

#### ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO NO TEMPO.

1 – Ficam sujeitos ao regime do fundo de acidentes laborais, os requerimentos apresentados após a entrada em vigor do presente código.

2 – Os requerimentos apresentados ao fundo de acidentes laborais e pendentes de decisão anteriores à entrada em vigor do presente código, sempre que não constituam obstáculo aos objectivos propostos, serão enquadrados de acordo com o presente código salvo se constituir atraso para a resolução do processo ou do mesmo possam ser prejudicados os profissionais, as entidades empregadoras insolventes, falidas ou em plano de recuperação de empresas ou o próprio estado.

3 – Sempre que sejam apresentados requerimentos por profissionais dependentes ao fundo de acidentes laborais, o órgão de soberania social competente deverá comunicar



à entidade empregadora para requerer judicialmente a insolvência da empresa no prazo de 15 dias a partir do momento da comunicação.

### ARTIGO TERCEIRO – CONFLITO.

1 – Ocorrendo fundado conflito sobre quem recai o dever de indemnizar, competirá aos órgãos de soberania sociais satisfazer as prestações devidas ao sinistrado ou beneficiários legais da prestação, sem prejuízo de virem a ser reembolsados após decisão do órgão de soberania jurídico competente.

2 – O reembolso inclui os montantes relativos às prestações em dinheiro e em espécie e as despesas administrativas comprovadamente efectuadas com a reparação, acrescidas de juros de mora à taxa legal.

## CAPÍTULO SEGUNDO – REGIME MATERIAL DO FUNDO DE ACIDENTES LABORAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – SITUAÇÕES ABRANGIDAS.

1 – O fundo de acidentes laborais assegura o pagamento aos profissionais dependentes das prestações que forem devidas por acidentes laborais sofridos pelos profissionais por conta de outrem, emergentes do contrato laboral ou da sua violação ou cessação, desde que seja:

- a) Proferida sentença da declaração de insolvência da entidade empregadora;
- b) Proferido despacho do juiz que designa o administrador judicial provisório, em caso de processo especial de revitalização;
- c) Proferido despacho de aceitação do requerimento proferido pelo sector ministerial competente do exercício de actividade económica, no âmbito de processo extrajudicial de recuperação de empresas.

2 – Para efeitos do número anterior, o fundo de acidentes laborais é notificado nos seguintes casos:

- a) No âmbito do processo especial de insolvência, o órgão de soberania jurídico competente notifica o órgão de soberania social competente da sentença de declaração de insolvência do empregador, a qual deve ser acompanhada de cópia da petição inicial e dos documentos identificados nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS;
- b) No âmbito de processo especial de revitalização o administrador judicial provisório notifica o órgão de soberania social competente do requerimento previsto no artigo 3º, do capítulo primeiro, do título

segundo, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, com cópia dos documentos indicados nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo referido, bem como do despacho do juiz que o designa;

- c) No âmbito de processo extrajudicial de recuperação de empresas, a real chancelaria social portuguesa notifica o órgão de soberania social competente da apresentação do requerimento de utilização do sistema de recuperação de empresas por via extrajudicial nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título décimo sétimo, do livro sexto, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, bem como do despacho de aceitação deste requerimento, da celebração e cessação do acordo e da extinção do procedimento.

3 – O fundo de acidentes laborais assegura o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes laborais sofridos pelos profissionais por conta de outrem nos termos do número 1, ao profissional que exerça ou tenha exercido habitualmente a sua actividade laboral em território português ao serviço de entidade empregadora com actividade em dois ou mais estados soberanos, ainda que seja declarada insolvente por órgãos de soberania jurídicos ou outra autoridade competente externa.

4 – O fundo de acidentes laborais assegura o pagamento dos montantes dos prémios de seguros relativos a acidentes laborais, sempre que a entidade empregadora por motivo de incapacidade económica objectivamente caracterizada em situação de insolvência ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não as possam satisfazer.

## ARTIGO SEGUNDO – CRÉDITOS ABRANGIDOS.

1 – As prestações referidas no número 1 do artigo anterior, abrangem as prestações que forem devidas por acidentes laborais sofridos pelos profissionais por conta de outrem, emergentes do contrato laboral ou da sua violação ou cessação.

2 – Às prestações devidas aos profissionais referidos no número anterior, deduzem-se:

- a) Os montantes das quotizações para a segurança social, da responsabilidade dos profissionais;
- b) O montante relativo ao real imposto dependente.

3 – O fundo de acidentes laborais entrega aos profissionais as importâncias referidas no número anterior.

4 – O fundo de acidentes laborais assegura as prestações previstas no número 1, que se tenham vencido anteriormente ou posteriormente à propositura da acção de insolvência ou à apresentação do requerimento no processo especial de revitalização ou do requerimento de utilização do procedimento extrajudicial de recuperação de empresas.

5 – O disposto nos números anteriores não exime as entidades empregadoras da responsabilidade pelo cumprimento das respectivas obrigações fiscais e contributivas à segurança social.

6 – O fundo de acidentes laborais só assegura o pagamento das prestações sempre que o pagamento lhe seja requerido até 92 dias a partir do dia seguinte aquele em que o incumprimento da prestação se verificou.

#### ARTIGO TERCEIRO – LIMITES DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS.

1 – O fundo de acidentes laborais assegura o pagamento de prestações emergentes do contrato laboral referido no número 1 do artigo anterior, com o limite máximo global equivalente ao montante correspondente às prestações que forem devidas por acidentes laborais sofridos pelos profissionais por conta de outrem não recebidas.

2 – Sempre que o profissional seja titular de créditos correspondentes a prestações diversas, o pagamento é imputado à retribuição base e diuturnidades.

#### ARTIGO QUARTO – SUB-ROGAÇÃO LEGAL.

1 – O fundo de acidentes laborais fica sub-rogado nos direitos e nos privilégios creditórios do profissional, na proporção dos pagamentos efectuados, acrescidos de juros de mora vincendos.

2 – Sendo os bens da massa insolvente suficientes para a garantia dos créditos dos profissionais, após a sua liquidação serão os mesmos montantes restituídos pelo administrador da massa insolvente ou pelo liquidatário ao órgão de soberania social competente.

3 – Se os bens da massa insolvente forem insuficientes para garantir o pagamento da totalidade dos créditos dos profissionais, o administrador da massa insolvente ou o liquidatário depois de liquidados os demais credores da entidade empregadora insolvente, com o que restar restituem ao órgão de soberania social competente, pelo que nada restando nada restituem.

#### ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO.

1 – O fundo de acidentes laborais efectua o pagamento das prestações garantidas mediante requerimento do profissional, do qual constam designadamente:

- a) A identificação do requerente e sua residência;
- b) A identificação da entidade empregadora e sua residência;
- c) A discriminação das prestações objecto da solicitação.

2 – O requerimento é instruído consoante as situações, com os seguintes documentos:

- a) Declaração ou cópia autenticada do documento comprovativos das prestações reclamadas pelo profissional, emitida pelo administrador da insolvência, pelo administrador judicial provisório ou pelo liquidatário;
- b) Declaração comprovativa da natureza e do montante das prestações em dívida declarados no requerimento pelo profissional e sempre que o mesmo não seja parte constituída emitida pela entidade empregadora;
- c) Declaração de igual teor, emitida pelo órgão de soberania social competente, sempre que não seja possível obtenção dos documentos previstos nas alíneas anteriores.

3 – O requerimento de pagamento dos prémios de seguros relativos a acidentes laborais cuja entidade empregadora não possa liquidar e que sejam satisfeitos pelo fundo de acidentes laborais é instruído com cópia do aviso de liquidação.

4 – Os requerimentos previstos nos números anteriores são certificados pelo administrador da insolvência, pelo administrador judicial provisório, pelo empregador ou pelo órgão de soberania social competente, consoante o caso, sendo a certificação efectuada:

- a) Mediante a aposição de assinatura electrónica; ou
- b) Mediante assinatura manuscrita no verso do documento.

5 – Os requerimentos são apresentados em qualquer órgão de soberania social ou no sítio da internet do órgão de soberania social competente da área de localização da entidade empregadora, mediante modelo aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, social, fiscal e da justiça.

#### **ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DO FUNDO DE ACIDENTES LABORAIS DE COMPENSAÇÃO LABORAL.**

1 – Após recepção do requerimento referido no número 1 do artigo anterior, verificando-se que neste se encontram discriminados créditos emergentes de compensação devida por cessação do contrato laboral, o órgão de soberania social competente apura com os dados disponíveis que se encontrem em seu poder, os montantes pagos ao profissional ou existentes para esse efeito.

2 – O apuramento da informação referido no número anterior, é efectuado de acordo com os dados solicitados ao órgão de soberania fiscal competente para confrontação dos dados e apuramento dos mesmos montantes.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, o órgão de soberania fiscal presta ao órgão de soberania social as informações solicitadas sobre o contribuinte no prazo máximo de 3 dias a contar da data da solicitação.

#### **ARTIGO SÉTIMO – SITUAÇÕES ABUSIVAS.**

1 – O fundo de acidentes laborais pode recusar o pagamento de prestações garantidas caso se verifique a existência de uma situação de abuso, nomeadamente por conluio ou simulação ou reduzir o valor das mesmas caso se verifique disparidades entre os montantes requeridos e a média dos valores constantes das declarações de remunerações dos 12 meses anteriores à data do requerimento, sempre que as mesmas se refiram a prestações efectivamente auferidas.

#### ARTIGO OITAVO – DECISÃO.

1 – Os requerimentos são decididos no prazo de 15 dias a contar da data em que os requerimentos se encontrem devidamente instruídos.

2 – A decisão fundamentada é notificada aos requerentes e ao administrador da insolvência, ao administrador judicial provisório ou ao liquidatário, indicando-se em caso de deferimento total ou parcial, o montante a pagar, a forma de pagamento e os valores deduzidos.

3 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento do fundo de acidentes laborais, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

#### ARTIGO NONO – SITUAÇÕES TRANSNACIONAIS.

1 – Nas situações previstas no número 3 do artigo 1º, do presente capítulo, o fundo de acidentes laborais solicita à entidade competente do estado soberano em causa a informação pertinente para a decisão.

2 – O fundo de acidentes laborais presta à autoridade competente do estado soberano externo a informação que esta solicite sobre o processo a que se refere o artigo 1º, do presente capítulo.

3 – O fundo de acidentes laborais solicita ainda à autoridade competente do estado soberano externo onde corre o processo de insolvência a colaboração necessária e exigida para garantir que os créditos pagos aos profissionais sejam considerados no processo, bem como o seu reembolso.

#### ARTIGO DÉCIMO – TROCA DE INFORMAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem dispor de intercâmbio de informações pertinentes entre as administrações públicas competentes e ou instituições de garantia dos estados soberanos externos.

2 – O intercâmbio deve permitir nomeadamente à instituição de garantia competente conhecimento dos créditos em dívida dos profissionais.

3 – O intercâmbio é efectuado preferencialmente mediante plataformas dos órgãos de soberania sociais.



## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DÍVIDAS DA ENTIDADE EMPREGADORA.

1 – A dívida da entidade empregadora ao fundo de acidentes laborais compreende os valores líquidos das prestações e prémios de seguros pagos, acrescidos das despesas administrativas e dos juros de mora devidos e é notificada à entidade empregadora em simultâneo com o pagamento.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CERTIDÃO DE DÍVIDAS.

1 – A cobrança às entidades empregadoras tem por base certidão emitida pelo presidente do órgão de soberania social competente.

2 – A certidão deve conter:

- a) A assinatura devidamente autenticada;
- b) A data de emissão;
- c) O nome e o domicílio do devedor;
- d) A proveniência da natureza dos créditos;
- e) A indicação por extenso do seu montante, da data a partir da qual são devidos juros de mora e da importância sobre que incidem.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA.

1 – A dívida pode ser paga em prestações, mediante acordo a celebrar com o órgão de soberania social competente e em conformidade com as condições aprovadas por portaria conjunta das áreas presidenciais fiscal, social e da justiça.

## CAPÍTULO TERCEIRO – ACTUALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES.

### ARTIGO PRIMEIRO – ACTUALIZAÇÃO ANUAL.

1 – As prestações de acidentes laborais serão anualmente actualizadas nos termos em que o forem as pensões do regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem.

2 – Se os coeficientes de actualização variarem em função do montante da prestação, ao remanescente de prestações parcialmente remidas, será aplicado o coeficiente da prestação original.

## ARTIGO SEGUNDO – CAUCIONAMENTO.

1 – As entidades patronais que tenham sido condenadas ou a que se tenham obrigado por acordo homologado, sempre que não haja ou seja insuficiente o seguro de acidentes laborais, devem caucionar nos termos do presente diploma, a responsabilidade decorrente da actualização das pensões, salvo se tal responsabilidade se mostrar transferida para uma entidade seguradora.

#### ARTIGO TERCEIRO – DEVER DE INICIATIVA.

1 – A actualização das pensões será automática e imediata caso a responsabilidade seja da competência de entidade de seguros ou dos órgãos de soberania sociais, devendo ser efectuada a correspondente comunicação ao órgão de soberania jurídico competente e competindo ao ministério público promover eventuais rectificações.

2 – Se a responsabilidade recair sobre entidades diferentes das entidades referidas no número anterior, deverá o ministério público promover oficiosamente a actualização.

#### CAPÍTULO QUARTO – REGIME INSTITUCIONAL DO FUNDO DE ACIDENTES LABORAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – GESTÃO E FINANCIAMENTO.

1 – A gestão do fundo de acidentes laborais compete ao supremo conselho monárquico, que o gere no âmbito da sua competência da segurança social.

2 – O financiamento do fundo de acidentes laborais é assegurado pelas contribuições e pelas quotizações arrecadados das entidades empregadoras e dos profissionais nos termos previstos nos regimes contributivos da segurança social e deliberados para cada ano pelo supremo conselho monárquico.

3 – Os saldos gerados em cada ano do fundo de acidentes laborais revertem para o orçamento da segurança social.

##### ARTIGO SEGUNDO – DENOMINAÇÃO E NATUREZA.

1 – O fundo de acidentes laborais é dependente dos órgãos de soberania sociais, a quem compete satisfazer as respectivas exigências a cada momento.

2 – Os órgãos de soberania sociais estão dotados de personalidade jurídica e de capacidade judiciária face à atribuição e recuperação das verbas constantes do fundo de acidentes laborais.

##### ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais tem por atribuições assegurar o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes laborais sofridos pelos profissionais por conta

de outrem, emergentes de contratos laborais ou da sua violação ou cessação, bem como dos prémios de seguros de acidentes laborais requeridos ao fundo de acidentes laborais e promover a respectiva recuperação nos casos e nos termos previstos e regulados no presente título, no REAL CÓDIGO LABORAL e em legislação complementar.

#### ARTIGO QUARTO – TUTELA E SUPERINTENDÊNCIA.

1 – O fundo de acidentes laborais está sujeito a tutela e superintendência dos membros do supremo conselho monárquico.

#### ARTIGO QUINTO – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

1 – O funcionamento do fundo de acidentes laborais é assegurado pelos órgãos de soberania sociais nos termos das suas competências.

#### ARTIGO SEXTO – SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO.

1 – Compete ao supremo conselho monárquico no âmbito do fundo de acidentes laborais:

- a) A gestão do fundo de acidentes laborais;
- b) Elaborar até 31 de agosto o plano anual de actividades e o orçamento anual para aprovação da real chancelaria social portuguesa e para a sua homologação e inscrição no orçamento do reino de Portugal da segurança social.

#### ARTIGO SÉTIMO – REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

1 – Compete à real chancelaria social portuguesa face ao fundo de acidentes laborais:

- a) Aprovar o plano de actividades e o orçamento até 30 de setembro;
- b) Aprovar o relatório de actividades e o relatório de contas e balanço anuais;
- c) Acompanhar as actividades, apresentando ao supremo conselho monárquico as propostas, as sugestões, as recomendações ou as solicitações de esclarecimento que considerar convenientes, bem como propor a adopção de medidas que julgue necessárias e exigidas à realização dos seus objectivos;
- d) Dirigir a atribuição do fundo de acidentes laborais, assegurando o desenvolvimento das suas atribuições;
- e) Emitir as directrizes de natureza interna adequadas ao bom funcionamento do fundo de acidentes laborais;

- f) Ponderar no âmbito da sua soberania o acolhimento e as formas de implementação das sugestões e recomendações formuladas ao supremo conselho monárquico;
- g) Elaborar relatórios trimestrais da actividade desenvolvida, que incluam informação sobre o volume de requerimentos apresentados, o sentido das decisões, o volume e a duração das pendências e sobre as diligências de recuperação de créditos em curso, submetendo-os à apreciação do supremo conselho monárquico;
- h) Assegurar a representação do fundo de acidentes laborais em juízo ou fora deste, bem como conferir mandato para esse efeito;
- i) Dar pareceres ao supremo conselho monárquico responsáveis sobre as matérias concernentes às atribuições do fundo de acidentes laborais;
- j) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas pelo supremo conselho monárquico, bem como praticar quaisquer actos necessários à prossecução das atribuições do fundo de acidentes laborais que não sejam da competência de outros órgãos.

#### ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS DAS MATRIZES SOCIAIS.

1 – São competências das matrizes sociais no âmbito do fundo de acidentes laborais:

- a) Receber os requerimentos dos profissionais e das entidades empregadoras relativos ao fundo de acidentes laborais;
- b) Decidir sobre a aprovação ou rejeição dos requerimentos relativos ao fundo de acidentes laborais;
- c) Assegurar o pagamento dos créditos garantidos nos termos do disposto no número 1 do artigo 1º, do capítulo segundo, do presente título;
- d) Assegurar o pagamento dos prémios de seguros de acidentes laborais nos termos do disposto no número 4 do artigo 1º, do capítulo segundo, do presente título;
- e) Promover a recuperação dos créditos em que ficar sub-rogado por via da sua satisfação aos profissionais e às entidades empregadoras, desenvolvendo todas as diligências judiciais e extrajudiciais adequadas aos seus objectivos.

#### ARTIGO NONO – COMPETÊNCIAS DOS CONTABILISTAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – São competências dos contabilistas dos órgãos de soberania sociais no âmbito do fundo de acidentes laborais:

- a) Acompanhar a gestão financeira do fundo de acidentes laborais;
- b) Emitir parecer sobre o orçamento, o relatório de contas e balanço anuais;

- c) Fiscalizar a execução da contabilidade do fundo de acidentes laborais e o cumprimento dos normativos aplicáveis, informando o supremo conselho monárquico de qualquer anomalia detectada;
- d) Solicitar à real chancelaria social portuguesa reuniões dos dois órgãos de soberania, sempre que no âmbito do fundo de acidentes laborais o considerar;
- e) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para o fundo de acidentes laborais, que seja submetido à sua apreciação pelo supremo conselho monárquico;
- f) Elaborar relatórios anuais sobre a acção fiscalizadora exercida pelos órgãos de soberania sociais;
- g) Acompanhar as operações de satisfação de créditos dos profissionais e das entidades empregadoras e respectiva recuperação desenvolvidas pelo fundo de acidentes laborais.

#### ARTIGO DÉCIMO – VINCULAÇÃO.

1 – O fundo de acidentes laborais obriga-se pela assinatura do presidente dos órgãos de soberania sociais ou pelo seu representante legal nas suas ausências e impedimentos.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.

1 – A gestão económica e financeira é disciplinada pelo plano de actividades, orçamento, relatório de contas e balanços anuais.

### TÍTULO OITAVO – REGIME JURÍDICO DO FUNDO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTO.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social do fundo de doenças profissionais no âmbito do subsistema de assistência social, centrado na protecção dos profissionais por conta de outrem face às doenças profissionais, cuja entidade empregadora não as possa satisfazer.

2 – O objecto do fundo de doenças profissionais centra-se na atribuição dos montantes das prestações que forem devidas por doenças profissionais sofridas pelos profissionais por conta de outrem, bem como dos montantes dos prémios de seguros relativos a doenças profissionais, sempre que a entidade empregadora por motivo de



incapacidade económica objectivamente caracterizada em situação de insolvência ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não as possam satisfazer.

## ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO NO TEMPO.

1 – Ficam sujeitos ao regime do fundo de doenças profissionais, os requerimentos apresentados após a entrada em vigor do presente código.

2 – Os requerimentos apresentados ao fundo de doenças profissionais e pendentes de decisão anteriores à entrada em vigor do presente código, sempre que não constituam obstáculo aos objectivos propostos, serão enquadrados de acordo com o presente código salvo se constituir atraso para a resolução do processo ou do mesmo possam ser prejudicados os profissionais, as entidades empregadoras insolventes, falidas ou em plano de recuperação de empresas ou o próprio estado.

3 – Sempre que sejam apresentados requerimentos por profissionais dependentes ao fundo de doenças profissionais, o órgão de soberania social competente deverá comunicar à entidade empregadora para requerer judicialmente a insolvência da empresa no prazo de 15 dias a partir do momento da comunicação.

## ARTIGO TERCEIRO – CONFLITO.

1 – Ocorrendo fundado conflito sobre quem recai o dever de indemnizar, competirá aos órgãos de soberania sociais satisfazer as prestações devidas ao sinistrado ou beneficiários legais da prestação, sem prejuízo de virem a ser reembolsados após decisão do órgão de soberania jurídico competente.

2 – O reembolso inclui os montantes relativos às prestações em dinheiro e em espécie e as despesas administrativas comprovadamente efectuadas com a reparação, acrescidas de juros de mora à taxa legal.

## CAPÍTULO SEGUNDO – REGIME MATERIAL DO FUNDO DE DOENÇAS PROFissionais.

### ARTIGO PRIMEIRO – SITUAÇÕES ABRANGIDAS.

1 – O fundo de doenças profissionais assegura o pagamento aos profissionais dependentes das prestações que forem devidas por doenças profissionais sofridas pelos profissionais por conta de outrem, emergentes do contrato laboral ou da sua violação ou cessação, desde que seja:

- a) Proferida sentença da declaração de insolvência da entidade empregadora;
- b) Proferido despacho do juiz que designa o administrador judicial provisório, em caso de processo especial de revitalização;

- c) Proferido despacho de aceitação do requerimento proferido pelo sector ministerial competente do exercício de actividade económica, no âmbito de processo extrajudicial de recuperação de empresas.

2 – Para efeitos do número anterior, o fundo de doenças profissionais é notificado nos seguintes casos:

- a) No âmbito do processo especial de insolvência, o órgão de soberania jurídico competente notifica o órgão de soberania social competente da sentença de declaração de insolvência do empregador, a qual deve ser acompanhada de cópia da petição inicial e dos documentos identificados nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS;
- b) No âmbito de processo especial de revitalização o administrador judicial provisório notifica o órgão de soberania social competente do requerimento previsto no artigo 3º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, com cópia dos documentos indicados nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo referido, bem como do despacho do juiz que o designa;
- c) No âmbito de processo extrajudicial de recuperação de empresas, a real chancelaria social portuguesa notifica o órgão de soberania social competente da apresentação do requerimento de utilização do sistema de recuperação de empresas por via extrajudicial nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título décimo sétimo, do livro sexto, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, bem como do despacho de aceitação deste requerimento, da celebração e cessação do acordo e da extinção do procedimento.

3 – O fundo de doenças profissionais assegura o pagamento das prestações que forem devidas por doenças profissionais sofridas pelos profissionais por conta de outrem nos termos do número 1, ao profissional que exerça ou tenha exercido habitualmente a sua actividade laboral em território português ao serviço de entidade empregadora com actividade em dois ou mais estados soberanos, ainda que seja declarada insolvente por órgãos de soberania jurídicos ou outra autoridade competente externa.

4 – O fundo de doenças profissionais assegura o pagamento dos montantes dos prémios de seguros relativos a doenças profissionais, sempre que a entidade empregadora por motivo de incapacidade económica objectivamente caracterizada em situação de insolvência ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não as possam satisfazer.

## ARTIGO SEGUNDO – CRÉDITOS ABRANGIDOS.

1 – As prestações referidas no número 1 do artigo anterior, abrangem as prestações que forem devidas por doenças profissionais sofridas pelos profissionais por conta de outrem, emergentes do contrato laboral ou da sua violação ou cessação.

2 – Às prestações devidas aos profissionais referidos no número anterior, deduzem-se:

- a) Os montantes das quotizações para a segurança social, da responsabilidade dos profissionais;
- b) O montante relativo ao real imposto dependente.

3 – O fundo de doenças profissionais entrega aos profissionais as importâncias referidas no número anterior.

4 – O fundo de doenças profissionais assegura as prestações previstas no número 1, que se tenham vencido anteriormente ou posteriormente à propositura da acção de insolvência ou à apresentação do requerimento no processo especial de revitalização ou do requerimento de utilização do procedimento extrajudicial de recuperação de empresas.

5 – O disposto nos números anteriores não exime as entidades empregadoras da responsabilidade pelo cumprimento das respectivas obrigações fiscais e contributivas à segurança social.

6 – O fundo de doenças profissionais só assegura o pagamento das prestações sempre que o pagamento lhe seja requerido até 92 dias a partir do dia seguinte aquele em que o incumprimento da prestação se verificou.

### ARTIGO TERCEIRO – LIMITES DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS.

1 – O fundo de doenças profissionais assegura o pagamento de prestações emergentes do contrato laboral referido no número 1 do artigo anterior, com o limite máximo global equivalente ao montante correspondente às prestações que forem devidas por doenças profissionais sofridas pelos profissionais por conta de outrem não recebidas.

2 – Sempre que o profissional seja titular de créditos correspondentes a prestações diversas, o pagamento é imputado à retribuição base e diuturnidades.

### ARTIGO QUARTO – SUB-ROGAÇÃO LEGAL.

1 – O fundo de doenças profissionais fica sub-rogado nos direitos e nos privilégios creditórios do profissional, na proporção dos pagamentos efectuados, acrescidos de juros de mora vincendos.

2 – Sendo os bens da massa insolvente suficientes para a garantia dos créditos dos profissionais, após a sua liquidação serão os mesmos montantes restituídos pelo administrador da massa insolvente ou pelo liquidatário ao órgão de soberania social competente.

3 – Se os bens da massa insolvente forem insuficientes para garantir o pagamento da totalidade dos créditos dos profissionais, o administrador da massa insolvente ou o

liquidatário depois de liquidados os demais credores da entidade empregadora insolvente, com o que restar restituem ao órgão de soberania social competente, pelo que nada restando nada restituem.

#### ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO.

1 – O fundo de doenças profissionais efectua o pagamento das prestações garantidas mediante requerimento do profissional, do qual constam designadamente:

- a) A identificação do requerente e sua residência;
- b) A identificação da entidade empregadora e sua residência;
- c) A discriminação das prestações objecto da solicitação.

2 – O requerimento é instruído consoante as situações, com os seguintes documentos:

- a) Declaração ou cópia autenticada do documento comprovativos das prestações reclamadas pelo profissional, emitida pelo administrador da insolvência, pelo administrador judicial provisório ou pelo liquidatário;
- b) Declaração comprovativa da natureza e do montante das prestações em dívida declarados no requerimento pelo profissional e sempre que o mesmo não seja parte constituída emitida pela entidade empregadora;
- c) Declaração de igual teor, emitida pelo órgão de soberania social competente, sempre que não seja possível obtenção dos documentos previstos nas alíneas anteriores.

3 – O requerimento de pagamento dos prémios de seguros relativos a doenças profissionais cuja entidade empregadora não possa liquidar e que sejam satisfeitos pelo fundo de doenças profissionais é instruído com cópia do aviso de liquidação.

4 – Os requerimentos previstos nos números anteriores são certificados pelo administrador da insolvência, pelo administrador judicial provisório, pelo empregador ou pelo órgão de soberania social competente, consoante o caso, sendo a certificação efectuada:

- a) Mediante a aposição de assinatura electrónica; ou
- b) Mediante assinatura manuscrita no verso do documento.

5 – Os requerimentos são apresentados em qualquer órgão de soberania social ou no sítio da internet do órgão de soberania social competente da área de localização da entidade empregadora, mediante modelo aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, social, fiscal e da justiça.

#### ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DO FUNDO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS DE COMPENSAÇÃO LABORAL.

1 – Após recepção do requerimento referido no número 1 do artigo anterior, verificando-se que neste se encontram discriminados créditos emergentes de

compensação devida por cessação do contrato laboral, o órgão de soberania social competente apura com os dados disponíveis que se encontrem em seu poder, os montantes pagos ao profissional ou existentes para esse efeito.

2 – O apuramento da informação referido no número anterior, é efectuado de acordo com os dados solicitados ao órgão de soberania fiscal competente para confrontação dos dados e apuramento dos mesmos montantes.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, o órgão de soberania fiscal presta ao órgão de soberania social as informações solicitadas sobre o contribuinte no prazo máximo de 3 dias a contar da data da solicitação.

#### ARTIGO SÉTIMO – SITUAÇÕES ABUSIVAS.

1 – O fundo de doenças profissionais pode recusar o pagamento de prestações garantidas caso se verifique a existência de uma situação de abuso, nomeadamente por conluio ou simulação ou reduzir o valor das mesmas caso se verifique disparidades entre os montantes requeridos e a média dos valores constantes das declarações de remunerações dos 12 meses anteriores à data do requerimento, sempre que as mesmas se refiram a prestações efectivamente auferidas.

#### ARTIGO OITAVO – DECISÃO.

1 – Os requerimentos são decididos no prazo de 15 dias a contar da data em que os requerimentos se encontrem devidamente instruídos.

2 – A decisão fundamentada é notificada ao requerente e ao administrador da insolvência, ao administrador judicial provisório ou ao liquidatário, indicando-se em caso de deferimento total ou parcial, o montante a pagar, a forma de pagamento e os valores deduzidos.

3 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento do fundo de doenças profissionais, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

#### ARTIGO NONO – SITUAÇÕES TRANSNACIONAIS.

1 – Nas situações previstas no número 3 do artigo 1º, do presente capítulo, o fundo de doenças profissionais solicita à entidade competente do estado soberano em causa a informação pertinente para a decisão.

2 – O fundo de doenças profissionais presta à autoridade competente do estado soberano externo a informação que esta solicite sobre o processo a que se refere o artigo 1º, do presente capítulo.

3 – O fundo de doenças profissionais solicita ainda à autoridade competente do estado soberano externo onde corre o processo de insolvência a colaboração necessária e



exigida para garantir que os créditos pagos aos profissionais sejam considerados no processo, bem como o seu reembolso.

#### ARTIGO DÉCIMO – TROCA DE INFORMAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem dispor de intercâmbio de informações pertinentes entre as administração públicas competentes e ou instituições de garantia dos estados soberanos externos.

2 – O intercâmbio deve permitir nomeadamente à instituição de garantia competente conhecimento dos créditos em dívida dos profissionais.

3 – O intercâmbio é efectuado preferencialmente mediante plataformas dos órgãos de soberania sociais.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DÍVIDAS DA ENTIDADE EMPREGADORA.

1 – A dívida da entidade empregadora ao fundo de doenças profissionais compreende os valores líquidos das prestações e prémios de seguros pagos, acrescidos das despesas administrativas e dos juros de mora devidos e é notificada à entidade empregadora em simultâneo com o pagamento.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CERTIDÃO DE DÍVIDAS.

1 – A cobrança às entidades empregadoras tem por base certidão emitida pelo presidente do órgão de soberania social competente.

2 – A certidão deve conter:

- a) A assinatura devidamente autenticada;
- b) A data de emissão;
- c) O nome e o domicílio do devedor;
- d) A proveniência da natureza dos créditos;
- e) A indicação por extenso do seu montante, da data a partir da qual são devidos juros de mora e da importância sobre que incidem.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA.

1 – A dívida pode ser paga em prestações, mediante acordo a celebrar com o órgão de soberania social competente e em conformidade com as condições aprovadas por portaria conjunta das áreas presidenciais fiscal, social e da justiça.

#### CAPÍTULO TERCEIRO – ACTUALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES.

## ARTIGO PRIMEIRO – ACTUALIZAÇÃO ANUAL.

1 – As prestações de doenças profissionais serão anualmente actualizadas nos termos em que o forem as pensões do regime geral da segurança social dos profissionais por conta de outrem.

2 – Se os coeficientes de actualização variarem em função do montante da prestação, ao remanescente de prestações parcialmente remidas, será aplicado o coeficiente da prestação original.

## ARTIGO SEGUNDO – CAUCIONAMENTO.

1 – As entidades patronais que tenham sido condenadas ou a que se tenham obrigado por acordo homologado, sempre que não haja ou seja insuficiente o seguro de doenças profissionais, devem caucionar nos termos do diploma, a responsabilidade decorrente da actualização das pensões, salvo se tal responsabilidade se mostrar transferida para uma entidade seguradora.

## ARTIGO TERCEIRO – DEVER DE INICIATIVA.

1 – A actualização das pensões será automática e imediata caso a responsabilidade seja da competência de entidade de seguros ou dos órgãos de soberania sociais, devendo ser efectuada a correspondente comunicação ao órgão de soberania jurídico competente e competindo ao ministério público promover eventuais rectificações.

2 – Se a responsabilidade recair sobre entidades diferentes das entidades referidas no número anterior, deverá o ministério público promover oficiosamente a actualização.

## CAPÍTULO QUARTO – REGIME INSTITUCIONAL DO FUNDO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – GESTÃO E FINANCIAMENTO.

1 – A gestão do fundo de doenças profissionais compete ao supremo conselho monárquico, que o gere no âmbito da sua competência da segurança social.

2 – O financiamento do fundo de doenças profissionais é assegurado pelas contribuições e pelas quotizações arrecadados das entidades empregadoras e dos profissionais nos termos previstos nos regimes contributivos da segurança social e deliberados para cada ano pelo supremo conselho monárquico.

3 – Os saldos gerados em cada ano do fundo de doenças profissionais revertem para o orçamento da segurança social.

## ARTIGO SEGUNDO – DENOMINAÇÃO E NATUREZA.

1 – O fundo de doenças profissionais é dependente dos órgãos de soberania sociais, a quem compete satisfazer as respectivas exigências a cada momento.

2 – Os órgãos de soberania sociais estão dotados de personalidade jurídica e de capacidade judiciária face à atribuição e recuperação das verbas constantes do fundo de doenças profissionais.

## ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais tem por atribuições assegurar o pagamento das prestações que forem devidas por doenças profissionais sofridas pelos profissionais por conta de outrem, emergentes de contratos laborais ou da sua violação ou cessação, bem como dos prémios de seguros de doenças profissionais requeridos ao fundo de doenças profissionais e promover a respectiva recuperação nos casos e nos termos previstos e regulados no presente título, no REAL CÓDIGO LABORAL e em legislação complementar.

## ARTIGO QUARTO – TUTELA E SUPERINTENDÊNCIA.

1 – O fundo de doenças profissionais está sujeito a tutela e superintendência dos membros do supremo conselho monárquico.

## ARTIGO QUINTO – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

1 – O funcionamento do fundo de doenças profissionais é assegurado pelos órgãos de soberania sociais nos termos das suas competências.

## ARTIGO SEXTO – SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO.

1 – Compete ao supremo conselho monárquico no âmbito do fundo de doenças profissionais:

- a) A gestão do fundo de doenças profissionais;
- b) Elaborar até 31 de agosto o plano anual de actividades e o orçamento anual para aprovação da real chancelaria social portuguesa e para a sua homologação e inscrição no orçamento do reino de Portugal da segurança social.

## ARTIGO SÉTIMO – REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

1 – Compete à real chancelaria social portuguesa face ao fundo de doenças profissionais:

- a) Aprovar o plano de actividades e o orçamento até 30 de setembro;
- b) Aprovar o relatório de actividades e o relatório de contas e balanço anuais;
- c) Acompanhar as actividades, apresentando ao supremo conselho monárquico as propostas, as sugestões, as recomendações ou as solicitações de esclarecimento que considerar convenientes, bem como propor a adopção de medidas que julgue necessárias e exigidas à realização dos seus objectivos;
- d) Dirigir a atribuição do fundo de doenças profissionais, assegurando o desenvolvimento das suas atribuições;
- e) Emitir as directrizes de natureza interna adequadas ao bom funcionamento do fundo de doenças profissionais;
- f) Ponderar no âmbito da sua soberania o acolhimento e as formas de implementação das sugestões e recomendações formuladas ao supremo conselho monárquico;
- g) Elaborar relatórios trimestrais da actividade desenvolvida, que incluam informação sobre o volume de requerimentos apresentados, o sentido das decisões, o volume e a duração das pendências e sobre as diligências de recuperação de créditos em curso, submetendo-os à apreciação do supremo conselho monárquico;
- h) Assegurar a representação do fundo de doenças profissionais em juízo ou fora deste, bem como conferir mandato para esse efeito;
- i) Dar pareceres ao supremo conselho monárquico responsáveis sobre as matérias concernentes às atribuições do fundo de doenças profissionais;
- j) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas pelo supremo conselho monárquico, bem como praticar quaisquer actos necessários à prossecução das atribuições do fundo de doenças profissionais que não sejam da competência de outros órgãos.

#### ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS DAS MATRIZES SOCIAIS.

1 – São competências das matrizes sociais no âmbito do fundo de doenças profissionais:

- a) Receber os requerimentos dos profissionais e das entidades empregadoras relativos ao fundo de doenças profissionais;
- b) Decidir sobre a aprovação ou rejeição dos requerimentos relativos ao fundo de doenças profissionais;
- c) Assegurar o pagamento dos créditos garantidos nos termos do disposto no número 1 do artigo 1º, do capítulo segundo, do presente título;
- d) Assegurar o pagamento dos prémios de seguros de doenças profissionais nos termos do disposto no número 4 do artigo 1º, do capítulo segundo, do presente título;
- e) Promover a recuperação dos créditos em que ficar sub-rogado por via da sua satisfação aos profissionais e às entidades empregadoras,

desenvolvendo todas as diligências judiciais e extrajudiciais adequadas aos seus objectivos.

## ARTIGO NONO – COMPETÊNCIAS DOS CONTABILISTAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – São competências dos contabilistas dos órgãos de soberania sociais no âmbito do fundo de doenças profissionais:

- a) Acompanhar a gestão financeira do fundo de doenças profissionais;
- b) Emitir parecer sobre o orçamento, o relatório de contas e balanço anuais;
- c) Fiscalizar a execução da contabilidade do fundo de doenças profissionais e o cumprimento dos normativos aplicáveis, informando o supremo conselho monárquico de qualquer anomalia detectada;
- d) Solicitar à real chancelaria social portuguesa reuniões dos dois órgãos de soberania, sempre que no âmbito do fundo de doenças profissionais o considerar;
- e) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para o fundo de doenças profissionais, que seja submetido à sua apreciação pelo supremo conselho monárquico;
- f) Elaborar relatórios anuais sobre a acção fiscalizadora exercida pelos órgãos de soberania sociais;
- g) Acompanhar as operações de satisfação de créditos dos profissionais e das entidades empregadoras e respectiva recuperação desenvolvidas pelo fundo de doenças profissionais.

## ARTIGO DÉCIMO – VINCULAÇÃO.

1 – O fundo de doenças profissionais obriga-se pela assinatura do presidente dos órgãos de soberania sociais ou pelo seu representante legal nas suas ausências e impedimentos.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.

1 – A gestão económica e financeira é disciplinada pelo plano de actividades, orçamento, relatório de contas e balanços anuais.

## TÍTULO NONO – REGIME JURÍDICO DO FUNDO DE GARANTIA SALARIAL.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.



## ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTO.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social do fundo de garantia salarial no âmbito do subsistema de assistência social, centrado na protecção dos profissionais por conta de outrem face aos vencimentos, cuja entidade empregadora não as possa satisfazer.

2 – O objecto do fundo de garantia salarial centra-se na atribuição dos montantes dos vencimentos em atraso aos profissionais cujo exercício laboral possa ou não por via da situação de insolvência da entidade empregadora ser retribuído pela liquidação da massa insolvente.

## ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO NO TEMPO.

1 – Ficam sujeitos ao regime do fundo de garantia salarial, os requerimentos apresentados após a entrada em vigor do presente código.

2 – Os requerimentos apresentados ao fundo de garantia salarial e pendentes de decisão anteriores à entrada em vigor do presente código, sempre que não constituam obstáculo aos objectivos propostos, serão enquadrados de acordo com o presente código salvo se constituir atraso para a resolução do processo ou do mesmo possam ser prejudicados os profissionais, as entidades empregadoras insolventes, falidas ou em plano de recuperação de empresas ou o próprio estado.

3 – Sempre que sejam apresentados requerimentos por profissionais dependentes ao fundo de garantia salarial, o órgão de soberania social competente deverá comunicar à entidade empregadora para requerer judicialmente a insolvência da empresa no prazo de 15 dias a partir do momento da comunicação.

## ARTIGO TERCEIRO – CONFLITO.

1 – Ocorrendo fundado conflito sobre quem recai o dever de indemnizar, competirá aos órgãos de soberania sociais satisfazer as prestações devidas ao profissional, sem prejuízo de virem a ser reembolsados após decisão do órgão de soberania jurídico competente.

2 – O reembolso inclui os montantes relativos aos vencimentos e as despesas administrativas comprovadamente efectuadas, acrescidas de juros de mora à taxa legal.

## CAPÍTULO SEGUNDO – REGIME MATERIAL DO FUNDO DE GARANTIA SALARIAL.

### ARTIGO PRIMEIRO – SITUAÇÕES ABRANGIDAS.

1 – O fundo de garantia salarial assegura o pagamento aos profissionais dependentes dos créditos emergentes do contrato laboral ou da sua violação ou cessação, desde que seja:

- a) Proferida sentença da declaração de insolvência da entidade empregadora;
- b) Proferido despacho do juiz que designa o administrador judicial provisório, em caso de processo especial de revitalização;
- c) Proferido despacho de aceitação do requerimento proferido pela real chancelaria social portuguesa, no âmbito de processo extrajudicial de recuperação de empresas.

2 – Para efeitos do número anterior, o fundo de garantia salarial é notificado nos seguintes casos:

- a) No âmbito do processo especial de insolvência, o órgão de soberania jurídico competente notifica o órgão de soberania social competente da sentença de declaração de insolvência do empregador, a qual deve ser acompanhada de cópia da petição inicial e dos documentos identificados nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS;
- b) No âmbito de processo especial de revitalização o administrador judicial provisório notifica o órgão de soberania social competente do requerimento previsto no artigo 3º, do capítulo primeiro, do título segundo, do livro sexto, da parte primeira, da matéria primeira, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, com cópia dos documentos indicados nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 8º, do capítulo referido, bem como do despacho do juiz que o designa;
- c) No âmbito de processo extrajudicial de recuperação de empresas, a real chancelaria social portuguesa notifica o órgão de soberania social competente da apresentação do requerimento de utilização do sistema de recuperação de empresas por via extrajudicial nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo segundo, do título décimo sétimo, do livro sexto, do REAL CÓDIGO DO PROCESSO TRIBUTÁRIO MONÁRQUICO PORTUGUÊS, bem como do despacho de aceitação deste requerimento, da celebração e cessação do acordo e da extinção do procedimento.

3 – O fundo de garantia salarial assegura o pagamento dos créditos referidos no número 1, ao profissional que exerça ou tenha exercido habitualmente a sua actividade laboral em território português ao serviço de entidade empregadora com actividade em dois ou mais estados soberanos, ainda que seja declarada insolvente por órgãos de soberania jurídicos ou outra autoridade competente externa.

## ARTIGO SEGUNDO – CRÉDITOS ABRANGIDOS.

1 – Os créditos referidos no número 1 do artigo anterior, abrangem os créditos dos profissionais emergentes do contrato laboral ou da sua violação ou cessação.

2 – Aos créditos devidos aos profissionais referidos no número anterior, deduzem-se:

- a) Os montantes das quotizações para a segurança social, da responsabilidade dos profissionais;
- b) O montante relativo ao real imposto dependente.

3 – O fundo de garantia salarial entrega aos profissionais as importâncias referidas no número anterior.

4 – O fundo de garantia salarial assegura os créditos previstos no número 1, que se tenham vencido anteriormente à propositura da acção de insolvência ou à apresentação do requerimento no processo especial de revitalização ou do requerimento de utilização do procedimento extrajudicial de recuperação de empresas.

5 – O disposto nos números anteriores não exime as entidades empregadoras da responsabilidade pelo cumprimento das respectivas obrigações fiscais e contributivas à segurança social.

6 – O fundo de garantia salarial só assegura o pagamento dos créditos sempre que o pagamento lhe seja requerido até 92 dias a partir do dia seguinte aquele em que o incumprimento salarial se verificou.

## ARTIGO TERCEIRO – LIMITES DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS.

1 – O fundo de garantia salarial assegura o pagamento de créditos emergentes do contrato laboral referido no número 1 do artigo anterior, com o limite máximo global equivalente ao montante correspondente às remunerações não recebidas.

2 – Sempre que o profissional seja titular de créditos correspondentes a prestações diversas, o pagamento é imputado à retribuição base e diuturnidades.

## ARTIGO QUARTO – SUB-ROGAÇÃO LEGAL.

1 – O fundo de garantia salarial fica sub-rogado nos direitos e nos privilégios creditórios do profissional, na proporção dos pagamentos efectuados, acrescidos de juros de mora vincendos.

2 – Sendo os bens da massa insolvente suficientes para a garantia dos créditos dos profissionais, após a sua liquidação serão os mesmos montantes restituídos pelo administrador da massa insolvente ou pelo liquidatário ao órgão de soberania social competente.

3 – Se os bens da massa insolvente forem insuficientes para garantir o pagamento da totalidade dos créditos dos profissionais, o administrador da massa insolvente ou o

liquidatário depois de liquidados os demais credores da entidade empregadora insolvente, com o que restar restituem ao órgão de soberania social competente, pelo que nada restando nada restituem.

#### ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO.

1 – O fundo de garantia salarial efectua o pagamento dos créditos garantidos mediante requerimento do profissional, do qual constam designadamente:

- a) A identificação do requerente e sua residência;
- b) A identificação da entidade empregadora e sua residência;
- c) A discriminação dos créditos objecto da solicitação.

2 – O requerimento é instruído consoante as situações, com os seguintes documentos:

- a) Declaração ou cópia autenticada do documento comprovativos dos créditos reclamados pelo profissional, emitida pelo administrador da insolvência, pelo administrador judicial provisório ou pelo liquidatário;
- b) Declaração comprovativa da natureza e do montante dos créditos em dívida declarados no requerimento pelo profissional e sempre que o mesmo não seja parte constituída emitida pela entidade empregadora;
- c) Declaração de igual teor, emitida pelo órgão de soberania social competente, sempre que não seja possível obtenção dos documentos previstos nas alíneas anteriores.

3 – O requerimento é certificado pelo administrador da insolvência, pelo administrador judicial provisório, pelo empregador ou pelo órgão de soberania social competente, consoante o caso, sendo a certificação efectuada:

- a) Mediante a aposição de assinatura electrónica; ou
- b) Mediante assinatura manuscrita no verso do documento.

4 – O requerimento é apresentado em qualquer órgão de soberania social ou no sítio da internet do órgão de soberania social competente da área de localização da entidade empregadora, mediante modelo aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, social, fiscal e da justiça.

#### ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA SALARIAL DE COMPENSAÇÃO LABORAL.

1 – Após recepção do requerimento referido no artigo anterior, verificando-se que neste se encontram discriminados créditos emergentes de compensação devida por cessação do contrato laboral, o órgão de soberania social competente apura com os dados disponíveis que se encontrem em seu poder, os montantes pagos ao profissional ou existentes para esse efeito.

2 – O apuramento da informação referido no número anterior, é efectuado de acordo com os dados solicitados ao órgão de soberania fiscal competente para confrontação dos dados e apuramento dos mesmos montantes.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, o órgão de soberania fiscal presta ao órgão de soberania social as informações solicitadas sobre o contribuinte no prazo máximo de 3 dias a contar da data da solicitação.

#### ARTIGO SÉTIMO – SITUAÇÕES ABUSIVAS.

1 – O fundo de garantia salarial pode recusar o pagamento de créditos garantidos caso se verifique a existência de uma situação de abuso, nomeadamente por conluio ou simulação ou reduzir o valor dos mesmos caso se verifique disparidades entre os montantes requeridos e a média dos valores constantes das declarações de remunerações dos 12 meses anteriores à data do requerimento, sempre que as mesmas se refiram a remunerações efectivamente auferidas.

#### ARTIGO OITAVO – DECISÃO.

1 – O requerimento é decidido no prazo de 15 dias a contar da data em que o requerimento se encontre devidamente instruído.

2 – A decisão fundamentada é notificada ao requerente e ao administrador da insolvência, ao administrador judicial provisório ou ao liquidatário, indicando-se em caso de deferimento total ou parcial, o montante a pagar, a forma de pagamento e os valores deduzidos.

3 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento do fundo de garantia salarial, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

#### ARTIGO NONO – SITUAÇÕES TRANSNACIONAIS.

1 – Nas situações previstas no número 3 do artigo 1º, do presente capítulo, o fundo de garantia salarial solicita à entidade competente do estado soberano em causa a informação pertinente para a decisão.

2 – O fundo de garantia salarial presta à autoridade competente do estado soberano externo a informação que esta solicite sobre o processo a que se refere o artigo 1º, do presente capítulo.

3 – O fundo de garantia salarial solicita ainda à autoridade competente do estado soberano externo onde corre o processo de insolvência a colaboração necessária e exigida para garantir que os créditos pagos aos profissionais sejam considerados no processo, bem como o seu reembolso.



## ARTIGO DÉCIMO – TROCA DE INFORMAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem dispor de intercâmbio de informações pertinentes entre as administração públicas competentes e ou instituições de garantia dos estados soberanos externos.

2 – O intercâmbio deve permitir nomeadamente à instituição de garantia competente conhecimento dos créditos em dívida dos profissionais.

3 – O intercâmbio é efectuado preferencialmente mediante plataformas dos órgãos de soberania sociais.

## ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DÍVIDAS DA ENTIDADE EMPREGADORA.

1 – A dívida da entidade empregadora ao fundo de garantia salarial compreende os valores líquidos dos créditos laborais pagos, acrescidos das despesas administrativas e dos juros de mora devidos e é notificada à entidade empregadora em simultâneo com o pagamento.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CERTIDÃO DE DÍVIDAS.

1 – A cobrança às entidades empregadoras tem por base certidão emitida pelo presidente do órgão de soberania social competente.

2 – A certidão deve conter:

- a) A assinatura devidamente autenticada;
- b) A data de emissão;
- c) O nome e o domicílio do devedor;
- d) A proveniência da natureza dos créditos;
- e) A indicação por extenso do seu montante, da data a partir da qual são devidos juros de mora e da importância sobre que incidem.

## ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA.

1 – A dívida pode ser paga em prestações, mediante acordo a celebrar com o órgão de soberania social competente e em conformidade com as condições aprovadas por portaria conjunta das áreas presidenciais fiscal, social e da justiça.

## CAPÍTULO TERCEIRO – REGIME INSTITUCIONAL DO FUNDO DE GARANTIA SALARIAL.

## ARTIGO PRIMEIRO – GESTÃO E FINANCIAMENTO.

1 – A gestão do fundo de garantia salarial compete ao supremo conselho monárquico, que o gere no âmbito da sua competência da segurança social.

2 – O financiamento do fundo de garantia salarial é assegurado pelas contribuições e pelas quotizações arrecadados das entidades empregadoras e dos profissionais nos termos previstos nos regimes contributivos da segurança social e deliberados para cada ano pelo supremo conselho monárquico.

3 – Os saldos gerados em cada ano do fundo de garantia salarial revertem para o orçamento da segurança social.

## ARTIGO SEGUNDO – DENOMINAÇÃO E NATUREZA.

1 – O fundo de garantia salarial é dependente dos órgãos de soberania sociais, a quem compete satisfazer as respectivas exigências a cada momento.

2 – Os órgãos de soberania sociais estão dotados de personalidade jurídica e de capacidade judiciária face à atribuição e recuperação das verbas constantes do fundo de garantia salarial.

## ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais tem por atribuições assegurar o pagamento dos créditos emergentes de contratos laborais ou da sua violação ou cessação e promover a respectiva recuperação nos casos e nos termos previstos e regulados no presente título, no REAL CÓDIGO LABORAL e em legislação complementar.

## ARTIGO QUARTO – TUTELA E SUPERINTENDÊNCIA.

1 – O fundo de garantia salarial está sujeito a tutela e superintendência dos membros do supremo conselho monárquico.

## ARTIGO QUINTO – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

1 – O funcionamento do fundo de garantia salarial é assegurado pelos órgãos de soberania sociais nos termos das suas competências.

## ARTIGO SEXTO – SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO.

1 – Compete ao supremo conselho monárquico no âmbito do fundo de garantia salarial:

- a) A gestão do fundo de garantia salarial;
- b) Elaborar até 31 de agosto o plano anual de actividades e o orçamento anual para aprovação da real chancelaria social portuguesa e para a sua

homologação e inscrição no orçamento do reino de Portugal da segurança social.

#### ARTIGO SÉTIMO – REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA.

1 – Compete à real chancelaria social portuguesa face ao fundo de garantia salarial:

- a) Aprovar o plano de actividades e o orçamento até 30 de setembro;
- b) Aprovar o relatório de actividades e o relatório de contas e balanço anuais;
- c) Acompanhar as actividades, apresentando ao supremo conselho monárquico as propostas, as sugestões, as recomendações ou as solicitações de esclarecimento que considerar convenientes, bem como propor a adopção de medidas que julgue necessárias e exigidas à realização dos seus objectivos;
- d) Dirigir a atribuição do fundo de garantia salarial, assegurando o desenvolvimento das suas atribuições;
- e) Emitir as directrizes de natureza interna adequadas ao bom funcionamento do fundo de garantia salarial;
- f) Ponderar no âmbito da sua soberania o acolhimento e as formas de implementação das sugestões e recomendações formuladas ao supremo conselho monárquico;
- g) Elaborar relatórios trimestrais da actividade desenvolvida, que incluam informação sobre o volume de requerimentos apresentados, o sentido das decisões, o volume e a duração das pendências e sobre as diligências de recuperação de créditos em curso, submetendo-os à apreciação do supremo conselho monárquico;
- h) Assegurar a representação do fundo de garantia salarial em juízo ou fora deste, bem como conferir mandato para esse efeito;
- i) Dar pareceres ao supremo conselho monárquico responsáveis sobre as matérias concernentes às atribuições do fundo de garantia salarial;
- j) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas pelo supremo conselho monárquico, bem como praticar quaisquer actos necessários à prossecução das atribuições do fundo de garantia salarial que não sejam da competência de outros órgãos.

#### ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS DAS MATRIZES SOCIAIS.

1 – São competências das matrizes sociais no âmbito do fundo de garantia salarial:

- a) Receber os requerimentos dos profissionais relativos ao fundo de garantia salarial;
- b) Decidir sobre a aprovação ou rejeição dos requerimentos relativos ao fundo de garantia salarial;

- c) Assegurar o pagamento dos créditos garantidos nos termos do disposto no número 1 do artigo 1º, do capítulo anterior;
- d) Promover a recuperação dos créditos em que ficar sub-rogado por via da sua satisfação aos profissionais, desenvolvendo todas as diligências judiciais e extrajudiciais adequadas aos seus objectivos.

#### ARTIGO NONO – COMPETÊNCIAS DOS CONTABILISTAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS.

1 – São competências dos contabilistas dos órgãos de soberania sociais no âmbito do fundo de garantia salarial:

- a) Acompanhar a gestão financeira do fundo de garantia salarial;
- b) Emitir parecer sobre o orçamento, o relatório de contas e balanço anuais;
- c) Fiscalizar a execução da contabilidade do fundo de garantia salarial e o cumprimento dos normativos aplicáveis, informando o supremo conselho monárquico de qualquer anomalia detectada;
- d) Solicitar à real chancelaria social portuguesa reuniões dos dois órgãos de soberania, sempre que no âmbito do fundo de garantia salarial o considerar;
- e) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para o fundo de garantia salarial, que seja submetido a sua apreciação pelo supremo conselho monárquico;
- f) Elaborar relatórios anuais sobre a acção fiscalizadora exercida pelos órgãos de soberania sociais;
- g) Acompanhar as operações de satisfação de créditos dos profissionais e respectiva recuperação desenvolvidas pelo fundo de garantia salarial.

#### ARTIGO DÉCIMO – VINCULAÇÃO.

1 – O fundo de garantia salarial obriga-se pela assinatura do presidente dos órgãos de soberania sociais ou pelo seu representante legal nas suas ausências e impedimentos.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.

1 – A gestão económica e financeira é disciplinada pelo plano de actividades, orçamento, relatório de contas e balanços anuais.

#### TÍTULO DÉCIMO – REGIME JURÍDICO DA INVALIDEZ NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL E DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

## CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social na invalidez no âmbito do subsistema previdencial e do subsistema de riscos sociais.

2 – A protecção na eventualidade de invalidez realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar a perda de remuneração presumida em consequência de incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral, com excepção de resultar de acidente laboral ou de doença profissional.

### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – O presente título abrange os cidadãos em situação de incapacidade permanente absoluta física, psicológica ou sensorial que constitua obstáculo para todo e qualquer exercício laboral derivado de doença.

### ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção na eventualidade de invalidez regulada no presente título, é assegurada mediante a atribuição de prestação pecuniária mensal denominada pensão de invalidez, atribuível:

- a) Aos beneficiários do regime geral dos profissionais por conta de outrem;
- b) Aos beneficiários do regime dos profissionais independentes;
- c) Aos beneficiários não abrangidos por regimes contributivos de protecção social.

## CAPÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO, AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE.

### ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DA INCAPACIDADE.

1 – A determinação da incapacidade é efectuada de acordo com a tabela nacional de incapacidades por acidentes laborais e doenças profissionais, elaborada e actualizada por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

### ARTIGO SEGUNDO – AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DA INCAPACIDADE.



1 – O grau de incapacidade resultante de doença, define-se em todos os casos por coeficientes expressos em percentagens e determinados em função da natureza e da gravidade da lesão, do estado geral do profissional, da sua idade e profissão, bem como da maior ou menor capacidade funcional residual para o exercício de outra profissão compatível e das demais circunstâncias que possam influir na sua capacidade de exercício ou de ganho.

2 – O grau de incapacidade é expresso pela unidade, sempre que se verifique disfunção total com incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral.

3 – O coeficiente de incapacidade é fixado por aplicação das normas definidas na tabela nacional de incapacidades por acidentes laborais e doenças profissionais, em vigor à data do acidente.

### **ARTIGO TERCEIRO – CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE PARA TODO E QUALQUER EXERCÍCIO LABORAL.**

1 – A certificação de incapacidade para todo e qualquer exercício laboral é efectuada pelas entidades da saúde, mediante documento emitido pelos respectivos médicos.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, são consideradas entidades da saúde designadamente os centros de saúde e hospitais, com excepção dos serviços de urgência.

3 – Em caso algum um médico de uma entidade empregadora, pública ou privada, bem como que preste serviços numa embarcação para assistência da tripulação e dos próprios passageiros, pode emitir certificado de incapacidade aos profissionais da própria entidade empregadora ou aos profissionais ou passageiros da própria embarcação.

4 – Nas situações de internamento, a certificação de incapacidade permanente absoluta, pode igualmente ser efectuada por estabelecimento particular de saúde com autorização legal de funcionamento concedida pelo real instituto da saúde português.

### **CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA E DOS MONTANTES DA PENSÃO DE INVALIDEZ.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA.**

1 – O prazo para a atribuição da pensão de invalidez prevista no presente título aos beneficiários previstos nas alíneas do número 1 do artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título, é até à passagem para a idade da aposentação, sem registo de remunerações.

## ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – A pensão de invalidez é calculada com base em toda a carreira contributiva do beneficiário para a segurança social sobre o número de meses de contribuições, deduzidas as prestações sociais atribuídas em todo esse período pelo regime da segurança social ao próprio beneficiário.

2 – Ao montante apurado nos termos do número anterior, é repartido uma parte de 33,39% para o investimento do sistema da educação na educação dos beneficiários e os 66,61% do remanescente determina o cálculo mensal da pensão de invalidez.

3 – As pensões de invalidez que não alcancem o valor mínimo previsto no artigo seguinte, correspondentes às suas carreiras contributivas, são acrescidas de complemento social previsto na alínea c) do número 1 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título quarto, do livro décimo terceiro, da parte primeira, da presente matéria, do presente código, equivalente ao montante em défice.

## ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MÍNIMOS LEGAIS DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – A fixação dos mínimos legais das pensões de invalidez convergirá para o valor da remuneração mínima mensal garantida a todos os profissionais no activo que usufruam o salário mínimo, deduzida da quotização correspondente à taxa contributiva do regime geral dos profissionais por conta de outrem, sendo de 117 contos.

## CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – A pensão de invalidez é devida a partir da data a que se reporta a certificação da respectiva situação, não podendo ser anterior à data do requerimento ou da participação obrigatória, salvo se comprovadamente se confirmar que a incapacidade permanente absoluta se reporta a data anterior.

2 – A pensão de invalidez é devida a partir do mês seguinte ao do requerimento nos seguintes casos:

- a) Na impossibilidade de a certificação médica reportar a incapacidade a essa data, caso em que a mesma se considera presumida;
- b) Se o beneficiário não instruiu o processo com o respectivo requerimento para avaliação da incapacidade permanente absoluta, no prazo de 1 ano, a contar da data da comunicação da entidade de saúde competente que a determinou, para esse mesmo efeito.

3 – No caso da alínea a) do número anterior, a incapacidade é considerada a partir da data da participação obrigatória, se anterior ao requerimento.

4 – A pensão de invalidez sequencial à incapacidade temporária sem prestação laboral, é devida a partir do primeiro dia em relação ao qual a mesma é certificada, não podendo contudo ser anterior ao primeiro dia da incapacidade temporária.

## ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO.

1 – O pagamento da pensão de invalidez é suspenso nas seguintes situações:

- a) Nos casos em que sem autorização médica expressa o beneficiário se ausente da sua residência;
- b) Em caso de falta a exame médico para que o beneficiário tenha sido convocado nos termos da lei;
- c) Sempre que for declarada a não subsistência da incapacidade temporária absoluta para o exercício laboral pela matriz social, pelo membro do órgão de soberania jurídico e pelo presidente da área presidencial da saúde nos termos do procedimento de verificação de incapacidade previsto no disposto no artigo 10º, do capítulo oitavo, do presente título.

## ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – O direito à pensão de invalidez cessa sempre que for alcançado o termo do período constante do certificado de incapacidade permanente para o exercício laboral ou durante o referido período, desde que:

- a) Tenha sido declarado pelas entidades de saúde o término da incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral;
- b) O beneficiário tenha retomado o exercício da actividade profissional por se considerar apto;
- c) O beneficiário tenha exercido actividade profissional, independentemente de prova de não existência de remunerações.

2 – O direito à pensão de invalidez cessa ainda sempre que:

- a) O beneficiário não apresentar justificação atendível da ausência da residência, sem autorização médica expressa ou sem ser para cumprir as obrigações decorrentes da patologia;
- b) O beneficiário não apresentar justificação atendível para a falta a exame ou a diagnóstico médico para o qual tenha sido convocado;
- c) Tiver sido declarada a não subsistência da incapacidade temporária absoluta para o exercício laboral pelo médico da reavaliação;
- d) A pensão de invalidez tendo sido atribuída ao beneficiário no âmbito do subsistema de riscos sociais este deixe de residir em espaço territorial português.

3 – O prazo para apresentação da justificação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, é de 3 dias, após a data da recepção da comunicação da suspensão do

pagamento da pensão de invalidez ou da data marcada para o exame médico, respectivamente.

## CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

### ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO DE INVALIDEZ COM OUTRAS PRESTAÇÕES.

1 – A pensão de invalidez não é acumulável com a pensão por incapacidade permanente absoluta no âmbito da protecção dos regimes jurídicos de acidentes laborais e de doenças profissionais, bem como com a pensão de aposentação no âmbito do regime jurídico da aposentação, sem prejuízo das normas de acumulação próprias destes regimes de protecção.

### ARTIGO SEGUNDO – INACUMULABILIDADE COM RENDIMENTOS LABORAIS.

1 – Não é acumulável a pensão de invalidez com rendimentos laborais auferidos pelo seu titular no mesmo período de tempo.

### ARTIGO TERCEIRO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos da pensão de invalidez são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

## CAPÍTULO SEXTO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – Constituem deveres dos beneficiários abrangidos pela pensão de invalidez:

- a) Comparecer aos exames e diagnósticos médicos para que forem convocados nos termos do presente título e no âmbito da legislação que regula o sistema de verificação das incapacidades, aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça, nomeadamente sempre que forem convocados pela entidade empregadora;
- b) Não se ausentar do seu domicílio durante o período da incapacidade fixado, nomeadamente aos fins-de-semana, salvo em casos de

tratamento ou de autorização médica expressa, bem como sempre que se desloquem à matriz social competente.

2 – Os beneficiários devem ainda comunicar à matriz social competente da sua área de residência:

- a) A titularidade de pensões ou de outras prestações compensatórias da perda de remuneração laboral, respectivos montantes e respectivas actualizações, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- b) A identificação de eventuais responsáveis e o montante da indemnização recebida em caso de haver acordo, sempre que a incapacidade resulte de acidente laboral ou doença profissional, pelo qual seja devida indemnização;
- c) O exercício de actividade profissional, independentemente de prova de inexistência de remunerações;
- d) A mudança de residência ou de conta bancária;
- e) O óbito do beneficiário;
- f) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

3 – São ainda deveres dos beneficiários da pensão de invalidez apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

## ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 5 dias a contar da data do início da situação de incapacidade permanente absoluta ou da ocorrência do facto, no caso de este se verificar subsequentemente.

## ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida da pensão de invalidez ou outros factos relativos aos deveres dos beneficiários, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.



## CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

### ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – A gestão e a organização dos processos da pensão de invalidez regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

2 – As entidades da saúde no âmbito das respectivas funções colaboram com os órgãos de soberania sociais no desenvolvimento das competências previstas no número anterior.

### ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção da pensão de invalidez, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com as entidades da saúde nas seguintes situações:

- a) Se se verificar alguma irregularidade formal do certificado de incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral;
- b) Se o médico constatar que a evolução clínica do beneficiário determina a não subsistência da incapacidade temporária absoluta antes do termo do período fixado no certificado, para efeitos da aplicação da alínea a) do número 1 do artigo 3º, do capítulo quarto, do presente título.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, notarial, fiscal e social.

### ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – Nos termos do presente título e tendo presente a celeridade da comparticipação das despesas medicamentosas e de saúde dos beneficiários da pensão de invalidez especiais e portadores de doença crónica, compete às entidades farmacêuticas e da saúde transmitir até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, o resumo das facturas inerentes a cada beneficiário à matriz social competente da área de localização da entidade farmacêutica ou da saúde, preferencialmente por correio electrónico.

2 – Nos termos do número anterior, é competência das entidades farmacêuticas e da saúde proceder ao mais ínfimo rigor face às despesas medicamentosas ou de saúde de

cada um beneficiário em ficha própria de onde conste apenas e só os medicamentos ou tratamentos aos mesmos relativos.

#### ARTIGO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais estão obrigadas a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos órgãos de soberania notariais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, a listagem de todos os registos civis de nascimentos, bem como de todos os cidadãos que faleceram no mês anterior, na sua área de circunscrição geográfica municipal.

#### ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA.

1 – O médico participa à matriz social competente da área de localização da entidade empregadora, todos os casos clínicos em que seja de presumir incapacidade permanente absoluta.

2 – O diagnóstico presuntivo de incapacidade permanente absoluta pela matriz social a que se refere o número 3 do artigo 1º, do capítulo seguinte e o eventual reconhecimento de incapacidade temporária absoluta, não dispensam os médicos dos respectivos serviços de saúde da participação obrigatória prevista no presente artigo.

3 – A participação deve ser remetida no prazo de 7 dias, a contar da data do diagnóstico ou de presunção de existência de incapacidade permanente absoluta.

4 – O modelo de participação referido no presente artigo, é aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana e social.

#### ARTIGO SEXTO – REQUERIMENTO.

1 – A atribuição da pensão de invalidez prevista no presente título, depende da apresentação do requerimento, em formulário de modelo próprio aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde e social, junto da matriz social competente da área de residência do beneficiário ou no sítio da internet do mesmo órgão de soberania social.

2 – O requerimento deve ser apresentado no prazo de 183 dias a contar da data da ocorrência do facto determinante da protecção.

3 – A entrega de requerimento fora do prazo previsto no número anterior, nos casos em que a mesma seja efectuada durante o período legal da concessão da pensão de invalidez, determina a redução no período de concessão pelo período de tempo respeitante ao atraso verificado.

4 – O requerimento é subscrito pelos titulares do direito ou em seu nome, pelo cônjuge, pais, filhos ou pelos representantes legais, sempre que maiores de idade.

## ARTIGO SÉTIMO – PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – O processo de atribuição da pensão de invalidez deve ser instruído para além do requerimento com os seguintes documentos:

- a) Informação clínica emitida pelo médico ou médicos especializados na patologia, comprovando a doença que origina a incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício de actividade laboral;
- b) Deliberação dos serviços competentes de verificação de incapacidades permanentes, de que o requerente se encontra em situação de incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer exercício laboral ou com incapacidade de locomoção.

## ARTIGO OITAVO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos à pensão de invalidez se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

## CAPÍTULO OITAVO – CERTIFICAÇÃO DE INCAPACIDADE.

### ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS DA CERTIFICAÇÃO DAS INCAPACIDADES.

1 – A certificação das incapacidades abrange o diagnóstico da doença, a sua caracterização como doença e a graduação da incapacidade.

2 – A caracterização da doença e graduação da incapacidade permanente pode ser revista pelo serviço competente da entidade da saúde competente pelo processo, oficiosamente ou a requerimento do beneficiário, independentemente da entidade que a tenha fixado.

3 – A certificação e a revisão das incapacidades é da exclusiva responsabilidade do serviço da entidade da saúde competente pelo processo, sem prejuízo do diagnóstico presuntivo pelos médicos de entidade da saúde apresentados pelo beneficiário, para confrontação das mesmas incapacidades.

### ARTIGO SEGUNDO – MEIOS DE CERTIFICAÇÃO.

1 – O reconhecimento e a duração da incapacidade permanente absoluta são fundamentados em exame clínico do beneficiário, sendo os respectivos elementos de informação anotados e arquivados no competente processo clínico.

2 – A certificação da incapacidade permanente absoluta é efectuada mediante atestado médico, em impresso de modelo próprio, designado por certificado de incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral por estado de invalidez, o qual é identificado pela aposição das vinhetas do médico e da entidade da saúde.

3 – O modelo do impresso referido no número anterior, é aprovado por portaria das áreas presidenciais da saúde, humana, social e jurídica.

#### ARTIGO TERCEIRO – LIMITES DA CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE ABSOLUTA.

1 – A certificação da incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral está subordinada a limites temporais de 183 dias e 1 ano, consoante se trate de período inicial ou de prorrogação, salvo o disposto em lei especial.

2 – Os períodos de incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral que se encontrem certificados não são interrompidos ainda que durante esses períodos, não seja reconhecido o direito à pensão de invalidez.

#### ARTIGO QUARTO – REMESSA DO CERTIFICADO DE INCAPACIDADE PERMANENTE ABSOLUTA.

1 – Os documentos médicos da certificação de incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral por doença referidos no artigo 3º, do capítulo segundo, do presente título, são remetidos pelos beneficiários à matriz social competente da área de residência do beneficiário, no prazo de 5 dias, a contar da data da respectiva emissão, enquanto não for concretizada a transmissão electrónica de dados respeitantes àquela certificação.

2 – Nas situações em que o certificado de incapacidade não seja recebido na matriz social competente no prazo referido no número anterior, a pensão de invalidez é devida a partir da data em que seja recebido aquele certificado, salvo justificação atendível devidamente fundamentada.

#### ARTIGO QUINTO – PROVA DA INCAPACIDADE PERMANENTE ABSOLUTA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS.

1 – Nas situações em que a doença ocorra a bordo de embarcação, com ou sem médico a bordo, a certificação da incapacidade permanente absoluta é sempre efectuada com intervenção médica, ainda que não presencial, competindo à entidade empregadora a responsabilidade pela remessa do documento médico à matriz social competente da área de residência do beneficiário.

2 – Fora do espaço territorial português, os documentos que certifiquem as situações de incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral, são emitidos pelos médicos dos beneficiários no estado soberano externo respectivo e autenticados

pelos serviços da competente embaixada do império português, sem prejuízo do disposto em instrumento internacional a que Portugal se encontre vinculado.

#### ARTIGO SEXTO – CONFIRMAÇÃO DA SUBSISTÊNCIA DA INCAPACIDADE.

1 – A incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral determinante do direito à pensão de invalidez, pode ser objecto de confirmação oficiosa da sua subsistência, mediante intervenção da matriz social competente da área de residência do beneficiário, na verificação de incapacidades nos termos constantes da portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

2 – A reavaliação das situações objecto das deliberações das matrizes sociais de verificação de incapacidades, que determinaram a não subsistência de incapacidade permanente absoluta para o exercício laboral, é regulada nos termos do presente título e da portaria que define o sistema de verificação de incapacidades.

#### ARTIGO SÉTIMO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE.

1 – Nas situações de incapacidade temporária para todo e qualquer exercício laboral que alcance 365 dias, as matrizes sociais promovem officiosamente a verificação da eventual incapacidade permanente do beneficiário, desde que à data se encontre preenchido o prazo de garantia legalmente estabelecido para a atribuição da pensão de invalidez.

#### ARTIGO OITAVO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE POR INICIATIVA DA ENTIDADE EMPREGADORA.

1 – As iniciativas das entidades empregadoras para requererem a verificação das incapacidades temporárias ou permanentes dos respectivos profissionais são requeridas à matriz social competente da área de residência do beneficiário e instruídos pela própria matriz social.

#### ARTIGO NONO – PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE.

1 – As matrizes sociais nos termos do disposto nos artigos 7º e 8º, do presente capítulo, notificam o beneficiário e a entidade empregadora para no prazo de 30 dias, apresentarem cada um a correspondente avaliação clínica da incapacidade e convocam um membro do órgão de soberania jurídico e da área presidencial da saúde competentes da área de residência do beneficiário, para com as avaliações clínicas firmar as decisões exigidas ao esclarecimento da situação de incapacidade em análise.



2 – Nos termos do número anterior, sempre que suscitadas dúvidas face à situação de incapacidade ou sempre que existam disparidades graves entre as duas avaliações clínicas, é da competência da matriz social competente pelo processo, marcar reavaliação da incapacidade no hospital militar competente da área de residência do beneficiário, com base nas duas avaliações clínicas anteriores.

3 – Após o diagnóstico da reavaliação da situação de incapacidade compete à matriz social, ao membro do órgão de soberania jurídico e ao presidente da área presidencial da saúde competentes da área de residência do beneficiário, firmar a decisão final face à situação de incapacidade permanente e sempre que total para o exercício de toda e qualquer actividade laboral à sua passagem para a situação de invalidez ou sobre a cessação da incapacidade temporária e do reiniciar o exercício laboral pelo beneficiário.

## **CAPÍTULO NONO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.**

1 – A atribuição da pensão de invalidez é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania sociais.

2 – Compete aos órgãos de soberania sociais da área de localização da residência dos beneficiários, a organização dos processos de atribuição da pensão de invalidez e o respectivo processamento e pagamento.

### **ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.**

1 – Os órgãos de soberania sociais deveram notificar os requerentes da atribuição da pensão de invalidez, do montante e da data a que o início se reporta.

### **ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.**

1 – Sempre que na apreciação do processo se verifiquem não estar reunidas as condições para a atribuição da pensão de invalidez, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;
- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente para efeitos do disposto nos artigos 6º e 7º, do capítulo sétimo, do presente título, não permitam a verificação das condições de atribuição da pensão de invalidez, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

#### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – A pensão de invalidez prevista no presente título, é paga aos beneficiários ou aos seus representantes legais.

2 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento da pensão de invalidez, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

#### ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – O pagamento da pensão de invalidez aos profissionais independentes, depende de se encontrar regularizada a sua situação contributiva até ao momento da verificação da incapacidade.

2 – A não verificação do disposto no número anterior, determina a suspensão do pagamento da pensão de invalidez.

3 – O beneficiário readquire o direito ao pagamento das prestações suspensas desde que regularize a sua situação contributiva nos 92 dias subsequentes ao dia em que tenha ocorrido a suspensão.

4 – Se a situação contributiva não for regularizada no prazo previsto no número anterior, o beneficiário perde o direito ao pagamento das prestações suspensas.

5 – No caso de a regularização da situação contributiva, se verificar posteriormente ao decurso do prazo referido no número 3, o beneficiário retoma o direito às prestações a que houver origem, a partir do dia subsequente àquele em que ocorra a regularização.

#### ARTIGO SEXTO – PAGAMENTO DA PENSÃO DE INVALIDEZ.

1 – A pensão de invalidez é paga mensalmente, por referência a doze meses, correspondentes aos meses do ano.

2 – A pensão de invalidez é paga aos respectivos titulares ou aos seus representantes legais, salvo o disposto no número seguinte.

3 – A pensão de invalidez poderá ser paga aos cidadãos ou entidades que prestem assistência aos titulares do direito, desde que consideradas idóneas pela matriz social competente do processo, nas seguintes condições:

- a) Sempre que os titulares do direito à pensão de invalidez sejam cidadãos especiais e se encontrem a aguardar a nomeação do representante legal;
- b) Sempre que os titulares do direito à pensão de invalidez se encontrem impossibilitados de modo temporário ou permanente de receber a prestação por motivo de doença ou se encontrem internados em entidades de apoio social ou equiparadas.

#### ARTIGO SÉTIMO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito à pensão de invalidez vencidas é de 1 ano, findo o qual reverterem a favor dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocadas a pagamento com conhecimento da pessoa a quem a pensão de invalidez é paga.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

#### CAPÍTULO DÉCIMO – SUBSÍDIO UNIFICADO.

##### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO.

1 – O presente capítulo define e regulamenta o regime jurídico de unificação da atribuição da pensão de invalidez no âmbito do subsistema previdencial e do subsistema de riscos sociais e do complemento social no âmbito do subsistema de valorização social nos termos do disposto no capítulo décimo segundo, do presente livro.

##### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – O regime do subsídio unificado abrange os beneficiários dos regimes contributivos da segurança social e os cidadãos que preencham os requisitos legais que confirmam o direito à pensão de invalidez e ao complemento social no âmbito do subsistema de riscos sociais e é obrigatório.

2 – Ficam excluídos do regime do subsídio unificado os cidadãos a quem não seja reconhecido o direito à pensão de invalidez ou ao complemento social, por a concessão desta ou deste ser da competência exclusiva de regime de segurança social de estado soberano externo, por força da aplicação de instrumento internacional.

##### ARTIGO TERCEIRO – CÁLCULO DO SUBSÍDIO UNIFICADO.

1 – O valor do subsídio unificado obtém-se por as normas de cálculo da pensão de invalidez, adicionadas sempre que o seu valor for inferior ao mínimo legal das pensões de invalidez do complemento social referido no título décimo segundo, do presente livro, equivalente ao montante em défice.

#### ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO UNIFICADO.

1 – É da competência do órgão de soberania social competente da área de residência do beneficiário a atribuição do subsídio unificado.

2 – Sempre que o beneficiário mudar de residência no espaço territorial português o órgão de soberania social competente da área de residência anterior, remete o processo ao órgão de soberania social da nova área de residência do beneficiário.

3 – Sempre que o cidadão seja beneficiário do subsídio unificado no âmbito do subsistema previsional e mudar de residência para estado soberano externo, mantém a competência da atribuição do subsídio unificado, o órgão de soberania social competente da última residência do beneficiário em espaço territorial português.

4 – Sempre que o cidadão seja beneficiário do subsídio unificado no âmbito do subsistema de riscos sociais e mudar de residência para estado soberano externo, perde o direito à prestação social.

#### ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS EXTERNAS.

1 – Sempre que o requerente da pensão de invalidez possua direito a pensão de invalidez ou pensões com carácter análogo de estado soberano externo, as mesmas serão consideradas na sua totalidade para o cálculo do subsídio unificado.

#### ARTIGO SEXTO – INÍCIO DO SUBSÍDIO UNIFICADO.

1 – O subsídio unificado é devido no imediato momento da atribuição da pensão de invalidez e do complemento social sempre que devido nos termos da lei.

#### CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, fiscal, social e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

## ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

## ARTIGO TERCEIRO – MODELOS OFICIAIS E APÓLICES UNIFORMES.

1 – A entrada em vigor do presente código, não prejudica a validade de modelos de declarações, participações e mapas anteriormente existentes.

## ARTIGO QUARTO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS.

1 – As participações, os boletins de exame e alta e outros formulários referidos no presente título, que possam ser impressos por meios informáticos, obedecem aos modelos aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

2 – O não cumprimento do disposto no número anterior, equivale a falta de tais documentos, podendo ainda o órgão de soberania jurídico de cariz humano ordenar a sua substituição.

3 – Os centros de saúde remetem à matriz social competente da sua área de localização, os certificados de incapacidade permanente absoluta, por via electrónica nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO QUINTO – PRAZO DE CADUCIDADE.

1 – O direito de acção respeitante à pensão de invalidez fixada no presente título, caduca no prazo de 183 dias a contar da data da alta clínica formalmente comunicada ao portador de incapacidade.

## ARTIGO SEXTO – CONTAGEM DE PRAZOS.

1 – Os prazos fixados para normas relativas à pensão de invalidez, contam-se nos termos previstos no processo civil.

## ARTIGO SÉTIMO – CARTÃO DE PENSIONISTA.



1 – O modelo do cartão para uso dos pensionistas nas matrizes sociais é aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

#### ARTIGO OITAVO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores da pensão de invalidez anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários da pensão de invalidez os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem a pensão de invalidez era paga ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito à pensão de invalidez, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por invalidez anteriores à entrada em vigor do presente código, serão adaptados à nova realidade processual pelos órgãos de soberania sociais e pelas entidades da saúde envolvidas nos mesmos processos.

#### ARTIGO NONO – DOENÇAS CRÓNICAS.

1 – As áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça determinam por portaria conjunta as patologias susceptíveis de serem abrangidas pelo regime de protecção na invalidez, bem como procedem à sua avaliação e reavaliação anualmente.

#### ARTIGO DÉCIMO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se o código do regime da segurança social e o código dos regimes contributivos da segurança social nos termos do disposto nos livros décimo terceiro e décimo quarto, da parte primeira, da presente matéria, do presente código.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime estabelecido no presente título, aplica-se às prestações e processos requeridos anteriormente à entrada em vigor do presente código e que se mantenham após a sua vigência, sem efeitos retroactivos.

## TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – REGIME JURÍDICO DA APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO E DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social na aposentação no âmbito do subsistema da aposentação e do subsistema de riscos sociais.

2 – A protecção na eventualidade de aposentação realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar a perda de remuneração presumida em consequência de passagem da idade activa para a condição de aposentação.

#### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – Têm direito à pensão de aposentação todos os cidadãos portugueses e todos os cidadãos externos que tenham contribuído para regimes de protecção social, que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Encontrarem-se abrangidos por qualquer regime contributivo de protecção social de inscrição obrigatória;
- b) Poderem ou não auferir de rendimentos de qualquer natureza sujeitos a regimes contributivos de protecção social.

2 – Consideram-se em situação equivalente à prevista na alínea a) do número anterior, os cidadãos portugueses que embora estando abrangidos pelos regimes contributivos de protecção social aí referidos:

- a) Não satisfaçam os prazos de garantia definidos nos respectivos regulamentos;
- b) Sejam pensionistas de invalidez, à data de entrada para a situação de aposentação.

#### ARTIGO TERCEIRO – PROCESSO JUDICIAL.

1 – O direito à pensão de aposentação é extensivo aos cidadãos privados da liberdade após trânsito em julgado de decisão judicial condenatória, revertendo os montantes da mesma para o órgão de soberania jurídico competente do processo.

2 – Compete ao órgão de soberania jurídico nos termos do acto de recebimento da pensão de aposentação, apensar ao processo do cidadão recluso e nos termos da transferência do montante líquido cumprir a decisão face ao respectivo processo, dando baixa dessa mesma entrega.

#### ARTIGO QUARTO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção na eventualidade aposentação regulada no presente título, é assegurada mediante a atribuição de prestação pecuniária mensal denominada pensão de aposentação, atribuível:

- a) Aos beneficiários do regime geral dos profissionais por conta de outrem;
- b) Aos beneficiários do regime dos profissionais independentes;
- c) Aos beneficiários não abrangidos por regimes contributivos de protecção social.

#### CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

##### ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO.

1 – A pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação só pode ser atribuído ao abrigo do regime para que tenha havido pelo menos 270 meses de contribuições e de quotizações e relativamente ao qual considerada a totalização de períodos contributivos, se encontrem preenchidos o respectivo prazo de garantia e as demais condições de atribuição à data do requerimento ou daquele em que o mesmo produzir os seus efeitos, se apresentado antecipadamente.

2 – Se o disposto no número anterior, for satisfeito por mais de um regime contributivo da segurança social, a pensão de aposentação é atribuída por aquele para quem tenha sido efectuado o último pagamento de contribuições e de quotizações.

3 – Sempre que no último mês de contribuições e de quotizações, tenha havido sobreposição contributiva para mais de um regime contributivo da segurança social e tenha sido preenchido o condicionalismo previsto no número 1, em ambos os regimes, a pensão de aposentação é atribuída pelo regime para que o interessado contribui no último mês da sua carreira contributiva em que não existiu sobreposição.

##### ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

1 – A pensão de aposentação no âmbito do subsistema de riscos sociais só pode ser atribuído nas seguintes condições:

- a) Período mínimo de residência legal em espaço territorial português de 10 anos;
- b) Contribuições para qualquer regime de protecção social português ou caso não existam a comunicação dos motivos justificativos da não abrangência dos regimes de protecção social em todo o período da idade activa laboral que tenha residido em Portugal e caso tenha sido exercida actividade profissional sem serem efectuadas as respectivas contribuições e quotizações, quais as entidades empregadoras visadas e os períodos correspondentes de exercício profissional nessas mesmas entidades empregadoras;
- c) As suas bases de sustento em todo o período de idade activa com residência em Portugal;
- d) Comunicação do direito de auferir ou vir a auferir prestações sociais de estados soberanos externos, nomeadamente prestações sociais derivadas de eventualidades de acidentes laborais ou doenças profissionais.

### **CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA E DOS MONTANTES DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA.**

1 – O prazo para a atribuição da pensão de aposentação prevista no presente título aos beneficiários previstos nas alíneas do número 1 do artigo 4º, do capítulo primeiro, do presente título, é até ao falecimento, sem registo de remunerações.

#### **ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.**

1 – A pensão de aposentação baseia-se na totalidade dos períodos de pagamento de contribuições e de quotizações para os regimes contributivos da segurança social portugueses e nas prestações sociais pelo regime da segurança social português atribuídas ao longo de todo o ciclo de vida dos cidadãos.

2 – Não relevam para efeitos do cálculo dos períodos da pensão de aposentação os períodos cumpridos ao abrigo de legislação de estado soberano externo.

3 – Os períodos contributivos de mais de um regime contributivo da segurança social são cumulativos para efeitos do presente título, sempre que não se sobreponham.

4 – A titularidade do direito, as condições de atribuição e a avaliação das situações, são as do último regime contributivo da segurança social.

### ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO.

1 – A pensão de aposentação no âmbito do subsistema de aposentação é calculada com base em toda a carreira contributiva do beneficiário para a segurança social, deduzidas as prestações sociais atribuídas em todo esse período pelo regime da segurança social ao próprio beneficiário.

2 – O montante apurado nos termos do número anterior é dividido por 540 meses e é repartido uma parte de 33,39% para o investimento do sistema da educação na educação dos beneficiários e os 66,61% do remanescente determina o cálculo mensal da pensão de aposentação.

3 – Ao montante do valor apurado na aplicação do subsistema da aposentação nos termos do número anterior, é acrescentado os valores alienados pelo regime da segurança social até à entrada em vigor do presente código, respeitantes a subsídio educativo não atribuídos a todos os cidadãos e o subsídio materno não atribuído às mães que cessaram o exercício de actividade profissional na fase maternal dos filhos, consagrados no subsistema da valorização social nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título quarto, do livro décimo terceiro, da parte primeira, da presente matéria, do presente código.

4 – As pensões de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação que não alcancem o valor mínimo previsto no artigo 6º, do presente capítulo, correspondentes às suas carreiras contributivas, são acrescidas de complemento de aposentação previsto na alínea d) do número 1 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título quarto, do livro décimo terceiro, da parte primeira, da presente matéria, do presente código, equivalente ao montante em défice.

### ARTIGO QUARTO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

1 – A pensão de aposentação no âmbito do subsistema de riscos sociais é calculada com base em toda a carreira contributiva do beneficiário para a segurança social, deduzidas as prestações sociais atribuídas em todo esse período pelo regime da segurança social ao próprio beneficiário.

2 – O montante apurado nos termos do número anterior, é dividido por 540 meses e é repartido uma parte de 33,39% para o investimento do sistema da educação na educação dos beneficiários e os 66,61% do remanescente determina o cálculo mensal da pensão de aposentação.

3 – As pensões de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação que não alcancem o valor mínimo previsto no artigo 6º, do presente capítulo, correspondentes às suas carreiras contributivas, são acrescidas de complemento de aposentação previsto na alínea d) do número 1 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título quarto, do livro décimo



terceiro, da parte primeira, da presente matéria, do presente código, equivalente ao montante em défice.

#### ARTIGO QUINTO – ACTUALIZAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO POR ACUMULAÇÃO COM RENDIMENTOS LABORAIS.

1 – As pensões de aposentação são actualizadas anualmente, até 31 de janeiro, sempre que se verifique uma situação de acumulação da pensão de aposentação com rendimentos de actividade laboral nos termos do subsistema previdencial.

2 – A actualização da pensão de aposentação nos termos do número anterior, realiza-se mediante processo de revisão de cálculo da pensão de aposentação nos mesmos termos do disposto nos artigos 3º e 4º, do presente capítulo, tendo presente os montante das contribuições e quotizações para os regimes de protecção da segurança social efectuados no ano anterior.

#### ARTIGO SEXTO – DETERMINAÇÃO DOS MÍNIMOS LEGAIS DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – A fixação dos mínimos legais das pensões de aposentação convergirá para o valor da remuneração mínima mensal garantida a todos os profissionais no activo que usufruam o salário mínimo, deduzida da quotização correspondente à taxa contributiva do regime geral dos profissionais por conta de outrem, sendo de 117 contos.

#### CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

##### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – A pensão de aposentação é devida a partir da data em que os cidadãos alcancem os 66 anos de idade, não podendo ser anterior à data do requerimento ou da idade mínima da aposentação.

##### ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO.

1 – O direito à pensão de aposentação é suspenso nas seguintes situações:

- a) Não verificação das condições estabelecidas nos termos do disposto no capítulo segundo, do presente título;
- b) Incumprimento dos deveres dos beneficiários nos termos do disposto no capítulo sexto, do presente capítulo.

2 – A suspensão do direito à pensão de aposentação inicia-se a partir do mês seguinte àquele em que ocorrerem os factos que a determinaram, sem prejuízo da sua retoma.

3 – Consideram-se prestações indevidamente pagas, as que forem colocadas à disposição do beneficiário em momento posterior ao que determina a suspensão da prestação nos termos previstos no número anterior.

4 – A decisão de suspensão da pensão de aposentação não está sujeita a audiência prévia do interessado.

5 – A matriz social competente deve notificar a suspensão do direito à pensão de aposentação no prazo máximo de 30 dias, após o conhecimento dos factos que a determinaram, devendo em igual prazo solicitar a devolução das prestações indevidamente pagas.

6 – A retoma do direito à pensão de aposentação, tem origem no mês seguinte àquele em que deixarem de se verificar os condicionalismos que hajam determinado a suspensão.

### ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO À PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – O direito à pensão de aposentação cessa por falecimento do seu titular, bem como sempre que no âmbito do direito previsto pelo subsistema de riscos sociais, o seu beneficiário deixe de residir em espaço territorial português.

2 – Nos termos da última parte do número anterior, sempre que o beneficiário voltar a residir em espaço territorial português, é iniciado um novo processo de atribuição da pensão de aposentação.

### CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

#### ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO COM OUTRAS PRESTAÇÕES.

1 – A pensão de aposentação não é acumulável com a pensão por incapacidade permanente absoluta no âmbito da protecção dos regimes jurídicos de acidentes laborais e de doenças profissionais, bem como com a pensão de invalidez no âmbito do regime jurídico da invalidez, sem prejuízo das normas de acumulação próprias destes regimes de protecção.

#### ARTIGO SEGUNDO – ACUMULAÇÃO COM RENDIMENTOS LABORAIS.

1 – É acumulável a pensão de aposentação com rendimentos laborais auferidos pelo seu titular no mesmo período de tempo.

### ARTIGO TERCEIRO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos da pensão de aposentação são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

## CAPÍTULO SEXTO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – Os titulares da pensão de aposentação são obrigados a comunicar aos órgãos de soberania sociais:

- a) Qualquer alteração de residência e de composição do agregado familiar;
- b) A transferência da conta bancária;
- c) A titularidade de pensões ou de outras prestações compensatórias da perda de remuneração laboral, respectivos montantes e respectivas actualizações, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- d) O exercício de actividade profissional, independentemente de prova de inexistência de remunerações;
- e) O óbito do beneficiário;
- f) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

2 – São ainda deveres dos beneficiários da pensão de invalidez apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 5 dias a contar da data da ocorrência do facto.

### ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a

utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida da pensão de aposentação ou outros factos relativos aos deveres dos beneficiários, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

## CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

### ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – A gestão e a organização dos processos da pensão de aposentação regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

### ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção da pensão de aposentação, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com os estabelecimentos farmacêuticos, da saúde e os órgãos de soberania notariais e fiscais.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, notarial, fiscal e social.

### ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – Nos termos do presente título e tendo presente a celeridade da comparticipação das despesas medicamentosas e de saúde dos beneficiários da pensão de aposentação especiais e portadores de doença crónica, compete às entidades farmacêuticas e da saúde transmitir até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, o resumo das facturas inerentes a cada beneficiário à matriz social competente da área de localização da entidade farmacêutica ou da saúde, preferencialmente por correio electrónico.

2 – Nos termos do número anterior, é competência das entidades farmacêuticas e da saúde proceder ao mais ínfimo rigor face às despesas medicamentosas ou de saúde de cada um beneficiário em ficha própria de onde conste apenas e só os medicamentos ou tratamentos aos mesmos relativos.

#### ARTIGO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS.

1 – As matrizes notariais estão obrigadas a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos órgãos de soberania notariais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, a listagem de todos os registos civis de nascimentos, bem como de todos os cidadãos que faleceram no mês anterior, na sua área de circunscrição geográfica municipal.

#### ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO.

1 – A atribuição da pensão de aposentação depende de apresentação de requerimento dirigido à matriz social competente da área de residência do beneficiário.

2 – O requerimento deve ser instruído com os necessários meios de prova nos termos do disposto nos artigos seguintes.

#### ARTIGO SEXTO – HABILITAÇÃO E MEIOS DE PROVA.

1 – Para habilitação à pensão de aposentação os interessados deverão recorrer à matriz social competente da área de residência do beneficiário, apresentando os seguintes documentos:

- a) Boletim de inscrição de modelo próprio aprovado por portaria da área presidencial social;
- b) Certidão de assento de nascimento ou outro meio de prova legal que o substitua, devendo considerar-se prova bastante a apresentação do cartão de identificação.

#### ARTIGO SÉTIMO – ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – Os beneficiários e subscritores requerentes da pensão de aposentação, devem declarar no requerimento se estão ou não abrangidos por mais de um regime contributivo da segurança social, bem como por regime de protecção social de estado soberano externo.

2 – A atribuição da pensão de aposentação a beneficiários que se encontrem activos a exercer actividades profissionais e a contribuir para regimes contributivos da segurança social, obedece a uma actualização anual por parte dos órgãos de soberania sociais nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo terceiro, do presente título.



## ARTIGO OITAVO – INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS.

1 – Os processos da pensão de aposentação deverão compreender para além dos documentos iniciais de habilitação, os seguintes documentos:

- a) Declaração de cessação de actividade profissional da entidade empregadora ou no caso de profissional independente declaração de cessação da actividade económica;
- b) Quaisquer outros elementos que os órgãos de soberania sociais considerem adequados à correcta definição da situação dos interessados, nomeadamente averiguar oficiosamente a situação tributária e social do beneficiário.

2 – A declaração a que se refere a alínea a) do número anterior, pode ser dispensada sempre que os elementos constantes do processo sejam suficientes para a deliberação da decisão.

## ARTIGO NONO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER.

1 – Tem legitimidade para requerer a pensão de aposentação, para além dos interessados, os respectivos familiares ou outras pessoas que lhes prestem ou se disponham a prestar assistência, sempre que os mesmos não possam proceder à apresentação do respectivo requerimento.

## ARTIGO DÉCIMO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos à pensão de aposentação se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

## CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

### ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.

1 – A atribuição da pensão de aposentação é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania sociais.

2 – Compete aos órgãos de soberania sociais da área de localização da residência dos beneficiários, a organização dos processos de atribuição da pensão de aposentação e o respectivo processamento e pagamento.

## ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – Os órgãos de soberania sociais deverão notificar os requerentes da atribuição da pensão de aposentação, do montante e da data a que o início se reporta.

## ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – Sempre que na apreciação do processo se verifiquem não estar reunidas as condições para a atribuição da pensão de aposentação, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;
- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente para efeitos do disposto nos artigos 6º ao 8º, do capítulo anterior, não permitam a verificação das condições de atribuição da pensão de aposentação, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

## ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO.

1 – Devidamente instruídos os processos da pensão de aposentação, serão objecto de decisão da matriz social competente da área de residência do beneficiário.

2 – Em caso de deferimento a matriz social competente processa o pagamento da pensão de aposentação.

3 – Sempre que se verifique que o interessado se encontra activo por qualquer regime contributivo de protecção social de inscrição obrigatória, será o facto comunicado ao órgão de soberania social concelhio competente pelo processo, acompanhado de informação quanto ao processamento da pensão de aposentação nas condições previstas nos artigos 3º e 4º, do capítulo terceiro, do presente título.

## ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – A pensão de aposentação prevista no presente título, é paga aos beneficiários ou aos seus representantes legais.

2 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento da pensão de invalidez, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

## ARTIGO SEXTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – O pagamento da pensão de aposentação aos profissionais independentes, depende de se encontrar regularizada a sua situação contributiva até ao momento da verificação da passagem à situação de aposentação.

2 – A não verificação do disposto no número anterior, determina a suspensão do pagamento da pensão de aposentação.

3 – O beneficiário readquire o direito ao pagamento das prestações suspensas desde que regularize a sua situação contributiva nos 92 dias subsequentes ao dia em que tenha ocorrido a suspensão.

4 – Se a situação contributiva não for regularizada no prazo previsto no número anterior, o beneficiário perde o direito ao pagamento das prestações suspensas.

5 – No caso de a regularização da situação contributiva, se verificar posteriormente ao decurso do prazo referido no número 3, o beneficiário retoma o direito às prestações a que houver origem, a partir do dia subsequente àquele em que ocorra a regularização.

## ARTIGO SÉTIMO – PAGAMENTO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO.

1 – A pensão de aposentação é paga mensalmente, por referência a treze meses, sendo doze correspondentes aos meses do ano e a décima terceira relativa ao subsídio de natal.

2 – A pensão de aposentação é paga aos respectivos titulares ou aos seus representantes legais, salvo o disposto no número seguinte.

3 – A pensão de aposentação poderá ser paga aos cidadãos ou entidades que prestem assistência aos titulares do direito, desde que consideradas idóneas pela matriz social competente do processo, nas seguintes condições:

- a) Sempre que os titulares do direito à pensão de aposentação sejam cidadãos especiais e se encontrem a aguardar a nomeação do representante legal;
- b) Sempre que os titulares do direito à pensão de aposentação se encontrem impossibilitados de modo temporário ou permanente de receber a prestação por motivo de doença ou se encontrem internados em entidades de apoio social ou equiparadas.

## ARTIGO OITAVO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito à pensão de aposentação vencidas é de 1 ano, findo o qual revertem a favor dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocadas a pagamento com conhecimento da pessoa a quem a pensão de aposentação é paga.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

## CAPÍTULO NONO – SUBSÍDIO UNIFICADO.

### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO.

1 – O presente capítulo define e regulamenta o regime jurídico de unificação da atribuição da pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação e do subsistema de riscos sociais e dos subsídios educativo e materno e do complemento de aposentação no âmbito do subsistema de valorização social nos termos do disposto no título seguinte.

### ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – O regime do subsídio unificado abrange os beneficiários dos regimes contributivos da segurança social e os cidadãos que preencham os requisitos legais que confirmem o direito à pensão de aposentação e ao complemento de aposentação no âmbito do subsistema de riscos sociais e é obrigatório.

2 – Ficam excluídos do regime do subsídio unificado os cidadãos a quem não seja reconhecido o direito à pensão de aposentação ou aos subsídios e complemento de valorização social, por a concessão desta ou deste ser da competência exclusiva de regime de segurança social de estado soberano externo, por força da aplicação de instrumento internacional.

### ARTIGO TERCEIRO – CÁLCULO DO SUBSÍDIO UNIFICADO.

1 – O valor do subsídio unificado obtém-se por adição das normas de cálculo da pensão de aposentação e dos subsídios educativo e materno referidos no título seguinte, bem como sempre que o seu valor for inferior ao mínimo legal das pensões de aposentação, do complemento de aposentação referido no título seguinte, equivalente ao montante em défice.

### ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO UNIFICADO.

1 – É da competência do órgão de soberania social competente da área de residência do beneficiário a atribuição do subsídio unificado.

2 – Sempre que o beneficiário mudar de residência no espaço territorial português o órgão de soberania social competente da área de residência anterior, remete o processo ao órgão de soberania social da nova área de residência do beneficiário.

3 – Sempre que o cidadão seja beneficiário do subsídio unificado no âmbito do subsistema da aposentação e mudar de residência para estado soberano externo, mantém a competência da atribuição do subsídio unificado, o órgão de soberania social competente da última residência do beneficiário em espaço territorial português.

4 – Sempre que o cidadão seja beneficiário do subsídio unificado no âmbito do subsistema de riscos sociais e mudar de residência para estado soberano externo, perde o direito à prestação social.

#### **ARTIGO QUINTO – PERÍODOS DE ACTIVIDADE POSTERIORES À ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO UNIFICADO.**

1 – Os períodos contributivos de contribuições e de quotizações cumpridos em qualquer regime de protecção da segurança social, em data posterior à atribuição do subsídio unificado, são considerados nos termos do respectivo regime, traduzindo-se numa revisão do cálculo da pensão de aposentação nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo terceiro, do presente título e sempre que seja exigido do complemento de aposentação referido no título seguinte, equivalente ao montante em défice face ao limite mínimo legal da pensão de aposentação.

#### **ARTIGO SEXTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS EXTERNAS.**

1 – Sempre que o requerente da pensão de aposentação possua direito a pensão de aposentação ou pensões com carácter análogo de estado soberano externo, as mesmas serão consideradas na sua totalidade para o cálculo do subsídio unificado.

#### **ARTIGO SÉTIMO – INÍCIO DO SUBSÍDIO UNIFICADO.**

1 – O subsídio unificado é devido a partir da conclusão dos 65 anos de idade do beneficiário, no imediato momento da atribuição da pensão de aposentação, dos respectivos subsídios, educativo e materno e do complemento de aposentação sempre que devido nos termos da lei.

### **CAPÍTULO DÉCIMO – DISPOSIÇÕES FINAIS.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.**

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais notarial, fiscal, social e jurídica.



2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

## ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

## ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS.

1 – Os prazos fixados para normas relativas à pensão de aposentação, contam-se nos termos previstos no processo civil.

## ARTIGO QUARTO – CARTÃO DE PENSIONISTA.

1 – O modelo do cartão para uso dos pensionistas nas matrizes sociais é aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, humana, social e da justiça.

## ARTIGO QUINTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores da pensão de aposentação anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários da pensão de aposentação os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem a pensão de aposentação era paga ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito à pensão de aposentação, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por aposentação anteriores à entrada em vigor do presente código, nomeadamente situações de pensão social, de velhice, de aposentação e de sobrevivência atribuídas anteriores à data de entrada em vigor do presente código, bem como os processos que se iniciarem no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, serão revistos de acordo com presente título e com os

subsídios e o complemento no âmbito do subsistema de valorização social nos termos do disposto no título seguinte.

#### ARTIGO SEXTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se o código do regime da segurança social e o código dos regimes contributivos da segurança social nos termos do disposto nos livros décimo terceiro e décimo quarto, da parte primeira, da presente matéria, do presente código, respectivamente.

#### ARTIGO SÉTIMO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime estabelecido no presente título, aplica-se às prestações e processos requeridos anteriormente à entrada em vigor do presente código e que se mantenham após a sua vigência, sem efeitos retroactivos.

### TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – REGIME JURÍDICO DOS SUBSÍDIOS EDUCATIVO E MATERNO E DOS COMPLEMENTOS SOCIAL E DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE VALORIZAÇÃO SOCIAL.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social dos subsídios educativo e materno e dos complementos social e de aposentação no âmbito do subsistema de valorização social.

2 – A protecção na eventualidade de subsídios, educativo e materno, realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar prestações sociais não auferidas pelos profissionais do subsistema da aposentação até à entrada em vigor do presente código.

3 – A protecção na eventualidade de complemento social realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a complementar as pensões de invalidez no âmbito do regime jurídico de acidentes laborais, do regime jurídico de doenças profissionais, do subsistema previdencial e do subsistema de riscos sociais, cujo montante seja inferior aos mínimos legais das pensões de invalidez nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título décimo, do presente livro.

4 – A protecção na eventualidade de complemento de aposentação realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a complementar as pensões de aposentação e os subsídios educativo e materno no âmbito do subsistema da aposentação e a pensão de aposentação no âmbito do subsistema de riscos sociais, cujo montante seja

inferior aos mínimos legais das pensões de aposentação nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo terceiro, do título anterior.

## ARTIGO SEGUNDO – BENEFICIÁRIOS.

1 – São beneficiários do subsídio educativo todos os cidadãos que usufruam do direito à pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação.

2 – São beneficiários do subsídio materno todas as mulheres que usufruam do direito à pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação que tenham realizado contribuições e quotizações para qualquer regime contributivo da segurança social português no período que medeia entre os nove meses da fase embrionária dos filhos e que tenham cessado exercício de actividade profissional nesse mesmo período até à entrada dos filhos no ciclo educativo os 5 anos.

3 – Sempre que se verifique que após o nascimento do filho e até à sua entrada no ciclo educativo as beneficiárias tenham realizado contribuições e quotizações para qualquer regime contributivo da segurança social português ou de estado soberano externo, esse período é subtraído no correspondente subsídio materno.

4 – São beneficiários do complemento social todos os cidadãos que usufruam do direito à pensão de incapacidade permanente absoluta no âmbito dos regimes jurídicos de acidentes laborais e de doenças profissionais previsto nos títulos quinto e sexto, do presente livro, respectivamente, bem como à pensão de invalidez no âmbito do subsistema previdencial e do subsistema de riscos sociais e que a mesma não perfaça os montantes mínimos legais previstos no artigo 3º, do capítulo terceiro, do título décimo, do presente livro.

5 – São beneficiários do complemento de aposentação todos os cidadãos que usufruam do direito à pensão de aposentação e aos subsídios educativo e materno no âmbito do subsistema da aposentação, bem como à pensão de aposentação no âmbito do subsistema de riscos sociais.

## ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – Têm direito aos subsídios, educativo e materno, todos os cidadãos portugueses e todos os cidadãos externos que possuam o direito à pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação.

2 – Têm direito ao complemento social nos termos do disposto no número 3 do artigo 1º, do presente capítulo, todos os cidadãos portugueses e todos os cidadãos externos que possuam o direito à pensão por incapacidade permanente absoluta e à pensão por invalidez no âmbito do subsistema previdencial e do subsistema de riscos sociais.

3 – Têm direito ao complemento da aposentação nos termos do disposto no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo, todos os cidadãos portugueses e todos os cidadãos externos que possuam o direito à pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação e do subsistema de riscos sociais.

#### ARTIGO QUARTO – EXCLUSÃO DO ÂMBITO PESSOAL.

1 – São excluídos do âmbito pessoal dos subsídios educativo e materno todos os beneficiários de pensão da aposentação no âmbito do subsistema de riscos sociais, bem como os cidadãos cuja responsabilidade seja exclusiva de regime da segurança social externo.

2 – São excluídos do âmbito pessoal dos complementos social e de aposentação todos os beneficiários que usufruam pensão por incapacidade permanente absoluta ou subsídio unificado superior a 117 contos, bem como todos os beneficiários da pensão de invalidez e da pensão de aposentação cuja responsabilidade seja exclusiva de regime da segurança social externo.

#### ARTIGO QUINTO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção na eventualidade valorização social regulada no presente título, é assegurada mediante a atribuição de prestações pecuniárias mensais denominadas:

- a) Subsídio educativo;
- b) Subsídio materno;
- c) Complemento social;
- d) Complemento de aposentação.

#### CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS EDUCATIVO E MATERNO.

1 – Os subsídios, educativo e materno, no âmbito do subsistema de valorização social, só podem ser atribuídos aos titulares do direito à pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação, nos termos e nas condições previstas no artigo 1º, do capítulo segundo, do título anterior.

##### ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO COMPLEMENTO SOCIAL.

1 – O complemento social atribuído no âmbito do subsistema de valorização social só pode ser atribuído aos titulares do direito à pensão por incapacidade permanente absoluta nos termos dos regimes jurídicos de acidentes laborais e de doenças profissionais previstos respectivamente nos títulos quinto e sexto, do presente livro e à pensão de invalidez no âmbito do subsistema previdencial e do subsistema de riscos sociais nos termos e nas condições previstas no título décimo, do presente livro, cujo montante seja

inferior ao montante mínimo legal da pensão de invalidez no âmbito do subsistema previdencial e do subsistema de riscos sociais.

#### ARTIGO TERCEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO COMPLEMENTO DE APOSENTAÇÃO.

1 – O complemento de aposentação atribuído no âmbito do subsistema de valorização social só pode ser atribuído aos titulares do direito à pensão de aposentação e aos subsídios educativo e materno no âmbito do subsistema da aposentação e à pensão de aposentação no âmbito do subsistema de riscos sociais nos termos e nas condições previstas no título anterior, cujo montante seja inferior ao montante mínimo legal da pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação e do subsistema de riscos sociais.

#### ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ATRIBUIÇÃO DO COMPLEMENTO DE APOSENTAÇÃO.

1 – Sempre que nos termos dos regimes jurídicos de acidentes laborais e de doenças profissionais o montante da pensão por incapacidade permanente absoluta após a passagem do beneficiário para a situação de aposentação seja inferior ao montante mínimo legal da pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação e do subsistema de riscos sociais previsto no título anterior, é concedido o complemento de aposentação pelo montante em défice.

2 – Sempre que nos termos da acumulação de pensão de aposentação do regime da segurança português e de regime da segurança social de estado soberano externo o seu montante seja inferior ao mínimo legal da pensão de aposentação no âmbito do subsistema da aposentação e do subsistema de riscos sociais previsto no título anterior, é concedido o complemento de aposentação pelo montante em défice.

#### CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA E DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA.

1 – O prazo para a atribuição dos subsídios, educativo e materno, previstos no presente título aos beneficiários previstos nos números 1 e 2 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, é até ao falecimento, sem registo de remunerações.

2 – O prazo para a atribuição do complemento social previsto no presente título aos beneficiários previsto no número 4 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, é até à data em que o montante da pensão por incapacidade permanente absoluta e da pensão de invalidez deixe de ser inferior ao montante do mínimo legal da pensão de invalidez, bem como sempre que se verifique a passagem do beneficiário para a idade de aposentação, sem registo de remunerações.



3 – O prazo para a atribuição do complemento de aposentação previsto no presente título aos beneficiários previsto no número 5 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, é até à data em que a pensão por incapacidade permanente absoluta atribuída após a entrada do beneficiário na idade da aposentação e a pensão de aposentação seja inferior ao montante do mínimo legal da pensão de aposentação, bem como sempre que se verifique o falecimento do beneficiário, sem registo de remunerações.

## ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO SUBSÍDIO EDUCATIVO.

1 – O valor do subsídio educativo é fixo, estimado à data de entrada em vigor do presente código do subsídio da educação nos termos do título segundo, do presente livro, para o período compreendido entre o 1 dia do sétimo mês de vida do beneficiário até ao término do ciclo educativo universitário os 21 anos de idade.

2 – Nos termos do número anterior, o subsídio educativo manter-se-á inalterado no seu cálculo até ao último beneficiário que não usufruiu da prestação social do sistema da educação no próprio momento do direito à sua atribuição, a entrada em vigor do presente código.

3 – Nos termos do número anterior, o subsídio educativo é:

- a) Ciclo materno – 52,5 Contos X 42 meses = 2 205 Contos;
- b) Ciclo primário – 26,25 Contos X 60 meses = 1 575 Contos;
- c) Ciclo preparatório – 35 Contos X 24 meses = 840 Contos;
- d) Ciclo secundário – 50 Contos X 72 meses = 3 600 Contos;
- e) Ciclo universitário – 96 Contos x 36 meses = 3 456 Contos.

4 – O montante do subsídio educativo a ser auferido pelo beneficiário é de 11 676 contos e é dividido por 20 anos correspondentes à estimativa média de vida dos cidadãos os 85 anos, sendo de 583,8 contos anuais e é atribuído em treze prestações mensais de 44,91 contos correspondentes à atribuição da pensão de aposentação.

## ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO SUBSÍDIO MATERNO.

1 – O valor do subsídio materno é fixo, estimado em relação ao montante do salário mínimo nacional à entrada em vigor do presente código, deduzido das quotizações para a segurança social e da contribuição para o real imposto dependente equivalente a 105 contos, no período de 48 meses compreendido entre o primeiro dia de vida dos filhos até ao início do ciclo educativo os 5 anos de idade, sendo de 5 040 contos para um filho.

2 – No caso de mais de um filho da beneficiária, não é considerado o período de tempo em que se sobreponha o direito de atribuição do subsídio materno derivado de dois ou mais filhos, sendo apenas considerado e acumulado o período de tempo remanescente de concessão do direito ao último filho, sempre que verificada a condição da sua

atribuição nos termos do número anterior e os períodos de cessação do direito pelo decurso do tempo do direito do filho anterior.

3 – O montante do subsídio materno auferido pela beneficiária é dividido por 20 anos correspondentes à estimativa média de vida dos cidadãos os 85 anos, sendo de 252 contos anuais para um filho e é atribuído em treze prestações mensais de 19,38 contos para um filho correspondentes à atribuição da pensão de aposentação.

#### ARTIGO QUARTO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO COMPLEMENTO SOCIAL.

1 – O valor do complemento social é variável anualmente tendo presente a actualização da pensão por incapacidade permanente absoluta e da pensão de invalidez cujo montante seja inferior aos mínimos legais da pensão de invalidez nos termos do disposto no título décimo, do presente livro e é determinado à data de atribuição ao beneficiário da pensão por incapacidade permanente absoluta e da pensão de invalidez, pelo valor equivalente ao défice entre o montante das pensões e o montante do mínimo legal da pensão de invalidez.

2 – O complemento social nos termos do número anterior, sofrerá alterações sempre que se verifique mudanças do valor da pensão por incapacidade permanente absoluta e da pensão de invalidez.

3 – O complemento social é atribuído em doze prestações mensais.

4 – Nos termos do número 1, o complemento social será actualizado sempre que por ordem do supremo conselho monárquico se decidam alterações do montante mínimo legal da pensão de invalidez.

#### ARTIGO QUINTO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO COMPLEMENTO DE APOSENTAÇÃO.

1 – O valor do complemento de aposentação é variável anualmente tendo presente a actualização da pensão por incapacidade permanente absoluta atribuída após o beneficiário alcançar a idade da aposentação e da pensão de aposentação cujo montante acrescido no caso da sua atribuição no âmbito do subsistema da aposentação dos subsídios educativo e materno, seja inferior aos mínimos legais da pensão de aposentação nos termos do disposto no título anterior e é determinado à data de atribuição ao beneficiário da pensão por incapacidade permanente absoluta e da pensão de aposentação, pelo valor equivalente ao défice entre o montante das pensões e o montante do mínimo legal da pensão de aposentação.

2 – O complemento de aposentação nos termos do número anterior, sofrerá alterações sempre que se verifique mudanças do valor da pensão por incapacidade permanente absoluta e da pensão de aposentação.

3 – O complemento de aposentação é atribuído em doze prestações mensais no caso da pensão por incapacidade permanente absoluta e em treze prestações mensais no

caso da pensão de aposentação, correspondendo aos doze meses do ano e a décima terceira ao subsídio de natal.

4 – Nos termos do número 1, o complemento de aposentação será actualizado sempre que por ordem do supremo conselho monárquico se decidam alterações do montante mínimo legal da pensão de aposentação.

## CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os subsídios, educativo e materno, são devidos a partir da data em que os cidadãos alcancem os 66 anos de idade, não podendo ser anterior à data do requerimento ou da idade mínima da aposentação.

2 – O complemento social é devido a partir da data em que a pensão por incapacidade permanente absoluta e a pensão de invalidez seja inferior ao montante do mínimo legal da pensão de invalidez nos termos do disposto no título décimo, do presente livro.

3 – O complemento de aposentação é devido a partir da data em que a pensão por incapacidade permanente absoluta atribuída após o beneficiário alcançar a idade da aposentação e a pensão de aposentação cujo montante acrescido no caso da sua atribuição no âmbito do subsistema da aposentação dos subsídios educativo e materno, seja inferior aos mínimos legais da pensão de aposentação nos termos do disposto no título anterior.

### ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO.

1 – O direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social é suspenso nas situações, previstas no disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro e no artigo 2º, do capítulo quarto, do título anterior.

2 – A suspensão do direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social inicia-se a partir do mês seguinte àquele em que ocorrerem os factos que a determinaram, sem prejuízo da sua retoma.

3 – Consideram-se prestações indevidamente pagas, as que forem colocadas à disposição do beneficiário em momento posterior ao que determina a suspensão das prestações nos termos previstos no número anterior.

4 – A decisão de suspensão das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social não está sujeita a audiência prévia do interessado.

5 – A matriz social competente deve notificar a suspensão do direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social na notificação da suspensão do direito à pensão de invalidez e à pensão de aposentação, no prazo máximo de 30 dias, após o conhecimento dos factos que as determinaram, devendo em igual prazo solicitar a devolução das prestações indevidamente pagas.

6 – A retoma do direito às prestações no âmbito do subsistema de valorização social, tem origem no mês seguinte àquele em que deixarem de se verificar os condicionalismos que hajam determinado a suspensão.

### **ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO À PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

1 – O direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social cessa nos termos do artigo 3º, do capítulo quarto, do título décimo, do presente livro e do artigo 3º, do capítulo quarto, do título anterior.

### **CAPÍTULO QUINTO – DEVERES.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS.**

1 – São deveres dos titulares das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social os previstos no artigo 1º, do capítulo sexto, do título décimo, do presente livro e no artigo 1º, do capítulo sexto, do título anterior.

#### **ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.**

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 5 dias a contar da data da ocorrência do facto.

#### **ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.**

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida de prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social ou outros factos relativos aos deveres dos beneficiários, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

## CAPÍTULO SEXTO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A gestão e a organização dos processos das prestações sociais regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

### ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com os estabelecimentos farmacêuticos, da saúde e os órgãos de soberania notariais e fiscais.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da saúde, notarial, fiscal e social.

### ARTIGO TERCEIRO – REQUERIMENTO.

1 – As prestações pecuniárias previstas no presente título, são objecto de requerimento nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo sétimo, do título décimo, do presente livro e no artigo 5º, do capítulo sétimo, do título anterior, bem como no caso de concessão dos complementos social e de aposentação atribuídos no âmbito de pensão por incapacidade permanente absoluta pelo documento comprovativo do montante da pensão e respectivas actualizações.

### ARTIGO QUARTO – HABILITAÇÃO E MEIOS DE PROVA.

1 – Os requerimentos referidos no artigo anterior são habilitados e instruídos com os meios de prova previstos no artigo 7º, do capítulo sétimo, do título décimo, do presente livro e nos artigos 6º e 8º, do capítulo sétimo, do título anterior, bem como no caso de concessão dos complementos social e de aposentação atribuídos no âmbito de pensão por incapacidade permanente absoluta pelo documento comprovativo do montante da pensão e respectivas actualizações.

### ARTIGO QUINTO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER.



1 – Tem legitimidade para requerer as prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social, par além dos interessados, os respectivos familiares ou outras pessoas que lhes prestem ou se disponham a prestar assistência, sempre que os mesmos não possam proceder à apresentação do respectivo requerimento.

#### ARTIGO SEXTO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos às prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

#### CAPÍTULO SÉTIMO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.

1 – A atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania sociais.

2 – Compete aos órgãos de soberania sociais da área de localização da residência dos beneficiários, a organização dos processos de atribuição das prestações sociais e o respectivo processamento e pagamento.

##### ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os órgãos de soberania sociais deveram notificar os requerentes da atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social nos termos da atribuição da pensão de invalidez e da pensão de aposentação previstas no título décimo, do presente livro e no título anterior respectivamente, do montante e da data a que o início se reporta.

2 – Nos mesmos termos do número anterior se processa a atribuição dos complementos social e de aposentação no âmbito de pensão por incapacidade permanente absoluta, após a entrega dos documentos comprovativos do montante da pensão e respectivas actualizações.

##### ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Sempre que na apreciação do processo se verifiquem não estar reunidas as condições para a atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;
- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente para efeitos do disposto nos artigos 3º e 4º, do capítulo anterior, não permitam a verificação das condições de atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

#### ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO.

1 – Devidamente instruídos os processos das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social, serão objecto de decisão da matriz social competente da área de residência do beneficiário.

2 – Em caso de deferimento, a matriz social competente processa o pagamento das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social.

#### ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social previstas no presente título, é paga aos beneficiários ou aos seus representantes legais no âmbito do subsídio unificado da pensão de invalidez e do subsídio unificado da pensão de aposentação previsto no capítulo décimo, do título décimo, do presente livro e no capítulo nono, do título anterior, respectivamente, com excepção do complemento social e do complemento de aposentação relativos à pensão por incapacidade permanente absoluta, cujo pagamento se processa isolado com referência ao montante e ao período a que respeita.

#### ARTIGO SEXTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O pagamento das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social aos profissionais independentes, depende de se encontrar regularizada a sua situação contributiva até ao momento da verificação da passagem à situação de incapacidade ou de aposentação.

2 – A não verificação do disposto no número anterior, determina a suspensão do pagamento das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social.

3 – O beneficiário readquire o direito ao pagamento das prestações suspensas desde que regularize a sua situação contributiva nos 92 dias subsequentes ao dia em que tenha ocorrido a suspensão.

4 – Se a situação contributiva não for regularizada no prazo previsto no número anterior, o beneficiário perde o direito ao pagamento das prestações suspensas.

5 – No caso de a regularização da situação contributiva, se verificar posteriormente ao decurso do prazo referido no número 3, o beneficiário retoma o direito às prestações a que houver origem, a partir do dia subsequente àquele em que ocorra a regularização.

#### ARTIGO SÉTIMO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Com excepção dos complementos social e de aposentação relativos à pensão por incapacidade permanente absoluta e à pensão por invalidez que são pagos mensalmente, por referência a doze meses, correspondentes aos meses do ano, os subsídios educativo e materno e o complemento de aposentação são pagos mensalmente, por referência a treze meses, sendo doze correspondentes aos meses do ano e a décima terceira relativa ao subsídio de natal.

2 – As prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social são pagas aos respectivos titulares ou aos seus representantes legais, salvo o disposto no número seguinte.

3 – As prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social poderá ser paga aos cidadãos ou entidades que prestem assistência aos titulares do direito, desde que consideradas idóneas pela matriz social competente do processo, nas seguintes condições:

- a) Sempre que os titulares do direito às prestações sociais sejam cidadãos especiais e se encontrem a aguardar a nomeação do representante legal;
- b) Sempre que os titulares do direito às prestações sociais se encontrem impossibilitados de modo temporário ou permanente de receber a prestação por motivo de doença ou se encontrem internados em entidades de apoio social ou equiparadas.

#### ARTIGO OITAVO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social vencidas é de 1 ano, findo o qual revertem a favor dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocadas a pagamento com conhecimento da pessoa a quem as prestações sociais são pagas.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

## CAPÍTULO OITAVO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da saúde, notarial, fiscal, social e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

### ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

### ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS.

1 – Os prazos fixados para normas relativas às prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social, contam-se nos termos previstos no processo civil.

### ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores das prestações sociais no âmbito do subsistema de valorização social anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários das prestações sociais os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem as prestações sociais eram pagas ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito às prestações sociais, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por invalidez e aposentação anteriores à entrada em vigor do presente código, nomeadamente situações de pensão social, de velhice, de aposentação

e de sobrevivência atribuídas anteriores à data de entrada em vigor do presente código, bem como os processos que se iniciarem no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, serão revistos de acordo com os subsídios e os complementos no âmbito do subsistema de valorização social nos termos previstos no presente título.

#### ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se o código do regime da segurança social e o código dos regimes contributivos da segurança social nos termos do disposto nos livros décimo terceiro e décimo quarto, da parte primeira, da presente matéria, do presente código, respectivamente.

#### ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime estabelecido no presente título, aplica-se às prestações e processos requeridos anteriormente à entrada em vigor do presente código e que se mantenham após a sua vigência, sem efeitos retroactivos.

### TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – REGIME JURÍDICO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ECONÓMICOS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social na eventualidade de insuficiência de recursos económicos no âmbito do subsistema de riscos sociais.

2 – A protecção na eventualidade de insuficiência de recursos económicos realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar os gastos de educação especial, de saúde e de frequência de equipamentos sociais dos cidadãos e das famílias em consequência de situações de perigo, tendo presente a promoção da sua progressiva inserção e inclusão social.

3 – Ficam excluídas da eventualidade de insuficiência de recursos económicos as situações que resultem de catástrofes naturais consignadas no subsistema de catástrofes naturais previsto no título décimo quinto, do presente livro e as que possam ser apoiadas pelos competentes serviços de acção social ou sejam financiados por sistemas da segurança social ou por directrizes ou programas de âmbito nacional ou imperial português, com idêntico objecto e natureza.



## ARTIGO SEGUNDO – TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO.

1 – Os apoios sociais a conceder no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos inserem-se na tipologia de intervenção de apoios sociais destinados a cidadãos e a famílias em situação de perigo.

2 – Os apoios sociais a que se refere o número anterior, destinam-se a fazer face às situações de emergência social.

## ARTIGO TERCEIRO – EMERGÊNCIA SOCIAL.

1 – Os apoios sociais a prestar pela eventualidade de insuficiência de recursos económicos para a satisfação das necessidades económicas de educação especial, de saúde e de equipamentos sociais e para a promoção da sua progressiva inserção, inclusão e viabilidade social e económica, destinam-se a fazer face às ocorrências súbitas e imprevistas de perigo, que coloquem os cidadãos e as famílias em situações de grande vulnerabilidade e desprotegidas socialmente, resultantes de não estarem asseguradas condições de vida condignas e desde que não tenham enquadramento no apoio prestado pelos serviços sociais competentes e recursos municipais.

2 – O apoio social a prestar aos cidadãos e às famílias são:

- a) Subsídio de educação especial, destina-se a fazer face a necessidades urgentes de educação especial, sempre que se verifique a ausência ou a perda dos rendimentos laborais que possam ter cessado com as situações de perigo;
- b) Subsídio de saúde, destina-se a fazer face a necessidades urgentes de tratamentos de saúde ou despesas medicamentosas, sempre que se verifique a ausência ou a perda dos rendimentos laborais que possam ter cessado com as situações de perigo;
- c) Subsídio de equipamentos sociais, destina-se a fazer face a necessidades urgentes de frequência de equipamentos sociais, sempre que se verifique a ausência ou a perda dos rendimentos laborais que possam ter cessado com as situações de perigo.

## ARTIGO QUARTO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – Estão abrangidos pela protecção prevista no presente título, os cidadãos portugueses, externos, refugiados e apátridas, que residam em espaço territorial português que se encontrem em situação de perigo nos termos do disposto no número 1 do artigo anterior e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

2 – Para efeitos do número anterior, são equiparados a cidadãos residentes para efeitos da atribuição das prestações sociais na eventualidade insuficiência de recursos económicos, os cidadãos portadores dos títulos válidos referidos no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

## ARTIGO QUINTO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção na eventualidade de insuficiência de recursos económicos regulada no presente título, é assegurada mediante a atribuição de prestações pecuniárias mensais denominadas:

- a) Subsídio de educação especial;
- b) Subsídio de saúde;
- c) Subsídio de equipamentos sociais.

## CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO ÚNICO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NA EVENTUALIDADE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ECONÓMICOS.

1 – As condições de atribuição das prestações sociais na eventualidade insuficiência de recursos económicos para as pessoas singulares e famílias a que se refere o artigo 3º, do capítulo anterior, são avaliadas pelos órgãos de soberania sociais tendo presente a confirmação das necessidades do apoio social nas seguintes situações de perigo:

- a) Abandonado ou a viver entregue a si próprio, sem as condições humanas de autonomia necessárias a toda uma habitabilidade condigna;
- b) Sofrer maus tratos físicos ou psicológicos, bem como ser vítima de abusos sexuais, de violência doméstica ou outras causas análogas;
- c) Não receber os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Ser obrigada a actividades ou exercícios excessivos ou inadequados à sua idade, condição física, dignidade, situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Estar sujeito de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança e o seu equilíbrio emocional;
- f) Afirmar comportamentos ou se entregar a actividades ou consumos que afectem a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto se oponham de modo adequado a remover essa situação;
- g) Sejam sem-abrigo ou a viver em condições insalubres de habitabilidade;
- h) Sejam desalojados por alguma das circunstâncias da própria habitabilidade ou de catástrofes infra-estruturais.

## CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA E DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA.

1 – O prazo para a atribuição das prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos previsto no presente título aos cidadãos e às famílias referidos no artigo 4º, do capítulo primeiro, do presente título, é até à data em que a situação de perigo culmine ou deixe de se verificar a necessidade dos apoios sociais a prestar no âmbito do subsistema de riscos sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os valores máximos de apoio social a conceder pela eventualidade insuficiência de recursos económicos são:

- a) Aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da educação, social e jurídica, para as mensalidades de frequência em estabelecimentos de ensino especial nos termos da alínea a) do número 2, do artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título;
- b) Os registados pelas entidades da saúde relativas a despesas de saúde e medicamentosas nos termos da alínea b) do número 2, do artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título;
- c) Aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais social e jurídica, para as mensalidades de frequência em edifícios sociais nos termos da alínea c) do número 2, do artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

## CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As prestações sociais atribuídas na eventualidade de insuficiência de recursos económicos são devidas a partir da data em que os órgãos de soberania sociais confirmem a situação de perigo e a necessidade dos apoios sociais a prestar no âmbito do subsistema de riscos sociais, não podendo ser anterior à data do requerimento.

### ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO.

1 – O direito às prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos é suspenso nas situações em que se verifique a cessação da situação de perigo

nos termos do disposto no artigo único, do capítulo segundo, do presente título e a necessidade dos apoios sociais, bem como sempre que se verifique que o cidadão ou a família titulares do direito deixem de usufruir dos produtos e dos serviços prestados das entidades da saúde ou de frequentar as entidades educativas e sociais.

2 – A suspensão do direito às prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos inicia-se a partir do mês seguinte àquele em que ocorrerem os factos que a determinaram, sem prejuízo da sua retoma.

3 – Consideram-se prestações indevidamente pagas, as que forem colocadas à disposição das entidades educativas, da saúde e sociais em momento posterior ao que determina a suspensão das prestações nos termos previstos no número anterior.

4 – A decisão de suspensão das prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos está sujeita a audiência prévia do interessado.

5 – A matriz social competente deve notificar a suspensão do direito às prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos no prazo de 15 dias após a audiência prévia prevista no número anterior e o conhecimento dos factos que as determinaram, devendo em igual prazo solicitar a devolução das prestações indevidamente pagas às entidades educativas, da saúde e sociais.

6 – A retoma do direito às prestações na eventualidade de insuficiência de recursos económicos, tem origem no mês seguinte àquele em que deixarem de se verificar os condicionalismos que hajam determinado a suspensão.

### ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO ÀS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O direito às prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos cessa sempre que:

- a) Cesse a situação de perigo;
- b) Deixem os titulares do direito de residir em espaço territorial português;
- c) Ocorra o falecimento dos titulares do direito.

### CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Salvo disposição legal em contrário, não são acumuláveis entre si e com outras prestações sociais as prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos, desde que respeitante ao mesmo interesse protegido.

## ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos das prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

## CAPÍTULO SEXTO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – Os titulares das prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos são obrigados a comunicar aos órgãos de soberania sociais:

- a) Qualquer alteração de residência e de composição do agregado familiar;
- b) Qualquer alteração relativa às entidades educativas, da saúde e sociais a quem estejam a ser atribuídas as prestações sociais;
- c) A titularidade de pensões ou de outras prestações compensatórias da perda de remuneração laboral, respectivos montantes e respectivas actualizações, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- d) O exercício de actividade profissional, independentemente de prova de inexistência de remunerações;
- e) O óbito do beneficiário;
- f) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

2 – São ainda deveres dos beneficiários das prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 10 dias a contar da data da ocorrência do facto.

### ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida das prestações sociais ou outros factos relativos aos deveres dos beneficiários, não impedem:



- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

## **CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

1 – A gestão e a organização dos processos das prestações sociais regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

### **ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.**

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção das prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com os estabelecimentos de ensino, farmacêuticos, da saúde e sociais e os órgãos de soberania notariais e fiscais.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da educação, da saúde, notarial, fiscal e social.

### **ARTIGO TERCEIRO – MATRIZES NOTARIAIS.**

1 – As matrizes notariais estão obrigadas a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos órgãos de soberania notariais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, a listagem de todos os registos civis de nascimentos, bem como de todos os cidadãos que faleceram no mês anterior, na sua área de circunscrição geográfica municipal.

### **ARTIGO QUARTO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.**

1 – Os estabelecimentos de ensino estão obrigados a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos estabelecimentos de ensino, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 31 de agosto, a listagem de todas as matrículas antes do início do ano escolar e todas as realizadas no decurso do ano lectivo no prazo de 10 dias após a sua aceitação, bem como estão obrigados a comunicar todos os cidadãos que abandonarem ou forem excluídos no decurso do ano lectivo da frequência do estabelecimento de ensino.

#### ARTIGO QUINTO – ESTABELECIMENTOS SOCIAIS.

1 – Os estabelecimentos sociais estão obrigados a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos estabelecimentos sociais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte, a listagem de todos os cidadãos a frequentar esses mesmos estabelecimentos, bem como estão obrigados a comunicar todos os cidadãos que abandonarem ou forem excluídos no decurso do mês anterior.

#### ARTIGO SEXTO – ENTIDADES DA SAÚDE.

1 – Nos termos do presente título e tendo presente a celeridade da comparticipação das despesas medicamentosas e de saúde dos beneficiários das prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos especiais e portadores de doença crónica, compete às entidades farmacêuticas e da saúde transmitir até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, o resumo das facturas inerentes a cada beneficiário à matriz social competente da área de localização da entidade farmacêutica ou da saúde, preferencialmente por correio electrónico.

2 – Nos termos do número anterior, é competência das entidades farmacêuticas e da saúde proceder ao mais ínfimo rigor face às despesas medicamentosas ou de saúde de cada um beneficiário em ficha própria de onde conste apenas e só os medicamentos ou tratamentos aos mesmos relativos.

#### ARTIGO SÉTIMO – FORMALIZAÇÃO E INSTRUÇÃO DA SOLICITAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As solicitações de apoio social para as situações de perigo previstas no artigo único, do capítulo segundo, do presente título, formalizam-se mediante apresentação de requerimento pelos cidadãos e as famílias requerentes, em formulário de modelo próprio aprovado por portaria da área presidencial social ou disponibilizado pelos órgãos de soberania sociais, mediante a sua página na internet, devidamente preenchido e assinado por quem tenha a competência para o acto nos termos da lei.

#### ARTIGO OITAVO – HABILITAÇÃO E MEIOS DE PROVA.

1 – Os requerimentos referidos no artigo anterior, são habilitados e instruídos com os meios de prova jurídicos, policiais, sapadores ou sociais referentes a provar a situação

de perigo e as declarações e outros documentos de rendimentos do agregado familiar exigidos a provar a insuficiência de recursos económicos para a satisfação dos produtos e dos serviços prestados consignados pelas prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos.

#### ARTIGO NONO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER.

1 – Tem legitimidade para requerer as prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos, para além dos interessados, os respectivos familiares ou outras pessoas que lhes prestem ou se disponham a prestar assistência, sempre que os mesmos não possam proceder à apresentação do respectivo requerimento.

#### ARTIGO DÉCIMO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos às prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

#### CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.

1 – A atribuição das prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania sociais.

2 – Compete aos órgãos de soberania sociais da área de localização da residência dos beneficiários, a organização dos processos de atribuição das prestações sociais e o respectivo processamento e pagamento.

##### ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os órgãos de soberania sociais deveram notificar os requerentes da atribuição das prestações sociais na eventualidade de insuficiência de recursos económicos, do montante e da data a que o início se reporta.

##### ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Sempre que na apreciação do processo se verifiquem não estar reunidas as condições para a atribuição das prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;
- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente para efeitos do disposto nos artigos 7º e 8º, do capítulo anterior, não permitam a verificação das condições de atribuição das prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

#### ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO.

1 – Devidamente instruídos os processos das prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos, serão objecto de decisão da matriz social competente da área de residência do beneficiário.

2 – Em caso de deferimento, a matriz social competente processa o pagamento das prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos mediante as facturas de produtos e de serviços prestados remetidas pelas entidades da educação, da saúde e sociais, sem prejuízo dos montantes máximos legais previstos nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do presente título.

#### ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – As prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos previstas no presente título, é paga mensalmente às entidades da educação, da saúde e sociais com referência à factura, ao montante e ao período a que respeita.

#### ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito às prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos vencidas é de 1 ano, findo o qual revertem a favor dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocadas a pagamento com conhecimento da pessoa a quem as prestações sociais são pagas.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

## CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da educação, da saúde, notarial, fiscal, social e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

### ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

### ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS.

1 – Os prazos fixados para normas relativas às prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos, contam-se nos termos previstos no processo civil.

### ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores das prestações sociais no âmbito da eventualidade de insuficiência de recursos económicos anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários das prestações sociais os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem as prestações sociais eram pagas ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.



4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito às prestações sociais, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por insuficiência de recursos económicos anteriores à entrada em vigor do presente código, bem como os processos que se iniciarem no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, serão revistos de acordo com o previsto no presente título.

#### ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se o código do regime da segurança social nos termos do disposto no livro décimo terceiro, da parte primeira, da presente matéria, do presente código.

#### ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime estabelecido no presente título, aplica-se às prestações e processos requeridos anteriormente à entrada em vigor do presente código e que se mantenham após a sua vigência, sem efeitos retroactivos.

### TÍTULO DÉCIMO QUARTO – REGIME JURÍDICO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS DE FALECIMENTO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social na eventualidade falecimento dos cidadãos menores, dos beneficiários dos regimes contributivos da segurança social no âmbito do subsistema previdencial, dos beneficiários do subsistema da aposentação e dos cidadãos abrangidos no âmbito do subsistema de riscos sociais.

2 – A protecção na eventualidade falecimento realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar os gastos com funerais, bem como as pensões de alimentos a menores em consequência da situação de falecimento de um dos cônjuges.

#### ARTIGO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DA EVENTUALIDADE.

1 – Para efeitos do disposto no presente título, é considerado o falecimento do beneficiário resultante de doença, com excepção de acidente laboral ou de doença profissional.

### ARTIGO TERCEIRO – PRESUNÇÃO DE FALECIMENTO.

1 – Para efeitos do presente título, é equiparado ao falecimento, o desaparecimento do beneficiário em caso de conflito armado, de calamidade pública, de sinistro, de catástrofe natural ou ocorrência semelhante, em condições que permitam presumir nos termos do processo previsto no artigo 9º, do capítulo sétimo, do presente título, o seu falecimento.

2 – O pagamento do subsídio de falecimento e da pensão de alimentos em caso de desaparecimento nos termos do número anterior, tem natureza provisória e só se torna definitiva com a certidão de óbito ou a declaração de falecimento presumido previsto no artigo requisitos de morte presumida, do código civil.

### ARTIGO QUARTO – MODALIDADE DAS PRESTAÇÕES.

1 – A protecção por falecimento de cidadãos menores é realizada mediante a atribuição do subsídio de falecimento.

2 – A protecção por falecimento dos beneficiários activos ou pensionistas é realizada mediante a atribuição do subsídio de falecimento, bem como da pensão de alimentos sempre que na data do óbito existam descendentes ao encargo do falecido ou a mesma esteja a ser prestada aos descendentes nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo seguinte.

### ARTIGO QUINTO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – Estão abrangidos pela protecção prevista no presente título, os cidadãos portugueses, externos, refugiados e apátridas, que residam em espaço territorial português e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

2 – Para efeitos do número anterior, são equiparados a cidadãos residentes para efeitos da atribuição das prestações sociais na eventualidade falecimento, os cidadãos portadores dos títulos válidos referidos no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

### ARTIGO SEXTO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção na eventualidade falecimento concretiza-se mediante a atribuição do subsídio de falecimento e da pensão de alimentos.

2 – O subsídio de falecimento é de concessão única e a pensão de alimentos é de concessão continuada.

3 – O subsídio de falecimento destina-se a compensar o acréscimo de encargos decorrentes do falecimento do beneficiário, tendo presente facilitar a reorganização da vida familiar.

4 – A pensão de alimentos destina-se a compensar a ausência das bases de sustento do falecido nos encargos familiares com os descendentes e da pensão de alimentos prestada pelo falecido aos descendentes do cônjuge separado judicialmente de pessoas e bens e do divorciado, tendo presente auxiliar nos encargos com os próprios descendentes em toda a fase do ciclo educativo.

## **CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NA EVENTUALIDADE FALECIMENTO.**

1 – É condição de atribuição das prestações sociais na eventualidade falecimento previstas no presente título, que o titular do direito seja residente em espaço territorial português ou se encontre em situação equiparada nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro.

2 – Com excepção dos profissionais da administração pública nos termos do disposto no número 2 do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro, do disposto em instrumento internacional a que Portugal esteja vinculado ou em legislação especial, as prestações sociais concedidas no âmbito da eventualidade falecimento não são transferíveis para o exterior do espaço territorial português.

### **ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO.**

1 – É condição de atribuição do subsídio de falecimento na eventualidade falecimento a apresentação do comprovativo dos encargos com o funeral do beneficiário.

### **ARTIGO TERCEIRO – CONDIÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE ALIMENTOS.**

1 – É condição de atribuição da pensão de alimentos na eventualidade falecimento aos descendentes dos cônjuges, dos cidadãos que vivam em união de facto nos termos do disposto no capítulo terceiro, do título primeiro, do presente livro, dos cônjuges separados judicialmente de pessoas e bens e dos divorciados, se à data do falecimento do beneficiário, estivessem sobre a sua dependência em comunhão de mesa e de habitação ou recebessem a pensão de alimentos decretada ou homologada pelo órgão de soberania

jurídico competente do processo ou se esta não lhes tivesse sido atribuída por falta de capacidade económica do falecido judicialmente reconhecida.

### CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA DA PENSÃO DE ALIMENTOS E DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA DA PENSÃO DE ALIMENTOS.

1 – O prazo para a atribuição da pensão de alimentos na eventualidade falecimento previsto no presente título aos descendentes dos beneficiários falecidos, é até os descendentes terminarem o ciclo universitário e iniciarem o estágio nas reais forças armadas portuguesa.

#### ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE MÁXIMO DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO.

1 – O subsídio de falecimento tem como limite máximo o valor de dois salários mínimos nacionais à data do facto que determinou a atribuição.

2 – Nos casos em que o óbito ocorra em estado soberano externo, ao valor atribuído nos termos do número anterior, acrescem as despesas de transladação do corpo, até ao limite do dobro do valor atribuído do subsídio de falecimento.

#### ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE MÁXIMO DA PENSÃO DE ALIMENTOS.

1 – A pensão de alimentos tem como limite máximo a quantia de 30 contos por cada descendente, independentemente do valor que a mesma represente.

### CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DA PENSÃO DE ALIMENTOS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DA PENSÃO DE ALIMENTOS.

1 – A pensão de alimentos atribuída no âmbito da eventualidade falecimento tem início no primeiro mês em que o cônjuge, cidadão que viva em união de facto, cônjuge separado judicialmente de pessoas e bens e divorciado se vir privado de rendimentos ou da pensão de alimentos atribuída pelo cidadão falecido.

#### ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO.

1 – O direito à pensão de alimentos na eventualidade falecimento é suspenso nas situações em que se verifique a transferência de residência do espaço territorial português para estado soberano externo do cônjuge, cidadão que viva em união de facto, cônjuge separado judicialmente de pessoas e bens e divorciado e dos descendentes, com excepção de em relação aos descendentes se verificar uma situação de intercâmbio escolar com estados soberanos externos.

2 – A suspensão do direito à pensão de alimentos na eventualidade falecimento inicia-se a partir do mês seguinte àquele em que ocorrerem os factos que a determinaram, sem prejuízo da sua retoma.

3 – Consideram-se prestações indevidamente pagas, as que forem colocadas à disposição dos titulares do direito em momento posterior ao que determina a suspensão das prestações nos termos previstos no número anterior.

4 – A decisão de suspensão da pensão de alimentos na eventualidade de falecimento não está sujeita a audiência prévia do interessado.

5 – A matriz social competente deve notificar a suspensão do direito à pensão de alimentos na eventualidade falecimento no prazo de 30 dias após o conhecimento dos factos que a determinaram, devendo em igual prazo solicitar a devolução das prestações indevidamente pagas aos titulares do direito.

6 – A retoma do direito à pensão de alimentos na eventualidade falecimento, tem origem no mês seguinte àquele em que deixarem de se verificar os condicionalismos que hajam determinado a suspensão.

### ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO À PENSÃO DE ALIMENTOS.

1 – O direito à pensão de alimentos na eventualidade falecimento cessa sempre que:

- a) Os descendentes terminarem o ciclo universitário e iniciarem o estágio nas reais forças armadas portuguesas;
- b) Se verifique o casamento ou a união de facto do cidadão que viva com o beneficiário falecido em união de facto e a pensão de alimentos esteja a ser atribuída no âmbito dos seus descendentes;
- c) Ocorra o falecimento dos titulares do direito.

## CAPÍTULO QUINTO – ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Com excepção das prestações sociais respeitantes ao mesmo interesse protegido e salvo disposição legal em contrário, o subsídio de falecimento e a pensão de



alimentos é acumulável com toda e qualquer prestação social atribuída pelos órgãos de soberania sociais.

## ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos das prestações sociais na eventualidade falecimento são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos, sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

## CAPÍTULO SEXTO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS TITULARES DO DIREITO.

1 – Os titulares do direito das prestações sociais na eventualidade falecimento são obrigados a comunicar aos órgãos de soberania sociais:

- a) Qualquer alteração de residência e de composição do agregado familiar;
- b) A titularidade de pensões ou de outras prestações compensatórias, respectivos montantes e respectivas actualizações, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- c) O ingresso dos descendentes no estágio profissional ao serviço das reais forças armadas portuguesa;
- d) O óbito do beneficiário;
- e) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

2 – São ainda deveres dos titulares do direito das prestações sociais na eventualidade falecimento apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 10 dias a contar da data da ocorrência do facto.

### ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida das

prestações sociais ou outros factos relativos aos deveres dos titulares do direito, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

## **CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

1 – A gestão e a organização dos processos das prestações sociais regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

### **ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.**

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção das prestações sociais na eventualidade falecimento, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com os estabelecimentos de ensino e os órgãos de soberania notariais, fiscais, legislativos e jurídicos.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da educação, notarial, fiscal, legislativa, jurídica e social.

### **ARTIGO TERCEIRO – MATRIZES NOTARIAIS.**

1 – As matrizes notariais estão obrigadas a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos órgãos de soberania notariais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte ao mês a que respeite, a listagem de todos os registos civis de nascimentos, bem como de todos os cidadãos que faleceram no mês anterior, na sua área de circunscrição geográfica municipal.

#### ARTIGO QUARTO – REQUERIMENTO DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO.

1 – O subsídio de falecimento deve ser requerido pelos interessados que provem ter suportado os encargos com o funeral do beneficiário falecido.

2 – No caso de requerimento apresentado por mais de um interessado, o requerimento deve mencionar todos os interessados que suportaram o encargo relativo ao funeral do cidadão falecido e os respectivos montantes suportados por cada um.

3 – Nos termos do número anterior, o pagamento é repartido proporcionalmente aos montantes suportados por cada um interessado.

#### ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO DA PENSÃO DE ALIMENTOS.

1 – A pensão de alimentos deve ser requerida pelos interessados que provem a comunhão de mesa e de habitação ou a decisão jurídica de atribuição pelo cidadão falecido da pensão de alimentos aos descendentes e que os descendentes cumprem as condições da sua atribuição, nomeadamente sejam menores e se encontrem na fase materna ou a frequentar estabelecimentos de ensino.

#### ARTIGO SEXTO – PRAZO PARA REQUERER O SUBSÍDIO DE FALECIMENTO.

1 – O prazo para requerer o subsídio de falecimento é de 1 ano, a partir da data em que a ocorreu o óbito ou da data do seu desaparecimento nos casos de presunção previstos no artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título.

#### ARTIGO SÉTIMO – PRAZO PARA REQUERER A PENSÃO DE ALIMENTOS.

1 – O prazo para requerer a pensão de alimentos é de 1 ano, a partir da data em que deixou de ser entregue aos descendentes rendimentos ou a pensão de alimentos pelo cidadão falecido.

#### ARTIGO OITAVO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO.

1 – O requerimento do subsídio de falecimento é instruído com os seguintes elementos:

- a) Nome de todos os interessados;
- b) Certidão de óbito do cidadão falecido;
- c) Comprovativo dos encargos com o funeral;

- d) Número de identificação bancário de todos os interessados, para o processamento do pagamento.

#### ARTIGO NONO – MEIOS DE PROVA DA PENSÃO DE ALIMENTOS.

1 – O requerimento da pensão de alimentos é instruído com os seguintes elementos:

- a) Nome do interessado;
- b) Nome dos descendentes a que respeita a pensão de alimentos, data de nascimento e estabelecimento de ensino em frequência;
- c) Certidão de óbito do cidadão falecido;
- d) Documento fiscal da comunhão de mesa e de habitação ou documento jurídico comprovativo da obrigação da pensão de alimentos do cidadão falecido aos descendentes decretada ou homologada ou judicialmente reconhecida sempre que não atribuída por incapacidade económica do falecido, à data do falecimento;
- e) Número de identificação bancário do interessado ou dos descendentes sempre que com idade igual ou superior a 18 anos.

#### ARTIGO DÉCIMO – PROVA DO DESAPARECIMENTO.

1 – Para efeitos da instrução do processo de atribuição do subsídio de falecimento e da pensão de alimentos prevista no presente título, a certidão de óbito é substituída pela declaração de desaparecimento e das condições em que o mesmo ocorreu, acompanhada dos elementos com que se fundamenta a presunção de falecimento, confirmada pela área presidencial correspondente do facto que motivou a declaração.

2 – A declaração prevista no número anterior, é prestada sob compromisso de honra pelo requerente e confirmada por escrito por duas testemunhas.

3 – Na instrução do processo a matriz social competente, pode exigir outros documentos comprovativos do desaparecimento.

4 – Sempre que nos termos do presente artigo, superveniente se apresente o beneficiário que originou o subsídio de falecimento ou a pensão de alimentos, os interessados que beneficiaram do subsídio de falecimento ou da pensão de alimentos de boa-fé, são obrigados à restituição dos mesmos montantes, sem nenhuns custos adicionais ou juros acrescidos pelo decurso do tempo que o mesmo decorreu.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER.

1 – A titularidade do direito ao subsídio de falecimento é reconhecida ao cidadão ou à entidade que tenha suportado os encargos com o funeral do beneficiário e que os apense ao próprio requerimento de solicitação.

2 – A titularidade do direito à pensão de alimentos é reconhecida ao cônjuge ou cidadão que com o beneficiário falecido viva em união de facto nos termos do disposto no capítulo terceiro, do título primeiro, do presente livro, ao cônjuge separado judicialmente de pessoas e bens e ao divorciado sempre que os descendentes possuírem idade inferior a 18 anos e sempre que a idade seja igual ou superior a 18 anos aos próprios descendentes.

## ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos ao subsídio de falecimento e às pensões de alimentos se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

## CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.

1 – A atribuição das prestações sociais no âmbito da eventualidade falecimento é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania sociais.

2 – Compete aos órgãos de soberania sociais da área de localização da residência dos beneficiários falecidos, a organização dos processos de atribuição das prestações sociais e o respectivo processamento e pagamento.

### ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os órgãos de soberania sociais deveram notificar os requerentes da atribuição das prestações sociais na eventualidade falecimento, do montante e da data a que o início se reporta.

### ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Sempre que na apreciação do processo se verificarem não estar reunidas as condições para a atribuição das prestações sociais no âmbito da eventualidade falecimento, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;



- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente para efeitos do disposto nos artigos 4º e 5º e nos artigos 8º ao 10º, do capítulo anterior, não permitam a verificação das condições de atribuição das prestações sociais no âmbito da eventualidade falecimento, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

#### ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO.

1 – Devidamente instruídos os processos das prestações sociais no âmbito da eventualidade falecimento, serão objecto de decisão da matriz social competente da área de residência do beneficiário.

2 – Em caso de deferimento, a matriz social competente processa o pagamento das prestações sociais no âmbito da eventualidade falecimento mediante as facturas dos encargos com o funeral ou os correspondentes processos jurídicos ou sociais de concessão da pensão de alimentos, sem prejuízo da determinação dos montantes máximos legais previstos nos termos do disposto nos artigos 2º e 3º, do capítulo terceiro, do presente título.

#### ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O pagamento do subsídio de falecimento é realizado até ao sétimo dia após a entrega do requerimento de instrução acompanhado dos elementos de prova.

2 – A pensão de alimentos é de concessão mensal, sendo atribuída doze vezes por ano, correspondentes a cada mês e é realizada até ao dia 3 de cada mês.

3 – Os órgãos de soberania sociais processam o pagamento do subsídio de falecimento e da pensão de alimentos, por transferência bancária para as correspondentes contas bancárias dos titulares do direito.

#### ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito às prestações sociais no âmbito da eventualidade falecimento vencidas é de 1 ano, findo o qual revertem a favor dos órgãos de soberania sociais.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocadas a pagamento com conhecimento da pessoa a quem as prestações sociais são pagas.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

## CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da educação, notarial, fiscal, social, legislativa e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

### ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

### ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS.

1 – Os prazos fixados para normas relativas às prestações sociais no âmbito da eventualidade falecimento, contam-se nos termos previstos no processo civil.

### ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores das prestações sociais no âmbito da eventualidade falecimento anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários falecidos das prestações sociais os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem as prestações sociais eram pagas ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito às prestações sociais, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por falecimento anteriores à entrada em vigor do presente código, bem como os processos que se iniciarem no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, serão revistos de acordo com o previsto no presente título.

## ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se o código do regime da segurança social e o código dos regimes contributivos da segurança social nos termos do disposto nos livros décimo terceiro e décimo quarto, da parte primeira, da presente matéria, do presente código, respectivamente.

## ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime estabelecido no presente título, aplica-se às prestações e processos requeridos anteriormente à entrada em vigor do presente código e que se mantenham após a sua vigência, sem efeitos retroactivos.

## TÍTULO DÉCIMO QUINTO – REGIME JURÍDICO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES.

### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA.

1 – O presente título define e regulamenta o regime jurídico de protecção social no âmbito do subsistema de catástrofes, cujas eventualidades não sejam obrigatoriamente protegidas por entidades seguradoras.

2 – A protecção no âmbito do subsistema de catástrofes realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias destinadas a compensar os gastos de saúde, de habitabilidade, de equipamentos, de transportes e empresariais dos cidadãos, das famílias e dos sectores de actividade económicos em consequência de situações de alerta, contingência ou calamidade, tendo presente a promoção da sua progressiva inserção e inclusão social.

3 – Ficam excluídas no âmbito do subsistema de catástrofes as situações que possam ser apoiadas pelos competentes serviços de acção social ou sejam financiados por sistemas da segurança social ou por directrizes ou programas de âmbito nacional ou imperial português, com idêntico objecto e natureza.

#### ARTIGO SEGUNDO – TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO.

1 – Os apoios financeiros a conceder no âmbito do subsistema de catástrofes, inserem-se nas seguintes tipologias de intervenção:

- a) Apoios destinados a cidadãos e a famílias;
- b) Apoios destinados aos sectores de actividade económicos.

2 – Os apoios a que se refere a alínea a) do número anterior, destina-se a fazer face às seguintes situações:

- a) De reabilitação de edifícios habitacionais, de equipamentos e de transportes, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- b) Emergência social.

3 – Os apoios a que se refere a alínea b) do número 1, destinam-se a fazer face às seguintes necessidades:

- a) Reabilitação de infra-estruturas de acessibilidade, rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias e hídricas, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- b) Reabilitação de redes de saneamento, de água, de energias e de comunicações, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- c) Reabilitação de edifícios empresariais, de equipamentos e de transportes, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- d) Reabilitação de edifícios comerciais, de equipamentos e de transportes, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- e) Reabilitação de edifícios estatais, de equipamentos e de transportes, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- f) Reabilitação de explorações de pescado e plâncton, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- g) Reabilitação de explorações pecuárias, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- h) Reabilitação de explorações agrícolas, na parte não protegida por seguros obrigatórios;
- i) Reabilitação de explorações extractivas, na parte não protegida por seguros obrigatórios.

### ARTIGO TERCEIRO – ALERTA, CONTINGÊNCIA OU CALAMIDADE.

1 – Nos termos do disposto no número 2 do artigo 1º, do presente capítulo, compreende-se por situações de alerta, contingência ou calamidade as seguintes:

- a) Epidemias humanas;
- b) Conflitos armados;
- c) Fogos;
- d) Fenómenos atmosféricos;
- e) Fenómenos sísmicos;
- f) Inundações;
- g) Drenagens;

- h) Derrocadas e soterramentos;
- i) Poluição;
- j) Contaminações das espécies vegetais e animais.

2 – Os apoios sociais tipificados nos termos do disposto no artigo anterior, a prestar no âmbito do subsistema de catástrofes sempre que ocorram nas situações de alerta, contingência e calamidade referidas no número anterior, destinam-se a atenuar riscos e limitar os efeitos face às ocorrências súbitas e imprevistas de catástrofe, que coloquem os cidadãos, as famílias e os sectores de actividade económicos em situações de grande vulnerabilidade e desprotegidos socialmente nas áreas afectadas, resultantes de não estarem asseguradas condições de vida e de exercício económico condignas e desde que não tenham enquadramento no apoio prestado pelos serviços sociais competentes e recursos municipais.

#### ARTIGO QUARTO – ÂMBITO PESSOAL.

1 – Estão abrangidos pela protecção prevista no presente título, os cidadãos portugueses, externos, refugiados e apátridas, bem como os sectores de actividade económicos que residam ou possuam estabelecimento estável em espaço territorial português que se encontrem nas situações de alerta, contingência ou calamidade nos termos do disposto no artigo anterior e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

2 – Para efeitos do número anterior, são equiparados a cidadãos residentes para efeitos da atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, os cidadãos portadores dos títulos válidos referidos no artigo 5º, do capítulo primeiro, do título primeiro, do presente livro e que satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações sociais.

#### ARTIGO QUINTO – ÂMBITO MATERIAL.

1 – A protecção a prestar aos cidadãos e às famílias no âmbito do subsistema de catástrofes regulada no presente título, é assegurada mediante a atribuição de prestações pecuniárias mensais denominadas:

- a) Subsídio de saúde, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de tratamentos de saúde ou despesas medicamentosas, sempre que se verifique a perda dos rendimentos laborais que possam ter cessado com as situações de catástrofes e não se verifique a integração imediata nas forças de intervenção portuguesas;
- b) Subsídio de habitação, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de renda de habitação, sempre que se verifique a perda dos rendimentos laborais que possam ter cessado com as situações de catástrofes e não se verifique a integração imediata nas forças de intervenção portuguesas e até ao termo da conclusão da construção ou da reparação do edifício habitacional afectado com a catástrofe;



- c) Subsídio de equipamentos sociais, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de frequência de equipamentos sociais, sempre que se verifique a perda dos rendimentos laborais que possam ter cessado com as situações de catástrofes e não se verifique a integração imediata nas forças de intervenção portuguesas;
- d) Subsídio de reabilitação de edifícios habitacionais, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de construção, conservação, reparação ou restauro dos imóveis habitacionais, devidamente registados e matriculados nos termos da administração notarial e da administração tributária, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa todo o edifício ou apenas parte do edifício;
- e) Subsídio de reabilitação de equipamentos móveis relativos aos edifícios habitacionais, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de reparação ou de aquisição de equipamentos móveis, devidamente protegidos por seguro obrigatório, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa todo o equipamento ou apenas parte do equipamento;
- f) Subsídio de reabilitação de transportes familiares, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de reparação ou de aquisição de transporte, devidamente registados nos termos da administração notarial e protegidos por seguro obrigatório, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa todo o transporte ou apenas parte do transporte.

2 – A protecção a prestar aos sectores de actividade económicos no âmbito do subsistema de catástrofes regulada no presente título, é assegurada mediante a atribuição de prestações pecuniárias mensais denominadas:

- a) Subsídio de estabelecimento, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de renda de estabelecimento, sempre que se verifique impedimento de exercício económico do edifício sectorial afectado com a situação de catástrofes e até ao termo da conclusão da construção ou da reparação desse mesmo edifício sectorial;
- b) Subsídio de reabilitação de infra-estruturas de acessibilidade, rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias e hídricas, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de construção, conservação, reparação ou restauro das infra-estruturas de acessibilidade, devidamente registadas e matriculadas nos termos da administração notarial e da administração tributária, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa toda a infra-estrutura ou apenas parte da infra-estrutura;
- c) Subsídio de reabilitação de redes, de saneamento, de água, de energias e de comunicações, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de construção, conservação, reparação ou restauro das infra-estruturas das redes, devidamente registadas e matriculadas nos termos da administração da prevenção, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa toda a rede ou apenas parte da rede;

- d) Subsídio de reabilitação de edifícios sectoriais públicos e privados, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de construção, conservação, reparação ou restauro dos imóveis sectoriais, devidamente registados e matriculados nos termos da administração notarial e da administração tributária, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa todo o edifício ou apenas parte do edifício;
- e) Subsídio de reabilitação de equipamentos móveis relativos aos edifícios sectoriais, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de reparação ou de aquisição de equipamentos móveis, devidamente protegidos por seguro obrigatório, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa todo o equipamento ou apenas parte do equipamento;
- f) Subsídio de reabilitação de transportes sectoriais, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de reparação ou de aquisição de transporte, devidamente registados nos termos da administração notarial e protegidos por seguro obrigatório, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa todo o transporte ou apenas parte do transporte;
- g) Subsídio de reabilitação de exploração, destinam-se a fazer face a necessidades urgentes de reparação das fontes de criação de riqueza dos sectores de actividade económicos da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais e da extracção e dos minerais, devidamente registadas nos termos da administração tributária, que por motivo da catástrofe se tenham verificado prejuízos que coloquem em causa toda a exploração ou apenas parte da exploração.

## CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO ÚNICO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES.

1 – As condições de atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes para os cidadãos e as famílias a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 2º, do capítulo anterior, são avaliadas pelos órgãos de soberania sapadores, legislativos, jurídicos, notariais, fiscais e sociais, tendo presente as situações previstas no artigo 3º, do capítulo anterior, o inventário dos prejuízos causados e as respectivas apólices de seguros sempre que obrigatórias nos termos da lei.

2 – As condições de atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes pelos sectores de actividade económicos a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 2º, do capítulo anterior, são avaliadas pelos órgãos de soberania sapadores,

legislativos, jurídicos, notariais, fiscais e sociais, tendo presente as situações previstas no artigo 3º, do capítulo anterior, o inventário dos prejuízos causados e as respectivas apólices de seguros sempre que obrigatórias nos termos da lei, bem como a idoneidade do sector de actividade económico requerente.

3 – Consideram-se verificado o requisito de idoneidade previsto na última parte do número anterior, sempre que o sector de actividade económico requerente:

- a) Se encontre regularmente constituído e devidamente registado, possua licença de funcionamento e alvará de exercício de actividade económica;
- b) Possuir a situação regularizada perante a administração tributária e social.

### **CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS PRAZOS DE GARANTIA E DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

#### **ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA.**

1 – O prazo para a atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes previsto no presente título aos cidadãos, às famílias e aos sectores de actividade económicos referidos no artigo 4º, do capítulo primeiro, do presente título, é até à data em que a situação de alerta, contingência ou calamidade culmine, sejam substituídos ou reparados os bens patrimoniais e deixe de se verificar a necessidade dos apoios sociais a prestar no âmbito do subsistema de catástrofes.

#### **ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

1 – Os valores máximos de apoio social a conceder no âmbito do subsistema de catástrofes são:

- a) Os registados pelas entidades da saúde relativas a despesas de saúde e medicamentosas nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título;
- b) Os aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da construção, fiscal, notarial, social e jurídica, relativos a arrendamento de edifícios habitacionais nos termos da alínea b) do número 1 ou sectoriais nos termos da alínea a) do número 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título;
- c) Os aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais social e jurídica, para as mensalidades de frequência em edifícios sociais nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título;
- d) Os registados pelas matrizes fiscais para efeitos de edifícios habitacionais nos termos da alínea d) do número 1 ou sectoriais nos

- termos da alínea d) do número 2, bem como para infra-estruturas de acessibilidades nos termos da alínea b) e de redes nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título;
- e) Os registados pelas companhias de seguros para efeitos de equipamentos móveis nos termos da alínea e) dos números 1 e 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título;
- f) Os registados pelas matrizes notariais para efeitos de transportes nos termos da alínea f) dos números 1 e 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título;
- g) Os aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais social, fiscal, jurídica e respectivamente consoante o sector de actividade económico da área da pesca, do pescado e do plâncton, da pecuária e dos animais, da agricultura e dos vegetais ou da extracção e dos minerais nos termos da alínea g) do número 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título.

2 – Aos valores apurados nos termos do número anterior, são deduzidas as correspondentes amortizações, calculadas da data de aquisição dos bens até à data de ocorrência da catástrofe, bem como são deduzidos os valores que possam ser atribuídos aos cidadãos, às famílias e aos sectores de actividade económicos pelas entidades seguradoras relativos aos mesmos bens.

## **CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

### **ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.**

1 – As prestações sociais atribuídas no âmbito do subsistema de catástrofes são devidas a partir da data em que os órgãos de soberania legislativos e sociais confirmem a situação de alerta, contingência ou calamidade e a necessidade dos apoios sociais a prestar, não podendo ser anterior à data do requerimento.

### **ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO.**

1 – O direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes é suspenso nas situações em que se verifique a cessação da situação de alerta, contingência ou calamidade nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título e a necessidade dos apoios sociais, bem como sempre que se verifique que o cidadão, a família ou o sector de actividade económico titulares do direito deixem de usufruir dos produtos e dos serviços prestados das entidades da saúde ou de frequentar as entidades sociais, bem como não procedam à substituição ou reparação dos bens patrimoniais referidos no requerimento.

2 – A suspensão do direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes inicia-se a partir do mês seguinte àquele em que ocorrerem os factos que a determinaram, sem prejuízo da sua retoma.

3 – Consideram-se prestações indevidamente pagas, as que forem colocadas à disposição das entidades da saúde e sociais e dos cidadãos, das famílias ou dos sectores de actividade económicos em momento posterior ao que determina a suspensão das prestações nos termos previstos no número anterior.

4 – A decisão de suspensão das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes está sujeita a audiência prévia do interessado.

5 – A matriz social competente deve notificar a suspensão do direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes no prazo de 15 dias após a audiência prévia prevista no número anterior e o conhecimento dos factos que as determinaram, devendo em igual prazo solicitar a devolução das prestações indevidamente pagas às entidades da saúde e sociais e aos cidadãos, às famílias e aos sectores de actividade económicos.

6 – A retoma do direito às prestações no âmbito do subsistema de catástrofes, tem origem no mês seguinte àquele em que deixarem de se verificar os condicionalismos que hajam determinado a suspensão.

### ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO ÀS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – O direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes cessa sempre que:

- a) Cesse a situação de alerta, contingência ou calamidade;
- b) Deixem os titulares do direito de residir em espaço territorial português;
- c) Ocorra o falecimento dos titulares do direito;
- d) Ocorra o encerramento do exercício de actividade dos sectores de actividade económicos.

### CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Salvo disposição legal em contrário, não são acumuláveis entre si e com outras prestações sociais as prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, desde que respeitante ao mesmo interesse protegido.

#### ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS.

1 – Para efeitos das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes são consideradas as prestações sociais concedidos por regimes da segurança social externos,



sem prejuízo do disposto em instrumentos internacionais a que Portugal se encontre vinculado.

## CAPÍTULO SEXTO – DEVERES.

### ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS.

1 – Os titulares das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes são obrigados a comunicar aos órgãos de soberania sociais:

- a) Qualquer alteração de residência e de composição do agregado familiar;
- b) Qualquer alteração relativa às entidades da saúde e sociais a quem estejam a ser atribuídas as prestações sociais;
- c) A titularidade de pensões ou de outras prestações, respectivos montantes e respectivas actualizações, bem como o regime de protecção social pelo qual lhe são atribuídas;
- d) O óbito do beneficiário;
- e) Qualquer outra situação susceptível de impossibilitar o reconhecimento do direito às prestações ou determinar a sua cessação.

2 – São ainda deveres dos beneficiários das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes apresentar todos os meios probatórios que sejam solicitados pelos órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO.

1 – A comunicação dos factos a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuada por declaração do próprio ou de quem o represente no prazo de 10 dias a contar da data da ocorrência do facto.

### ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES.

1 – O incumprimento dos deveres dos beneficiários previstos no artigo 1º, do presente capítulo, por acção ou omissão, bem como as falsas declarações, omissões e a utilização de qualquer meio fraudulento de que resulte a concessão indevida das prestações sociais ou outros factos relativos aos deveres dos beneficiários, não impedem:

- a) A aplicação do regime de responsabilidade emergente do recebimento de prestações sociais indevidas nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do presente livro;
- b) Do apuramento de responsabilidade penal regulada no regime das infracções sociais nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo primeiro, do título terceiro, do livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

## CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

### ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – A gestão e a organização dos processos das prestações sociais regulados no presente título compete aos órgãos de soberania sociais competentes da área de residência dos beneficiários.

### ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES.

1 – Os órgãos de soberania sociais devem promover a articulação com as entidades e serviços com competência para comprovar os requisitos de que depende a atribuição e manutenção das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, tendo presente assegurar o correcto enquadramento das situações a proteger, nomeadamente com os estabelecimentos farmacêuticos, da saúde e sociais, as entidades seguradoras e os órgãos de soberania sapadores, notariais, fiscais, legislativos e jurídicos.

2 – Para os efeitos referidos no número anterior, devem ser estabelecidos os procedimentos a observar na promoção da informação entre as entidades e serviços envolvidos, designadamente mediante a utilização de suporte electrónico ou por articulação das respectivas bases de dados nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria, da construção, da prevenção, da saúde, notarial, fiscal, legislativa, jurídica e social.

### ARTIGO TERCEIRO – ESTABELECIMENTOS SOCIAIS.

1 – Os estabelecimentos sociais estão obrigados a comunicar às matrizes sociais competentes da área de localização dos estabelecimentos sociais, preferencialmente por correio electrónico, até ao dia 10 do mês seguinte, a listagem de todos os cidadãos a frequentar esses mesmos estabelecimentos, bem como estão obrigados a comunicar todos os cidadãos que abandonarem ou forem excluídos no decurso do mês anterior.

### ARTIGO QUARTO – FORMALIZAÇÃO E INSTRUÇÃO DA SOLICITAÇÃO DOS APOIOS SOCIAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES.

1 – As solicitações de apoio sociais para as situações de alerta, contingência ou calamidade previstas no artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título, formalizam-se mediante apresentação de requerimento pelos cidadãos, pelas famílias e pelos sectores de actividade económicos requerentes, em formulário de modelo próprio aprovado por portaria conjunta das áreas presidenciais da construção, da prevenção, notarial, fiscal e

social ou disponibilizado pelos órgãos de soberania sociais, mediante a sua página na internet, devidamente preenchido e assinado por quem tenha a competência para o acto nos termos da lei e ou dos estatutos.

## ARTIGO QUINTO – HABILITAÇÃO E MEIOS DE PROVA.

1 – Os requerimentos referidos no artigo anterior, são habilitados e instruídos com os meios de prova:

- a) Legislativos, jurídicos ou sociais referentes a provar a situação de alerta, contingência ou calamidade previstas no artigo 3º, do capítulo primeiro, do presente título;
- b) As declarações e outros documentos de rendimentos do agregado familiar, exigidos a provar a insuficiência de recursos económicos para a satisfação dos produtos e dos serviços prestados consignados pelas prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes nos termos das alíneas a) e c) do número 1 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título;
- c) Contrato de arrendamento temporário, para efeitos do arrendamento de edifícios habitacionais nos termos da alínea b) do número 1 ou sectoriais nos termos da alínea a) do número 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título;
- d) Caderneta predial da matriz fiscal e apólice de seguro para efeitos de edifícios habitacionais nos termos da alínea d) do número 1 ou sectoriais nos termos da alínea d) do número 2, bem como para infra-estruturas de acessibilidades nos termos da alínea b) e de redes nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título, bem como os montantes atribuídos pelas próprias companhias de seguros face à responsabilidade de reparação desses mesmos prejuízos;
- e) Apólice de seguro das companhias de seguros para efeitos de equipamentos móveis nos termos da alínea e) dos números 1 e 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título, bem como os montantes atribuídos pelas próprias companhias de seguros face à responsabilidade de reparação desses mesmos prejuízos;
- f) Certidão notarial da matriz notarial e apólice de seguro para efeitos de transportes nos termos da alínea f) dos números 1 e 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título, bem como os montantes atribuídos pelas próprias companhias de seguros face à responsabilidade de reparação desses mesmos prejuízos;
- g) As três últimas declarações de rendimentos anuais dos sectores de actividade económicos para efeitos da alínea g) do número 2 do artigo 5º, do capítulo primeiro, do presente título.

2 – Para além dos elementos referidos no número anterior, face à substituição, reparação ou reabilitação dos bens patrimoniais que tenham sofrido prejuízos, os cidadãos, as famílias e os sectores de actividade económicos, estão obrigados a apresentar

facturas proforma da reparação dos bens patrimoniais ou da aquisição de bens patrimoniais de substituição.

3 – Nos termos da alínea g) do número 1, sempre que os sectores de actividade económicos não estejam constituídos e matriculados há mais de 3 anos, relevam para efeito dos meios de prova as declarações anuais que tenham sido entregues, pelo que não existindo, proceder-se-á à averiguação dos termos legais de constituição e matrícula dos mesmos sectores de actividade económicos.

4 – Após a organização dos processos no âmbito do subsistema de catástrofes os mesmos são remetidos no imediato ao órgão de soberania legislativo competente, para a decisão correspondente.

#### ARTIGO SEXTO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER.

1 – Tem legitimidade para requerer as prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, para além dos interessados, os respectivos familiares ou outras pessoas que lhes prestem ou se disponham a prestar assistência, sempre que os mesmos não possam proceder à apresentação do respectivo requerimento.

#### ARTIGO SÉTIMO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do requerimento de instrução dos processos relativos às prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes se suscitem dúvidas, a matriz social notifica o interessado ou os interessados para no prazo de 10 dias suprir as dúvidas suscitadas.

#### CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA.

1 – A atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes é objecto de decisão expressa dos órgãos de soberania legislativos e jurídicos.

2 – Nos termos do número anterior, os apoios sociais no âmbito do subsistema de catástrofes são concedidos por despacho conjunto dos presidentes das áreas presidenciais social e das finanças e dos presidentes das áreas presidenciais envolvidas da catástrofe, dos bens envolvidos e da sua reabilitação, que o remetem no imediato ao órgão de soberania jurídico competente.

3 – Compete ao presidente do órgão de soberania jurídico a aprovação do despacho referido no número anterior no prazo de 5 dias após a sua chegada e o seu envio após a sua aprovação no imediato para o órgão de soberania social competente.

4 – Compete aos órgãos de soberania sociais da área de localização da residência dos beneficiários, a organização dos processos de atribuição das prestações sociais e o respectivo processamento e pagamento.

## ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Os órgãos de soberania sociais deveram notificar os requerentes da atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, do montante e da data a que o início se reporta.

## ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.

1 – Sempre que na apreciação do processo se verifiquem não estar reunidas as condições para a atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, deverão os órgãos de soberania sociais informar o requerente:

- a) Do não preenchimento das condições de atribuição;
- b) De que devem prestar prova da existência das condições legais no prazo que lhes for estabelecido para o efeito;
- c) De que a solicitação se considera indeferida no dia seguinte ao termo do prazo estabelecido, desde que durante o mesmo prazo não se tenha procedido à comprovação respectiva.

2 – Sempre que os elementos remetidos pelo requerente para efeitos do disposto nos artigos 4º e 5º, do capítulo anterior, não permitam a verificação das condições de atribuição das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, há origem à emissão da decisão devidamente fundamentada.

## ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO.

1 – Devidamente instruídos os processos das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, serão objecto de decisão do órgão de soberania legislativo e da aprovação do órgão de soberania jurídico, competentes da área de residência do beneficiário.

2 – Em caso de deferimento, a matriz social competente processa o pagamento das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, mediante a apresentação pelos beneficiários das facturas das entidades fornecedoras de produtos substituídos, reparados ou reabilitados e de serviços prestados, sem prejuízo dos montantes máximos legais previstos nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do presente título.

## ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS.



1 – As prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes previstas no presente título, são pagas às entidades fornecedoras referidas no artigo anterior, no prazo de 15 dias após a sua entrega e validação na matriz social competente, com referência à factura, ao montante e ao período a que respeita.

#### ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1 – O prazo de prescrição do direito às prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes vencidas é de 1 ano, findo o qual revertem a favor do fundo de catástrofes do real instituto financeiro português.

2 – Para efeito do número anterior, considera-se que a contagem do respectivo prazo se inicia no dia em que foram colocadas a pagamento com conhecimento da pessoa a quem as prestações sociais são pagas.

3 – São equiparados a prestações sociais colocadas a pagamento, as que se encontrem legalmente suspensas por incumprimento de obrigações imputáveis ao titular ou às pessoas a quem as prestações são pagas.

#### CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

##### ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO.

1 – Os procedimentos administrativos necessários e exigidos à execução do disposto no presente título, são aprovados por portaria conjunta das áreas presidenciais da construção, da prevenção, das finanças, da saúde, notarial, fiscal, social e jurídica.

2 – Sempre que a definição dos procedimentos administrativos de execução se inserir no âmbito de competências de uma única área presidencial, a sua aprovação tem origem mediante a portaria respectiva.

##### ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.

1 – O disposto no presente título, não prejudica a manutenção dos direitos adquiridos em matéria de portabilidade do direito às prestações.

##### ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS.

1 – Os prazos fixados para normas relativas às prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes, contam-se nos termos previstos no processo civil.

##### ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.

1 – As instituições e serviços gestores das prestações sociais no âmbito do subsistema de catástrofes anterior à constituição dos órgãos de soberania sociais, devem a partir da publicação do presente código, remeter às matrizes sociais competentes da área de residência dos beneficiários das prestações sociais os respectivos processos.

2 – Os órgãos de soberania sociais devem notificar as pessoas a quem as prestações sociais eram pagas ao abrigo da legislação anterior e que após a entrada em vigor possuam o direito à sua atribuição, para no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, apresentarem os meios de prova exigidos pelo presente título.

3 – Os meios de prova apresentados nos termos do número anterior, produzem efeitos imediatos a partir da entrada em vigor do presente código.

4 – Em caso de não apresentação dos meios de prova previstos nos números anteriores, devem os órgãos de soberania sociais notificar os interessados de que a sua não apresentação no prazo de 10 dias, sem justificação atendível, determina a perda do direito às prestações sociais, desde o início da vigência do presente código e até ao fim do mês em que seja efectuada a produção das provas.

5 – Todos os processos por catástrofes anteriores à entrada em vigor do presente código, bem como os processos que se iniciarem no período que medeia entre a publicação do presente código e a sua entrada em vigor, serão revistos de acordo com o previsto no presente título.

#### ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente título, aplicam-se o código do regime da segurança social nos termos do disposto no livro décimo terceiro, da parte primeira, da presente matéria, do presente código.

#### ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS.

1 – O regime estabelecido no presente título, aplica-se às prestações e processos requeridos anteriormente à entrada em vigor do presente código e que se mantenham após a sua vigência, sem efeitos retroactivos.

### TÍTULO DÉCIMO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL E CONTRA-ORDENACIONAL.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

#### ARTIGO PRIMEIRO – ACTUAÇÃO CULPOSA DO EMPREGADOR.

1 – Todo o empregador, seu representante ou entidade por o empregador contratada e por empresa utilizadora de mão-de-obra, que provocar acidente laboral resultante da falta de observação das normas sobre segurança, higiene e saúde laboral nos termos do disposto no artigo 7º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, é punido ou punida nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo terceiro, do título segundo, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO SEGUNDO – PRIMEIROS SOCORROS.

1 – Toda a entidade patronal ou quem a represente na direcção ou fiscalização do exercício laboral, que logo que tenha conhecimento do acidente laboral não assegurar os imediatos e indispensáveis socorros médico e farmacêutico ao sinistrado, bem como o transporte mais adequado para tais efeitos nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punida ou punido nos termos do disposto no artigo 1º, do capítulo oitavo, do título segundo, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO TERCEIRO – DEVER DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA.

1 – Todo o médico que se negar a prestar assistência clínica a um sinistrado laboral, sempre que solicitado pela entidade responsável ou pelo próprio sinistrado, nos casos em que lhe é permitido a escolha de médico assistente nos termos do disposto no artigo 5º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 14º, do capítulo quinto, do título terceiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO QUARTO – INOBSERVÂNCIA DE PRESCRIÇÕES CLÍNICAS E CIRÚRGICAS.

1 – Todo o sinistrado em acidente laboral que não se submeter ao tratamento e não observar as prescrições clínicas e cirúrgicas do médico designado pela entidade responsável, necessários e exigidos à cura da lesão ou doença e à recuperação da capacidade de exercício laboral nos termos do disposto no artigo 6º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quarto, do título segundo, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO QUINTO – BOLETINS DE EXAME E ALTA.

1 – Todo o médico assistente que após a emissão de boletim de exame e do boletim de alta clínica no prazo de 30 dias após a realização dos actos não os entregar e remeter ao sinistrado e às entidades competentes nos termos do disposto no número 5 do artigo 11º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO SEXTO – INFORMAÇÃO CLÍNICA AO SINISTRADO.

1 – Toda a entidade seguradora que não prestar ao sinistrado em qualquer momento a seu requerimento, cópia de todos os documentos respeitantes ao seu processo, designadamente o boletim de alta e os exames complementares de diagnóstico nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO SÉTIMO – REQUISIÇÃO PELO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO.

1 – Toda a entidade responsável, entidade hospitalar, todo o serviço competente dos órgãos de soberania sociais e o médico que não fornecer ao órgão de soberania jurídico competente de cariz humano, todos os esclarecimentos e documentos que lhes sejam requisitados relativamente a observações e tratamentos efectuados aos sinistrados ou por qualquer outro modo, relacionados com o acidente nos termos do disposto no artigo 13º, do capítulo sexto, do presente livro, é punida ou punido nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO OITAVO – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.

1 – Toda a entidade responsável que não assinar o termo de responsabilidade para garantia do pagamento das despesas com o internamento e os tratamentos, bem como toda a entidade que se recusar a assinar o termo de responsabilidade e com esse fundamento for negado o tratamento ou o internamento do sinistrado, sempre que a gravidade do seu estado o imponha nos termos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 14º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO NONO – TRANSPORTE E ESTADA.

1 – Toda a entidade responsável que recusar ou negar o pagamento ao sinistrado do direito ao fornecimento ou ao pagamento de transporte e estada, em condições de comodidade impostas pela natureza da lesão ou da doença nos termos do disposto no número 1 do artigo 15º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO DÉCIMO – AJUDAS TÉCNICAS.

1 – Toda a entidade responsável por ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais indicadas pelo médico assistente ou pelo órgão de soberania jurídico competente, que não depositar a referida importância à ordem do órgão de soberania jurídico competente, no prazo que este fixar para ser paga à entidade

fornecedora depois de verificada a aplicação da ajuda técnica nos termos do disposto no artigo 18º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REPARAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS AJUDAS TÉCNICAS EM GERAL.

1 – Toda a entidade responsável que durante o período de reparação ou de renovação das ajudas técnicas e de outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, que não assegurar ao sinistrado a substituição das mesmas ou dos mesmos nos termos do disposto no artigo 19º, do capítulo sexto, do título quinto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVERES DOS PENSIONISTAS POR FALECIMENTO.

1 – O cônjuge sobrevivente, ex-cônjuge do beneficiário falecido ou cidadão que viva com o beneficiário em união de facto, pensionista por falecimento, que celebre casamento ou inicie união de facto, que não der conhecimento à matriz social competente da respectiva pensão, nos 30 dias subsequentes à respectiva verificação nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo nono, do título quinto e no artigo 3º, do capítulo oitavo, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SISTEMA E UNIDADE DE SEGURO.

1 – Toda a entidade empregadora que não transferir a responsabilidade pela reparação de acidentes laborais ou doenças profissionais, para entidades legalmente autorizadas a realizar este seguro, nomeadamente sempre que contrate profissionais exclusivamente para prestar exercícios laborais em outras entidades empregadoras nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 2º, do capítulo décimo, do título quinto e nos números 1 e 2 do artigo 2º, do capítulo décimo primeiro, do título sexto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO QUARTO – OMISSÃO OU INSUFICIÊNCIA NAS DECLARAÇÕES.

1 – Toda a entidade empregadora que omitir às entidades seguradoras profissionais ou declarar insuficientes as suas retribuições nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo décimo, do título quinto e no artigo 2º, do capítulo décimo, do título



sexto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO QUINTO – OBRIGAÇÃO DE CAUCIONAMENTO.

1 – Toda a entidade empregadora que não caucionar o pagamento das pensões por acidente laboral ou por doenças profissionais em que tenha sido condenada ou a que se tenha obrigado por acordo homologado, sempre que não haja ou seja insuficiente o seguro, salvo se celebrar com uma entidade seguradora um contrato específico de seguro de pensões nos termos do disposto no número 1 do artigo 7º, do capítulo décimo, do título quinto e no número 1 do artigo 7º, do capítulo décimo primeiro, do título sexto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTE LABORAL.

1 – Todo sinistrado, beneficiário legal, cidadão, entidade empregadora, entidade seguradora, estabelecimento hospitalar, assistencial ou prisional, autoridade policial ou administrativa, que não cumpram o dever de participação de acidente laboral nos termos do capítulo décimo primeiro, do título quinto, do presente livro, bem como mandar tratar ou internar um sinistrado sem a correspondente participação da situação deste para os efeitos de se eximir ao pagamento das respectivas despesas, é punido ou punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – OCUPAÇÃO E REABILITAÇÃO.

1 – Toda a entidade empregadora que se recusar a ocupar o profissional que ao seu serviço, ainda que a título de contrato a termo, sofreu doença, acidente laboral ou doença profissional, de que tenha resultado, com excepção de incapacidade física de locomoção, qualquer incapacidade temporária parcial ou incapacidade permanente parcial, para o exercício laboral habitual, em funções e condições de exercício laboral compatíveis com o respectivo estado de saúde nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo décimo, do título terceiro e no artigo 2º, do capítulo décimo segundo, do título quinto e do título sexto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EXERCÍCIO LABORAL A TEMPO PARCIAL E LICENÇA PARA FORMAÇÃO OU NOVO EMPREGO.

1 – Toda a entidade empregadora que não cumpra que o profissional que exerça funções compatíveis de acordo com a sua incapacidade, tenha direito no caso de doença a dispensa de horários laborais com adaptabilidade de exercício laboral suplementar e de

exercício laboral no período noturno nos termos do disposto no número 1 do artigo 4º, do capítulo décimo, do título terceiro, do presente livro, bem como no caso de acidente laboral ou doença profissional ao exercício laboral a tempo parcial e a licença para formação ou novo emprego nos termos do disposto no número 1 do artigo 5º, do capítulo décimo segundo, do título quinto e do título sexto, do presente livro, com exceção do número 7 do artigo referido, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO DÉCIMO NONO – AFIXAÇÃO E INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIAS.

1 – Toda a entidade empregadora que não afixar nos respectivos edifícios e em local bem visível as disposições do REAL CÓDIGO LABORAL e do presente livro, referentes aos direitos e obrigações dos sinistrados de acidentes laborais e de portadores de doenças profissionais e das entidades responsáveis nos termos do disposto no número 1 do artigo 5º, do capítulo décimo terceiro, do título quinto e do título sexto, do presente livro;

2 – Toda a entidade empregadora que não identificar nos recibos de retribuição dos profissionais a entidade seguradora para a qual o risco se encontra transferido à data da sua emissão nos termos do disposto no número 2 do artigo 5º, do capítulo décimo terceiro, do título quinto e do título sexto, do presente livro;

é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO VIGÉSIMO – CONDIÇÕES DE REEMBOLSO DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE.

1 – Toda a entidade empregadora ou matriz social competente da área de residência do profissional, no prazo máximo de 7 dias, a contar da entrega pela entidade da saúde ou pelo beneficiário de documento comprovativo da despesa não reembolsar as despesas com prestações em espécie sempre que devidas nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo terceiro, do título sexto, do presente livro, é punida nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

#### ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA.

1 – Todo o médico que não participar à matriz social competente da área de localização da entidade empregadora no prazo de 7 dias, a contar da data do diagnóstico ou de presunção de existência de doença profissional, os casos clínicos em que seja presumir a existência de doença profissional nos termos do disposto no artigo 3º, do capítulo nono, do título sexto, do presente livro, é punido nos termos do disposto no artigo 8º, do capítulo quinto, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PROVA DO DESAPARECIMENTO.

1 – Sempre que nos termos do disposto no artigo 10º, do capítulo sétimo, do título décimo quarto, do presente livro, superveniente se apresente o beneficiário que originou o subsídio de falecimento ou a pensão de alimentos, os interessados que beneficiaram do subsídio de falecimento ou da pensão de alimentos e que actuaram por má-fé, são punidos nos termos do disposto no artigo 12º, do capítulo terceiro, do título primeiro, da parte segunda, do código penal.

## CAPÍTULO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE CONTRA-ORDENACIONAL.

### ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA O PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DAS COIMAS.

1 – O procedimento das contra-ordenações previstas no presente título, bem como a aplicação das respectivas coimas, compete aos órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO SEGUNDO – PRODUTO DAS COIMAS.

1 – O produto das coimas resultantes da violação das normas das prestações sociais no âmbito do presente livro, revertem 100% para os órgãos de soberania sociais.

### ARTIGO TERCEIRO – CUMULAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES.

1 – A responsabilidade contra-ordenacional não prejudica a eventual responsabilidade civil ou criminal.

### ARTIGO QUARTO – COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS.

1 – Toda a entidade da educação, da saúde, social e todo o órgão de soberania notarial e militar que obrigadas ou obrigados nos termos da lei a comunicar em determinados tempos e prazos às matrizes sociais competentes da sua área de localização os dados solicitados à confirmação do direito e ao cálculo das prestações sociais e o não efectuarem, induzindo os órgãos de soberania sociais em erro e na atribuição indevida de prestações sociais nos termos do disposto:

- a) No artigo 27º, do capítulo primeiro e no artigo 19º, do capítulo segundo, do título quinto, do livro décimo terceiro, do presente código;
- b) Nos artigos 3º ao 5º, do capítulo sétimo, do título segundo, do presente livro;
- c) No artigo 3º, do capítulo sétimo, do título terceiro, do presente livro;

- d) Nos artigos 3º e 4º, do capítulo oitavo, do título quarto, do presente livro;
- e) Nos artigos 3º e 4º, do capítulo nono, do título sexto, do presente livro;
- f) Nos artigos 3º e 4º, do capítulo sétimo, do título décimo, do presente livro;
- g) Nos artigos 3º e 4º, do capítulo sétimo, do título décimo primeiro, do presente livro;
- h) Nos artigos 3º ao 6º, do capítulo sétimo, do título décimo terceiro, do presente livro;
- i) No artigo 3º, do capítulo sétimo, do título décimo quarto, do presente livro;
- j) No artigo 3º, do capítulo sétimo, do título décimo quinto, do presente livro;

É punida ou punido com contra-ordenação no montante do triplo do valor das prestações sociais indevidamente concedidas.

#### ARTIGO QUINTO – CELEBRAÇÃO DE ACORDOS.

1 – Toda a entidade responsável que celebrar acordo com o beneficiário titular do direito à indemnização e que efectuar qualquer pagamento com a mesma finalidade, bem como não comunicar à matriz social competente o valor total da indemnização devida e reter e entregar directamente à matriz social competente o valor correspondente aos subsídios de doença pagos, até ao limite do montante da indemnização devida nos termos do disposto no artigo 4º, do capítulo sexto, do título terceiro, do presente livro, bem como o beneficiário desse mesmo direito, é punida ou punido com contra-ordenação no montante do triplo do valor da concessão provisória do subsídio de doença.

#### ARTIGO SEXTO – PROIBIÇÃO DE DESCONTOS NA RETRIBUIÇÃO.

1 – Toda a entidade empregadora que descontar qualquer quantia na retribuição do profissional ao seu serviço a título de compensação pelos encargos resultantes de acidente laboral nos termos do disposto no artigo 2º, do capítulo terceiro, do título quinto, do presente livro, é punida com contra-ordenação no montante do triplo do valor da retribuição do profissional ao seu serviço.

#### ARTIGO SÉTIMO – OCUPAÇÃO OBRIGATÓRIA.

1 – Todo o profissional doente ou sinistrado que não se apresentar à entidade empregadora no prazo de 10 dias após a comunicação da incapacidade para o exercício laboral compatível com o respectivo estado de saúde nos termos do disposto no número 1 do artigo 3º, do capítulo décimo, do título terceiro e no número 1 do artigo 3º, do capítulo décimo segundo, do título quinto e do título sexto, do presente livro, é punido com contra-ordenação no montante do triplo do valor da sua retribuição mensal.

## ARTIGO OITAVO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

1 – Em tudo o que não estiver previsto no presente capítulo, aplica-se o disposto no livro nono, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código.

## TÍTULO DÉCIMO SÉTIMO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

### CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

#### ARTIGO PRIMEIRO – MATÉRIAS NÃO REGULADAS.

1 – Às matérias não reguladas no presente livro, aplica-se o livro primeiro, da parte primeira, da matéria primeira, do presente código e subsidiariamente o disposto no código do regime da segurança social nos termos do disposto no livro décimo terceiro, da parte primeira, da presente matéria, do presente código e no código dos regimes contributivos da segurança social nos termos do disposto no livro anterior.

#### ARTIGO SEGUNDO – ASSINATURA DE DOCUMENTOS.

1 – As declarações, relações e comunicações são assinadas pelas entidades obrigadas à sua apresentação ou pelos seus representantes legais ou por gestor de negócios devidamente identificados.

2 – São recusadas as declarações, relações e comunicações que não se mostrem devidamente preenchidas e assinadas, sem prejuízo das sanções que possam competir para a falta da sua apresentação.

#### ARTIGO TERCEIRO – RECIBO DA ENTREGA DE DECLARAÇÕES.

1 – Sempre que a lei ordenar efectuar a entrega das declarações ou outros documentos em mais de um exemplar, um destes deve ser devolvido ao apresentante com menção do recibo.

#### ARTIGO QUARTO – REMESSA DE DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS PELOS SERVIÇOS POSTAIS E POR TELEFAX E TRANSMISSÃO ELECTRÓNICA DE DADOS.

1 – Com excepção dos que devam ser enviados por transmissão electrónica de dados, as declarações previstas no presente código, assim como quaisquer outros documentos declarativos ou informativos que devam ser enviados aos órgãos de soberania sociais, podem ser remetidos pelos serviços postais, sob registo postal



acompanhados de um sobrescrito, devidamente endereçado e franquiado para a devolução imediata, também sob registo, dos duplicados ou documentos sempre que for o caso.

2 – No caso previsto no número anterior, a remessa deve ser efectuada de modo a que a recepção ocorra dentro do prazo fixado, considerando-se cumprido o prazo que prove que a remessa se fez com uma antecedência de 5 dias ao do termo do prazo de entrega.

3 - As declarações e documentos previstos no número 1, poderão ser enviados por telefax ou por correio electrónico nos termos a definir por portaria conjunta das áreas presidenciais da indústria e social, sendo as notas de liquidação e de recepção processadas pelos serviços sociais nos mesmos termos.

#### ARTIGO QUINTO – ENTRADA EM VIGOR.

1 – O REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS entra em vigor em todo o reino de Portugal passados 183 dias da sua publicação, divulgação e difusão pelos meios de comunicação social da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, devendo ser adoptado até ao momento do acto, os procedimentos regulamentares orgânicos, técnicos e tecnológicos exigidos à aplicação do presente diploma, vigorando até à sua entrada os decretos-leis promulgados pelo regime republicano sobre solidariedade social e segurança social constantes do presente código.

REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS

APROVADO E PROMULGADO

EM TREZE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E DEZANOVE

POR

SUA MAJESTADE,

EL REI SUPREMO O IMPERADOR,

DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS.

# ÍNDICE

## REAL CÓDIGO DO PROCESSO SOCIAL MONÁRQUICO PORTUGUÊS 2:

LIVRO SÉTIMO – REGIME JURÍDICO DO APOIO INTEGRADO A CIDADÃOS  
PORTADORES DE INCAPACIDADE – 2.

TÍTULO PRIMEIRO – MENORES PORTADORES DE INCAPACIDADE OU EM  
RISCO DE ATRASO GRAVE DO DESENVOLVIMENTO E SUAS FAMÍLIAS – 2.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO – 2.

ARTIGO SEGUNDO – INTERVENÇÃO PRECOCE – 2.

ARTIGO TERCEIRO – DESTINATÁRIOS – 2.

ARTIGO QUARTO – CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO  
PRECOCE – 3.

ARTIGO QUINTO – OBJECTIVOS DA INTERVENÇÃO PRECOCE –  
3.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DA INTERVENÇÃO PRECOCE – 3.

ARTIGO PRIMEIRO – ESTRUTURA DE INTERVENÇÃO PRECOCE  
– 3.

ARTIGO SEGUNDO – ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA – 4.

ARTIGO TERCEIRO – EXERCÍCIO DE EQUIPA – 4.

ARTIGO QUARTO – PLANO INDIVIDUAL DE INTERVENÇÃO – 5.

ARTIGO QUINTO – REFERENCIAÇÃO DAS CRIANÇAS, DOS  
ADOLESCENTES E DOS LÍDERES EM INTERVENÇÃO PRECOCE –  
5.

ARTIGO SEXTO – SELECÇÃO DOS CASOS A APOIAR EM  
INTERVENÇÃO PRECOCE – 6.

ARTIGO SÉTIMO – ORGANIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO PRECOCE – 6.

ARTIGO OITAVO – RECURSOS – 6.

ARTIGO NONO – FUNCIONAMENTO – 6.

### CAPÍTULO TERCEIRO – EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA – 6.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA – 6.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA – 7.

ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA – 7.

ARTIGO QUARTO – LOCALIZAÇÃO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA – 7.

### CAPÍTULO QUARTO – EQUIPAS DE COORDENAÇÃO – 8.

ARTIGO PRIMEIRO – CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS DE COORDENAÇÃO – 8.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO TERRITORIAL DAS EQUIPAS DE COORDENAÇÃO – 8.

ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPAS DE COORDENAÇÃO – 8.

ARTIGO QUARTO – LOCALIZAÇÃO DAS EQUIPAS DE COORDENAÇÃO – 9.

### CAPÍTULO QUINTO – ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, COOPERAÇÃO E ENCARGOS – 9.

ARTIGO PRIMEIRO – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO – 9.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADES INTERVENTORAS – 10.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO – 10.

ARTIGO QUARTO – ENCARGOS FINANCEIROS – 11.

ARTIGO QUINTO – AVALIAÇÃO GLOBAL ANUAL – 11.

TÍTULO SEGUNDO – CIDADÃOS EM IDADE ACTIVA PORTADORES DE INCAPACIDADE GRAVE – 11.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 11.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTIVOS – 12.

ARTIGO SEGUNDO – DESTINATÁRIOS – 12.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES RESPONSÁVEIS – 12.

ARTIGO QUARTO – MODALIDADES DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS – 13.

ARTIGO QUINTO – EXERCÍCIO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS – 13.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DAS ACTIVIDADES OCUPACIONAIS – 13.

ARTIGO PRIMEIRO – ESTRUTURA DE ATENDIMENTO – 13.

ARTIGO SEGUNDO – CENTROS DE ACTIVIDADE OCUPACIONAIS – 14.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES OCUPACIONAIS EM OUTROS EDIFÍCIOS EXISTENTES NA COMUNIDADE – 14.

ARTIGO QUARTO – ACTIVIDADES OCUPACIONAIS NO DOMICÍLIO – 14.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÕES DE ADMISSÃO – 15.

ARTIGO SEXTO – ACORDO LABORAL – 15.

ARTIGO SÉTIMO – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO – 15.

ARTIGO OITAVO – OBRIGAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA MILITARES – 16.

ARTIGO NONO – OBRIGAÇÕES DAS ESTRUTURAS E DAS ENTIDADES SOCIAIS – 17.

ARTIGO DÉCIMO – DEVERES DOS UTENTES DOS CENTROS DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS – 17.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ESTATUTO PERANTE OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 18.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CESSAÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS ACTIVIDADES OCUPACIONAIS – 18.

CAPÍTULO TERCEIRO – ACOMPANHAMENTO E COOPERAÇÃO – 18.

ARTIGO PRIMEIRO – GRUPO DE ACOMPANHAMENTO – 18.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO COM ENTIDADES SOCIAIS – 19.

ARTIGO TERCEIRO – COOPERAÇÃO COM ENTIDADES DA SAÚDE E COM OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA MILITARES – 19.

LIVRO OITAVO – REGIME JURÍDICO DO VOLUNTARIADO – 20.

TÍTULO ÚNICO – REGIME JURÍDICO DO VOLUNTARIADO – 20.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 20.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO – 20.

ARTIGO SEGUNDO – VOLUNTARIADO – 20.

ARTIGO TERCEIRO – VOLUNTÁRIO – 20.

ARTIGO QUARTO – ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS – 20.

CAPÍTULO SEGUNDO – PRINCÍPIOS – 21.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO GERAL – 21.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIOS ENQUADRADORES DO VOLUNTARIADO – 21.

CAPÍTULO TERCEIRO – DIREITOS E DEVERES DO VOLUNTÁRIO – 22.



ARTIGO PRIMEIRO – DIREITOS DO VOLUNTÁRIO – 22.

ARTIGO SEGUNDO – ACREDITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO – 23.

ARTIGO TERCEIRO – CONVOCAÇÃO DO VOLUNTÁRIO EMPREGADO, DURANTE O PERÍODO LABORAL – 23.

ARTIGO QUARTO – TERMOS DA CONVOCATÓRIA – 24.

ARTIGO QUINTO – EFEITOS DAS FALTAS – 24.

ARTIGO SEXTO – DEVERES DO VOLUNTÁRIO – 24.

CAPÍTULO QUARTO – RELAÇÕES ENTRE O VOLUNTÁRIO E A ORGANIZAÇÃO PROMOTORA – 25.

ARTIGO PRIMEIRO – PROGRAMA DE VOLUNTARIADO – 25.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO VOLUNTÁRIO – 25.

CAPÍTULO QUINTO – CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE VOLUNTÁRIO, SEGURO E DESPESAS – 26.

ARTIGO PRIMEIRO – EMISSÃO DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE VOLUNTÁRIO – 26.

ARTIGO SEGUNDO – CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE VOLUNTÁRIO – 26.

ARTIGO TERCEIRO – SEGURO OBRIGATÓRIO – 27.

ARTIGO QUARTO – APÓLICE DE SEGURO DE GRUPO – 27.

ARTIGO QUINTO – DESPESAS DERIVADAS DO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO – 27.

CAPÍTULO SEXTO – ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS – 27.

ARTIGO PRIMEIRO – COLABORAÇÃO – 27.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DAS ASSEMBLEIAS REAIS DAS ÁREAS PRESIDENCIAIS – 28.

LIVRO NONO – REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES SOCIAIS – 28.

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 29.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES COMUNS – 29.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO – 29.

ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO E ESPÉCIES DE INFRACÇÕES SOCIAIS – 29.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO SUBSIDIÁRIO – 29.

ARTIGO QUARTO – APLICAÇÃO NO TEMPO – 30.

ARTIGO QUINTO – APLICAÇÃO NO ESPAÇO – 30.

ARTIGO SEXTO – LUGAR E MOMENTO DA PRÁTICA DA INFRACÇÃO SOCIAL – 30.

ARTIGO SÉTIMO – ACTUAÇÃO EM NOME DE OUTREM – 30.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS COLECTIVAS E EQUIPARADAS – 31.

ARTIGO NONO – RESPONSABILIDADE CIVIL PELAS MULTAS E COIMAS – 31.

ARTIGO DÉCIMO – SUBSISTÊNCIA DA PRESTAÇÃO SOCIAL – 32.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ESPECIALIDADE DAS NORMAS SOCIAIS E CONCURSO DE INFRACÇÕES – 32.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – TENTATIVA – 32.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PUNIBILIDADE DA TENTATIVA – 33.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DESISTÊNCIA – 33.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DESISTÊNCIA EM CASO DE COMPARTICIPAÇÃO – 33.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COMPARTICIPAÇÃO – 33.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DEFINIÇÕES – 33.

CAPÍTULO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CRIMES SOCIAIS – 34.

ARTIGO PRIMEIRO – PENAS APLICÁVEIS AOS CRIMES SOCIAIS – 34.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO EM CASO DE PRESTAÇÃO SOCIAL INDEVIDA – 34.

ARTIGO TERCEIRO – PENA DE MULTA – 35.

ARTIGO QUARTO – PENAS ACESSÓRIAS APLICÁVEIS AOS CRIMES SOCIAIS – 35.

ARTIGO QUINTO – PRESSUPOSTOS DA APLICAÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS – 35.

ARTIGO SEXTO – NÃO PRESCRIÇÃO – 36.

ARTIGO SÉTIMO – DISPENSA E ATENUAÇÃO ESPECIAL DA PENA – 36.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES APLICADAS ÀS CONTRA-ORDENAÇÕES – 36.

ARTIGO PRIMEIRO – CLASSIFICAÇÃO DAS CONTRA-ORDENAÇÕES – 36.

ARTIGO SEGUNDO – PUNIBILIDADE DA NEGLIGÊNCIA – 37.

ARTIGO TERCEIRO – CONCURSO DE CONTRA-ORDENAÇÕES – 37.

ARTIGO QUARTO – MONTANTE DAS COIMAS – 37.

ARTIGO QUINTO – DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA COIMA – 37.

ARTIGO SEXTO – SANÇÕES ACESSÓRIAS – 37.

ARTIGO SÉTIMO – DISPENSA ESPECIAL DAS COIMAS – 37.

ARTIGO OITAVO – NÃO PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO – 38.

TÍTULO SEGUNDO – PROCESSO – 38.

CAPÍTULO PRIMEIRO – PROCESSO PENAL SOCIAL – 38.

ARTIGO PRIMEIRO – AQUISIÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME – 38.

ARTIGO SEGUNDO – DETENÇÃO EM FLAGRANTE DELITO – 39.

ARTIGO TERCEIRO – PROVIDÊNCIAS CAUTELARES QUANTO AOS MEIOS DE PROVA – 39.

ARTIGO QUARTO – INQUÉRITO – 39.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIA DELEGADA PARA INVESTIGAÇÃO – 39.

ARTIGO SEXTO – DURAÇÃO DO INQUÉRITO E SEU ENCERRAMENTO – 40.

ARTIGO SÉTIMO – DECISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 40.

ARTIGO OITAVO – ARQUIVAMENTO EM CASO DE DISPENSA DA PENA – 40.

ARTIGO NONO – COMUNICAÇÃO DO ARQUIVAMENTO E NÃO DEDUÇÃO DA ACUSAÇÃO – 41.

ARTIGO DÉCIMO – COMPETÊNCIA POR CONEXÃO – 41.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – SUSPENSÃO DO PROCESSO PENAL SOCIAL – 41.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CASO JULGADO DAS SENTENÇAS DE IMPUGNAÇÃO E DE OPOSIÇÃO – 41.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – RESPONSÁVEIS CIVIS – 41.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ASSISTÊNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO E COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES – 41.

CAPÍTULO SEGUNDO – PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO SOCIAL – 42.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO – 42.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES SOCIAIS – 42.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS – 42.

ARTIGO QUARTO – INSTAURAÇÃO – 42.

ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO PARA LIQUIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES – 42.

ARTIGO SEXTO – BASE DO PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO SOCIAL – 43.

ARTIGO SÉTIMO – REQUISITOS DO AUTO DE NOTÍCIA – 43.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA PARA O LEVANTAMENTO DO AUTO DE NOTÍCIA – 44.

ARTIGO NONO – PARTICIPAÇÃO E DENÚNCIA – 44.

ARTIGO DÉCIMO – EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONTRA-ORDENAÇÃO – 44.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA COIMA – 45.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – NULIDADES DO PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO SOCIAL – 45.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SUSPENSÃO DO PROCESSO E CASO JULGADO DAS SENTENÇAS DE IMPUGNAÇÃO E OPOSIÇÃO – 45.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – EXECUÇÃO DA COIMA – 45.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CUSTAS – 46.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COMPETÊNCIA PARA A INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO – 46.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – REGISTO E AUTUAÇÃO DOS DOCUMENTOS – 46.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – INVESTIGAÇÃO E INSTRUÇÃO – 46.

ARTIGO DÉCIMO NONO – NOTIFICAÇÃO DO ARGUIDO – 47.

ARTIGO VIGÉSIMO – DEFESA DO ARGUIDO – 47.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – MEIOS DE PROVA – 47.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INDÍCIOS DE CRIME SOCIAL – 47.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA COIMA – 48.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – APLICAÇÃO DA COIMA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO SOCIAL E OUTRAS ENTIDADES – 48.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO – 48.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – PAGAMENTO VOLUNTÁRIO – 49.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – REQUISITOS DA DECISÃO QUE APLICA A COIMA – 49.



ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – RECURSO DAS DECISÕES DE APLICAÇÃO DAS COIMAS – 49.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – REMESSA DO PROCESSO AO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO COMPETENTE – 50.

ARTIGO TRIGÉSIMO – AUDIÊNCIA DE DISCUSSÃO E JULGAMENTO – 50.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – RECURSO DA SENTENÇA – 50.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – EFEITO SUSPENSIVO – 50.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DA REVISÃO DAS COIMAS E SANÇÕES ACESSÓRIAS – 51.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – RECURSO EM PROCESSO DE REVISÃO – 51.

TÍTULO TERCEIRO – INFRACÇÕES SOCIAIS EM ESPECIAL – 51.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CRIMES SOCIAIS – 51.

ARTIGO PRIMEIRO – BURLA SOCIAL – 51.

ARTIGO SEGUNDO – FRUSTAÇÃO DE CRÉDITOS – 51.

ARTIGO TERCEIRO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – 52.

ARTIGO QUARTO – DESOBEDIÊNCIA QUALIFICADA – 52.

ARTIGO QUINTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO – 52.

ARTIGO SEXTO – FRAUDE SOCIAL – 52.

ARTIGO SÉTIMO – ABUSO DE CONFIANÇA – 53.

ARTIGO OITAVO – EXERCÍCIO ILÍCITO DE ACTIVIDADE SOCIAL – 53.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONTRA-ORDENAÇÕES SOCIAIS – 53.

ARTIGO PRIMEIRO – FALTA OU ATRASO DE ENTREGA E EXIBIÇÃO OU APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS OU DE DECLARAÇÕES – 54.

ARTIGO SEGUNDO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE COOPERAÇÃO – 54.

ARTIGO TERCEIRO – OMISSÕES E INEXACTIDÕES NAS DECLARAÇÕES OU EM OUTROS DOCUMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES – 54.

ARTIGO QUARTO – RECUSA DE ENTREGA E EXIBIÇÃO OU APRESENTAÇÃO DA ESCRITA E DE DOCUMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES – 54.

ARTIGO QUINTO – FALTA DE ENTREGA DA OBRIGAÇÃO SOCIAL – 55.

ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DE SEGREDO SOCIAL – 55.

ARTIGO SÉTIMO – FALTA OU ATRASO DE DECLARAÇÕES – 56.

ARTIGO OITAVO – FALTA OU ATRASO NA APRESENTAÇÃO OU EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS OU DE DECLARAÇÕES – 56.

ARTIGO NONO – FALSIFICAÇÃO, VICIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE DOCUMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES – 56.

ARTIGO DÉCIMO – OMISSÕES E INEXACTIDÕES NAS DECLARAÇÕES OU EM OUTROS DOCUMENTOS SOCIALMENTE RELEVANTES – 57.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INEXISTÊNCIA DE CONTABILIDADE OU DE LIVROS SOCIALMENTE RELEVANTES – 57.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – NÃO ORGANIZAÇÃO DA CONTABILIDADE DE HARMONIA COM AS DIRECTRIZES DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E ATRASOS NA SUA EXECUÇÃO – 58.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – FALTA DE APRESENTAÇÃO ANTES DA RESPECTIVA UTILIZAÇÃO DOS LIVROS DE ESCRITURAÇÃO – 58.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE EMITIR OU EXIGIR RÉCIBO DE VENCIMENTO – 58.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – FALTA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES OU GESTOR DE BENS OU DIREITOS – 59.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PAGAMENTO INDEVIDO DE RENDIMENTOS – 59.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – TRANSFERÊNCIA PARA O EXTERIOR DE RENDIMENTOS SUJEITOS A CONTRIBUIÇÕES E A QUOTIZAÇÕES – 60.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS POR TIPOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS – 60.

ARTIGO DÉCIMO NONO – FALSIDADE INFORMÁTICA E PROGRAMAS E EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS CERTIFICADOS – 60.

ARTIGO VIGÉSIMO – VIOLAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE POSSUIR E MOVIMENTAR CONTAS BANCÁRIAS – 61.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DOMICÍLIO SOCIAL – 61.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – INSPECÇÃO – 61.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – DENÚNCIA – 62.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PROCEDIMENTO DE REVISÃO – 62.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – MONTANTE MÍNIMO DA COIMA – 62.

LIVRO DÉCIMO – REGIME DAS DÍVIDAS SOCIAIS – 62.

TÍTULO PRIMEIRO – INCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 62.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 62.

ARTIGO PRIMEIRO – DÍVIDA AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 62.

ARTIGO SEGUNDO – REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 63.

ARTIGO TERCEIRO – NÃO PRESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO DO PAGAMENTO AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 63.

CAPÍTULO SEGUNDO – CAUSAS DE EXTINÇÃO DA DÍVIDA – 63.

ARTIGO PRIMEIRO – CAUSAS DE EXTINÇÃO DA DÍVIDA – 63.

ARTIGO SEGUNDO – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES – 63.

ARTIGO TERCEIRO – SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS PARA A REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA – 64.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE AUTORIZAÇÃO – 64.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÕES DE VIGÊNCIA DO ACORDO PRESTACIONAL – 65.

ARTIGO SEXTO – EFEITOS DO INCUMPRIMENTO DO ACORDO PRESTACIONAL – 65.

ARTIGO SÉTIMO – SUSPENSÃO DA INSTÂNCIA – 65.

ARTIGO OITAVO – COMISSÃO DE CREDORES – 65.

ARTIGO NONO – DAÇÃO EM PAGAMENTO – 65.

ARTIGO DÉCIMO – COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS – 66.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RETENÇÕES – 66.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PARTICIPAÇÕES SOCIAIS – 67.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ALIENAÇÃO DE CRÉDITOS – 67.

CAPÍTULO TERCEIRO – TRANSMISSÃO DA DÍVIDA – 67.

ARTIGO PRIMEIRO – ASSUNÇÃO DA DÍVIDA – 67.

ARTIGO SEGUNDO – TRANSMISSÃO DA DÍVIDA E SUBROGAÇÃO – 68.

CAPÍTULO QUARTO – GARANTIAS – 68.

ARTIGO PRIMEIRO – GARANTIAS GERAIS E ESPECIAIS – 68.

ARTIGO SEGUNDO – PRIVILÉGIO MOBILIÁRIO – 68.

ARTIGO TERCEIRO – PRIVILÉGIO IMOBILIÁRIO – 68.

ARTIGO QUARTO – CONSIGNAÇÃO DE RENDIMENTOS – 69.

ARTIGO QUINTO – HIPOTECA LEGAL – 69.

CAPÍTULO QUINTO – SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA – 69.

ARTIGO PRIMEIRO – SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA – 69.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA – 69.

ARTIGO TERCEIRO – RELATÓRIO DA ENTIDADE – 70.

## CAPÍTULO SEXTO – EFEITOS DO INCUMPRIMENTO – 70.

ARTIGO PRIMEIRO – JUROS DE MORA – 70.

ARTIGO SEGUNDO – TAXA DE JUROS DE MORA – 70.

ARTIGO TERCEIRO – LIMITAÇÕES – 70.

ARTIGO QUARTO – DIVULGAÇÃO DE LISTAS DE CONTRIBUÍNTES DEVEDORES – 71.

ARTIGO QUINTO – ANULAÇÃO OFICIOSA DE JUROS INDEVIDOS – 71.

ARTIGO SEXTO – ARREMATAÇÃO EM HASTA PÚBLICA – 71.

## CAPÍTULO SÉTIMO – JUROS DE MORA – 71.

ARTIGO PRIMEIRO – INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA – 72.

ARTIGO SEGUNDO – ISENÇÕES – 72.

ARTIGO TERCEIRO – TAXA – 72.

ARTIGO QUARTO – PRAZO DA LIQUIDAÇÃO – 73.

ARTIGO QUINTO – ANULAÇÃO OFICIOSA DE JUROS INDEVIDOS – 73.

ARTIGO SEXTO – RECLAMAÇÃO E IMPUGNAÇÃO DOS DEVEDORES – 74.

ARTIGO SÉTIMO – REPARAÇÃO DE ERROS OU OMISSÕES PREJUDICIAIS À ENTIDADE CREDORA – 74.

ARTIGO OITAVO – PRIVILÉGIO – 74.

ARTIGO NONO – PLANOS PRESTACIONAIS EM CURSO – 74.

## TÍTULO SEGUNDO – PROCESSO EXECUTIVO DE DÍVIDAS SOCIAIS – 74.

### CAPÍTULO ÚNICO – PROCESSO EXECUTIVO DE DÍVIDAS SOCIAIS – 74.



ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E APLICAÇÃO – 75.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIA PARA A INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO – 75.

ARTIGO TERCEIRO – ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO – 75.

ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS DE CARIZ HUMANO OU ECONÓMICO – 75.

ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – 75.

ARTIGO SEXTO – TÍTULOS EXECUTIVOS – 76.

ARTIGO SÉTIMO – PERSONALIDADE E CAPACIDADE JUDICIÁRIAS – 76.

ARTIGO OITAVO – LEGITIMIDADE PARA RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS – 76.

ARTIGO NONO – COLIGAÇÃO DE EXEQUENTES – 76.

ARTIGO DÉCIMO – APENSAÇÃO DE EXECUÇÕES – 76.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PATROCÍNIO JUDICIÁRIO – 77.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES – 77.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CAUÇÃO – 77.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – SIGILO – 77.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO DAS EXECUÇÕES – 77.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PROCESSOS PENDENTES – 77.

## PARTE SEGUNDA

ORGÂNICA DO PODER SOCIAL – 77.

LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO – ORGÂNICA DO PODER SOCIAL – 78.

TÍTULO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 78.

ARTIGO PRIMEIRO – TITULARIDADE E EXERCÍCIO DO PODER SOCIAL – 78.

ARTIGO SEGUNDO – FUNÇÃO JURISDICIONAL – 78.

ARTIGO TERCEIRO – ORGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 79.

ARTIGO QUARTO – INDEPENDÊNCIA, SEPARAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA – 79.

ARTIGO QUINTO – DIFERENDO – 79.

ARTIGO SEXTO – DECISÃO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 79.

ARTIGO SÉTIMO – AUDIÊNCIAS DOS CONTRIBUINTES – 80.

ARTIGO OITAVO – ESTATUTO DOS SOCIÓLOGOS – 80.

ARTIGO NONO – DIREITOS E REGALIAS – 81.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 81.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PODERES DOS SOCIÓLOGOS – 82.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 82.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REPRESENTAÇÃO SOCIAL – 82.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL – 83.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ELEGIBILIDADE – 83.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FÉRIAS – 83.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACTOS NORMATIVOS – 84.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PUBLICIDADE DOS ACTOS E PUBLICAÇÃO – 84.

ARTIGO DÉCIMO NONO – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – 85.

ARTIGO VIGÉSIMO – ORGANIZAÇÃO – 85.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – TUTELA ADMINISTRATIVA – 85.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – DIREITO DE CONTESTAÇÃO DO ACTO ELEITORAL – 85.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PRINCÍPIO DA RENOVAÇÃO – 86.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PRINCÍPIO DA CELERIDADE – 86.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – SEGURANÇA – 86.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – INFORMÁTICA – 86.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – SIGILO PROFISSIONAL – 87.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – GARANTIA E AUXÍLIO DE AUTORIDADE – 87.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – PATRIMÓNIO E FINANÇAS – 87.

ARTIGO TRIGÉSIMO – VENCIMENTOS DOS QUADROS ESPECÍFICOS – 88.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – FÉRIAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS – 89.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – AUSÊNCIAS E FALTAS DOS QUADROS ESPECÍFICOS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 89.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – PROFISSIONAIS QUALIFICADOS EXTRAORDINÁRIOS – 90.

TÍTULO SEGUNDO – REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS – 90.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 90.

ARTIGO SEGUNDO – ESTATUTO – 90.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 91.

ARTIGO QUARTO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 91.

ARTIGO QUINTO – RESIDÊNCIA OFICIAL – 91.

ARTIGO SEXTO – CONVOCAÇÃO – 91.

ARTIGO SÉTIMO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 91.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS – 93.

ARTIGO NONO – POSSE E JURAMENTO – 93.

ARTIGO DÉCIMO – LEGISLATURA – 94.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 94.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACTO NORMATIVO – 95.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 95.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – QUÓRUM, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, VETO E PROMULGAÇÃO – 96.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 97.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – REPRESENTAÇÃO SOCIAL E LEGISLATIVA – 97.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – EXERCÍCIO DA FUNÇÃO SOCIAL E LEGISLATIVA – 97.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – DIREITOS E REGALIAS – 97.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RESPONSABILIDADES E DEVERES – 97.

ARTIGO VIGÉSIMO – INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS – 98.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PODERES DOS ELEITOS DO REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS – 98.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 99.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 99.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 99.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – DECISÃO JURÍDICA – 99.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES – 99.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – TRAJO PROFISSIONAL – 100.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 100.

TITULO TERCEIRO – REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA – 100.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 100.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 100.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 101.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 101.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 103.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 103.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 104.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 104.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 105.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 105.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 106.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 107.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 107.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 107.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 107.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ORGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES – 107.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CANDIDATURAS – 108.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – TRAJO PROFISSIONAL – 108.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 108.

ARTIGO VIGÉSIMO – QUADROS ESPECÍFICOS – 109.

TITULO QUARTO – REAIS FILIAIS SOCIAIS REGIONAIS PORTUGUESAS – 109.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 109.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 109.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 110.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 110.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 111.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 112.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 113.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 113.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 114.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 114.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 115.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 116.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 116.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 116.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 116.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ORGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES – 117.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CANDIDATURAS – 117.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – TRAJO PROFISSIONAL – 117.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 117.



ARTIGO VIGÉSIMO – QUADROS ESPECÍFICOS – 118.

TITULO QUINTO – REAIS SUCURSAIS SOCIAIS CONCELHIAS PORTUGUESAS – 118.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 118.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 118.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 119.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 119.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 121.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 121.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 122.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 122.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 123.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 124.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 125.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 125.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 125.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 125.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 126.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES – 126.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CANDIDATURAS – 126.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – TRAJO PROFISSIONAL – 127.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 127.

ARTIGO VIGÉSIMO – QUADROS ESPECÍFICOS – 127.

TITULO SEXTO – REAIS MATRIZES SOCIAIS MUNICIPAIS PORTUGUESAS – 127.

ARTIGO PRIMEIRO – DEFINIÇÃO – 128.

ARTIGO SEGUNDO – ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO – 128.

ARTIGO TERCEIRO – COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL – 129.

ARTIGO QUARTO – FUNCIONAMENTO JURÍDICO – 129.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS – 130.

ARTIGO SEXTO – POSSE E JURAMENTO – 131.

ARTIGO SÉTIMO – LEGISLATURA – 131.

ARTIGO OITAVO – DESTITUIÇÃO, RENÚNCIA E PERDA LASTIMÁVEL DO TÍTULAR EM EXERCÍCIO, SUBSTITUIÇÃO – 132.

ARTIGO NONO – HORÁRIOS, AUSÊNCIAS E FALTAS – 132.

ARTIGO DÉCIMO – QUÓRUM, PROCESSO, VOTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E COMUNICAÇÃO – 133.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CÍRCULOS ELEITORAIS – 135.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VENCIMENTOS – 135.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PODER REGULAMENTAR – 135.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES – 135.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – JURISDIÇÃO E SEDE – 135.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – COADJUVACÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS E AUTORIDADES – 136.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – CANDIDATURAS – 136.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – TRAJO PROFISSIONAL – 136.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RELATÓRIO E COLABORAÇÃO – 136.

ARTIGO VIGÉSIMO – QUADROS ESPECÍFICOS – 137.

LIVRO DÉCIMO SEGUNDO – ESTRUTURA ORGÂNICA INTERNA DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 137.

TÍTULO PRIMEIRO – ESTRUTURA ORGÂNICA – 137.

CAPÍTULO PRIMEIRO – ORGANIZAÇÃO CENTRAL – 137.

ARTIGO PRIMEIRO – UNIDADES ORGÂNICAS – 137.

ARTIGO SEGUNDO – ÁREAS OPERACIONAIS – 138.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA DOS PRESIDENTES DOS  
ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 138.

CAPÍTULO SEGUNDO – ESTRUTURA CENTRAL – 139.

ARTIGO PRIMEIRO – ÁREA ADMINISTRATIVA – 139.

ARTIGO SEGUNDO – ÁREA FISCAL – 139.

ARTIGO TERCEIRO – ÁREA DA COMUNICAÇÃO – 139.

ARTIGO QUARTO – ÁREA TÉCNICA – 139.

ARTIGO QUINTO – ÁREA DA HOTELARIA – 140.

ARTIGO SEXTO – ÁREA DA SAÚDE – 140.

ARTIGO SÉTIMO – ÁREA DOS CONTRIBUINTES E DOS  
BENEFICIÁRIOS – 140.

TÍTULO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DA ESTRUTURA INTERNA DOS  
ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 140.

CAPÍTULO PRIMEIRO – COMPETÊNCIAS GERAIS – 140.

ARTIGO PRIMEIRO – ÁREA ADMINISTRATIVA – 140.

ARTIGO SEGUNDO – ÁREA FISCAL – 142.

ARTIGO TERCEIRO – ÁREA DA COMUNICAÇÃO – 146.

ARTIGO QUARTO – ÁREA TÉCNICA – 147.

ARTIGO QUINTO – ÁREA DA HOTELARIA – 148.

ARTIGO SEXTO – ÁREA DA SAÚDE – 149.

ARTIGO SÉTIMO – ÁREA DOS CONTRIBUINTES E DOS  
BENEFICIÁRIOS – 149.


CAPÍTULO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS – 151.

ARTIGO PRIMEIRO – ÁREA ADMINISTRATIVA – 151.

ARTIGO SEGUNDO – ÁREA FISCAL – 153.

CAPÍTULO TERCEIRO – COMPETÊNCIAS UNIVERSAIS – 154.

ARTIGO ÚNICO – COMPETÊNCIAS UNIVERSAIS – 154.



MATÉRIA SEGUNDA
CÓDIGO SOCIAL – 155.
PARTE PRIMEIRA
PRINCÍPIOS UNIVERSAIS – 155.
LIVRO DÉCIMO TERCEIRO – CÓDIGO DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL – 155.
TÍTULO PRIMEIRO – REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL – 155.
CAPÍTULO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTIVOS – 155.
ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÃO GERAL – 155.
ARTIGO SEGUNDO – DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL – 155.
ARTIGO TERCEIRO – IRRENUNCIABILIDADE DO DIREITO À SEGURANÇA SOCIAL – 156.
ARTIGO QUARTO – OBJECTIVOS DO REGIME DA SEGURANÇA – 156.
ARTIGO QUINTO – ESTRUTURAÇÃO DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL – 156.
ARTIGO SEXTO – COMPOSIÇÃO DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL – 157.

CAPÍTULO SEGUNDO – PRINCÍPIOS – 157.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS – 157.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE – 157.

ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIO DA IGUALDADE – 158.

ARTIGO QUARTO – PRINCÍPIO DO CIDADÃO – 158.

ARTIGO QUINTO – PRINCÍPIO DA EQUIDADE SOCIAL – 158.

ARTIGO SEXTO – PRINCÍPIO DA DIFERENCIAÇÃO POSITIVA – 158.

ARTIGO SÉTIMO – PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE SOCIAL – 158.

ARTIGO OITAVO – PRINCÍPIO DA INSERÇÃO SOCIAL – 158.

ARTIGO NONO – PRINCÍPIO DA COESÃO GERACIONAL – 158.

ARTIGO DÉCIMO – PRINCÍPIO DO PRIMADO DA RESPONSABILIDADE PÚBLICA – 159.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE – 159.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA UNIDADE – 159.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PRINCÍPIO DA DESCENTRALIZAÇÃO – 159.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO – 159.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PRINCÍPIO DA EFICÁCIA – 159.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO – 160.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO – 160.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ADMINISTRAÇÃO DO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL – 160.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RELAÇÃO COM REGIMES SOCIAIS EXTERNOS – 160.

TÍTULO SEGUNDO – SISTEMA DA EDUCAÇÃO – 160.

CAPÍTULO ÚNICO – SISTEMA DA EDUCAÇÃO – 160.



ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SISTEMA DA EDUCAÇÃO – 160.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 161.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL – 161.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES DE ACESSO – 161.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÕES DE ACESSO PARA CIDADÃOS EXTERNOS RESIDENTES EM ESPAÇO TERRITORIAL PORTUGUÊS – 161.

ARTIGO SEXTO – PRESTAÇÕES – 162.

ARTIGO SÉTIMO – MONTANTE DAS PRESTAÇÕES – 162.

ARTIGO OITAVO – ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 162.

ARTIGO NONO – MATRIZES NOTARIAIS – 162.

ARTIGO DÉCIMO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – 162.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE – 163.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MATRIZES SOCIAIS – 163.

TÍTULO TERCEIRO – SISTEMA LABORAL – 163.

CAPÍTULO PRIMEIRO – SUBSISTEMA PREVIDENCIAL – 163.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL – 163.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 163.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL – 164.

ARTIGO QUARTO – PRINCÍPIO DA CONTRIBUTIVIDADE – 164.

ARTIGO QUINTO – REGIMES ABRANGIDOS – 164.

ARTIGO SEXTO – CONDIÇÕES DE ACESSO – 164.

ARTIGO SÉTIMO – PRESTAÇÕES SOCIAIS – 165.

ARTIGO OITAVO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 165.

ARTIGO NONO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 165.

ARTIGO DÉCIMO – APOIO À MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO – 166.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ASSISTÊNCIA A FILHOS MENORES – 166.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRINCÍPIO DE CONVERGÊNCIA DAS PENSÕES DE INVALIDEZ MÍNIMAS – 166.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – QUADRO LEGAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 167.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – REVALORIZAÇÃO DO CÁLCULO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 167.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO – 167.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OBRIGAÇÃO E CESSAÇÃO CONTRIBUTIVA – 167.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DAS QUOTIZAÇÕES E DAS CONTRIBUIÇÕES – 168.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – LIMITES CONTRIBUTIVOS – 168.

ARTIGO DÉCIMO NONO – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES – 169.

ARTIGO VIGÉSIMO – NÃO PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES – 169.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – MATRIZES NOTARIAIS – 169.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – MATRIZES FISCAIS – 169.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE – 169.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – MATRIZES SOCIAIS – 170.

CAPÍTULO SEGUNDO – SUBSISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 170.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 170.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 170.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL – 170.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES DE ACESSO – 171.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS – 171.

ARTIGO SEXTO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 171.

ARTIGO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 172.

ARTIGO OITAVO – PRINCÍPIO DE CONVERGÊNCIA DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS MÍNIMAS NA EVENTUALIDADE DE GARANTIA SALARIAL – 172.

ARTIGO NONO – QUADRO LEGAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 172.

ARTIGO DÉCIMO – REVALORIZAÇÃO DO CÁLCULO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 172.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO – 173.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MATRIZES FISCAIS – 173.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – MATRIZES NOTARIAIS – 173.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO – 173.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – MATRIZES SOCIAIS – 174.

TÍTULO QUARTO – SISTEMA DA REFORMA – 174.

CAPÍTULO PRIMEIRO – SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO – 174.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO – 174.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 174.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL – 174.

ARTIGO QUARTO – REGIMES ABRANGIDOS – 174.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÕES DE ACESSO – 175.

ARTIGO SEXTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS – 175.

ARTIGO SÉTIMO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 175.

ARTIGO OITAVO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 175.

ARTIGO NONO – PRINCÍPIO DE CONVERGÊNCIA DAS PENSÕES DE APOSENTAÇÃO MÍNIMAS – 176.

ARTIGO DÉCIMO – QUADRO LEGAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 176.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO – 176.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACUMULAÇÃO DE PENSÕES DE APOSENTAÇÃO COM RENDIMENTOS PROFISSIONAIS – 177.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO E CESSAÇÃO CONTRIBUTIVA – 177.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS – 177.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ENTIDADES DA SAÚDE – 178.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – MATRIZES SOCIAIS – 178.

CAPÍTULO SEGUNDO – SUBSISTEMA DE VALORIZAÇÃO SOCIAL – 178.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DE VALORIZAÇÃO SOCIAL – 178.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 178.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL – 178.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES DE ACESSO – 179.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS – 179.

ARTIGO SEXTO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 179.

ARTIGO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 180.

ARTIGO OITAVO – QUADRO LEGAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 180.

ARTIGO NONO – CONSERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO – 180.

ARTIGO DÉCIMO – MATRIZES SOCIAIS – 181.

TÍTULO QUINTO – SISTEMA DA SOLIDARIEDADE SOCIAL – 181.

CAPÍTULO PRIMEIRO – SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 181.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 181.

ARTIGO SEGUNDO – SITUAÇÕES DE PERIGO – 182.

ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIOS ORIENTADORES – 182.

ARTIGO QUARTO – CONCRETIZAÇÃO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 183.

ARTIGO QUINTO – DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 183.

ARTIGO SEXTO – ÂMBITO PESSOAL – 184.

ARTIGO SÉTIMO – ÂMBITO MATERIAL – 184.

ARTIGO OITAVO – REGIMES ABRANGIDOS – 185.

ARTIGO NONO – CONDIÇÕES DE ACESSO – 185.

ARTIGO DÉCIMO – CONDIÇÕES DE ACESSO PARA CIDADÃOS RESIDENTES EXTERNOS – 185.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE ACESSO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS – 186.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ESTRUTURA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS – 186.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ENTIDADES SOCIAIS PÚBLICAS E PARTICULARES – 186.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INICIATIVAS DAS ENTIDADES PÚBLICAS E PARTICULARES – 186.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – REGISTO – 187.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – FISCALIZAÇÃO – 187.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – AUTONOMIA – 187.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PRESTAÇÕES – 187.

ARTIGO DÉCIMO NONO – MONTANTE DAS PRESTAÇÕES – 188.

ARTIGO VIGÉSIMO – MONTANTES DAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS ENTIDADES DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS – 188.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – VALOR MÍNIMO DAS PENSÕES DE INVALIDEZ E APOSENTAÇÃO – 188.



ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – CONTRATUALIZAÇÃO DA INSERÇÃO E DA INCLUSÃO – 188.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VOLUNTARIADO – 189.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – EMPRESAS – 189.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CESSAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 189.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – MATRIZES NOTARIAIS – 189.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – BASES MILITARES – 189.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – 190.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – ENTIDADES DA SAÚDE – 190.

ARTIGO TRIGÉSIMO – ENTIDADES FINANCEIRAS – 190.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – MATRIZES SOCIAIS – 190.

## CAPÍTULO SEGUNDO – SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES – 191.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVOS DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES – 191.

ARTIGO SEGUNDO – SITUAÇÕES DE CATÁSTROFES – 191.

ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIOS ORIENTADORES – 191.

ARTIGO QUARTO – CONCRETIZAÇÃO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES – 192.

ARTIGO QUINTO – DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES – 193.

ARTIGO SEXTO – ÂMBITO PESSOAL – 194.

ARTIGO SÉTIMO – ÂMBITO MATERIAL – 194.

ARTIGO OITAVO – CONDIÇÕES DE ACESSO – 195.

ARTIGO NONO – CONDIÇÕES DE ACESSO PARA CIDADÃOS RESIDENTES EXTERNOS – 195.

ARTIGO DÉCIMO – CONDIÇÕES DE ACESSO AOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS – 196.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRESTAÇÕES – 196.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – MONTANTE DAS PRESTAÇÕES – 197.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CONTRATUALIZAÇÃO DA  
INSERÇÃO, DA INCLUSÃO E DA VIABILIDADE SOCIAL E  
ECONÓMICA – 197.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VOLUNTARIADO – 197.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – EMPRESAS – 198.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – CESSAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DAS  
PRESTAÇÕES SOCIAIS – 198.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ENTIDADES DA SAÚDE – 198.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – ENTIDADES FINANCEIRAS – 198.

ARTIGO DÉCIMO NONO – BASES MILITARES – 199.

ARTIGO VIGÉSIMO – MATRIZES FISCAIS – 199.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – MATRIZES NOTARIAIS – 199.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – MATRIZES SOCIAIS – 199.

TÍTULO SEXTO – DISPOSIÇÕES COMUNS DO REGIME DA SEGURANÇA  
SOCIAL – 199.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES COMUNS DO REGIME DA  
SEGURANÇA SOCIAL – 199.

ARTIGO PRIMEIRO – ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES – 200.

ARTIGO SEGUNDO – INDEXANTE DOS APOIOS SOCIAIS E  
ACTUALIZAÇÃO DO VALOR DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 200.

ARTIGO TERCEIRO – PRESCRIÇÃO DO DIREITO ÀS  
PRESTAÇÕES SOCIAIS – 200.

ARTIGO QUARTO – RESPONSABILIDADE CIVIL DE TERCEIROS  
– 200.

ARTIGO QUINTO – DEVERES DO ESTADO E DOS  
BENEFICIÁRIOS – 200.

ARTIGO SEXTO – INTRANSMISSIBILIDADE E  
PENHORABILIDADE PARCIAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 201.

ARTIGO SÉTIMO – GARANTIA DO DIREITO À INFORMAÇÃO –  
201.

ARTIGO OITAVO – CERTIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DAS  
SITUAÇÕES – 201.

ARTIGO NONO – CONFIDENCIALIDADE – 201.

ARTIGO DÉCIMO – RECLAMAÇÕES E QUEIXAS – 202.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – RECURSO CONTECIOSO – 202.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DECLARAÇÃO DE NULIDADE – 202.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REVOGAÇÃO DE ACTOS INVÁLIDOS – 202.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS LEGAIS – 202.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – RESTITUIÇÃO E COBRANÇA COERCIVA DAS CONTRIBUIÇÕES, QUOTIZAÇÕES E DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 203.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 203.

TÍTULO SÉTIMO – FINANCIAMENTO – 203.

CAPÍTULO ÚNICO – FINANCIAMENTO – 203.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS DO FINANCIAMENTO – 203.

ARTIGO SEGUNDO – PRINCÍPIO DA DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO – 203.

ARTIGO TERCEIRO – PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SELECTIVA – 204.

ARTIGO QUARTO – FORMAS DE FINANCIAMENTO – 204.

ARTIGO QUINTO – FONTES DE FINANCIAMENTO – 205.

ARTIGO SEXTO – ORÇAMENTO E CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL – 205.

TÍTULO OITAVO – ORGANIZAÇÃO – 205.

CAPÍTULO ÚNICO – ORGANIZAÇÃO – 206.

ARTIGO PRIMEIRO – ESTRUTURA ORGÂNICA – 206.

ARTIGO SEGUNDO – REAL CONSELHO SUPERIOR SOCIAL PORTUGUÊS – 206.

ARTIGO TERCEIRO – PARTICIPAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL – 206.

ARTIGO QUARTO – PARAÍSO FISCAL – 206.

ARTIGO QUINTO – SISTEMA DE INFORMAÇÃO – 206.

ARTIGO SEXTO – IDENTIFICAÇÃO – 207.

TÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS – 207.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS – 207.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E EM FORMAÇÃO – 207.

ARTIGO SEGUNDO – REGIME TRANSITÓRIO DE CÁLCULO DAS PENSÕES – 208.

ARTIGO TERCEIRO – INTEGRAÇÃO NO SISTEMA PREVIDENCIAL – 208.

ARTIGO QUARTO – LIQUIDAÇÃO DO SISTEMA COMPLEMENTAR – 208.

ARTIGO QUINTO – SEGURO SOCIAL VOLUNTÁRIO – 208.

ARTIGO SEXTO – REGIMES ESPECIAIS – 208.

ARTIGO SÉTIMO – TRANSFERÊNCIA DA FUNÇÃO PÚBLICA – 208.

ARTIGO OITAVO – REGIMES DE PRESTAÇÕES COMPLEMENTARES – 209.

ARTIGO NONO – TRANSFERÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA – 209.

ARTIGO DÉCIMO – TRANSFERÊNCIA DAS CAIXAS DE PREVIDÊNCIA – 209.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CASAS DO POVO – 209.

CAPÍTULO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 209.

ARTIGO ÚNICO – PROTECÇÃO NOS ACIDENTES LABORAIS E NAS DOENÇAS PROFISSIONAIS – 209.

LIVRO DÉCIMO QUARTO – CÓDIGO DOS REGIMES CONTRIBUTIVOS DA SEGURANÇA SOCIAL – 210.

TÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS – 210.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 210.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DE APLICAÇÃO – 210.

ARTIGO SEGUNDO – OBJECTO – 210.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO SUBSIDIÁRIO – 210.

ARTIGO QUARTO – QUADRO LEGAL DE REFERÊNCIA – 211.

ARTIGO QUINTO – REGIME GERAL DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM – 211.

CAPÍTULO SEGUNDO – DISPOSIÇÕES COMUNS – 211.

ARTIGO PRIMEIRO – RELAÇÃO JURÍDICA DE VINCULAÇÃO – 211.

ARTIGO SEGUNDO – OBJECTO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE VINCULAÇÃO – 211.

ARTIGO TERCEIRO – INSCRIÇÃO – 211.

ARTIGO QUARTO – ENQUADRAMENTO – 212.

ARTIGO QUINTO – RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA – 212.

ARTIGO SEXTO – OBJECTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 212.

ARTIGO SÉTIMO – CONCEITO DE CONTRIBUIÇÕES E DE QUOTIZAÇÕES – 213.

ARTIGO OITAVO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES – 213.

ARTIGO NONO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA – 213.



ARTIGO DÉCIMO – TAXA CONTRIBUTIVA – 213.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REGISTO DE REMUNERAÇÕES – 213.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSO À PROTECÇÃO SOCIAL – 214.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL – 214.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – GESTÃO DO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA – 214.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – CUMPRIMENTO DO DEVER – 214.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DIREITO À INFORMAÇÃO – 214.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – NOTIFICAÇÕES ELECTRÓNICAS – 214.

TÍTULO SEGUNDO – REGIME GERAL DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM – 215.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 215.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DE APLICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ABRANGIDOS – 215.

ARTIGO SEGUNDO – PROFISSIONAIS ESPECIALMENTE ABRANGIDOS – 215.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES EMPREGADORAS – 216.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO MATERIAL – 216.

CAPÍTULO SEGUNDO – PROCESSO DE INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS – 216.

ARTIGO PRIMEIRO – INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS – 216.

ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE INSCRIÇÃO – 216.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA PARA A INSCRIÇÃO – 217.

ARTIGO QUARTO – ELEMENTOS ESSENCIAIS DA INSCRIÇÃO – 217.

ARTIGO QUINTO – IDENTIFICAÇÃO – 217.

ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA – 218.

ARTIGO SÉTIMO – PRAZO PARA A IDENTIFICAÇÃO – 218.

ARTIGO OITAVO – OUTRAS OBRIGAÇÕES – 218.

### CAPÍTULO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 219.

ARTIGO PRIMEIRO – ELEMENTOS DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 219.

ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 219.

ARTIGO TERCEIRO – SUPORTES DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 219.

ARTIGO QUARTO – LOCAL DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE INFORMÁTICO – 219.

ARTIGO QUINTO – LOCAL DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE DE PAPEL – 220.

ARTIGO SEXTO – VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 220.

### CAPÍTULO QUARTO – INSCRIÇÃO. ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM – 220.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO – 220.

ARTIGO SEGUNDO – ELEMENTOS E MEIOS DE PROVA NECESSÁRIOS À DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM NO REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL – 220.

ARTIGO TERCEIRO – ELEMENTOS NECESSÁRIOS AO ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM – 221.

ARTIGO QUARTO – ELEMENTOS ADICIONAIS AO ENQUADRAMENTO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO DOMÉSTICO – 221.

## CAPÍTULO QUINTO – RELAÇÃO JURÍDICA DE VINCULAÇÃO – 222.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DA ADMISSÃO DE PROFISSIONAIS – 222.

ARTIGO SEGUNDO – INSCRIÇÃO DOS PROFISSIONAIS – 222.

ARTIGO TERCEIRO – ENQUADRAMENTO DOS PROFISSIONAIS – 223.

ARTIGO QUARTO – CESSAÇÃO, SUSPENÇÃO E ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DO CONTRATO LABORAL – 223.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL – 223.

ARTIGO SEXTO – EFECTIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS – 224.

ARTIGO SÉTIMO – PRODUÇÃO DE EFEITOS DA INSCRIÇÃO – 224.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS – 224.

## CAPÍTULO SEXTO – RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA – 225.

ARTIGO PRIMEIRO – FACTO CONSTITUTIVO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 225.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 225.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES CONTRIBUINTES – 225.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 225.

ARTIGO QUINTO – SUPORTE DAS DECLARAÇÕES – 226.

ARTIGO SEXTO – RESPONSABILIDADE PELO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 226.

ARTIGO SÉTIMO – PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES – 226.

## CAPÍTULO SÉTIMO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA – 226.

ARTIGO PRIMEIRO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA – 226.

ARTIGO SEGUNDO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS ESTUDANTES EM FÉRIAS ESCOLARES – 227.

ARTIGO TERCEIRO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS EM REGIME INTERMITENTE – 227.

ARTIGO QUARTO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DOMÉSTICO EM REGIME HORÁRIO E DIÁRIO – 227.

ARTIGO QUINTO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DOMÉSTICO EM REGIME DE TEMPO COMPLETO – 227.

ARTIGO SEXTO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS MEMBROS DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS – 227.

ARTIGO SÉTIMO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS EM REGIME DE ACUMULAÇÃO – 228.

ARTIGO OITAVO – BASE DE INCIDÊNCIA DOS PROFISSIONAIS QUE ACUMULEM RENDIMENTOS PROFISSIONAIS COM A PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 228.

ARTIGO NONO – DELIMITAÇÃO DA BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA – 228.

ARTIGO DÉCIMO – USO PESSOAL DE MEIO DE TRANSPORTE – 230.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONCEITO DE REGULARIDADE – 231.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – TAXA CONTRIBUTIVA GLOBAL – 231.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – VALOR DA TAXA CONTRIBUTIVA GLOBAL – 231.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – TAXA CONTRIBUTIVA DOS ESTUDANTES EM FÉRIAS ESCOLARES – 231.

CAPÍTULO OITAVO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS – 231.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO PESSOAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DAS PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS – 231.

ARTIGO SEGUNDO – CATEGORIAS DOS PROFISSIONAIS ABRANGIDOS – 231.

ARTIGO TERCEIRO – PESSOAS SINGULARES DAS PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS EXCLUÍDAS – 232.

ARTIGO QUARTO – INCLUSÃO NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO COM OUTRA ACTIVIDADE OU SITUAÇÃO DE APOSENTAÇÃO – 232.

ARTIGO QUINTO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA – 233.

ARTIGO SEXTO – REMUNERAÇÕES ESPECIALMENTE ABRANGIDAS – 233.

ARTIGO SÉTIMO – CESSAÇÃO DE ACTIVIDADE DOS MEMBROS ESTATUTÁRIOS DAS PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS – 233.

ARTIGO OITAVO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS NO DOMICÍLIO – 234.

ARTIGO NONO – ÂMBITO PESSOAL DOS PRATICANTES DESPORTIVOS – 234.

ARTIGO DÉCIMO – REMUNERAÇÃO MENSAL EFECTIVA – 234.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ÂMBITO PESSOAL DOS ARTISTAS DAS ARTES CULTURAIS – 234.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL DOS CIENTISTAS HUMANOS, NATURAIS E UNIVERSAIS – 235.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS EM REGIME DE CONTRATO LABORAL DE MUITO CURTA DURAÇÃO – 235.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ÂMBITO PESSOAL DOS ESTUDANTES EM FÉRIAS ESCOLARES – 235.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – ÂMBITO PESSOAL DA ACUMULAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO COM RENDIMENTOS DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL POR CONTA DE ENTIDADE EMPREGADORA – 235.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS EM REGIME LABORAL INTERMITENTE – 235.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS – 236.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – PESSOAS EXCLUÍDAS – 236.

ARTIGO DÉCIMO NONO – ÂMBITO PESSOAL E ENQUADRAMENTO DOS MEMBROS DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS – 236.



ARTIGO VIGÉSIMO – ÂMBITO PESSOAL DOS PROFISSIONAIS EM REGIME DE ACUMULAÇÃO – 236.

CAPÍTULO NONO – PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM EM SITUAÇÃO DE DESTACAMENTO – 237.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO – 237.

ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE DESTACAMENTO – 237.

ARTIGO TERCEIRO – PROFISSIONAIS DESTACADOS EM ESTADO SOBERANO EXTERNO – 237.

ARTIGO QUARTO – SITUAÇÕES EXCLUÍDAS – 237.

ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAIS DESTACADOS EM PORTUGAL – 238.

ARTIGO SEXTO – DURAÇÃO MÁXIMA DO DESTACAMENTO – 238.

ARTIGO SÉTIMO – SUBSTITUIÇÃO DO PROFISSIONAL DESTACADO EM PORTUGAL – 238.

ARTIGO OITAVO – REGRESSO TEMPORÁRIO – 238.

ARTIGO NONO – OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 239.

ARTIGO DÉCIMO – ÂMBITO MATERIAL – 239.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PROCEDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DESTACADOS – 239.

CAPÍTULO DÉCIMO – PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM RECLUSOS – 240.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO – 240.

ARTIGO SEGUNDO – CONTRATOS LABORAIS – 240.

ARTIGO TERCEIRO – RECIBO E MONTANTE LÍQUIDO DE VENCIMENTO – 240.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO CONTRIBUTIVA DA SEGURANÇA SOCIAL – 241.

ARTIGO QUINTO – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS PARA EFEITOS DO REAL IMPOSTO DEPENDENTE – 241.

ARTIGO SEXTO – RECLUSOS A PRESTAR SERVIÇO NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – 241.

ARTIGO SÉTIMO – RECIBO E MONTANTE LÍQUIDO DE VENCIMENTO – 241.

ARTIGO OITAVO – DECLARAÇÃO CONTRIBUTIVA DA SEGURANÇA SOCIAL – 242.

ARTIGO NONO – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS PARA EFEITOS DO REAL IMPOSTO DEPENDENTE – 242.

TÍTULO TERCEIRO – REGIME DOS PROFISSIONAIS INDEPENDENTES – 242.

CAPÍTULO PRIMEIRO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO – 242.

ARTIGO PRIMEIRO – PROFISSIONAIS ABRANGIDOS – 242.

ARTIGO SEGUNDO – CATEGORIAS DOS PROFISSIONAIS ABRANGIDOS – 242.

ARTIGO TERCEIRO – CATEGORIAS DE PROFISSIONAIS ESPECIALMENTE ABRANGIDOS – 243.

ARTIGO QUARTO – PROFISSIONAIS ABRANGIDOS POR DIFERENTES REGIMES – 243.

ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAIS A EXERCER ACTIVIDADE PROFISSIONAL EM ESTADO SOBERANO EXTERNO – 243.

ARTIGO SEXTO – ÂMBITO PESSOAL DA ACUMULAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO COM RENDIMENTOS DE ACTIVIDADE PROFISSIONAL INDEPENDENTE – 244.

ARTIGO SÉTIMO – SITUAÇÕES EXCLUÍDAS – 244.

ARTIGO OITAVO – ÂMBITO MATERIAL – 244.

ARTIGO NONO – MANUTENÇÃO DO DIREITO NA PROTECÇÃO SOCIAL – 244.

CAPÍTULO SEGUNDO – INSCRIÇÃO, ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES – 245.

ARTIGO PRIMEIRO – INSCRIÇÃO DOS PROFISSIONAIS INDEPENDENTES – 245.

ARTIGO SEGUNDO – CONCEITO DE INSCRIÇÃO – 245.

ARTIGO TERCEIRO – COMPETÊNCIA PARA A INSCRIÇÃO – 245.

ARTIGO QUARTO – ELEMENTOS ESSENCIAIS DA INSCRIÇÃO – 245.

ARTIGO QUINTO – IDENTIFICAÇÃO – 246.

ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA – 246.

ARTIGO SÉTIMO – PRAZO PARA A IDENTIFICAÇÃO – 246.

ARTIGO OITAVO – OUTRAS OBRIGAÇÕES – 247.

ARTIGO NONO – PROVA DA SITUAÇÃO DE ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR – 247.

### CAPÍTULO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 247.

ARTIGO PRIMEIRO – ELEMENTOS DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 247.

ARTIGO SEGUNDO – CONTEÚDO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 247.

ARTIGO TERCEIRO – SUPORTES DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 248.

ARTIGO QUARTO – LOCAL DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE INFORMÁTICO – 248.

ARTIGO QUINTO – LOCAL DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE DE PAPEL – 248.

ARTIGO SEXTO – VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 248.

### CAPÍTULO QUARTO – RELAÇÃO JURÍDICA DE VINCULAÇÃO – 249.

ARTIGO PRIMEIRO – COMUNICAÇÃO DE INÍCIO DE ACTIVIDADE – 249.

ARTIGO SEGUNDO – INSCRIÇÃO E ENQUADRAMENTO – 249.

ARTIGO TERCEIRO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 249.

ARTIGO QUARTO – CESSAÇÃO DO ENQUADRAMENTO – 250.

ARTIGO QUINTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS DA CESSAÇÃO DO ENQUADRAMENTO – 250.

ARTIGO SEXTO – COMPROVAÇÃO DE ELEMENTOS – 250.

CAPÍTULO QUINTO – RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA – 250.

ARTIGO PRIMEIRO – FACTO CONSTITUTIVO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 250.

ARTIGO SEGUNDO – OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 250.

ARTIGO TERCEIRO – OBRIGAÇÃO DECLARATIVA – 250.

ARTIGO QUARTO – SUPORTE DAS DECLARAÇÕES – 251.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE PELO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 251.

ARTIGO SEXTO – PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES – 251.

CAPÍTULO SEXTO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA – 251.

ARTIGO PRIMEIRO – BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA – 251.

ARTIGO SEGUNDO – ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR – 252.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A ISENÇÃO – 252.

ARTIGO QUARTO – INEXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR – 252.

ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE INDEPENDENTE – 253.

ARTIGO SEXTO – CESSAÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 253.

ARTIGO SÉTIMO – DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO – 253.

ARTIGO OITAVO – TAXAS CONTRIBUTIVAS – 253.

TÍTULO QUARTO – ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DE VALORES DEVIDOS À SEGURANÇA SOCIAL – 254.

CAPÍTULO ÚNICO – ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DE VALORES DEVIDOS À SEGURANÇA SOCIAL – 254.

ARTIGO PRIMEIRO – GESTÃO DO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES – 254.

ARTIGO SEGUNDO – LOCAL DE PAGAMENTO – 254.

ARTIGO TERCEIRO – MEIOS DE PAGAMENTO – 254.

ARTIGO QUARTO – REQUISITOS DO PAGAMENTO DE VALORES À SEGURANÇA SOCIAL – 255.

ARTIGO QUINTO – BENEFICIÁRIOS DOS CHEQUES – 255.

ARTIGO SEXTO – CHEQUE VISADO – 255.

ARTIGO SÉTIMO – DATA DE EMISSÃO DOS CHEQUES – 255.

ARTIGO OITAVO – CHEQUES INCOBRÁVEIS – 256.

ARTIGO NONO – APROVAÇÃO DAS GUIAS DE PAGAMENTO – 256.

ARTIGO DÉCIMO – DEPÓSITO DE VALORES – 256.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PAGAMENTO POR CORREIO – 256.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – RETENÇÕES DE VALORES NO CASO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS SOCIAIS – 257.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEPÓSITO DE IMPORTÂNCIAS PAGAS – 257.

TÍTULO QUINTO – SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA – 257.

CAPÍTULO ÚNICO – SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA – 257.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCEITO DE SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA REGULARIZADA – 257.

ARTIGO SEGUNDO – CERTIFICAÇÃO DAS SITUAÇÕES – 258.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES REQUERENTES – 258.

ARTIGO QUARTO – PRAZO DE VALIDADE DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA – 259.



ARTIGO QUINTO – REQUISITOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA – 259.

ARTIGO SEXTO – RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA – 259.

ARTIGO SÉTIMO – COMPETÊNCIA PARA A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA – 259.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIA PARA A EMISSÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA DE CONTRIBUINTES NÃO RESIDENTES – 259.

TÍTULO SEXTO – NORMAS APLICÁVEIS À RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E DE QUOTIZAÇÕES – 260.

CAPÍTULO ÚNICO – NORMAS APLICÁVEIS À RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E DE QUOTIZAÇÕES – 260.

ARTIGO PRIMEIRO – CONCEITO DE RESTITUIÇÃO – 260.

ARTIGO SEGUNDO – DIREITO À RESTITUIÇÃO – 260.

ARTIGO TERCEIRO – MONTANTE DA RESTITUIÇÃO – 260.

ARTIGO QUARTO – REGISTO DE REMUNERAÇÕES – 261.

ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO E PRAZO – 261.

ARTIGO SEXTO – PRESCRIÇÃO – 261.

TÍTULO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 261.

CAPÍTULO PRIMEIRO – REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL – 261.

ARTIGO PRIMEIRO – FALSAS DECLARAÇÕES – 261.

ARTIGO SEGUNDO – ACUMULAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE COM CONCESSÃO DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 261.

CAPÍTULO SEGUNDO – REGIME GERAL DOS PROFISSIONAIS POR CONTA DE OUTREM – 262.

ARTIGO PRIMEIRO – INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS – 262.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO PARA A IDENTIFICAÇÃO – 262.

ARTIGO TERCEIRO – OUTRAS OBRIGAÇÕES – 262.

ARTIGO QUARTO – COMUNICAÇÃO DA ADMISSÃO DE PROFISSIONAIS – 262.

ARTIGO QUINTO – CESSAÇÃO, SUSPENÇÃO E ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DO CONTRATO LABORAL – 263.

ARTIGO SEXTO – DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL – 263.

ARTIGO SÉTIMO – EFECTIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES EMPREGADORAS – 263.

ARTIGO OITAVO – COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS – 263.

ARTIGO NONO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 264.

ARTIGO DÉCIMO – RESPONSABILIDADE PELO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONTRIBUTIVA – 264.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES – 264.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROFISSIONAIS DESTACADOS – 264.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PROFISSIONAIS RECLUSOS – 265.

CAPÍTULO TERCEIRO – PROFISSIONAIS INDEPENDENTES – 265.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES – 265.

ARTIGO SEGUNDO – PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DAS QUOTIZAÇÕES – 265.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA A ISENÇÃO – 265.

TÍTULO OITAVO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 266.

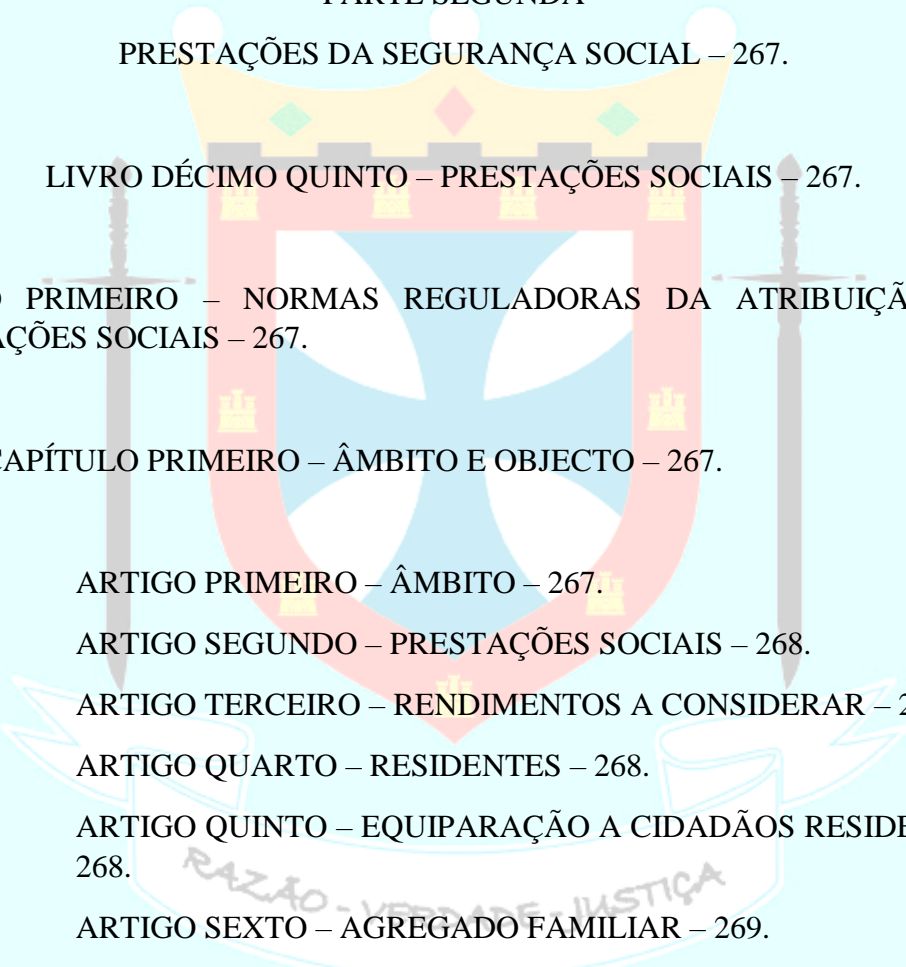
CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 266.

ARTIGO PRIMEIRO – OBRIGATORIEDADE DE OPÇÃO DOS CONTRIBUINTES DO SEGURO SOCIAL VOLUNTÁRIO – 266.

ARTIGO SEGUNDO – SUPRIMENTO OFICIOSO DAS OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES EMPREGADORAS CONTRIBUINTES – 266.

ARTIGO TERCEIRO – FORMULÁRIOS – 266.

ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – 267.



PARTE SEGUNDA	
PRESTAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL – 267.	
LIVRO DÉCIMO QUINTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS – 267.	
TÍTULO PRIMEIRO – NORMAS REGULADORAS DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 267.	
CAPÍTULO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTO – 267.	
ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO – 267.	
ARTIGO SEGUNDO – PRESTAÇÕES SOCIAIS – 268.	
ARTIGO TERCEIRO – RENDIMENTOS A CONSIDERAR – 268.	
ARTIGO QUARTO – RESIDENTES – 268.	
ARTIGO QUINTO – EQUIPARAÇÃO A CIDADÃOS RESIDENTES – 268.	
ARTIGO SEXTO – AGREGADO FAMILIAR – 269.	
ARTIGO SÉTIMO – CAPITAÇÃO DO RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR – 270.	

CAPÍTULO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS – 270.

ARTIGO PRIMEIRO – RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO DEPENDENTE – 270.

ARTIGO SEGUNDO – RENDIMENTOS PROFISSIONAIS – 271.

ARTIGO TERCEIRO – RENDIMENTOS CIENTÍFICOS E ARTÍSTICOS – 271.

ARTIGO QUARTO – RENDIMENTOS DE CAPITAIS – 271.

ARTIGO QUINTO – RENDIMENTOS SOBRE AS RENDAS – 271.

ARTIGO SEXTO – RENDIMENTOS SOBRE INCREMENTOS PATRIMONIAIS – 271.

ARTIGO SÉTIMO – RENDIMENTOS SOBRE AS PENSÕES – 272.

ARTIGO OITAVO – AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO À INFORMAÇÃO – 272.

CAPÍTULO TERCEIRO – CARACTERIZAÇÃO DAS UNIÕES DE FACTO – 272.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO – 272.

ARTIGO SEGUNDO – EXCEPÇÕES – 272.

ARTIGO TERCEIRO – EFEITOS – 273.

ARTIGO QUARTO – CASA DE MORADA DE FAMÍLIA E RESIDÊNCIA COMUM – 273.

ARTIGO QUINTO – DISSOLUÇÃO DA UNIÃO DE FACTO – 273.

CAPÍTULO QUARTO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 274.

ARTIGO PRIMEIRO – VERIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS – 274.

ARTIGO SEGUNDO – FALSAS DECLARAÇÕES – 274.

TÍTULO SEGUNDO – REGIME JURÍDICO DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA DA EDUCAÇÃO – 274.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 275.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 275.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 275.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL – 275.

ARTIGO QUARTO – TITULARIDADE DO DIREITO – 275.

ARTIGO QUINTO – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO – 276.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 276.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 276.

ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 276.

ARTIGO TERCEIRO – EQUIPARAÇÃO DE CURSOS – 277.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS PERÍODOS E DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 277.

ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DOS PERÍODOS E DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 277.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DOS PERÍODOS DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 277.

ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 277.

ARTIGO QUARTO – CIDADÃOS ESPECIAIS – 278.

CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 278.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DO PAGAMENTO – 278.

ARTIGO SEGUNDO – PERÍODO DE CONCESSÃO – 279.

ARTIGO TERCEIRO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO – 279.

ARTIGO QUARTO – CESSAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 279.



CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 280.

ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 280.

ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 280.

ARTIGO TERCEIRO – INACUMULABILIDADE COM RENDIMENTOS LABORAIS – 280.

CAPÍTULO SEXTO – DEVERES – 280.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS REQUERENTES DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 280.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 281.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 281.

CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 281.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 281.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 282.

ARTIGO TERCEIRO – MATRIZES NOTARIAIS – 282.

ARTIGO QUARTO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – 282.

ARTIGO QUINTO – ENTIDADES DA SAÚDE – 282.

ARTIGO SEXTO – REQUERIMENTO – 283.

ARTIGO SÉTIMO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER OS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 283.

ARTIGO OITAVO – PRAZO PARA REQUERER – 283.

ARTIGO NONO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 283.

## CAPÍTULO OITAVO – DECLARAÇÕES E MEIOS DE PROVA – 284.

ARTIGO PRIMEIRO – DECLARAÇÃO DE INACUMULABILIDADE – 284.

ARTIGO SEGUNDO – DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR – 284.

ARTIGO TERCEIRO – DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE LABORAL – 284.

ARTIGO QUARTO – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS – 284.

ARTIGO QUINTO – MEIOS DE PROVA EM GERAL – 285.

ARTIGO SEXTO – PROVA ANUAL DE RENDIMENTOS E DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR – 285.

ARTIGO SÉTIMO – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROVA ANUAL DE RENDIMENTOS E DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR – 286.

ARTIGO OITAVO – PROVA ANUAL DA SITUAÇÃO ESCOLAR – 286.

ARTIGO NONO – PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROVA ANUAL DA SITUAÇÃO ESCOLAR – 286.

ARTIGO DÉCIMO – PROVA ANUAL DA SAÚDE – 286.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – EFEITOS DA FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS PROVAS ANUAIS – 286.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE MEIOS DE PROVA – 287.

## CAPÍTULO NONO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 287.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 287.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 287.

ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA EDUCAÇÃO – 287.

ARTIGO QUARTO – PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DA EDUCAÇÃO – 288.

ARTIGO QUINTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 288.

CAPÍTULO DÉCIMO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 288.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 289.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 289.

ARTIGO TERCEIRO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 289.

ARTIGO QUARTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 289.

TÍTULO TERCEIRO – REGIME JURÍDICO DA DOENÇA NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL – 289.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 290.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 290.

ARTIGO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DA EVENTUALIDADE – 290.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO PESSOAL – 290.

ARTIGO QUARTO – PROFISSIONAL EXTERNO – 290.

ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAL NO EXTERIOR – 291.

ARTIGO SEXTO – ÂMBITO MATERIAL – 291.

ARTIGO SÉTIMO – TITULARIDADE DO DIREITO – 291.

ARTIGO OITAVO – ABRANGÊNCIA DO DIREITO AO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 291.

ARTIGO NONO – CONCESSÃO PROVISÓRIA DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 291.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 292.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 292.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DE GARANTIA – 292.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DO PRAZO DE GARANTIA – 292.

ARTIGO QUARTO – TOTALIZAÇÃO DE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS – 292.

ARTIGO QUINTO – ÍNDICE DE PROFISSIONALIDADE – 293.

ARTIGO SEXTO – RELEVÂNCIA DO REGISTO DE REMUNERAÇÕES POR EQUIVALÊNCIA – 293.

ARTIGO SÉTIMO – CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O EXERCÍCIO LABORAL – 293.

ARTIGO OITAVO – PRESTAÇÕES COMPENSATÓRIAS DOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL E OUTROS DE NATUREZA ANÁLOGA REGULARES – 294.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 294.

ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 294.

ARTIGO SEGUNDO – REMUNERAÇÃO DE REFERÊNCIA – 294.

ARTIGO TERCEIRO – LIMITES AO MONTANTE DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 295.

ARTIGO QUARTO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DA PRESTAÇÃO COMPENSATÓRIA – 295.

ARTIGO QUINTO – ATRIBUIÇÃO DA PRESTAÇÃO COMPENSATÓRIA – 295.

ARTIGO SEXTO – ATRIBUIÇÃO DE PENSÃO PROVISÓRIA DE INVALIDEZ – 295.

CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 295.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DO PAGAMENTO – 295.

ARTIGO SEGUNDO – NÃO REGISTO DE REMUNERAÇÕES – 296.

ARTIGO TERCEIRO – PERÍODO DE CONCESSÃO – 296.

ARTIGO QUARTO – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO – 296.

ARTIGO QUINTO – CESSAÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 297.

CAPÍTULO QUINTO – ACUMULAÇÃO E INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 297.

ARTIGO PRIMEIRO – DISPOSIÇÃO GERAL DE ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES – 297.

ARTIGO SEGUNDO – ACUMULAÇÃO COM PRESTAÇÕES DE NATUREZA INDEMNIZATÓRIA – 297.

ARTIGO TERCEIRO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 298.

ARTIGO QUARTO – INACUMULABILIDADE COM RENDIMENTOS LABORAIS – 298.

CAPÍTULO SEXTO – DEVERES – 298.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS – 298.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 299.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 299.

ARTIGO QUARTO – CELEBRAÇÃO DE ACORDOS – 299.

CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 300.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 300.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 300.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE – 300.

ARTIGO QUARTO – REQUERIMENTO – 301.

ARTIGO QUINTO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 301.

CAPÍTULO OITAVO – CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE – 301.



ARTIGO PRIMEIRO – MEIOS DE CERTIFICAÇÃO – 301.

ARTIGO SEGUNDO – LIMITES DA CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA – 302.

ARTIGO TERCEIRO – REMESSA DO CERTIFICADO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA – 302.

ARTIGO QUARTO – PROVA DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS – 302.

ARTIGO QUINTO – CONFIRMAÇÃO DA SUBSISTÊNCIA DA INCAPACIDADE – 303.

ARTIGO SEXTO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE – 303.

ARTIGO SÉTIMO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE POR INICIATIVA DA ENTIDADE EMPREGADORA – 303.

ARTIGO OITAVO – PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE – 303.

CAPÍTULO NONO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 304.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 304.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 304.

ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 304.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 304.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA – 305.

ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 305.

CAPÍTULO DÉCIMO – REABILITAÇÃO LABORAL E REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 305.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO – 305.

ARTIGO SEGUNDO – OCUPAÇÃO E REABILITAÇÃO – 306.

ARTIGO TERCEIRO – OCUPAÇÃO OBRIGATÓRIA – 306.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXERCÍCIO LABORAL – 306.

ARTIGO QUINTO – AVALIAÇÃO – 307.

ARTIGO SEXTO – APOIOS TÉCNICOS – 307.

ARTIGO SÉTIMO – IMPOSSIBILIDADE DE ASSEGURAR OCUPAÇÃO COMPATÍVEL – 307.

ARTIGO OITAVO – PLANO DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 308.

ARTIGO NONO – ENCARGOS COM A REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 308.

ARTIGO DÉCIMO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO – 309.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – COMPETÊNCIAS DE GARANTIA DE OCUPAÇÃO E EXERCÍCIO DE FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DO PROFISSIONAL – 309.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PROCEDIMENTO – 310.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 310.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 310.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 310.

ARTIGO TERCEIRO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS – 311.

ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 311.

ARTIGO QUINTO – PREVENÇÃO BASTONÁRIA – 311.

ARTIGO SEXTO – PREVENÇÃO MINISTERIAL – 312.

ARTIGO SÉTIMO – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PRESIDENCIAL – 312.

ARTIGO OITAVO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 312.

ARTIGO NONO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 312.

TÍTULO QUARTO – REGIME JURÍDICO DA PARENTALIDADE NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL – 312.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 312.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 313.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 313.

ARTIGO TERCEIRO – PROFISSIONAL EXTERNO – 313.

ARTIGO QUARTO – PROFISSIONAL NO EXTERIOR – 313.

ARTIGO QUINTO – EXTENSÃO DOS DIREITOS ATRIBUÍDOS AOS PROGENITORES – 314.

ARTIGO SEXTO – PROTECÇÃO NA PARENTALIDADE – 314.

ARTIGO SÉTIMO – ÂMBITO MATERIAL – 314.

CAPÍTULO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS – 315.

ARTIGO PRIMEIRO – SUBSÍDIO POR RISCO CLÍNICO DURANTE A GRAVIDEZ – 315.

ARTIGO SEGUNDO – SUBSÍDIO POR INTERRUPTÃO DA GRAVIDEZ – 315.

ARTIGO TERCEIRO – SUBSÍDIO PARENTAL – 315.

ARTIGO QUARTO – SUBSÍDIO DE ADOPÇÃO – 315.

ARTIGO QUINTO – SUBSÍDIO POR RISCOS ESPECÍFICOS – 316.

ARTIGO SEXTO – SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO – 316.

ARTIGO SÉTIMO – SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO ESPECIAL OU PORTADOR DE DOENÇA CRÓNICA – 317.

ARTIGO OITAVO – SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A NETO – 317.

CAPÍTULO TERCEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 318.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 318.

ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES COMUNS DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 318.

ARTIGO TERCEIRO – PRAZO DE GARANTIA – 318.

ARTIGO QUARTO – TOTALIZAÇÃO DE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS – 319.

ARTIGO QUINTO – NÃO CONDIÇÃO DE ATRIBUIÇÃO – 319.

ARTIGO SEXTO – REGISTO DE REMUNERAÇÕES POR EQUIVALÊNCIA À ENTRADA DE CONTRIBUIÇÕES – 319.

CAPÍTULO QUARTO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 319.

ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 320.

ARTIGO SEGUNDO – REMUNERAÇÃO DE REFERÊNCIA – 320.

CAPÍTULO QUINTO – DURAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 320.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DO PAGAMENTO – 320.

ARTIGO SEGUNDO – PERÍODO DE CONCESSÃO – 320.

ARTIGO TERCEIRO – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO – 320.

CAPÍTULO SEXTO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 321.

ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 321.

ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 321.

ARTIGO TERCEIRO – INACUMULABILIDADE COM RENDIMENTOS LABORAIS – 321.

ARTIGO QUARTO – INACUMULABILIDADE COM INDEMNIZAÇÕES E PRESTAÇÕES SOCIAIS POR RISCOS PROFISSIONAIS – 321.

CAPÍTULO SÉTIMO – DEVERES – 321.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS TITULARES DO DIREITO – 321.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 322.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 322.

CAPÍTULO OITAVO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 322.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 323.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 323.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE – 323.

ARTIGO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS – 323.

ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO – 323.

ARTIGO SEXTO – DISPENSA DO REQUERIMENTO – 324.

ARTIGO SÉTIMO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 324.

CAPÍTULO NONO – DECLARAÇÕES E MEIOS DE PROVA – 324.

ARTIGO PRIMEIRO – MEIOS DE PROVA EM GERAL – 324.

ARTIGO SEGUNDO – MEIOS DE PROVA EM COMUM – 325.

ARTIGO TERCEIRO – DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE MEIOS DE PROVA – 325.

ARTIGO QUARTO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO POR RISCO CLÍNICO DURANTE A GRAVIDEZ E POR INTERRUÇÃO DA GRAVIDEZ – 325.

ARTIGO QUINTO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO PARENTAL E DO SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA EM CASO DE NASCIMENTO DE NETO – 326.



ARTIGO SEXTO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO PARENTAL POR IMPOSSIBILIDADE DO OUTRO PROGENITOR – 326.

ARTIGO SÉTIMO – MEIOS DE PROVA DOS SUBSÍDIOS POR ADOÇÃO – 326.

ARTIGO OITAVO – MEIOS DE PROVA DOS SUBSÍDIOS POR RISCOS ESPECÍFICOS – 326.

ARTIGO NONO – MEIOS DE PROVA DOS SUBSÍDIOS PARA ASSISTÊNCIA A FILHO – 327.

ARTIGO DÉCIMO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO ESPECIAL OU PORTADOR DE DOENÇA CRÓNICA – 327.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A NETO – 327.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – EFEITOS DA FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS MEIOS DE PROVA – 327.

CAPÍTULO DÉCIMO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 328.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 328.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 328.

ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 328.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 328.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA PARENTALIDADE – 329.

ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 329.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 329.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 329.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 330.

ARTIGO TERCEIRO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS – 330.  
ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 330.  
ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 331.  
ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 331.

**TÍTULO QUINTO – REGIME JURÍDICO DE ACIDENTES LABORAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL – 331.**

**CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 331.**

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 331.  
ARTIGO SEGUNDO – BENEFICIÁRIOS – 331.  
ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO PESSOAL – 331.  
ARTIGO QUARTO – PROFISSIONAL EXTERNO – 332.  
ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAL NO EXTERIOR – 332.  
ARTIGO SEXTO – ÂMBITO MATERIAL – 332.  
ARTIGO SÉTIMO – RESPONSABILIDADE – 333.

**CAPÍTULO SEGUNDO – DELIMITAÇÃO DO ACIDENTE LABORAL – 333.**

ARTIGO PRIMEIRO – CONCEITO DE DELIMITAÇÃO DO ACIDENTE LABORAL – 333.  
ARTIGO SEGUNDO – EXTENSÃO DO CONCEITO – 334.  
ARTIGO TERCEIRO – PROVA DA ORIGEM DA LESÃO – 335.  
ARTIGO QUARTO – PREDISPOSIÇÃO PATOLÓGICA E INCAPACIDADE – 335.

**CAPÍTULO TERCEIRO – EXCLUSÃO, REDUÇÃO E AGRAVAMENTO DA RESPONSABILIDADE – 336.**

ARTIGO PRIMEIRO – NULIDADE DA RESPONSABILIDADE – 336.

ARTIGO SEGUNDO – PROIBIÇÃO DE DESCONTOS NA RETRIBUIÇÃO – 336.

ARTIGO TERCEIRO – DESCARACTERIZAÇÃO DO ACIDENTE – 336.

ARTIGO QUARTO – FORÇA MAIOR – 337.

ARTIGO QUINTO – SITUAÇÕES ESPECIAIS – 337.

ARTIGO SEXTO – ACIDENTE PROVOCADO POR OUTRO PROFISSIONAL OU POR TERCEIROS – 337.

ARTIGO SÉTIMO – ACTUAÇÃO CULPOSA DO EMPREGADOR – 338.

CAPÍTULO QUARTO – NATUREZA, DETERMINAÇÃO E GRADUAÇÃO DA INCAPACIDADE – 338.

ARTIGO PRIMEIRO – NATUREZA DA INCAPACIDADE – 339.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DA INCAPACIDADE – 339.

ARTIGO TERCEIRO – AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DA INCAPACIDADE – 339.

ARTIGO QUARTO – CONVERSÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA EM PERMANENTE – 339.

CAPÍTULO QUINTO – CONDIÇÕES GERAIS DA REPARAÇÃO – 340.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIO GERAL DA REPARAÇÃO – 340.

ARTIGO SEGUNDO – RECIDIVA OU AGRAVAMENTO – 340.

CAPÍTULO SEXTO – PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE – 340.

ARTIGO PRIMEIRO – MODALIDADES DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE – 340.

ARTIGO SEGUNDO – PRIMEIROS SOCORROS – 341.

ARTIGO TERCEIRO – LUGAR DE PRESTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA CLÍNICA – 341.

ARTIGO QUARTO – MÉDICO ASSISTENTE – 342.

ARTIGO QUINTO – DEVER DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA – 342.

ARTIGO SEXTO – OBSERVÂNCIA DE PRESCRIÇÕES CLÍNICAS E CIRÚRGICAS – 342.

ARTIGO SÉTIMO – SUBSTITUIÇÃO LEGAL DO MÉDICO ASSISTENTE – 343.

ARTIGO OITAVO – ESCOLHA DO MÉDICO-CIRURGIÃO – 343.

ARTIGO NONO – CONTESTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO MÉDICO ASSISTENTE – 343.

ARTIGO DÉCIMO – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA – 343.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – BOLETINS DE EXAME E ALTA – 344.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INFORMAÇÃO CLÍNICA AO SINISTRADO – 344.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REQUISIÇÃO PELO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO – 344.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – 345.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – TRANSPORTE E ESTADA – 345.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – RESPONSABILIDADE PELO TRANSPORTE E ESTADA – 346.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – AJUDAS TÉCNICAS EM GERAL – 346.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – OPÇÃO DO SINISTRADO – 346.

ARTIGO DÉCIMO NONO – REPARAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS AJUDAS TÉCNICAS EM GERAL – 347.

ARTIGO VIGÉSIMO – REABILITAÇÃO LABORAL E ADAPTAÇÃO DO POSTO LABORAL – 347.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – NOTIFICAÇÃO JUDICIAL E EXECUÇÃO – 347.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PERDA DO DIREITO A RENOVAÇÃO OU REPARAÇÃO – 348.

CAPÍTULO SÉTIMO – PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS – 348.

ARTIGO PRIMEIRO – MODALIDADES DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS – 348.

ARTIGO SEGUNDO – PRESTAÇÕES POR INCAPACIDADE – 349.

ARTIGO TERCEIRO – CIDADÃO A CARGO – 350.

ARTIGO QUARTO – NORMA DE FIXAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA E PERMANENTE – 350.

ARTIGO QUINTO – SUSPENSÃO OU REDUÇÃO DA PENSÃO – 351.

ARTIGO SEXTO – PENSÃO PROVISÓRIA – 351.

ARTIGO SÉTIMO – PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA – 351.

ARTIGO OITAVO – MONTANTE DA PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA – 352.

ARTIGO NONO – SUSPENSÃO DA PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ASSISTÊNCIA DE TERCEIRA PESSOA – 352.

ARTIGO DÉCIMO – NORMA DE FIXAÇÃO DA PENSÃO POR FALECIMENTO – 352.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – TITULARES DO DIREITO À PENSÃO POR FALECIMENTO – 353.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – SITUAÇÕES DE NULIDADE, ANULABILIDADE, INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO – 353.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PENSÃO AO CÔNJUGE, EX-CÔNJUGE E CIDADÃO QUE VIVA EM UNIÃO DE FACTO COM O SINISTRADO – 354.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PENSÃO AOS FILHOS – 354.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – PENSÃO AOS ASCENDENTES E OUTROS PARENTES SUCESSÍVEIS – 355.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – AUSÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS – 355.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – ACUMULAÇÃO E RATEIO DA PENSÃO POR FALECIMENTO – 355.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – SUBSÍDIO DE FALECIMENTO – 355.

ARTIGO DÉCIMO NONO – SUBSÍDIO POR SITUAÇÃO DE ELEVADA INCAPACIDADE – 356.

ARTIGO VIGÉSIMO – SUBSÍDIO PARA READAPTAÇÃO DA HABITAÇÃO – 356.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – SUBSÍDIO PARA FREQUÊNCIA DE ACÇÕES NO ÂMBITO DA REABILITAÇÃO LABORAL – 357.



ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – REVISÃO DAS PRESTAÇÕES – 357.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES POR CESSAÇÃO DO CONTRATO LABORAL – 358.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – CÁLCULO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES – 358.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO, DA PENSÃO E DA PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR – 359.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – LUGAR DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES – 359.

CAPÍTULO OITAVO – REMIÇÃO DE PENSÕES – 359.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE REMIÇÃO DE PENSÕES – 360.

ARTIGO SEGUNDO – CÁLCULO DO CAPITAL – 360.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITOS NÃO AFECTADOS PELA REMIÇÃO – 360.

CAPÍTULO NONO – DEVERES – 361.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS – 361.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 361.

ARTIGO TERCEIRO – DEVERES DOS PENSIONISTAS POR FALECIMENTO – 362.

ARTIGO QUARTO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 362.

CAPÍTULO DÉCIMO – GARANTIA DE CUMPRIMENTO – 362.

ARTIGO PRIMEIRO – INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE, IRRENUNCIABILIDADE DOS CRÉDITOS E GARANTIAS – 362.

ARTIGO SEGUNDO – SISTEMA E UNIDADE DE SEGURO – 362.

ARTIGO TERCEIRO – DISPENSA DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE – 363.

ARTIGO QUARTO – APÓLICE UNIFORME – 363.

ARTIGO QUINTO – GARANTIA E ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES – 363.

ARTIGO SEXTO – RISCOS RECUSADOS – 364.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÃO DE CAUCIONAMENTO – 364.

ARTIGO OITAVO – REAL BANCO DE PORTUGAL – 365.

#### CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTES LABORAIS – 365.

ARTIGO PRIMEIRO – SINISTRADO E BENEFICIÁRIOS LEGAIS – 365.

ARTIGO SEGUNDO – ENTIDADE EMPREGADORA COM RESPONSABILIDADE TRANSFERIDA – 366.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADE EMPREGADORA SEM RESPONSABILIDADE TRANSFERIDA – 366.

ARTIGO QUARTO – EXERCÍCIO LABORAL A BORDO – 366.

ARTIGO QUINTO – ENTIDADES SEGURADORAS – 367.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM CASO DE FALECIMENTO – 367.

ARTIGO SÉTIMO – FACULDADE DE PARTICIPAÇÃO AO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO DE CARIZ HUMANO COMPETENTE – 367.

#### CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – REABILITAÇÃO LABORAL E REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 368.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO – 368.

ARTIGO SEGUNDO – OCUPAÇÃO E REABILITAÇÃO – 368.

ARTIGO TERCEIRO – OCUPAÇÃO OBRIGATÓRIA – 368.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXERCÍCIO LABORAL – 368.

ARTIGO QUINTO – EXERCÍCIO LABORAL A TEMPO PARCIAL E LICENÇA PARA FORMAÇÃO OU NOVO EMPREGO – 369.

ARTIGO SEXTO – AVALIAÇÃO – 370.

ARTIGO SÉTIMO – APOIOS TÉCNICOS – 370.

ARTIGO OITAVO – IMPOSSIBILIDADE DE ASSEGURAR OCUPAÇÃO COMPATÍVEL – 371.

ARTIGO NONO – PLANO DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 371.

ARTIGO DÉCIMO – ENCARGOS COM REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 372.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO – 372.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DE GARANTIA DE OCUPAÇÃO E EXERCÍCIO DE FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DO PROFISSIONAL – 373.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PROCEDIMENTO – 373.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 374.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 374.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 374.

ARTIGO TERCEIRO – MODELOS OFICIAIS E APÓLICES UNIFORMES – 374.

ARTIGO QUARTO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS – 374.

ARTIGO QUINTO – AFIXAÇÃO E INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIAS – 375.

ARTIGO SEXTO – PREVENÇÃO BASTONÁRIA – 375.

ARTIGO SÉTIMO – PREVENÇÃO MINISTERIAL – 375.

ARTIGO OITAVO – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PRESIDENCIAL – 375.

ARTIGO NONO – ESTATÍSTICA – 375.

ARTIGO DÉCIMO – CADUCIDADE E PRESCRIÇÃO – 376.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS – 376.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 376.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CARTÃO DE PENSIONISTA – 376.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 376.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 377.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 377.

TÍTULO SEXTO – REGIME JURÍDICO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL – 377.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 377.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 377.

ARTIGO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DA EVENTUALIDADE – 378.

ARTIGO TERCEIRO – BENEFICIÁRIOS – 378.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO PESSOAL – 378.

ARTIGO QUINTO – PROFISSIONAL EXTERNO – 378.

ARTIGO SEXTO – PROFISSIONAL NO EXTERIOR – 379.

ARTIGO SÉTIMO – ÂMBITO MATERIAL – 379.

ARTIGO OITAVO – RESPONSABILIDADE – 380.

CAPÍTULO SEGUNDO – PROTECÇÃO NAS DOENÇAS PROFISSIONAIS – 380.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO DA PROTECÇÃO DA EVENTUALIDADE DE DOENÇAS PROFISSIONAIS – 380.

ARTIGO SEGUNDO – LISTA DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS – 380.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITO À REPARAÇÃO – 380.

ARTIGO QUARTO – AVALIAÇÃO, GRADUAÇÃO E REPARAÇÃO DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS – 381.

ARTIGO QUINTO – NATUREZA DA INCAPACIDADE – 381.

ARTIGO SEXTO – PROTECÇÃO DA EVENTUALIDADE – 381.

ARTIGO SÉTIMO – MODALIDADES DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE – 381.

ARTIGO OITAVO – TITULARES DO DIREITO ÀS PRESTAÇÕES POR DOENÇA PROFISSIONAL – 382.

ARTIGO NONO – FAMILIAR A CARGO – 382.

ARTIGO DÉCIMO – PENSÃO POR E SUBSÍDIO DE FALECIMENTO – 382.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE – 382.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PENSÃO PROVISÓRIA – 383.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SUBSÍDIO PARA FREQUÊNCIA DE ACCÕES NO ÂMBITO DA REABILITAÇÃO LABORAL – 383.

CAPÍTULO TERCEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES – 383.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DE ATRIBUIÇÃO DE PRESTAÇÕES RELATIVAS A DOENÇA PROFISSIONAL – 383.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DE GARANTIA – 384.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DO PRAZO DE GARANTIA – 384.

ARTIGO QUARTO – TOTALIZAÇÃO DE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS – 384.

ARTIGO QUINTO – ÍNDICE DE PROFISSIONALIDADE – 384.

ARTIGO SEXTO – RELEVÂNCIA DO REGISTO DE REMUNERAÇÕES POR EQUIVALÊNCIA – 384.

ARTIGO SÉTIMO – CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O EXERCÍCIO LABORAL – 385.

ARTIGO OITAVO – CONDIÇÕES DE REEMBOLSO DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE – 385.

CAPÍTULO QUARTO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTE DAS PRESTAÇÕES POR DOENÇAS PROFISSIONAIS – 386.



ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES – 386.

ARTIGO SEGUNDO – RETRIBUIÇÃO DE REFERÊNCIA – 386.

ARTIGO TERCEIRO – RETRIBUIÇÃO CONVENCIONAL – 386.

ARTIGO QUARTO – RETRIBUIÇÃO DE REFERÊNCIA NO CASO DE ALTERAÇÃO DE GRAU DE INCAPACIDADE – 387.

ARTIGO QUINTO – INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA – 387.

ARTIGO SEXTO – INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE PERMANENTE – 387.

ARTIGO SÉTIMO – SUBSÍDIO PARA READAPTAÇÃO DA HABITAÇÃO – 388.

ARTIGO OITAVO – PENSÃO PROVISÓRIA POR FALECIMENTO – 388.

ARTIGO NONO – PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR DA PENSÃO PARA ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA – 388.

ARTIGO DÉCIMO – MONTANTE PROVISÓRIO DE PENSÕES – 388.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REEMBOLSO DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE – 388.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – ACTUALIZAÇÃO DAS PENSÕES – 389.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – GARANTIA DO PAGAMENTO – 389.

CAPÍTULO QUINTO – DURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES POR DOENÇAS PROFISSIONAIS – 390.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DA INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA – 390.

ARTIGO SEGUNDO – INÍCIO DA PENSÃO PROVISÓRIA – 390.

ARTIGO TERCEIRO – PENSÃO POR INCAPACIDADE PERMANENTE – 390.

ARTIGO QUARTO – PENSÃO POR FALECIMENTO – 391.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA – 391.

ARTIGO SEXTO – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO – 391.

ARTIGO SÉTIMO – CESSAÇÃO DO DIREITO À INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA – 391.

ARTIGO OITAVO – CESSAÇÃO DA PENSÃO PROVISÓRIA – 391.

ARTIGO NONO – CESSAÇÃO DO DIREITO À PENSÃO – 392.

#### CAPÍTULO SEXTO – REMIÇÃO DA PENSÃO – 392.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE REMIÇÃO DA PENSÃO – 392.

ARTIGO SEGUNDO – CÁLCULO DO CAPITAL – 393.

ARTIGO TERCEIRO – DIREITOS NÃO AFECTADOS PELA REMIÇÃO – 393.

#### CAPÍTULO SÉTIMO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES POR DOENÇA PROFISSIONAL – 393.

ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DAS PRESTAÇÕES COM RENDIMENTOS LABORAIS – 393.

ARTIGO SEGUNDO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO COM OUTRAS PRESTAÇÕES – 394.

ARTIGO TERCEIRO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 394.

#### CAPÍTULO OITAVO – DEVERES – 394.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS – 394.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 395.

ARTIGO TERCEIRO – DEVERES DOS PENSIONISTAS POR FALECIMENTO – 395.

ARTIGO QUARTO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 395.

#### CAPÍTULO NONO – ADMINISTRAÇÃO DOS PROCESSOS POR DOENÇA PROFISSIONAL – 395.

ARTIGO PRIMEIRO – APLICAÇÃO DO REGIME DA ADMINISTRAÇÃO – 396.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÃO – 396.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE – 396.

ARTIGO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS – 397.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA – 397.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIA – 397.

ARTIGO SÉTIMO – REQUERIMENTO DAS PRESTAÇÕES – 397.

ARTIGO OITAVO – REQUERIMENTO DA PRESTAÇÃO SUPLEMENTAR DE TERCEIRA PESSOA – 398.

ARTIGO NONO – LEGITIMIDADE PARA REQUER AS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 398.

ARTIGO DÉCIMO – PRAZO PARA REQUERER – 398.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – INSTRUÇÃO DO REQUERIMENTO DA PENSÃO – 398.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – INSTRUÇÃO DO REQUERIMENTO DAS PRESTAÇÕES POR FALECIMENTO – 399.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – INSTRUÇÃO DO REQUERIMENTO DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO – 399.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 399.

CAPÍTULO DÉCIMO – CERTIFICAÇÃO DE INCAPACIDADE – 399.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS DA CERTIFICAÇÃO DAS INCAPACIDADES – 399.

ARTIGO SEGUNDO – EQUIPARAÇÃO DA QUALIDADE DE PENSIONISTA – 400.

ARTIGO TERCEIRO – MEIOS DE CERTIFICAÇÃO – 400.

ARTIGO QUARTO – LIMITES DA CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA – 400.

ARTIGO QUINTO – REMESSA DO CERTIFICADO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA – 400.

ARTIGO SEXTO – PROVA DA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS – 401.

ARTIGO SÉTIMO – CONFIRMAÇÃO DA SUBSISTÊNCIA DA INCAPACIDADE – 401.

ARTIGO OITAVO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE – 401.

ARTIGO NONO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE POR INICIATIVA DA ENTIDADE EMPREGADORA – 402.

ARTIGO DÉCIMO – PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE – 402.

#### CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – GARANTIA DE CUMPRIMENTO – 402.

ARTIGO PRIMEIRO – INALIENABILIDADE, IMPENHORABILIDADE, IRRENUNCIABILIDADE DOS CRÉDITOS E GARANTIAS – 402.

ARTIGO SEGUNDO – SISTEMA E UNIDADE DE SEGURO – 402.

ARTIGO TERCEIRO – DISPENSA DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE – 403.

ARTIGO QUARTO – APÓLICE UNIFORME – 403.

ARTIGO QUINTO – GARANTIA E ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES – 403.

ARTIGO SEXTO – RISCOS RECUSADOS – 404.

ARTIGO SÉTIMO – OBRIGAÇÃO DE CAUCIONAMENTO – 404.

ARTIGO OITAVO – REAL BANCO DE PORTUGAL – 405.

#### CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – REABILITAÇÃO LABORAL E REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 405.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO – 405.

ARTIGO SEGUNDO – OCUPAÇÃO E REABILITAÇÃO – 405.

ARTIGO TERCEIRO – OCUPAÇÃO OBRIGATÓRIA – 406.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXERCÍCIO LABORAL – 406.

ARTIGO QUINTO – EXERCÍCIO LABORAL A TEMPO PARCIAL E LICENÇA PARA FORMAÇÃO OU NOVO EMPREGO – 407.

ARTIGO SEXTO – AVALIAÇÃO – 407.

ARTIGO SÉTIMO – APOIOS TÉCNICOS – 408.

ARTIGO OITAVO – IMPOSSIBILIDADE DE ASSEGURAR OCUPAÇÃO COMPATÍVEL – 408.

ARTIGO NONO – PLANO DE REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 409.

ARTIGO DÉCIMO – ENCARGOS COM REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL – 409.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – ACORDOS DE COOPERAÇÃO – 410.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS DE GARANTIA DE OCUPAÇÃO E EXERCÍCIO DE FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DO PROFISSIONAL – 410.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – PROCEDIMENTO – 411.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 411.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 411.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 412.

ARTIGO TERCEIRO – MODELOS OFICIAIS E APÓLICES UNIFORMES – 412.

ARTIGO QUARTO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS – 412.

ARTIGO QUINTO – AFIXAÇÃO E INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIAS – 412.

ARTIGO SEXTO – PREVENÇÃO BASTONÁRIA – 412.

ARTIGO SÉTIMO – PREVENÇÃO MINISTERIAL – 413.

ARTIGO OITAVO – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO PRESIDENCIAL – 413.

ARTIGO NONO – ESTATÍSTICA – 413.

ARTIGO DÉCIMO – PRAZO DE CADUCIDADE – 413.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS – 413.



ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 414.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – CARTÃO DE PENSIONISTA – 414.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 414.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 415.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 415.

TÍTULO SÉTIMO – REGIME JURÍDICO DO FUNDO DE ACIDENTES LABORAIS – 415.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 415.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTO – 415.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO NO TEMPO – 415.

ARTIGO TERCEIRO – CONFLITO – 416.

CAPÍTULO SEGUNDO – REGIME MATERIAL DO FUNDO DE ACIDENTES LABORAIS – 416.

ARTIGO PRIMEIRO – SITUAÇÕES ABRANGIDAS – 416.

ARTIGO SEGUNDO – CRÉDITOS ABRANGIDOS – 417.

ARTIGO TERCEIRO – LIMITES DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS – 418.

ARTIGO QUARTO – SUB-ROGAÇÃO LEGAL – 418.

ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO – 418.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DO FUNDO DE ACIDENTES LABORAIS DE COMPENSAÇÃO LABORAL – 419.

ARTIGO SÉTIMO – SITUAÇÕES ABUSIVAS – 419.

ARTIGO OITAVO – DECISÃO – 420.

ARTIGO NONO – SITUAÇÕES TRANSNACIONAIS – 420.

ARTIGO DÉCIMO – TROCA DE INFORMAÇÕES – 420.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DÍVIDAS DA ENTIDADE EMPREGADORA – 421.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CERTIDÃO DE DÍVIDAS – 421.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA – 421.

CAPÍTULO TERCEIRO – ACTUALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES – 421.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTUALIZAÇÃO ANUAL – 421.

ARTIGO SEGUNDO – CAUCIONAMENTO – 421.

ARTIGO TERCEIRO – DEVER DE INICIATIVA – 422.

CAPÍTULO QUARTO – REGIME INSTITUCIONAL DO FUNDO DE ACIDENTES LABORAIS – 422.

ARTIGO PRIMEIRO – GESTÃO E FINANCIAMENTO – 422.

ARTIGO SEGUNDO – DENOMINAÇÃO E NATUREZA – 422.

ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES – 422.

ARTIGO QUARTO – TUTELA E SUPERINTENDÊNCIA – 423.

ARTIGO QUINTO – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – 423.

ARTIGO SEXTO – SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO – 423.

ARTIGO SÉTIMO – REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA – 423.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS DAS MATRIZES SOCIAIS – 424.

ARTIGO NONO – COMPETÊNCIAS DOS CONTABILISTAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 424.

ARTIGO DÉCIMO – VINCULAÇÃO – 425.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 425.

TÍTULO OITAVO – REGIME JURÍDICO DO FUNDO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS – 425.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 425.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTO – 425.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO NO TEMPO – 426.

ARTIGO TERCEIRO – CONFLITO – 426.

CAPÍTULO SEGUNDO – REGIME MATERIAL DO FUNDO DE DOENÇAS  
PROFISSIONAIS – 426.

ARTIGO PRIMEIRO – SITUAÇÕES ABRANGIDAS – 426.

ARTIGO SEGUNDO – CRÉDITOS ABRANGIDOS – 427.

ARTIGO TERCEIRO – LIMITES DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS –  
428.

ARTIGO QUARTO – SUB-ROGAÇÃO LEGAL – 428.

ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO – 429.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DO FUNDO DE DOENÇAS  
PROFISSIONAIS DE COMPENSAÇÃO LABORAL – 429.

ARTIGO SÉTIMO – SITUAÇÕES ABUSIVAS – 430.

ARTIGO OITAVO – DECISÃO – 430.

ARTIGO NONO – SITUAÇÕES TRANSNACIONAIS – 430.

ARTIGO DÉCIMO – TROCA DE INFORMAÇÕES – 431.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DÍVIDAS DA ENTIDADE  
EMPREGADORA – 431.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CERTIDÃO DE DÍVIDAS – 431.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA –  
431.

CAPÍTULO TERCEIRO – ACTUALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES – 431.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTUALIZAÇÃO ANUAL – 432.

ARTIGO SEGUNDO – CAUCIONAMENTO – 432.

ARTIGO TERCEIRO – DEVER DE INICIATIVA – 432.

CAPÍTULO QUARTO – REGIME INSTITUCIONAL DO FUNDO DE DOENÇAS PROFISSIONAIS – 432.

ARTIGO PRIMEIRO – GESTÃO E FINANCIAMENTO – 432.

ARTIGO SEGUNDO – DENOMINAÇÃO E NATUREZA – 433.

ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES – 433.

ARTIGO QUARTO – TUTELA E SUPERINTENDÊNCIA – 433.

ARTIGO QUINTO – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – 433.

ARTIGO SEXTO – SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO – 433.

ARTIGO SÉTIMO – REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA – 433.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS DAS MATRIZES SOCIAIS – 434.

ARTIGO NONO – COMPETÊNCIAS DOS CONTABILISTAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 435.

ARTIGO DÉCIMO – VINCULAÇÃO – 435.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 435.

TÍTULO NONO – REGIME JURÍDICO DO FUNDO DE GARANTIA SALARIAL – 435.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 435.

ARTIGO PRIMEIRO – ÂMBITO E OBJECTO – 436.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO NO TEMPO – 436.

ARTIGO TERCEIRO – CONFLITO – 436.

CAPÍTULO SEGUNDO – REGIME MATERIAL DO FUNDO DE GARANTIA SALARIAL – 436.

ARTIGO PRIMEIRO – SITUAÇÕES ABRANGIDAS – 436.

ARTIGO SEGUNDO – CRÉDITOS ABRANGIDOS – 438.

ARTIGO TERCEIRO – LIMITES DAS IMPORTÂNCIAS PAGAS – 438.

ARTIGO QUARTO – SUB-ROGAÇÃO LEGAL – 438.

ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO – 439.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA SALARIAL DE COMPENSAÇÃO LABORAL – 439.

ARTIGO SÉTIMO – SITUAÇÕES ABUSIVAS – 440.

ARTIGO OITAVO – DECISÃO – 440.

ARTIGO NONO – SITUAÇÕES TRANSNACIONAIS – 440.

ARTIGO DÉCIMO – TROCA DE INFORMAÇÕES – 441.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DÍVIDAS DA ENTIDADE EMPREGADORA – 441.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – CERTIDÃO DE DÍVIDAS – 441.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA – 441.

CAPÍTULO TERCEIRO – REGIME INSTITUCIONAL DO FUNDO DE GARANTIA SALARIAL – 441.

ARTIGO PRIMEIRO – GESTÃO E FINANCIAMENTO – 441.

ARTIGO SEGUNDO – DENOMINAÇÃO E NATUREZA – 442.

ARTIGO TERCEIRO – ATRIBUIÇÕES – 442.

ARTIGO QUARTO – TUTELA E SUPERINTENDÊNCIA – 442.

ARTIGO QUINTO – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – 442.

ARTIGO SEXTO – SUPREMO CONSELHO MONÁRQUICO – 442.

ARTIGO SÉTIMO – REAL CHANCELARIA SOCIAL PORTUGUESA – 443.

ARTIGO OITAVO – COMPETÊNCIAS DAS MATRIZES SOCIAIS – 443.

ARTIGO NONO – COMPETÊNCIAS DOS CONTABILISTAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA SOCIAIS – 444.

ARTIGO DÉCIMO – VINCULAÇÃO – 444.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 444.



TÍTULO DÉCIMO – REGIME JURÍDICO DA INVALIDEZ NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA PREVIDENCIAL E DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 444.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 445.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 445.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 445.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO MATERIAL – 445.

CAPÍTULO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO, AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE – 445.

ARTIGO PRIMEIRO – DETERMINAÇÃO DA INCAPACIDADE – 445.

ARTIGO SEGUNDO – AVALIAÇÃO E GRADUAÇÃO DA INCAPACIDADE – 445.

ARTIGO TERCEIRO – CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE PARA TODO E QUALQUER EXERCÍCIO LABORAL – 446.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA E DOS MONTANTES DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 446.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA – 446.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 447.

ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MÍNIMOS LEGAIS DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 447.

CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 447.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 447.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO – 448.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 448.

CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 449.

ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO DE INVALIDEZ COM OUTRAS PRESTAÇÕES – 449.

ARTIGO SEGUNDO – INACUMULABILIDADE COM RENDIMENTOS LABORAIS – 449.

ARTIGO TERCEIRO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 449.

CAPÍTULO SEXTO – DEVERES – 449.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS – 449.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 450.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 450.

CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 451.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 451.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 451.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE – 451.

ARTIGO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS – 452.

ARTIGO QUINTO – PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA – 452.

ARTIGO SEXTO – REQUERIMENTO – 452.

ARTIGO SÉTIMO – PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 453.

ARTIGO OITAVO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 453.

## CAPÍTULO OITAVO – CERTIFICAÇÃO DE INCAPACIDADE – 453.

ARTIGO PRIMEIRO – PRINCÍPIOS GERAIS DA CERTIFICAÇÃO DAS INCAPACIDADES – 453.

ARTIGO SEGUNDO – MEIOS DE CERTIFICAÇÃO – 453.

ARTIGO TERCEIRO – LIMITES DA CERTIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE ABSOLUTA – 454.

ARTIGO QUARTO – REMESSA DO CERTIFICADO DE INCAPACIDADE PERMANENTE ABSOLUTA – 454.

ARTIGO QUINTO – PROVA DA INCAPACIDADE PERMANENTE ABSOLUTA EM SITUAÇÕES ESPECIAIS – 454.

ARTIGO SEXTO – CONFIRMAÇÃO DA SUBSISTÊNCIA DA INCAPACIDADE – 455.

ARTIGO SÉTIMO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE – 455.

ARTIGO OITAVO – VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE POR INICIATIVA DA ENTIDADE EMPREGADORA – 455.

ARTIGO NONO – PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DA INCAPACIDADE – 455.

## CAPÍTULO NONO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 456.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 456.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 456.

ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 456.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 457.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 457.

ARTIGO SEXTO – PAGAMENTO DA PENSÃO DE INVALIDEZ – 457.

ARTIGO SÉTIMO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 458.

CAPÍTULO DÉCIMO – SUBSÍDIO UNIFICADO – 458.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO – 458.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 458.

ARTIGO TERCEIRO – CÁLCULO DO SUBSÍDIO UNIFICADO – 458.

ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO UNIFICADO – 459.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS EXTERNAS – 459.

ARTIGO SEXTO – INÍCIO DO SUBSÍDIO UNIFICADO – 459.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 459.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 459.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 460.

ARTIGO TERCEIRO – MODELOS OFICIAIS E APÓLICES UNIFORMES – 460.

ARTIGO QUARTO – FORMULÁRIOS OBRIGATÓRIOS – 460.

ARTIGO QUINTO – PRAZO DE CADUCIDADE – 460.

ARTIGO SEXTO – CONTAGEM DE PRAZOS – 460.

ARTIGO SÉTIMO – CARTÃO DE PENSIONISTA – 460.

ARTIGO OITAVO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 461.

ARTIGO NONO – DOENÇAS CRÓNICAS – 461.

ARTIGO DÉCIMO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 461.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 461.

TÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – REGIME JURÍDICO DA APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO E DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 462.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 462.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 462.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 462.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSO JUDICIAL – 462.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO MATERIAL – 463.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 463.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO – 463.

ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 463.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA E DOS MONTANTES DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 464.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA – 464.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 464.

ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DA APOSENTAÇÃO – 465.

ARTIGO QUARTO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 465.

ARTIGO QUINTO – ACTUALIZAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO POR ACUMULAÇÃO COM RENDIMENTOS LABORAIS – 466.

ARTIGO SEXTO – DETERMINAÇÃO DOS MÍNIMOS LEGAIS DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 466.



CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 466.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 466.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO – 466.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO À PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 467.

CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 467.

ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO COM OUTRAS PRESTAÇÕES – 467.

ARTIGO SEGUNDO – ACUMULAÇÃO COM RENDIMENTOS LABORAIS – 467.

ARTIGO TERCEIRO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 468.

CAPÍTULO SEXTO – DEVERES – 468.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS – 468.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 468.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 468.

CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 469.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 469.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 469.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES DA SAÚDE – 469.

ARTIGO QUARTO – MATRIZES NOTARIAIS – 470.

ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO – 470.

ARTIGO SEXTO – HABILITAÇÃO E MEIOS DE PROVA – 470.

ARTIGO SÉTIMO – ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 470.

ARTIGO OITAVO – INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS – 471.

ARTIGO NONO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER – 471.

ARTIGO DÉCIMO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 471.

CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 471.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 471.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 472.

ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 472.

ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO – 472.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 472.

ARTIGO SEXTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 473.

ARTIGO SÉTIMO – PAGAMENTO DA PENSÃO DE APOSENTAÇÃO – 473.

ARTIGO OITAVO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 473.

CAPÍTULO NONO – SUBSÍDIO UNIFICADO – 474.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO – 474.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO PESSOAL – 474.

ARTIGO TERCEIRO – CÁLCULO DO SUBSÍDIO UNIFICADO – 474.

ARTIGO QUARTO – COMPETÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO UNIFICADO – 474.

ARTIGO QUINTO – PERÍODOS DE ACTIVIDADE POSTERIORES À ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO UNIFICADO – 475.

ARTIGO SEXTO – PRESTAÇÕES SOCIAIS EXTERNAS – 475.

ARTIGO SÉTIMO – INÍCIO DO SUBSÍDIO UNIFICADO – 475.

#### CAPÍTULO DÉCIMO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 475.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 475.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 476.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS – 476.

ARTIGO QUARTO – CARTÃO DE PENSIONISTA – 476.

ARTIGO QUINTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 476.

ARTIGO SEXTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 477.

ARTIGO SÉTIMO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 477.

TÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – REGIME JURÍDICO DOS SUBSÍDIOS EDUCATIVO E MATERNO E DOS COMPLEMENTOS SOCIAL E DE APOSENTAÇÃO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE VALORIZAÇÃO SOCIAL – 477.

#### CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 477.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 477.

ARTIGO SEGUNDO – BENEFICIÁRIOS – 478.

ARTIGO TERCEIRO – ÂMBITO PESSOAL – 478.

ARTIGO QUARTO – EXCLUSÃO DO ÂMBITO PESSOAL – 479.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO MATERIAL – 479.

#### CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 479.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DOS SUBSÍDIOS EDUCATIVO E MATERNO – 479.

ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO COMPLEMENTO SOCIAL – 479.

ARTIGO TERCEIRO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DO COMPLEMENTO DE APOSENTAÇÃO – 480.

ARTIGO QUARTO – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ATRIBUIÇÃO DO COMPLEMENTO DE APOSENTAÇÃO – 480.

### CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA E DOS MONTANTES DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 480.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA – 480.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO SUBSÍDIO EDUCATIVO – 481.

ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO SUBSÍDIO MATERNO – 481.

ARTIGO QUARTO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO COMPLEMENTO SOCIAL – 482.

ARTIGO QUINTO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE DO COMPLEMENTO DE APOSENTAÇÃO – 482.

### CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 483.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 483.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO – 483.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO À PRESTAÇÕES SOCIAIS – 484.

### CAPÍTULO QUINTO – DEVERES – 484.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS – 484.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 484.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 484.

CAPÍTULO SEXTO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 485.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 485.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 485.

ARTIGO TERCEIRO – REQUERIMENTO – 485.

ARTIGO QUARTO – HABILITAÇÃO E MEIOS DE PROVA – 485.

ARTIGO QUINTO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER – 485.

ARTIGO SEXTO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 486.

CAPÍTULO SÉTIMO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 486.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 486.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 486.

ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 486.

ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO – 487.

ARTIGO QUINTO – CONDIÇÃO GERAL DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 487.

ARTIGO SEXTO – CONDIÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 487.

ARTIGO SÉTIMO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 488.

ARTIGO OITAVO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 488.

CAPÍTULO OITAVO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 489.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 489.



ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 489.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS – 489.

ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 489.

ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 490.

ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 490.

TÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – REGIME JURÍDICO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ECONÓMICOS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 490.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 490.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTIVO E NATUREZA – 490.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO – 491.

ARTIGO TERCEIRO – EMERGÊNCIA SOCIAL – 491.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO PESSOAL – 491.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO MATERIAL – 492.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 492.

ARTIGO ÚNICO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NA EVENTUALIDADE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ECONÓMICOS – 492.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA E DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 493.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA – 493.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 493.

CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 493.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 493.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO – 493.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO ÀS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 494.

CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 494.

ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 494.

ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 495.

CAPÍTULO SEXTO – DEVERES – 495.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS – 495.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 495.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 495.

CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 496.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 496.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 496.

ARTIGO TERCEIRO – MATRIZES NOTARIAIS – 496.

ARTIGO QUARTO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – 496.

ARTIGO QUINTO – ESTABELECIMENTOS SOCIAIS – 497.

ARTIGO SEXTO – ENTIDADES DA SAÚDE – 497.

ARTIGO SÉTIMO – FORMALIZAÇÃO E INSTRUÇÃO DA SOLICITAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 497.

ARTIGO OITAVO – HABILITAÇÃO E MEIOS DE PROVA – 497.

ARTIGO NONO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER – 498.

ARTIGO DÉCIMO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 498.

CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 498.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 498.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 498.

~~ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 498.~~

ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO – 499.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 499.

ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 499.

CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 500.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 500.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 500.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS – 500.

ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 500.

ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 501.

ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 501.

TÍTULO DÉCIMO QUARTO – REGIME JURÍDICO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS DE FALECIMENTO NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE RISCOS SOCIAIS – 501.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 501.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 501.

ARTIGO SEGUNDO – CARACTERIZAÇÃO DA EVENTUALIDADE – 501.

ARTIGO TERCEIRO – PRESUNÇÃO DE FALECIMENTO – 502.

ARTIGO QUARTO – MODALIDADE DAS PRESTAÇÕES – 502.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO PESSOAL – 502.

ARTIGO SEXTO – ÂMBITO MATERIAL – 502.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 503.

ARTIGO PRIMEIRO – CONDIÇÃO GERAL DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS NA EVENTUALIDADE FALECIMENTO – 503.

ARTIGO SEGUNDO – CONDIÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO – 503.

ARTIGO TERCEIRO – CONDIÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DA PENSÃO DE ALIMENTOS – 503.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO PRAZO DE GARANTIA DA PENSÃO DE ALIMENTOS E DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 504.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA DA PENSÃO DE ALIMENTOS – 504.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE MÁXIMO DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO – 504.

ARTIGO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DO MONTANTE MÁXIMO DA PENSÃO DE ALIMENTOS – 504.

CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DA PENSÃO DE ALIMENTOS – 504.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DA PENSÃO DE ALIMENTOS – 504.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO – 504.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO À PENSÃO DE ALIMENTOS – 505.

#### CAPÍTULO QUINTO – ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 505.

ARTIGO PRIMEIRO – ACUMULAÇÃO DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 505.

ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 506.

#### CAPÍTULO SEXTO – DEVERES – 506.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS TITULARES DO DIREITO – 506.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 506.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 506.

#### CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 507.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 507.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 507.

ARTIGO TERCEIRO – MATRIZES NOTARIAIS – 507.

ARTIGO QUARTO – REQUERIMENTO DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO – 508.

ARTIGO QUINTO – REQUERIMENTO DA PENSÃO DE ALIMENTOS – 508.

ARTIGO SEXTO – PRAZO PARA REQUERER O SUBSÍDIO DE FALECIMENTO – 508.

ARTIGO SÉTIMO – PRAZO PARA REQUERER A PENSÃO DE ALIMENTOS – 508.



ARTIGO OITAVO – MEIOS DE PROVA DO SUBSÍDIO DE FALECIMENTO – 508.

ARTIGO NONO – MEIOS DE PROVA DA PENSÃO DE ALIMENTOS – 509.

ARTIGO DÉCIMO – PROVA DO DESAPARECIMENTO – 509.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER – 509.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 510.

CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 510.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 510.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 510.

ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 510.

ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO – 511.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 511.

ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 511.

CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 512.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 512.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 512.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS – 512.

ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 512.

ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 513.

ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 513.

TÍTULO DÉCIMO QUINTO – REGIME JURÍDICO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS  
NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES – 513.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 513.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E NATUREZA – 513.

ARTIGO SEGUNDO – TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO – 513.

ARTIGO TERCEIRO – ALERTA, CONTINGÊNCIA OU  
CALAMIDADE – 514.

ARTIGO QUARTO – ÂMBITO PESSOAL – 515.

ARTIGO QUINTO – ÂMBITO MATERIAL – 515.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS  
PRESTAÇÕES SOCIAIS – 517.

ARTIGO ÚNICO – CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO DAS  
PRESTAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE  
CATÁSTROFES – 517.

CAPÍTULO TERCEIRO – DETERMINAÇÃO DOS PRAZOS DE GARANTIA  
E DOS MONTANTES MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 518.

ARTIGO PRIMEIRO – PRAZO DE GARANTIA – 518.

ARTIGO SEGUNDO – DETERMINAÇÃO DOS MONTANTES  
MÁXIMOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 518.

CAPÍTULO QUARTO – DURAÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 519.

ARTIGO PRIMEIRO – INÍCIO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 519.

ARTIGO SEGUNDO – SUSPENSÃO E RETOMA DO DIREITO – 519.

ARTIGO TERCEIRO – CESSAÇÃO DO DIREITO ÀS PRESTAÇÕES  
SOCIAIS – 520.

CAPÍTULO QUINTO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 520.

ARTIGO PRIMEIRO – INACUMULABILIDADE DE PRESTAÇÕES SOCIAIS – 520.

ARTIGO SEGUNDO – RELEVÂNCIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS GARANTIDAS POR REGIMES EXTERNOS – 520.

CAPÍTULO SEXTO – DEVERES – 521.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES DOS BENEFICIÁRIOS – 521.

ARTIGO SEGUNDO – PRAZO DA COMUNICAÇÃO – 521.

ARTIGO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DOS DEVERES – 521.

CAPÍTULO SÉTIMO – GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 522.

ARTIGO PRIMEIRO – ENTIDADES COMPETENTES DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 522.

ARTIGO SEGUNDO – ARTICULAÇÕES – 522.

ARTIGO TERCEIRO – ESTABELECIMENTOS SOCIAIS – 522.

ARTIGO QUARTO – FORMALIZAÇÃO E INSTRUÇÃO DA SOLICITAÇÃO DOS APOIOS SOCIAIS NO ÂMBITO DO SUBSISTEMA DE CATÁSTROFES – 522.

ARTIGO QUINTO – HABILITAÇÃO E MEIOS DE PROVA – 523.

ARTIGO SEXTO – LEGITIMIDADE PARA REQUERER – 524.

ARTIGO SÉTIMO – DÚVIDAS NO PROCESSO DE REQUERIMENTO – 524.

CAPÍTULO OITAVO – PROCESSO DECISÓRIO E PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 524.

ARTIGO PRIMEIRO – DECISÃO EXPRESSA – 524.

ARTIGO SEGUNDO – COMUNICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 525.

ARTIGO TERCEIRO – COMUNICAÇÃO DA NÃO ATRIBUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 525.

ARTIGO QUARTO – DEFERIMENTO E PAGAMENTO – 525.

ARTIGO QUINTO – PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES SOCIAIS – 525.

ARTIGO SEXTO – PRAZO DE PRESCRIÇÃO – 526.

CAPÍTULO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 526.

ARTIGO PRIMEIRO – EXECUÇÃO – 526.

ARTIGO SEGUNDO – RESSALVA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS – 526.

ARTIGO TERCEIRO – CONTAGEM DE PRAZOS – 526.

ARTIGO QUARTO – PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS – 526.

ARTIGO QUINTO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 527.

ARTIGO SEXTO – PRODUÇÃO DE EFEITOS – 527.

TÍTULO DÉCIMO SEXTO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL E CONTRA-ORDENACIONAL – 527.

CAPÍTULO PRIMEIRO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 527.

ARTIGO PRIMEIRO – ACTUAÇÃO CULPOSA DO EMPREGADOR – 527.

ARTIGO SEGUNDO – PRIMEIROS SOCORROS – 528.

ARTIGO TERCEIRO – DEVER DE ASSISTÊNCIA CLÍNICA – 528.

ARTIGO QUARTO – INOBSERVÂNCIA DE PRESCRIÇÕES CLÍNICAS E CIRÚRGICAS – 528.

ARTIGO QUINTO – BOLETINS DE EXAME E ALTA – 528.

ARTIGO SEXTO – INFORMAÇÃO CLÍNICA AO SINISTRADO – 529.

ARTIGO SÉTIMO – REQUISIÇÃO PELO ÓRGÃO DE SOBERANIA JURÍDICO – 529.

ARTIGO OITAVO – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – 529.

ARTIGO NONO – TRANSPORTE E ESTADA – 529.

ARTIGO DÉCIMO – AJUDAS TÉCNICAS – 529.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – REPARAÇÃO E RENOVAÇÃO DAS AJUDAS TÉCNICAS EM GERAL – 530.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVERES DOS PENSIONISTAS POR FALECIMENTO – 530.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – SISTEMA E UNIDADE DE SEGURO – 530.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – OMISSÃO OU INSUFICIÊNCIA NAS DECLARAÇÕES – 530.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – OBRIGAÇÃO DE CAUCIONAMENTO – 531.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – OMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTE LABORAL – 531.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – OCUPAÇÃO E REABILITAÇÃO – 531.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EXERCÍCIO LABORAL A TEMPO PARCIAL E LICENÇA PARA FORMAÇÃO OU NOVO EMPREGO – 531.

ARTIGO DÉCIMO NONO – AFIXAÇÃO E INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIAS – 532.

ARTIGO VIGÉSIMO – CONDIÇÕES DE REEMBOLSO DAS PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE – 532.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA – 532.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – PROVA DO DESAPARECIMENTO – 533.

CAPÍTULO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE CONTRA-ORDENACIONAL – 533.

ARTIGO PRIMEIRO – COMPETÊNCIA PARA O PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DAS COIMAS – 533.

ARTIGO SEGUNDO – PRODUTO DAS COIMAS – 533.



ARTIGO TERCEIRO – CUMULAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES – 533.

ARTIGO QUARTO – COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS – 533.

ARTIGO QUINTO – CELEBRAÇÃO DE ACORDOS – 534.

ARTIGO SEXTO – PROIBIÇÃO DE DESCONTOS NA RETRIBUIÇÃO – 534.

ARTIGO SÉTIMO – OCUPAÇÃO OBRIGATÓRIA – 534.

ARTIGO OITAVO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 535.

TÍTULO DÉCIMO SÉTIMO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 535.

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 535.

ARTIGO PRIMEIRO – MATÉRIAS NÃO REGULADAS – 535.

ARTIGO SEGUNDO – ASSINATURA DE DOCUMENTOS – 535.

ARTIGO TERCEIRO – RECIBO DA ENTREGA DE DECLARAÇÕES – 535.

ARTIGO QUARTO – REMESSA DE DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS PELOS SERVIÇOS POSTAIS E POR TELEFAX E TRANSMISSÃO ELECTRÓNICA DE DADOS – 535.

ARTIGO QUINTO – ENTRADA EM VIGOR – 536.

ÍNDICE – 537.

RAZÃO - VERDADE - JUSTIÇA